

ISSN: 2238-6270
v.5, n.3 dez./2016

Dossiê:
**Autoritarismo e
Conservadorismos
Políticos**

História e Cultura



Organizadores:
Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto
Prof. Dr. Vinícius Aurélio Liebel



PPGH - UNESP
Campus Franca

Imagem (alterada) de William Duke B. Griffin

Revista História e Cultura – v.5, n.3, dez.2016 (Especial)

Dossiê “Autoritarismos e Conservadorismos Políticos”

DOI: <http://dx.doi.org/10.18223/hiscult.v5i3>

Sumário

Editorial História e Cultura. n. 5, n. 3, 2016 1-2
Christophe Barros dos Santos Damazio, Felipe Belini Pereira, Janaína Helfenstein, Karina Anhezini, Isadora Mutarelli, Patrícia Monique Silva

Apresentação 3-5
Odilon Caldeira Neto, Vinícius Liebel

Artigos Dossiê

Notas sobre a formação do autoritarismo no Chile: pensamento político na década de 1900 6-24
* Notes on the formation of authoritarianism in Chile: political thought in the 1900s
Thiago Ernesto Possiede Silva

“Anarquista, um profissional do crime”: uma aproximação entre as concepções lombrosianas sobre o anarquismo e os discursos do deputado Adolpho Gordo sobre as Leis de expulsão de estrangeiros (1907/1913) * "Anarchists, a professional crime": an approach between the lombrosian's concepts about anarchism and discourse of deputy Adolpho Gordo about the foreigners expulsion's laws (1907/1913) 25-47
Bruno Corrêa de Sá e Benevides

Delio Cantimori: escritos políticos sobre a Alemanha (1927 – 1940) * Delio Cantimori: political writings about Germany (1927 – 1940) 48-75
Felipe Araujo Xavier

Nacionalismo social, corporativismo fascista e "autoritarismo instrumental" no pensamento de Oliveira Vianna * Social nationalism, fascist corporatism and “autoritarismo instrumental” in the thought of Oliveira Vianna 76-97
Fabio Gentile

Falange Española: de la corte literaria de José Antonio al protagonismo del nacionalcatolicismo * Falange Espanhola: da corte literária de José Antonio ao protagonismo do nacionalcatolicismo 98-118
Gabriela de Lima Grecco

A construção ideológica do modelo totalitário brasileiro: Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale (1932-1937) * The ideological construction of the totalitarian model of the ação integralista brasileira: Plínio Salgado, Gustavo Barroso and Miguel Reale (1932-1937) 119-134
Rodrigo Santos de Oliveira, Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento

O integralismo e as mensagens comoventes na imprensa militante: a novela, a profecia e a morte * The brazilian integralism and emotional messages: the feuilleton, the prophecy and the death 135-154
Rafael Athaides

“Não é vergonha nenhuma sermos duzentos mil”: vivendo na ilusão com os verdadeiros números do integralismo. O PRP como resposta à nova realidade do Brasil * “There is no 155-174

shame in being two hundred thousand”: living an illusion with the true numbers of integralism. The PRP as an answer to the new brazilian reality
Leandro Pereira Gonçalves, Alexandre Luís de Oliveira

Ditadura tipo exportação: a diplomacia brasileira e a queda de Salvador Allende * 175-198
Dictatorship for export: brazilian diplomacy and the overthrow of Salvador Allende
Mila Burns

"En la patria de Perón, ni judío ni masón". Aproximaciones a la cultura política de la derecha peronista en los años setenta. * "Na pátria de Peron, nem judeu nem maçom". Aproximações à cultura política da direita peronista nos anos setenta
Juan Luis Besoky

Anticomunismo, democracia e reformas: a mobilização das direitas na Câmara dos Deputados (1961-1965) * Anticommunism, democracy and reforms: the right-wing mobilization in the House of Representatives (1961-1965)
Thiago Nogueira de Souza

Consumo e conservadorismo: uma análise da propaganda brasileira durante a ditadura militar * Consumption and conservatism: an analysis about brazilian advertising under military dictatorship
David Antonio de Castro Netto

Desconstruindo o “oposicionismo nato” do movimento estudantil: os estudantes de direita (1960-1970) * Deconstructing the “opposition by birth” of the student movement: the right-wing students (1960-1970)
Gustavo Bianch Silva

A white men’s agony: the rise and fall of the Reagan coalition through the perspective of american scholars (1940-2016) * A agonia do homem branco: a ascensão e queda da coalizão Reagan através da perspectiva dos intelectuais norte-americanos (1940-2016)
Bruno Henz Biaseto

Artigos Livres

O rumor pode ser um objeto histórico para estudarmos a antiguidade? * Can rumor be an historical object to study the antiquity?
Ygor Klain Belchior

O papel da teologia moral na formação da consciência dos juízes na América do século XVII * The formative role of moral theology in the judges’ conscience in seventeenth-century America
Mariângela Célia Ramos Violante

O “brasileiro” como tipo português: o uso de um estereótipo cultural na reflexão sobre a sociedade portuguesa em As Farpas (Fevereiro de 1872) * The “brazilian” as a portuguese type: the use of a cultural stereotype in the thought about the portuguese society in “As Farpas” (February 1872)
Rômulo de Jesus Farias Brito

Casamento civil, família e divórcio: representações jurídicas (Belém, 1883-1900) * Civil marriage, family and divorce: legal representation (Belém, 1883-1900)
Ipojucan Dias Campos

Entrevistas

Uma visão do leste: autoritarismo e conservadorismo na Ucrânia e na Rússia – Entrevista com Andreas Umland * A view of the east: authoritarianism and conservatives in Ukraine and Russia – an interview with Andreas Umland
Vinícius Liebel, Odilon Caldeira Neto

A trajetória esquecida da fotógrafa Margaret Michaelis: entrevista com Helen Ennis * The forgotten history of photographer Margaret Michaelis: interview with Helen Ennis
Erika Zerwes

Resenhas

GÓMEZ, Antonio Castillo. Livros e Leituras na Espanha do Século de Ouro. Tradução Cláudio Giordano. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014. 208 p.
Fernando Ripe, Mauro Dillmann 411-418

VELASCO, Suzana. Imigração na União Europeia: uma leitura crítica a partir do nexó entre securitização, cidadania e identidade transnacional. Campina Grande: Eduepb, 2013. 188p.
Daniel Afonso da Silva 419-422

EDITORIAL HISTÓRIA E CULTURA. V. 5, N. 3, 2016

É com enorme satisfação que tornamos público o volume 5, número 3 de 2016 da revista *História e Cultura*, publicação eletrônica editada pelo corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP-campus de Franca. Nesta edição, o tema do dossiê é, como o leitor poderá constatar, dos mais atuais e encontra-se na ordem do dia. Organizado pelos professores Odilon Caldeira Neto e Vinícius Liebel, “Autoritarismo e Conservadorismos Políticos” é composto por artigos que subdividem-se, respectivamente, nas seguintes temáticas: a formação do autoritarismo no Chile; a perseguição aos anarquistas no Brasil; os escritos políticos de Delio Cantimori; o pensamento de Oliveira Vianna; o movimento fascista na Espanha; a produção intelectual de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale, expoentes da Ação Integralista Brasileira; a imprensa integralista; a quantidade de militantes na passagem da *Ação Integralista Brasileira* ao *Partido de Representação Popular*; a diplomacia brasileira e o golpe militar no Chile; a cultura política peronista da década de 1970; o anticomunismo de parlamentares brasileiros da Ação Democrática Parlamentar; a propaganda televisiva e os Manuais da Escola Superior de Guerra na ditadura militar brasileira; a atuação dos estudantes de direita no movimento estudantil das décadas de 1960 e 1970; a perspectiva de intelectuais norte-americanos acerca de expressões do conservadorismo nos Estados Unidos, nomeadamente, o *Tea Party* e a eleição de Donald Trump.

Em íntimo diálogo com a temática do dossiê, os organizadores Caldeira Neto e Liebel nos brindam com a entrevista de Andreas Umland, professor e pesquisador associado do Instituto para a Cooperação Euro-Asiática de Kiev, dedicado à pesquisa da extrema-direita ucraniana e russa.

Os quatro textos que compõem a seção “Artigos Livres” contribuem, como de costume, com a interpretação de recortes temáticos e temporais distintos que nos instigam a refletir acerca das potencialidades do estudo do rumor como evento histórico para a compreensão das guerras civis romanas (68 a 69 d.C.), passando pelo estudo da teologia moral na formação da consciência dos juízes na América do século XVII e pelas representações jurídicas que cercam a discussão sobre o casamento civil, a família e o divórcio em fins do século XIX no Brasil até a investigação da construção do estereótipo cultural “o brasileiro” na obra *As Farpas de Eça* de Queiroz.

Contamos ainda, para finalizar o número, com as resenhas das obras *Livros e Leituras na Espanha do Século de Ouro* e *Imigração na União Europeia: uma leitura crítica a partir do nexo entre securitização, cidadania e identidade transnacional*; e com a entrevista realizada pela pesquisadora Erika Zerwes com Helen Ennis, curadora e professora da *Australian National University* e autora de uma biografia sobre Margaret Michaelis, fotógrafa que teve sua trajetória marcada por diversos contextos de autoritarismos e conservadorismos políticos no século XX.

O número, com o intuito de proporcionar visadas originais e abordagens distintas, reuniu autores em diferentes fases de formação, mestres, doutorandos e doutores jovens e experientes, oriundos de universidades estaduais e federais de norte a sul do Brasil, bem como da Argentina, da Espanha e dos Estados Unidos.

O Conselho Editorial agradece aos colaboradores deste número, autores, organizadores, pareceristas, e deseja a todos (as) bons momentos de leitura.

Equipe Editorial

APRESENTAÇÃO – DOSSIÊ “AUTORITARISMO E CONSERVADORISMOS POLÍTICOS”

Odilon CALDEIRA NETO¹
Vinícius LIEBEL²

Tomando o Iluminismo enquanto momento inaugural da segunda modernidade, como ponto de inflexão para uma autorreflexão e para a busca pela racionalidade (Kant, 1968) e por uma autonomia política individual rumo ao cosmopolitismo (Kant, 1984 e 2004), percebe-se, em sua herança intelectual, dualidades básicas no centro das ações e das ideias políticas contemporâneas.

Essas dualidades referem-se, em essência, ao conflito fundamental pela inclusão ou exclusão de elementos ou grupos políticos de uma dada sociedade. Entre a evolução e o enraizamento, a tradição e a modernidade, observamos uma intensa contraposição, especialmente nos últimos dois “breves” séculos, de ideias e conceitos que fundamentam parte considerável das ideologias e a própria política moderna, como Nacionalismo e Cosmopolitismo, Conservadorismo e Liberalismo, Autoritarismo e Democracia, etc. (Funke et. al., 2011. p. 8). Essas contraposições dicotômicas se tornam ainda mais contrastantes em momentos de crises, quando ganham força posicionamentos e ideias conservadoras, assim como ações e políticas autoritárias.

Já no século XX, o avanço tecnológico e a composição da sociedade de massas trouxeram um novo momento, no qual os discursos e os meios de repressão se tornam ainda mais violentos, assim como crescem as possibilidades de interações e circularidade de ideias. Assim, as diversas formas do Conservadorismo e do Autoritarismo encontram nesse ambiente condições propícias para se desenvolverem e se relacionarem, ainda que tenham passado por modificações marcantes.

A partir dessas questões, que voltam à tona com intensidade em tempos recentes, surgiu o intuito do dossiê temático “Autoritarismo e Conservadorismos Políticos”, que

¹ Professor substituto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio doutoral junto ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Investigador-coordenador da “Rede Direitas, História e Memória” (<http://direitashistoria.net>). Contato: odiloncaldeiraneto@gmail.com

² Historiador, doutor em Ciência Política pela Freie Universität Berlin (FU-Berlin). Pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). Professor colaborador do PPG-História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), bolsista Capes-PNPD na mesma instituição. Contato: v.liebel@uol.com.br

os organizadores têm o prazer de apresentar. Os quatorze manuscritos selecionados demonstram a pertinência dos estudos sobre o tema e do próprio campo de estudos, suas vicissitudes, interações ou mesmo idiossincrasias, assim como diversas abordagens historiográficas possíveis.

Abrindo o volume, o texto de Thiago Possiede da Silva aborda a gestação de ideias e práticas autoritárias no Chile e suas implicações nas relações entre elites dirigentes e classes trabalhadoras durante a primeira década do século XX. Em recorte temporal semelhante, embora analisando a perseguição aos anarquistas no Brasil, o artigo de Bruno Corrêa Benevides auxilia a esclarecer a relação entre a negação de alteridade e repressão política que daria o tom às décadas seguintes.

Em relação ao papel desempenhado pelos intelectuais, dois artigos trazem novas análises sobre a construção de modelos autoritários baseados, de modo não mimético, em experiências externas. O texto de Felipe Xavier trata especificamente dos escritos de Delio Cantimori sobre a Alemanha nazista, enquanto a contribuição de Fábio Gentile analisa a questão do “autoritarismo instrumental” em Oliveira Vianna, assim como suas relações com o fascismo italiano.

Tratando especificamente de organizações fascistas (ou do fascismo enquanto movimento), Gabriela Grecco analisa a interação das porções “culturais” da Falange Española, suas relações e disputas face ao poder institucionalizado do Estado. Em relação às experiências e atividades da Ação Integralista Brasileira, Rodrigo Santos de Oliveira e Michelle Vasconcelos abordam o papel dos três principais intelectuais camisas-verdes na construção de um modelo totalitário à nação brasileira, enquanto Rafael Atháides analisa as mensagens comoventes na imprensa integralista como estratégia política destinada às porções militantes, mas também ao projeto de nação.

Ainda sobre o integralismo brasileiro, todavia no período do “pós-guerra”, Leandro Pereira Gonçalves e Alexandre de Oliveira tratam da questão da problemática contingente militante na passagem da Ação Integralista Brasileira ao Partido de Representação Popular, que sem dúvida trazem implicações historiográficas.

Para além das formações e consequências de modelos autoritários que protagonizaram em especial o período do entreguerras, as contribuições ao dossiê também abrangem a segunda grande “onda” autoritária do século XX, cujo ápice decorre entre os anos 1960 e 1970. Da mesma forma que o primeiro bloco de artigos, neste os fenômenos também são analisados por várias autoras e autores a partir de

abordagens diversificadas. É o caso, por exemplo, de Mila Burns, que trata sobre o papel da Diplomacia Brasileira na deposição de Salvador Allende em torno das interações entre atores e instituições internacionais. Já Juan Besoky aborda as disputas entre as porções da direita peronista que compõem o nacionalismo argentino durante a década de 1970.

A construção do regime de exceção brasileiro é analisada em duas contribuições. Thiago Nogueira de Souza analisa a movimentação anticomunista de parlamentares brasileiros da Ação Democrática Parlamentar, enquanto David Castro Netto trata sobre a relação entre propaganda, os manuais da Escola Superior de Guerra e o regime militar brasileiro. Já Gustavo Bianchi, empreende uma leitura crítica sobre a tese do “oposicionismo nato” dos estudantes durante a ditadura, a partir da análise sobre organizações estudantis de direita.

Por fim, mas não menos importante, Bruno Biazetto, a partir da análise de percepções de intelectuais norte-americanos sobre o fenômeno conservador local, fornece uma ampla visão sobre o estado da arte, que se inicia na Era Reagan e se estende a expressões políticas como o *Tea Party* e a candidatura (e agora eleição) de Donald Trump.

Evidentemente, grande parte dos textos atentam para dinâmicas relacionadas a regimes de exceção – ou às tentativas de construção de ordens autoritárias. No entanto, conforme aventado, a hodiernidade da questão desconhece barreiras temporais ou mesmo divisões de mundo, inclusive entre “Ocidente” e “Oriente”. Assim, a entrevista realizada com o professor Dr. Andreas Umland, um dos expoentes nos estudos do autoritarismo pós-soviético, nos oferece uma visão acerca de um quadro complexo e por vezes pouco analisado *do lado de cá*, coroando a edição do presente volume. Como organizadores, esperamos que este dossiê auxilie a suscitar novas compreensões, discussões, possibilidades de pesquisas e, sobretudo, o diálogo entre as diferentes formas de vivenciar o mundo.

A todos (as), uma boa leitura!

Odilon Caldeira Neto (FURG)

Vinícius Liebel (PUCRS)

NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO DO AUTORITARISMO NO CHILE: PENSAMENTO POLÍTICO NA DÉCADA DE 1900

NOTES ON THE FORMATION OF AUTHORITARIANISM IN CHILE: POLITICAL THOUGHT IN THE 1900s

Thiago Ernesto Possiede da SILVA¹

Resumo: Este artigo busca compreender a formação do autoritarismo no Chile a partir de ideias e elementos que entraram em circulação por meio de intelectuais alinhados com o pensamento conservador. Nacionalismo, antiliberalismo e teorias raciais foram componentes na gestação de conjuntos de ideias que estiveram em constante trânsito nos conflitos entre os grupos de direita e entre os grupos dirigentes e a classe trabalhadora na primeira década do século XX, cujos desdobramentos específicos estiveram presentes em algumas publicações de intelectuais chilenos daquele contexto.

Palavras-chave: História Política; Ideias Políticas; Chile; Intelectuais;

Abstract: This article seeks to understand the formation of authoritarianism in Chile from ideas and elements that went into circulation through intellectuals aligned with conservative thought. Nationalism, anti-liberalism and racial theories were components in pregnancy sets of ideas that were in constant movement in the conflict between the right groups and between the leaders and the working class groups in the first decade of the twentieth century, whose specific developments were present in some publications of Chilean intellectuals that context.

Keywords: Political History; Political Ideas; Chile; Intellectuals;

O objetivo deste texto é discutir a formação do autoritarismo no Chile através de alguns elementos presentes em um conjunto de obras que foram publicadas na primeira década do século XX. Buscamos demonstrar a pertinência deste tema, primeiro, pela ausência de estudos no Brasil, acerca do Chile, que estudam o período do início do século XX até o final da década de 1930 com uma perspectiva de analisar e compreender a formação do autoritarismo de forma mais complexa, dedicando uma atenção sistemática na relação de elites políticas, econômicas e sociais com o Estado e as utilizações de conceitos políticos que estes grupos desenvolvem em suas relações.

Segundo, a contribuição deste estudo pretende partir deste ponto, identificando elementos que circulam e compõem um processo constante e sem conclusão, de gestação tanto de ideias e de práticas que convergem para um fim em comum, isto é, disputar e ocupar o Estado para garantir a manutenção de uma agenda que favoreceu a permanência de um sistema de valores, crenças, práticas e interesses – econômicos, políticos e sociais -, cujo qual também se encontrou em disputa entre os grupos de

¹ Mestre em História – Doutorando – Programa de Pós-Graduação em História – Departamento de História – UFPR – Universidade Federal do Paraná – Campus Reitoria. Curitiba, PR – Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: thiagopossiede@gmail.com

direita. Assim, destacamos um espaço complexo de lutas pelo poder que é fracionado em si. Identificar estas frações, suas dinâmicas e os conceitos políticos articulados por elas é um trabalho que deve ser enfrentado.

Pensando com este escopo, as questões a serem apontadas neste texto concentram-se em refletir a respeito do pensamento político no Chile do início do século XX e suas relações com o Estado-nação. Para esse objetivo, faremos um esforço de compreender o pensamento racial e seus possíveis vínculos com os projetos e concepções sobre o Estado por parte de alguns intelectuais chilenos. Como uma via de acesso para este objetivo, sublinhamos, inicialmente, o livro *Raza Chilena* de Nicolás Palacios.

Segundo Charles Halle, o autoritarismo na América Latina foi uma tendência predominante entre 1870 a 1930, entretanto, comenta que não devemos considerar esse fato como algo homogêneo, ou seja, ao mesmo tempo, o autoritarismo fundamenta-se e aponta para uma diversidade de ideias políticas e sociais. Para uma investigação que considere a complexidade desta heterogeneidade de pensamentos que constituíam as agendas políticas dos grupos de direita no Chile (HALLE, 2009, p. 414), segue: após elencar as relações entre Raça, Estado e Nação, o debate a ser realizado dedica-se em refletir a respeito do pensamento político da direita latino-americana e o lugar da direita chilena nesse universo político.

Nossa hipótese é a de que o autoritarismo constituiu produto do entrelaçamento social. Surgiu dos conflitos de vários grupos e interesses sociais, até que, cedo ou tarde, os instrumentos que foram desenvolvidos nas constantes provas de força, entre elites políticas e econômicas, como entre estas e a classe trabalhadora, se tornaram conhecidos e transformaram-se em organização ou instituição, ou em práticas constantes e dissolvidas nas relações sociais.

A seguir, buscaremos identificar alguns elementos que constituíram esse conceito de autoritarismo, sendo eles o nacionalismo e as teorias raciais.

Teorias raciais e nacionalismo

Nicolás Palacios nasce em 1854, na cidade de Santa Cruz, numa aldeia colchaguina do Chile, pouco mais de cento e oitenta quilômetros ao sul da capital Santiago. Era o mais velho entre seis irmãos, e dentre seus irmãos, três eram mulheres. Seus pais eram naturais do Chile, o pai chamava-se Faustino Palacios e sua mãe, Jesús Navarro. Seu pai, comerciante, foi também agricultor e dedicado ao cultivo de uvas para

a produção de vinho. Segundo o irmão, Senén Palacios, durante a infância, Nicolás Palacios foi uma criança saudável e muito ativa. Para Senén, as características físicas do irmão apresentavam a tese que, anos mais tarde, Nicolás defenderia em seu livro *Raza Chilena*. De acordo com o seu irmão, isso era

el predominio racial en su primera infancia de la herencia paterna, de estirpe goda casi pura. Más tarde comenzó a predominar en el la herencia materna, más rica en sangre araucana. Representaba, por consiguiente, el tipo netamente chileno, mestizo, producto étnico de la fusión de las razas, la conquistadora con la conquistada (PALACIOS, 1918, p. 07).

Ainda na infância, Nicolás Palacios e seus irmãos ficariam sem a figura materna, devido ao falecimento da mãe. Senén Palacios destaca que isso levou a todos a estarem sob a direção do pai, homem dominante e severo, pouco afetivo, excluindo da educação dos filhos as intimidades carinhosas do meio familiar, que segundo ele eram próprias para afeminar o caráter, podendo fragilizá-los. Faustino Palacios fazia os filhos beijarem sua mão, fazendo referência a um sinal de vassalagem, visando obediência e respeito absolutos. Contudo, Senén Palacios comenta que seu pai era uma pessoa instruída, gostava de explicar para Nicolás, por exemplo, o movimento dos astros, ensinar os nomes das constelações estelares, incentivando-o a ler, despertando o interesse do filho em exercitar a atenção (PALACIOS, 1918, p. 08).

Em 1874, Nicolás Palacios graduou-se no bacharelado em Humanidades, no Instituto Nacional de Santiago. Naquele momento, demonstrava interesse em discutir assuntos que circundavam temas da política, ciência, religião e artes. Suas principais referências nestes assuntos foram os escritos políticos de Francisco Bilbao, as ciências naturais de Charles Darwin e o positivismo de José Victorino Lastarria. O desejo de seu pai era que o filho Nicolás seguisse uma carreira profissional, nesse sentido, escolheu a medicina como caminho a seguir. Entretanto, Senén Palacios cita que a medicina não forneceu para o irmão o objetivo almejado, isto é, não encontrou na medicina a verdade científica e exata que imaginara (PALACIOS, 1918, p. 12).

Aquele foi um estágio da história da medicina em que a nova escola bacteriológica ainda não havia determinado as bases científicas do saber médico, onde, posteriormente, a cirurgia e a higiene moderna seriam ramos deste saber. A aproximação com a obra de Darwin tornaria Nicolás Palacios um apaixonado pela *Origem das Espécies*. Desse modo, podemos pensar que sua tese da hibridação entre o europeu e o guerreiro araucano/mapuche poderiam ter sido forjadas, neste primeiro

passo, pelas suas leituras da obra de Darwin e do livro *La Araucana* do espanhol Alonso de Ercilla, que exalta os feitos heroicos dos araucanos, na guerra entre espanhóis e mapuches (PALACIOS, 1918, p. 12).

Nicolás Palacios participava de encontros da *La Academia Literaria* e concentrava-se em uma rotina que circundava estudos de medicina, pintura, escultura e trabalhos literários em prosa. Alguns anos depois, em 1879, a Guerra do Pacífico entre Chile, Bolívia e Peru faria correr pelo território chileno uma onda de patriotismo, incendiando a alma nacional em um ardor bélico. Durante os anos de guerra, participou do conflito como médico do exército chileno. Na última década do século XIX, entrou em contato com os escritos de Herbert Spencer. A obra de Spencer motivou admiração em Palacios, a recepção destas ideias o tornou um convencido individualista e inimigo do socialismo, algo que sempre condenou (PALACIOS, 1918, p. 17).

Nesse mesmo contexto, dedicou-se ao estudo do problema industrial do salitre, escrevendo na imprensa uma série de artigos impregnados de patriotismo, centralizando seus argumentos em propostas de nacionalização da indústria salitreira e objetivando a defesa deste setor da exploração estrangeira. Senén Palacios comenta que nesses artigos do irmão aparecem o “fanático defensor de su patria y el paladin de su raza. Fruto de sus meditaciones i estudios, surgia lentamente en su cerebro una idea genial y se acentuaba su perfil de apóstol de una causa, de una causa nacional.” (PALACIOS, 1918, p. 20)

O problema que interessou Nicolás Palacios definiu-se em compreender a origem étnica do povo chileno. Para realizar tal projeto, a sua experiência nos estudos das obras de Charles Darwin e de Herbert Spencer foram significativas na medida em que possibilitaram o desenvolver de seu próprio pensamento racial e político. Os comentários biográficos que Senén Palacios apresenta a respeito do irmão, presentes na segunda edição de *Raza Chilena*, sugerem alguns pontos para uma compreensão do surgimento das teses do autor deste livro.

A partir do contato que Nicolás Palacios estabeleceu com os trabalhadores dos pampas chilenos, da observação atenta das características destes, sobretudo em relação aos costumes, aos aspectos fisionômicos, aos modos de ser, de pensar e de sentir e, neste aspecto, na comparação deste conjunto de observações com o seu conhecimento sobre trabalhadores de outros países – sul-americanos e europeus de origem latina – levaram o médico a formular uma concepção nova, a uma ideia que apresentou como original acerca dos chilenos. Estes formariam uma entidade racial única e bem definida, de características próprias e que seria a base étnica da nação. (PALACIOS, 1918, p. 21)

Além de suas leituras sobre Darwin e Spencer, debruçou-se na convicção de que estas observações eram verdadeiras, esta convicção o levou para o rastreamento das origens do sangue chileno em um amplo campo de produção literária e científica. Buscou, por um lado, estudar todos os historiadores chilenos, passando pelas cartas de Pedro de Valdivia ao rei da Espanha e pelas atas do Cabildo de Santiago; trouxe livros da Europa que tratavam de estudos em antropologia, etnologia, biologia, psicologia étnica, linguística e filologia; por outro lado, foi atrás das histórias dos povos que habitaram a Espanha desde as suas supostas origens, circulando estudos a respeito dos iberos, celtas, fenícios, bascos, romanos, godos, árabes e bereberes africanos; por fim, aproximou o seu olhar para toda obra que tratava de raças, mestiçagem e estudos que potencialmente poderiam lhe elucidar a respeito do problema que estava pesquisando. (PALACIOS, 1918, p. 21)

Segundo o historiador Horácio Gutiérrez, o problema da mestiçagem e, por conseguinte, os defeitos e virtudes do mestiço foram especialmente debatidos nas curvas do século XIX para o século XX. Considerava-se uma questão necessária, na América Latina, discutir o papel das raças e os lugares que cada uma teria na construção da nação e de sua identidade. Para o autor, ocorreu um processo de transformação do mestiço chileno de origem urbana, conhecido como *roto*, em um tipo que representaria a *chilenidade*. Esse mestiço, o qual Nicolás Palacios percorre o caminho de colocá-lo ao centro do debate, foi desprezado durante o século XIX, porém, ressurgiu para ressignificar as origens do povo chileno, na tentativa de destacarem nele certas qualidades que não eram valorizadas, mas que são reproblematicadas a caminho de tornar-se o símbolo da nação. (GUTIÉRREZ, 2010, p. 139)

O darwinismo social e o organicismo spenceriano compreendiam que a América Latina era um espaço de lutas desenfreadas entre grupos sociais pela sobrevivência, bem como vítima de “doenças orgânicas”. Para Arthur de Gobineau, que teve grande influência nos países da América, a mestiçagem como consequência da escravidão dos africanos provocou a degradação da raça branca, corrompendo a pureza do sangue das nações; Darwin possuía dúvidas sobre a real potencialidade da perversão da mestiçagem para o futuro destas; Spencer afirmava que o mestiço era um elemento instável e incapaz de ser fundador de civilizações sólidas e criativas. Diante disso, o discurso racial do século XIX teve ressonâncias significativas no pensamento social, político e literário, estando presente em muitos intelectuais latino-americanos. (GUTIÉRREZ, 2010, p. 140)

A primeira parte de *Raza Chilena* intitula-se *Etnogenia. Orígenes de la sangre chilena*. Palacios escreve que “el roto chileno es una entidad racial perfectamente definida y caracterizada. [...] La raza chilena, como todos saben, es una raza mestiza del conquistador español y del araucano [...]”. Para o autor, “el pueblo pobre de Chile” foi “desheredado dentro de su propia patria, a la que tanto ama, cuyas glorias han sido adquiridas al precio de su sangre y por la cual está en todo momento a dar alegre en su vida.” (PALACIOS, 1918, p. 34)

Estes argumentos de Palacios estão relacionados ao seu posicionamento contrário à imigração em massa para o Chile, sobretudo de povos de origem latina. Sugere que a imigração e colonização estariam subvertendo o seu projeto de Estado, que circunscreve um Estado racial que esteja vinculado às origens do povo chileno. Assim, manifestava, em seus escritos, posturas simpáticas à imigração dos povos germânicos, estes ofereceriam o restabelecimento dos laços sanguíneos originários e de uma ordem moral, que estava em decadência, devido aos longos anos de governos oligárquicos liberais.

O anti-imigracionismo de Palacios opunha-se, sobretudo, a uma tradição que esteve vigente desde a vida independente do país, como meio eficaz de impulsionar o seu progresso. Esta intenção formou parte dos projetos de Bernardo O’Higgins desde 1822. A imigração também constituiu um elemento fundamental no projeto modernizador do presidente Balmaceda. O historiador Leonardo Mazzei de Grazia reflete que Palacios compreendia esses projetos de colonização como estabelecimento de um pequeno Estado dentro do Chile, uma espécie de parasitismo no país, deixando os cidadãos chilenos em segundo plano. (GRAZIA, 1994, p. 33)

Na concepção de Palacios, a raça nacional não é latina e a imigração desta origem deveria ser bloqueada para o Chile, seus esforços concentravam-se em provar os laços de parentesco do *roto* chileno com as suas origens, tanto do ponto de vista linguístico como do ponto de vista étnico.

Lilia Moritz Schwarcz comenta que a mestiçagem racial apresentava-se como uma nova realidade do pensamento social daquela época, pois evidenciava que os mestiços mostravam a diferença fundamental entre as raças, personificando a degeneração que viria do cruzamento de “espécies diversas”. O raciocínio comum era que a hibridação deveria ser um fenômeno a se evitar. (SCHWARCZ, 1993, p. 56). A particularidade deste pensamento no Chile é justamente a oposta, isto é, havia um esforço de elevar a figura do mestiço ao nível da superioridade racial, tese esta levantada por Nicolás Palacios.

Miguel Alvarado Borgoño argumenta que há uma hipótese totalizante, poética e retoricamente sólida em *Raza Chilena*, formulada a partir das ferramentas intelectuais que estavam em disposição do autor, como o saber científico, a história, biologia, sociologia, antropologia e linguística. Borgoño propõe a existência de uma *vontade de poder ideológica*, um fio condutor que estaria originado nesta obra, conduzindo certas continuidades nos escritos de Francisco Antonio Encina – *Nuestra Inferioridad Economica*; e em Jaime Eyzaguirre – *Hispanoamerica del dolor y otros estudios*¹. O modelo argumentativo que se apresentou nestes textos estaria reunido ao projeto da ditadura militar de Augusto Pinochet da década de 1970, precisamente como projeto cultural de refundação dos mitos originários da identidade nacional chilena. (BORGOÑO, 2005, p. 15)

Pela permanência e duração, as questões sugeridas pelo médico chileno estavam vinculadas com as relações entre uma *política científica* e o autoritarismo. Consideramos que é necessário um esforço de situar o que foi apresentado até aqui ao pensamento político que cruza o contexto da América Latina oitocentista, conectando o Chile a este cenário mais amplo.

Seguindo os argumentos de Charles Halle, as elites dirigentes da América Latina absorveram preceitos importantes do positivismo, mesmo este não sendo uma teoria da política de maneira explícita. Certo conceito de *política científica* foi veiculado de modo formal no Chile e no México. Em linhas gerais, isto implicou a aplicabilidade dos métodos da ciência aos problemas nacionais, proposta que parecia pertinente para as elites políticas, pois os políticos deveriam se afastar das teorias abstratas que, por exemplo, haviam produzido apenas revoluções e desordem. (HALLE, 2009, p. 352)

A recusa das abstrações políticas evidenciou, ao mesmo tempo, o paradoxo dos adeptos da política científica em reverenciar a teoria. Um dos princípios era que a sociedade deveria ser administrada, não mais governada, por representantes eleitos. A industrialização deveria ser a característica predominante destas sociedades, cujas elites efetuariam intervenções na medida em que perceberiam as relações entre análises científicas e análises políticas das sociedades, podendo ser os líderes da regeneração social. Halle aponta que essas ideias, em sua forma latino-americana modificada, fortaleceram a tendência à tecnocracia. (HALLE, 2009, p. 353)

De acordo com o autor, houve uma relação de ambivalência entre a política científica e o liberalismo político da América Latina, este havia se transformado de ideologia em mito. A partir de 1870, a crença liberal nos esquemas constitucionais havia sido erodida pelas influências das teorias sociais e históricas semelhantes ao

positivismo. Para Halle, as correntes autoritárias e tecnocráticas da política científica colaboraram para esse processo de erosão. A complexidade do debate político é possível de ser observada quando havia a reivindicação dos defensores da política científica, em seus próprios termos, como liberais ou “liberais-conservadores”. Assim, Halle comenta que a conciliação destes termos, que eram teoricamente contraditórios, foi uma característica deste momento. (HALLE, 2009, p. 353)

Outra característica foi o florescimento do positivismo como um conjunto de ideias sociais na América Latina. O sistema positivista possuiu ressonâncias em Nicolás Palacios, principalmente se são consideradas suas referências, como destacado ao início deste texto, com a presença do positivismo de José Victorino Lastarria. Desse modo, a partir de Herbert Spencer, os latino-americanos apontaram as atenções nas peculiaridades de suas próprias sociedades. Para Halle, as ideias de Spencer foram objeto de reflexão intelectual entre 1890 e 1914, pois o modelo de evolução social que apresentou estava fundamentado no desenvolvimento de sociedades particulares, seus escritos baseavam-se em um programa de dados comparativos acerca de costumes, crenças, rituais e especificidades étnicas.

Esta agenda de trabalho esteve presente nos escritos de Palacios, cuja obra de Spencer é uma de suas fontes. Até aqui, podemos compreender que, tanto o positivismo, a política científica e o darwinismo social foram matéria-prima básica e pautavam a agenda política da América Latina, pois, de acordo com Halle, “um elemento do sistema evolutivo de Spencer, embora não seja o primeiro, é a raça, que acabou por tornar-se a preocupação central do pensamento social latino-americano.” (HALLE, 2009, p. 363). A carreira da medicina de Palacios possibilitou abordagens diagnósticas a respeito de seu problema de pesquisa.

Halle discute que este ponto é significativo porque Gustave Le Bon, inicialmente médico, dedicou sua abordagem da ciência social como diagnóstica, “uma característica que aparece também no pensamento latino-americano. Eram inúmeros os intelectuais que se diziam ‘os diagnosticadores de um continente doente’” (HALLE, 2009, p. 366). A diferença é que Nicolás Palacios não expõe a mestiçagem como um diagnóstico de resultado negativo, mas, como algo que elenca a potencialidade do mestiço chileno a ser o paradigma de uma nova raça.

De maneira semelhante, após 1870, a circulação do pensamento evolucionista possibilitou uma nova compreensão da raça. O objeto dos escritos do mexicano Justo Sierra centralizava o crescimento da nação mexicana como “personalidade autônoma”, sendo um dos elementos a mestiçagem. A lógica do pensamento de Sierra é a mesma de

Palacios, destacando que os mexicanos são a consequência de duas raças que se cruzaram nos conflitos entre espanhóis e indígenas. Em outras palavras, entre o conquistador e o guerreiro nativo, tal como a tese presente em *Raza Chilena*.

Não podemos pensar a questão racial sem integrá-la a outras esferas, como, por exemplo, às questões econômicas. A historiadora Sandra Deutsch comenta que ao final do século XIX, chilenos vinculados com as elites provinciais ou os setores médios, perceberam problemas no desenvolvimento nacional. Naquela conjuntura, a economia se verificava instável.

O setor exportador de salitre provocou um estímulo da expansão das cidades, ferrovias, indústrias e da agricultura no sul do país, dessa forma, as rendas derivadas do salitre financiaram a educação e projetos de obras públicas. Em contrapartida, as empresas britânicas que compunham este setor no final do século XIX enviavam grande parte de seus ganhos ao exterior. A demanda do salitre era instável, de modo que, quando declinava, as consequências sobre o emprego e o resto da economia foram significativas, afetando os salários dos trabalhadores. (DEUTSCH, 2005, p. 31)

Considerando estes aspectos, juntamente com uma pobreza que atingia a maioria dos chilenos, uma abrangente dependência das relações comerciais proporcionadas pelo salitre e o subsequente controle da indústria por grupos internacionais posicionavam intelectuais e elites locais numa relação de oposição e crítica a estas características que se desenhavam na conjuntura chilena. (DEUTSCH, 2005, p. 32)

O nacionalismo antiliberal emerge neste conjunto de situações em que os atores sociais compreendem-se enquanto sujeitos que estão diante de crises políticas, sociais e econômicas. Entre os anos de 1880 a 1914, aproximadamente, o nacionalismo avançou e tanto seu conteúdo ideológico e político transformaram-se. À *causa nacional* era atribuída uma importância política que deveria conduzir as relações entre Estado e sociedade no direito à autodeterminação, extirpando os problemas que estavam no caminho da unidade da nação. De acordo com Eric Hobsbawm, os nacionalismos possuíam uma base em comum, este sedimento foram os laços emocionais que fizeram com que as pessoas se identificassem com a nação e que poderiam ser potencialmente mobilizadas para fins políticos.

Hobsbawm sinaliza que a essência do nacionalismo de direita, traço presente em Estados-nação estabelecidos, fluiu da captura do patriotismo para a extrema direita política, sendo por meio deste espectro político a externalização de estigmas que identificavam grupos políticos e sociais como traidores, indesejáveis, desnecessários, etc. (HOBSBAWM, 2010, p. 228). É perceptível esta característica na conjuntura

chilena na medida em que as classes trabalhadoras e intelectuais, como Nicolás Palacios e Francisco Antonio Encina, dedicaram suas pressões e críticas às oligarquias liberais, apontando-as como traidoras da nação, ao vislumbrarem a Europa e virar às costas para as questões nacionais.

Segundo Hobsbawm, ocorreram mutações no nacionalismo com profundas consequências no século XX, podendo ser compreendidas em quatro aspectos. Pensar nos termos que Hobsbawm enumera nos oferece um campo onde podemos situar o caso chileno com maior sistematização, ou ao menos apontar a potencialidade da análise em relacionar o nacionalismo chileno com outras realidades, de modo que, mesmo possuindo peculiaridades que lhe é inerente, semelhanças com os nacionalismos europeus se fazem presentes.

O primeiro aspecto diz respeito à emergência do nacionalismo e do patriotismo como uma ideologia articulada pela direita; o seguinte seria a pressuposição de que a “autodeterminação nacional” se aplicou a todo e qualquer grupo que buscava reivindicar a identidade de *nação*, não limitando-se, assim, às nações que demonstravam suas bases econômicas, políticas e culturais; o terceiro aspecto foi o raciocínio de uma tendência progressiva de que a autodeterminação da nação não poderia ser estabelecida sem a plena independência do Estado; por fim, o último aspecto foi a tendência em definir a nação em termos étnicos e linguísticos. (HOBSBAWM, 2010, p. 230)

Estes quatro aspectos são pertinentes na reflexão, pois nos oferecem um ponto de partida para estabelecermos algumas considerações de ordem metodológica ou de orientação. Contudo, nos limitaremos ao nacionalismo e patriotismo como ferramenta ideológica da direita e à definição da nação com base em caracteres étnicos e linguísticos.

As reflexões de Benedict Anderson tornam-se interessantes para destacar a experiência chilena, sobretudo se apontarmos o autoritarismo chileno como parte da transformação do nacionalismo e da fundamentação de um Estado autoritário que esteve em processo de gestação, se observado em longo prazoⁱⁱ. Em outras palavras, pensando pela via que Anderson abre, a questão concentra-se em abordar a nacionalidade e o nacionalismo como produtos culturais específicos sendo incorporados pelas constelações políticas e ideológicas da direita chilena (ANDERSON, 2008, p. 30)

Como sinalizado nas primeiras páginas deste ensaio, o problema da raça é pensado por Nicolás Palacios em termos centrais na sua obra, o personagem que representa a nação viria da mestiçagem entre o colonizador e o colonizado, unida a este ponto, a peculiaridade linguística também foi destacada. Seriam consideradas provas da

manifestação autêntica da alma da raça, tanto o mestiço e o seu dialeto, este sendo um traço particular desta mestiçagem. Darío Rojas sustenta que Palacios foi o primeiro intelectual chileno que adotou uma inclinação para um *nacionalismo etnolinguístico*, dedicando-se a análises linguísticas para sustentar a sua tese, principalmente quando relacionou o dialeto chileno como sendo herança da língua dos conquistadores godos. Em linhas gerais, a questão sintetizava uma conexão natural entre raça, língua e nação.

Rojas argumenta que Palacios expôs uma concepção etnonacionalista da história e da vida social, motivando-o a pensar sobre a linguagem. Pensando desta forma, Palacios colocou-se de forma contestatória diante da ideologia dominante das elites intelectuais de seu contexto, caracterizando uma intervenção linguístico-ideológica, cujo fim objetivava um projeto político voltado para a valorização dos traços culturais que até o momento foram vistos como degenerados e inferiores (ROJAS, 2014, p. 262)

Contudo, definirmos a obra de Palacios como um esforço para exaltar o mestiço é simplificar seu lugar no cenário político em que estava inserida. É preciso entender que o início do século XX no Chile foi marcado por um difundido mal estar, sentido pelas classes trabalhadoras mais pobres e por um conjunto de intelectuais, o qual Palacios esteve incluído, onde produziu um nacionalismo antiliberal. Este mal estar foi direcionado para as oligarquias salitreiras – e a valorização do *roto* chileno opõe-se a elas.

A historiadora Sofía Correa discorre que, durante a década de 1900 emergiram vozes dissidentes que esforçaram-se para serem ouvidas e para revelarem o lado em que o país se encontrava. Essas vozes foram diversos autores com visões críticas do estado atual do Chile, não compatíveis com a imagem sustentada por grande parte da classe dirigente, satisfeita com as realizações do passado – com a vitória da Guerra do Pacífico e da extração do salitre no norte chileno. Os escritos desses autores, embora convergindo na compreensão de que havia uma crise, divergiam na abordagem das causas, buscavam, sobretudo, definir a natureza ou clarificar as dimensões da vida nacional nas quais a crise se manifestou com maior intensidade. (CORREA, 2001, p. 44)

Gabriel Salazar e Julio Pinto citam que o período parlamentar, iniciando a partir de 1891, começa com uma elite triunfante que derrotou o presidente José Balmaceda. Liberada das restrições do autoritarismo presidencialista, quase imediatamente se encontrou numa profunda crise de legitimidade e de representação, provavelmente sem precedentes desde o início da República. Para Salazar e Pinto, segundo a visão mais

presente nos manuais escolares acerca da interpretação do período, o desdobramento da Guerra Civil de 1891 marcou o esgotamento da aristocracia oitocentista.

Esta, depois de quase um século de governo, deslumbrada pelo lucro fácil que a indústria do salitre lhe proporcionava e de seu poder sob o regime parlamentar, converteu-se em uma classe ociosa, despreocupada com o destino do país e cega diante das demandas sociais, políticas e econômicas das classes médias e da pobreza que assolava grande parte da população, em geral trabalhadora, imersa na miséria. (SALAZAR; PINTO, 1999, p. 38)

Intelectuais e ensaístas denunciaram este esgotamento e cegueira oligárquica. Somado a Palacios, a intervenção de Alejandro Venegas – que utilizava o pseudônimo de Valdes Cange, tendo publicado *Sinceridad: Chile íntimo en 1910* – agregava a este movimento de contestação, bem como o historiador Francisco Antonio Encina e o ativista operário Luis Emilio Recabarren. Tanto os historiadores Gabriel Salazar e Julio Pinto, como a historiadora Sofía Correa esclarecem que estes autores esboçaram cada um a seu modo, visões apocalípticas do futuro da nação, dada a crise política, econômica e social que estavam inseridos.

Segundo Correa, Palacios observou no Chile uma disposição oficial de favorecimento do estrangeiro sobre o chileno, cedendo para aquele a economia local e oportunidades de colonização do país, desfavorecendo os setores médios e populares do país. Para Palacios, isto significava a extinção dos sentimentos patrióticos e, de modo geral, todos insistiam na ideia básica da oligarquia como uma classe decadente, que estava levando o país para o desastre. (CORREA, 2001, p. 44)

Salazar e Pinto buscam sintetizar o problema da crise da passagem do século XIX para o XX, apontando algumas particularidades, como: as causas do descrédito da oligarquia tradicional começaram a serem gestadas desde a década de 1870, as lutas pela conversão monetária – polêmica entre grupos partidários do estabelecimento do padrão ouro e grupos defensores da não conversão do papel moeda -, as querelas eclesiásticas e as batalhas eleitorais debilitaram a coesão econômica, porém, a Guerra do Pacífico adiou a crise por um curto período, onde foi possível um bem-estar econômico gerado pela guerra e uma vitória contra o presidente José Balmaceda. (SALAZAR; PINTO, 1999, p. 39)

Em contrapartida a esta interpretação da oligarquia como classe ociosa, Salazar e Pinto indicam, por exemplo, o estudo de Luis Vitale, intitulado *Interpretación Marxista de la historia de Chile*, onde se busca entender esta conjuntura enfatizando mais as transformações estruturais pela qual a burguesia industrial passou neste período crítico.

Nesse sentido, a burguesia mineradora do norte chileno teria praticamente desaparecido, vendendo suas posses aos melhores compradores diante do avanço do capital estrangeiro na exploração do cobre e do salitre.

Mais adiante, nos anos 1920, essa burguesia havia aliado-se às elites agrárias, industriais, mercantis e financeiras. Diante disso, Salazar e Pinto chamam a atenção sobre a enraizada hesitação dos setores proprietários de terra para a modernização da produção agrária como uma das causas da crise da velha oligarquia e de seu poder político, e do surgimento de uma nova burguesia industrial, de novos setores burgueses comerciais e de construtores, emergentes da *fiebre de lujo*, consequência da riqueza salitreira. (SALAZAR; PINTO, 1999, p. 40)

Os autores argumentam que, no trânsito do século XIX para o XX, a elite dirigente enfrentou uma crise de legitimidade e de predomínio político, era seu modelo de país e suas práticas como classe dominante que estavam esgotando. Sendo uma oligarquia liberal na economia, conservadora politicamente, libertária nas lutas congressistas, esbanjando um conceito específico de cultura, elegância e aberta ao comércio exterior, havia conseguido manter o poder sem grandes problemas desde, pelo menos, 1830. Todavia, o contexto era outro, seu equilíbrio econômico tornou-se discutível, como a quase inexistente iniciativa de políticas sociais. A crítica à oligarquia não tinha raízes apenas na classe média e na esquerda, em seu próprio interior havia vozes de insatisfação e de protesto. (SALAZAR; PINTO, 1999, p. 40)

Conflitos pelo Estado

Que Estado os críticos da oligarquia esperavam? Como pensavam suas concepções a respeito? É possível extrair da crise um projeto de Estado? Francisco Javier Pinedo cita que o conjunto de críticos reunidos em oposição à oligarquia exigiam maior participação do Estado no desenvolvimento econômico, partindo de uma matriz que reuniu críticas nacionalistas, antiliberais, socialistas, anticlericais e antioligárquicas. (PINEDO, 2011, p. 31)

O início do século XX encontrava-se em conflitos sociais violentos, como greves e mortes de operários. O massacre de Iquique em 1907 evidenciou a fragilidade do modelo político e a intransigência da elite governanteⁱⁱⁱ. Nesta conjuntura, o historiador Francisco Pinedo reflete que o nacionalismo antioligárquico e antiliberal caracterizou-se por elementos conservadores, como é o de Palacios, idealizando o

ministro Diego Portales – conhecido ditador do século XIX – na qualidade de fundador do Estado chileno.

De acordo com Pinedo, o nacionalismo presente em Palacios abarcou setores da elite e, por conveniência ou vontade política, endossaram essas abordagens. Outro exemplo são os escritos de Guillermo Subercaseaux publicados na década seguinte, em 1918, concebendo o nacionalismo como uma via programática viável para resolver os problemas do país. Subercaseaux tinha origem no setor social e cultural mais elevado, mantendo ao mesmo tempo, como outros de sua época, um orgulhoso sentimento de nacionalidade e decepção. Assim, Pinedo destaca que esses escritos devem ser considerados como reflexões da elite chilena do início do século acerca de quais projetos políticos deveriam ser adotados e qual modelo de país a se construir. (PINEDO, 2011, p. 36)

Mario Góngora discute a atuação de Enrique MacIver, conhecido por ser um radical, e principalmente pelo seu discurso em 1900 a respeito da “crisis moral de la República”, onde discorre sobre a estagnação da vida chilena, o declínio da moral pública e do empreendedorismo. Para MacIver, a moralidade pública significou o cumprimento do dever, que deveria sustentar o vigor e a eficácia da ação do Estado. (GÓNGORA, 1981, p. 31)

Em seu prefácio, Góngora indica que o Estado é a matriz da nacionalidade no Chile, a nação não existiria sem o Estado. O autor realiza uma breve análise de intelectuais chilenos que estavam envolvidos nos debates políticos que convergiam para a questão da crise em que o país estava no início do século XX. Diante disso, Góngora sugere que entre esses intelectuais e/ou políticos predominou uma concepção de Estado inclinada para uma orientação nacionalista e tecnocrática em termos de educação, protecionista na economia, com forte intervenção estatal onde a iniciativa privada é falha, nacionalização de todas as indústrias e dos bancos. Por outro lado, aliada a esta agenda, foi interessante, também, o estabelecimento de um social-cristianismo para impedir a propagação do socialismo, mantendo distância, ao mesmo tempo, do liberalismo e do individualismo. (GÓNGORA, 1918, p. 38-43)

Gabriel Salazar e Julio Pinto contrapõem-se, de certa forma, a esta proposta ensaística de Mario Góngora, ao levantarem o seguinte problema: É quase um lugar comum afirmar que o Chile é um país onde o Estado possui uma presença forte. Nesse suposto lugar comum, o Estado parece ter existido desde sempre, herdado da estrutura republicana do passado colonial. Os autores expõem que a noção de Estado chileno como uma construção prévia e criadora da nacionalidade tem sido questionada e

debatida amplamente. Precisamente, tem-se apontado que a ideia de um Estado criador da nacionalidade provém de um equívoco interpretativo dos primeiros anos da vida republicana. (SALAZAR; PINTO, 1999, p. 46)

Este equívoco localiza-se em torno da consideração de que as elites que assumiram o controle do país, logo após o colapso do sistema colonial, não poderiam consolidar-se no plano político senão legitimando seu poder desta maneira, negando uma nação prévia ao Estado e ao modelo republicano-liberal que desejavam estabelecer. Logo, os autores destacam que não seria estranho que os *liderazgos* percebessem o Estado como seu instrumento, igualmente, como uma fonte de legitimidade e como um espaço de domínio, onde seria possível medir as forças, principalmente contra o poder das minorias sociais, conseqüentemente colocado em uma posição de séria ameaça.

Um dos casos mais estudados a respeito é a Guerra Civil de 1891, em que as elites sentiram os seus interesses serem ameaçados por um Poder Executivo que aparentemente estava disposto em utilizar o poder estatal para influir no *liderazgo* econômico, isto é, no controle da economia pelas elites. Segundo Salazar e Pinto, a interpretação marxista tradicional tem sido clara a esse respeito, argumentando que Balmaceda foi um estadista que entendeu que os lucros do salitre deveriam estar direcionados para a criação de um Banco Nacional, bem como em desenvolver um plano de obras públicas que permitiria o desenvolvimento da nação.

Desse modo, colocou-se numa posição para decretar o fim da desvalorização monetária, que era um meio da oligarquia latifundiária beneficiar-se. Contudo, Balmaceda foi derrotado na política, e segundo os autores, sua morte tem mais a ver com as suas intenções do que com os seus atos. Porém, os autores lançam uma pergunta: Aconteceu realmente um confronto entre oligarquia e Estado? (SALAZAR; PINTO, 1999, p. 47)

Em linhas gerais, o diagnóstico marxista sobre esta questão, elaborado entre 1930-1960, apoia-se na derrota do suposto projeto balmacedista de intervenção estatal, para desafiar o que o Estado nacional não havia realizado nos séculos XIX e início do XX, que era o impulso do desenvolvimento nacional, incorporando as massas excluídas através da democratização plena da sociedade e projetar a comunidade nacional em seu conjunto para um avanço maior em sua própria história.

Para os autores, essa interpretação não difere muito, em sua essência, da que foi realizada pela historiografia conservadora, tendo associado à noção de Estado a um modelo autoritário, ordenador e condutor da alma nacional. Por fim, o que distingue uma visão da outra é a ideia – que é própria do pensamento conservador -, de que estas

funções assinaladas são correspondentes às elites, cujo Estado é um espaço que deve ser ocupado e controlado por elas, enquanto que para a interpretação marxista, seria o fracasso destas elites no cumprimento adequado desta responsabilidade, o que justificaria a transferência do poder estatal para outras mãos. (SALAZAR; PINTO, 1999, p. 48)

Como pensarmos a direita nacionalista neste contexto? De acordo com o historiador José Luis Bendicho Beired, a direita antiliberal caracterizou-se como uma nova forma de representar uma ruptura com a direita tradicional, passando a encampar um conjunto de referências que circulavam entre o antiliberalismo, nacionalismo, estatismo e corporativismo e, em alguns casos, somaram-se o anti-imperialismo, o catolicismo e uma defesa das tradições hispânicas. Esta orientação que se apresentava significou tanto a recusa integral dos princípios e regras do liberalismo, como a defesa da não contaminação das tradições nacionais por culturas estrangeiras. (BEIRED, 2010, p. 532)

José Luis Romero reflete que o pensamento político da direita antiliberal foi compreendido como extremista e fanático, cujas ideias fundamentavam-se não apenas no tradicionalismo e na predisposição à conservação da ordem, mas também ao horror que foi causado pelas experiências dos regimes baseados no liberalismo ou estabelecidos sob os seus princípios. Esta direita representou, principalmente, grupos senhoriais que convergiram para um núcleo conservador que esteve disposto a participar da vida política para defender e consolidar suas convicções e posicionamentos. (ROMERO, 1970, p. 63)

Para Romero, o liberalismo significou para esses grupos o ateísmo e o caos desenfreado, signo de regicídio e de terror, da insolência das classes populares em ascensão, bem como a anarquia e sinônimo de crise econômica. A possibilidade para a restauração do mundo que havia sido destruído pelo projeto liberal foi uma via que se abriu para as direitas antiliberais. Houve numerosos matizes na reação antiliberal na América Latina e esses matizes, quando levados até suas últimas consequências, potencialmente conduziram a instauração de um poder forte, o que era esperado, para operar a sonhada restauração do passado. Romero argumenta que os grupos representativos da direita antiliberal atuaram em todos os países da América Latina, depois de suas respectivas independências. (ROMERO, 1970, p. 64).

Segundo Sandra Deutsch, por exemplo, tanto Argentina, Brasil e Chile tiveram importantes movimentos de direita entre o final do século XIX e início do XX, de

maneira que este período prenunciou alguns aspectos das ditaduras posteriores. O grau de influência da direita variou de uma nação para a outra. (DEUTSCH, 2005, p. 21).

Beired discute que os intelectuais ocuparam um lugar importante na manifestação desta agenda política, sendo, talvez, decisivos na gestação como no desenvolvimento da direita antiliberal, fornecendo líderes políticos e ideológicos. Segundo uma hipótese do autor, os intelectuais teriam sido os primeiros na assimilação e no desenvolvimento de novas sensibilidades, orientadas pela direção de novos valores de direita que estavam circulando em escala mundial. De acordo com Beired, a direita nacionalista na América Latina estava vinculada a um processo mais amplo, de reação ao liberalismo, constituindo, simultaneamente, reações aos processos de democratização e de secularização da política que estava em curso nos países localizados na região. (BEIRED, 2010, p. 533).

Haviam elementos compartilhados em comum, porém, as correntes da direita nacionalista se desenvolveram de maneira heterogênea em cada país, e isso se deu tanto na expressão ideológica quanto política. Consideramos que, assim como Beired destaca, qualquer análise sobre a direita nacionalista chilena não pode deixar de lado seus agentes intelectuais em suas atuações individuais ou coletivas, onde fundamentaram as bases teóricas do autoritarismo, de modo que os historiadores como Alberto Edwards e Francisco Antonio Encina foram dois dos principais ideólogos da direita chilena.

Por fim, o livro *Bosquejo histórico de los partidos políticos chilenos* de Alberto Edwards, publicado em 1903, constituiu um componente significativo para a formação de um conjunto de ideias conservadoras que amadureceriam nos próximos anos, defendendo uma reflexão profunda contra o sistema liberal, acusado de responsável pela mencionada crise chilena.

Partindo da proposta de compreender o quadro do pensamento político chileno e alguns aspectos de sua base teórico-política, tentamos entender que a sociedade chilena possuiu uma tradição de autoritarismo arraigada em si, sendo um processo que acompanhou as transformações do Estado, desde a sua independência no século XIX. Na virada deste século para o seguinte, mudanças em relação às elites tradicionais e nas formas de administração do Estado eclodiram. A partir deste corte, sucessivos conflitos políticos e sociais entraram em maior evidência, de modo gradual, trazendo consigo alterações tanto das práticas políticas e de seus conceitos, bem como na organização de

partidos políticos. Assim, compreendemos a necessidade de analisar alguns elementos - nacionalismo, antiliberalismo, teorias raciais - que entraram em maior evidência a partir do início do século XX, cujos desdobramentos estiveram presentes nas décadas seguintes, em apropriações e remodelamentos por partidos, por intelectuais, por associações empresariais e pela burocracia estatal. Entender a formação de ideias, práticas e projetos conservadores contribui para uma maior sistematização do conceito de autoritarismo na América Latina e das suas especificidades em cada país.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BEIRED, José Luis Bendicho. A direita nacionalista na América Latina: Personagens, práticas e ideologia. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. (orgs.). *Os intelectuais do antiliberalismo: Alternativas à modernidade capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BORGÑO, Miguel Alvarado. La pulsión por la identidad: Nicolás Palacios, maldito y moderno. *Literatura y lingüística*. Santiago, n. 16, 2005. pp. 15-30. p. 15. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0716-58112005000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 06/06/2015.
- CORREA, Sofía et all. *Historia del siglo XX chileno: Balance paradójico*. Santiago: Editorial Sudamericana, 2001.
- DEUTSCH, Sandra. *Las derechas: La extrema derecha en la Argentina, el Brasil y Chile. 1890-1939*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.
- ENCINA, Francisco Antonio. *Nuestra Inferioridad Económica: Sus causas, sus consecuencias*. 5ª ed. Santiago: Editorial Universitaria, 1981.
- ERCILLA, Alonso de. *La Araucana*. Santa Fe: El Cid Editor, 2003.
- EYZAGUIRRE, Jaime. *Hispanoamerica del dolor y otros estudios*. Madrid: Ediciones Cultura Hispanica, 1979.
- GÓNGORA, Mario. *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*. Santiago: Ediciones la ciudad, 1981.
- GRAZIA, Leonardo Mazzei de. El discurso antiinmigracionista en Nicolás Palacios. *Atenea*. Nº 470, Concepción, Universidad de Concepción, 1994, p. 33-54.
- GUTIÉRREZ, Horácio. Exaltação do mestiço: A invenção do *roto* chileno. In: *Esboços* (UFSC), v. 20, p. 122-139, 2010.
- HALLE, Charles. As ideias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie. (org.). *História da América Latina: De 1870 a 1930*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- LETELIER, Alfredo Jocelyn-Holt. *La independencia de Chile: Tradición, modernización y mito*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.
- PALACIOS, Nicolás. *Raza Chilena: Libro escrito por un chileno y para los chilenos*. 2ª ed. Santiago: Editorial Chilenea, 1918. Tomo I.
- PINEDO, Francisco Javier. Apuntes para un mapa intelectual de Chile durante El Centenario: 1900-1925. *América sin nombre*. Nº 16 (2011), pp. 29-40. Disponível em: <

http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/20637/1/ASN_16_04.pdf> Acesso em: 12/06/2015.

ROJAS, Darío. Nicolás Palacios and Chilean Spanish. Ethnolinguistic nationalism in nineteenth-century Latin America. *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft*. La Rioja, n. 02, Vol. 24, 2014. pp. 247-265. p. 262. Disponível em:

<<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4964731>> Acesso em: 11/06/2015.

ROMERO, José Luis. *El pensamiento político de la derecha latinoamericana*. Buenos Aires: Paidós, 1970.

SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio. *Historia Contemporánea de Chile: Actores, Identidad y movimiento*. Santiago: LOM Editores, 1999. Vol. II.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Notas

ⁱ Francisco Antonio Encina busca traçar as consequências e causas do que compreende como inferioridade. Assim, aponta, por exemplo, análises acerca da “debilidad en nuestro organismo económico” e da “psicología económica del pueblo chileno”. ENCINA, Francisco Antonio. *Nuestra Inferioridad Económica: Sus causas, sus consecuencias*. 5ª ed. Santiago: Editorial Universitaria, 1981. p. 08.

Jaime Eyzaguirre irá comentar que “de este choque de razas inconexas, de angustias dispares, ha brotado el alma de la América hispana. Alma compleja y múltiple, rica como ninguna y apenas revelada aún en sus posibilidades”. EYZAGUIRRE, Jaime. *Hispanoamérica del dolor y otros estudios*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1979. p. 12.

ⁱⁱ Alfredo Jocelyn-Holt Letelier analisa os traços autoritários do Estado chileno em seus estudos sobre o século XIX, precisamente a respeito do processo de independência do país. O problema político que se apresentou no pós-independência foi a questão de estabelecer um governo sólido e estável. Os anos seguintes configuraram um período de consolidação do republicanismo, de amadurecimento político, do equilíbrio de forças e do projeto conceitual do que já foi atingido até aquele momento. Durante aquele período do oitocentos é preparado o terreno para a consolidação institucional de caracteres liberais, e não conservadores, como é afirmado por uma tradição historiográfica conservadora do século XX, representada principalmente por Alberto Edwards, Francisco Antonio Encina, Jaime Eyzaguirre e Mario Góngora. Letelier chama a atenção que esta consolidação institucional de matriz liberal é autoritária e que, durante a década de 1830, já no processo posterior da Independência, são tentadas três estratégias distintas que se complementam, com o objetivo de resolver o problema político governamental, caracterizando-se em: um autoritarismo personalista, um esforço para o equilíbrio do poder civil com o poder militar e, por fim, ensaios de natureza jurídico-constitucional. Isso fica mais claro compreendendo esta conjuntura, segundo Letelier, em termos de uma transição autoritária, pois o problema central da *Patria Vieja* (1810-1814) foi o de legitimar-se, enquanto que o da *Patria Nueva* (de 1817 em diante) era estabelecer um governo viável. Nos dois casos, se tentou resolver a aporia combinando improvisações e certezas. Para o autor, no período pós-1817, alcançar um governo viável seria possível sob a base do reconhecimento de uma força nova, *el liderazgo militar*. Nesse sentido, o personalismo caudillesco surgiria como uma primeira tentativa para a resolução deste problema fundamental do pós-Independência. LETELIER, Alfredo Jocelyn-Holt. *La independencia de Chile: Tradición, modernización y mito*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992. pp. 225-230.

ⁱⁱⁱ Em Iquique ocorreu uma greve operária e popular, onde participaram operários salitreiros e uma grande parte dos grêmios organizados da cidade, além dos *pampinos* vindos do deserto com suas esposas e filhos. Tornou-se conhecido como um episódio de extrema violência pelo motivo do general Silva Renard ter autorizado seus soldados em disparar as metralhadoras, atingindo aproximadamente seis mil pessoas. O pano de fundo da greve seria a crise econômica e moral que comentamos brevemente durante o texto. DURÁN, Mario Garcés. *Crisis social y motines populares en el 1900*. 2ª ed. Santiago: LOM Ediciones, 2003. p. 121.

**“ANARQUISTA, UM PROFISSIONAL DO CRIME”: UMA
APROXIMAÇÃO ENTRE AS CONCEPÇÕES LOMBROSIANAS
SOBRE O ANARQUISMO E OS DISCURSOS DO DEPUTADO
ADOLPHO GORDO SOBRE AS LEIS DE EXPULSÃO DE
ESTRANGEIROS (1907/1913)**

**"ANARCHISTS, A PROFESSIONAL CRIME": AN APPROACH
BETWEEN THE LOMBROSIAN'S CONCEPTS ABOUT
ANARCHISM AND DISCOURSE OF DEPUTY ADOLPHO GORDO
ABOUT THE FOREIGNERS EXPULSION'S LAWS (1907/1913)**

Bruno Corrêa de Sá e BENEVIDESⁱ

Resumo: As Leis de expulsão de estrangeiros (decretos de n.^{os} 1.641/1907 e 2.741/1913), de autoria do deputado Adolpho Gordo, foram editadas visando à expulsão de alienígenas considerados subversivos, particularmente os envolvidos com a prática do anarquismo. Este artigo busca estabelecer uma aproximação entre os discursos proferidos pelo deputado Gordo na ocasião da aprovação de ambas as leis, e os aportes teóricos do Direito Penal Positivo ligados à Criminologia desenvolvida pelo médico italiano Cesare Lombroso, sobretudo ao considerar o anarquista um criminoso profissional e portador de uma patologia. A hipótese defendida é que as referidas Leis são frutos da influência exercida pela Criminologia lombrosiana sobre grande parte dos juristas, intelectuais e políticos nacionais, entre os anos de 1900-1930.

Palavras-chave: Estrangeiros; Expulsão; Anarquismo; Criminologia; Cesare Lombroso.

Abstract: The foreigners expulsion's Laws (decrees 1.641/1907 and 2.741/1913), authored by Deputy Adolpho Gordo, were issued with a view to expulsion of aliens considered subversive, particularly those involved in the practice of anarchism. This paper seeks to establish a connection between the speeches made by deputy Gordo on approval of both laws, and the theoretical contributions of the Criminal positive law related to Criminology developed by Italian physician Cesare Lombroso, especially when considering the anarchist a professional criminal and carrier of a disease. The hypothesis defended is that the Laws mentioned are the fruit of the influence of lombrosiana Criminology over much of lawyers, intellectuals and national politicians, between the years 1900-1930.

Keywords: Foreigners; Expulsion; Anarchism; Criminology; Cesare Lombroso.

Apresentação

Em janeiro de 1907, o então presidente da República, Afonso Penna, tornava público na imprensa oficial (Diário Oficial) o decreto de n.º 1.641 de iniciativa do deputado Federal pelo Estado de São Paulo, Adolpho Gordo.

A lei em questão, que passou a ser conhecida pela historiografia e pelos juristas da época como ‘Lei Adolpho Gordo’ (ou apenas Lei Gordo), tinha como proposta

ⁱ Mestrando em História – Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Prédio Padre Anchieta, Campus Pasteur. Rio de Janeiro, RJ – Brasil. E-mail: brunoebenevides@gmail.com.

regulamentar a possível expulsão de estrangeiros residentes no país que fossem suspeitos de “comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública”, consoante o artigo primeiro do dispositivo legal.

Essa norma jurídica possuía destino certo. Diante da organização do operariado, já nos primeiros anos do século XX, não tardou para que o governo, preocupado com a crescente atividade grevista da classe proletária, delineasse uma lei de deportação que atingiria, em geral, os imigrantes anarquistas (SAMIS, 2004, p. 137).

No Brasil, a difusão do anarquismo ocorreu a partir da década de 1890, em razão de um crescente aumento de anarquistas vindos do exterior em meio às ondas de imigrantes que chegavam ao país com a finalidade de trabalhar nas lavouras cafeeiras dos latifúndios paulistas (OLIVEIRA, 2009, p. 50). Posteriormente caminham para o interior das fábricas para suprir a demanda por mão de obra no incipiente parque industrial das duas maiores capitais nacionais (Rio de Janeiro e São Paulo) (ROMANI, 2002, p. 169). Em São Paulo, por exemplo, os primeiros grupos de ácratas eram formados majoritariamente por imigrantes italianos. Já no Rio de Janeiro, o anarquismo se propagaria por grupos de brasileiros, portugueses e espanhóis. Além disso, inúmeros estrangeiros se tornariam adeptos das concepções libertárias em território brasileiro, sem ter tido contado com o movimento em sua terra de origem (BATALHA, 2000, p. 7-24).

Seja como for, os estrangeiros adeptos às ideias anarquistas seriam estigmatizados pelas autoridades policiais e políticos da primeira República, sob a pecha de que o movimento estava relacionado diretamente com as práticas de crimes, violência e atentados com explosivos de dinamite e subversão da ordem (CARNEIRO; KOSSOY, 2003, p. 27). Além disso, as ideias libertárias passaram a ser consideradas um perigo de procedência externa que contaminavam os trabalhadores brasileiros. A lógica, portanto, era simples: o anarquismo (a “planta exótica”¹) penetrava no território nacional por causa dos estrangeiros.

A reação das instituições republicanas foi imediata. Se o estrangeiro envolvido em práticas consideradas subversivas é o perigo, é preciso eliminar esse mal. Mas como? Nada melhor que expulsando sumariamente o elemento externo e livrando o Brasil dessa chaga, já que o país estava “se constituindo um refúgio de anarquistas e fomentadores de desordens”, segundo as próprias palavras do Deputado Adolpho Gordo

em um pronunciamento na Câmara dos Deputados em novembro de 1912 (GORDO, 1918, p. 11).

Em razão disso, a Lei Adolpho Gordo foi editada com o propósito de atingir o cerne do movimento operário, em especial os anarquistas alienígenas, desarticulando-o e ao mesmo tempo enfraquecendo a organização dos trabalhadores (CARNEIRO; KOSSOY, 2003, p. 27). Nessa briga de “gato e rato”, o rato não esmoreceria com facilidade e, desta maneira, outras medidas na esfera legislativaⁱⁱ vão sendo tomadas para conter as ondas de manifestações e greves que aconteceram reiteradamente durante a primeira República. Desta forma, somada à lei de 1907 e às suas reedições (1913 e 1919), são editadas as leis de Acidentes no Trabalho (1919) e de Imprensa (1923) que passam a ser consideradas como parte integrante do “pacote” de medidas do parlamentar Adolpho Gordo contra os indesejáveis.

Além do Decreto n.º 1641/1907 ser considerado inconstitucional por alguns juristas naquela ocasiãoⁱⁱⁱ, a hipótese que orienta este trabalho é que a referida “Lei Adolpho Gordo” foi fruto da teoria do Direito Penal Positivo, teoria esta que foi recepcionada por grande parte da intelectualidade brasileira, entre as últimas décadas dos Oitocentos e as primeiras dos Novecentos no Brasil, e que concedeu destaque ao ramo da antropologia criminal ou da criminologia – como será amplamente denominada –, tendo sido “elaborada na Europa, sobretudo a partir dos trabalhos de Cesare Lombroso e de seus seguidores” (ALVAREZ, 2002, p. 678).

O médico italiano Cesare Lombroso ganhou notoriedade por defender a teoria conhecida como ‘criminoso nato’. De acordo com esta proposição científica, os comportamentos humanos seriam biologicamente determinados a partir das características antropométricas dos indivíduos. Segundo Lombroso, os criminosos poderiam ser classificados como ‘tipos atávicos’, em outras palavras, “indivíduos que reproduzem física e mentalmente características primitivas do homem” (2002, p. 679). Esse atavismo, portanto, poderia ser identificado levando-se em conta sinais anatômicos do corpo do ‘delinquente nato’, que seriam aqueles que estariam hereditariamente destinados à prática criminosa. Para cada delinquente em espécie (homicida, estelionatário, falsificador, etc) existiriam algumas características físicas ou mentais que os determinariam. Neste sentido, os anarquistas também passariam a ser considerados, por Lombroso, ‘criminosos natos’ (ou, dependendo do caso, apenas loucos) e seriam portadores de certos atributos físicos e psicológicos específicos. Foi o que citado autor

tentou catalogar em seu livro *Gli Anarchici* (Os Anarquistas), utilizado nesse trabalho para a compreensão de suas ideias.

Do lado de cá do Atlântico, diversos juristas, ao longo da Primeira República, passam a propagar os novos parâmetros científicos acerca do crime e do criminoso (delinquente). Assim, nomes de peso dentro do mundo jurídico, que inclusive, em alguns casos, ocuparam cargos eletivos no legislativo, como Clóvis Beviláqua, José Higino, Paulo Egídio de Oliveira Carvalho, Raimundo Pontes de Miranda, Viveiros de Castro, Aurelino Leal, Cândido Mota, Moniz Sodré de Aragão, Evaristo de Moraes, José Tavares Bastos, Esmeraldino Bandeira, Lemos Brito, entre outros, publicam artigos e livros em que são discutidos os “principais conceitos e autores da criminologia e da Escola Positiva de direito penal” (ALVAREZ, 2002, p. 684).

A propagação de ideias da criminologia e da escola positivista no debate intelectual brasileiro entre 1880 e 1930, sobretudo a partir das concepções de Lombroso, revela a influência que essa corrente exerceu sobre os juristas e os políticos republicanos, principalmente a partir de formulações de propostas e reformas de leis e na criação de alguns institutos jurídicos (2002, p. 678).

Assim, com base nos discursos proferidos pelo deputado Gordo na ocasião da aprovação do Decreto n.º 2.741/1913 (que alterou a primeira lei de expulsão de 1907), é possível verificar elementos que corroboram uma aproximação entre o discurso em defesa da lei de expulsão e os aportes teóricos lombrosianos, especialmente a partir da citada obra de autoria do médico italiano – *Os Anarquistas (Gli Anarchici)*.

O próprio título deste artigo é uma clara referência a um trecho do discurso do deputado Adolpho Gordo, em novembro de 1912, na Câmara dos Deputados. Como será analisado em momento oportuno, o ácrata sendo o típico delinquente (ou “profissional do crime”), também aparecia nos escritos lombrosianos: “os anarquistas possuem perfeito tipo criminal” (LOMBROSO, 1978, p. 18). Assim, é quase inconteste que Gordo tenha ‘bebido e se enfiado dessas águas’ criminológicas que jorravam da Europa.

A ‘Lei Adolpho Gordo’ e o Gordo

O autor do Decreto n.º 1641/1907, o deputado paulista Adolpho Afonso da Silva Gordo (1858-1929), foi um tradicional político republicano que participou da

Constituinte de 1891, e exerceu diversos mandatos como deputado e senador representando o estado de São Paulo. Segundo Alice Lang (1989), como parlamentar participou diretamente na discussão e formulação de inúmeros projetos legislativos, entre eles os mais notórios são: os Códigos Civil (revogado somente em 2002) e Comercial, o projeto de Reforma da Constituição em 1926, as Leis de Expulsão de Estrangeiros, a Lei de Acidentes no Trabalho e, finalmente, a Lei de Imprensa.

A preocupação com o estrangeiro não veio à tona apenas com a entrada em vigor do Decreto n.º 1641 em 1907. Já nos anos de 1894 (com o Projeto n.º 109-B) e 1902 (com o projeto n.º 217-A), a matéria sobre a expulsão e a defesa nacional foi debatida no Congresso, evidenciando, desde os primeiros anos da República, que a presença do alienígena envolvido em práticas consideradas subversivas havia ganhado a conotação de uma ameaça à ordem. Contudo, em ambas as ocasiões, os projetos não foram aprovados. Além disso, a expulsão do alóctone já era uma prática recorrente pela autoridade policial antes mesmo de sua regulamentação normativa. A normatização deste instituto jurídico foi uma tentativa de conceder contornos de legalidade ao tema, já que o Estado de Direito em vigor assim o exigia^{iv}.

Em 1906 o tema tornou a ser debatido a partir da proposta de lei do deputado Gordo, sendo sancionada no dia 7 de janeiro de 1907 pelo presidente da República (Afonso Penna). O decreto n.º 1.641 previa a possibilidade de expulsão do estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometesse a segurança nacional ou a paz pública (art. 1º). Pode-se verificar o grau de arbitrariedade que envolvia as condições para a expulsão, já que a expressão ‘qualquer motivo’ deixava em aberto as possíveis causas para o afastamento do imigrante do território nacional.

Somado a isso, eram causas para a expulsão: (a) possuir o estrangeiro condenação ou estar sendo processado perante algum tribunal fora do país por crimes de natureza comum^v (art. 2º, parágrafo 1º); (b) ter pelo menos duas condenações perante a justiça brasileira por crime de natureza comum; e (c) a prática da vagabundagem, a mendicância e o lenocínio (art. 2º).

Ainda segundo o texto da lei, o estrangeiro, após ser notificado pela autoridade competente sobre a sua expulsão, tinha o prazo de 3 a 30 dias para a sua retirada, podendo ser decretada a sua prisão cautelar até o dia de sua saída, sob a justificativa de resguardar a “segurança pública” (art. 7º).

Contra a decisão de expulsão, caberia recurso a ser apreciado pela autoridade competente do poder Executivo, nas hipóteses de expulsão do art. 1º; já nos casos do art. 2º, caberia à Justiça Federal analisar o pleito. A previsão do recurso era letra morta, já que na prática dificilmente o poder Executivo reconsiderava da decisão (art. 8º). De qualquer maneira, tal fato não obstava ao estrangeiro de impetrar a ação de *habeas corpus*^{vi} perante o Judiciário requerendo a anulação de sua expulsão. Hoje é possível encontrar no Arquivo Nacional inúmeros HC's (*habeas corpus*) impetrados ao STF pedindo a permanência de um determinado estrangeiro no país.

Segundo Alexandre Samis, a primeira lei de expulsão surgiu como força de reação em virtude da organização, por parte do operariado, do Congresso Operário Brasileiro realizado entre os dias 15 a 22 de abril de 1906, no Rio de Janeiro. Durante o Congresso ficou decidido que uma confederação e um jornal sindical deveriam ser criados no intuito de prestarem auxílio às federações e dar voz às associações. Sendo assim, foi fundada a Confederação Operária Brasileira (COB) e o seu órgão de imprensa oficial foi o periódico *A Voz do Trabalhador* (2004, p. 137).

Apesar da promulgação da lei de expulsão, os movimentos proletários permaneceram insuflando greves, o que contribuiu ainda mais para serem considerados uma ameaça à “paz pública”. Desta forma, a referida norma passou a ser vista como insuficiente para reprimir tais movimentos, e em 1912, a partir de um projeto de lei novamente defendido pelo deputado federal Adolpho Gordo, foi proposta uma modificação no decreto n.º 1.641/1907, sobretudo a partir da revogação dos artigos 3º, 4º e o 8º.

Os artigos 3º e 4º, no texto original do diploma legal, limitavam a possibilidade de expulsão do alienígena que residisse no país por dois anos ou que estivesse casado com brasileira, ou ainda fosse viúvo com filho brasileiro. Entretanto, ambos os artigos foram revogados sob a argumentação de que o estrangeiro que estivesse no país há mais de dois anos poderia ser até mais perigoso que o recém-chegado. Em caso de ser casado com brasileira e ter filho nascido no país, afirmavam os legisladores do projeto que a expulsão não atingia os familiares, uma vez que poderiam ou não acompanhar o expulso (BONFÁ, 2008).

No tocante ao artigo 8º, que no texto original previa a possibilidade de recurso contra a medida, o novo projeto de lei previa a revogação deste artigo. Diante desta nova realidade, pode-se perceber que a intenção dos legisladores foi ampliar as

hipóteses de expulsão do estrangeiro, restringindo-lhe qualquer forma de defesa, dificultando a todo custo a sua permanência no país. Em janeiro de 1913, o projeto foi aprovado e sancionado pelo Presidente Hermes da Fonseca, passando a ser conhecido como decreto nº 2.741, uma reedição da “Lei Adolpho Gordo”, fazendo valer as alterações propostas.

De acordo com o deputado Adolpho Gordo o novo conteúdo dado à norma após a sua reedição, em 1913, era muito semelhante às leis e aos decretos europeus promulgados na década de 1890 visando reprimir os atentados e agitações anarquistas, principalmente no que diz respeito ao direito de expulsão de estrangeiros subversivos, “sem restrições de qualquer natureza” (GORDO, 1918, p. 14).

Além dos casos europeus, Gordo também argumentou que a mesma cautela havia sido tomada pela República da Argentina. A “Lei de residência”, publicada em 1902, permitia da mesma forma a expulsão “sem qualquer restrição”, ou seja, independente do tempo de residência do alienígena no país ou do seu estado civil. Além disso, ainda segundo o parlamentar, as expulsões naquela região já eram realizadas apesar da inexistência de previsão legal, mas em razão de ações violentas intentadas pelos anarquistas rapidamente o tema passou a ser discutido resultando na aprovação daquela norma jurídica visando combater tais práticas:

A República Argentina, que mesmo antes de decretar qualquer lei em relação ao Assunto, (...) já fazia expulsões, (...) foi forçada depois dos bárbaros e estúpidos atentados anarquistas em uma Igreja da Capital, no Teatro Colon e depois do assassinato do Chefe de Polícia, a decretar, quase que em momentos, a lei de 23 de Novembro de 1902, que denominou: ‘lei de residência’ (1918, p. 10).

No Brasil, essa reação contra os estrangeiros envolvidos em práticas consideradas subversivas, ainda não seria o ponto final. Em janeiro de 1921, em razão da grande onda de greves gerais nas maiores capitais do país (1917 e 1919), foi editado o decreto n.º 4.247 (LOPREATO, 2003, p. 75-91), que visava regulamentar a entrada de estrangeiros no território nacional. É quase uníssono entre a historiografia que essa medida se restringiu aos estrangeiros residentes no país de uma forma geral, não sendo a intenção do legislador afetar exclusivamente o operariado militante do anarquismo (SAMIS, 2002; LEAL, 2006 e BONFÁ, 2008). Ainda segundo os mesmos autores, a propaganda anarquista viria a sofrer seu golpe legal mais direto em 17 de janeiro de

1921, com a edição da lei de n.º 4.269 que visava a criminalização da prática do anarquismo.

De qualquer forma, segundo Rogério Bonfá, a Lei Adolpho Gordo (em especial a sua primeira versão, o decreto n.º 1641/1907) teria sua legitimidade justificada através do argumento de “defesa da soberania nacional”, assegurando, deste modo, que o Executivo exercesse a medida de expulsão dos estrangeiros considerados indesejáveis, ainda que contrariasse a própria Constituição de 1891. Ainda segundo o autor, essa linha interpretativa pode ser percebida através do discurso proferido no dia 25 de setembro de 1917 por Adolpho Gordo, que na ocasião exercia o cargo de senador: “Efetivamente não é a lei que cria o direito de expulsão: tal direito é anterior a quaisquer leis, sejam constitucionais ou ordinárias. A lei, apenas, regula o exercício desse direito. O direito de expulsão é uma manifestação do direito de soberania” (2008, p. 76).

O argumento em defesa da soberania nacional, sem sombra de dúvida, fez parte dos debates sobre a lei de expulsão, sobretudo nos argumentos enunciados pelo deputado Gordo. Entretanto, uma análise mais apurada do discurso feito pelo próprio parlamentar em novembro de 1912, revela que a referida lei (bem como a sua alteração em 1913) também foi produto, em certa medida, da influência exercida pela escola positiva do Direito penal (em voga na Europa) sobre alguns notórios juristas e políticos ao longo de toda a primeira República. Considerando que a expulsão visava atingir o estrangeiro envolvido com a prática anarquista, é bem provável que os elementos do positivismo criminológico tenham pesado na ocasião da formulação e da aprovação da lei, sobretudo quanto ao argumento do movimento libertário como prática criminosa, como será evidenciado mais à frente.

Para finalizar essa parte, cabe discorrer brevemente acerca da constitucionalidade da Lei de Expulsão de Estrangeiro, e suas respectivas alterações. Uma análise mais apurada da Constituição Federal de 1891 é capaz de revelar uma latente incompatibilidade entre a norma contra os estrangeiros em detrimento da então Carta constitucional em vigor. Segundo Luís Roberto Barroso, uma norma contrária à Constituição em um Estado de Direito receberia a pecha da inconstitucionalidade, devendo ser banida no ordenamento jurídico após o devido apreço pelo órgão competente (no caso o Judiciário) (BARROSO, 2012, p. 19).

Os decretos n.ºs 1.641/1907 e 2.741/1913, de uma maneira geral, atentavam contra o texto original do artigo 72 da CF/1891, que tratava especificamente sobre a

‘Declaração de Direitos’. De acordo com este artigo, os estrangeiros possuíam o direito de permanecer no país, não podendo ser expulsos a despeito de um critério discricionário. Nessa ocasião, a Constituição de 1891 não previa medidas que possibilitassem o controle direto^{vii} de constitucionalidade das normas infraconstitucionais^{viii}. Entretanto, apesar de fugir do objetivo deste trabalho, a questão sobre a inconstitucionalidade das Leis de expulsão já vinha sendo alvo de críticas, tanto por juristas, por parcela da imprensa, quanto pelo próprio STF consolidando jurisprudência no sentido de ser a Lei Gordo contrária à Constituição.

O embate seria resolvido no ano de 1926 com a Reforma da Constituição Federal de 1891. Com a alteração da Carta constitucional, ocorreu a “vitória” dos Poderes Executivo e Legislativo sobre o Judiciário, pois, nesta revisão do texto constitucional, foi, enfim, alterado o artigo 72, sendo acrescentado o parágrafo 33 com a seguinte redação: “É permitido ao Poder Executivo expulsar do território nacional os súditos estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses da Republica”.

Com essa nova redação do artigo 72 da Constituição Federal, desapareceu a necessidade de criação de leis antiestrangeiras, passando a existir, como desejavam os Poderes Executivo e Legislativo, apenas dois tipos de pessoas em solo brasileiro: os nacionais, detentores de direitos consagrados pelas Constituição e os estrangeiros, que, a partir de 1926, viraram simples hóspedes no território nacional, sem direitos constitucionais e passíveis de sofrerem expulsões conforme o desejo e necessidade do governo ou da própria polícia.

Os legisladores, assim, passam a possuir carta branca para agir discricionariamente do ponto de vista legislativo no trato com o estrangeiro. Esse talvez seja o maior paradoxo existente na Reforma Constitucional de 1926. A possibilidade sumária e infundada de expulsão do estrangeiro é até tolerável – não é o pior dos males, mas uma lei contrária à Constituição Federal vigente, dentro de um Estado de Direito, é uma “heresia jurídica” de deixar qualquer jurista de queixo caído, afinal nenhum aplicador do Direito ou parlamentar desejaria pesar na consciência a maldição de uma inconstitucionalidade. Em outras palavras, a norma pode até ser amoral e desumana, mas inconstitucional, jamais!

E assim prosseguiu o instituto da expulsão ao longo de toda a primeira República. Apesar de todo esse aparato institucional e normativo, cabe mencionar que diversos operários estrangeiros foram expulsos ou deportados sem o devido processo,

ao total “arrepio da lei”. Muitos, simplesmente desapareciam de circulação, presos na rua e jogados, incomunicáveis, nos porões policiais, “aguardando o primeiro navio de partida para o exterior, principalmente sob a vigência de estados de sítio”, bastante comum durante a década de 1920 (MENEZES, 2011, p. 211).

Casos como os de José Madeira e Manuel Peres, como também o de Gigi Damiani e Everardo Dias, este último vagando mares enquanto suas filhas, no Brasil, buscavam anular sua expulsão, ficaram marcados como exemplos clássicos de estrangeiros que foram expulsos em razão da militância política. Outro dado importante é que a celeridade com que tramitaram alguns ‘processos’ também foi fato continuamente denunciado. Essa rapidez, em diversos casos, impedia que os recursos previstos em lei, com destaque para a ação de habeas corpus, pudessem ser utilizados a tempo hábil de evitar a expulsão (MENEZES, 2011, p. 236).

Lombroso e o Direito Penal positivo no Brasil

No Brasil, as três primeiras décadas do século XX foram marcadas pela presença de concepções higienistas e médico-sanitárias, que ultrapassaram o debate sobre a saúde no plano intra-ambulatorial. Tais concepções concentraram a atenção em questões mais abrangentes que atingiam toda a sociedade, ampliando assim, o seu espaço de atuação.

O conhecido ‘movimento pro-saneamento’, de acordo com Nísia Lima e Gilberto Hochman, ganhou notoriedade durante a Primeira República, período em que, médicos sanitaristas e higienistas, como, por exemplo, Oswaldo Cruz, em um esforço para compreender o Brasil elaboravam diagnósticos médico-científicos sobre a nação tentando identificar possíveis razões que explicassem a conjuntura social (2000, p. 314).

A estrutura social do país, para esses médicos, assumia contornos de um grande organismo, sendo o sentido deste termo o mesmo empregado na biologia. No entender desses profissionais, tal organismo, após anos de atraso, sobretudo em razão de um longo período colonial e um século de monarquia, encontrava-se desnutrido e doente carecendo, portanto, de medidas emergenciais. Mergulhado nesta concepção, os discursos e textos acadêmicos no campo da medicina assumiram o papel salutar na reconstrução da identidade nacional, demonstrando como a “perspectiva médico-higienista da sociedade brasileira transforma-se” em uma questão de política nacional (2000, p. 315).

Desta maneira, a higiene e a medicina exerceram enorme influência nas interpretações sobre as mazelas do país, colocando, no centro das discussões, medidas paliativas que objetivavam a devida reconstrução da nação. Os males sociais representariam, dessa forma, espécies de doenças que entravavam o progresso do Brasil.

A medicina tornou-se uma grande aliada do poder público, pois na tentativa de realizar transformações na nação brasileira, passou a formular teorias científicas e ações políticas visando promover a cura desse organismo social moribundo. Ainda segundo Nísia Lima e Gilberto Hochman, a campanha pelo saneamento do Brasil sensibilizou notórios nomes da intelectualidade e da política nacional, reunindo figurões entre militares, engenheiros, médicos, advogados e parlamentares. Nomes como os de Miguel Couto, Carlos Chagas, Juliano Moreira, Rodrigues Alves, Clóvis Bevilacqua, Epitácio Pessoa, Pedro Lessa, Aloysio de Castro, Wenceslau Braz e Miguel Calmon constituíam o grupo de adeptos às políticas higienistas e sanitárias como medidas redentoras do país (2000, p. 317).

Além da aproximação com o poder público, outro aliado da medicina seria o campo das ‘ciências jurídicas’. Ao longo de toda a década de 1910 e 1920, os cursos de Direito e Medicina passaram a caminhar de mãos dadas. Alunos da Escola Nacional de Direito no Rio de Janeiro – na ocasião Capital Federal, por exemplo, cursaram, a partir de um novo currículo, algumas disciplinas na Faculdade Nacional de Medicina, especialmente as cadeiras de Psiquiatria e Medicina legal, que aliás até hoje compõem a grade curricular do curso de Direito.

A Medicina legal, deste modo, permitiu uma íntima aproximação entre as teorias sociais formuladas pelos médicos sanitaristas e os bacharéis de Direito. Pouco a pouco os juristas vão incorporando as teorias feitas no campo da Medicina na compreensão e no estudo das ciências jurídicas. Em razão disso, a tradição jurídica no Brasil durante a primeira República tendeu a afastar-se da Escola Clássica do Direito e, em contrapartida, aproxima-se da Escola Positiva, onde o Direito Penal seria fortemente influenciado pela Criminologia médica de Lombroso (SAMIS, 2002, p. 60).

A Escola Positiva do Direito, da qual Lombroso veio a ser um dos seus maiores expoentes, emergiu na Europa com a pretensão de revisar a então hegemônica Escola Clássica do Direito. Essa disputa por espaço no campo da epistemologia jurídica também reverberou em solo nacional, fazendo com que as novas concepções ‘positivas’ assumissem status de vertente majoritária entre os juristas, especialmente os penalistas,

afastando-se, assim, de um longo período onde a tradição Clássica foi reinante e influenciou bacharéis e juristas no Brasil, entre a segunda metade do século XVIII (período colonial) e a primeira metade do século XIX.

O pensamento dogmático da Escola Clássica emergiu na Europa na segunda metade do século XVIII como resultante dos pensamentos filosóficos de Cesare Bonasera, mais conhecido como Marques de Beccaria, ao publicar a sua obra clássica *Dos Delitos e das Penas*, em 1764. A Escola foi influenciada pelas concepções iluministas, a partir do contratualismo (de Rousseau), sendo bem aceita por uma burguesia em ascensão. Para esta corrente jurídica, a pena criminal simbolizaria uma espécie de retribuição pelo dano causado à vítima do delito. Com base na teoria dos contratos do Direito Civil, a sociedade seria organizada por relações interpessoais de caráter contratual. Assim, ocorrendo o descumprimento deste ‘contrato social’ por meio da prática de um delito, a pena no Direito Penal Clássico surgiria como uma forma de punição contra o delinquente e uma espécie de reparação à vítima (SHECAIRA, 2013, p. 76 e 93).

Em contrapartida, na segunda metade do século XIX, a Escola Positiva italiana (*Scuola positiva*) surgiu na tentativa de trazer as discussões jurídicas no âmbito penal para o campo das ciências médicas, sobretudo a partir do desenvolvimento de um método científico (o empírico-indutivo). Os maiores representantes desta corrente, além do próprio Cesare Lombroso, foram os médicos Raffaele Garofalo e Enrico Ferri (SHECAIRA, 2013, p. 74). As teorias do italiano Cesare Lombroso são demonstrações cristalinas da influência que a Medicina exerceu sobre o Direito. Em outras palavras, a Criminologia seria uma perspectiva teórica para explicar e resolver, no plano das ciências médicas, as práticas criminais nas sociedades.

Dentro da perspectiva médica com fulcro nos aportes teóricos lombrosianos, no Brasil, o próprio anarquismo e a sua militância passariam a ser compreendidos como parte integrante de um organismo social doente e em descompasso com o progresso do ‘mundo civilizado’, devendo esse mal ser imediatamente amputado do corpo social, colando o país nos trilhos do bom e perfeito funcionamento. Este sentimento foi muito bem sintetizado nas palavras da historiadora Christina Lopreato:

Ao olhar do governo, os anarquistas eram vistos como um “cancro” que corroía os valores da harmonia social instituídas pela sociedade moderna e ameaçavam os poderes constituídos. A metáfora médica foi utilizada por Altino Arantes^{ix} para identificá-los como ‘um incômodo

tumor que nos anda molestando há tanto tempo, e que precisa desaparecer. Combater esse mal pela raiz, evitando o seu alastramento por tecido social (...) (1996, p. 164).

Além disso, por ter sido considerado um movimento de origem europeia, o anarquismo, como mencionado anteriormente, foi equiparado pelos grupos políticos e econômicos dominantes como sendo uma “planta exótica”, não possuindo o Brasil clima favorável para o seu desenvolvimento. Por esse motivo, iniciou-se uma forte campanha contra os anarquistas, especialmente os estrangeiros, sendo taxados como responsáveis por semear esse mal em solo nacional. Até a imprensa fluminense passou a veicular em suas páginas, artigos sobre o movimento ácrata como causador de um grande mal social. Foi o caso, por exemplo, do *Jornal do Comércio*, ao publicar uma matéria com o seguinte título: “Anarchismo, sua causa e Cura”^x, onde os editores noticiavam as ações de grupos anarquistas espalhados por todo o mundo.

O anarquismo como sinônimo de uma doença, portanto, passou a ser ponto pacífico entre os intelectuais, juristas e políticos. Se por um lado os discursos médicos assumiriam o status de política pública, por outro o Direito Penal absorveria tais concepções a partir do método científico – Criminologia – desenvolvido por Lombroso. Nesse sentido, a própria aprovação das Leis de Expulsão pelo Congresso Nacional foi, em grande medida, resultado da influência que as teorias criminológicas exerceram sobre inúmeros políticos e juristas do país, entre 1900 e 1930.

Se a referida Lei Adolpho Gordo visava os estrangeiros “subversivos”, indiretamente tinha como objetivo atingir o anarquismo e grande parte do movimento operário organizado, que nesse momento caminhavam juntos. O anarquismo, bem como os anarquistas, foram temas de profundas análises de Lombroso, o que justificaria, de todo modo, a definição deste movimento como uma doença social. As teorias do médico italiano, inclusive, passam a circular na imprensa liberal mais conservadora. A edição do dia 25 de maio de 1906 do *Jornal do Comércio* dedica meia página ao tema com um artigo intitulado “Lombroso”, de autoria de sua filha Paola Lombroso, demonstrando como suas ideias circulavam por diversos segmentos sociais no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Com a publicação do livro *Homem Delinquente*, em 1876, Lombroso passou a ser reconhecido como o fundador do chamado positivismo criminológico (ou ‘Criminologia moderna’), uma ciência em que compreenderia o infrator um prisioneiro

de sua própria patologia, e tendo em vista essa premissa se dedicaria ao estudo da mente criminoso (SHECAIRA, 2013, p. 74).

Lombroso, a partir da frenologia^{xi} e do conhecimento desenvolvido pelos fisionomistas^{xii}, acabou chegando à conclusão de que o criminoso seria um ser atávico, que representaria a regressão do homem ao ser primitivo. Explicaria, ainda, que os impulsos criminosos estariam relacionados com as características físicas, com os aspectos biológicos do delinquente e em razão de uma degeneração causada pelo atavismo, surgindo a partir daí o que ele denominou de *criminoso nato*. Ainda segundo Lombroso, o crime poderia ter origem na loucura moral (doente), na epilepsia e na loucura passional, casos em que não corresponderia ao delinquente *nato* (2013, p. 97).

Inicialmente, os fatores externos (sociais) eram desconsiderados por Lombroso, levando em conta apenas as razões clínicas. De acordo com o médico italiano, “criminoso sempre nascia criminoso” (2013, p. 97), evidenciando sua adesão ao determinismo biológico. Entretanto, em um segundo momento, Lombroso teve que considerar os aspectos exógenos, sem lançar mão do biológico, a fim de readaptar a sua teoria de acordo com as novas realidades concretas emergentes, evitando com que a sua tese caísse em contradições fulminantes. Tal fato aconteceu, por exemplo, quando tentou explicar a prática do anarquismo enquanto ação criminoso, já que os perfis fisionômicos nem sempre possibilitavam identificar com precisão o “suposto delinquente praticante do anarquismo”, sendo obrigado admitir que as contradições sociais também contribuía na prática de algumas ações delituosas.

No Brasil, o pernambucano Tobias Barreto é considerado o primeiro jurista a ter contato com o positivismo criminológico de Lombroso, ao citar passagens do livro *Homem Delinquente*, em sua obra *Meninos e Loucos em direito criminal*, publicado em 1884. Outro importante autor brasileiro que sofreu influência da escola positiva foi o médico baiano Raimundo Nina Rodrigues, em seu conhecido trabalho *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, em 1894 (SHECAIRA, 2013, p. 104). As teorias racistas de Nina Rodrigues, elaboradas em razão da proximidade com a escola positiva italiana de medicina legal, tornaram-se parte integrante da corrente hegemônica entre médicos e juristas ao longo de toda a primeira República. Entretanto, estas entram em descenso a partir da década de 1930, com a aparição da obra *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre, que representou um marco no deslocamento do paradigma^{xiii} epistemológico e no desprestígio da Escola positiva.

Segundo Marcos Alvarez, a penetração da teoria criminologia lombrosiana foi intensa, pois correspondiam “às urgências históricas que se colocaram para certos setores da elite jurídica nacional” (2002, p. 686). Mas apesar dessa recepção, adverte o autor, que a incorporação das novas teorias pelos brasileiros deu-se de forma bastante eclética e, por vezes, “pouco original em termos teóricos” (2002, p. 680-683).

De qualquer forma, a criminologia, enquanto conhecimento voltado para a compreensão do homem criminoso e no estabelecimento de uma política de base “científica” de combate à criminalidade, passou a ser vista como um instrumento que viabilizaria os “mecanismos de controle social necessários à contenção da criminalidade local” (2002, p. 693).

Os juristas^{xiv} e parlamentares adeptos da Escola Positiva, ao longo de toda a Primeira República, irão propor, e por vezes realizar, “reformas legais e institucionais que buscarão ampliar o papel da intervenção estatal”^{xv} na sociedade. Assim,

Se, por um lado, os juristas adeptos da criminologia não puderam reformar totalmente a justiça criminal segundo os preceitos científicistas de Lombroso e de seus seguidores, por outro, conseguiram ao menos influenciar reformas legais e institucionais ao longo da Primeira República (2002, p. 698).

Diante disso, tal argumento resguarda a hipótese defendida neste trabalho, na medida em que enxerga a Lei de Expulsão de Estrangeiro (e sua posterior alteração em 1913), como parte integrante dessas reformas legais que foram influenciadas pelos aportes teóricos de Lombroso.

Aproximação entre a Criminologia, Os Anarquistas e os Decretos n.ºs 1.641/1907 e 2.741/1913

Em razão do uso das chamadas *ações diretas*^{xvi} como estratégia de luta, o anarquismo passou a ser compreendido e estudado como um mal social que deveria ser decifrado e controlado. Inúmeros textos sobre o movimento libertário, inclusive de base ‘científica’, elaboraram uma série de críticas com o propósito de demonstrar sua improcedência, aberrações e seus erros; mas, segundo Pablo Ansolabehere, de uma maneira geral, o objetivo maior dessa literatura foi concentrar-se na tarefa de criminalizar os anarquistas, exatamente como foi realizado por Lombroso em seu trabalho (2005, p. 541).

Nos textos lombrosianos, os anarquistas aparecem pela primeira vez a partir do livro *O Home Delinquente*, mas, em 1894, o médico italiano publicou um trabalho específico dedicado ao tema, o qual foi intitulado *Gli Anarchici*. Para Lombroso, os anarquistas, via de regra, eram “loucos ou criminosos” (LOMBROSO, 1977, p. 18), uma vez que a defesa pelas ações revolucionárias propostas pelos libertários não passariam de rebeliões, sendo típicas ações patológicas de indivíduos doentes (MONTEIRO, 2010, p. 65). Tratar-se-iam as rebeliões, portanto, de um delito político, que aconteceria quando houvesse um esforço brusco e violento em prol de progresso. Lombroso, muito em razão de seu posicionamento político de tendência mais socialista reformista (GIRÓN, 2002, p. 85), defendia que o autêntico processo revolucionário de uma sociedade deveria se dar de forma lenta e preparada, o que diferenciaria a revolução da rebelião, sendo esta o exercício da loucura (do ponto de vista moral) (LOMBROSO, 1977, p. 17).

O que de fato incomodava o médico italiano era a incapacidade de reunir elementos antropométricos que pudessem comprovar “cientificamente” a loucura e a mente criminosa do anarquista. Tentando contornar essas excepcionalidades, Lombroso fez uso de indícios indiretos, “pouco confiáveis” (MONTEIRO, 2010, p. 66), mas que serviriam para que a polícia investigativa pudesse “adivinhar” um suposto anarquista (seriam esses elementos: a tatuagem, a gíria, ações éticas e o lirismo) (LOMBROSO, 1977, p. 19-20).

Apesar das inúmeras contradições em suas teorias, Lombroso conseguiu empurrar o anarquismo para o campo das patologias. Tanto é assim, que ao final de seu livro este chegou a elencar medidas de ‘profilaxias’ contra essa doença. Como ações profiláticas, além de sugerir políticas estatais de caráter mais humanas (melhores condições sociais) (CENTINI, 2009, p. 54-55), sugere a restrição da liberdade de imprensa, um rigoroso controle policial no âmbito nacional e internacional, reclusão em manicômios e finalmente a deportação e a expulsão de estrangeiros (LOMBROSO, 1977, p. 68).

Com base nessa última recomendação de Lombroso, a promulgação da Lei de expulsão de estrangeiros no Brasil, de autoria do deputado Adolpho Gordo, evidencia como os aportes teóricos da criminologia italiana, sobretudo no trato com os anarquistas, influenciaram as ações políticas nacionais durante a primeira República. A

Lei de expulsão, de todo modo, sinalizou uma guinada do Direito pátrio em direção à Escola Positiva, especialmente em relação às concepções lombrosianas.

Essa mesma construção do anarquismo como ação criminosa e como doença que afetava o corpo social apareceu, inclusive, em algumas sustentações orais proferidas no parlamento pelo próprio deputado Gordo. Para efeito desse trabalho, dois discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, nos dias 29 de novembro e 14 de dezembro de 1912, foram objetos de análise. Ambos discutiam o projeto de lei que realizaria a primeira alteração na Lei de expulsão de estrangeiro (decreto de n.º 1.641 de 1907).

Na ocasião, o referido parlamentar partiu da premissa, como já visto anteriormente, de que o ato de expulsão tratar-se-ia de uma manifestação decorrente do direito de soberania pertencente ao Estado, podendo ser exercitado visando o seu progresso e a segurança pública:

Toda nação tem o direito de viver, de trabalhar e de progredir e tem por isso mesmo, o direito de expulsar do seu território o estrangeiro que for um perigo para a sua vida, para o seu trabalho, para a sua prosperidade, para a sua segurança, para a sua propriedade e para a sua honra.

(...)

O direito de expulsão é uma manifestação do direito de soberania, é o *jus imperii*: não é a lei que o cria, pois que é anterior a lei, e esta regula, apenas, o seu exercício (GORDO, 1918, p. 7-8).

Em contrapartida, no entender do parlamentar, ao estrangeiro que adentrasse ao território nacional caberia respeitar as leis e as instituições brasileiras, obedecendo às autoridades “e não constituindo jamais um perigo para a ordem e a segurança públicas” (GORDO, 1918, p. 8).

Na ótica do deputado Adolpho Gordo, a expulsão como manifestação da soberania do Estado não conheceria limites, podendo ser exercida independentemente da situação em que se encontrava o estrangeiro em território nacional. Portanto, havendo um perigo ou uma ameaça à ordem pública, esse direito poderia ser exercido contra o estrangeiro sem considerar o “tempo de sua residência no território nacional”, mesmo que fosse casado com mulher brasileira, ou viúvo com filho brasileiro (1918, p. 9).

Para o autor do projeto, o tempo de permanência não poderia, portanto, ser levado em conta na decisão de expulsão, pois se acreditava que quanto maior o tempo de estadia no país mais “subversivo e perigoso” o estrangeiro se tornava em relação ao

recém-chegado, o que explicaria o esforço por parte do deputado Gordo em revogar o artigo 3º da lei n.º 1.641 de 1907^{xvii}. O grau de ameaça à ordem poderia ser agravado caso o alienígena estivesse envolvido na prática do anarquismo, nesse caso seria considerado um “profissional do crime”, e a expulsão se daria a qualquer tempo e sob quaisquer circunstâncias:

A. é um anarquista perigoso, um profissional do crime e vem ao nosso país com planos sinistros. Nos primeiros tempos emprega a sua atividade em estudar a nossa língua e as nossas instituições, em conhecer o nosso país e em formar relações... Pois não é manifesto que a sua ação pode ser muito mais nefasta, muito mais perigosa depois desse trabalho preliminar, do que quando recém-chegado?! (1918, p. 9)

Como visto, para Gordo o *ser anarquista* significaria ser automaticamente um ‘profissional do crime’. A mesma comparação também foi sugerida por Cesare Lombroso, em seu livro *Gli Anarchici*:

Por isso são os autores mais ativos da ideia anárquica, (...), loucos ou criminosos, e muitas vezes ambas as coisas ao mesmo tempo. Uma prova claríssima disto se tem examinando o quadro fisionômico, junto ao meu Delito político, em que se vê que os regicidas, (...), e os anarquistas, têm perfeito tipo criminal (...) (1977, p. 7).

No discurso do dia 29 de novembro de 1912, o mesmo deputado chegou a invocar o direito comparado de outros países acerca do mesmo tema. Entretanto, Gordo estrategicamente concedeu maior destaque à Lei de expulsão norte-americana^{xviii}, justamente porque a norma jurídica daquele país tratou de equiparar o anarquismo a uma doença social. Dessa forma, o ordenamento jurídico pátrio deveria seguir a tendência americana e internacional de combate aos estrangeiros subversivos, realizando para isso uma “formidável campanha contra os elementos perniciosos que invadem as (...) fronteiras”, pois não “manter aquelas restrições [de permanência e entrada do estrangeiro] é abrir as nossas portas aos vagabundos, mendigos, cáftens, anarquistas e bandidos profissionais, expulsos de toda a parte, é sacrificar os mais vitais interesses da nossa pátria!” (1918, p. 11). Neste sentido,

Nos Estados Unidos, a lei de 20 de Fevereiro de 1907 permite a expulsão dos estrangeiros: idiotas, imbecis, fracos de espírito, epiléticos, alienados ou que sofreram de alienação mental (...),

pobres, mendigos profissionais, tuberculosos ou afetados de qualquer moléstia repugnante ou perigosa ou contagiosa, (...) ou por qualquer outro crime ou delito que revele torpeza moral, polígamos, anarquistas, etc (1918, p. 10).

Segundo Pablo Ansolabehere, Lombroso, a partir da sua criminologia, legitimava a criminalização do anarquismo, fazendo com que recebessem a pecha de desordeiros e incivilizados (2005, p. 541). Essa mesma perspectiva de incivilidade sobre o anarquista pode ainda ser encontrada nesses discursos do deputado Adolpho Gordo, quando da discussão do projeto que alteraria a primeira Lei contra os estrangeiros. Assim argumentou o parlamentar ao justificar a criação de uma Comissão especial que objetivou a regulamentação da questão sobre a expulsão:

O que pretendeu a Comissão foi formular um projeto com disposições iguais às dos povos mais civilizados do mundo, com o intuito de evitar que o Brasil fique constituído em refúgio de anarquistas e de malfeitores profissionais! Agiu e está agindo para salvar o futuro do país e dominada por um dever de patriotismo (1918, p. 14).

Há toda uma razão que justifique essa repugnância por parte das elites dirigentes contra os libertários no Brasil. Além do envolvimento em inúmeras greves, o que simboliza um confronto direto com a “ordem e a paz pública”, o que já valeria o ranço de desordeiros e vagabundos, os anarquistas, acima de tudo, defendiam a supressão de qualquer autoridade, incluindo nesse sentido a existência do Estado.

Por essa razão, principalmente para um deputado conservador no gozo de suas atribuições como parlamentar, o anarquismo seria uma prática de retrocesso, pois seria impossível vislumbrar a ausência de um Estado em pleno século XX. Uma nação que se dissesse civilizada, portanto, prescindiria da existência de um aparelho estatal organizado e estruturado que açambarcasse todo o território nacional com seus longos tentáculos.

Por outro lado, no livro *Gli Anarchici*, Lombroso reserva um longo capítulo explicando como combater o anarquismo. Essa seção do livro, que recebeu o título de “Profilaxia”, demonstra que essa “doença” deveria ser tratada a partir de ações médicas em conjunto com algumas medidas sociais. Tal visão do anarquismo/doença aparece, inclusive, no discurso do deputado Gordo na medida em que enxergava a Lei de expulsão como parte integrante de ações profiláticas contra o anarquismo:

[Ainda sobre a lei de expulsão]

O SR. RAPHAEL PINHEIRO. — É uma medida de profilaxia social.
O SR. ADOLPHO GORDO. — Sim, é uma medida de profilaxia social e o país que não puder adotá-la, que não tiver força e energia para repelir de seu seio os elementos estrangeiros nocivos, é um país falido no conceito das nações civilizadas! (1918, p. 25)

Essa medida profilática contra a “doença” anarquismo faz pensar em ações públicas que visassem combater o seu maior hospedeiro transmissor (tal qual um mosquito), no caso o estrangeiro, considerado o responsável em trazer esse “mal” à nação brasileira, contaminando a população que sempre foi, no entender dos grupos dominantes, “pacífica e ordeira” (MAGNANI, 1992). A lei de expulsão de 1907 (e suas posteriores alterações), objeto de análise deste artigo, com base nos apontamentos feitos, deve ser encarada como reflexo de uma das medidas profiláticas sugeridas por Lombroso. A mesma prática de expulsão dos estrangeiros indesejáveis foi amplamente utilizada no combate ao anarquismo na Europa e em alguns países na América, durante a segunda metade do século XIX. Tal semelhança só faz evidenciar como a medicina criminal italiana fez morada entre grande parte da intelectualidade jurídica e política no Brasil nos primeiros anos do século XX.

A prática de expulsão dos subversivos, acima de tudo, que representou um conjunto de políticas públicas em “defesa da soberania nacional”, na verdade implicitamente simbolizou uma “guerra” contra o anarquismo e, de todo modo, contra todo o movimento operário organizado, durante os primeiros anos da República.

As Leis de expulsão, encaradas como medidas autoritárias produzidas por políticos conservadores (o caso do próprio Gordo), fazem pensar em uma estruturação do Estado, por meio de todo um aparato legal, jurídico e policial, que tinha por objetivo estabelecer o controle sobre cada indivíduo na busca pela manutenção do *status quo*, que se legitimaria a partir do discurso em defesa da ‘paz pública’ e da ‘ordem social’. Assim, qualquer elemento (ou indivíduo) desestabilizador desses pressupostos, precisaria ser imediatamente reprimido e, quando não suficiente, extraído do território brasileiro.

Referências

Fontes

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Contém as emendas constitucionais posteriores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 17 de abril. 2016.

BRASIL. Decreto 1.641, de 7 de janeiro de 1907. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html>>. Acesso em: 17 de abril. 2016.

BRASIL. Decreto 2.741, de 8 de janeiro de 1913. Revoga os arts. 3º e 4º, parágrafo único, e 8 do decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907. <Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2741-8-janeiro-1913-575766-publicacaooriginal-99068-pl.html>>. Acesso em: 17 de abril. 2016.

GORDO, Adolpho. *A Expulsão de Estrangeiros: discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, nas sessões de 29 de Novembro e de 14 de Dezembro de 1912*, São Paulo, Espindola & Comp., 1918, p. 7-8.

JORNAL DO COMMÉRCIO, Rio de Janeiro, 1905-1906.

LOMBROSO, Cesare. *Los anarquistas*. Madrid: Biblioteca Júcar, 1977.

Obras bibliográficas

ALVAREZ, Marcos. A Criminologia no Brasil ou como Tratar Desigualmente os Desiguais, in *Dados, Revista de Ciências Sociais*, v. 45, n. 4, Rio de Janeiro, 2002, pp. 677-704.

ANSOLABEHERE, Plabo. El hombre anarquista delincuente, in *Revista Iberoamericana*, Vol. LXXI, n. 211, Buenos Aires, 2005, p. 539-553.

BARROSO, Luís Roberto. *O controle de constitucionalidade no Direito Brasileiro*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BATALHA, Claudio Henrique de Moares. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. v.1.

BONFÁ, Rogério. As expulsões de estrangeiros e a defesa da soberania na Primeira República brasileira. *História Social*, Campinas (SP): Unicamp, v.16, p.63-85, 2009.

_____. *“Com lei ou sem lei”: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre o Executivo e o judiciário na Primeira República*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 2008.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris. *A Imprensa Confiscada pelo Deops (1924-1954)*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2003.

CENTINI, Massimo. Gli anarchici secondo Lombroso. *Storia in rete*, Roma, n. 39, janeiro de 2009, p. 54-55.

KUHN, Thomas *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago, University of Chicago Press, 1962

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Adolpho Gordo, Senador da Primeira República: representação e sociedade*. Brasília: Senado Federal, 1989.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. *Pensiero e Dinamite: Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2006.

LIMA, N.T.; HOCHMAN, G. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médicosanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: Abrasco, v. 5, n. 2, 2000, p. 313-332.

LOPREATO, Christina. “O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil” *Verve – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Solidariedade Libertária*. São Paulo, nº 3, Abril/ 2003, pp. 75-91.

_____. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

MAGNANI, Silvia. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MENEZES, Lená Medeiros de. Germano Hasslocher e Maurício de Lacerda: vozes dissonantes contra os arbítrios da expulsão”. In: PRADO, Maria Emilia (org.).

Intelectuais e ação política. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 211- 239.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismos, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e as práticas de controle político e social. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, 2011, p. 161-178.

_____. *Oreste Ristori. Uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 60.

_____. Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: COLOMBO, Eduardo; COLSON, D. et al. *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. Ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2013.

Notas

ⁱ A autora afirma que durante a primeira República, a grande imprensa e a intelectualidade burguesa difundiam a imagem do Anarquismo como uma planta exótica, transplantada de países onde o processo industrial estava mais avançado. Essa cultura importada pela imigração não teria aqui condições para se aclimatar. Ver: MAGNANI, 1992.

ⁱⁱ Entre outras medidas, destacam-se a implantação do Estado de Sítio, entre 1924 a 1927, uma maior restrição na entrada de estrangeiros “nocivos à ordem pública”, e a sumária expulsão dos estrangeiros residentes no país sob a suspeita de envolvimento em prática “subversiva”. Essas medidas tornaram-se comuns, sobretudo a partir de 1922 com a posse do presidente Arthur Bernardes. Além dessas medidas, a criação da Quarta Delegacia Auxiliar por Bernardes atingiu o auge da ação repressiva do Estado. Segundo Carlo Romani, a partir da criação desta Delegacia, “iniciou-se com ela a prática política de infiltração de agentes policiais dentro dos sindicatos e associações operárias”. (2011, p. 171). Como se não bastasse, outras medidas utilizadas pelo governo foram as deportações de indesejáveis para a colônia agrícola em Clevelândia, no estado do Amapá.

ⁱⁱⁱ Foi o caso, por exemplo, de Tavares Bastos e Maciel, que defendeu a revogação do Decreto 1641/1907 por julgar ser a norma inconstitucional (ver: BONFÁ, 2009, p. 70).

^{iv} Para Cláudia Baeta Leal (2006), as expulsões ocorriam, muitas vezes, sem inquéritos legais e de forma extremamente sigilosa, bastando, para isso, o testemunho de policiais, de agentes da imigração e o exame das bagagens dos imigrantes, que, dependendo do que portavam, se transformavam rapidamente de suspeitos em culpados.

^v Crime de natureza comum é aquele que não exige nenhuma qualidade especial tanto do sujeito ativo (quem pratica o delito), quanto do sujeito passivo (contra quem é praticado o delito, a vítima). São crimes que podem ser praticados por qualquer pessoa contra qualquer pessoa, não exigindo do autor ou da vítima nenhuma condição especial. Ver: BITENCOURT, 2006.

^{vi} A Constituição da República de 1891 incorporou o Habeas Corpus em seu texto, no artigo 72, parágrafo 22, elevando o Habeas à categoria de garantia constitucional. A reforma constitucional de 1926 estabeleceu que o instituto seria medida plausível quando o direito de locomoção fosse ameaçado. Artigo

113, inciso 23: “Dar-se-á Habeas Corpus sempre que alguém sofrer, ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade, por ilegalidade ou abuso de poder. Nas transgressões, disciplinares não cabe o habeas corpus.”

^{vii} No caso do controle direto, o Poder Judiciário é acionado para decidir acerca da constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei ou ato normativo de forma abstrata; ou seja, se a norma indigitada está ou não se contrapondo à Constituição, por meio das ações diretas de inconstitucionalidade. Ver: BARROSO, 2012.

^{viii} Ainda segundo Luís Roberto Barroso, “O controle de constitucionalidade é um desses mecanismos, provavelmente o mais importante, consistindo na verificação da compatibilidade entre uma lei ou qualquer ato normativo infraconstitucional e a Constituição. Caracterizado o contraste, o sistema provê um conjunto de medidas que visam a sua superação, restaurando a unidade ameaçada. A declaração de inconstitucionalidade consiste no reconhecimento da invalidade de uma norma e tem por fim paralisar sua eficácia” (2012, p. 19).

^{ix} Altino Arantes Marques foi governador do Estado de São Paulo entre os anos 1916 à 1920.

^x Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1905, p. 1.

^{xi} Lombroso adotou dezenas de “parâmetros frenológicos para examinar as cabeças, pesando-as, medindo-as e conferindo grande sentido científico nos estudos do criminoso nato. Suas pesquisas envolviam tópicos como capacidade craniana, capacidade cerebral, circunferência, formato, diâmetro, feição, índices nasais, detalhes da mandíbula, fossa occipital (diferente nos criminosos natos), dados esses que eram distribuídos conforme a região da Itália” (SHECAIRA, 2013, p. 83 e 97).

^{xii} De acordo com Sérgio Salomão: “Lombroso emprestou algumas ideias dos fisionomistas para fazer seu próprio retrato do delinquente. Examinava profundamente as características fisionômicas com dados estatísticos que verificava desde a estrutura do tórax até o tamanho das mãos e das pernas. A quantidade de cabelo, estatura, peso, incidência maior ou menor de barba, enfim, tudo era circunstanciadamente analisado. Alguns detalhes eram verdadeiramente precisos” (2013, p. 95).

^{xiii} Utiliza-se o termo segundo as proposições de Thomas Kuhn (1962).

^{xiv} “Também entre tribunais, as concepções acerca do criminoso nato marcaram presença em julgados criminais durante muito tempo no Brasil” (ALVAREZ, 2002, p. 698).

^{xv} ALVAREZ, 2002, p. 698. Segundo o autor, um exemplo disso, foi a discussão em torno da legislação da menoridade (Código de Menores de 1927) e a criação de estabelecimentos penais como o Instituto Disciplinar e a Penitenciária do Estado em São Paulo.

^{xvi} Segundo Alexandre Samis “A ação anarquista (...) obedeceu a distintas táticas (...). (...) Assim, como o boicote e a sabotagem, outras formas de ação direta foram adotadas, no interior do movimento sindical revolucionário, a partir de uma interpretação mais radical” (2004, p. 147).

^{xvii} BRASIL. Decreto 1.641, de 7 de janeiro de 1907. Art. 3º Não pode ser expulso o estrangeiro que residir no território da Republica por dois anos contínuos, ou por menos tempo, quando: a) casado com brasileira; b) viúvo com filho brasileiro.

^{xviii} Segundo Adolpho Gordo “a lei dos Estados Unidos da América do Norte de 20 de Fevereiro de 1907 determina no art. 2.º que poderão ser recusados (e por isso mesmo expulsos) os estrangeiros condenados por *felony* ou por outro crime ou delito que revele torpeza moral ou convencidos de haverem cometido fatos semelhantes” (1918, p. 24).

DELIO CANTIMORI: ESCRITOS POLÍTICOS SOBRE A ALEMANHA. (1927 – 1940)

DELIO CANTIMORI: POLITICAL WRITINGS ABOUT GERMANY. (1927 – 1940)

Felipe Araujo XAVIER¹

Resumo: Esse artigo tem como objetivo abordar os escritos políticos de Delio Cantimori (1904-1966), entre 1927 e 1940, relativos à situação política e cultural alemã, enfatizando suas leituras sobre a *Konservative Revolution* e o nacional-socialismo. Baseado nesses escritos, o artigo pretende apresentar também como a consolidação do Nazismo interferiu no desequilíbrio político do continente europeu e na reinterpretação cantimoriana do fascismo, regime o qual, para o intelectual italiano, perdia sua áurea revolucionária ao se distanciar dos ideais corporativistas, implantar uma política militarista expansionista e aderir os princípios irracionalistas e racistas do nazismo. Esses fatores interferiram diretamente na dissidência de Cantimori, em meados da década de 1930, quando começava a desenvolver uma simpatia particular ao projeto político comunista.

Palavras-chave: Delio Cantimori; Fascismo; Corporativismo; Revolução Conservadora; Nacional-socialismo.

Abstract: This paper aims to approach the political writings of Delio Cantimori (1904-1966), between 1927 and 1940, about the German political and cultural situation, emphasizing his readings about the *Konservative Revolution* and National Socialism. Based on the writings, the article also aims to present as the consolidation of Nazism interfered in the political imbalance of Europe and in the cantimorian reinterpretation of fascism, political regime which, for the Italian intellectual, lost its revolutionary aura, distancing of the corporative ideals, implanting an expansionist militarist policy and adhering the irrationalist and racist ideals of Nazism. These factors interfered directly in the political dissidence of Cantimori, in the mid-1930s, when He developed a particular sympathy with the communist political project.

Keywords: Delio Cantimori; Fascism; Corporatism; Conservative Revolution; Nacional Socialism.

Pertencente a um período traumático aberto pela Primeira Guerra Mundial e permeado pela crise do liberalismo e pela contestação dos governos democráticos, aos vinte e três anos, Delio Cantimori já era um fascista entusiasta.

Nascido em 1904, na pequenina cidade de Russi, na região da Romanha, Cantimori cresceu em um ambiente político familiar marcado pelo republicanismo mazziniano e fez parte da primeira geração de estudantes universitários italianos formados em cursos superiores fascistas.

Em 1924, ao ingressar na *Università di Pisa*, junto à *Scuola Normale Superiore*, o intelectual romanholo desenvolveu seu interesse pelos estudos relacionados à

¹ Doutor em História – Programa de Pós-graduação em História – Departamento de História – UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais, MG – Brasil. E-mail: felipearaujoxavier@yahoo.com.br.

religiosidade, ao equilíbrio político europeu e à formação da Europa Moderna, tomando o paradigma idealista de seus professores Giovanni Gentile e Giuseppe Saitta como principal base interpretativa.

Sob a influência do ambiente universitário idealista atualista pisano, se inscreveu no Partido Nacional Fascista, acreditando ser este o órgão capaz de elevar ética e moralmente o povo italiano para realizar a verdadeira Revolução Republicana sindicalista europeísta de Mazzini e de Filippo Corridoni. (CANTIMORI, 1971, p. 285)

Nesse contexto, Cantimori começava a realizar suas pesquisas sobre a formação da Idade Moderna tendo como fio condutor o exame da trajetória de personagens históricos os quais – no juízo do estudioso – compartilharam, defenderam e praticaram uma religiosidade laica, imanente e herética a todas as confissões, pautados na ação político-religiosa concreta de transformação da estrutura social e mental, mas que tiveram seus planos reprimidos pelas atitudes conservadoras das igrejas, no período da Reforma e Contrarreforma.

Em consonância à tal temática, em 1928, Cantimori defendeu sua monografia, em História da Filosofia pela *Scuola Normale Superiore di Pisa*, sobre o cavaleiro e teólogo alemão, Hutten, publicada em 1930 com o título: *Ulrico von Hutten e i Rapporti tra Rinascimento e Riforma*.

Em 1931, o jovem estudante concluiu seu curso de *Lettere* na *Università di Pisa*, com sua *tesi di laurea* sobre a literatura e o Estado romântico alemão: *L'“Agnes Bernauer” di Friedrich Hebbel e la rappresentazione romantica dello stato*. (CANTIMORI, 1933 e 1934)

Seu interesse pela cultura, história, literatura e política alemã levou o estudante a despontar como um dos jovens intelectuais mais atentos às transformações as quais vinham ocorrendo na Alemanha, após o Tratado de Versalhes.

Em colaboração com a revista fascista *Vita Nova*, entre 1927 e 1931, Delio Cantimori redigiu um grupo de escritos sobre a situação política europeia, nos quais se encontram textos específicos, datados entre 1927 e 1928, sobre Cultura, Conservadorismo, Nacionalismo, Racismo e o Estado alemão, intitulados como *Germania giovane*.

Não obstante, no ano de 1929, Cantimori passou em um concurso para a Cátedra de História da Filosofia para liceus e se tornou professor no *Liceo Classico Dettori di Cagliari*, onde se fixou até o final do ano letivo de 1931, quando recebeu uma bolsa de

estudos de seis meses para permanecer em Basileia pesquisando a história dos hereges italianos perseguidos e exilados durante o *Cinquecento*.

De volta à Itália, em 1932, como professor do *Liceo Classico Ugo Foscolo di Pavia*, Cantimori conseguiu uma nova bolsa para dar andamento às suas pesquisas, financiada pela *Fondazione Volta*, a qual lhe proporcionou a oportunidade de viajar e estudar em diversos lugares da Europa.

Dentre muitos países europeus, Delio Cantimori passou pelos Cantões suíços alemães, Áustria e Alemanha, absorvendo importantes informações sobre o universo espiritual do século XVI, a República Weimar e a ascensão do regime nacional-socialista.

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que o intelectual se dedicava às suas pesquisas sobre o *Cinquecento*, também redigia resenhas – publicadas principalmente na revista *Leonardo* – e fazia traduções para a editora *Sansoni*, muitas vezes, referentes à cultura e à política alemã.

Com a erudição adquirida pelos estudos e viagens e apoiado pelo seu ex-professor Giovanni Gentile, em 1934, o estudioso romanholo começou a trabalhar no *Istituto italiano di studi germanici*, em Roma. Ali conseguiu maior respaldo para escrever textos relativos à história política alemã, o conservadorismo e a consolidação do nacional-socialismo, com o intuito de esclarecer melhor os eventos políticos vivenciados na Alemanha nazista e a influência destes na Itália fascista.

A partir desses estudos, Cantimori foi percebendo o fortalecimento da cultura espiritualista racista irracional nazista e a aproximação de Mussolini aos projetos militaristas e expansionistas de Hitler, decepcionando-se por completo com o regime fascista, agora visto como incapaz de realizar a revolução ético-moral, necessária para a formação espiritual do povo italiano.

Portanto, esse artigo tem como objetivo explorar os escritos de Delio Cantimori, entre 1927 e 1940, relacionados ao universo político alemão, ressaltando os parâmetros nos quais os estudos cantimorianos sobre a situação política e cultural na Alemanha se embasaram, em meio à ascensão e consolidação do nazismo, as suas consequências do fortalecimento do nacional-socialismo para o equilíbrio político europeu e como tudo isso interferiu na trajetória política e intelectual cantimoriana.

O conservadorismo alemão

Composto por integrantes unidos em prol de uma maior consciência nacional e pela hostilidade às decisões de Versalhes e aos princípios liberal-democráticos da República de Weimar, os conservadores alemães ao mesmo tempo em que lançavam propagandas nacionalistas pangermanistas e antisemitas, se voltavam com simpatia para o fascismo italiano e os projetos organizativos de uma sociedade corporativista. (PETERSEN, 1993, p. 821-822)

Em busca de entender melhor as ideias que impulsionavam aquela nova entidade política na cena europeia, a qual se dizia misturar preceitos revolucionários e conservadores, o estudante italiano buscou informações através das revistas conservadoras “(...) *Europäische Revue* de Rohan, da *Europäische Hefte* de Amburgo; da revista geopolítica de Haushofer, do semanal conservador alemão “Der Ring” (...) “Neue Schweizer Rundschau” de M. Rychner”. (CANTIMORI, 1965, p. 137)

Nesse contexto, periódicos de esquerda como *Weltbühne* de Carl von Ossietzky e Kurt Tucholsky, *Tagebuch* de Leopold Schwarzschild, *Sozialistische Monatshefte* de Rudolf Hilferding, *Aktion* de Franz Pfempfert, e o *Institut für Sozialforschung* de Frankfurt de Horkheimer, Adorno, Pollock, Benjamim, e a *Berliner Hochschuler für Politik* e weimarianos como *Berliner Tageblatt*, *Frankfurter Zeitung*, *Vossische Zeitung*, *Kölner Zeitung*, não chamaram atenção do jovem intelectual italiano. (PETERSEN, 1993, p. 821)

No entanto, a principal referência de Cantimori foi a *Europäische Revue* dirigida pelo Príncipe Rohan, intelectual com o qual promoveu um diálogo importante sobre o europeísmo fascista. De cunho conservador europeísta, essa revista foi fundada em 1925, sob uma concepção da nação como entidade substancialmente imersa na comunidade europeia, constituída através da consciência histórica e da civilização.

Segundo o intelectual italiano, seu diretor tratava realisticamente os pontos mais vivos na política internacional, permitindo enxergar como o espírito fascista correspondia ao novo espírito da juventude europeia, e compartilhava de perspectivas defendidas por líderes fascistas como Giuseppe Bottaiⁱ e Dino Grandiⁱⁱ. (CANTIMORI, 1991, p. 89)

Em consonância com o conservador alemão, o estudioso italiano citava suas palavras:

O sentido da vida das novas gerações é religioso e social. O seu nacionalismo é coletivista como o seu socialismo. Para uma solução da situação desesperada na qual se encontra a Europa moderna, necessita ver em qual ponto os dois mitos Nação e Classe entram em

colisão; Necessita-se ver em qual ponto os dois mitos Nação e Classe entram em colisão; ali podemos conquistar. Dali, podemos conquistar o século XX, procedendo friamente, sem invocar mitos entusiasmados. Desse ponto se deve partir para realizar na política a ideia corporativa e na política externa a ideia de uma ampla colaboração internacional. A nova consciência social pode criar uma forma de sociedade orgânicamente articulada, na qual o indivíduo permaneça fundamentalmente livre, mas que ao mesmo tempo surgia ligações que possam resolver criativamente, de um lado, a luta de classes, do outro, os conflitos internacionais.ⁱⁱⁱ (CANTIMORI, 1991, p. 88)

Para Delio Cantimori, o mito nacional seria um elemento aglutinador do Estado e o povo. Em um dos seus textos sobre a *Germania Giovane*, o intelectual ressaltava que na visão do conservadorismo alemão a nação, concebida como ente universal, se tornaria um dos mitos de devoção capaz de despertar o sentimento de pertencimento a “uma grande família de antiga nobreza, da qual conservar a honra, o nome e a potência”. (CANTIMORI, 1991, p. 43)

Como ratificou o projeto do historiador Mommsen, estudioso o qual buscou reconstituir a história do povo alemão como forma de retomada da consciência de si e estabeleceu narrativas com roupagens mitológicas, que ligaram as raízes alemãs aos Cimbros e Teutônicos, com objetivo de resgatar suas típicas características e reconstituir os seus ensinamentos. (CANTIMORI, 1991, p. 36-37)

Assim, ao tratar da concepção conservadora europeísta do Príncipe Rohan, Delio Cantimori construía analogias entre a situação política daquele contexto e o ideal europeísta do Renascimento e do *Risorgimento* italiano, defendendo a tolerância como modo de agir perante os homens de outra fé ou religiosidade. (CHIANTERA-STUTTE, 2007, p. 31-32)

Para o intelectual italiano, a tolerância foi um ponto essencial para o advento do pensamento moderno, herança deixada pelas experiências sofridas pelos hereges italianos do *Cinquecento*, personagens os quais defenderam a formação de uma nova sociedade pautada no pensamento racional laico e nas virtudes morais, mas que foram alvos de perseguições pelas igrejas das mais diversas confissões e do conservadorismo religioso, que teimavam em reprimir aquele que seria – na interpretação de Cantimori – o primeiro ato de ascensão espiritual, ético e moral do povo em direção à sociedade moderna.

Dessa maneira, a tolerância seria o instrumento fundamental para consolidar o Estado Ético moderno, acabar com as divergências entre as nações e as classes na

Europa e esvaziar as resoluções defendidas pela *Sociedade das Nações*, mantenedora do *Tratado de Versalhes* e dos interesses particulares de algumas poucas nações.

Em acordo com esta perspectiva, o modelo corporativo italiano se posicionava, para o intelectual romanholo, como o mais preparado para guiar a Europa contra o racismo e o nacionalismo agressivo pangermanista.

Segundo Cantimori, apesar de a Grande Guerra ter gerado o positivo desaparecimento do individualismo alemão, para construir o sentido da vida individual como parte da nação, ela também deixou o pangermanismo como herança negativa. (CANTIMORI, 1991, p. 42)

Esta propaganda racista, originalmente francesa – criação dos teóricos da eugenia como Gobineau e Lapouge –, teria atingido grande parte dos países europeus, obtendo forte aceitação na Alemanha, onde conectou um grande esforço na construção de um projeto no qual permitisse exaltar a estirpe, a raça e as eternas qualidades do seu povo, em dissonância com o continente. (CANTIMORI, 1991, p. 34 - 35)

Sendo assim, aos olhos de Cantimori, o pangermanismo seria um fator de degeneração da vida espiritual alemã e a Itália deveria permanecer sempre atenta na defesa do ideal fascista europeísta.

Somos muito seguros de nós, da nossa cultura e da nossa civilização para ter que estar sempre em guarda e em espanto perante os pangermanismos ou francofilias e assim por diante, e para temer o mais estreito contato com a vida dos outros povos. Sabemos que a atenção, a circunspeção e a prudência não são nunca demais, mas estes não devem se tornar preconceitos sobre os povos, sobre as nações, preconceitos que servem aos outros para escavar fossas ao longo das fronteiras e para elevar muros ao longo das pedras que marcam até onde a Itália chegou. Fossas e muros que isolam, impedem de ver, impedem de viver no mundo, enquanto no mundo, não mais em “casa”, que nós queremos e devemos viver, para obedecer ao comando do *Duce*.^{iv} (CANTIMORI, 1991, p. 39)

Junto ao pangermanismo, Cantimori ressaltou também a forte presença negativa do sentimento antissemita nesse movimento conservador alemão. Almejando tornarem-se os arautos do “genuíno espírito alemão”, muitos desses nacionalistas lutavam contra a figura judaica, vista como inimiga da nação e da religião alemã original, sendo o “pai do espírito unitário, abstratamente universalista, maçônico-democrático”. (CANTIMORI, 1991, p. 27 – 28)

(...) o grande inimigo dessa gente são os hebreus, pais naturais do *livre pensamento* e assim hostis à genuinidade do sentimento religioso

desse povo, que, depois da derrota [na I Guerra], sente, na sua parte mais elevada, que só com uma alma profundamente religiosa poderá restituir a nova grandeza.^v (CANTIMORI, 1991, p. 28)

Como o jovem intelectual apresentou, o antissemitismo alemão vinha das execuções de judeus durante a Idade Média, passando pela resistência à defesa de F. Melâncton em relação aos livros judeus, chegando até a metade do século XIX, quando as leis antissemitas começaram a ser abolidas e os judeus inseridos na sociedade alemã para se tornarem, no início do século XX, a “parte mais empreendedora, mais ativa, e então mais rica, potente e brilhante”. (CANTIMORI, 1991, p. 30 - 31)

Na interpretação de Cantimori, além da propagação negativa dos ideais racistas, os conservadores alemães também faziam disseminar sua mentalidade arraigada na crença da sucessão de gerações a serviço de um único pensamento: a nação no construir das suas histórias. Eles viam que “enquanto homens nascidos em um dado tempo, nós devemos sempre e somente prosseguir aquilo que outros começaram” e não interromper esse processo. (CANTIMORI, 1991, p. 39 – 40)

Remoendo a perda da grandeza de sua nação no pós-guerra, esses intelectuais alemães buscavam respostas no campo religioso para confortar o povo e impulsionar a Alemanha em direção ao renascer do progresso.

Acusavam Hegel, Fichte e Treitschke de liberalismo ou progressismo e defendiam nomes como Novalis, Arnin, Görres, U. Brentano, os místicos românticos, A. Müller e F. Schlegel, os quais viam na disciplina e na hierarquia jesuítas os meios de salvação da Alemanha contra as desagregadoras ideias cosmopolitas, progressistas e liberais difundidas pelo movimento revolucionário napoleônico. (CANTIMORI, 1991, p. 38-39)

No juízo cantimoriano, o filósofo romântico Schlegel seria o alicerce do pensamento conservador alemão, ao defender o Estado teocrático monarquista e legitimar a Santa Aliança, vendo na fé religiosa a verdadeira força do Estado.

Ressaltava também a diferença entre os velhos e os jovens conservadores os quais queriam a “renovação da sua nação por dentro dela, sem nenhuma força exterior ou artificiosa sobreposição de antigos e novos mundos, de ideais do passado sobre aqueles presentes”. (CANTIMORI, 1991, p. 64)

Os antigos conservadores, os quais dividiam espaço com os liberais no governo da República de Weimar, após a I Grande Guerra, com o intuito de defender a manutenção das instituições e atitudes históricas, se tornaram alvos das críticas de Cantimori.

Segundo o estudioso romanholo, com a ruína das instituições estatais, pela guerra e pela revolução, o Estado teria seu valor diminuído à expressão de fatores econômicos e jurídicos, tornando-se instituição acessória de caráter administrativo, desnecessário para a formação da nação, e racista ao exercer uma “tola exaltação das qualidades e acusação dos defeitos dos povos”. (CANTIMORI, 1991, p. 43)

Na visão de Cantimori, dentro desse exercício de combate dos velhos parlamentares e seus partidos, os jovens se voltavam para o fascismo – especialmente no período de sua formação – como método de ação para implantação de um nacionalismo em ato, afirmação prática e real da vida nacional.

Dessa maneira, o primordial seria a promoção de uma rebelião da juventude em relação a todos os partidos enquadrados em programas parciais e unilaterais, entrando em contato com o povo para que este desenvolvesse fé na nação, em detrimento das democracias decadentes. Assim, entre críticas ao pangermanismo racista alemão e surpresas positivas e negativas, como colaborador da revista *Vita Nova*, Cantimori via no projeto dos jovens conservadores a construção do renascimento nacional alemão. (CANTIMORI, 1991, p. 48 – 49)

Corporativismo, Revolução Russa, Karl Marx e o pensamento conservador antiburguês alemão

Durante boa parte da década de 1930, Delio Cantimori permaneceu fiel à sua crença no Estado Corporativo Ético como a “terceira via fascista”, acreditando ser o único projeto oposto ao decadente liberalismo democrático, superior ao modelo socialista soviético e capaz de formar civil e eticamente a sociedade italiana e europeia, de maneira que as elites e as massas se unissem em prol da tão almejada Revolução Republicana mazziniana. (CANTIMORI, 1971, p. 285)

Naquele contexto, o filósofo e também ex-aluno de G. Gentile, Ugo Spirito, se despontava como um dos principais estudiosos italianos sobre a economia e o corporativismo.

Ugo Spirito acreditava que o fascismo teria sido o único regime a solucionar os problemas mais essenciais das sociedades contemporâneas ao reconhecer os sindicatos juridicamente e igualar o capital e o trabalho, superando o socialismo soviético. Entretanto, para o filósofo, as nações prósperas seriam aquelas capazes de incorporar os

princípios econômicos da URSS e não daquelas que os negassem. (SPIRITO, 1933, p. 14 – 15)

Em consonância a esses ideais, em 1932, no *II Convênio de estudos sindicais e corporativos*, em meio aos principais estudiosos italianos do corporativismo, Spirito defendeu sua tese apresentando o conceito de “corporação proprietária” ou “corporativismo integral”, na qual propunha a fusão entre o capital e o trabalho através da concentração da propriedade dos meios de produção nas mãos das corporações, com o intuito de unir o indivíduo e o Estado e superar o comunismo de uma vez por todas. (PARLATO, 2002, p. 660)

Essa teoria econômica, a qual veio ser acusada de bolchevista pelos fascistas mais ortodoxos, foi muito bem recebida por Delio Cantimori ao alimentar seus ideais antiburgueses e sua crítica ao liberalismo. A partir disso, o intelectual romanholo se tornou um atento admirador da Revolução Russa.

Certa admiração e estima que alguns entre os mais inteligentes e brilhantes escritores do Fascismo demonstram pelos modos e o desenvolvimento da Revolução russa, derivam próprio de um aborrecimento estático pela pompa de certos comportamentos nossos e da admiração pela segurança com a qual os comunistas russos se proclamaram e se mostraram revolucionariamente intransigentes, sem se referir à princípios mais ou menos imortais no passado.^{vi} (CANTIMORI, 1991, p. 114 – 115)

Nesse contexto, o pensamento econômico de Ugo Spirito, unido ao contato com o “vigor dialético” da teologia da crise de Karl Barth, (CANTIMORI, 1991, p. 147) – realizado quando pesquisava em Basileia – fizeram com que Cantimori direcionasse mais atenção para obras as quais se referiam, direta ou indiretamente, ao pensamento marxista e as ideias de Karl Marx.^{vii}

Em 1933, o intelectual italiano redigiu uma resenha sobre o livro *Geschichte des Bolschewismus* do historiador marxista alemão Arthur Rosenberg, obra a qual, na leitura de Cantimori, teria sido “a primeira história política da revolução russa (...) não apologética” pautada em um forte realismo e dotada de um grande esforço pela obtenção da verdade, onde foi apresentada a relação entre o pensamento de Marx e a ideologia bolchevique, destacando a influência espiritual de F. Höelderlin na juventude alemã, a ligação com o hegelianismo de esquerda e os movimentos revolucionários iniciados na Reforma Protestante. (CANTIMORI, 1991, p.137 – 138)

Segundo Cantimori, para Rosenberg a decadência do marxismo na União Soviética ocorreu com a morte de Lênin e os conflitos entre Trotsky e Stalin, o que

levou o país à um “capitalismo de Estado fundado sobre trabalhadores e camponeses, onde burocracia governante mantém as duas classes principais”. (CANTIMORI, 1991, p.138 – 141)

Entretanto, na leitura do intelectual italiano seria inconcebível que aquele “(...) bolchevismo seja a única forma possível de atuação das aspirações proletárias”, diante do fortalecimento e destaque do corporativismo fascista. (CANTIMORI, 1991, p.141)

O intelectual italiano ainda lançou uma nova resenha sobre as edições de *Das Kapital* e *Der historische Materialismus, die Frühschriften*, feitas por Karl Korsch, o qual, no juízo de Cantimori, seria um dos mais hábeis estudiosos do assunto, capaz de liberar o Capital de todos os preceitos doutrinários, propagandistas e pseudocientíficos presentes em várias outras edições.

Cantimori se interessaria pelos primeiros escritos de Marx, ressaltando a presença de um texto inédito sobre economia, política e filosofia, partes ainda não editadas de *Deutsche Ideologie* e do *Nationalökonomie und Philosophie*, texto no qual fica clara a relação entre o pensamento dialético de Marx e Hegel. (CANTIMORI, 1991, p. 152 – 153)

Confiante no Estado Ético fascista e envolvido nesse processo de estudo sobre o marxismo e o bolchevismo, Cantimori começava a remodelar sua análise crítica do regime nazista, chamando a atenção para a complexidade da *Konservative Revolution* através de obras e autores como Hugo Fischer e Ernst Jünger e a suas leituras sobre as relações entre as ideias antiburguesas de Karl Marx e Friedrich Nietzsche.

Do ponto de vista doutrinário, no juízo de Cantimori, o mais notável na obra de Hugo Fischer, *Nietzsche Apostata*, seria o exame da ancestralidade do pensamento nietzschiano e seus diálogos com a vida cultural e política, assegurando uma parentela entre as ideias de Nietzsche e Maquiavel. (CANTIMORI, 1991, p. 155)

Não obstante, o intelectual italiano se deteve às características as quais, para Cantimori, distinguem o trabalho do alemão do panorama geral da literatura nietzschiana contemporânea: a leitura de K. Marx e F. Nietzsche como os principais intérpretes do século da decadência.

Embora suas críticas fossem direcionadas para aspectos diferentes – F. Nietzsche reforçava sua *kulturkritik* e K. Marx lançava seus diagnósticos sobre a economia – ambas as leituras carregavam a mágoa de espíritos sensíveis à decadência de seu tempo, percebida como necessária para uma nova ascensão. (CANTIMORI, 1991, p. 155 e 157)

Segundo Cantimori, uma perspectiva análoga foi oferecida pela obra de Ernst Jünger, *Der Arbeiter, Herrschaft und Gestalt*, (CANTIMORI, 1991, p. 220), a qual expunha o universo alemão onde “as diferenças entre reação e revolução fundem-se de modo estranho, aflorando teorias nas quais os conceitos “conservador” e “revolucionário” são identificados, desesperadamente”. (JÜNGER, In: CANTIMORI, 1991, p. 165)

Nesse ambiente, Jünger professava o surgimento de uma “nova aristocracia” do “trabalhador” de perfil nietzschiano, soldadesco e ascético (CANTIMORI, 1991, p. 167) semelhante à representação de “nova aristocracia operária” construída por Sorel. (CANTIMORI, 1991, p. 210)

O “Arbeiter” de Jünger não é de fato o “trabalhador” das várias formas de socialismo, utópico ou científico, nem o “operário” organizado. É, ao invés, o “militar do trabalho”, o asceta construtor de uma nova sociedade, a qual renuncia a cada sentimento pessoal e a cada motivo de ação individual, e sua atitude, perante os outros homens, e sua conduta geral, podem ser comparadas somente com aquelas do “soldado” e do “militar”, como se apresentado especificamente na última época mais mecânica da guerra mundial.^{viii} (CANTIMORI, 1991, p. 209)

Essa entidade, em certos aspectos, nietzschiana, se apresentava como devota de potências arcanas e aos seus líderes, iluminada por meditações místicas, aspirante ao universal como representante de uma realidade superior, oposto à visão burguesa frágil e incapaz de ascender à totalidade. (CANTIMORI, 1991, p. 209 – 213)

O “burguês” é visto com desprezo porque é o homem que “assume a segurança como um dos valores supremos e, como consequência, determina seu modo de viver”. É um homem decadente e vil desprezado por Nietzsche, por Marx e pelo Junker Otto von Bismarck.^{ix} (CANTIMORI, 1991, p. 170)

Sendo representado como o filósofo mais importante da corrente nacional-socialista simpática ao bolchevismo, Jünger se tornou uma das referências para o universo nacional-socialista e, em especial, para o radicalismo político dos irmãos Strasser, intelectuais e líderes políticos que combinavam o socialismo e o nacionalismo a uma afinidade manifesta em relação à Revolução Russa e às transformações econômicas aplicadas na União Soviética.

Reflexões críticas sobre a Konservative Revolution e o nacional-socialismo

Como ressaltou Nicola D’Elia, a vitória do partido nacional-socialista na Alemanha, em 1932, despertou o interesse da imprensa e da intelectualidade italiana. Este evento alimentou um forte debate sobre a razão pela qual o povo alemão teria preferido o NSDAP em meio a tantos outros partidos de orientações nacionalistas que também defendiam a revisão do Tratado de Versalhes.

Sumariamente, de um lado, havia aqueles os quais acreditavam assistir a formação de um país inspirado nos fundamentos ideológicos do fascismo; do outro, se levantava uma série de dúvidas sobre a relação entre Itália e a Alemanha racista antisemita, nutrindo uma rivalidade ideológica entre os dois regimes totalitários. (D’ELIA, 2007, p. 61)

A revista dirigida por G. Bottai, *Critica Fascista* – uma referência para Cantimori –, foi um dos principais órgãos italianos de informação a direcionar a atenção para esse episódio político, com a intenção de decodificá-los para decifrar as características particulares das quais a identidade do partido nacional-socialista foram constituídas, a fim de fazer uma comparação mais concreta com o Fascismo italiano.

Com o artigo de Gustav Glaesser, *La lotta fra razzismo e universalismo nella Germania di oggi*, publicado em 1931, o partido nacional-socialista começava a ser visto não apenas como um movimento político, mas também como uma “visão do mundo (*Weltanschauung*)”. (D’ELIA, 2007, p. 62)

Reforçando essa leitura, o colaborador do periódico, Mario Da Silva, afirmou que o partido nacional-socialista extrapolava o limite de um movimento político e portava consigo uma “orgânica concepção da vida política no geral e dos destinos políticos da nação alemã em espécie, ou seja, para dizer à maneira alemã, de uma *Weltanschauung*, uma visão do mundo” e enfatizou o núcleo fundamental racista do NSDAP, o qual embasava o conceito de nação nacional-socialista, diferente do ideal fascista e sua nação “como máxima espiritualidade, comunhão de sentimento, pensamentos, ideais, costumes, etc”. (DA SILVA, 1932. apud. D’ELIA, 2007, p. 62)

Em contraposição, intelectuais como Valentino Piccoli, reforçaram as semelhanças entre os governos alemão e italiano. Para Piccoli, o nacional-socialismo despontava como um dos primeiros passos para a concretização do “fascismo universal”, segundo o qual as diferenças seriam geradas pela adaptação dos preceitos políticos do regime de Mussolini às particularidades da nação alemã. (D’ELIA, 2007, p. 63)

Como visto, por parte de Cantimori, esse exercício de análise do universo político alemão já vinha sendo feito desde 1927. Entretanto, como afirmou Roberto Pertici, desde a morte de Gustav Stresemann^x, em 1929, até a vitória NSDAP, em 1932 – momento no qual a política alemã vivenciava a formação de uma nova conjuntura e o nacional-socialismo se tornava um dos assuntos mais importantes nas discussões em relação à política internacional italiana –, encontramos uma lacuna nos escritos políticos cantimorianos publicados sobre esta temática em específico. (PERTICI, 1997, p. 69-70)

Em busca de tapar esta fenda, D’Elia se deparou e utilizou o texto datilografado intitulado “Nazis”, no qual Cantimori examinou as vitórias eleitorais do NSDAP e as reações da imprensa italiana que, segundo o intelectual romanholo, deveria defender a construção concreta de políticas de aliança e cooperação entre os dois países, não apenas discursos voltados a uma possível simpatia e semelhança ideológica entre o nacional-socialismo e o governo fascista. (CANTIMORI. In: D’ELIA, 2007, p. 123)

Nesse texto, Delio Cantimori também defendeu uma maior investigação sobre o movimento nazista, ressaltando a necessidade de trazer algumas “notícias sobre as ideias, ideologias, a história do NSDAP (Partido nacional-socialista Alemão dos Trabalhadores)”, começando pelo resgate histórico da formação do nacional-socialismo, ligado ao antiliberalismo de Moeller van den Bruck, as bases teóricas racistas de D. Eckart e Alfredo Rosenberg, a defesa de uma nova religião nórdica neopagã por Guido von List e a presença do mito do Terceiro Reich.^{xi} Essencialmente, também reforçou as diferenças entre os regimes e defendeu a superioridade do Estado Corporativo Ético italiano como a via de superação do capitalismo. (CANTIMORI. In: D’ELIA, 2007, p. 123 – 129)

Em 1933, ainda em viagem pela Europa, em busca dos rastros dos hereges italianos na cultura europeia do *Cinquecento*, Cantimori já levava a bagagem intelectual e política de sua estadia em Basileia, a qual abria seus olhos para o uso da teologia como chave interpretativa do universo político alemão e para o recorrente apelo nazista ao intolerante irracionalismo espiritualista e racista a fim de agitar os instintos das massas e unificar a nação. (CANTIMORI, 1991, p. 203)

No mesmo ano, Cantimori escreveu uma importante resenha a respeito da obra do judeu Conrad Heiden, *Geschichte des Nationalsozialismus*,^{xii} referindo-se particularmente ao nacional-socialismo. Preocupado com o tom teológico e ideológico dos escritos os quais vinham abordando o regime nacional-socialista, estimulado pelo próprio projeto nazista, nesse texto, o intelectual italiano elogiou a importância desse

trabalho embasado em fontes de primeira mão, classificando-o como a “(...) melhor obra histórica e crítica e não apologética ou propagandista que se tem sobre o assunto”. (CANTIMORI, 1991, p. 143)

Entretanto, também ressaltou suas deficiências, realçando a unilateralidade da obra, suas críticas demasiadamente corrosivas à personalidade de Hitler e, principalmente, a concepção abstrata referente às forças partidárias nacional-socialistas, questões as quais teriam levado Heiden a negligenciar elementos ideológicos essenciais do nazismo.

Segundo Cantimori, a história do NSDAP seria vista como um elemento interno à formação de um “Estado no Estado, desligando-o do desenrolar dos últimos dez anos da história alemã, descuidando-se dos elementos espirituais que conduziram os jovens desse partido e os escritores do nacional-socialismo”. (CANTIMORI, 1991, p. 142-143)

No juízo de Cantimori, seria fundamental reconhecer o valor das ideias e obras dos irmãos Strasser, os quais, animados por uma forte simpatia pela Revolução Russa e seu caráter nacional, (CANTIMORI, 1991, p. 170-172) se empenharam no encontro entre socialismo e nacionalismo, e que tiveram suas ideias e obras diluídas por Heiden no campo das suas ações político-partidárias gerais. (CANTIMORI, 1991, p.143)

Naquele momento, o intelectual romanholo classificava o nacional-socialismo ainda como “Confuso e turvo movimento, herdeiro espiritual do pangermanismo racista pré-guerra, e do estadismo romântico”, incapaz de realizar na Alemanha a síntese do Estado Ético italiano. (CANTIMORI, 1991, p. 144)

Adolf Hitler era visto como o

(...) guia do maior partido da Alemanha, mas não do partido que ele queria... Assim, se poderá duvidar se o Nacional-socialismo será capaz de conseguir aquilo que o Fascismo conseguiu imediatamente: a formação de um Regime. Isto é, de uma potência estatal sustentada pelas forças determinadas pela Nação.^{xiii} (CANTIMORI, 1991, p. 145)

Para esclarecer as questões negligenciadas pelo livro resenhado de Heiden, em abril de 1934, em Zurique, Delio Cantimori escreveu um texto com a intenção de publicá-lo nos anais do *Archivio di studi corporativi*, intitulado *Note sul Nazionalsocialismo*, no qual propunha uma análise das diversas facetas da *Konservative Revolution*, ressaltando a pluralidade ideológica dentro do movimento hitlerista. (CANTIMORI, 1991, p.163)

Dessa maneira, Cantimori apresentou uma narrativa analítica do percurso histórico e ideológico do NSDAP, reascendendo a possibilidade de uma ligação entre o

nacional-socialismo, as reformas sociais, as ideologias prussianas e pangermanistas e as teorias racistas e antisemitas, as quais, na Alemanha, tiveram terreno fértil e reivindicaram valor universal de *Weltanschauung*. (CANTIMORI, 1991, p.163)

Agora, não se pode ainda distinguir claramente se o sentimento nacional desencorajado e ofendido dos alemães tenha tido ou ainda tenha, na Revolução nacional-socialista, uma função preponderantemente maiêutica a respeito desse desejo de reforma social, dessa necessidade de reconstrução política e de afirmação de uma nova “*Weltanschauung*”, ou se todas estas afirmações, expectativas, esperanças e projetos estejam em função, principalmente, da retomada nacionalista e expansionista da Alemanha, da sua “*revanche*”. Nem se pode ainda discernir com precisão se o fervor de renovação social e nacional esteja simplesmente em função ideológico-propagandista de uma reação do capitalismo industrial-agrário alemão ao impulso de conquistas operárias e populares dos últimos dez anos, reação a qual se fundamentaria com o motivo de reivindicação nacionalista perante as outras potências europeias, ou se, por sua vez, os motivos nacionais e tradicionais escondem um destaque completo e total da concreta tradição histórica da Alemanha moderna, bismarckana-guilhermina, prussiana.^{xiv} (CANTIMORI, 1991, p.164)

Não obstante, o estudioso romanholo advertiu que o NSDAP acolheu as mais variadas tendências políticas alemãs críticas à ordem social existente em defesa da afirmação do ideal *völkisch*, popular racista. (CANTIMORI, 1991, p.167) Entretanto, no transcorrer do seu desenvolvimento, algumas dessas tendências se desvencilharam, em especial, a mais radical representada pelos irmãos Strasser.

Segundo Cantimori, Georg Strasser, a princípio amigo de Goebbels, teria reconhecido a importância histórica do partido socialista alemão e da velha socialdemocracia, mas se voltou contra a inépcia revolucionária dos seus líderes. O político alemão também teria desenvolvido uma forte afinidade com os soviéticos e o caráter nacionalista da Revolução Russa, defendendo uma autarquia econômica e uma nacionalização corporativa da produção, posicionando-se contra o capitalismo explorador, que buscava desfrutar das forças populares nacionais.

Por sua vez, a partir de um sistema teológico ligado à filosofia da história, Otto Strasser teria fundado uma nova época socialista-nacional-idealista, na qual a primeira exigência era a eliminação da propriedade privada dos fundos e terrenos, das riquezas do subsolo e dos meios de produção. (CANTIMORI, 1991, p.172)

Para Cantimori, mesmo com o desligamento dos Strasser, suas ideologias conservaram forte influência sobre a multidão de militantes nacional-socialistas,

ganhando grande espaço entre as reflexões de jovens militantes nazistas, em especial da *Sturmabteilungen* (S.A.). (CANTIMORI, 1991, p.169 e 174)

Delio Cantimori ainda explorou o ambiente cultural alemão, reafirmando a forte presença da teologia na construção do pensamento das vertentes políticas presentes naqueles anos.

Era natural que na Alemanha, país teológico, e a na Alemanha do pós-guerra, rica em seitas, de novos misticismos, de movimentos sentimentalistas e irracionistas, talvez somente como nos anos que acompanharam e precederam a violenta manifestação religiosa luterana de necessidade de renovação e de reforma da vida social, no geral, e especialmente eclesiástica em particular, que esse contraste assumisse forma e aspecto teológico e religioso.^{xv} (CANTIMORI, 1991, p. 182)

Dessa constatação, Cantimori pontua o nascimento do socialismo espontâneo e utópico romântico, no interior da S.A., como religiosidade racista de ímpeto missionário em defesa da raça pura, na qual a divindade era a nação, não mais o Deus cristão, seu caráter revolucionário e sua ligação com as ideias defendidas pelos irmãos Strasser. (CANTIMORI, 191, p. 184-185)

Dessa maneira, as características do povo deveriam ser desenvolvidas por vontade divina e, logicamente, no interior dessas sociedades. Seria necessário realizar uma nova comunidade de vida social, um socialismo de coração, dotado de uma igualdade interior capaz de superar as diferenças sociais. Para atingir esses objetivos, na visão nacional-socialista, tornava-se necessário combater os “corruptores judeus” ligados ao racionalismo liberal negador da mística realidade “völkisch”. (CANTIMORI, 191, p. 186-187)

Cantimori ainda reafirmava a presença dos ressentimentos sociais como justificativa da existência de teorias racistas e o necessário combate ao ideal burguês, vistos como obstáculos à concretização dos preceitos político-religiosos nacional-socialistas de implantação da unidade e elevação do povo alemão.

Dadas as teorias racistas e as suas consequências “socialistas”, as manifestações de sentimentos e ressentimentos sociais deviam necessariamente dirigir-se contra o “estrangeiro” “burguês” (como vem sempre revelado na propaganda oficial nacional-socialista) ou “dissolvente da unidade völkisch” e então, em substância, obstáculo à realização do “*deutsches Sozialismus*”. Resumidamente, o antissemitismo alemão de hoje é, na sua substância, uma das formas que aqui não julgaremos, com as quais se manifestam, seja ainda que redirecionadas, através linhas mortas, as aspirações e os

ressentimentos sociais na Alemanha atual, nacional-socialista.^{xvi}
(CANTIMORI, 1991, p. 187)

Não obstante, após cerca de três meses da redação desse artigo, junto à intelectualidade e à classe política europeia, Delio Cantimori assistiu a dois eventos que trouxeram a sensação de instabilidade para o continente e o sentimento da eminência de uma nova concorrência armamentista: o assassinato do ditador austríaco Englebert Dolfuss, aliado de Mussolini, e a “Noite dos longos punhais”, expurgo no qual teve como alvo principal os membros stasserista da S.A. (PERTICI, 1997, p. 73-74)

Esses eventos estremeceram ainda mais a confiança do romanholo em relação à mentalidade irracional religiosa, a intolerância do regime hitlerista e seu viés belicoso pangermânico.

Dessa maneira, meses depois de ter redigido seu texto, prestes a ser impresso pelo *Archivio di Studi Corporativi*, o intelectual italiano sentiu-se na obrigação de improvisar uma nota esclarecedora sobre os limites de sua interpretação, perante aqueles estarrecidos episódios. (SIMONCELLI, 1997, p. 144)

Nessa referência, Cantimori veio a classificar o massacre da S.A. como a representação da vitória do elemento “militar reacionário” sobre o ideal revolucionário:

Relevo ainda o caráter informativo e destacado dessas rápidas notas; permiti-me recordar fatos conhecidos geralmente com o escopo de esclarecê-los melhor. Estas notas foram escritas em abril de 1934; mas penso que podem servir também depois dos acontecimentos de trinta de junho de 1934 na Alemanha. A sua interpretação mais provável nos parece esta: que em substância trata-se de uma vitória do elemento militar (*Reichswehr*) e “reacionário” sobre aquele revolucionário, acompanhado de hábeis golpes contra o porta-voz da “Reação” e do saldo de velhas contas, e inalterados restando muitos velhos motivos ideológicos e propagandísticos, como a fé no “Führer” Hitler.^{xvii}
(CANTIMORI, 1991, p. 191)

Nos seus escritos posteriores, Cantimori vai reafirmar o sucesso do nazismo entre as massas como fruto do seu caráter irracional, indeterminado e ambíguo, pautado nos apelos à emoção do público, desfrutando da mentalidade teológica difundida na política na Alemanha, (CANTIMORI, 1991, p. 258) ainda que colaborando com o *Dizionario Politico* fascista, publicado em 1940, com diversos verbetes cantimorianos sobre a história política alemã.

Na consolidação da sua ortodoxia, o nazismo se fortaleceu como um regime no qual a *Weltanschauung* é acrítica e intolerante, fundada na irracionalidade, na consciência sintética, definida como uma intuição do mundo de caráter estético-

contemplativo e anti-intelectual, unificado em uma nova concepção ético-racial que deu base ao mito racial do povo alemão. (CANTIMORI, 1991, p. 468-470)

O combate ao irracionalismo propagandista nazista e fascista

Logo após o assassinato coletivo dos membros da S.A., Cantimori resenhou o escrito de Ernesto Codignola, *Il rinnovamento spirituale dei giovani* – documento típico de um fascismo “liberal”, defensor da liberdade de imprensa e opositor do controle político da cultura, (PERTICI, 1997, p. 74) – obra a qual, no juízo do intelectual romanholo, na sua primeira leitura poderia gerar comoção nas pessoas as quais vivenciavam a consternação dos “atuais ‘renascimentos’ reacionários camuflados sob os grandes nomes: revolução, povo e renovação”. (CANTIMORI, 1991, p. 192)

Delio Cantimori afirmava que “junto aos mais diversos escritos de propaganda nacional-socialista e racistas”, a primeira impressão seria a necessidade de um maior equilíbrio e bom senso de Codignola frente “ao transbordamento de monstruosidades as quais se pode assistir hoje na Europa”.

Naquela situação, muitas seriam as objeções vindas dos “reacionários que escrevem e pregam na nova Alemanha”, das quais os italianos precisariam desenvolver a atenção e a crítica, “não menos que sobre os tolos antissemitas e racistas fanáticos”, os quais aparecem frequentemente muito mais decididos e coerentes nos seus argumentos. (CANTIMORI, 1991, p. 194)

Nessa situação, Cantimori chamava a atenção para a necessidade do combate de uma *Weltanschauung* através de outra *Weltanschauung* e, contra uma contaminação ideológica, retomava os preceitos ideológicos gentilianos de ligação íntima entre a ética e a política. (PERTICI, 1997, p. 74 – 75)

Nesse quesito, no juízo do intelectual romanholo, E. Codignola não seria “bem decidido na afirmação da superioridade da ética à política ou da redução da política à ética, pela qual cada pessoa é chamada a participar da vida política”, negligenciando a batalha, com armas racionais e intelectuais, contra tudo que possa ser estranho e sem valor para a consolidação da cultura. Dessa maneira, o ideólogo fascista Codignola abriria uma brecha para os sofismas adversários e para a formação de uma literatura apologética propagandista pueril e conservadora capaz de atingir o grande público. (CANTIMORI, 1991, p. 194-195)

Às vezes, ao ler certa literatura política ou pseudopolítica, mas não por isto menos difusa, menos lida e menos absorvida pelos ignaros, dá uma violenta tentação de deixar de nos ocupar desse tipo de gente que não vale nada, que confunde o interesse dos homens de cultura de vida nacional com aquele *nationales Kitsch*, que o habilíssimo ministro Goebbels já proibiu faz muito tempo, desses seres anacrônicos, dessas “meias culturas”. Mas depois, vagamos pelas ruas, vemos estes escritos nas livrarias, nos quiosques das estações, os vemos lidos por jovens, os vemos, às vezes, discutidos com seriedade e então pensamos que qualquer coisa deva existir debaixo daquelas avalanches de palavras e de insolências, sob aquelas evocações de costumes passados, sob aquelas exaltações dos misticismos frios. Qualquer coisa de não bem definido, nem definível, que sobre as aparências rústicas e ingênuas, faz o seu caminho mais e mais e unge. O filósofo talvez o reduzisse à irracionalidade, o político o chamaria reação, mas na verdade não se sabe bem que coisa é. Mas o perigoso é certamente a sutileza com a qual sabe sempre colocar os seus adversários na situação de acusados, como mornos, incertos, “bestas intelectuais”, perante a sua teocrática segurança de fé, o seu entusiasmo aquecido ao máximo, proclamado descaradamente. Rudemente sim, mas não ingenuamente, e com uma consequência de decisão, com uma vontade permanente, embora não clara, que não se deve negligenciar e nem desvalorizar. Atrás dos entusiasmos pela aristocracia e pela teocracia de Adamo Muller está também o secretário de Metternich. Adam Mueller era rude e ingênuo, embora soubesse despertar o entusiasmo das damas nas saletas, mas Metternich era hábil e forte, e era também um sábio e grande político. Não basta ter mostrado a inutilidade do argumento do adversário, porque o adversário não existe mais. Especialmente quando este adversário oferece argumentos fáceis e lisonjeiros à preguiça das massas e aos temores e aos rancores dos indivíduos.^{xviii} (CANTIMORI, 1991, p. 195)

Por essas questões, Cantimori alegava a necessidade de um maior controle das informações, defendendo uma “liberdade de publicação” mais racional, a fim de combater uma realidade ideologicamente criada nos jornais, revistas e livros, (CANTIMORI, 1991, p. 196) como no caso da tradução italiana de *Mein Kampf*.

Não obstante, no mesmo ano de 1935, já tomado pelo clima de aproximação entre Mussolini e Hitler, o intelectual redigiu uma áspera resenha sobre a versão italiana da “Bíblia política Nacional-socialista”, ressaltando seus cortes em traduções também em outras línguas, o que, no caso italiano, reduziu a versão à metade. (CANTIMORI, 1991, p. 306 – 307)

Nessa resenha da obra *Mein Kampf*, Delio Cantimori enfatizou a presença de um discurso sobre a propaganda, no qual Hitler expõe suas ideias em relação à difusão dos preceitos nazistas e o apelo aos sentimentos e aos instintos, com o objetivo de movimentar as massas.

Segundo o intelectual italiano, nessa obra, defendia-se que toda publicidade deveria ser popular e o seu nível de complexidade medido com base na capacidade de compreensão das mentes mais limitadas entre todos aqueles passíveis de serem atingidos. Deveriam também ter caráter unilateral, sem se preocupar com a verdade objetiva, servindo apenas à própria verdade defendida. O exame dos vários direitos não deveria ser o foco, mas, sim, a implantação exclusiva daquele direito pelo qual a propaganda é feita. (CANTIMORI, 1991, p.308)

Tendo sido a própria tradução um exercício ideológico-propagandístico, sua tendenciosa busca pela eficácia teria retirado questões fundamentais dos preceitos nazistas, como sua essência racista e a maneira nacional-socialista de se comportar diante dos outros partidos alemães. (CANTIMORI, 1991, p. 309 – 310)

Sendo assim, Delio Cantimori levava para o campo da tradução, o exercício positivo da análise filológica como ferramenta de entendimento político e histórico, a fim de desvendar as práticas propagandistas ideológicas tão presentes na cultura alemã, permeada pelo irracionalismo teológico, tão acionado pelas estratégias nazistas de manipulação.

Dessa maneira, o intelectual romanholo concluía que

A tradução do livro de um autor famoso é sempre coisa difícil, mas quando este autor é um homem político, vivo, em uma posição política excepcional, a coisa torna-se ainda mais difícil e delicada. Logo, torna-se delicadíssima, quando existem precedentes como aqueles que eu recordei ao início, quando a tradução se torna por si mesma um ato político e este ato político deve ser realizado levando em conta os precedentes de notável importância.^{xix} (CANTIMORI, 1991, p. 311)

Por sua vez, Delio Cantimori já vinha alimentando um forte descontentamento com o fascismo desde a crise do Estado Corporativo, a qual culminou na modificação das leis instrutivas das corporações, em 1934.^{xx} Dentro desse contexto, o intelectual começou a deixar de lado seu modelo de escrita apologético fascista, tão presente nos artigos publicados no periódico fascista *Vita Nova*, para apresentar leituras mais concretas e críticas sobre a realidade italiana.

Nesse tom científico filológico, Cantimori apresentou duas resenhas sobre os livros *Gli Scritti e Discorsi di Benito Mussolini* e *Scritti sul Fascismo*, publicadas na revista *Leonardo*, em 1935.

Na primeira, através de argumentação e exposição de citações, Cantimori desenhou uma imagem, não tão amistosa, de Mussolini como um personagem dominado

por sua vontade de potência, o qual se afirmava como representante do desejo dominador presente na essência do próprio povo italiano, de modo que não havia mais distinção entre a aspiração individual do *Duce* e aquela da nação. Dessa maneira, Mussolini via a História como um espetáculo de grandeza e potência, somente atingidas quando são transportadas do indivíduo ao Partido e à Nação. (CANTIMORI, 1991, p. 578-582)

Na segunda, o intelectual romanholo voltou-se para os tipos de escritos propagandistas sobre as obras fascistas, ressaltando a importância daqueles direcionados para o debate sobre o corporativismo, a história do fascismo e os escritos doutrinários. (CANTIMORI, 1991, p. 588)

O ano no qual publicou esses textos fez parte de um momento de importantes acontecimentos e transformações ideológicas na vida de Cantimori. Em uma correspondência, o intelectual romanholo informava à B. Croce o seu paralelo interesse pelo estudo dos hereges italianos “e algumas pesquisas sobre as ideias de Proudhon e de Marx pré-1848” (PROSPERI, 1992, p. XXXVII), e começava uma relação com Emma Mezzomonti^{xxi} (1903-1969), militante do partido comunista e colaboradora do *Soccorso rosso*, com quem se casou em 1935, quando trabalhava no *Istituto di studi germanici*, (CHIANTERA-STUTTE, 2011, p. 61) tendo uma importante participação na inflexão política do marido do fascismo ao comunismo. (VITTORIA, 2013. p. 16)

A progressiva aproximação entre a Alemanha nazista e a Itália fascista, desde o apoio diplomático na guerra da Etiópia, a tomada de posição antibolchevismo, a parceria na guerra civil espanhola, defendendo a bandeira anticomunista, como queria a direita reacionária católica, e a adesão da Itália ao modelo racista alemão geraram uma profunda decepção no intelectual romanholo.

Agora, o regime de Mussolini se tornava o baluarte anticomunista da Europa e uma das nações expansionistas que alimentava, junto ao nazismo, o ambiente belicista europeu. Contemporaneamente, Delio Cantimori se aproximava de intelectuais dissidentes, os quais deixavam de enxergar o regime com bons olhos e começavam a apresentar veladamente suas críticas ao governo fascismo de Mussolini.

Considerações finais

Após a publicação da coleção de escritos políticos cantimorianos *Politica e storia contemporanea. Scritti 1927-1942*, sob os cuidados de Luisa Mongoni, em 1991,

e a reedição dos *Eretici italiani del Cinquecento*, realizada por Adriano Prosperi, abriu-se uma nova onda de interpretações da trajetória política e intelectual de Delio Cantimori.

Isso ficou evidente com a jornada de estudos sobre Cantimori, realizada pelo *Istituto Gramsci*, a qual gerou uma sessão de artigos publicados pela revista *Studi Storici*, onde os textos se dividiram entre os debates sobre o método analítico cantimoriano e as temáticas dos hereges, Humanismo, Renascimento e Reforma, e as reflexões políticas de Cantimori sobre a Alemanha e o nacional-socialismo, que agora entravam em destaque como questão essencial para um melhor entendimento da trajetória política do intelectual romanholo nos anos de 1930 e 1940.^{xxii} (STUDI STORICI, 1993)

Impulsionado por esses debates, em 1994, Paolo Simoncelli – ex-aluno de Renzo De Felice – lançou sua importante obra, *Cantimori, Gentile e la Normale di Pisa*, na qual expôs um exame profícuo sobre a relação entre Cantimori, seu professor Giovanni Gentile e o ambiente idealista fascista da *Scuola Normale di Pisa*.

Onze anos se passaram e o jornal *Corriere della Sera* estampava acusações incisivas de estudiosos como Eugenio Di Rienzo (2005, p.31), Dino Messina (2005, p.37) e Simoncelli (2005, p.35), entre outros, reivindicando uma maior rigidez nas leituras do pensamento autoritário fascista de Delio Cantimori e da sua – possível – afinidade em relação ao pensamento nacional-bolchevique.

Em concordância com esse discurso, em 2007, foram publicados a obra *Delio Cantimori e la cultura politica tedesca (1927-1940)* de Nicola D’Elia e, no ano seguinte, *Cantimori e o libro mai edito. O movimento nazionalsocialista dal 1919 al 1933*, de Simoncelli, nos quais os autores ressaltaram a existência de uma forte admiração cantimoriana pelo nacional-bolchevismo, com via de confronto ao liberalismo democrático e ao capitalismo, que permaneceu até a *Segunda Grande Guerra*.

Nesse contexto, esses historiadores se viam impelidos em combater a “blindagem ideológica” de Delio Cantimori realizada, após a sua morte, por parte de integrantes da esquerda e pelo seu ex-aluno normalista, (D’ELIA, 2007, p. 10) Adriano Prosperi, o qual rebateu as críticas dirigidas a ele, defendendo a inexistência de evidências cabíveis que pudessem assegurar a aproximação de Cantimori com o projeto político nacional-socialista. (PROSPERI, 2005)

Entretanto, sem optar pela defesa da subjetividade do ex-aluno em suas leituras sobre Cantimori ou por perspectivas partidárias carregadas e inspiradas nas leituras de Simoncelli, é possível identificar abordagens mais pertinentes sobre a trajetória política de Cantimori, como aquelas apresentadas por Roberto Pertici, P. Chiantera-Stutte e Luisa Mangoni.

A partir delas, percebe-se com mais clareza que Cantimori foi sim um fascista entusiasta, ligado à tradição idealista gentiliana, mas que sua crença política fascista se exauriu após assistir o distanciamento entre regime e o ideal cantimoriano de Estado corporativos ético, o qual se embasava em componentes racionais e laico-espirituais.

Não foi inspirado no nacional-bolchevismo ou através do apelo simpático ao nacional-socialismo – como defenderam P. Simoncelli e Nicola D’Elia – que Cantimori passou a depositar sua esperança no Partido Comunista Italiano, como órgão capaz de promover uma reforma social, implantando um novo “sistema de verdade”, um novo mito, um novo humanismo, uma sociedade renovada, (BELARDELLI, 1993, p. 391) na qual se poderia realizar o seu antigo projeto de elevação ético-moral do povo italiano, em oposição ao falido projeto político fascista, agora reacionário, racista, próximo do nazismo, adepto do *Pacto Anticomintern*, baluarte do anticomunismo europeu. (PERTICI, 1997, p. 115 e 123)

Foi sim, a partir da sua concepção ético-política do corporativismo, a qual colocava o fascismo e o bolchevismo como projetos antiliberais bem similares, e por meio da sua relação com sua esposa, Emma Mezzomonti, e seus contatos com integrantes do partido comunista, que Cantimori faria sua adesão ao PCI, permanecendo sempre atento aos prejuízos gerados pelo irracionalismo nazista, e interessando-se, cada vez mais, pelos preceitos igualitários marxistas e pelos políticos jacobinos e reformadores italianos, os quais fomentaram suas reflexões sobre a influência da Revolução Francesa no *Risorgimento italiano*, dando base para o seu segundo livro: *Utopisti e Riformadori italiani (1794-1847)*.

Referências

- BELARDELLI, Giovanni. Dal Fascismo al comunismo. Gli scritti politici di Delio Cantimori. *Storia Contemporanea*. Anno XXIV. n. 3, p. 379-403, 1993.
- CANTIMORI, Delio. Confessione e libero pensiero in Italia e in Germania. *Vita Nova*, III, 1927, p. 598-599. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 27-29.

- _____. Germania giovane. Vita Nova, III, 1927, p. 814-15. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 30-33.
- _____. Germania giovane: Problemi culturali. Vita Nova, IV, 1928, p. 179-181. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 34-37.
- _____. Germania giovane: Conservadorismo. Vita Nova, IV, 1928, p. 292-293. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 38-41.
- _____. Germania Giovane: Concenzione dello Stato. Vita Nova, IV, 1928, p. 563-564. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 42-45.
- _____. Germania Giovane: Nazionalismo extraparlamentare. Vita Nova, IV, 1928, p. 563-564. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 46-49.
- _____. Fascismo, rivoluzione e non reazione europea. Vita Nova, VII, 1931. P 759-763. Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 81-87.
- _____. La politica reazionaria di Federico Schlegel. Vita Nova, V, 1929, p. 405-406. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 61-64.
- _____. Recensione di Karl Anton Prinz Rohan, Umbruch der Zeit (1923-1930), Stilke, Berlin, 1930. Vita Nova, VII, 1931, p. 155-156. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 88-90.
- _____. *Ulrico von Hutten e i rapporti tra Rinascimento e Riforma*. Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa. Classe di Lettere e Filosofia. Vol. XXX, Fasc. II. Pisa. Tipografia editrice pacini Moriotti, 1930.
- _____. L'“Agnes Bernauer” di Friedrich Hebbel e la rappresentazione romantica dello Stato. *Civiltà Moderna*, v. V, p.428-437, 1933; v. VI, p. 51-69, 1934.
- _____. Recensione di Arthur Rosenberg, Geschichte des Bolschewismus, von Marx bis zur Gegenwart, Rowohlt, Berlin 1932. R. Leonardo, IV, 1933. p 78-81. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 137-141.
- _____. “Nazis”. In: D'ELIA, Nicola. *Delio Cantimori e la cultura politica tedesca (1927-1940)*. Istituto Storico Germanico di Roma & Viella, Roma, 2007. p. 123-129.
- _____. Recensione di Conrad Heiden, Geschichte des Nationalsozialismus die Karriere einer Idee, Rowohlt, Berlin 1932. R. Leonardo, IV, 1933. p 125-127. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 142-145.
- _____. Recensione di Ernst Bertram, Nietzsche, assai de mythologie, Rieder, Paris, 1933. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 146-151.
- _____. Recensione di Karl Marx, Das Kapital, Kiepenheuer, Berlin 1932 e Id., Der historische Materialismus, die Frühschriften, Kröner, Leipzig 1932. Leonardo, IV, 1933, p. 210-211. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 152-153.
- _____. Recensione di Hugo Fischer, Nietzsche Apostata, oder die Philisophie des Ärgermisses, Verlag Kurt Stenger, Erfurt 1933. R. Leonardo, IV, 1933. p. 357-360.

In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 154-159.

_____. Note sul nazionalsocialismo. Archivio di studi corporativi, V, 1934. p. 291-328. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 163-191.

_____. Recensione di Ernesto Codignola, Il movimento spirituale dei giovani, Mondadori, Milano 1933. Leonardo, V, 1934. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p.192-196.

_____. Recensione di Karl Barth, *Parole de Dieu et Parole humaine*, Je sers, Paris 1933 e W. A. Visser'T Hooft, Introduction à Karl Barth, ivi, Paris, 1933. Giornale Critico della Filosofia Italiana. XV, 1934, p. 227-233. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 200-208.

_____. Ernst Jünger e la mistica milizia del lavoro. Studi Germanici, I, 1935, p. 73-92. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 209-225.

_____. Gli discorsi di Benito Mussolini. Leonardo, VI, 1935, p. 97-103. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 577-587.

_____. Scritti sul Fascismo. Leonardo, VI, 1935, p. 380-382. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p.588-591.

_____. Recensione di Adolf Hitler, *La mia Battaglia*, Bompiani, Milano 1934. Leonardo, VI, 1935. p. 224-227. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 306-311.

_____. Nazionalsocialimo. Dizionario di Politica, III, Istituto della Enciclopedia Italiana, Roma, 1940, p. 250-262. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p. 452-488.

_____. *Utopisti e Riformatori italiani (1794-1847)*. Ricerche storiche. G. C. Firenze: Sansoni, 1943.

_____. Carta. Rivista Itinerari, XV, n 58, giugno 1962. In: CANTIMORI, Delio. *Conversando di storia*. Bari: Editori Laterza, 1967. p. 132-143

CHIANTERA-STUTTE. *Delio Cantimori: un intellettuale del novecento*. Roma: Carocci, 2011.

D'ELIA, Nicola. *Delio Cantimori e la cultura politica tedesca (1927-1940)*. Istituto Storico Germanico di Roma & Viella, Roma, 2007.

DA SILVA, Mario. Basi dello Stato nazional-socialista. *Critica Fascista*. 10, 1 giugno 1932.

DI NUCCI, Loreto. Bottai, Giuseppe. In: *Dizionario del Fascismo*. Torino: Giulio Einaudi editore, 2002. p. 193-198.

DI RIENZO, Eugenio. “Caro Prospero, è questo il vero Cantimori”. *Corriere della sera*, 4, aprile, 2005. p.31.

DINO, Messina. Cantimori. Ultimo intoccabile. In nome dell'ortodossia. *Corriere della sera*, 31, marzo, 2005. p.37.

MALLET, Robert. Grandi, Dino. In: *Dizionario del Fascismo*. Torino: Giulio Einaudi editore, 2002. p. 631-633.

MANGONI, Luisa. L'Europa sotterranea. In: CANTIMORI, Delio. *Politica e storia contemporanea*. A cura di Luisa Mangoni. Torino: Einaudi, 1991. p XIII-XLII.

PARLATO, Giuseppe. Spirito, Ugo. *Dizionario del Fascismo*. Torino: Giulio Einaudi editore, 2002. p. 660.

PETERSEN, Jens. Cantimori e la Germania. *Studi Storici*, anno XXXIV, n. 4. Bari: Dedalo, p. 819-826, 1993.

PERTICI, Roberto. *Mazzinianesimo, fascismo, comunismo: l'itinerario politico di Delio Cantimori (1919-1943)*. Milano: Editoriale Jaca Book SPA, 1997.

PROSPERI, Adriano. Introdúzine. In: CANTIMORI, Delio. *Eretici italiani del Cinquecento e altri scritti*. Giulio Einaudi editore, Torino, 1992.

_____. Cantimori nazista e bolchevico: se è vero, fuori le prove. *Corriere della sera*, 17, aprile, 2005.

SIMONCELLI, Paolo. *Cantimori, Gentile e la Normale di Pisa*. Profili e documenti. Milano: Ed. FrancoAngeli storia, 1994.

_____. *Cantimori e il libro mai edito*. Il Movimento nazionalsocialista dal 1919 al 1933. Firenze: Casa Editrice Le Lettere, 2008.

_____. Le sirene totalitarie che ammalarono Cantimori. *Corriere della sera*, 9, aprile, 2005. p.35.

SPIRITO, Ugo. *Capitalismo e corporativismo*. Firenze, Sansoni, 1933.

VITTORIA, Albertina. La “ricerca oggettiva”: il rapporto fra la politica e la cultura per Gastone Manacorda e Delio Cantimori. Introduzione al carteggio. In: Delio Cantimori, Gastone Manacorda. *Amici per la storia – Lettere 1942-1966*. Roma: Carocci editore, 2013.

Notas

ⁱ Giuseppe Bottai defendia a concepção gentiliana de *Risorgimento* como revolução espiritual interrompida, vendo no fascismo a missão de cumprir esse movimento histórico. Foi um dos principais idealizadores do Corporativismo, não somente como instrumento para harmonizar as classes sociais, mas como organização totalitária capaz de atingir uma nova fase de vida social, se sobrepondo aos preceitos capitalistas até anulá-los. Assim, o corporativismo se posicionava como a “terceira via” que deveria superar tanto o liberalismo como o comunismo. (DI NUCCI, 2002, p. 194 – 197.)

ⁱⁱ Dino Grandi (1895-1988) fez parte do movimento interventista dos Fascios de ação revolucionária, escrevendo pelo jornal liberal-nacionalista *L’Azione*. Inicialmente foi crítico aos *Fasci di Combattimento* de Mussolini, mas em 1920 aderiu ao movimento ocupando cargo na direção nacional do PNF. Sua trajetória política junto ao fascismo foi marcada por críticas e acordos políticos com Mussolini. Com sua habilidade política, Grandi ascendeu hierarquicamente de forma rápida, tornando-se líder do estado maior dos *quadrumviri*, De Bono, De Vecchi, Balbo e Bianchi, os quais foram os responsáveis pela organização da Marcha sobre Roma. No governo de Mussolini, tornou-se Secretário do Interior, Ministro de Negócios Estrangeiros e depois embaixador italiano na Inglaterra, onde conseguiu abrandar os conflitos gerados pela invasão da Etiópia. (MALLETT, 2002, p. 631-633)

ⁱⁱⁱ Il senso della vita delle nuove generazioni è religioso e sociale. Il loro nazionalismo è collettivistico come il loro socialismo. Per una soluzione della situazione disperata nella quale si trova l’Europa moderna bisogna guardare al punto nel quale i due miti Nazione e Classe entrano in urto; di lì noi potremo conquistare, procedendo freddamente, senza invocare miti entusiasmati, il secolo XX. Da quel punto si deve partire per realizzare in politica l’idea corporativa, in politica estera l’idea di un’ampia collaborazione internazionale. La nuova coscienza sociale può creare una forma di società organicamente articolata, nella quale l’individuo rimanga fundamentalmente libero, ma allo stesso tempo sorgano legami che possano risolvere creativamente, da una parte la lotta delle classi, dall’altra i conflitti internazionali.

^{iv} Siamo troppo sicuri di noi, della nostra cultura, della nostra civiltà per dover sempre stare in guardia e in ispavento di fronte a pangermanismi o francofilie e via dicendo, e per temere di venire in più stretto contatto con la vita degli altri popoli. Sappiamo che l’attenzione e la circospezione e la prudenza non sono mai troppe: ma queste non devono divenir pregiudizî sui popoli, sulle nazioni, pregiudizî che servono agli altri per scavare fosse al luogo dei confini, per elevare muri al luogo delle pietre che segnano fin dove è arrivata l’Italia: fosse e muri che isolano, che impediscono di vedere, che impediscono di vivere nel mondo, mentre nel mondo e non più in “casa” noi vogliamo e dobbiamo vivere, per ubbidire al comando del Duce.

^v (...) il gran nemico di questa gente sono gli ebrei, padri naturali del *libero pensiero*, e però ostili alla genuinità del sentimento religioso di questo popolo, che, dopo la sconfitta, sente, nella sua parte più elevata, che solo con un’anima profondamente religiosa potrà risollevarsi a nuova grandezza.

^{vi} Una certa ammirazione e stima che alcuni fra i più intelligenti e vivaci scrittori del Fascismo dimostrano per i modi e lo svolgimento della Rivoluzione russa, derivano proprio da una noia estetica per la

pacchianeria di certi atteggiamenti nostrani, e dalla ammirazione per la sicurezza con la quale i comunisti russi si proclamano e si mostrano rivoluzionariamente intransigenti, senza richiamarsi a principii più o meno immortale nel passato.

^{vii} Como professor do *Liceo Classico Dettòri di Cagliari*, lecionando filosofia e direito corporativo e incentivado pela curiosidade de seus alunos, Cantimori fez suas primeiras leituras sobre Karl Marx, através do clássico *O Capital*. (CANTIMORI, 1965, p. 140)

^{viii} L’“Arbeiter” dello Jünger non è infatti il “lavoratore” delle varie forme di socialismo, utopico o scientifico, né l’“operaio” organizzato: è invece il “milite del lavoro”, l’asceta costruttore di una nuova società, la cui rununzia ad ogni personale sentimento e ad ogni motivo d’azione individuale, il cui atteggiamento di fronte agli altri uomini e il cui contegno generale posson esser paragonati solo con quelli del “soldato”, del “milite”, come s’è presentato specie verso l’ultima epoca piú meccanica della guerra mondiale.

^{ix} Il “borghese” è guardato con disprezzo perché è l’uomo che “assume la sicurezza come uno dei valori supremi, e determina di conseguenza il suo modo di vivere”: è l’uomo decadente e vile disprezzato dal Nietzsche, dal Marx, Junker Otto von Bismarck.

^x Gustav Stresemann foi um político da Republica de Weimar, ganhador do prêmio Nobel da paz por ser um dos principais responsáveis pelo Pacto de Locarno, em 1925, com o objetivo de manter a paz e organizar as fronteiras alemãs com as nações vencedoras da I Guerra Mundial, e pela entrada da Alemanha na Sociedade das Nações.

^{xi} O Mito do III Reich foi definido por Cantimori como uma entidade imanente irrealizável a ser atingida pela nação alemã. Este mito teria sua origem com a queda do Sacro Império Romano Germânico, ressurgindo após a queda do Segundo Reich de Bismarck, minado pelo frágil patriotismo da Era Guilhermina e arruinado pela Guerra e a revolução. No juízo de Cantimori, com o mito do Terceiro Reich, a nação alemã buscava criar um império formado por todos alemães, com um Estado guiado por uma elite aristocrática. Entretanto, a questão positiva deste mito, na leitura do jovem romanholo, não seria aquilo que queria fazer, mas sim o aquilo que queria combater: a burguesia, o nacionalismo chauvinista e a democracia. (CANTIMORI. In: D’ELIA, 2007, p. 125)

^{xii} Como enfatizou Luiza Mangoni, em quatro de abril de 1932, Cantimori já havia projetado, junto à Federico Gentile, uma possível tradução do livro de Heiden pela editora *Sansoni*, convicto que a obra seria útil para esclarecer as ideias em relação ao movimento nacional-socialista alemão. (MANGONI, 1991, p. XXXIII). Segundo D’Elia, a proposta estava em voga ainda na carta enviada por Cantimori à F. Gentile, em oito de fevereiro de 1934, na qual o intelectual se dispunha a deixar seu trabalho de tradução dos textos de Carl Schmitt e empenhar nesse novo projeto. Entretanto, o sequestro na Alemanha do livro de Conrad Heiden fez com que Cantimori abandonasse essa ideia. (D’ELIA, 2007, p 66)

^{xiii} Hitler divenne il duce maggior partito della Germania, ma non del partito ch’egli voleva... Così si potrà dubitare se potrà riuscire al Nazionalsocialismo quel che è súbito riuscito al Fascismo: la formazione di un Regime, cioè di una potenza statale, portata dalle forze determinante della Nazione.

^{xiv} Ora, non si può ancora chiaramente distinguere se il sentimento nazionale dei tedeschi avvilito ed offeso abbia avuto ed abbia nella Rivoluzione nazionalsocialista una funzione in prevalenza maieutica nei riguardi di questo desiderio di riforma sociale, di questo bisogno di ricostruzione politica, di affermazione di una nuova “Weltanschauung”, o se tutte queste affermazione, aspettative, speranze, se tutti questi progetti, stiano in funzione, prevalentemente, della represa nazionalistica ed espansionistica della Germania, della sua “révanche”. Né si può ancora discernere con precisione se il fervore di rinnovamento sociale e nazionale stia in semplice funzione ideologico-propagandistica di uma reazione del capitalismo industriale-agrario tedesco allo slancio di conquiste operaie e popolari degli ultimi decenni, reazione che si fonderebbe col motivo di rivendicazione nazionalistica di fronte alle altre potenze europee, o se a lor volta i motivi nazionali e tradizionali nascondono un distacco completo e totale dalla concreta tradizione storica della Germania moderna, bismarckiano-guiglielmina, prussiana.

^{xv} Era naturale che nella Germania, paese teologico, e nella Germania del dopoguerra, ricca di sette, di nuovi misticismi, di movimenti sentimental ed irrazionalistici come forse solo negli anni che accompagnarono e precedettero la violenta manifestazione religiosa luterana del bisogno di rinnovamento e di reforma della vita sociale in genere e della sua specie ecclesiastica in particolare, questo contrasto assumesse forma ed aspetto teologico e religioso.

^{xvi} Date le teorie razzistiche e le loro conseguenze “socialistiche” le manifestazioni di sentimenti e risentimenti sociali dovevano di necessità rivolgersi contro lo “straniero” “borghese” (come vien sempre rivelato nella propaganda ufficiale nazionalsocialista) o “dissolvitore dell’unità völkisch” e quindi in sostanza ostacolo alla realizzazione del “deutsches Sozialismus”. L’ antisemitismo tedesco odierno è insomma nella sua sostanza uma delle forme, che qui non giudicheremo, con le quali si manifestano, sai pure deviate su binarî morti, le aspirazioni e i risentimenti social nella Germania odierna, nazionalsocialista.

^{xvii} Para um melhor esclarecimento daquele evento, Cantimori indicou uma interpretação contraposta à sua, presente no texto de Mario Silva, *Lettera dalla Germania*, publicado em novembro de 1934, na revista *Critica Fascista*, que segundo D'Elia, enxergou os acontecimentos de trinta de junho como a consagração do Estado sobre o primado revolucionário, deixando-o sob os interesses dele próprio. Sendo assim, o nacional-socialismo teria saído reforçado de uma grave crise, solucionando as incompatibilidades nazistas de movimento e de Estado. (D'ELIA, 2007, p. 76.)

^{xviii} A volte, a leggere certa letteratura politica o pseudopolitica, ma non perciò meno diffusa, meno letta e meno assorbita dagli ignari, afferra violenta la tentazione: lasciamo di occuparci di questa gente, che non vale nulla, che confonde l'interesse degli uomini di cultura alla vita nazionale con quel "nationales Kitsch" che l'abilissimo ministro Goebbels ha già da tempo proibito, di questi esseri anacronistici di queste "mezze culture". Ma poi giriamo per le strade e vediamo questi scritti nelle librerie, nei chioschi delle stazioni, li vediamo letti dai giovani, li vediamo a volte discussi con serietà: ed allora pensiamo che qualcosa ci debba pur essere sotto quelle valanghe di parole e di insolenze, sotto quelle rievocazioni di costumi passati, sotto quelle esaltazioni pei misticismi a freddo. Qualcosa di non ben definito, né definibile, che sotto le apparenze rozze ed ingenuie si fa strada sempre più, ed incalza: il filosofo forse lo ridurrebbe all'irrazionalità, il politico lo chiamerebbe reazione, in verità non si sa bene che cosa sai. Ma pericoloso è certo, per la sottigliezza con la quale sa sempre porre i suoi avversari in istato d'accusa, come tiepidi incerti, "bestie intellettuali", di fronte alla sua teocratica sicurezza di fede, al suo entusiasmo riscaldato a bianco, proclamato sfacciatamente: rozzamente sí, ma non ingenuamente, e con una conseguenza di decisione, con una volontà permanente se pur non chiara, che non sono affatto da trascurarsi, né da sottovalutare. Dietro gli entusiasmi per l'aristocrazia e per la teocrazia di Adamo Müller sta pure il segretario del Metternich. Adam Mueller era rozzo e ingenuo, benché sapesse destar l'entusiasmo delle dame nei salotti, ma il Metternich era abile e forte, ed era anche un saggio e grande politico. Non basta avermostrato la vanità dell'argomento dell'avversario, perché l'avversario non esista più. Specialmente quando questo avversario offre argomenti facili e lusingatori alla pigrizia delle masse ed ai timori ed ai rancori dei singoli.

^{xix} La traduzione di un autore famoso è sempre cosa difficile. Ma quando questo autore è un uomo politico, vivente, in una posizione politica eccezionale, la cosa diventa anche più difficile e delicata. Delicatissima diventa poi quando ci sono precedenti come quelli che ho ricordato all'inizio, quando cioè la traduzione diventa per se stessa un atto politico, e questo atto politico deve essere compiuto tenendo conto di precedenti di notevole importanza.

^{xx} Muitos dos estudiosos advertiram que 1934 seria o ano da mudança política italiana. Realmente, nesse contexto, ocorreram questões importantes para essa transformação, como a Lei instrutiva das corporações, que gerou forte insatisfação entre os idealizadores do corporativismo fascista. Como consequência, ocorreu uma verdadeira diáspora de intelectuais que defendiam o ideal corporativo, próximo ao daquele do ex-ministro Bottai – que, em 1952, veio a afirmar que, naquele momento, "o corporativismo entendido como sistemática tendência a uma ordem qualificada pela corporação acabou" – e do filósofo Ugo Spirito, que teve seus estudos interrompidos, perdeu sua cátedra pisana de política e economia corporativa e foi transferido para o Magistério de Messina, por ser considerado defensor do "bolchevismo". Fruto dessa crise política e filosófica, o mesmo Spirito lançava, em 1937, seu livro *La vita come ricerca*, no qual deixou claro seu abandono do fascismo e do pensamento atualista. PERTICI. Op. cit. 1997. p. 116.

^{xxi} Emma Mittempergher era alemã e, após seu casamento com Delio Cantimori, teve seu sobrenome italianizado como Mezzomonti. (VITTORIA, 2013, p. 16)

^{xxii} Parteciparam A. Prospero, Massimo Firpo, Giovanni Miccoli, Antonio Rotondò, Silvana Seidel Menchi, Corrado Vivanti, Bruno Bongiovanni, Enzo Collotti e Jens Petersen.

NACIONALISMO SOCIAL, CORPORATIVISMO FASCISTA E "AUTORITARISMO INSTRUMENTAL" NO PENSAMENTO DE OLIVEIRA VIANNA

SOCIAL NATIONALISM, FASCIST CORPORATISM AND "AUTORITARISMO INSTRUMENTAL" IN THE THOUGHT OF OLIVEIRA VIANNA

Fabio GENTILE¹

Resumo: O objetivo desse trabalho é fornecer novos elementos de reflexão sobre a complexa relação entre corporativismo fascista e “autoritarismo instrumental” no pensamento de Oliveira Vianna, para explicar de forma mais satisfatória como ele organizou na década de 1930 sua apropriação do modelo corporativo fascista em função de organizar o nacional-desenvolvimentismo durante a “Era Vargas”. Será também uma maneira de abrir um diálogo entre o debate sobre o fascismo como “fenômeno em andamento” e o processo de “circulação compartilhada” de ideias em nível global entre as duas guerras mundiais.

Palavras Chave: Oliveira Vianna; corporativismo fascista; “autoritarismo instrumental”

Summary: The objective of this study is to provide new elements of reflection about the complex relationship between fascism corporatism and the category of “autoritarismo instrumental” in the thought of Oliveira Vianna, in order to explain in a more satisfactory way how he elaborated in the Thirties the appropriation of the fascist corporate model to organize the national development during “Vargas Era”. It’s also a way to open a dialogue between the debate about fascism as a “phenomenon in progress” and the process of the “shared circulation” of ideas at the global level between the two world wars.

Keywords: Oliveira Vianna; fascist corporatism; “autoritarismo instrumental”

Nas últimas duas décadas há um acordo quase unânime dos cientistas sociais e políticos brasileiros sobre a relevância do sociólogo e jurista Francisco José de Oliveira Vianna (Saquarema, 1883 - Niterói, 1951) entre os grandes interpretes do Brasil. Muitos e de ótima qualidade são os estudos recentes que se confrontam criticamente com seu pensamento, visando fornecer um balanço interpretativo global (BASTOS RUGAI, QUARTIM DE MORAES, 1993; BRESCIANI, 2004; BRANDÃO, 2007), ou aprofundando aspectos específicos (PIVA, 2000; FAUSTO, 2001; SILVA, 2004; BOTELHO, FERREIRA, 2011; RICUPERO, 2014).

Porém, apesar de ter registrado um notável despertar de interesse científico e acadêmico no pensamento do sociólogo fluminense, bem como a republicação de algumas das suas obras em novas edições críticas, o problema da apropriação do corporativismo fascista em seu “autoritarismo instrumental” (SANTOS, 1978) continua sendo ainda um tema pouco estudado da sua trajetória ideológica e política por duas

¹ Doutor em Filosofia – Università degli Studi "L'Orientale" di Napoli. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceara. E-mail: fabio_gentile@ymail.com

razões fundamentais: no campo do pensamento social e político brasileiro, Oliveira Vianna durante muito tempo foi marginalizado pelo mundo intelectual e acadêmico por ter sido um dos grandes teóricos e apologistas do Estado varguista; no campo dos estudos jurídicos, a obra de Vianna, consultor jurídico do Ministério do Trabalho, de 1932 a 1940, comprometido na construção da via brasileira para o corporativismo entre a "Revolução de 1930" e a Segunda Guerra Mundial, está ligada com a questão mais ampla da incorporação da "Carta del lavoro" (1927), o manifesto do corporativismo fascista italiano, na legislação social brasileira das décadas de 1930 e 1940, até hoje o centro de uma controvérsia, também em consideração do que o modelo corporativo varguista é a espinha dorsal da atual organização sindical brasileira.

O debate parece polarizar-se em torno do confronto entre aqueles que defendem a tese de que a legislação brasileira é uma "cópia" *tout court* da "Carta del lavoro" (ROMITA, 2001) e aqueles que tendem a dissociar-se do documento italiano para apoiar a tese da originalidade e novidade das leis varguistas em matéria de proteção do trabalho, já que pela primeira vez o povo brasileiro tornou-se sujeito titular de direitos sociais (BARROS BIAVASCHI, 2007). Além disso, se focamos a nossa atenção ao campo da pesquisa histórica, nem as obras mais críticas e documentadas sobre o assunto parecem sair deste *impasse*, uma vez que reconhecem apenas a matriz fascista das leis sociais durante a "Era Vargas" (VIANNA, 1976, GOMES, 1988), sem reconstruir as causas e as trajetórias do complexo processo de assimilação do modelo jurídico arquitetado pelo jurista fascista italiano Alfredo Roccoⁱ, de forma compatível com um estado que aspirava claramente ao totalitarismo.

Na trilha aberta desta literatura, e tendo bem em vista o objetivo do nosso trabalho, pretendemos analisar a apropriação das ideias fascistas e corporativas no pensamento de Oliveira Vianna com um enfoque metodológico e analítico mais produtivo. O objetivo é abrir um diálogo entre o debate sobre o fascismo como "fenômeno em andamento" (PAXTON, 2005), pensado no "cerne da modernidade do século XX" (MANN, 2004), e aquele processo de "circulação-compartilhada" de ideias em nível global entre as duas guerras mundiais, de forma a analisar como, a partir do modelo italiano, ele foi recebido e reelaborado no pensamento nacionalista autoritário de Oliveira Vianna. A nossa investigação será focada, portanto, em dois textos significativos dos anos 1930 e 1940, onde Vianna trata com sistematicidade as ideias corporativas: *Problemas de direito corporativo* (1938) e *Problemas de direito sindical* (1943).

Vamos tentando responder a algumas das questões que surgiram ao longo do trabalho. Como e através de que fontes Oliveira Vianna entre os decênios de 1920 e 1930 se apropriou das ideias corporativas fascistas, tais como "questão social", "nacionalismo social", "Estado nacional do trabalho", "categoria", "contrato coletivo", "Justiça do trabalho", "corporações", "enquadramento sindical", "sindicato único", "produtores da nação", "conselhos técnicos"?

Como e em que medida o sociólogo e jurista fluminense na qualidade de consultor jurídico do Ministério do Trabalho durante a década de 1930 se apropriou do modelo de A. Rocco, modificando e adaptando-o de forma compatível com a realidade brasileira? Se no caso do Estado fascista, Rocco pensou em uma organização corporativa sujeita ao controle rigoroso do partido-estado totalitário, no caso brasileiro, pelo contrário, o corporativismo de Oliveira Vianna enquadrou-se em um regime autoritário que não tinha um partido único de massa, mas baseou-se na liderança do presidente.

Trata-se de uma questão muito complexa, porque coloca dois problemas fundamentais do pensamento de Oliveira Vianna.

O primeiro problema quer discutir se o conceito de “autoritarismo instrumental” de Oliveira Vianna mantém até hoje um fecundo potencial analítico no campo do pensamento brasileiro. Teorizado pelo cientista brasileiro W. G. dos Santos na década de 1970, o “autoritarismo instrumental” tornou-se, desde aquela época, uma categoria fundamental do pensamento político-social brasileiro. Visando diferenciar o autoritarismo de Vianna das outras famílias do pensamento autoritário brasileiro (o integralismo, o catolicismo e o tenentismo), o cientista político elabora um conceito, capaz de dar conta do sentido mais profundo do seu pensamento. Nesta perspectiva, o “autoritarismo instrumental” é pensado como um instrumento transitório, cuja utilização é limitada ao cumprimento da sua tarefa de criar as condições para a implantação de uma sociedade liberal no Brasil. É uma explicação parcialmente satisfatória. O “autoritarismo instrumental” formulado por Santos a partir de uma hipótese de convivência ambígua entre autoritarismo e liberalismo, que acompanha todo o processo da modernização brasileira do século XX, não explica de forma adequada as causas e as trajetórias do complexo processo de assimilação na legislação trabalhista brasileira do modelo corporativista de cunho totalitário, arquitetado por Rocco.

Em outras palavras, a questão central a ser colocada neste trabalho é como foi possível no pensamento de Oliveira Viana, ideólogo do Estado autoritário e consultor

jurídico do Ministério do Trabalho na década de 1930, adaptar para a sociedade brasileira o Estado corporativo, pensado como o melhor e mais moderno “instrumento” pela época entre as duas guerras mundiais (COSTA PINTO, PALOMANES MARTINHO, 2016), para pôr ordem na crise do estado liberal, sem necessariamente cair na teoria da “ditadura permanente” do totalitarismo fascista.

Para que o conceito mantenha ainda o seu fecundo potencial analítico na área dos estudos e das reflexões sobre o autoritarismo brasileiro, é preciso fundamentá-lo com novos elementos teóricos, devendo ser repensado tendo em vista mais dois fatores, que estão no foco do nosso trabalho:

1. O autoritarismo se caracteriza como “instrumental” para uma futura sociedade liberal não apenas porque, como observa Murilo de Carvalho, “Oliveira Vianna absorveu muitos temas do liberalismo conservador do Império” mantendo de qualquer forma um diálogo sempre aberto com o liberalismo (MURILO DE CARVALHO, 1993, p. 22), mas, sobretudo porque busca a sua legitimidade no afastamento do estado totalitário (fascista ou comunista) europeu, caracterizados por uma visão teleológica do Estado, pelo antiliberalismo radical e pela simbiose partido único–Estado.

Uma vez afastado do totalitarismo, o “autoritarismo instrumental” pode ser então apresentado como o mais “adequado” para sustentar a nova ordem industrial do país, e ao mesmo tempo, dado o seu caráter “instrumental” e transitório, ele apresentaria sempre uma possibilidade em cada fase da ditadura varguista de abrir para uma sociedade liberal, enquanto no caso europeu não é possível alguma compatibilidade entre liberalismo e totalitarismo.

Esta tensão permanente entre autoritarismo e liberalismo na década de 1930 ajuda também a ditadura varguista a se manter estável e longamente no poder.

2. No pensamento nacional-autoritário brasileiro o autoritarismo se liga com a teoria do “desenvolvimento tardio”, como falaremos mais à frente. Então ele é “instrumental”, não apenas porque é “transitório”, visando construir as condições estruturais para uma democracia liberal, mas sobretudo porque – é a hipótese a ser desenvolvida no trabalho - é o mais “adequado” para misturar alguns elementos totalitários de matriz europeia com o liberalismo. Este “ecletismo” manifesta-se claramente no processo de apropriação criativa que Oliveira Vianna faz dos modelos econômicos, políticos e sociais mais modernos pela época, compatibilizando-os a realidade brasileira, tendo como prioridade a modernização da nação brasileira, seja sob

o perfil da ordem político-social, seja sob o perfil do desenvolvimento industrial da década de 1930.

Estes novos elementos de reflexão podem dar mais uma contribuição para explicar de forma mais satisfatória como Oliveira Vianna organizou na década de 1930 sua apropriação do modelo corporativo fascista para organizar juridicamente o nacional-desenvolvimentismo varguista.

O segundo problema, praticamente uma decorrência do primeiro, diz respeito aos diferentes níveis econômicos e sociais da Itália e do Brasil. Precisamos então entender como foi possível adaptar a um país agroexportador, dependente do mercado internacional, com uma classe operária ainda embrionária, o modelo corporativo italiano, concebido para um país que, desde a segunda metade do século XIX, tinha tomado o caminho da industrialização, inclusive com o conflito capital-trabalho típico de uma sociedade industrial avançada.

A nossa hipótese baseia-se na convergência de duas teorias:

- A análise estruturalista de Juan Linz, que vê o fascismo com um “late comer”, um fenômeno ideológico, político e social “retardatário” típico do século XX – enquanto as outras ideologias já foram se manifestando amplamente ao longo do século XIX (o liberalismo, o socialismo) – que se expande rápida e simultaneamente numa época de crise das instituições liberais e afirmação do socialismo (aos quais o fascismo quer subtrair “espaço político”), assim como de expansão do autoritarismo tendente à direita (LINZ, 1976).

- A teoria do “desenvolvimento tardio”, em sua variante nacionalista, segundo a qual alguns países da “periferia” do capitalismo privilegiaram o Estado autoritário como centro organizador da nação em todos os seus aspectos, tendo em vista superar o atraso e cortar a dependência dos Países mais desenvolvidos (CARDOSO, FALETTA, 1970). Nesta perspectiva, o corporativismo fascista apareceu e foi percebido pelos teóricos da “ideologia do estado autoritário brasileiro” (LAMOUNIER, 1977) - Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos - como a forma mais avançada, pela época, de reorganização das relações entre Estado, indivíduo e mercado. Perante a decadência do “artificialismo” da velha República liberal, a via brasileira para o corporativismo autoritário tomou a forma de uma apropriação criativa do repertório e da linguagem fascista em um contexto histórico diferente do contexto italiano da década de 1930. No caminho traçado pela revolução de 1930, Getúlio Vargas e os arquitetos do Estado Novo apresentaram a industrialização como uma via para reconstruir a economia

nacional, após a crise de 1929 – que evidenciou a dependência do café, o principal produto da economia agroexportadora brasileira, do mercado global. E o Estado corporativo autoritário se tornou o principal instrumento para governar a transição à civilização industrial.

Um dos principais fundamentos teóricos dessa visão foi o conceito de corporativismo “integral” e “puro” do economista e político romeno Mihail Manoilescuⁱⁱ, elaborado de acordo com os diferentes níveis econômicos e políticos de cada país para resolver a crise econômica das áreas avançadas e coadjuvar o *take off* industrial da “periferia” do capitalismo, com base na ideia de que essa área poderia romper o vínculo de dependência semicolonial dos países mais desenvolvidos. Esse conceito previa a implantação de um Estado forte, capaz de organizar integralmente todos os recursos nacionais para projetar a transformação necessária e irreversível da sociedade agrária para a sociedade industrial, como o próprio Manoilescu esclarece.

A experiência histórica ensina-nos que invariavelmente os países industriais são ricos, ao passo que os países agrícolas são pobres (...). Para se emanciparem da pobreza, os países agrícolas precisam passar ao regime industrial e de fato só começam a enriquecer quando se encaminham para a industrialização. Há uma superioridade determinada da indústria sobre a agricultura (MANOILESCU, 1938, p.7).

Embora as massas trabalhadoras da “periferia” do capitalismo ainda não tivessem chegado num nível de organização e consciência de classe comparável aos dos países mais industrializados, também nessa área a necessária transição para a era industrial, dominada pela organização e pela técnica, deveria ser coadjuvada por uma política preventiva, orgânica à centralização capitalista, de incorporação da classe operária ainda em embrião no Estado, para evitar a reprodução do conflito de classes da sociedade europeia durante a Primeira Guerra mundial.

Nesta perspectiva, o corporativismo fascista – em suas múltiplas dimensões de catalogação jurídica do “social”, dirigismo econômico, organização da nação e harmonização do conflito capital-trabalho – encaixou-se perfeitamente no projeto nacional-autoritário e estado-cêntrico de Oliveira Vianna de modernização corporativa da sociedade brasileira no período entre guerras.

Os anos 1920. Oliveira Vianna teórico da questão social brasileira

A análise do tema da apropriação do corporativismo fascista no pensamento de Oliveira Vianna impõe uma reflexão preliminar sobre sua trajetória cultural e política na década de 1920. É nessa época, como observado por Ângela Gomes, que Oliveira Vianna elabora o diagnóstico da realidade brasileira sobre o qual fundamentar a “práxis corporativa” dos anos 1930 (GOMES, 1993). Não é, portanto, produtivo dissociar o cientista social dos anos 1920, comprometido em pensar uma solução autoritária para a falta de organização do povo brasileiro, do jurista maduro dos anos 1930, teórico da harmonização do conflito capital-trabalho produzido pelos processos de modernização num estado corporativo moldado com base na carta do trabalho italiana.

Como pretendemos mostrar, o confronto crítico com sua produção da década de 1920 destaca que Oliveira Vianna já possuía um profundo conhecimento do debate europeu sobre o corporativismo, embora ainda não tivesse elaborado uma orgânica teoria sindical-corporativista. O conceito sobre o qual pretendemos focar a análise do pensamento de Vianna nos anos 1920 é do nacionalismo social, por duas razões fundamentais: em primeiro lugar, trata-se de um dos conceitos-chave do debate sobre o corporativismo na Europa entre o fim do século XIX e a época entre as guerras mundiais; em segundo lugar, porque satisfaz o sociólogo preocupado com adaptar as ideias mais modernas produzidas pelos grandes debates sociais e políticos da Europa ao seu amplo programa de estudo do povo brasileiro e sua cultura cívica, iniciado na década de 1910 com *Populações meridionais do Brasil* (1920), e aprimorado nos outros trabalhos fundamentais da década de Vinte: desde *Pequenos estudos de psicologia social* (1921), passando por *Evolução do povo brasileiro* (1923), as várias versões de *O Idealismo da Constituição* (1922, 1924, 1927, 1939), *O ocaso do Império* (1925), até *Problemas de política objetiva* (1930), *Raça e assimilação* (1932).

Antes de examinarmos a incorporação do nacionalismo no pensamento social de Vianna, precisamos analisar as linhas essenciais da sua gênese no debate francês desde a segunda metade do século XIX até a sua assimilação no sindicalismo nacionalista, confluído então no fascismo italiano.

A referência básica do nacionalismo é um conceito social do homem completamente diferente daquele do constitucionalismo liberal. A recusa do liberalismo e a preocupação com a solidariedade social, o controle dos conflitos produzidos pela sociedade industrial continuam sendo uma constante de todas as vertentes do pensamento nacionalista e corporativista tecnocrático que fundamentam o nacionalismo social: o pensamento social católico expresso na *Rerum Novarum* de Leão XIII, o

nacionalismo boulangista, o sindicalismo nacionalista do final do século XIX. É um campo de doutrinas heterogêneas, elaboradas no laboratório francês da crise da democracia liberal entre o final do século XIX e a década de 1930, que forja uma visão do homem membro e função da comunidade familiar, social e profissional. Essas ideias vão alimentando as principais vertentes antiliberais do século XIX: o familismo de Le Play, o neotradicionalismo corporativista católico de La Tour du Pin e, especialmente, o nacionalismo protecionista de Maurice Barres, e l'Action Française de Maurras, que irá inspirar o fascismo italiano, como observado pelo historiador Zeev Sternhell (1989), embora com alguns exageros. É uma variada literatura antiliberal, na qual, no entanto, podemos identificar alguns temas constantes, tais como necessidade e autoridade, hierarquia e família, absorvidas explicitamente como categorias fundamentais do autoritarismo político e da concepção organicista da ordem do movimento nacionalista.

Não há dúvida de que essas doutrinas heterogêneas, misturando a autoridade da Igreja Católica com uma visão tradicionalista da nação, confluíram no sindicalismo nacionalista. Afirma-se na Europa em princípio do século XX (França, Itália, Inglaterra, Alemanha, Suíça, Polônia) e fundamenta-se na socialização da economia entregue às categorias do trabalho e da produção em todas as suas manifestações, que não deveriam mais ser enquadradas no esquema marxista capitalismo-proletariado, mas teriam de ser repensadas à luz das novas transformações aportadas pela técnica, pela administração e pela organização empresarial. O seu programa teórico-político se embasa na aversão pelo regime liberal-representativo, no desenlaço do sindicato e do trabalho dos dogmas do marxismo e na centralidade do trabalho nos processos de transformação política, econômica e social do Estado como fundação da nação (o “Estado nacional do trabalho”). Neste modelo, só os “produtores”, identificados por sua condição profissional, gozam plenamente do *status* de cidadãos da nação.

Tentando resumir este complexo conjunto de ideias que compõem o conceito de nacionalismo social, podemos dizer que ele se coloca como o fundamento teórico da doutrina do corporativismo como "terceira via" entre liberalismo e socialismo. Enquanto, por um lado, o liberalismo sustenta que a síntese das oposições sociais é atingida mecanicamente pelo próprio funcionamento do sistema (Estado, indivíduo e mercado), uma vez que é deixado a si mesmo, do outro lado o comunismo sustenta que a antítese é insuperável e, portanto, pode ser eliminado apenas com o desaparecimento de um dos dois termos opostos, o que, por sua vez, é provocado mecanicamente pelo desenvolvimento das contradições internas ao sistema econômico capitalista.

Pelo contrário, o sindicalismo nacionalista opôs ao liberalismo e ao marxismo um nacionalismo social baseado no ativismo destinado a superar as antíteses econômicas na nova síntese do estado nacional do trabalho. Enfim deve-se a Rocco a transformação do sindicalismo nacional em “sindicalismo jurídico”, pressuposto para a construção do Estado corporativo fascista, caracterizado pelo reconhecimento do sindicato como um organismo de direito público, a introdução dos contratos coletivos, uma nova legislação social e a justiça do trabalho (ROCCO, 2005).

Voltando agora ao pensamento de Oliveira Vianna, se analisarmos de forma global a produção das décadas de 1910 e 1920, já é possível perceber a preocupação de incorporar o debate sobre o nacionalismo social, de cunho autoritário, nos grandes filões de seu pensamento, de acordo - como observado por Lucia Lippi de Oliveira (1990) - com um redescobrimto da questão nacional que envolve todas as famílias intelectuais durante a Primeira República.

No caminho aberto pelos estudos de Silvio Romero sobre o Brasil social, o próprio Vianna indica as fontes nas quais baseou o estudo do povo brasileiro: a geopolítica de Teodor Ratzel, as primeiras doutrinas nacionalistas de cunho racial e racista de Lapouge, Gobineau e Ammon, a relação entre mito e ação nos estudos psicológicos de Ribot, a psicologia de massas de Le Bon e, especialmente, a escola de Le Play, pela quais absorvia novos modelos de integração, de associação, de solidariedade, e de intervenção do Estado (OLIVEIRA VIANNA, 1987).

Com estas ferramentas do tardopositivismo cientificista, do neotradicionalismo católico e do nacionalismo político de matriz autoritária, Vianna enfoca o duplice problema de evitar a desagregação individualista provocada pela proclamação da República e da Constituição de 1891 e de garantir os direitos dentro de um novo sistema de relações de solidariedade social. Em síntese, de conciliar a liberdade do indivíduo com a reapropriação da autoridade pelo Estado. Nesse sentido, uma eficaz explicação do modelo interpretativo elaborado por Vianna vem de Murilo de Carvalho. Para este autor, Vianna foi desde o início e até os trabalhos mais maduros dos anos 1930 e 1940, o cientista da questão social no Brasil, concebida de forma científica e objetiva, em resposta à tendência, inadequada em sua opinião, das elites liberais para importar o modelo de liberalismo anglo-saxônico no Brasil (MURILO DE CARVALHO, 1993).

Ao longo da produção dos anos 1920, o horizonte problemático é a crise do liberalismo, considerado incompatível com a realidade do País, e a exigência de substituí-lo por uma nova organização da nação política, moldada com base nas

especificidades do povo brasileiro, de acordo com a lição de Alberto Torres, um dos precursores da ideologia do Estado autoritário.

É um projeto ambicioso e para sua realização é preciso se livrar do modelo conceitual do “idealismo utópico” das elites liberais, para ele definido como

todo e qualquer sistema doutrinário, todo e qualquer conjunto de aspirações políticas em íntimo desacordo com as condições reais e orgânicas da sociedade que pretende reger e dirigir. O que realmente caracteriza e denuncia a presença do idealismo utópico num sistema constitucional é a disparidade que há entre a grandeza e a impressionante eurritmia da sua estrutura e a insignificância do seu rendimento efetivo – e isto quando não se verifica a sua esterilidade completa (OLIVEIRA VIANNA, 1939, p.10-11).

Ao idealismo utópico, Vianna opõe a nova metodologia sociológica e o novo sistema doutrinário que ele próprio define do “idealismo orgânico”, pois nasce da própria evolução orgânica da sociedade, tendo como objetivo o estudo dos elementos constitutivos do povo brasileiro, de modo a diferenciá-lo dos outros povos (OLIVEIRA VIANNA, 1939, p.11).

Inspirado no nacionalismo positivista de Alberto Torres, o sociólogo fluminense entende fazer uma análise realista e objetiva da especificidade da cultura do povo brasileiro, como base para formular o projeto de um “Novo Estado” e uma nova direção política capaz de criar a nação política brasileira – daqui “o mito do Estado Novo” (GENTILE, 1999), que atravessa tantas leituras nacionalistas, seja na Europa como na América Latina –, projetado no futuro, mas também voltado ao passado “à obra ininterrupta dos reacionários audazes, que salvaram o Império” (BRANDÃO, 2007, p.73).

Há, portanto, um significado ainda mais profundo no idealismo orgânico de Vianna, que consiste, em nossa opinião, em um novo conceito orgânico de Estado, enquadrado dentro de quatro séculos de história do Brasil, fortemente influenciado pelo idealismo, mas concebido ao mesmo tempo segundo um método científico rigoroso, recuperado do positivismo sociológico e jurídico. Aproximando-se ao movimento nacionalista italiano, antecipador do fascismo, a nação de Oliveira Vianna se realiza num Estado orgânico que transcende os interesses dos indivíduos que a compõem. É uma visão do Estado, na qual convivem o conceito de ordem de matriz positivista de Comte e o conceito de progresso da nação da matriz idealista.

Assim como no pensamento nacionalista de Alfredo Rocco, também no pensamento de Oliveira Vianna encontramos os ecos do positivismo jurídico alemão. Pensamos em Georg Jellinek, o qual, em *Sistema dos direitos públicos subjetivos* (1892), teoriza o conceito de “auto obrigação do Estado” como fundamento dos direitos individuais. Em síntese, a liberdade individual está na autolimitação do Estado em relação ao direito que ele mesmo criou.

Sobre estes temas, presentes ao longo de toda a sua obra, nasce *Populações meridionais do Brasil*. Estamos no final da Primeira Guerra Mundial quando Oliveira Vianna escreve o livro que sai em 1920, logo após o grande conflito, num momento de grande transformação dos equilíbrios mundiais.

Para fins de nossa análise, o que nos interessa é destacar os temas que são centrais para o caminho nacionalista e autoritário que ele está amadurecendo.

Uma das grandes questões no foco da obra é uma visão da relação elites-massas, que, embora dialogando com alguns autores clássicos, não se põe em uma perspectiva analítica e metodológica tradicional, mas busca o confronto com a escola elitista de Pareto e Mosca, com o tema das multidões de Gustave Le Bon e com o conceito de “anomia” de Émile Durkheim (OLIVEIRA VIANNA, 1943, p.VI).

Inspirado por estas reflexões, em *Populações* Oliveira Vianna vê o povo brasileiro como uma massa amorfa, inorgânica, atomizada, sem espírito de solidariedade, em estado de desintegração profunda, sem consciência da sua própria força, que deve ser educada, enquadrada num processo de nacionalização perante o Estado. É uma tarefa complexa, cujo pressuposto é o redescobrimto do próprio caráter nacional, da própria história. O sociólogo acredita que pode assim iluminar o caráter específico da nação brasileira, já que cada nação tem a sua riqueza espiritual e material que deve ser cultivada cuidadosamente. Em vez de importar modelos “exóticos” como o liberalismo, o Estado deve promover o que já está na nação.

No sulco aberto pela escola de Le Play, a nação de Vianna desde a elaboração originária de *Populações* é uma ordem e unidade de hierarquias sociais baseadas em vínculos de solidariedade tão sólidos como aqueles do individualismo liberal. Porém, não se trata apenas de evocar com saudade uma restauração (o centralismo do Império, o papel da aristocracia rural), mas, sobretudo, da superação positiva da ordem republicana, cristalizada na Constituição de 1891, e monopolizada pelo espírito de clã, a corrupção e as facções partidárias, propondo um sistema de representação social autêntica, substancial e histórica, apoiada por uma sociologia objetiva.

Neste contexto, se o sociólogo é comprometido a refletir sobre os principais elementos da sociedade civil, o jurista quer plasmar a nação na forma de um Estado autoritário que transforme as “massas amorfas” e fragmentadas brasileiras em uma comunidade harmoniosa inspirada nos princípios da solidariedade social e econômica, baseada no direito positivo, como o mesmo Vianna esclarece desde sua primeira obra:

Dar consistência, unidade, consciência comum a uma vasta massa social ainda em estado ganglionar, subdividida em quase duas dezenas de núcleos provinciais, inteiramente isolados entre si material e moralmente: - eis o primeiro objetivo. Realizar, pela ação racional do Estado, o milagre de dar a essa nacionalidade em formação uma subconsciência jurídica, criando-lhe a medula da legalidade; os instintos viscerais da obediência à autoridade e à lei, aquilo que Ihering chama “o poder moral da ideia do Estado”; - eis o segundo objetivo (OLIVEIRA VIANNA, 1987, p. 275-276).

Outro tema fundamental de toda a sua produção, intimamente ligada à sua visão da relação entre elites e massas, é o corte “antipolítico” de Oliveira Vianna, que, na verdade, é um modo de camuflar um novo conceito de política. Trata-se de uma concepção elitista que tem como base um repúdio pela política profissional e pelo sistema dos partidos, tanto incapazes de representar interesses coletivos quanto de exprimir ideologia política, que devem ser substituídos por uma elite tecnocrática capaz de fazer funcionar o Estado e que provêm dos setores mais qualificados da sociedade civil e do mundo das profissões. Embora no pensamento de Vianna as elites não compõem uma classe homogênea, elas somente podem responder à questão “social” evocada pela sociedade de massa e administrar o Estado (SILVA, 2004, P.145). Desta forma, o sentido de pertencer a uma comunidade nacional orgânica, forjada na singularidade do caráter brasileiro poderia ser construído com paciência, ao ser confiado a uma elite culta e competente, dada a incapacidade do povo-massa de se dar instituições livres e democráticas.

Em *Pequenos estudos de psicologia social*, de 1923, o nacionalismo e a questão social, tema central do pensamento europeu de seu tempo, ganham um interesse específico.

O capítulo *Nacionalismo e questão social* é dedicado de forma específica a questão trabalhista no Brasil. É uma obra importante porque antecipa muitas das ideias que, na década de 1930, Vianna veio a realizar na qualidade de consultor do Ministério do Trabalho, fornecendo então bons argumentos para que o debate em torno da temática

da modernização brasileira no seu pensamento saia do *impasse* entre um suposto agrarismo e um suposto industrialismo (PIVA, 2000, p. 96). Nesta perspectiva, se queremos ter um avanço na discussão sobre os temas da modernidade, do agrarismo e do industrialismo em O. Vianna é mais produtivo pensar a incorporação das ideias europeias – no nosso caso o nacionalismo social - no seu pensamento como um processo que inicia nos anos 1920 e que se encontra bem claramente definido nas obras dos anos 1930.

Em *Nacionalismo e questão social*, o autor inicia criticando a classe dirigente pela maneira de resolver a questão social e o problema trabalhista de acordo com ideias forjadas na Europa, incompatíveis com a realidade brasileira (OLIVEIRA VIANNA, 1923, p.92). Se de um lado a representação política e a democracia individualista foram criticados por causa de sua incapacidade de exprimir as necessidades sociais das pessoas reais e concretas, produtores e trabalhadores, mas apenas os interesses do cidadão, entendido como o indivíduo abstrato, e do outro lado o socialismo e o comunismo são “utopias retrogradadas” - fixando assim o seu anticomunismo -, o sindicalismo nacionalista, núcleo originário da sua teoria corporativa na década de 1930, já nesta obra é a melhor organização integral de um povo, sobre a qual edificar a nação social, como o próprio sociólogo escreve:

Ora esses povos, fortes, vitais, dinâmicos, expansivos, como tem resolvido, como estão resolvendo, como vão resolver os vários problemas componentes da “questão social”? Pelo socialismo? Não. Pelo comunismo? Não. Pelo anarquismo? Não. Pelo sindicalismo? Sim. Pelo sindicalismo, praticado à maneira deles, de acordo com o gênio específico da raça. Isto é, sem preconceitos doutrinários, sem preocupações políticas, sem objetivos revolucionários, sem impulsos destrutivos, contendo exclusivamente dentro do campo profissional e visando objetivos práticos, de melhoria das condições de vida do mundo do trabalhador, pelo desenvolvimento do bem estar individual do operário e pelo desenvolvimento do espírito de cooperação e solidariedade (OLIVEIRA VIANNA, 1923, p.96)

Encontramos esse princípio do sindicalismo nacional elaborado de forma mais sofisticada em *Problemas de Política Objetiva* (1930), obra publicada poucos meses antes da revolução varguista, que representa, a nosso ver, um verdadeiro ponto de transição para uma reflexão mais sofisticada sobre o corporativismo, também em virtude de um conhecimento mais profundo da estrutura corporativa do Estado fascista.

Neste trabalho, Vianna encontra inspiração no filósofo do direito italiano Sergio Panunzio (*O sentimento do Estado*, 1929). O conceito-chave do livro de Panunzio é o sindicalismo nacional, nascido do encontro entre a teoria orgânica da sociedade de Durkheim (a divisão do trabalho social), o sindicalismo integral de Georges Sorel e a valorização do conceito de trabalho em todas as suas articulações no Estado nacional.

A originalidade política e social do fascismo residia, portanto, na fusão do sindicalismo e do nacionalismo. E Oliveira Vianna, ciente de que as formas típicas de estruturação da sociedade brasileira estavam mudando sob impulso da modernização dos anos 1920, assimila pela leitura de Panunzio o conceito de organização nacional, que será um dos pilares durante o período em que o mesmo presta consultoria para o Ministério do Trabalho.

Do encontro com o fascismo, estudado por meio do estado sindical corporativo de Panunzio, o autoritarismo de Vianna recebe uma nova base teórica para resolver a crise do Estado liberal, longe das forças sociais, sem meios para enfrentar o problema do governo da sociedade de massa. Ao mesmo tempo, a sua visão da relação elites-massa, não sem certa vagueza teórica até o final dos anos Vinte, e o conceito de representação social e antipolítica - quer dizer uma concepção que não visa representar os indivíduos, mas as profissões, as funções e as propriedades, únicas instituições garantindo, a seu ver, a plena autonomia e independência do ser humano - encontram um ponto de soldagem na teoria do sindicalismo nacionalista, elemento decisivo para entender a relevância da tecnocracia na sua visão da modernização brasileira. Pensamos aqui aos conselhos técnicos do aparato do Estado, centros compostos para “as personalidades mais eminentes do país, que se hajam feito notáveis nos vários domínios do conhecimento, especialmente nas ciências morais e políticas (OLIVEIRA VIANNA, 1930, p. 151; 1939, p. 195; 1951, p. 147)ⁱⁱⁱ.

Como foi justamente observado, aquele de Vianna é um pensamento "ecclético" (VIERA, 1981), que utiliza o que pode ser compatível com o seu projeto de comunidade organicística e autoritária. Não é, portanto, uma reprodução das relações autoritárias do clã tradicional, mas um projeto de revisão substancial das relações entre Estado e sociedade, que se atualiza continuamente servindo-se dos modelos políticos, sociais e econômicos mais na vanguarda pela época.

Neste caso, o Estado sindical-corporativo do fascismo, especialmente após a crise de 1929, coloca-se como um caminho privilegiado para preencher o defeito de conteúdo social do Estado moderno, levando a vida social ao plano da vida política,

com a condição de integrar a sociedade, em suas múltiplas articulações e subdivisões, em um projeto de "Estado novo", comprometido em repensar a reapropriação total do espaço público por um processo de integração das forças sociais, coadjuvado neste papel pelo sindicato, instrumento privilegiado da transformação corporativa do Estado, dada a sua proximidade com a classe trabalhadora.

Acreditamos, portanto, que seja possível antecipar ao final dos anos 1920 e não aos 1932 a apropriação do corporativismo, em sua versão fascista-estatal, no autoritarismo de Oliveira Vianna.

Os anos 1930. Oliveira Vianna teórico da via brasileira ao corporativismo autoritário. Elementos para uma nova leitura do conceito de “autoritarismo instrumental”

Visando focar como Oliveira Vianna elabora no seu “autoritarismo instrumental” o modelo corporativo criado por Alfredo Rocco, com a "Lei sobre a disciplina jurídica das relações de trabalho" (1926), e a "Carta del lavoro" (1927), os quais princípios basilares são o reconhecimento jurídico dos sindicatos e dos contratos coletivos de trabalho, a justiça do trabalho; a proibição de greve e *lock out*, precisamos em primeiro lugar discutir o que é “autoritarismo instrumental”.

Para explicar a tensão permanente entre um Vianna que ao longo da toda a sua trajetória intelectual mantém firme alguns princípios fundamentais do liberalismo (princípio da separação dos poderes, e a liberdade individual garantida), e o teórico do Estado sindical corporativo de cunho autoritário, o cientista W. G. dos Santos elaborou o conceito de “autoritarismo instrumental”.

De acordo com Santos, o autoritarismo de Vianna, moldado no positivismo castilhistas, seria um instrumento transitório, pensado para dar estrutura, educação e consciência coletiva à sociedade brasileira, de modo tal que ela possa apoiar a introdução de instituições genuinamente liberais no Brasil, evitando assim de ser apenas uma pálida cópia dos modelos norte-americanos ou europeus (SANTOS, 1978, p. 93).

Conforme antecipado na introdução, para poder manter todo o potencial analítico do conceito de “autoritarismo instrumental” precisamos reconstruir o processo de absorção no pensamento autoritário de Vianna do Estado corporativo de A. Rocco.

De forma preliminar, é preciso observar que o autoritarismo de Vianna conhece nova linha teórica sob o impulso da notável difusão das ideias fascistas na América

Latina entre as duas guerras mundiais, como o próprio Vianna esta disponível para admitir (OLIVEIRA VIANNA, 1943, p. 27).

Do ponto de vista ideológico, o fascismo chegou a ganhar mais força após a revolução de 1930, quando a nova elite governante, liderada por Vargas, pretendeu enfrentar a crise do liberalismo da velha República com um projeto de Estado autoritário, embora a Constituição de 1934 fosse ainda um compromisso entre o liberalismo e o autoritarismo.

É nesse contexto de adaptação do modelo corporativo fascista à realidade brasileira que Oliveira Vianna é escolhido como consultor jurídico do Ministério do trabalho, em 1932. Sobretudo em campo jurídico, foi evidenciada a sua importância seja na fundação da legislação trabalhista brasileira nos anos 1930, seja como um dos principais teóricos da questão social durante a "Era Vargas". Como demonstrado, suas ideias corporativas encontram-se já na constituição de 1934, nos artigos 136-140 da Constituição do Estado Novo, de 1937, no Decreto-lei nº 1.237, que organiza a justiça do trabalho, no decreto 1.402, ambos de 1939, que institui o sindicato único, e na CLT, de 1943 (ROMITA, 2001; ARRUDA, 2007).

A questão central a ser colocada é como e em que medida Oliveira Vianna se apropria no seu "autoritarismo instrumental" de um modelo de corporativismo pensado para uma ditadura permanente.

Atentemos a *Problemas de direito corporativo* (1938). Trata-se de uma coletânea de artigos publicados no *Jornal do Comércio*, para defender o anteprojeto da comissão dos técnicos do Ministério do trabalho, em 1935, que se apropriava da justiça do trabalho (artículo V da "Carta del lavoro"), das críticas dirigidas pelo exímio jurista liberal Waldemar Ferreira por ter introduzido no direito brasileiro um dos pilares do totalitarismo fascista (FERREIRA, 1937; OLIVEIRA VIANNA, 1938, p.78). O texto de Vianna utiliza um léxico jurídico e argumentações reelaboradas pela principal ciência jurídica fascista da época e pelo pensamento do M. Manoilescu.

Utilizando alguns dos maiores juristas italianos da época (CARNELUTTI, 1929; RANELETTI, 1937), Vianna mostra como o modelo corporativo quer resolver, no mesmo jeito do modelo liberal no século XIX, o problema das relações entre Estado e Sociedade no século XX, indo além das fronteiras da tradicional lógica dicotômica: ou privado ou público, ou lei ou contrato.

Se a Grande guerra havia declarado o fim da velha ordem do século XIX, o *novus ordo* do século XX, caracterizado pela ampliação das forças sociais e dos grupos

de interesse, necessitava de uma reconsideração completa das modalidades da relação entre indivíduo, social e estadual. O Estado Novo estava retomando, portanto, todas as suas prerrogativas - governo, poder e corporativismo – para organizar o fenômeno moderno "das pluralidades coligadas" em uma catalogação total do "social" baseado nas "categorias" (OLIVEIRA VIANNA, 1938, p. 26).

Mas se o modelo de corporativismo teorizado por Vianna recalca em boa substância o modelo corporativo da lei Rocco e da Carta do trabalho italiana, como o jurista fluminense pode sair do *impasse* de ser acusado de “imitar” uma organização corporativa estatal, que nas intenções explícitas de seu criador Rocco tinha que ser a essência do estado totalitário? Como Vianna pode justificar normas fascistas como o poder normativo da magistratura do trabalho, o contrato coletivo, o sindicato único e a proibição de greve no direito do trabalho brasileiro?

Para argumentar o caráter instrumental e transitório do seu autoritarismo, Vianna desengancha o seu modelo corporativista do totalitarismo fascista, recuperando uma explicação "reduativa" da novidade introduzida pelo Rocco na ciência jurídica italiana, que tende a evidenciar os elementos de continuidade entre a construção do jurista napolitano e a tradição jurídica (OLIVEIRA VIANNA, 1938, p.78).

Prevalece assim uma tendência técnico-jurídica, portanto "neutra", para dissociar a norma do contexto político (OLIVEIRA VIANNA, 1938, p. 94, p. 102-103), tirando assim aquela sua real incidência na transformação da sociedade.

Vamos agora ao ponto central do argumento de Vianna: a introdução do princípio fascista do poder normativo da magistratura do trabalho foi a principal acusação referente de W. Ferreira à Oliveira Vianna. Com base nos juristas italianos Carnelutti e Ranelletti, a sua defesa é articulada em volta da "temática reduativa" do projeto de A. Rocco (OLIVEIRA VIANNA, 1938, p.78).

Colocando-se na linha de Carnelutti, Vianna vê na lei de Rocco a defesa da vocação ordinária do direito, a ser configurado como composição de um conflito intersubjetivo. É uma leitura que tende a ver na *Carta do trabalho* italiana o grande debate jurídico-político da época sobre a exigência de regulamentar de forma coletiva as novas relações trabalhistas, ou seja, a passagem do conflito individual do trabalho ao conflito coletivo, entendido como aglomeração de uma série homogênea de conflitos individuais (CARNELUTTI, 1929, p.91-92; OLIVEIRA VIANNA, 1938, p. 150).

Nesta ótica, a instituição da magistratura do trabalho pode ser legitimada como um instrumento jurídico criado pelo Estado para se autogarantir perante os novos conflitos emersos da economia industrial moderna (OLIVEIRA VIANNA, 1938, p.83).

Ficava claro que, embora em contextos diferentes, Carnelutti e Vianna eliminavam da lei roquiana a sua original aspiração totalitária, em se colocar como lei de um Estado que pretende estender seu poder, anulando a fronteira entre público e privado.

Se, então, a escola de direito italiano fornece as ferramentas para definir o quadro jurídico do Estado autoritário de matriz sindical-corporativa, no entanto, é a teoria do corporativismo "puro" e "integral" de M. Manoilescu, como já foi apontado por E. Vieira (1981, p. 57), que lhe permite desenganchar o corporativismo autoritário do totalitarismo.

Nesta perspectiva, Vianna pensa o corporativismo e o sindicalismo como os modelos mais completos da organização nacional – Estado, economia, política, sociedade –, destinados a marcar a história do século XX (além da experiência fascista), assim como o liberalismo havia marcado o século XIX, compatíveis com diversos estágios de desenvolvimento econômico e social de cada Estado-nação mediante as funções específicas das corporações e das organizações sindicais (MANOILESCU, 1938; OLIVEIRA VIANNA, 1938; OLIVEIRA VIANNA, 1952, p.111).

Porém, Oliveira Vianna recusa a teoria do partido único elaborada pelo pensador romeno, destacando que a psicologia coletiva do povo brasileiro é incompatível com os regimes monopartidários (OLIVEIRA VIANNA, 1939, p.201-205). Ao mesmo tempo, tenta diferenciar-se de A. Rocco e mais em geral do corporativismo fascista, na medida em que se para Rocco o corporativismo foi essencialmente a “terceira via” fascista dirigista entre o liberalismo e o comunismo, para Oliveira Vianna o problema não é apenas de natureza econômica: o corporativismo desassociado da estrutura totalitária embasada no partido único (modelo fascista) e utilizado na forma “integral” por Manoilescu, deve se tornar uma organização compatível com a estrutura antropogeográfica, econômica e profissional brasileira (OLIVEIRA VIANNA, 1943, p. XII-XIV).

Por estas razões, a verdadeira essência de seu “autoritarismo instrumental” – antimarxista, nacionalista e sindical-corporativo –, cujo objetivo é levar o Brasil à “democracia social”, está na capacidade de reelaborar, de forma original e em função da

realidade brasileira, os modelos de organização política, econômica e social originados na Europa entre as duas guerras.

No caminho aberto por Manoilescu, Vianna monta de forma original a “via brasileira para o estado autoritário de cunho corporativo”, na qual se entrelaçam várias dimensões, inspiradas pelas teorias de M. Manoilescu e pelo modelo de Rocco:

- A dimensão econômica. O corporativismo como uma “terceira via” para responder eficazmente à crise capitalista de 1929, através da intervenção do Estado na economia, com uma perspectiva necessariamente nacional-desenvolvimentista e industrialista, com o objetivo de quebrar a dependência do mercado internacional.

- A dimensão ideológico-política. O corporativismo como momento de máxima expressão do Estado autoritário surgido para nacionalizar as massas amorfas e sem educação. Para Oliveira Vianna, o estado corporativo era o modelo mais “adequado” para resolver o problema da distância entre o “Brasil legal” cristalizado na Constituição de 1891 e o “Brasil real”, lidando com a pobreza, a ignorância, a falta de cultura política e de educação do povo.

- A dimensão social. O estado corporativo como resposta preventiva para o perigo de uma revolução comunista no Brasil. Nesta perspectiva, era necessário neutralizar o conflito de classes que, inevitavelmente, surgiu a partir do processo de industrialização, como aconteceu nos países mais avançados, incorporando o sindicato no Estado em troca de uma legislação protetora do trabalho, para dar uma nova representação social em nome da solidariedade, da reconciliação e da harmonia entre as classes.

Considerações finais

Nossa tese é que o fascismo atualizou o “autoritarismo instrumental” de Vianna, intelectual e funcionário em busca de um novo modelo de organização dos processos de modernização que estavam atravessando o Brasil entre o final dos anos 1920 e a década de 1930.

Seu autoritarismo mostrou-se disponível a receber a novidade do modelo corporativo fascista, tirando assim a sua matriz totalitária. Nesta perspectiva, podemos dizer que Vianna assume o conceito de corporativismo “puro” e “integral” de Manoilescu, enquanto não assume a simbiose entre corporativismo e totalitarismo de Rocco, com o qual, todavia, compartilha o conceito de matriz positiva e nacionalista do Estado sindical-corporativo, que incorpora a questão “social” em nome de seus

interesses superiores. Esta contaminação - não priva de contradições ligadas também à exigência de defender sua ação de intelectual e de técnico comprometido com o Ministério do Trabalho da acusação de ter imitado a Carta do trabalho fascista - serve seja para recuperar o que é útil para modelar um caminho nacional ao corporativismo respeitoso dos caracteres específicos do Brasil, seja para operar a soldagem entre o “País legal” da Constituição de 1891 e o “País real”, da pobreza e da falta de espírito associativo. Nesta perspectiva, são as corporações que garantem a intermediação entre Estado e sociedade, na convicção, como no pensamento de Rocco, que o Estado é o depositário da soberania, não o povo. Serão a Revolução de 1930 e o Estado Novo de Vargas que realizaram seu desenho de “autoritarismo instrumental” de matriz nacional-corporativa, baseado na ideia que o único percurso para dar ao Brasil uma organização nacional é a criação de um Estado forte, capaz de plasmar as massas através uma legislação social, primeira etapa daquela “democracia social-corporativa”, que constitui o ponto de chegada da “utopia” de Oliveira Vianna.

Referências:

Obras usadas de Oliveira Vianna

- OLIVEIRA VIANNA, Francisco Jose. (1920) *Populações meridionais do Brasil*. 7 edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1987.
- _____. *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.
- _____. *Problemas de política objetiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.
- _____. *Problemas de direito corporativo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- _____. *O idealismo da constituição*. 2 edição. São Paulo: Companhia editora nacional, 1939.
- _____. *Problemas de direito sindical*. Rio de Janeiro: Max Limonad, 1943.
- _____. *Direito do trabalho e democracia social*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- _____. *Problemas de organização e problemas de direção*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1952.

Artigos

- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. Os sindicatos são os intermediários naturais e legais entre as classes e o poder público. *Revista do Trabalho*, n. 2, p. 13, 1933.

Outras referências

ARRUDA, Helio M. *Oliveira Vianna e a Legislação do Trabalho no Brasil*. São Paulo: 2007.

BARROS BIAVASCHI, Magda. *O direito do trabalho no Brasil 1930-1942. A construção do sujeito de direitos trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2007.

BASTOS, Elide R.; MORAES, João Q. (org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela (org.) *Revisão do pensamento conservador*. São Paulo: Hucitec, 2011

BRANDÃO, Gildo M. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

BRESCIANI, Maria S. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre interpretes do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

CARNELUTTI, Francesco. *Teoria del regolamento collettivo del lavoro*. Padova: Cedam, 1929.

COSTA PINTO, Antônio; PALOMANES MARTINHO, Francisco (Org.) *A vaga corporativa. Corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*. Lisboa: ICS, 2016.

FAUSTO, Boris. *O pensamento Nacionalista Autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FERREIRA, Waldemar. Justiça do Trabalho. *Revista do Trabalho*, n. 5, p. 233-236, maio de 1937,

GENTILE, Emilio. *Il mito dello Stato nuovo*. Roma-Bari: Laterza, 1999.

GOMES, Ângela M. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

_____, A práxis corporativa de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Elide R.; MORAES, João Q. (org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. (org.). *Historia geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III, v.2.

LINZ, Juan. Some Notes toward a Comparative Study of Fascism in Sociological Historical Perspective. In: LAQUEUR, Walter (org.). *Fascism. A Reader's Guide*. Berkeley-Los Angeles: University of California Press, 1976.

LIPPI DE OLIVEIRA, Lucia. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MANN, Michael. *Fascists*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MANOILESCU, Mihail. *O século do corporativismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

MURILO DE CARVALHO, Jose. *A utopia de Oliveira Vianna*. In: BASTOS, Elide R.; MORAES, João Q. (org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993

PIVA, Luiz. G. *Ladrilheiros e semeadores*. São Paulo: Editora 34, 2000.

PAXTON, Robert O. *Il fascismo in azione*. Milano: Mondadori, 2005.

PAYNE, Stanley. *Il fascismo (1914-1945)*. Roma: Newton & Compton, 1999.

RANELLETTI, Oreste. *Istituzioni di diritto pubblico*. Padova: Cedam, 1937.

RICUPERO, Bernardo. A crítica da copia em Oliveira Vianna. In: ABREU, Luciano Aronne de; SILVEIRA, Hedder Gordim da (org.) *De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

ROCCO, Alfredo. *Discorsi parlamentari*. Bologna: Il Mulino, 2005.

ROMITA, Aryon. S. *O fascismo no direito do trabalho brasileiro*. Influência da Carta del lavoro sobre a legislação brasileira. São Paulo: LTr, 2001.

SANTOS, Wanderley. G. *Ordem Burguesa e Liberalismo Politico*. Sao Paulo: Duas Cidades, 1978.

SILVA, Ricardo. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecò: Argos, 2004.

STERNHELL, Zeev. *Naissance de l'idéologie fasciste*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1989.

VIANNA, Luiz W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976

VIERA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.

ⁱ Alfredo Rocco (Nápoles, 1875 – Roma, 1935), após a graduação em Direito obtida pela Universidade de Gênova, havia prosseguido para o doutoramento em direito comercial tornando-se professor-titular em processo civil pela Universidade de Parma e professor de Direito Comercial da Universidade de Pádua, 1910-1925, e mais tarde de Legislação Econômica da Universidade La Sapienza, de Roma, da qual foi reitor. Após uma adesão juvenil ao Partido Radical, se tornou um dos maiores expoentes do movimento nacionalista italiano. Eleito em 1921 para a Câmara dos Deputados do Reino de Itália, com a chegada do fascismo no poder, foi eleito Ministro da Justiça, 1925-1932, e promoveu a codificação do direito penal fascista, através da elaboração do Código Penal de 1930.

ⁱⁱ Seguidor do fascismo italiano, convidado para o Congresso de Ferrara (1932), Manoilescu foi um dos autores mais populares do debate brasileiro dos anos de 1930. Sua obra mais famosa – *O século do corporativismo* (1934) – foi traduzida do francês para o português por Azevedo Amaral, um dos principais apologistas do Estado Novo. Por “integral” entende-se um modelo de corporativismo não limitado apenas ao dirigismo econômico, mas que engloba todas as forças sociais e culturais da nação. “Puro” refere-se à centralidade das corporações como fontes de poder do Estado.

ⁱⁱⁱ Vale a pena lembrar que no fascismo italiano os conselhos técnicos nacionais, sob o controle do PNF, eram os motores da nova representação corporativa dos vários grupos de interesse produzido pela sociedade.

FALANGE ESPAÑOLA: DE LA CORTE LITERARIA DE JOSÉ ANTONIO AL PROTAGONISMO DEL NACIONALCATOLICISMO

FALANGE ESPANHOLA: DA CORTE LITERÁRIA DE JOSÉ ANTONIO AO PROTAGONISMO DO NACIONALCATOLICISMO

Gabriela de Lima GRECCO¹

Resumen: La Falange fue capaz de proporcionar un cuerpo doctrinal y una política cultural necesarias para sustentar el nuevo régimen de Francisco Franco, aunque su proyecto revolucionario fascista perdió fuerza frente a los cuadros tradicionalistas y conservadores del propio partido FET de las JONS. Este artículo tiene como objetivo, por un lado, formular una aproximación desde una perspectiva cultural al movimiento fascista en España, la Falange Española, señalando el papel de los poetas, escritores y literatos en el proceso de fascistización de la cultura y sociedad; y, por otro lado, analizar la pérdida de poder de los falangistas durante el Estado nuevo frente a las propuestas nacionalcatólicas.

Palabras-clave: Falange; Fascismo; Literatura; Nacionalcatolicismo.

Resumo: A Falange foi capaz de proporcionar um corpo doutrinal e uma política cultural necessárias para sustentar o novo regime de Francisco Franco, embora o seu projeto revolucionário fascista tenha perdido força frente aos quadros tradicionalistas e conservadores do próprio partido FET de las JONS. Este artigo tem como objetivo, por um lado, formular uma aproximação desde uma perspectiva cultural ao movimento fascista na Espanha, a Falange Espanhola, destacando o papel de poetas, escritores e literatos no processo de fascistização da cultura e sociedade; e, por outro lado, analisar a perda de poder dos falangistas durante o Estado novo frente às propostas nacionalcatólicas.

Palavras-chave: Falange; Fascismo; Literatura; Nacionalcatolicismo.

Introducción

Nadie puede decir que el fascismo en España es el resultado de un impetuoso movimiento intelectual, aunque hay que añadir que nació en manos de escritores.

Dionisio Ridruejo

Los estudios sobre el fascismo se han desarrollado de forma abundante en las últimas décadas. El creciente interés académico que despierta la problemática del

¹ Doutoranda em História Contemporânea – Programa de Pós-graduação em História Contemporânea - Faculdade de Filosofia e Letras - UAM – Universidad Autónoma de Madrid, Cantoblanco. Madrid - Espanha. Personal Investigador em Formação. E-mail: gabriela.lima@uam.es.

fascismo, a partir de una perspectiva más amplia, favorece el conocimiento crítico y acumulativo en esta área de estudio. Las diversas publicaciones de trabajos acerca de los múltiples aspectos del fascismo y las diferentes perspectivas que abarca el campo denominado «estudios del fascismo», que buscan enlaces conceptuales e históricos, generan, a su vez, la adopción de paradigmas comparativos. Asimismo, los estudios en claves más profundas respecto de la «esencia» del fascismo se han desarrollado, más recientemente, en el sentido de resaltar una interpretación en claves culturalistas del fenómeno fascista.

Para Stanley Payne (2008), esta nueva fase del estudio del fascismo fue influenciada por el cambio innovador del «giro cultural» en la disciplina de la historia. Este aporte cultural a las investigaciones del fascismo hace referencia a todos los ámbitos de la producción cultural y de la actividad social, como la estética y la propaganda fascista. Gracias a ello, se ha alcanzado una nueva dimensión del carácter moderno del fascismo y, según Griffin (1998, p. 21-26), este ha pasado a ser entendido como «una respuesta a la modernización dentro de la prolongada, compleja e imprescindible evolución, alejándose de la sociedad tradicional de algunos Estados-nación» y como «el pionero de un nuevo camino hacia la modernidad, necesario a causa de la quiebra o decadencia de las ideologías existentes».

Con el fascismo surgió una generación cultural de artistas, pensadores y políticos por todo el mundo que dio lugar a un movimiento de propósitos revolucionarios y que se definía, conforme al pensamiento de Mussolini, como «una vanguardia destinada a liderar la sustitución del decadente sistema liberal» (SESMA LANDRIN, 2011, p. 273). Estos planteamientos concebían la revolución de la nación «como la síntesis de la moderna revolución política, social y cultural para producir lo que Mussolini pasó a concebir como una competencia revolucionaria entre la Italia fascista y la Unión Soviética» (PAYNE, 2008).

Estos nuevos estudios colaboraron para comprender la importancia de las ideas fascistas como fuentes de inspiración o referente político en las dictaduras antiliberales. Los nuevos Estados en Portugal y España, por ejemplo, han sacado provecho de las ideas fascistas cuando les convenía, es decir, estaban dispuestos a tomar del fascismo cuando encontraban en él útil y factible sin contravenir por ello algunos de sus fundamentos ideológicos.

En un contexto en el cual se produjo la toma de poder por parte de las nuevas derechas radicales y el descrédito de la democracia, existió la necesidad de engendrar una nueva inspiración ideológica. Por ello, un amplio sector de la derecha española buscó inspiración en la retórica y en elementos de legitimación del fascismo en diverso grado, dando lugar al movimiento de la Falange española. Tras la Guerra Civil Española y con la ascensión de la Falange como Partido Único del régimen franquista, se empezó a diseñar una nueva política de cara a fascistizar la sociedad y la cultura. Esta nueva política determinó un conjunto de parámetros de organización y de valores ideológicos, como fue el corporativismo.

En este sentido, la Falange fue capaz de proporcionar un cuerpo doctrinal y una política cultural necesaria para sustentar el nuevo régimen, aunque su proyecto revolucionario perdió fuerza frente a los cuadros tradicionalistas y conservadores del propio partido FET de las JONS. Este artículo tiene como objetivo, por un lado, formular una aproximación desde una perspectiva cultural al movimiento fascista en España, la Falange Española, señalando el papel de los poetas, escritores y literatos en el proceso de fascistización de la cultura y sociedad; y, por otro lado, analizar la pérdida de poder de los falangistas durante el Estado nuevo frente a las propuestas nacionalcatólicas.

Falange Española: el movimiento fascista en España

1922 fue un año clave en la historia contemporánea: el año de la «marcha sobre Roma». Fue el año en que, oficialmente, gana fuerza una nueva opción política en el entreguerras y que trata de ser una respuesta a las demandas de la clase obrera y la búsqueda de fórmulas políticas que estabilizaran los problemas políticos fruto del descrédito del liberalismo. El fascismo aparecía, en un contexto percibido como de crisis, como un elemento de ruptura radical con el liberalismo y como una novedad en el terreno político y cultural a través de una estética novedosa pero que incorporaría elementos tradicionales. Esta sensación de estar viviendo una época de decadencia nacional podría, por supuesto, ser superada con el esfuerzo y voluntad mediante una vanguardia política incorporada por el «mito» fascista. Dicho mito suponía una labor en pro de la regeneración del mundo moderno y se extendió mucho más allá del alcance de la renovación estética o cultural. Fue considerado, también, una regeneración de lo

político, a partir de lo cual debería surgir el líder carismático —arquetipo del profeta— para que la sociedad en su conjunto completara la transición hacia un nuevo orden que pusiera fin al decadente modelo burgués. Esta voluntad política, en un marco de crisis del sistema liberal decimonónico, tenía como necesidad y misión sagrada la regeneración histórica de la patria desde una visión teleológica.

En la España republicana, determinados elementos de la ideología fascista entraron a formar parte del discurso de muchos conservadores, pero también de intelectuales que se identificaban con un proyecto nuevo y radical. Estos intelectuales adoptaron una posición pública y, en este sentido, pretendieron «intentar llegar a una síntesis doctrinal entre los rasgos ideológicos del fascismo y aquellos más enraizados en la tradición conservadora del país» (JIMÉNEZ CAMPO, 1979, p. 50): un proyecto que iba más allá del reaccionarismo, pues aspiraba ser revolucionario y moderno.

Durante la Dictadura de Primo de Rivera y la Segunda República, a través de la revista *La Gaceta Literaria* (1927-1932), su editor, Ernesto Giménez Caballero, había propuesto la construcción de un Estado fascista de respuesta modernizante como solución a los problemas de la crisis nacional. La Carta a un compañero de la joven España, publicada el 15 de febrero de 1929 por Giménez Caballero en *La Gaceta*, puede leerse como «la acta de nacimiento del fascismo español» según Albert (2003, p.355).

Esta disposición favorable hacia las ideas fascistas empezó a tener más fuerza a finales de 1934, momento en que se acentúa la polarización ideológica en España. Con el resultado de las elecciones de noviembre de 1933, las fuerzas del conservadurismo antirrepublicano se asomaron al escenario político, tomando el poder la coalición de centro-derecha encabezada por la Confederación Española de Derechas Autónomas (CEDA). Esta formación del catolicismo político fue identificada por los grupos de izquierda como una manifestación del fascismo español, aunque, según Böcker (1998), sería más bien una fuerza política de recepción del fascismo, como lo fueron también la Renovación Española y el grupo formado alrededor de la revista *Acción Española*, así como el autoritarismo radical de los grupos monárquicos alfonsinos y el tradicionalismo carlista. Dentro de este proceso, es relevante la existencia de una organización que experimentaría una radicalización hacia el fascismo propiamente dicho: la Falange española.

Fundada por José Antonio Primo de Rivera, la Falange pretendió ser un movimiento nacional de proyecto político conscientemente moderno y rupturista.

Antiliberal convencido, para Primo de Rivera el Estado liberal conducía a un individualismo que implicaba la opresión de los trabajadores. Dicho desvío del Estado nacional es lo que llegaría tanto con el liberalismo, que destruía la unidad nacional mediante un sistema de partidos, como con el socialismo, a raíz de la lucha de clases. El liberalismo se caracterizaba así como lo contrario de lo que pretendía el proyecto político totalitario. Por ello, el falangismo pretendió presentarse como una alternativa seria para los trabajadores, conquistándolos con la idea del corporativismo nacional y la construcción de un único partido de derecha moderno, autoritario y revolucionario que trascendiera los partidos y las clases sociales.

El 29 de octubre de 1933, once años después de la «marcha sobre Roma», tuvo lugar el acto de lanzamiento del partido falangista en el Teatro de la Comedia de Madrid. Este acontecimiento supuso la inserción del movimiento fascista en la vida pública de España y su definición como movimiento análogo a los fascismos europeos. El fascismo español fue, en efecto, considerado como una doctrina extranjera —marcadamente italiana— adaptada a la realidad española (BÖCKER, 1998). En virtud de ésta fuerte influencia, el nacional-sindicalismo se incorporó como principal concepto ideológico de la Falange, considerado como una fórmula de nacionalismo a un nivel político-organizativo —a través de un sindicato único y vertical—. En este marco, el franquismo no puede ser entendido fuera del fascismo y el partido que vertebra el programa del nuevo Estado es la Falange.

Sin embargo, hay que decir que hasta 1936 el movimiento fascista no tuvo una influencia política importante. «La paradoja de la alternativa política de derechas en España consistía en que en los años de la Segunda República no fue contemplada como competencia de los partidos fascistas» (BERNECKER, 1998, p. 31). El partido contó con un número bastante reducido de militantes, cerca de 6 mil en 1936 (CHUECA, 1983, p. 130), en una población con cerca de 25 millones de habitantes. Además, a partir de 1936, la FE-JONS (Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista) pasó a tener un complejo compuesto político, en que gran parte rechazaba la opción fascista, y con eso acabó perdiendo su autonomía frente a la realidad de un poder compartido (CHUECA, 1983, p.80-82).

Por no existir un grupo social hegemónico claramente definido, el Ejército entró en la escena política y, tras la victoria del Frente Popular en febrero de 1936, se produjo un golpe contrarrevolucionario bajo su liderazgo. La consecuencia fue un régimen en el

que coexistieron, por un lado, los grupos tradicionales, el Ejército y el catolicismo integrista, y, por otro, el grupo fascista «revolucionario conservador» (MELLÓN, 2012a). Es en esta óptica en la que se inspira el movimiento falangista, el que llegaría a imponerse como la cultura política hegemónica del régimen de Franco en la inmediata posguerra, por medio de un diálogo constante y directo entre la ruptura y la continuidad.

Los militantes del fascismo español se asomaron al escenario político desde el punto de vista de la renovación generacional una vez que buscaban unas señas de identidad que remitieran a la imagen proyectada por su régimen de referencia a nivel internacional (SESMA LANDRIN, 2011). Este fascismo político en España fue representado por la Falange, contando, igual que los otros movimientos fascistas, con su correspondiente proyecto político y pensamiento estético. Impelidos por las experiencias políticas frustradas de los años treinta, el fascismo español se postuló como la auténtica tercera vía, consolidándose como movimiento político tras el estallido de la Guerra Civil española. Por ello,

la Guerra Civil consagraba así la fascistización como salida a la crisis para las persistentes elites tradicionales también en España, al igual que sucediera previamente en Italia y Alemania. [...] (Sin embargo), el protagonismo de los militares y la marginalidad de la Falange republicana constituían importantes elementos a la hora de establecer las jerarquías en el seno del bando nacionalista. Por si el eclecticismo ideológico reinante no fuera suficiente, pronto [...] los antiguos integrantes del catolicismo político solicitaban el concurso del fascismo redentor (SESMA LANDRIN, 2011, p. 278).

Este pluralismo interno del partido fascista español, que incluía agrupaciones tradicionalistas, monárquicas y católicas, fue fruto de una estrategia política para triunfar en la Guerra Civil. Pese a este hibridismo que le quitaba su naturaleza intrínsecamente fascista, durante el Primer Franquismo la política gubernamental se caracterizó, más que en cualquier otra etapa del régimen, por una visible afinidad a los movimientos fascistas germánico e italiano: el culto a la personalidad del caudillo, los eventos de masa, la proliferación de símbolos fascistas, el partido único, el sindicato vertical y el uso del terror permanente.

El fascismo —mediante el mito palingenésico, el de la nación renacida tras un periodo de decadencia— ansiaba por construir un nuevo mundo, sobre todo en relación al pasado más inmediato —el de la modernidad liberal y decadente— suponiendo, en cambio, el renacimiento de un estado que ya existió en otro tiempo. El conflicto

permanente de la vanguardia falangista se halló, por consiguiente, en su orientación hacia el pasado: su narrativa buscó una salida a la crisis de identidad del sujeto moderno, situándolo entre la nostalgia del pasado, la renovación hacia el futuro y la precariedad del presente.

Fue, precisamente por eso, que se actualizaron algunos símbolos tradicionales, que representarían la fuerza transformadora de la voluntad de lucha por lo nuevo. En este horizonte simbólico es que el campesino encarnó los valores míticos de la vanguardia fascista como símbolo del nuevo hombre. De tal forma que la dictadura de Francisco Franco defiende la «vocación agrícola»¹ del país en el sentido de preservar los valores genuinos de la nación, cuyo elemento clave consistió en la llamada «ideología de la soberanía del campesinado» como expresión ideal de las relaciones materiales dominantes. «De hecho significaba el rechazo de la civilización urbana e industrial en que habían nacido las ideas democráticas y liberales, y una voluntad de una vuelta integral al agro» (CIRICI, 1977, p. 74).

En referencia a ello, el régimen también apeló a otros mitos tradicionales, poniendo énfasis en los elementos religiosos de la Iglesia Católica. El nacionalcatolicismo promovería la renovación de un elenco de mitos, como el de la Cruzada, para lanzarse hacia el futuro en su particular búsqueda de la hispanidad católica. Esta definición del arte al servicio de la «catequización» exhibió rasgos fundamentalmente medievales, cuya funcionalidad ideológica fue la creación de un arte de propaganda misionero y militante. La Iglesia fue así convertida en simbólico emblema de la restauración de la esencia de una España amenazada por la razón laica individualista y el ateísmo nihilista moderno.

Es en el campo de la educación donde la Iglesia promovió la orientación de la formación de la infancia y de la juventud españolas «hacia criterios de una espiritualidad de rasgos medievalizantes, profundamente antimoderna, recelosa de cualquier indicio de cambio o adaptación a los tiempos» (GRACIA & CARNICER, 2004, p. 117). Este predominio de la ideología católica en la formación intelectual española supuso cierto enfrentamiento con la visión más modernista de la Falange. Tal hostilidad se puso de manifiesto, por ejemplo, en la lucha de los falangistas contra el oligopolio de las órdenes religiosas en el terreno de las enseñanzas medias, enfrentamiento que durará toda la década de los cuarenta. Así,

Las campañas de la prensa falangista, las reuniones, la publicación de folletos y opúsculos por parte falangista, llamando al Estado para desempeñar una tarea de control, fueron una constante de estos años buscando la revalorización de una docencia oficial de hecho [...]; aquí se estaban proyectando otro tipo de enfrentamientos políticos de más calado, pero también es la constatación de que a importantes sectores de los vencedores les parecía excesiva una influencia religiosa (GRACIA & CARNICER, 2004, p. 114).

Pese a ello, existió claramente la voluntad de crear una retórica basada en la colaboración entre el discurso del falangismo y el catolicismo, como demuestra la revista *Jerarquía. La Revista Negra de la Falange*. En ella el clérigo Justo Pérez de Urbel, argumentó que lo que estaba en juego respecto del rechazo del arte moderno occidental «era nada menos que nuestra dignidad humana, nuestra gloria de españoles, nuestra religión, nuestra patria [...] todo eso es lo que nos querían arrebatar y todo esto es lo que salva y recoge y asegura Falange en el haz indisoluble de sus flechas» (ápuđ SESMA LANDRIN, 2011, p. 281). Este arte palingenésico español sería así capaz de combinar el sentido práctico del fascismo con la idea de pureza encarnada por la moral católica, tal y como dejaron patente las poesías de José María Pemán.

Esta invocación del arte como una gloriosa tradición regenerada suponía la búsqueda de un canon estético gestor de «nuevas y rotundas formas que representasen el ideario de un Imperio que resurgía de sus cenizas» (BOX, 2012, p. 8). El estilo arquitectónico de la «Nueva España» debería definirse por la severidad, la rigidez y el geometrismo, siendo su prototipo el Monasterio de El Escorial, como símbolo de la sobriedad y la espiritualidad castellanás y reflejo de la Edad de Oro del imperio nacional. Se creaba así un nuevo continente material que confirmaba la fe en la «renovación del espíritu de la Nueva España».

La Falange española se presentó así al ritmo de los nuevos movimientos modernistas, pero sin negar los hilos familiares con las otras corrientes de la extrema derecha española. Esta presunta «revolución conservadora» se vincula a una imagen de futuro, de un mito de origen perdido y de una esencia nacional que desapareció, pero que pudo ser rescatada (GRIFFIN, 2010, p.252). Este factor comportó una redefinición de la cultura fascista española que otorgaba a los símbolos tradicionales del catolicismo gran protagonismo. Esta capacidad sintética del fascismo en meter la tradición y la renovación en un mismo discurso, dándoles una forma única, representó su búsqueda hacia una dinámica revolucionaria. El hibridismo estético y retórico de retorno a la tradición y de ruptura vanguardista refleja la complejidad de los factores que se

entremezclan en los idearios fascistas. El fascismo —y por lo tanto el falangismo— fue una «síntesis eclética, deliberadamente confusa, de diferentes corrientes políticas, doctrinales y culturales, en variadas combinaciones según cada país» (MELLÓN, 2012b, p. 76-77).

La Corte Literaria de José Antonio y el fascismo como acontecimiento literario

A los pueblos no los han movido nunca más que los poetas.

José Antonio Primo de Rivera

La figura de Giménez Caballero, carné número cinco de la Falange Española, representó la aproximación al fascismo desde la vanguardia artística, y fue la figura que intentó politizar a la nueva generación de intelectuales. Caballero anunció su adhesión al fascismo el 15 de febrero de 1929 a través de *La Gaceta Literaria*, con la publicación del prólogo a su nueva traducción de *Italia contra Europa*, de Curzio Malaparte (PAYNE, 1997, p.133). Personaje igualmente importante durante la etapa originaria del fascismo español fue el intelectual orgánico (PASTOR, 1975, p. 65) Ramiro Ledesma Ramos, que reunió los elementos ideológicos de acción política decididamente fascista, fomentando el debate político en los espacios culturales y artísticos durante el periodo. Asimismo, fue el primer intelectual que posibilitó la definición del fascismo español de forma relativamente clara y precisa, lanzando la idea de un nacional-sindicalismo revolucionario. Otros hombres de las letras, como Rafael Sánchez Mazas y Mourlane Michelena, miembros de la Escuela Romana del Pirineo, fueron fundamentales desde un punto de vista estético e ideológico, para la formación a la postre de los postulados de la Falange Española (CARBAJOSA & CARBAJOSA, 2003, p.11).

Desde luego, esta vanguardia política estaba conformada por intelectuales licenciados o doctores en Filosofía y Letras, como Ledesma y Caballero; por abogados, como José Antonio; y muchos de ellos hicieron incursiones en diversos géneros literarios, sobre todo en la poesía. Consideraban que el Poeta encarnaría el verdadero líder de los nuevos tiempos, ya que la poesía tenía el poder de construir mitos, capaces de evocar ideas que movilizasen a las masas. En este sentido, los poetas manejaban a las masas, como el pintor los colores y las líneas. Esta exaltación del poeta no impidió asimismo a Caballero definir la autoridad del hombre de las letras sobre el líder político,

al que el poeta ofrecería su palabra que consistía en «el polen de toda fecundación histórica» (GIMÉNEZ CABALLERO, 1935, p.187).

Ernesto Giménez Caballero fue la figura central de la fascistización de la política y de la cultura española y figura prestigiosa que influyó los grupos políticos en su momento. Entre 1927 y 1932, como ya fue señalado, editó *La Gaceta Literaria*, que se consolidó como plataforma literaria de la vanguardia española y como «laboratorio intelectual» de las ideas prefascistas. Su viaje a la capital italiana y su encuentro con el fascismo fueron decisivos para su desarrollo ideológico. En claves patrióticas y nacionalistas, buscó, dentro de una formulación universalista, insertar la realidad política española en los postulados del fascismo. Para él, tradición y revolución significaban los ejes centrales del fascismo; por ello, fue un crítico contundente de la civilización moderna, tecnicista y capitalista, viendo en la crisis occidental una oportunidad para reordenar radicalmente las estructuras políticas, a través de un sistema totalitario, pero que preservase las tradiciones nacionales.

En *Arte y Estado* (1935), importante documento de la estética fascista, afirmara que el arte occidental moderno estaba en crisis. Este descenso en materia artística consistiría en el excesivo individualismo y en el abusivo afán de libertad a causa de la concepción liberal y atomizada de la civilización europea. Por ello, este teórico postulaba una estética de contenidos objetivos. Se trataba de que el arte tuviera un significado práctico, de servicio y de propaganda conforme a la concepción de su realidad histórica. Los intelectuales estaban así encargados de la restauración y pedagogía de la cultura hispánica (RUIZ BAUTISTA, 2005).

A raíz de este entendimiento de la praxis artística, los falangistas utilizaron los sindicatos para someter al artista a las directrices estatales. Giménez Caballero mostraba una absoluta admiración hacia esta concepción de «corriente sindical del arte» como manifestación de la disciplina espiritual de los artistas, cuya función consistía en la destrucción del mito romántico del artista libre y del arte autónomo. «El compromiso de la cultura debería llevarla a elaborar y transmitir los mitos, ritos y símbolos, que harían de la nación una noción, si no inteligible, sí sensible para la gran masa del pueblo» (RUIZ BAUTISTA, 2005, p. 35).

El Estado, pues, «agruparía a sus artistas en sindicatos para que estos orienten el arte con nuevos puntos de vista y el arte así orientado estaría sirviendo al Estado, convertido en vehículo transmisor de sus puntos de vista» (WAHNÓN, 1998, p.35). En

efecto, la primera ley del arte franquista fue la subsidiariedad política, su integración en una lógica que lo subordinaba a intereses inmediatos de signo legitimador y propagandísticos, y ese fue el resorte más evidente en todos los órdenes (CARNICER, 2004, p. 127).

Movidos por un espíritu revolucionario, los jóvenes falangistas ofrecieron al régimen una ornamentación y estética fascista y una ideología más consistente al bando nacionalista. Como señala Albert (2003), la Falange fue un movimiento político que se entendía a sí mismo expresamente como «movimiento poético», cuya concepción estética de lo político se tradujo como aspecto inherente al movimiento. La Falange, pues, se caracterizó por ser un movimiento de intelectuales, articulándose en diversos círculos literarios, tertulias y empresas periodísticas. Asimismo, en la esfera de la «estetización de lo político», el movimiento estuvo presente en las universidades, en la prensa y su censura y se lanzó como la auténtica vanguardia tras el fracaso del liberalismo.

En este sentido, los camisas azules se entendieron a sí mismos como la vanguardia española, la alternativa más efectiva frente a la cultura burguesa y perfilaron con rigor el fenómeno de la ideologización de la literatura y de las artes. Los falangistas postularon su movimiento como una construcción de identidad, una «manera de ser», pero una manera de ser que igualase a la identidad nacional y del movimiento. Esta dimensión de la autorepresentación falangista como el «propio estilo nacional» se vio representada en la literatura, como por ejemplo en la novela *Camisa Azul*, de Felipe Ximénez de Sandoval, donde aparece tematizada la búsqueda por una identidad capaz de fundamentar un nuevo sentido existencial.

Los falangistas, que consideraran el fascismo italiano el principal modelo a ser seguido, se declararon católicos, aunque generalmente su postura fue anticlerical, y entendieron el catolicismo como parte integrante de lo nacional. Este hibridismo ideológico, entre lo tradicional y lo nuevo, principalmente a partir de la creación del partido único de FET y de las JONS (Decreto n. 255, de 19 de abril de 1937), que le presentaba simultáneamente como renovador y restaurador de una tradición, le otorgó el papel regenerador del arte y de la cultura hispánica. Los azules sabían la importancia de conjugar en una misma retórica el estilo novedoso y a la vez la tradición, con el fin de cautivar las masas y, especialmente, la juventud.

Sin contar con una tradición político-filosófica, el fascismo español se desplegó muy en contacto con los medios artísticos y literarios, entre los cuales los hombres de las letras formarían una importante corte literaria en torno a José Antonio Primo de Rivera (CARBAJOSA & CARBAJOSA, 2003). José Antonio sabía de la influencia de los intelectuales en la sociedad y consideraba pieza clave su influencia en la vida española. Por consiguiente, las inquietudes intelectuales y la producción estética y literaria estuvieron íntimamente conectadas al proceso de formación del movimiento fascista español.

El 16 de marzo de 1933, saldría el primer número del semanario *El Fascio*. Éste semanario representó el primer encuentro de las diferentes tendencias profascistas, entre los cuales estaban José Antonio Primo de Rivera, Rafael Sánchez Mazas, Ernesto Giménez Caballero, Ramiro Ledesma y Juan Aparicio López. Esta experiencia significó la primera aproximación de las principales figuras del fascismo español y, como subraya Carbajosa & Carbajosa (2003, p.80), curiosamente fue una reunión de escritores y no de políticos o ideólogos.

El fascismo español, pues, tuvo su fundación en torno a circuitos literarios. Los intelectuales estuvieron íntimamente conectados a la evolución política del fascismo español, en el cual los poetas y escritores fueron capaces de crear una atmósfera favorable para el desarrollo de la fascistización de la sociedad. Las revistas culturales y las reuniones entre los escritores fueron el punto de partida para la elaboración de un contenido político que daría pie a los planteamientos profascistas. En este sentido, la acción política se confundió con la vocación literaria y, a partir de esta retórica filosófico-literaria, surgiría la Falange como movimiento político y espiritual. Desde luego, el peso de los escritores en el proyecto falangista fue determinante y los camisas azules reconocieron en la figura de José Antonio a su principal líder. Rodeado de intelectuales, como Mazas y Caballero, José Antonio supo transmitir el ímpetu fascista existente en la retórica de los escritores para fundar la Falange Española. Además, tras la muerte de Primo de Rivera, éste se convierte en el mayor icono del culto a los caídos, mediante un proceso de «transfiguración de la ausencia» y de la construcción de su mito político (SEVILLANO CALERO, 2010, p.267).

Sin embargo, para los azules la poesía sin acción se tornaba peligrosa. Según José Manuel Martínez Bande, en la revista *Nacional-Sindicalismo* (1938, p.12), la poesía excesiva es «falsa, aparente, como asentado en puras divagaciones. [...] es

veneno si el sol caliente de la acción no la refuerza y la da calorías». Y agrega que no nacemos para «leer obras literarias en nuestro rincón dormitorio, o especular con las ciencias por puro afán de especulación». El arte, dice, se debe hacer para educar a las masas, para aprovechar fuentes de energía y ordenar más convenientemente nuestra vida. De esta forma, para llevar a cabo la unión entre praxis política y poética los falangistas tendrían que esperar la toma del poder político y, a partir de su visión nacionalsindicalista, poner en marcha su proyecto autónomo desde el punto de vista doctrinal y orgánico.

En concreto, esta vanguardia política, y quizás literaria, se caracterizó por un intento de ruptura generacional, liderada por una élite intelectual que se consideraba como la más capacitada para conducir la revolución fascista. Éstos artistas fueron capaces de lograr la construcción de un movimiento político que atrajo a diversos intelectuales, precisamente en un momento en que una gran mayoría de los mismos eran de izquierda. Además, permitió que las letras se convirtieran en arma política y canal para el desarrollo de ideas tanto estéticas como políticas. La literatura pasó entonces a servir a los ideales político-filosóficos, cuyas narrativas buscaban construir una sociedad forjada a partir del espíritu nacionalista, moderno, y de pretensiones revolucionarias.

Del nacionalsindicalismo al nacionalcatolicismo

Los acontecimientos que marcaron el golpe de Estado fallido del 17 y 18 de julio de 1936 desencadenaron el inicio de una guerra civil. Según Julián Casanova (1994), la Guerra Civil española fue producto de un golpe militar que puede explicarse por la tradición de intervención del Ejército y por el lugar privilegiado que este ocupaba dentro del Estado. A partir de aquel verano, puede decirse que en España existieron dos Estados: el republicano —que cayó al final de la guerra— y el nacional —que tras tres años de conflicto venció al Gobierno democrático de la II República—. Se inauguró así una larga etapa de la historia española que se prolongaría hasta la muerte del general Francisco Franco en 1975. El impulso que guiaba a la España victoriosa estuvo animado por el deseo de ruptura con el pasado liberal que se llevó a cabo mediante una fuerte represión político-cultural (DE LIMA GRECCO, 2014, p. 362). En lo que respecta a la

política interior y al concepto organizativo del poder franquista, éste fue concebido básicamente durante el periodo de la guerra civil. Estos años fueron decisivos para la centralización del poder político y militar en la figura de Francisco Franco (EIROA, 2012, p. 108-113).

La legitimación del «nuevo Estado» se fundamentó en la guerra. Así, tras el fin de la guerra civil, en el contexto histórico de la ascensión de movimientos fascistas, el rumbo del nuevo Estado parecía dirigirse —al menos por la vocación de muchos de los dirigentes, especialmente los liderados por Serrano Suñer— hacia un régimen fascista. De hecho, durante este primer período, la FET de las JONS promovió un proyecto fascista, cuyo uno de los objetivos fundamentales fue el de canalizar y movilizar la participación política de la población. Aunque muchos historiadores consideran el franquismo como la reacción de una España tradicional y conservadora que adoptó algunas fórmulas fascistas, está claro que hubo una voluntad fascista y modernizante por parte de múltiples personalidades del régimen y una clara intención de sumar el proyecto franquista al modelo alemán o italiano, identificándose con su actitud revolucionaria.

Desde luego, la clasificación del régimen continúa siendo un asunto problemático para la historiografía. Fue, sin duda, un régimen militar, una dictadura antidemocrática que llevó a cabo la supresión de libertades y la permanente represión político-social y la censura cultural. Uno de los temas más debatidos se relaciona con el carácter fascista del régimen, en cuanto a la conversión de la Falange Española como órgano político-cultural y propagandístico de la dictadura. Si por un lado la Falange sirvió como elemento de legitimación del nuevo orden y como pieza destinada a efectuar el encuadramiento de los sujetos; por el otro, el uso de los símbolos y rituales fascistas (como el saludo de brazo en alto y el yugo y las flechas) fueron el resultado de la subordinación del partido a Franco. Para Ángeles Barrios Alonso (2004, p. 201), el régimen franquista no era fascista sino que se sirvió de ésta ideología para garantizar la consecución de dos objetivos: vencer la guerra y asegurar el poder personal de Francisco Franco.

En este sentido, un conjunto de planteamientos heterogéneos, básicamente antiliberales y antiparlamentarios, que se presentaron como opción frente al liberalismo en retroceso, formarían el complejo abanico ideológico del franquismo. A lo largo de los años, el régimen franquista careció de una ideología precisa y, por ello, se llamó a sí

mismo «democracia orgánica». De acuerdo con este concepto, la representatividad no se encontraba en los ciudadanos sino en los órganos estatales (sindicato, familia y municipio). Por ello, estas corporaciones sociales y derechos colectivos estaban por encima de cualquier derecho individual, articulándose a través de un discurso de «corporativismo» nacionalsindicalista. En este sentido, la clave ideológica más reiterada por los falangistas consistió en la concepción corporativa, sumada a la reducción de la lucha de clase (CHUECA, 1983, p.97).

El corporativismo se entiende como un pensamiento social que supone la estructuración de la sociedad en «cuerpos intermedios» con fin a establecer el orden y el equilibrio social, defendiendo una sociedad jerárquica y organizada (PERFECTO, 2006, p. 185). El 26 de enero de 1940, la Ley de Unidad Sindical prohibió cualquier tipo de organización sindical distinta a la del Partido, y la Ley de Bases de Organización Sindical, de 6 de diciembre de 1940, supone el despliegue de una organización del sindicalismo vertical. En este sentido, el franquismo podría ser clasificado como un régimen de características del corporativismo estatal, dado que la afiliación fue obligatoria a las corporaciones en términos de Sindicalismo Vertical. El gobierno, a su vez, nombraba los miembros de la Falange a los cargos de las corporaciones, aunque tanto los obreros como los empresarios pertenecían a los sindicatos (MARTINEZ-ALIER & JUSMET, 1984). El Estado, por lo tanto, aparece como intermediario en relación a los individuos organizados en corporaciones, pero, a su vez, convierte los sujetos en simples instrumentos de la voluntad estatal, representadas por el líder y el Partido único, la Falange Española. Estamos, por lo tanto, ante la exaltación del Estado, que absorbe al individuo y lo integra.

De esta manera, el nacionalsindicalismo entendía que era necesario que la sociedad se organizase partiendo de la base de que dentro del sistema de producción no existía oposición de intereses. En esta línea, se insertan las propuestas de identificación entre los intereses de los trabajadores y de los empresarios, que partía de la idea de abolición de la lucha de clases. Según Chueca (1983, p.98), una de las principales propuestas corporativas fue la de «profesionalización», la cual pretendía agrupar en una misma cofradía, gremio o sindicato los trabajadores de una misma profesión, en «armónica y unitaria relación de independencia, creándose una consciencia de hermandad entre todas las clases y entre todos los hombres». El Partido, pues, vertebraría, en términos organizativos e ideológicos, la totalidad de la comunidad,

mediante un discurso que anunciaba que el Estado era el «superador» de los enfrentamientos de clases (RAMIREZ, 1978, p.26-27).

Pese a que la doctrina del nuevo Estado se hubiera propagada mediante la existencia de una ideología oficial y de un partido único -la FET y de las JONS -, el proyecto fascista y corporativo de los falangistas se iría adecuando paulatinamente a las complejas agrupaciones del Estado franquista. El Movimiento fue perdiendo su iniciativa política y su escasa capacidad aglutinadora y fluidez orgánica, lo cual implicó la existencia de un abismo entre los objetivos formulados por el Partido y su falta de correspondencia concreta (CHUECA, 1983, p. 180). Por todo ello, el proceso de fascistización del régimen tuvo límites. Según Paul Preston (2014, p. 35), tras la guerra, la Falange fue mutilada, con lo que libró el régimen de ser considerado fascista.

El peso de los militares en la política española liberal significó, como herencia, el gran protagonismo que tuvo el Ejército durante el franquismo y su política represora para mantener el «orden público». Lo cierto es que el ejército fue el principal instrumento de imposición del régimen. La otra gran protagonista fue la Iglesia Católica. Esta institución, que tras el fin del Antiguo Régimen tuvo restringido sus poderes políticos y sociales, encontró un aliado en el Estado nuevo para restituir sus derechos y privilegios, y expandir su dogma y la moral católica. La Iglesia utilizó su poder coactivo directo e indirecto, pretendiendo convertirse en tutora del Estado y de la sociedad. Fue la Iglesia, además, quien contribuyó a dar legitimidad al término Cruzada, que significó el alzamiento nacional apoyado por las masas para erradicar el Mal, es decir, el bando republicano.

Estos límites se potenciaron con la derrota del fascismo en la II la Guerra Mundial. Sin embargo, ya se gestaba con anterioridad una lucha ideológica por definir el nuevo régimen: por un lado, una concepción fascista del Estado a partir de las ideas falangistas, y por el otro, una configuración restauradora de la tradición de España como Estado católico, a partir de los ideales de los católicos-integristas. Con el fin de la Gran Guerra, se afirmó una nueva conjugación entre Estado e Iglesia Católica y se hundió el proyecto falangista radical. De hecho, con frecuencia «los cambios fueron la respuesta de Franco a choques particularmente violentos entre las familias políticas e ilustran su determinación de mantener el equilibrio global» (PRESTON, 2014, p.232) del régimen.

Sea como fuere, la religión católica jugó un papel socializador del discurso y de la ideología del nuevo régimen. Podemos observar, por lo tanto, cómo la religión

cumplió un rol preponderante en la configuración identitaria del franquismo, y también del fascismo español. El recurso a la identidad católica que la propia Falange articuló sirvió como uno de los pilares fundamentales de la ideología del movimiento, sobre todo respecto al mito de palingenesiaⁱⁱ. Este mecanismo, además, dotó a la Falange de un mayor alcance y difusión entre los españoles, adaptándose a una coyuntura posbélica muy compleja en el contexto que surgió. Según Ismael Saz (2010, p.312-329), la guerra civil española vino a situar a dos culturas políticas distintas en posiciones de poder: de un lado, la de los nacionalistas reaccionarios y nacionalcatólicos; y del otro, la fascista. Estas dos culturas políticas fueron erigidas como los dos grandes referentes político-ideológicos del régimen y las disputas entre ambas culturas entorno al control cultural y de pensamiento se hicieron presentes en las primeras décadas del establecimiento del régimen.

Sin embargo, el alejamiento de la España franquista de los regímenes fascistas a partir de 1942 y 1943, fue consecuencia directa de la marcha de la Segunda Guerra Mundial. El régimen fue obligado a abandonar la retórica fascista y buscar otros apoyos. En las nuevas democracias constituidas en el contexto de la posguerra «la lucha común en la resistencia había facilitado el diálogo y el encuentro de los católicos con otras fuerzas democráticas, y preparado el nuevo papel protagonista que iban a jugar» (MONTERO, 1993, p. 82). Por ello, importantes sectores católicos y el episcopado empujaron a la dictadura hacia la reducción del peso de la Falange y el aumento de su identificación con el nacionalcatolicismo (BOTTEI, 1992, p. 118).

En razón de ello, claro está que durante los años cuarenta aumentó el grado de catolización de España con una jerarquía eclesiástica siempre dispuesta a lanzar sus exigencias e inquisiciones. De hecho, la influencia política y social que el catolicismo adquirió en el terreno de político-cultural vino a sustituir la influencia política que, hasta entonces, ejercía el sector falangista. Estos hechos ejemplifican la gestación de un nuevo marco ideológico en el ámbito estatal: el nacionalcatolicismo. Este, consciente y explícitamente reaccionario, partía del supuesto de la consustancialidad de lo español y lo católico. Estos presupuestos ideológicos chocaban con la visión de muchos integrantes de la Falange de concepción palingenésica y de apuesta por un proyecto revolucionario.

La pérdida de influencia pública de los falangistas radicales (con el ascenso de José Luis Arrese, falangista «acomodado» (LAZO, 1995), más pragmático y moderado,

a la secretaría general del Partido y de Carrero Blanco como consejero privilegiado de Franco) reveló el inicio del declive de un proyecto político fascista y autónomo. Cazorla (2000) considera que este acontecimiento supuso de forma definitiva la posición subalterna del falangismo dentro del equilibrio de poder del Nuevo Estado; pero, al mismo tiempo, significó el fortalecimiento de la estructura del partido. No se puede olvidar, además, como señala González Madrid (2011) que el partido FET-JONS continuó siendo uno de los pilares del poder de la dictadura y «desempeño funciones centrales de salvaguarda del régimen» a lo largo de los años.

La existencia de una cultura política falangista plenamente insertada en el paradigma del fascismo internacional se afirmó como componente importante del franquismo y como elemento hegemónico de la FET-JONS. Está claro que también fue un proyecto que se diferenciaba al nacionalcatolicismo y por esta razón Ridruejo entendía que sin la recuperación del auténtico clima revolucionario, el movimiento falangista terminaría por diluirse en el seno de la sociedad conservadora (SAZ, 2003). El enfrentamiento entre estos dos modelos alcanzó su momento más crítico en julio del 1945, coincidiendo con el cambio de gobierno. De este modo, una larga etapa de nacionalcatolicismo se inició tras el desenlace de la II Guerra Mundial con el fin de adaptar el régimen a la nueva coyuntura internacional en la cual la dictadura buscaba evitar su aislamiento.

Conclusiones

A lo largo del presente trabajo nos hemos ocupado de describir y analizar el proceso de construcción del movimiento fascista en España y su declive a partir de la preponderancia del nacionalcatolicismo. La construcción de la Falange Española, surgida en un periodo de crisis internacional en el que convergían las ideas autoritarias de derecha con un mundo en transición, se reveló como la auténtica tercera vía y la fuerza simbólica y mítica para sustentar el nuevo régimen. Su ideología ecléctica, en la que confluyeron un misticismo religioso y el corporativismo inspirado en el fascismo italiano, permitió la formación de un movimiento, a la vez, tradicional, autoritario y renovador.

Desde esta óptica, la Falange, en sintonía con los otros movimientos fascistas mundiales, construyó sus propias bases ideológicas. Durante los años treinta, se demostró el peso y la intensidad de la radicalización y la fascistización de las derechas,

teniendo su inicio desde revistas literarias y tertulias. Los compromisos literario y político se unieron de tal manera que no fue posible separarlos. En este sentido, los escritores surgieron como los portavoces de la nueva generación de políticos a través, sobre todo, de la figura de José Antonio. Fue a través del mito de los caídos y de la fuerza movilizadora de la Falange que el régimen pudo sustentarse ideológicamente, sobre todo, hasta fines de los años cuarenta.

No obstante, a lo largo del primer franquismo (1936-1945), los falangistas perdieron progresivamente su poder político y capacidad movilizadora. La ausencia de un proyecto político definido, sea por la movilidad constante de sus cuadros, sea por la falta de coherencia interna tras la unificación de la FET de las JONS, implicaron la imposibilidad de acceso al poder por un partido genuinamente fascista. Todo este conjunto de limitaciones conllevó a la construcción de un Partido débil en cuanto a sus pretensiones fascistas, y dio paso al fortalecimiento del nacionalcatolicismo como aparato ideológico predominante del nuevo régimen. Por todo ello, las pretensiones vanguardistas de intelectuales como Giménez Caballero, las propuestas corporativistas de los falangistas y el intento de movilización de las masas sucumbieron a la imposición de un régimen más tradicional que renovador.

Referencias:

- ALBERT, Mechthild. Vanguardistas de camisa azul. Madrid: Visor Libros, 2003.
- ALONSO IBARRA, Miguel. “Cruzados de la civilización cristiana. Algunas aproximaciones en torno a la relación entre fascismo y religión”, Rubrica Contemporanea, Vol. 3, núm. 5, 2014, p.133-154.
- BARRIO ALONSO, Angeles. La modernización de España (1917-1939): política y sociedad. Madrid: Síntesis, 2004.
- BERNECKER, Walther L. “El debate sobre el régimen fascista”. In: ALBERT, Mechthild: Vencer no es convencer. Literatura e ideología del fascismo español. Madrid: Iberoamericana, 1998, p. 28-49.
- BÖCKER, Manfred. “¿Nacionalsindicalismo o fascismo? El fascismo español de la Segunda República y su relación con los movimientos fascistas en el extranjero”. In: ALBERT, Mechthild. Vencer no es convencer. Literatura e ideología del fascismo español. Madrid: Iberoamericana, 1998, p. 11-27.
- BOTTI, Alfonso. Cielo y dinero. El nacionalcatolicismo en España (1881-1975). Madrid: Alianza Editorial, 1992.
- BOX, Zira. El cuerpo de la nación. Arquitectura, urbanismo y capitalidad en el primer franquismo. Disponible em: <http://www.ucm.es/centros/cont/descargas/documento19015.pdf> . Acceso em: 10 set. 2012.
- CARBAJOSA, Mónica & Pablo. La corte literaria de José Antonio. La primera generación cultural de Falange. Barcelona: Crítica, 2003.

- CARNICER, Miguel Ángel Ruiz. “Artes y Letras de supervivencia”. In: GRACIA & CARNICER. *La España de Franco (1939-1975)*. Madrid: Síntesis, 2004, p. 127-154.
- CASANOVA, Julián. “Historia Social”, No. 20, *Debates de Historia Social en España*, Autumn, 1994, p. 135-150.
- CHUECA, Ricardo. *El fascismo en los comienzos del régimen de Franco. Un estudio sobre FET-JONS*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1983.
- CIRICI, Alexandre. *La estética del franquismo*. Barcelona: Gustavo Gili, 1977.
- DE LIMA GRECCO, Gabriela. El control del libro durante el primer franquismo, *Diálogos (Mariné)*, v. 18, n.1, p. 361-380, jan.-abr./2014.
- EIROA, Matilde. “Las fuentes doctrinales: pensamiento y lenguaje de la represión sistemática (1936-1948)”. In: ARÓSTEGUI, Julio (coord.). *Franco: la represión como sistema*. Barcelona: Flor del Viento, 2012, p. 107-154.
- GIMENEZ CABALLERO, Ernesto. *Arte y Estado*. Madrid: Gráfica Universal, 1935.
- GRACIA, Jordi & CARNICER, Miguel Ángel Ruiz. *La España de Franco (1939-1975): cultura y vida cotidiana*. Madrid: Síntesis, 2004.
- GRIFFIN, Roger. *International Fascism. Theories, Causes and the New Consensus*. Londres: Arnold, 1998.
- GRIFFIN, Roger. *Modernismo y fascismo*. Madrid: Editorial Akal, 2010.
- JIMÉNEZ CAMPO, Javier. *El fascismo en la crisis de la II República*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1979.
- LAZO, Alfonso. *La Iglesia, la Falange y el fascismo (Un estudio sobre la prensa española de posguerra)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1995.
- MARTINEZ-ALIER, Joan & JUSMET, Jordi Roca. *Economía política del corporativismo en el Estado español, del franquismo al posfranquismo*. Madrid: Reis, 1984, p.25-62.
- MELLÓN, Joan Antón (ed). *El fascismo clásico (1919-1945) y sus epígonos*. Madrid: Editorial Tecnos, 2012a.
- MELLÓN, Joan Antón. “Nostalgia del futuro. La visión del mundo del fascismo clásico en sus textos”, In_ MELLÓN, Joan Antón. *El fascismo clásico (1919-1945) y sus epígonos*. Madrid: Editorial Tecnos, 2012b, p. 71-110.
- MONTERO, Feliciano. *El movimiento católico en España*. Madrid: Eudema, 1993.
- PAYNE, Stanley G. “Fascismo y Modernismo”, *eRevista de Libros de la fundación Caja Madrid*, n.º 134, febrero de 2008.
- PAYNE, Stanley G. *Franco y José Antonio, el extraño caso del fascismo español. Historia de la Falange y del Movimiento Nacional (1923-1977)*. Barcelona: Planeta, 1997.
- PERFECTO, Miguel Ángel. “El corporativismo en España. Desde los orígenes a la década de 1930”, *Pasado y memoria: Revista de Historia Contemporánea*, n5, 2006, p. 185-218.
- PRESTON, Paul. *La política de la venganza. El fascismo y el militarismo en la España del siglo XX*. Barcelona: Península, 2014.
- RAMIREZ, Manuel. *España 1939-1975, régimen político e ideología*. Barcelona: Guadarrama, 1978.
- RUIZ BAUTISTA, Eduardo. *Los señores del libro: propagandistas, censores y bibliotecarios en el primer franquismo (1939-1945)*. Gijón: Trea, 2005.
- SAZ, Ismael. “Las culturas políticas del nacionalismo español”. In: LEDESMA, Manuel Pérez y SIERRA, María (eds.). *Culturas políticas: teoría e historia*. Zaragoza: Historia Global, 2010, p. 312-329.
- SAZ, Ismael. *España contra España. Los nacionalismos franquistas*. Madrid: Marcial Pons, 2003.

SESMA LANDRIN, Nicolás. “De la elite intelectual a la aristocracia política. El discurso de la renovación ideológica y generacional en Gerarchia, Rassegna Mensile della Rivoluzione Fascista y Jerarquía, la revista negra de la Falange”. In: MORENTE, Francisco (ed). España en la crisis europea de entreguerras. Madrid: Catarata, 2011, p. 269-288.

SEVILLANO CALERO, Francisco. “A cultura da guerra do novo Estado espanhol como principio de legitimação politica”. In ROLLEMBERG & SAMANTHA (org.). A construção social dos regimes autoritários. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.257-281.

WAHNÓN, Sultana. La estética literaria de la posguerra del fascismo a la vanguardia. Ámsterdam: Atlanta, 1998.

Notas:

ⁱ Entre las actividades de la falange con respecto al medio rural se destacan las obras sindicales de la Organización Sindical Española, tales como “la Obras Sindical de Artesanía, dedicada a fomentar artes y oficios populares, como parte de la ideología ruralista, el cultivo del folclorismo y el mantenimiento de la tradición” (Carnicer, 2004, p. 89); la de Cooperación, basado en la unión entre cooperativismo y tradición agraria católica, dando como resultado la creación de una red de cajas rurales, heredera de la Confederación Nacional Católica; y la Obra Sindical de Colonización, que también formaba parte de los planteamientos ruralistas de la Falange, y para ello se crean las granjas-escuela y grupos sindicales de colonización. De este modo, la retórica de la verdadera esencia española representada por el hombre y la mujer del campo permitió la falange dar paso a un proyecto político de sindicalismo de las masas campesinas.

ⁱⁱ Según Alonso Ibarra (2014, p.140), este concepto se relaciona a la «utilización del pasado glorioso como base ideológica para la construcción de un nuevo orden, mediante la nacionalización de dicho pasado y la actualización de sus elementos identitarios con el fin de dotarlos de funcionalidad en el presente. Un recurso mítico que ejerce su función como elemento legitimador de la necesidad de purificación del cuerpo nacional».

A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DO MODELO TOTALITÁRIO BRASILEIRO: PLÍNIO SALGADO, GUSTAVO BARROSO E MIGUEL REALE (1932-1937)

THE IDEOLOGICAL CONSTRUCTION OF THE TOTALITARIAN MODEL OF THE AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA: PLÍNIO SALGADO, GUSTAVO BARROSO AND MIGUEL REALE (1932- 1937)

Rodrigo Santos de OLIVEIRA¹
Michelle Vasconcelos Oliveira do NASCIMENTO²

Resumo: Nos cinco anos de existência legal da Ação Integralista Brasileira (AIB), percebe-se uma grande produção intelectual por parte dos três principais teóricos do movimento: Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso. Estas lideranças definiam em suas obras não apenas como seria organizado o Estado sob a égide integralista (Estado Integral), como também a concepção autoritária do Estado dentro de uma lógica corporativa, com partido único, centralizado na figura do “Chefe Nacional” Plínio Salgado, de viés antiliberal e anticomunista. No presente texto, objetivamos analisar como foi gestada a concepção de Estado Integral por parte das três principais lideranças da AIB (Salgado, Reale e Barroso) a partir da produção teórica e a sua difusão através da estrutura de imprensa periódica montada pelo movimento.

Palavras-chave: Integralismo; Ideologia Integralista; Plínio Salgado; Gustavo Barroso; Miguel Reale

Abstract: In the five years of legal existence of the Ação Integralista Brasileira (AIB), there is a great intellectual production by the three main theoreticians of the movement: Plínio Salgado, Miguel Reale and Gustavo Barroso. These leaders defined in their works not only how the State would be organized under the integralist aegis (Integral State), but also the authoritarian conception of the State within a corporate logic, with a single party centered on the figure of the "National Chief" Plínio Salgado, Anti-liberal and anticomunist bias. In the present text, we aim to analyze how the Integral State conception was conceived by the three main AIB leaders (Salgado, Reale and Barroso) from the theoretical production and its diffusion through the periodic press structure set up by the movement.

Keywords: Integralism; Integralist Ideology; Plínio Salgado; Gustavo Barroso; Miguel Reale

Palavras introdutórias

No presente texto refletiremos sobre a produção intelectual dos três principais expoentes da Ação Integralista Brasileira – Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale – tentando compreender o papel político, teórico e doutrinário de cada um dentro

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – Professor adjunto dos cursos de Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande (FURG): E-mail: oliv.rod@hotmail.com

² Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Pós-doutora em História da Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Letras da FURG. E-mail: michellevasc@hotmail.com

do movimento. Buscamos refletir como a “matriz” ideológica influenciou dentro da estrutura organizativa e como o pensamento político de cada um refletiu nos militantes. A partir disso, buscamos compreender como era a concepção de integralismo em cada um desses intelectuais e como seria a estruturação de Estado – o “Estado Integral” – proposto por essas lideranças. Dividiremos o artigo em quatro partes: (i) Uma ideologia em definição; (ii) A produção teórica; (iii) Plínio Salgado e Gustavo Barroso: divulgadores de uma nova doutrina; (iv) Miguel Reale: o início da teorização.

Uma ideologia em definição

Desde o princípio do movimento integralista, houve uma necessidade de definição daquilo que era o integralismo. Se, num primeiro momento, a coluna “Nota Política” serviu como base para a criação da ideologia, com o surgimento da AIB, seu *Manifesto* era insuficiente para explicar quais eram os reais objetivos e qual seria a função deste novo grupo político. Eles afirmavam ser diferentes dos partidos políticos tradicionais e apregoavam ser contrários ao poder apenas “pelo poder”, mas que visavam a uma nova sociedade, diferente de tudo o que já havia existido no país até então, ou seja, apresentavam-se como revolucionários.ⁱ

Para suprir tal lacuna, Plínio Salgado serviu-se de dois instrumentos voltados à teoria e à doutrina. O primeiro seria a produção de obras em forma de livros, contudo, por sua complexidade, custo e dificuldade de circulação, ficavam restritos, em grande parte, aos indivíduos mais letrados e com melhores recursos financeiros – não devemos nos esquecer que apenas uma pequena parcela da população brasileira era alfabetizada e uma mais restrita ainda possuía a capacidade para compreender uma obra teórica. O segundo seria voltado ao grande público e, ao mesmo tempo, que atingisse os “corações” e as “mentes” das pessoas, ou seja, a imprensa periódica. A imprensa chegava aos mais variados lugares, com uma grande receptividade e a um custo reduzido, além, é claro de ter um conteúdo de fácil compreensão.

Dessa forma, Salgado atendia às duas demandas internas do movimento, uma voltada à classe dirigente e letrada, e a outra, às bases. De um lado, esta elite era suprida e também desenvolvia uma produção teórica considerável. Este mesmo grupo de intelectuais era responsável pelos periódicos, ou seja, era ele que definia o que deveria ser transmitido ao militante de base.

Aqui recorreremos a Héglio Trindade para demonstrar a grande participação dos intelectuais na direção da AIB, como podemos observar no quadro abaixo:

Tabela 1: Origem social do conjunto dos dirigentes nacionais e regionais (em números absolutos) [Dir./Nac.: Chefe Nacional, departamentos ou secretarias nacionais, órgãos executivos e Câmara dos Quarenta. Dir./Reg.: Chefes arquiprovinciais e provinciais e Câmara dos Quatrocentos] (TRINDADE, 1974:142)

	Direção Nacional	Direção Regional	Total
1. Burguesia	7	63	70
2. Média burguesia intelectual	45	259	304
3. Média burguesia militar	11	35	46
4. Média burguesia de pequenos proprietários	0	23	23
5. Pequena burguesia dos empregados e funcionários	0	44	44
6. Camadas populares	0	14	14
7. Sem especificação	1	23	24
Total	64	461	525

Como podemos perceber, o peso dos intelectuais no movimento era considerável (TRINDADE, 1974, p. 140). Também, se levarmos em consideração que tanto a burguesia quanto a média burguesia militar são setores com elevada instrução educacional, veremos que os indivíduos destes grupos sociais necessitavam de um discurso com consistência para serem cooptados. Ao mesmo tempo, abria-se espaço para a produção intelectual dos seus membros, mesmo que não houvesse uma liberdade total, pois existiam pontos básicos que deveriam ser respeitados, cada autor podia colocar o seu ponto de vista, se isto não discordasse das linhas gerais da doutrina.

A leitura das obras demonstra que havia diferenças que iam desde concepções sociais, raciais e filosóficas, além de preocupações pontuais da ideologia e da doutrina. Mas isto veremos mais adiante.

Rosa Cavalari foi a primeira a discutir a relação entre livros e periódicos, mesmo que de forma pontual e em estudo vinculado à Educação. Para ela, havia uma relação direta entre a teoria e a doutrina, através do livro e do jornal – embora tenha negligenciado completamente as revistas integralistas, sendo que duas delas tiveram grande destaque dentro da imprensa integralista. Nas palavras da autora: “O livro veiculava as idéias produzidas pelos teóricos do partido e o jornal as popularizava. A doutrina mantinha-se viva para o integralista graças à materialização através do jornal”. (CAVALARI, 1999, p. 79)

Em nossa opinião, essa relação não é direta, pois a produção teórica não é simplesmente transposta para o militante através dos periódicos. Pelo contrário, a teoria sofre uma grande transformação entre as páginas impressas dos livros para os jornais e revistas. Como isto se estabelece?

Em realidade, o jornal tinha o papel de garantir a imagem de uma unidade ideológica, que na prática não existisse. Por que fazemos esta afirmação? Como já falamos anteriormente, os teóricos tinham certa liberdade de ação e isto acarretava divergências. Dentro de uma concepção política democrática, a diferença de pensamento é a base em que se alicerça a sociedade, mas num movimento político de inspiração fascista, que tem os princípios de ordem, disciplina, hierarquia e uma imagem de unidade como pontos fundamentais, qualquer discordância de cunho ideológico ou doutrinário pode colocar em risco a própria existência do grupo.

E aí está uma das principais faces da imprensa do movimento integralista: a de contenção de dissensões internas.

Podemos observar que, simplesmente, as divergências ideológicas e de pensamento eram suprimidas. Desta forma, ao militante chegava a imagem de “organismo perfeito”. Para ocupar o lugar das diferenças, estabeleceram um elemento em comum, que os autores centralizavam a sua atenção.

A imprensa integralista tinha como papel não apenas a doutrinação, mas também a difusão e a atração de novos adeptos. Como atesta Héglio Trindade, a oposição ao comunismo era a principal causa de adesão dos militantes na AIB, segundo sua pesquisa, atraía dois terços dos militantes (TRINDADE, 1974, p. 160). Não é ao acaso que o anticomunismo tornou-se o elemento mais repetido nos jornais, perdendo apenas para o próprio integralismo. Contudo, quando observamos a produção dos teóricos, percebemos que nenhum deles se dedica exclusivamente ao comunismo em suas obras. Mais significativo ainda é quando observamos os autores modificarem sua própria visão teórica, entre os livros e seus textos publicados nos jornais. Como podemos observar nas tabelas abaixo (OLIVEIRA, 2011:99-100):

Tabela 2: Textos de Plínio Salgado - nº de matérias: 47

Matérias (1)	%	Referências (2)	Soma 1+2	%
Anticomunistas 23	71,86	Anticomunistas 16	42	50,60
Antiliberais 8	25	Antiliberais 14	39	46,98
Anti-semitas		Anti-semitas		
Antipluripartidárias		Antipluripartidárias	1	1,2

		1		
Anticapitalistas 1	3,24	Anticapitalistas 1	1	1,2
Total de matérias = 32 (100%)		Soma total = 83 (100%)		

Tabela 3: Textos de Miguel Reale - n° de matérias: 19

Matérias (1)	%	Referências (2)	Soma 1+2	%
Anticomunistas 10	55,55	Anticomunistas 5	15	51,72
Antiliberais 7	38,88	Antiliberais 5	12	41,37
Anti-semitas		Anti-semitas		
Antipluripartidárias 1	5,55	Antipluripartidárias	1	3,44
Anticapitalistas		Anticapitalistas 1	1	3,44
Total de matérias = 18 (100%)		Soma total = 29 (100%)		

Tabela 4: Textos de Gustavo Barroso n° de matérias: 17

Matérias (1)	%	Referências (2)	Soma 1+2	%
Anticomunistas 15	51,72	Anticomunistas 3	18	43,9
Antiliberais 5	17,24	Antiliberais 5	10	24,39
Anti-semitas 9	31,03	Anti-semitas 3	12	29,26
Antipluripartidárias		Antipluripartidárias		
Anticapitalistas		Anticapitalistas 1	1	2,43
Total de matérias = 29 (100%)		Soma total = 41 (100%)		

Os dados destas tabelas são significativos, pois cada um dos autores tinha posicionamentos diferenciados e também nenhum deles tinha o comunismo como preocupação central. Dentre eles, Plínio Salgado é o que maior atenção dá ao comunismo, contudo é vinculado à oposição ao liberalismo, ou seja, dentro da sua obra comunismo e liberalismo são inimigos extremamente perigosos, mas em esferas diferenciadas. Enquanto o comunismo seria a ameaça externa que tentaria se apoderar do país e destruir os valores sociais, culturais e religiosos do povo brasileiro, o liberalismo encarnaria todos os males, que colocava em risco a sociedade brasileira. Ambos eram perigosos e teriam de ser derrotados pela concepção integralista. Mas, ao olharmos a produção do autor nos periódicos, há uma preponderância de mais de setenta por cento de matérias anticomunistas sobre apenas vinte e cinco por cento das antiliberais. Podemos notar aqui, objetivamente, esta diferenciação entre o teórico e o doutrinário.

Miguel Reale é o autor que menos se preocupa com o comunismo na parte teórica. Em suas discussões sobre a concepção de Estado, o liberalismo era o que tinha maior destaque, ainda, dentro da sua visão, o “Estado Integral” deveria superar o liberal, que o autor acreditava ser a base do Governo Provisório de Vargas. Por isto, não tinha grande preocupação com a “ameaça vermelha”, porque no momento em que o integralismo tomasse o poder, dentro de sua lógica, automaticamente o comunismo seria derrotado, pois o “Estado Integral”, pela força que teria, impediria a ação comunista. Entretanto, nos jornais o autor coloca o comunismo como a principal ameaça, com mais de cinquenta e cinco por cento, sobre menos de quarenta do liberalismo.

Por fim, Gustavo Barroso, cuja obra é marcadamente anti-semita, nos jornais abdica de seu arquiinimigo para dar atenção especial ao comunismo. Para o autor, todos os males da sociedade ocidental seriam vinculados à ação do judaísmo internacional, que seria responsável, através da especulação internacional de capitais, por todas as diferenças sociais, financeiras e políticas e também responsáveis pelo comunismo internacional. Todavia, nos jornais, o comunismo representa mais de cinquenta por cento de toda a sua produção, enquanto o judaísmo pouco mais de trinta por cento. No quadro abaixo, podemos perceber as divergências presentes entre os três principais líderes do movimento.

Tabela 5: Quadro comparativo da produção teórica de intelectuais integralistas

Assunto	Plínio Salgado	Gustavo Barroso	Miguel Reale
<i>Comunismo</i>	Tema central: principal inimigo e grande força antagônica do integralismo	Tema secundário: comunismo apresentado como ardil judaico para dominação mundial	Tema secundário: comunismo seria facilmente derrotado quando o liberalismo fosse destruído
<i>Liberalismo</i>	Tema central: liberalismo abria espaço para o comunismo (por esta razão tinha grande importância)	Tema secundário: liberalismo apresentado como ardil judaico para dominação mundial	Tema central: principal inimigo e obstáculo para formação do “Estado Integral”
<i>Capitalismo</i>	Importância moderada: mas podia ser domesticado se afastado dos “defeitos” do liberalismo	Tema secundário: capitalismo apresentado como ardil judaico para dominação mundial	Tema central: pois era a base do sistema liberal, mas podia ser domesticado se afastado dos “defeitos” do liberalismo
<i>Judaísmo</i>	Pouca importância: algumas referências esparsas e analogias	Tema central: judaísmo seria a principal ameaça da	Pouca importância: algumas referências esparsas e analogias.

		civilização ocidental e estaria arquitetando um plano de dominação mundial	
Fascismo	Aliado espiritualista frente ao comunismo e ao liberalismo. Mas integralismo era apresentado como independente do fascismo	Integralismo e fascismo são a mesma coisa	Integralismo seria a versão brasileira do fascismo
Religião (Cristianismo)	Tema central: parte considerável de sua obra é centrada no caráter religioso	Grande importância: uma das “frentes de defesa” contra o judaísmo	Pouca importância: raramente citado em suas obras
Família	Tema central: família seria a <i>célula mater</i> da sociedade e, por isto, deveria ser protegida, assim como a pátria, dos perigos do materialismo	Importância moderada: citado principalmente quando queria mostrar o que os judeus fariam quando dominassem o mundo	Pouca importância: raramente citado em suas obras
Tipo de produção	Divulgação e Doutrinação	Divulgação e Doutrinação	Teoria e Doutrinação

A leitura dos textos de Salgado, Reale e Barroso nos mostra que eles não abandonam completamente seu pensamento (entre suas obras e suas publicações nos jornais). Mas no momento em que selecionam um elemento central comum entre eles, suas diferenças teóricas perdem importância aos olhos dos militantes. Até porque seus pontos de vista ficam imersos em um grande conjunto de matérias, cujo tema central é voltado ao combate ao comunismo e também ao crescimento do integralismo.

Assim, o jornal servia como um elemento de padronização de pensamento integralista mesmo que os teóricos tivessem pontos de vista diferenciados. Ao leitor, era selecionado, dentro do conjunto teórico, aquilo o que ele deveria ler. Por isto, afirmamos que não havia uma relação direta entre a teoria (livros) e a doutrinação (jornais e revistas). Isto não significa que não havia um elo entre estes dois elementos na transmissão da ideologia integralista.

Abaixo, discutiremos a produção teórica presente nos livros.

A produção teórica

Iniciamos esta parte fazendo algumas considerações sobre os livros integralistas, nas quais utilizamos o termo “produção teórica”. *Grosso modo*, para estabelecer uma diferenciação entre livros e periódicos, colocamos os primeiros como produção teórica e para os demais como doutrinação. Todavia, devemos fazer algumas ressalvas, pois esta separação deu-se devido a algumas características peculiares de cada fonte e também para facilitar a visualização. No tocante aos livros, há uma diferenciação entre livros de divulgação (voltados a explicar o que é o integralismo) e como deviam se portar os militantes do sigma e os de discussão do integralismo enquanto ideologia e estrutura de Estado. Já os jornais seguem quase que exclusivamente o padrão de doutrinação e difusão do integralismo, com duas exceções: a revista *Panorama*, voltada para a discussão teórica, e o jornal *Monitor Integralista*, uma espécie de “diário oficial” integralista.

O período entre 1933 e 1934 é marcado por uma definição daquilo que viria a ser o integralismo, ao mesmo tempo em que fica restrita apenas aos três principais líderes a produção teórica: Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale. A partir do ano de 1935, porém, ocorre um aumento significativo, não apenas na produção destes três, como surgem novos autores, além de obras que passam a se preocupar em verificar o integralismo, não somente enquanto movimento político, mas também como ideologia e estrutura de Estado.

Plínio Salgado e Gustavo Barroso: divulgadores de uma nova doutrina

A primeira obra explicando o que era a AIB foi *O que é integralismo*, de Plínio Salgado, no início de 1933, poucos meses depois do *Manifesto de Outubro*. Agora nos deteremos com bastante atenção neste livro, pois ele apresenta um elemento que é a base fundamental de toda a produção integralista: a constituição de uma *identidade política* para o movimento. Na apresentação do livro, o autor mostra ao leitor uma “nova proposta” diante das dificuldades sociais que assolavam o Brasil. Nas suas palavras:

Brasileiro modesto, que trabalhas e sofres, este livro te pertence. Bem sei da tua apreensão, de tua inquietude, quando no silêncio da noite, vendo tuas filhas e teus filhos dormirem, tremes pelo destino que os espera. Pensas, naturalmente, que a sociedade pode desabar no sorvedomo extremista, pois os tempos andam carregados de ameaças.

O fruto do teu trabalho como a lembrança da tua honra de nada poderão valer tua prole, que estimas tanto. (SALGADO, 1933, p. 9)

Como pode ser observada, a apresentação do seu livro é bastante abrangente, com o objetivo de abarcar uma grande parcela da sociedade. Além disto, suas palavras destinadas aos “chefes de família” objetivavam mostrar um caminho seguro em uma época de incertezas. Não esqueçamos que o Brasil havia passado por uma grande crise econômica em 1929 e ainda se recuperava dos seus efeitos, e ainda passou por dois momentos políticos conturbados (Revolução de 1930 e Revolução Constitucionalista). Isto gerava certa instabilidade social, dos quais o discurso de Salgado tentava aproveitar-se. Diante deste quadro, dois grandes perigos se colocavam diante do povo brasileiro.

Se a vida se torna mais difícil, - pobres crianças! - que será delas? Se vamos para o comunismo e a anarquia - infeliz geração! - terá de submeter-se a uma ordem moral que não é a tua... Se continuamos a ser uma Pátria dividida em Estados que lutam pelo Poder Federal, novas guerras civis chacinarão teus meninos quando forem moços! Sei quanto te atormentas, patrício, nas horas em que as dificuldades da vida te dizem que alguma coisa está errada, no governo. (SALGADO, 1933, p. 9-10)

Após apresentar estes dois caminhos, procura esclarecer ao leitor a necessidade de uma mudança, pois se permanecesse impassível, abria espaço para o comunismo, que “subverteria a ordem”; ou para o liberalismo, que através da descentralização e do “jogo” das oligarquias, levaria ao caos e ao conflito. Por esta razão, haveria a necessidade de algo que garantisse a manutenção dos valores sociais diante destes problemas. Para isto, um “novo pensamento”, diverso das “forças perniciosas”, seria a solução.

O autor estabelece um elo entre os problemas nacionais e os militantes. A possibilidade de defesa frente à ameaça dos supostos inimigos da Nação só poderia ser feita pelos cidadãos que aderissem ao integralismo e fizessem destes adversários os seus próprios. Ao leitor e “aspirante” integralista também ficava o encargo de difundir a idéia, atraindo para a AIB novos militantes. O livro é destinado às camadas populares, de forma simples: “A presente exposição da doutrina integralista eu a faço para as massas populares, procurando ser o mais simples possível, evitando terminologias difíceis e me desembaraçando das malhas do eruditismo” (SALGADO, 1933, p. 16). Pois, “este livro pertence ao operário das cidades e aos trabalhadores do campo, ao

soldado e ao marinheiro, ao estudante que ainda não atingiu os cursos superiores, aos pequenos proprietários, aos pequenos comerciantes, aos animadores das modestas iniciativas agrárias ou industriais” (SALGADO, 1933, p. 16).

Desde o primeiro capítulo, esclarece ao leitor que a base do integralismo é a concepção de vida espiritualista (discussão presente no segundo capítulo) em oposição ao materialismo. “Durante toda a marcha da Humanidade, dois conceitos de vida e de finalidade se revezaram, ou se antepuseram, ou se conciliaram, de um ponto de vista formal, para de novo se separarem nesta luta do Espírito, que acompanhou paralelamente o combate econômico.” (SALGADO, 1933, p. 19)

Em oposição a essas forças, o integralismo seria a “luz”. Garantiria a sobrevivência dos valores cristãos da sociedade ocidental e impediria a sua destruição. Segundo o autor, “a concepção integralista do mundo, como a própria palavra está indicando, considera o universo, o homem, a sociedade e as nações, de um ponto de vista totalitário, isto é, somando todas as suas expressões, todas as suas tendências”. Assim, “fundindo o sentido materialista do *fato* ao sentido interior da *idéia*, subordinando ambos ao ritmo supremo espiritualista e apreendendo fenômeno espiritualista e apreendendo o fenômeno social segundo as leis de seus movimentos” (SALGADO, 1933:19).

A partir disto, Plínio Salgado delineia um conceito importante aos integralistas:

O sinal que adotamos nos uniformes dos “camisas-verdes” e na bandeira do integralismo (sigma) indica em matemática o símbolo do cálculo integral. Quer dizer que a nossa preocupação é somar tudo, considerar tudo, nem nos perdendo na esfera exclusiva da metafísica, nem nos deixando arrastar pela unilateralidade do materialismo. (SALGADO, 1933, p. 28)

Esta definição é importante e demonstra uma diferenciação fundamental em relação ao materialismo, pois enquanto o integralismo agregaria valores e construiria uma nova sociedade, seus inimigos principais, isto é, comunismo e liberalismo, apenas desagregariam e destruiriam as sociedades.

Haveria, em suma, estas três concepções. A marxista estaria baseada em fórmulas, segundo ele, ilusórias: o “determinismo materialista”, a “proletarização das massas”, a “socialização dos meios de produção”, a “ditadura do proletariado”, os “direitos da coletividade”. Já dentro da liberal existiria a “causa pública”, a “voz das urnas”, a “moralidade administrativa”, o “civismo”, as “massas eleitorais”, a “luta dos partidos”, e a “igualdade, liberdade, fraternidade”. Para o autor, seriam apenas formas

ilusórias de dominação e controle. Logicamente, a única alternativa seria a terceira concepção, a integralista.

Não entrando nos méritos da possibilidade ou não de aplicação deste projeto integralista, observamos que, enquanto discurso, tinha uma base palpável diante da realidade da época. Até porque este Estado liberal que Salgado aponta era uma crítica direta ao Governo Provisório (do ponto de vista nacional), que segundo sua visão estava organizado enquanto Estado liberal, pois de um lado tinha derrotado o liberalismo oligárquico em 1930, mas lançava as bases do liberalismo financeiro e industrial, de outro. Em resumo, para Plínio Salgado, o integralismo tinha como objetivo a suplantação de um modelo político em que o Brasil estava imerso, e para superar o projeto anterior, só poderia ser feito se fossem abandonados os seus defeitos ou as causas da sua decadência.

A segunda obra que define o integralismo é *O integralismo em marcha*, do escritor e membro da Academia Brasileira de Letras Gustavo Barroso. Publicado ainda em 1933 e seguindo um padrão muito semelhante ao de *O que é integralismo*, apresenta uma constante contraposição entre integralismo e liberalismo e comunismo. Esta contraposição segue um padrão bastante didático como podemos notar no trecho a seguir:

O Estado liberal, embora faça concessões de toda a natureza premindo pelos imperativos das circunstâncias, defende unicamente o capital. O Estado soviético, nas mesmas condições, unicamente defende o trabalho. O Estado Integral defenderá a harmonia e a cooperação do capital e do trabalho dentro de uma ordem espiritual. A grandeza e a realidade de seu poder atingirá uma profundidade que os outros jamais alcançarão. Porque ele, como seu próprio nome indica, é a integral de uma nova organização, o resultado de todos os valores, a soma de todas as atividades e, conseqüentemente, ao invés do *piorador*, o melhorador em que todos confiam e que todos devem estimar. (BARROSO, 1933, p. 83)

A aversão a estes se faz presente logo na apresentação da obra:

Moços do meu Brasil: O crepúsculo que Barbusse previu logo depois da grande guerra alastra pelo mundo as suas sombras tristes. O liberalismo impotente e hipócrita agoniza. O credo comunista cria duas humanidades, declarando que nem a morte apaga o antagonismo entre o operário e o burguês. Mais horrendo que o fantasma das discordâncias civis, se ergue o espectro da guerra de classes. Ao embate das contradições, o nosso país corre para o naufrágio. Só a mocidade, que é o futuro, lhe resta a tábua e salvação, somente ela é capaz de renová-lo, como ao som da Giovanezza, reformou a Itália, concertou Portugal e redimiu a Alemanha. (BARROSO, 1933, p. 9)

Podemos perceber a mesma visão antimaterialista de Salgado: a fragilidade e impotência do liberalismo e a ameaça comunista. Ainda a oposição entre essas duas forças, através do antagonismo de classe levando a nação à ruína. Ou seja, o mesmo tipo de discurso.

A diferença fundamental entre as obras é o acréscimo, como podemos notar na última frase da citação acima, da influência do fascismo no integralismo. É importante ressaltar que Plínio Salgado em nenhuma de suas obras estabelece uma relação entre integralismo e os seus congêneres europeus. Pelo contrário, sempre procura colocar o integralismo como acima de influências externas. Embora em algumas ocasiões coloque o integralismo em um mesmo patamar dos demais fascismos (dentro de uma lógica de frente espiritualista) contra o comunismo e o liberalismo. Contudo, tanto Gustavo Barroso quanto Miguel Reale colocam o integralismo como uma espécie de fascismo, mesmo que ressaltem as diferenças com os movimentos da Europa. Desta forma fica sempre dúbia a posição dos integralistas frente à aceitação ou não da influência do fascismo.

Outra característica adotada por Barroso que encontraremos posteriormente é um apelo religioso bastante acentuado.

Mas dentro da visão de Gustavo Barroso, qual seria a posição do integralismo diante do fascismo?

Alguns escrevinhadores imbecis, sem cultura para entender nossa missão e nosso raciocínio, a cada passo nos chamam de imitadores do fascismo ou plagiadores do hitlerismo. Não somos imitadores e plagiadores de um ou outro, como não o é o grande movimento dos camisas azuis que Mosley desencadeia na velha Inglaterra. Somos simplesmente ramos da mesma árvore, filhos da mesma doutrina, resultados da mesma concepção totalitária de universo. (BARROSO, 1933, p. 89)

Ao defender-se das críticas, Barroso, diferente de Salgado, que sempre defendeu a independência diante de outros movimentos fascistas, coloca o integralismo como tendo a mesma base e a mesma concepção de outras expressões do fascismo que surgiam em escala global.

Ou seja, para Barroso o integralismo não passaria de mais uma reação das forças nacionais, igualmente a outros movimentos de orientação fascista, em resposta ao liberalismo e ao comunismo. Em resumo, o *integralismo em marcha*, que o autor apresenta aos leitores, era em realidade a marcha de um movimento global de oposição

à velha estrutura liberal do ocidente e também à nova “onda bárbara vermelha” do oriente.

A Plínio Salgado e Gustavo Barroso coube a “missão” de divulgar as idéias, assim como estabelecer, neste início da AIB, a identidade política que seria o “ponto” de encontro dos integralistas. Contudo, o estabelecimento teórico da “nova” ideologia que surgia ficou ao encargo do jovem advogado paulista Miguel Reale, que se converterá no principal teórico do movimento.

*Miguel Reale: o início da teorização*ⁱⁱ

As duas primeiras obras de Reale, publicadas ainda em 1934, são complementares e, dadas as devidas proporções, seguem um padrão semelhante a *O Capital*, de Karl Marx. Por que fazemos esta analogia? Devido ao fato de os autores fazerem um estudo, utilizando desde o pensamento político, social, histórico e econômico, para compreender o funcionamento do capitalismo através da luta de classes, dentro de uma lógica de sua superação por um novo modelo que seria o comunismo. Este é um resumo bastante superficial e grosseiro, mas serve ao nosso propósito. Traçamos este paralelo, porque o líder “camisa-verde” faz algo semelhante em *A formação da política burguesa: introdução ao Estado Moderno* e *O Estado Moderno*.

No primeiro, analisa a formação do pensamento e da sociedade burguesa (e capitalista) desde a sua formação até o final do século XIX. Em *O Estado Moderno* reflete sobre o pensamento que se tornou preponderante no século XIX, e o fascismo do princípio do XX. Esta escrita estaria marcada pela visão de sua geração diante do liberalismo que havia se arraigado durante o século XX e que mostraria todas as contradições nos conflitos do princípio do século XX. Acrescido a isto, haveria um grande vazio ideológico, que seria um reflexo do período liberal.

Sua visão sobre o Estado burguês ineficiente pode ser resumida na seguinte frase: “As histórias do Estado burguês revelam claramente uma contradição fundamental entre o princípio e a ação, entre a doutrina pregada e os atos efetuados” (REALE, 1934, p. 89). Em outras palavras, o liberalismo seria o regime do engodo, no qual as massas populares sempre estariam enganadas pelos poderosos, que se aproveitariam de um Estado fraco e mínimo para garantir suas riquezas e o seu domínio social.

Diante da fragilidade do Estado, que negaria sua função de controlar a economia, perderia, desta forma, a sua força diante dos grupos econômico-financeiros do mundo. A partir disto, o capitalismo teria assumido o verdadeiro poder em uma escala evolutiva. Inicialmente, teria ocorrido uma primeira fase quando o capitalismo se internacionalizou, desde o triunfo das revoluções burguesas até 1860. A segunda seria a era do imperialismo e do colonialismo. A última seria vivenciada pelo autor no período do pós-guerra, que controlaria todas as economias globais, retirando e esvaziando a noção de nacionalismo. “Neste terceiro período do capitalismo, urge reunir as forças nacionais em defesa verdadeira da Nação. Defender a Nação significa combater violentamente o capitalismo” (REALE, 1934, p. 123). E esta seria a luta das forças nacionalistas. “Perceberam, em suma, que a luta anticapitalista deve se travar nos quadros das Nações, segundo as exigências do capitalismo integral.” Em outras palavras, seria uma luta dos movimentos fascistas em cada país.

Ao fazer uma análise ponderada de todos os pontos arrolados por Miguel Reale sobre o liberalismo, temos a noção de que sua oposição não é em específico ao capitalismo, e sim à fragilidade do Estado liberal. Para ele, o Estado deve ser forte e não mínimo, além de interventor e regente da sociedade (e não apenas coordenador da mesma). Necessitaria promover um capitalismo interno em coerência com os capitalisms internos das demais nações (nacionalistas), que não seriam regidas pelas leis do capital e sim por leis “orgânicas” ditadas pela chefia das nações fortes.

Nota-se que em Miguel Reale a preocupação com o socialismo/comunismo era secundária, pois os mecanismos que teriam levado ao triunfo do liberalismo seriam os mesmos dos “vermelhos”. Assim, no momento em que os fascismos conquistassem o poder sobre os escombros do liberalismo, o comunismo, por consequência, seria derrotado.

Semelhante à construção identitária de Plínio Salgado, Reale constrói o seu texto na mesma lógica. Nas partes que acabamos de analisar, apresenta o liberalismo (e seus defeitos). Nas duas seguintes, discute o fascismo/integralismo. Ou seja, ele vai apresentar aquilo que é o fascismo, com base naquilo que conceituou como liberalismo, dentro de uma lógica de *identidade política*.

Apontamentos finais

A definição mais simples do fascismo foi apresentada por Benito Mussolini em uma frase: “Nada contra o Estado, nada fora do Estado, nada acima do Estado”. Ou seja, o Estado fascista era um Estado forte, centralizado e interventor. Como apontou Gilberto Vasconcelos, a diferença entre o fascismo europeu (fascismo italiano e nazismo alemão) do brasileiro (integralismo) é que no primeiro a práxis antecedeu a teoria, e o segundo teorizou-se para que depois se tentasse a tomada do poder.

Ao analisar a produção “teórica” do movimento integralista percebemos havia tanto uma preocupação com a definição do que era o integralismo através da construção de uma “identidade” ao movimento como a doutrinação dos seus militantes. Também percebemos que não havia uma unidade plena da ideologia integralista. Ao contrário, existia três “matrizes” de pensamento, capitaneadas por Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale.

Porém, como sendo um movimento de orientação fascista, a figura do líder se fazia presente e era a visão de Plínio Salgado a que ganhava maior destaque e era universalizada aos militantes através da imprensa periódica do movimento. Ao mesmo tempo, a visão de que a Ação Integralista Brasileira era uma organização totalizante e que era apresentada como a única força nacional capaz de defender o país da ameaça estrangeira (seja o comunismo, o liberalismo, judaísmo ou as sociedades secretas).

Em última análise, o integralismo seria o coordenador de todos os pontos da sociedade, desde os morais até os religiosos e culturais. Controlaria a economia, tutelaria toda a organização estatal, e também as organizações profissionais, a base social do Estado Integral, hierarquizado em torno do partido único e comandado pelo líder supremo, o “Chefe Nacional”.

Referências:

- BARROSO, Gustavo. *O que o integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Schimdt, 1933.
- BERTONHA, João Fábio. *Sobre a direita. Estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo*. Maringá: Eduem, 2008.
- _____. *Fascismo, nazismo, integralismo*. São Paulo, Ática, 2005.
- _____. *Bibliografia orientativa sobre o integralismo*. Jaboticabal: Funep, 2010.
- CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional: a Ação Integralista Brasileira no Maranhão*. São Paulo: Anna Blume, 1999.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSP, 1999.
- CRUZ, Natália dos Reis. *Integralismo e a questão racial*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2004.

- GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Sob Medida, 2011.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; Parada, Maurício B. Alvarez (Orgs). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos, Nacional Sindicalismo, Nazismos, Fascismos*. Recife: Editora da UFPR, 2010.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. In: *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, v. 8, n. 11, 2002, p. 59-71.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *O inimigo mortal do sigma: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira*. Rio Grande: Pluscom, 2011.
- PAYNE, Stanley G. *Historia del fascismo*. Barcelona: Editorial Planeta, 1995.
- REALE, Miguel. *O Estado Moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.
- _____. *Formação da política burguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.
- SALGADO, Plínio. *O que é integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933.
- _____. *Psicologia da Revolução*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2ª edição, 1935.
- SILVA, Giselda Brito (Org.). *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: Editora UFRPE: 2007.
- SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício. (Orgs.). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos, Nacional Sindicalismo, Nazismo e Fascismos*. Recife: Editora UFRPE, 2010.
- TRINDADE, Héliogio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. São Paulo: DIFEL, 1974.
- VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ⁱ O conceito de revolução que utilizavam estava vinculado a uma concepção de transformação social, política e econômica, através de uma nova concepção de Estado. Tinham presentes a noção de “marcha” em direção a esta nova sociedade, baseada nos princípios do movimento. Este pensamento “revolucionário” foi a base da própria “Nota Política” em seus ataques aos partidos políticos, às velhas oligarquias e ao próprio Governo Provisório de Getúlio Vargas. Contudo, a concepção revolucionária integralista vai perdendo força de acordo com o seu crescimento, até o abandono completo, sendo substituída pela via do sufrágio, a partir do registro da AIB como agremiação política e com a sua participação nos pleitos de 1935, 1936 e a candidatura de Plínio Salgado às eleições presidenciais no ano de 1937, que não ocorreram devido ao golpe de estado que reafirmou o poder de Vargas.

ⁱⁱ Miguel Reale não foi o primeiro intelectual do movimento a fazer uma abordagem teórica. Em *Psicologia da Revolução*, de 1933, Plínio Salgado discute o conceito de revolução com o objetivo de aplicá-lo (ou enquadrá-lo) naquilo que denomina “Revolução Integralista”. Mas o texto não busca discutir o que é o integralismo (que aparece apenas na última frase do livro). Este texto foi o único ensaio que Salgado escreveu em busca de uma teorização. Não citamos na parte anterior, pois ele diferia do contexto e achamos melhor citá-lo agora. Também não faremos uma análise do seu conteúdo, pois o autor se atém ao tema de definição conceitual que não nos interessa discutir no presente momento.

O INTEGRALISMO E AS MENSAGENS COMOVENTES NA IMPRENSA MILITANTE: A NOVELA, A PROFECIA E A MORTE

THE BRAZILIAN INTEGRALISM AND EMOTIONAL MESSAGES: THE *FEUILLETON*, THE PROPHECY AND THE DEATH

Rafael ATHAIDESⁱ

Resumo: O presente artigo analisa as manifestações discursivas de militantes da Ação Integralista Brasileira em torno do universo afetivo, mais especificamente, o uso de mensagens comoventes por meio dos periódicos do movimento na década de 1930. Para tanto, o estudo elegeu três diferentes manifestações de mensagens comoventes para a análise, no intuito de ilustrar as estratégias pelas quais os jornalistas do fascismo brasileiro almejavam insuflar as emoções de seus militantes e/ou de potenciais novos adeptos. A primeira delas é uma narrativa em forma de novela, que versa sobre a conversão de um sertanejo ao movimento integralista; a segunda, uma descrição espetacular de um evento ‘sobrenatural’, envolvendo o ente metafísico máximo dos fascismos, a nação; por fim, a terceira compreende um conjunto de narrativas produzidas em torno de práticas ritualísticas da AIB ligadas à morte. Utilizou-se, para tanto, o jornal integralista curitibano *A Razão*, de 1935, além de pequenos excertos do jornal nacional da AIB, *A Offensiva* de 1934 a 1937.

Palavras-Chave: Ação Integralista Brasileira; afetividades políticas; imprensa integralista.

Abstract: This article analyzes the discursive manifestations of Brazilian Integralists militants around the affective universe, specifically, the use of emotive messages through the movement’s newspapers of the 1930s decade. Therefore, the study chose three different manifestations of emotive messages for the analysis, in order to illustrate the strategies which journalists of Brazilian fascism aim to increase the emotions of its members and / or potential new fans. The first is a narrative as a *feuilleton*, that deals with converting a backwoodsman to the integralist movement; the second, a spectacular description of a ‘supernatural’ event, involving the supreme metaphysical entity of fascism, the nation; Finally, the third are narratives produced around Integralists practices related to death. It was used in this study the integralist newspaper *A Razão*, published in 1935, as well as the national newspaper of AIB, *A Offensiva*, published between 1934-1937.

Keywords: Brazilian Integralist Action; political affectivity; integralist press.

Transformemos a ideia Integralista em sentimento Integralista.

Manifesto integralista aos estudantes do Paraná, 1935

No estudo clássico de Marilena Chauí sobre a Ação Integralista Brasileira, a filósofa sugeriu que, em inúmeros de seus discursos, o movimento fascista nacional se utilizou amplamente de imagens, em detrimento de conceitos (CHAUÍ, 1978). Acrescentemos a isso, que a AIB se valeu amplamente de *imagens comoventes*, cujo

ⁱ Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR - Brasil. Professor de História Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: rafael.athaides@gmail.com.

objetivo primordial e por vezes declarado era a mobilização das afetividades em intensidade, ao invés de reflexões rebuscadas. Não sustentamos, com isso, que tais reflexões estivessem ausentes em todo e qualquer discurso integralista/fascista. Invariavelmente, por mais estranhas que fossem, as construções conceituais dos fascistas se mostravam recheadas de certa lógica interna para fins de convencimento, o que exigia uma reflexão rasa. Contudo, somente essas construções não explicam a capacidade do tipo particular de adesão passional que o integralismo, enquanto fascismo, suscitava.

É fato que muitos adentravam à AIB, sem mesmo conhecer aspectos elementares da doutrina; em outras palavras, sem fazer qualquer reflexão mediana sobre ideias, programas, ou seja lá o que saísse da boca dos militantes, oradores ou jornalistas. Os próprios líderes sabiam disso e tentavam explicar o fato ‘naturalizando’ a adesão:

Ha muita gente que diz, que inúmeros integralistas entram para as fileiras do Sigma, sem saber o que é o Integralismo... É muito natural... Todo o mundo sabe também, que quando um indivíduo entra para um colégio, ali ele aprende, que é mamífero e vertebrado. Mas, vertebrado e mamífero, ele já era desde que nasceu... (A RAZÃO, 17 mai. 1935, p. 4).

Abordaremos, no presente artigo, três diferentes recursos discursivos para a criação de imagens comoventes, utilizados pelos jornais de militância da Ação Integralistas Brasileira, nos anos 1930: a construção de uma novela escrita, as elaborações sacralizantes, em tom profético, em torno da nação e algumas narrativas em torno da morte.

A novela

Entendemos a imagem – ou mensagem – comovente, como a ‘teatralização’ ou a ‘emotivação’ do conceito (nesse campo é impossível escapar do neologismo). Nesse sentido, nada mais teatral do que o uso de certos gêneros literários. Tomemos como exemplo um conjunto de escritos publicados no hebdomadário integralista *A Razão*, em 1935, de Curitiba. Os textos abordam um ponto fundamental do programa integralista/fascista: a unidade nacional (ou o antifederalismo). Sobre esse assunto, um discurso qualquer, visando o convencimento, poderia elaborar assertivas ‘universais’ do tipo: ‘as barreiras alfandegárias estaduais são um entrave para o crescimento econômico

nacional' e, a partir disso, discorrer densamente sobre o tema, levantando ponderações sobre os problemas de uma política fiscal interestadual em um bloco geográfico coerente.

Não obstante, o jornal integralista preferiu apresentar o tema em forma de novela, publicada em 4 longos capítulos, em edições diferentes e recheada de imagens telúrico-emotivas, cujo cenário falava diretamente aos homens circunscritos a certas localidades dos sertões paranaenses/brasileiros. Os textos foram divulgados no *A Razão*, nos seguintes números (com seus respectivos títulos): nº 8 (“Enquanto o chimarrão corre...”), nº 11 (“Filhos da Campanha”), no nº 13 (“Está resolvido!”) e no nº 17 (“Desabafando...”). São capítulos recheados de altas doses do típico nacionalismo telúrico e econômico pliniano, além do tradicional anticomunismo primário.

A ‘novela’ foi criada por um escritor local, além de Chefe Municipal Integralista, Antonio Alceu Araújoⁱ, e só se torna a nós inteligível em seus efeitos comoventes, se os capítulos forem lidos em sequência e sem prévia informação sobre seus personagens; ou seja, da mesma maneira com que a maioria dos leitores teve contato. Em síntese, a novela apresenta a história ‘fictícia’ da conversão à AIB de um sertanejo de nome Xanduca, um matuto dos campos de Palmas (município do extremo Sul do Paraná, que conta com uma geografia peculiar: um planalto de temperaturas baixas). Xanduca recebera a visita de seu primo, outro matuto de nome Venâncio, recém converso ao Integralismo, filiado ao núcleo da cidade mais próxima; depois de longa prosa, o personagem principal decidiu, num lampejo, encilhar o cavalo e ir à cidade com o primo jurar fidelidade à AIB. Depois de assustar Venâncio com a decisão repentina, Xanduca apresentou longa explicação para sua disposição política: tentara vender gado a um paulista, que desistiu da compra no último momento, quando soube que o vendedor não poderia arcar com as despesas alfandegárias. Pela extensão dos textos não será possível reproduzi-los aqui, mas tentaremos apresentar ao leitor uma síntese que contenha os elementos emotivos que pretendemos iluminar no discurso integralista.ⁱⁱ

Em “Enquanto o Chimarrão corre...”, de 22 de junho de 1935, Alceu descreve uma roda de chimarrão de “fazendeiros” de Cruzeiro do Sul (hoje Joaçaba), região contestada por Paraná e Santa Catarina, que “proseavam” sobre os “absurdos” do imposto sobre a cabeça de gado. Em certo momento “a prósa, que começara tão amena e cordial, se azedára [...] surgindo um natural sentimento de revolta, de aversão ao regime vigente” (A RAZÃO, 22 jun.1935, p. 5). Um “amuado” integrante da roda se manifesta contra a falta de assistência do governo, que se lembrava dos sertanejos

apenas em época de eleição: “e aquella matte, que principiára tão bom, tão gostoso, já amargava no correr desta conversa desoladora e dolorosa, mais real, mas tyrannicamente real” (A RAZÃO, 22 jun.1935, p. 5).

A roda é interrompida, no fim da tarde, pela presença de um cavaleiro, vindo da “coxilha fronteiraça”: “É o Venancio. Vem da cidade”. Venâncio, personagem-chave da trama de Alceu – aqui ainda um simpatizante –, é prontamente inquirido pelos homens da roda sobre “esse partido novo” que surgiu na cidade, pelo que responde:

- Ah, o Integralismo?! Pois para lhes dizer a verdade, o que eu sei é que elle é a fala lá na cidade. E está forte. Conta com gente bôa. Tem séde e está trabalhando com fé. – Pois olhe, diz outro, eu li um manifesto do Chefe, e gostei do seu conteúdo. – Mas será que é assim mesmo? – É sim, retorquiu, positivo, o recémchegado; tive oportunidade de falar com o Chefe e outros camisas-verdes e fiquei convencido da sinceridade da sua pregação. – Tomára que sim! Só assim a nossa vida ha de melhorar. – Melhora, lhes garanto! Exclamou o disposto sympathisante. O Integralismo é a salvação do Brasil. Ai de nós se elle não vencer! Virá o communismo. – O communismo? Nem diga! – Sim, o communismo, pois a tal de Aliança Nacional Libertadora nada mais é que o communismo disfarçado. Descaradamente mascarado. Podem crer! Assisti a uma sessão e fiquei sabendo cada coisa (A RAZÃO, 22 jun.1935, p. 5).

A partir de então, Venancio entra no assunto que circulava na roda de chimarrão antes da sua chegada, trazendo a panaceia do Integralismo:

E Saibam mais: o Integralismo combate as barreiras entres os Estados, acabará com esse absurdo imposto de Estado para Estado, como si a gente passasse de um paiz para o outro, como si não estivessemos sempre dentro da nossa querida Patria. Então, poderemos vender livremente os nossos gados, os nossos productos. A nossa situação melhorará. Seremos amparados pelo Governo. Teremos representação. Teremos força. Teremos, em summa, uma realidade, um valor dentro da Patria. Os outros ouviam-no em silencio, bem impressionados, dominados pela fala convincente do ardoroso catechumeno. E uma suavidade bonacheirona pousou sobre aquelles corações judiados, dando lugar a que um comentasse com acerto: - Arre! Que essa tua nova nos consola de muita contrariedade, de muita descrença; nos enche de coragem (A RAZÃO, 22 jun.1935, p. 5).

Em “Filhos da Campanha”, Venancio, já converso ao Integralismo, realiza uma visita ao primo Xanduca na fazenda e, entre abraços e prosas, percebe o matuto acabrunhado, como não lhe era de costume: “Mas aquella dia a fronte sympathica do Xanduca se anuviou um instante [...]. Aquilo foi rápido; mas deu para o Venancio notar que alguma coisa se passava no intimo daquella alma bôa e simples dos campos” (A

RAZÃO, 12 jul. 1935, p. 2). Xanduca insistiu para que Venancio ficasse na fazenda por algumas horas para “desabafar”, mas o jovem alegava ter um compromisso inadiável na cidade:

Vou jurar!

– Jurar?!

– Ué, mas que admiração é essa!

– Então você não sabe? Não ouviu dizer que ando por toda campanha, já há tempo, a fazer como um apóstolo, a pregação do Integralismo? Já falamos mesmo a respeito dele.

– Sim, Venancio, eu sei de tudo isso, mas você vai jurar de verdade?

– Ora dá-se home! Que duvida! Não vou, já estou indo! É hoje de noite, si Deus não mandar o contrario.

– Bom, agora eu é que faço empenho de não lhe preterir (A RAZÃO, 12 jul. 1935, p. 2).

Num súbito de entusiasmo, Xanduca decide fazer o mesmo, mas oculta o fato de seu primo, que dormia na relva, enquanto o matuto preparava o cavalo:

– Pois é, monologava o Xanduca, enquanto olhava, enternecido, para o amigo que cochilava – eu também vou, que diabo! A gente precisa ser homem! E depois si o Integralismo é mesmo como diz Venancio, a gente tem até obrigação. É um dever dos brasileiros. Dos caboclos de brio! Então isto póde continuar assim? É só imposto e mais imposto. E nada! O que o governo nos dá? Não nos protege, não nos ajuda em nada. E o communismo, ainda, a querer nos tomar o que é nosso. O que ganhamos dos nossos antepassados – o Brasil! Esse Brasil suado das Bandeiras. Esse Brasil marcado de cicatrizes das lutas da Conquista. Não. Qu’esperança! Esses patifes errarão o vão. Mostraremos com quantos páos se faz uma cangalha. Havemos de ver!... Está decidido, vou jurar também! (A RAZÃO, 12 jul. 1935, p. 2).

O penúltimo capítulo intitula-se “Está resolvido!” e trata dos momentos anteriores à viagem para a cidade e o juramento de Xanduca ao Integralismo. Aqui o texto ganha contornos telúricos e novelescos, característica dos escritos de Alceu, com a descrição das atividades cotidianas da fazenda (como o tradicional “café com mistura” da tarde) e de uma paisagem quase viva:

Depois, olhou a vastidão ampla e sossegada da campanha larga que, desacorçoada, dormitava debruçada no alto das coxilhas altaneiras. Estas, activas, aprumadas, continuavam a balisar as distancias perdidas na lonjura, por sua vez afogada nas brumas longinhas do sertão azul-negrejando lá longe, prás bandas do sul... [...] (A RAZÃO, 30 jul. 1935, p. 4).

Xanduca se preparou, acordou seu primo, mas de pronto não lhe contou que iria “jurar”; inventara uma desculpa para ir à cidade junto com Venâncio. O início da viagem se deu no fim da tarde:

Havia de ser quatro e tanto quando montaram a cavalo. Aquellas quatro léguas, naquelles cavallos garantidos, elles fariam num pulinho. Cortavam chão aquelles animaes! E aquella noite, si Deus permitisse, jurariam! Pois Xanduca, embora o outro ignorasse, tambem ia com esse firme proposito. Seria, como o outro, tambem Integralista. Nada o demoveria dessa “tenção” (A RAZÃO, 30 jul. 1935, p. 4).

Finalmente, no capítulo 4 (“Desabafando...”), Xanduca revelou a seu primo, em meio ao caminho, que também iria à cidade “jurar” e os motivos da decisão:

Prósa vae, prósa vem, ás tantas, quando venciam um repecho forte do caminho, elle, animando-se, desembuchou serio, com a língua um tanto travada e a vóz tremida: Você nem calcula o que vou fazer na cidade. E o outro, naturalmente: – Não mesmo [...].
– [...] Vou pelo mesmo motivo que você vae.
– Como!
– Pois é o que lhe estou dizendo: também vou jurar [...] (A RAZÃO, 23 ago. 1935, p. 2).

Agraciado com a notícia, Venancio se sentiu recompensando e surpreso, mas sem coragem para inquirir o matuto sobre os motivos da decisão. A explicação veio por iniciativa própria de Xanduca:

– Você sabe bem que eu tinha uma ponta de vaccas gordas pra vender. Não vendi antes porque as ofertas foram baixas. Pois bem, vá escutando: há de fazer duas semanas, me appareceu lá em casa o Tancredo Sizudo, que você conhece, e me fez um bôa proposta: dava 150\$000 pela vaccaria. Quanto ao preço, ficamos certos. Só dependia da vista do gado. Si agradasse, estava feito o negócio. Mostrei-lhe a vaccaria, que estava na internada “Pinheiro Sózinho”, e elle se agradou muito, Pediu-me um pequeno refugio, no que não puz duvida, e lá mesmo, no rodeio, fechamos o negocio [...] (A RAZÃO, 23 ago. 1935, p. 2).

O ponto de inflexão na negociação se deu quando o comprador perguntou se receberia o “gado guiado”, por aquele preço. “Guiado”, significava descontado de impostos, em virtude da guia de recolhimento interestadual. Para Xanduca, a partir de então, o negócio se tornou desfavorável, pois teria que pagar 24\$000 por cabeça, o que reduziria drasticamente o lucro.

Prefiro, a fazer maú negócio, perder o engorde do gado. Então eu hei de me sujeitar a esse abuso? Era só o que faltava! Não darei esse

gosto... Vendo o gado na minha casa, nada tendo que ver com as complicações dessa divisa, que só serve pra dar dôr de cabeça na gente [...] (A RAZÃO, 23 ago. 1935, p. 2).

Em seguida, Xanduca subtraiu a culpa ao comprador e explicou: “Ora seu Tancredo [...] Nós somos as vítimas! O culpado, o único culpado é o Governo, que criou, só pra nos sacrificar, essas barreiras absurdas” (A RAZÃO, 23 ago. 1935, p. 2). Voltando ao tempo narrativo da caminhada e da prosa, o contrariado homem da campanha foi direto ao ponto: “tenho ou não razão de querer jurar? Pois o Integralismo não promete acabar com essas barreiras idiotas?” (A RAZÃO, 23 ago. 1935, p. 2).

Depois de muito lamento e de exclamações de “barbaridade!”, Xanduca foi “serenando”, confortado pelas verdades e esperanças de mudança do Integralismo:

Não ha de ser nada! Pra que é que veio o Integralismo? Não foi pra acabar com tudo isso? Com essa inconsciência do regime actual? Com essas barreiras contra-mão? Que só têm uma serventia: agravar ainda mais a animosidade existente entre Estados irmãos, que vivem em rixas constantes, um querendo ser mais que o outro, cada qual procurando lograr, prejudicar o visinho. E nós venceremos! Somos a rebeldia massacrada de uma Nação mal servida e descontente, Agora já somos invencíveis. Porque o nosso guia supremo é Deus! [...] (A RAZÃO, 23 ago. 1935, p. 2).

Para concluir a história, Alceu lançou mais alguns parágrafos de descrição minuciosa de uma ‘campanha viva’ e finalizou associando “aquella viagem [à] caminhada gloriosa do Integralismo!”:

Os dois vultos, sumindo-se ao longe, depois de terem vencido todos os contra-fortes da jornada, personificavam o proprio Integralismo!... o Integralismo, transpondo todas as dificuldades e chegando afinal ao seu Destino!...” (A RAZÃO, 23 ago. 1935, p. 2).

Num dos últimos números do *A Razão*, Araújo sugeriu que personagem Venâncio era um militante real, de nome Venâncio Milhomens, uma espécie de “pregador dos campos”, que atravessou a campanha divulgando o Integralismo por regiões ermas (A RAZÃO, 23 out. 1935, p. 5). Nesse ponto, as trajetórias de Venâncio e de certo militante palmeano, de nome Juvenal, parecem ser a mesma.ⁱⁱⁱ Se Venâncio Milhomens nunca existiu, certamente Juvenal serviu de inspiração para o matuto de mesma fé. Qual não foi a reação dos leitores ao saberem que um homem com tal desprendimento existia? Esse talvez seja o grande efeito de sentido dessa novela: a

revelação da sua ligação com a vida real. Aos palmeanos, que conheciam Juvenal, o efeito pode ter sido ainda maior.

A profecia

Os inúmeros traços dos fascismos advindos do universo religioso são notáveis. O historiador britânico Roger Griffin (2008) chegou a postular afinidades entre os símbolos e ritos cívicos fascistas e seus ‘predecessores’ durante a Revolução Francesa, cujo Festival da Razão de Robespierre pode ser citado como exemplo máximo. Os Festivais da Federação e da Razão, os Altares Patrióticos, as Cocardas tricolores, as Árvores da Liberdade, ícones amplamente utilizados após 1790, compunham um complexo simbólico da prática política criado pela Revolução, que visava manter o caráter numinoso do símbolo e do rito na esfera do político – com a característica peculiar de prescindir da divindade concreta, em favor da Razão (HUNT, 2007). Os fascistas prescindiram das divindades concretas, mas, ao invés da razão, lhes superpuseram cultos cívicos fundamentados nos mitos telúricos e nos heróis passados. Os integralistas acrescentaram a isso, contraditoriamente, o catolicismo.^{iv}

A “sacralização da política” (LENHARO, 1986), no Integralismo, por sua vez, se processou complexamente e é muito provável que se tornasse mais abundante em metáforas sacras se tivesse se apossado do poder. As tradicionais festas cívicas nacionais, como o 7 de setembro, eram amplamente ritualizadas, ganhando um sentido mais profundo de culto sacro, que o sentido que já lhe atribuiu o nacionalismo corrente (por si só, já imbuído de numinosidade). Isso se dava por meio da combinação dos tradicionais signos pátrios (depois de certas adaptações, como no Hino Nacional) com os novos signos criados pelo Movimento e combinados com formas litúrgicas e signos católicos.

A título de exemplo, o militante Jorge Lacerda (à época estudante de medicina, futuro governador de Santa Catarina) descreveu um verdadeiro ‘ato de contrição’ pessoal para o 7 de setembro de 1935: “Dentro de cada coração ergue-se um altar onde recolhidamente, o brasileiro se ajoelha, para rezar as suas preces mysticas, para cantar os hymnos sagrados das grandes lithurgias cívicas!” (A RAZÃO, 06 set. 1935, p. 1). Lacerda, na continuação do texto acima citado, passou de uma dissertação para uma oração, no sentido religioso do termo, porém, direcionada à divindade secular/telúrica. Ao se reportar aos que renegaram a pátria (tanto os que o fizeram pela condição de

“miseria”, ou “alma” dilacerada, quanto os que abraçaram o “ouro de Moscow ou de Rotschild”), Lacerda deprecou:

Oh meu Brasil! Eles não têm culpa. Forças ocultas interesseiras agitaram-nos, fazendo-os descrentes das nacionalidades e das Patrias. Eles que necessitam de ti, oh Brasil, porque necessitam de uma Patria, seguem os falsos messias de doutrinas falsas, indivíduos muitas vezes ricos, que não precisam das Patrias, porque podem viver burguesamente em qualquer dellas! (A RAZÃO, 06 set. 1935, p. 1).

O universitário prosseguiu, aprofundando a comparação em meio à sua prece:

O “Dia da Patria” para a Nação, é como o Dia do Natal para a Família Christã. E tú, oh Brasil, celebrarás o “Dia da Patria”, como celebram os lares pobres e as choupanas tristes o seu Natal modesto. Tu és pobre, não tens dinheiro, não tens crédito, não tens a força das grandes potencias, és tão ridicularizado. 7 de setembro é teu Natal! E o teu Natal é igual ao Natal dos lares humildes. Tu bem sabes por que... [...] (A RAZÃO, 06 set. 1935, p. 1).

Essas formas simbólicas, com requintes do catolicismo, apareceram também no discurso ao Reitor da Universidade do Paraná, em 7 de setembro de 1935. Naquela data, os acadêmicos integralistas – tinham bom trânsito entre alguns professores e administradores da UPR – inventaram uma cerimônia para presentear instituição com a bandeira nacional. O reitor, Dr. Victor do Amaral, recebeu uma comissão de camisas-verdes e pareceu ter acolhido “com entusiasmo” a ideia, como disseram os militantes: decidiu que a entrega da bandeira faria uma cerimônia da própria Universidade (a inauguração de dependências da Faculdade de Medicina) (A RAZÃO, 23 ago. 1935, p. 1).

O mais entusiasmado militante, Jorge Lacerda, foi escolhido para a cerimônia do oferecimento da bandeira, quando todo um ritual foi encenado nas ruas, quase competindo com os desfiles cívicos tradicionais do 7 de setembro. Centenas de integralistas se agruparam na Sede Provincial, no centro de Curitiba, para conduzirem a bandeira até a Praça Santos Andrade (sede da UPR), passando pela Rua XV de Novembro, onde cantaram ardentemente em todo o trajeto: *Avante, Avante, pelo Brasil toca a marchar / Avante, avante, Nosso Brasil vai despertar*, o hino integralista. A chuva levou todos para o salão nobre e Lacerda tomou a palavra:

Dr. Victor do Amaral, vimos deante de vossa veneranda ancianidade [sic], oferecer a Bandeira do Brasil, neste dia, em que os brasileiros entoam as grandes liturgias cívicas, deante do altar magnifico da

Patria, erguendo a hóstia sacrosanta desta Bandeira (A RAZÃO, 17 set. 1935, p. 6).

Na sequência desse discurso polêmico^v, o jovem falou como se recebesse a própria ‘mãe gentil’ em espírito (!), para que pudesse entregar aos “filhos” uma espécie de revelação, ou profecia:

[Ouço nesta solenidade] uma voz misteriosa e triste, que não [sei], si se [levanta] da terra ou si [desce] dos céus. E ella [diz]: “Meus filhos, eu sou a Patria que há 400 annos dorme embalada pelo calor dos trópicos! Hoje, que comemoro o anniversario da minha Independencia, devo dizer-vos, que ainda não sou completamente livre e independente! Sou preso a ignorância de 300.000.000 [sic] de meus filhos e ao depauperamento de 20.000.000 [sic] de brasileiros doentes, esquecidos na larga extensão verde de meus sertões abandonados! Sou preso á incultura geral que me mata e á falta de ideal que me aniquilla! Sou preso ás dividas dos gananciosos argentarios intenacionaes! Um dia [...] um jovem, meu filho, o genial Castro Alves, de quem disse, um meu pensador, que si o Amazonas cantasse deveria chamar-se Castro Alves, dirigiu ás dobras de minha Bandeira, essas estrofes de fogo, verberando a escravidão negra! [versos de Castro Alves foram recitados]. Hoje, que sou considerado colônia, povoada de escravos brancos, ainda ouço a rebeldia daquelles versos! Mas eu confio em vós, meus filhos, na grandeza da vossa bravura e na intelligencia dos vosso cerebros! E a vós misteriosa se cala! (A RAZÃO, 17 set. 1935, p. 6).

Elemento típico do universo religioso, a profecia vem aqui sacramentar ainda mais a relação do ente metafísico da adoração, a nação, e seus “filhos”. Entretanto, a situação *sui generis* da AIB requereu uma adaptação por parte do profeta: entre os mitos telúricos (típicos de todo fascismo) e o catolicismo (específico da AIB), o enunciador preferiu se referir aos dois para explicitar a origem da “voz misteriosa”: “não sei, se se levanta da terra ou se desce dos céus”. Deus e nação não podem falar no mesmo lugar, mas são igualmente sagrados para o fascismo católico brasileiro.

A morte: as vozes do além e o ato do “passamento”

Não é nenhuma novidade a potencialidade afetiva dos eventos que circundam o fim da vida humana, ou do fim imaginário da vida de entes imaginários (como a nação). Segundo José Gil, é característica do próprio discurso nacionalista, em geral, uma relação com a morte que engendra a ideia de perenidade da nação no tempo: “de facto se a nação nunca morre, é porque há sempre vivos que morrem por ela” (1989, p. 299).

Para além dessa ‘comum’ relação de todo nacionalismo com a morte, no Integralismo, os mortos e moribundos tiveram um papel fundamental nos discursos e nas práticas. Os defuntos, por assim dizer, estavam muito mais ‘próximos’ do militantes camisas-verdes do que de quaisquer outros militantes de partidos nacionalistas contemporâneos: os mortos ‘enviavam’ mensagens de admoestação do além e ‘ressuscitavam’ entre os camisas-verdes. Ao mesmo tempo, militantes moribundos se manifestavam passionalmente no instante do sopro final, para que as emoções daquele minuto mobilizassem outros em vida.

A despeito de todo o catolicismo do Movimento, o mesmo Antonio Alceu discursava abertamente sobre a nova geração integralista, não como descendente dos antigos bandeirantes, mas como “elles proprios, os antigos Bandeirantes resurrectos de seus tumulos veneraveis”, que se colocaram “a trabalhar de novo um Novo Brasil!” (A RAZÃO, 05 jul. 1935, p. 6).^{vi}

Jorge Lacerda, por sua vez, ao admoestar a inercia popular frente à “hora tragica” em que o país vivia, abriu os jazigos militares:

E nesta hora, em que 400.000 patricios já estão de pé, tenhamos a certeza de que, si nesta hora tragica na Nacionalidade, os brasileiros não se levantassem, continuando ‘deitados eternamente em berço esplendido’, **da lousa fria dos túmulos, se ergueriam revoltados, os fantasmas dos heróes das nossas batalhas que morreram sonhando com uma Patria maior. E eles, empunhariam o chicote das iras patrióticas, e ensinariam ao povo brasileiro a ter honra e a ter dignidade!** (A RAZÃO, 24 mai. 1935, p. 1, grifo nosso).

Em outro excerto, a mística indigenista foi explorada pelo mesmo Lacerda, resgatando ensinamentos históricos tupis e trazendo de volta o espírito de um chefe indígena para falar com os integralistas. O cacique “Cobra Feroz”, ou *Ararigboia* em tupi, indígena que participou da expulsão dos franceses do litoral carioca em meados do século XVI, voltou do além para conclamar:

“Oh brasileiros, ouvi a palavra selvagem de um antepassado vosso, que se levanta neste instante, para um appelo á honra e á dignidade de um povo! Eu vos conclamo patricios, contra as hordas vermelhas que pretendem atravessar o Atlantico, para macular o solo virgem da nossa Patria! Eu vos lembro, como incitamento, o heroismo dos meus legendarios índios, quando marchamos com estrondo sobre os invasores estrangeiros, provocando na natureza brasileira, uma trepidação verde de orgulho e de entusiasmo! Brasileiros, escutai-me. Arrancai da propria terra, o Symbolo e o estandarte para a lucha: envergai a camisa da côr das nossas mattas e desfraldai a bandeira da côr dos nossos céus!” (A RAZÃO, 05 jul. 1935, p. 2).

Vivificado como um característico ‘cacique fascista’, Ararigboia – por meio de seu avatar – levantou a possibilidade de exterminar seu próprio povo, caso ele se resigne em vestir e morrer pela camisa verde. Num surto narcísico, evocando as “forças da natureza”, o enunciador propôs o aniquilamento do outro, para não vê-lo diferente de si mesmo:

E, si isto não fizerdes brasileiros, que as aguas revoltas de todos os rios e do todos os oceanos inundem e suffoquem as terras do Brasil, para que desapareça para sempre, um povo que não soube viver com honra e que nem soube morrer com gloria (A RAZÃO, 05 jul. 1935, p. 2).^{vii}

Nos dois excertos de Lacerda, o do militar e o do indígena, o constructo integralista da nação brasileira é superior àquela coletividade humana que o subjaz. No primeiro, os heróis passados da pátria chicoteiam os homens punindo-os; no segundo, os exterminam. Sem usar maldições antepassadas, dez anos mais tarde vimos um chanceler ordenar a morte de seu próprio povo nos últimos dias de Berlim, em 1945. A justificativa? A mesma de Ararigboia: “um povo que não soube viver com honra e que nem soube morrer com gloria”.^{viii} Não sabemos o que viria depois da vitória integralista, nem cabem aqui altas conjecturas, mas é possível imaginar que alguns militantes integralistas, como Lacerda, sabiam que, cedo ou tarde, “o monstro [começaria] a devorar seus próprios filhos” (ARENDDT, 1989, p. 357).^{ix} O apego inelutável à lógica interna da ideologia tem o poder de “devorar [...] a substância original” da ideia (a “nação brasileira”, composta por pessoas), na medida em que é “posta em prática” (ARENDDT, 1989, p. 525).

Após a extinção da AIB, alguns militantes parecem ter alimentado essa sede de vingança contra seus pares, aqueles brasileiros que não souberam “viver com honra” na época do Integralismo. Num poema anônimo, que remete ao período da Segunda Guerra, encontrado no dossiê da DOPS sobre militante guarapuavano Antônio Lustosa de Oliveira, o autor não precisou de um Ararigboia para desejar a destruição dos “condidadãos”:

VINGANÇA DE UM JUSTO

Obedeci cegamente
Ao grande Chefe Tônico [Plínio Salgado]
Por isso mal não me fico
Com a integralista gente.
Odiado vou com a esperança
Que a nazi-nipo bonança

Mate os meus concidadões [sic];
Que a minha pátria, vencida,
Seja pisada e batida
Por facistas e nipões
(DOPS/PR, Pront. 360, fl. 7).

Outro elemento que nos chama a atenção no discurso ‘de morte’ da AIB é que, em muitos excertos, de fato, ele parece contrariar dramaticamente a própria doutrina católica e seus rígidos dogmas sobre a relação vivos/mortos (sem levar em conta as constantes ameaças mórbidas). Em dezenas de textos os camisas-verdes se colocam como portadores ou profetas das vozes genéricas de povos que ocuparam o Brasil pré-cabralino:

O Brasil até agora não viveu como está vivendo nas hostes dos “Camisas-Verdes”, que faz surgir a voz da terra nas raças anthropologicas do nosso povo, e, unidos, todos, a uma voz, cantam patrioticamente, apontando o novo caminho a seguir, caminho da gloria, sim, mas tambem, o trilho espinhoso do sacrificio. E a mocidade da Terra de Santa Cruz está a postos (A RAZÃO, 10 ago. 1935, p. 2).^x

Além das ‘vozes misteriosas’, Lacerda invocava corriqueiramente os heróis mortos da pátria. Para a comemoração da vitória na Batalha de Tuiuti, o General Osório, “o Centauro dos Pampas”, juntamente com uma miríade de “martyres, herois e sonhadores” saíram dos túmulos:

Camisas-verdes! No dia de hoje, evoquemos o espirito do Ozorio, o espirito tambem, de todos os heróes, que no fragor imortal das nossas batalhas, luctaram pela gloria o Brasil! Façamos esta evocação, nesta hora triste para a nossa Patria, em que os políticos pretendem lançar a discórdia e a indisciplina no nosso Exercito, neste instante em que o Brasil anda tão desacreditado no Extrangeiro! Evoquemos o seu espirito, nestes dias, em que os quarteis já não dormem sossegados, em que a Patria se desorganiza e em que o sinistro Capitalismo Internacional sonha com suas bandeiras negras, tremulando no topo das nossas alfandegas! Camisas-verdes dos sertões e das cidades, evoquemos tambem, o espirito imortal de todos os nossos martyres, heróes e sonhadores, que tudo fizeram para despertar uma Nação que dormia! (A RAZÃO, 24 mai. 1935, p. 1).

Os momentos anteriores ao passamento para a milícia do além e os rituais em torno do falecimento de militantes também receberam lugar de destaque na imprensa integralista paranaense. Algumas manifestações de militantes moribundos, com suas inusitadas e apaixonadas exigências, foram constantemente ventiladas no intuito de

abalar ou comover ‘os que ficaram’. No velório de um militante, assassinado em Bocaiúva por motivos não políticos, o Chefe Municipal Archias Pereira relatou:

O nosso extinto companheiro, não obstante seus 17 anos de idade e sua falta de cultura, era um ardoroso soldado do sigma, tanto que suas últimas palavras foram essas: ‘vou morrer... quero ser enterrado como integralista!’. Ele percebeu, na sua dupla visão, que para comparecer perante Deus, era preciso estar com o uniforme glorioso do soldado de Deus! (A RAZÃO, 12 jul. 1935, p. 5).

Longe de ser tema explorado apenas pelo *A Razão*, rastreamos o falecimento de militantes paranaenses, em relatos dramáticos, também no *A Offensiva*. Em 28 de fevereiro de 1935, o jornal carioca noticiou a morte do integralista João Henrique Costa:

Já affectado há tempos da moléstia que o victmou, Henrique Costa repetia sempre que, si fallecese, desejaria ser enterrado com o uniforme integralista e de acordo com o nosso ritual. Pois na terça-feira referida, a certa hora, sentido-se mal, envergonhou logo a camisa-verde não demorando a entregar a alma ao creador (A OFFENSIVA, 28 fev. 1935, p. 5).

Com teatralidade semelhante, no dia 20 de abril de 1935, o mesmo jornal divulgou as mortes de Werner Schrappe e Abílio do Vale. “O primeiro teve uma morte emocionante”, como a adjectivou o periódico:

Nos momentos lucidos que lhe precederam a agonia, tendo ao seu lado a sua esposa, a sua filhinha, seus paes e parentes, elle, naquele instante derradeiro da existência, não se esqueceu de seu Chefe Nacional, de seu Chefe Provincial, do Integralismo. Chamou o seu irmão, que é também camisa verde, e pediu-lhe que o auxiliasse a cantar o Hymno Integralista, que morria soffocado na sua garganta. No meio das lagrimas dos circumstantes, mandou chamar o Chefe Provincial dr. Vieira de Alencar. E pouco antes de entrar na agonia, num ultimo esforço, gritou: “Viva Plinio Salgado! Viva Plínio Salgado! (A OFFENSIVA, 20 abr. 1935, p. 1).^{xi}

Do mesmo modo, um idoso de Teixeira Soares, com 74 anos, não tendo tempo hábil para se converter ao Integralismo antes da morte, proporcionou um “scena impressionante de fé integralista”: “chamou todos os seus filhos e, com lagrimas ardentes, pediu-lhes – ‘Meus filhos, entrem no Integralismo. É a ultima vontade de seu velho pae!’ E calou-se, para logo após morrer” (A OFFENSIVA, 09 set. 1937, p. 3).

Talvez a riqueza em detalhes não nos permita duvidar de alguns desses ocorridos, mas não só isso nos leva a acreditar no exposto: o desprendimento do militante, mediante sua condição de entrega ao Movimento, é perfeitamente capaz de gerar tais manifestações. Afinal, que momento melhor que a morte para ‘eternizar’ sua

devoção, vestindo no último instante a camisa verde, cantando o hino integralista ou gritando com a voz rouca e sufocada “Viva Plínio Salgado”?

Se o instante da morte era importante, talvez não fosse mais significativo que aquilo que viria depois: “os integralistas não se esquecem dos mortos. Eles, ao contrário dos materialistas, reconhecem que o homem não é só matéria, mas espírito, alma, aquela coisa sublime que só sabem sentir os espiritualistas” (A RAZÃO, 08 nov. 1935, p. 5). O Integralismo estabeleceu uma reação psicológica, típica de inúmeras religiões, diante da finitude da vida: ritualizou-a no sentido da perpetuidade entre os que ficam,

Entre os rituais ligados ao pós-passamento, estava a “chamada” dos militantes falecidos. Nos funerais ou em ocasiões especiais, um militante chamava o nome do(s) defunto(s), pelo que todos os partidários reunidos respondiam: “presente”.^{xiii} Trata-se, na realidade, de uma egressão intrigante para a aporia da morte: os que morreram, além de integrarem a “Milícia do Além” (uma coisa pouco esclarecida por Plínio Salgado), permanecem vivos em todos os que ficaram. Hannah Arendt, refletindo sobre a experiência da morte e da violência nos campos de batalha, apresentou uma pertinente reflexão que se presta para compreendermos a relação entre a morte e o militante integralista (que nunca deixou de se sentir em um campo de batalha):

No que concerne à experiência humana, a morte indica um extremo de solidão e de impotência. Mas, confrontada coletivamente na ação, a morte muda de feição; agora, nada parece intensificar mais nossa vitalidade do que a sua proximidade. Algo de que nossa própria morte é acompanhada da imortalidade potencial do grupo ao qual pertencemos e, em última análise, da espécie, desloca-se para o centro de nossa experiência. É como se a própria vida, a vida imortal da espécie, alimentada, por assim dizer, pela morte contínua de seus membros individuais, estivesse em “expansão”, fosse realizada na prática da violência (ARENDDT, 2010, p. 87).

Numa cerimônia em homenagem à Heli Van der Broock, militante e líder pioneiro, Secretário Provincial de Organização Política, falecido um mês antes, a atmosfera ritualística foi trazida à cena por uma série de gestos e palavras. Circundado pelos familiares, o Chefe Provincial solenemente se dirigiu até um retrato do falecido coberto pela flâmula do sigma, descobrindo-o. Em seguida, passou a palavra a Jorge Lacerda, que encabeçou a chamada do companheiro “feita por três vezes”; em seguida discursou longamente sobre o “idealista sincero, batalhador incansável e companheiro” Van der Broock:

Naquele momento de profundo ardor cívico todos os olhares, sinceramente humedecidos, fitavam a photographia de Heli, como que, evocando, aquellos dias saudosos em que elle no trabalho quotidiano da S.P. de O.P., emprestava ao nosso movimento, toda a sua attenção e o seu tempo, na certeza de que estava trabalhando pela grandeza de uma Patria que tinha que ser forte e respeitada um dia (A RAZÃO, 22 jun. 1935, p. 4).

Após a fala de Lacerda e de alguns familiares, foi deixado, abaixo de uma fotografia de Van der Boock, um cartão com os dizeres: “HELI! Teu vulto, materialmente desaparecido, projecta-se no écran do futuro, como um modelo às gerações que hão de realizar a redempção do Brasil, ANAUÊ (A RAZÃO, 22 jun. 1935, p. 4).

O Dia de Finados também era oportuno para o Movimento mostrar sua concepção e ritualística em frente aos túmulos. Em 1935, os militantes de Curitiba se reuniram na Sede Provincial às 10 horas para seguirem em marcha aos cemitérios. Visitaram o cemitério Municipal, onde “de accordo com o ritual foi feita a chamada dos companheiros fallecidos, Heli Van Der Broock, Carlos Prochmann Junior, D. Guilermina Miró Alves e Manoel Lopes”; em seguida

Na Cruz das Almas, diante de uma grande multidão, os integralistas impressionaram os que alli estavam, pela profundeza do nosso ritual, rico de fisolofia e de verdade. Identica solenidade foi feita no Cemitério Lutherano, onde se procedeu a chamada do companheiro Werner Schrappe. Dahi, em automoveis, se dirigiram os integralistas ao Cemitério Agua Verde, onde [ilegível] foram lembrados [ilegível] companheiro Luiz Pizzato [ilegível] do Valle e Luiz [ilegível] que naquele campo repousam. No tumulo desses companheiros foram depositadas flores naturais (A RAZÃO, 08 nov. 1935, p. 5).

Além dos próprios militantes, figuras proeminentes da nação, do Estado ou do município, já mortas, consideradas heróis ou “proto-integralistas” (“integralistas antes do Integralismo”), também ganhavam perenidade e poderiam ter seus nomes “chamados” nas sessões ou em praça pública. Uma dessas chamadas ocorreu durante a inauguração do Núcleo Municipal da Lapa, que por sua história recheada de “sangue e heróis” era um prato cheio para os camisas-verdes manifestarem suas afetividades metafísicas:

Do Theatro local, os camisas-verdes acompanhados de grande massa popular dirigiram-se para a estatua do General Gomes Carneiro, onde Jorge Lacerda fez a chama daquelle bravo soldado brasileiro, a que todos responderam “presente”. Essa homenagem calou no fundo do coração do povo lapeano (A RAZÃO, 11 jun. 1935, p. 7).

Em Guarapuava, a 2 de setembro de 1935, Rocha Loures Sobrinho e Roberto Moreira dirigiram uma sessão integralista no cinema local, na qual fizeram a chamada dos “fundadores daquela prospera localidade”. Na verdade, os militantes haviam lido, pouco antes da sessão, um “album sobre Guarapuava” que narrava a vida e “o valor heroico” daqueles indivíduos: “não tiveram duvida em julgal-os como pertencentes às nossas legiões do além” (A RAZÃO, 17 set. 1935, p. 5).^{xiii}

Considerações finais

Num perene esforço para manter acesa a chama passional da militância, os jornais integralistas se utilizaram de inúmeras facetas do discurso emotivo. Algumas vezes, esse discurso se escorava nas próprias atitudes apaixonadas dos militantes, outras, em elucubrações pouco ou nada relacionadas ao mundo real.

As mensagens comoventes aqui expostas fizeram parte do universo do militante integralista paranaense e, certamente, de muitos camisas-verdes do Brasil como um todo. A novela, o tom profético e as representações em torno da morte e dos mortos são apenas três exemplos de um universo simbólico-afetivo ainda pouco explorado pela historiografia do movimento camisa-verde.

Talvez não seja de todo correto atribuir o epíteto de ‘estratégias’ a esses discursos, uma vez que eles não se inscrevem numa artificialidade absoluta. Foram escritos por indivíduos que se encontravam profundamente entregues à causa e à liderança carismática, de forma que se torna difícil, senão improdutivo, para a História, procurar neles uma pura instrumentalização. Não dispensamos com isso a análise dos intrincados caminhos do discurso. Salientamos apenas que, embora Plínio Salgado vislumbrasse um poder afetivo e amorfo na sociedade brasileira e quisesse utilizá-lo, canalizar essa força para os objetivos do Movimento requeria algo mais do que cálculos e táticas discursivas. Requeria antes uma alimentação mútua, uma retroalimentação, por assim dizer, entre a paixão do adepto e a elaboração de mensagens comoventes – principalmente por parte dos jornalistas-militantes do Movimento.

Referências:

- ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. 3ª ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.
ARENDDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 17-149.

GIL, José. Nação. In: *Enciclopédia Einaudi: Estado-Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989, p. 276-305.

GONÇALVES, Marcos. *As tentações integralistas*. Um estudo sobre as relações entre catolicismo e política no Brasil (1908-1937). 2009. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

GRIFFIN, Roger. The Fascination of Fascism. A Concluding Interview with Roger Griffin. In: FELDMAN, Matthew; GRIFFIN, Roger. *A Fascist Century*. Essays by Roger Griffin. Londres: Palgrave Macmillan, 2008, p. 203-2016.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1986.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Ideologia Curupira: Análise do Discurso Integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Fontes

A OFFENSIVA, n. 42, Rio de Janeiro, 28 fev. 1935.

A OFFENSIVA, n. 49, Rio de Janeiro, 20 abr. 1935.

A OFFENSIVA, n. 588, Rio de Janeiro, 09 set. 1937.

A RAZÃO, n. 11, Curitiba, 12 jul. 1935.

A RAZÃO, n. 15, Curitiba, 10 ago. 1935.

A RAZÃO, n. 17, Curitiba, 23 ago. 1935.

A RAZÃO, n. 19, Curitiba, 06 set. 1935.

A RAZÃO, n. 20, Curitiba, 17 set. 1935.

A RAZÃO, n. 25, Curitiba, 23 out. 1935.

A RAZÃO, n. 27, Curitiba, 08 nov. 1935.

A RAZÃO, n. 3, Curitiba, 17 mai. 1935.

A RAZÃO, n. 4, Curitiba, 24 mai. 1935.

A RAZÃO, n. 5, Curitiba, 31 mai. 1935.

A RAZÃO, n. 6, Curitiba, 11 jun. 1935

A RAZÃO, n. 8, Curitiba, 22 jun. 1935.

A RAZÃO, n. 10, Curitiba, 05 jul. 1935.

A RAZÃO, n. 13, Curitiba, 30 jul. 1935.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO PARANÁ. Prontuário 0360, *Antonio Lustosa de Oliveira*, Top. 294, Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná.

MONITOR INTEGRALISTA, n. 18, Rio de Janeiro, 10 abr. 1937.

Notas:

ⁱ Médico e escritor localmente conceituado, hoje patrono da cadeira nº 7 da academia palmense de letras, Alceu de Araújo ganhou rapidamente espaço no *A Razão*. Mais tarde chegaria a publicar alguns de seus textos no *A Offensiva*, do Rio de Janeiro.

ⁱⁱ As citações da novela estão em português de época.

ⁱⁱⁱ Juvenal, adjetivado pelos integralistas como “peão indonito”, fazia em Palmas um incansável trabalho de propagação de material integralista. Caminhava “leguas para disseminar a propaganda integralista, fazendo do seu pingó a tribuna donde grita, vestindo a camisa-verde, à campanha palmeana”, como propagou o *A Razão* (A RAZÃO, 17 mai. 1935, p. 3). Em outra ocasião, o jornal teceu agradecimentos efusivos ao ‘pregador da campanha’: “Cumpra salientar mais uma vez a intrepidez, a coragem e o entusiasmo do nosso Juvenal, o paladino brônzeo da idéia do Sigma, que percorre zonas immensas na propaganda do Integralismo” (A RAZÃO, 31 mai. 1935, p. 5).

^{iv} Ainda não foram estudadas a fundo as relações entre a origem da doutrina pliniana e o Integrismo Católico, surgido em finais do século XIX na Europa e que teve considerável influência no Brasil. Embora não haja qualquer prova de que Plínio tenha se aproveitado do conceito para dar nome à sua Doutrina, algumas semelhanças são evidentes. Primeiramente, os inimigos materialistas da AIB e do Integrismo são praticamente os mesmos; ao mesmo tempo, a proposta pliniana integradora e avessa a certos aspectos da modernidade se coaduna com a definição do Integrismo (ainda que careça de adaptações para o campo político). Segundo Marcos Gonçalves, “o integrismo representa uma atitude no sentido de impregnar de catolicismo todas as esferas da vida social, converter o Estado à égide de um fundamento católico, preocupando-se em atacar e coibir os impulsos verificados nos fenômenos plurais da Modernidade” (2009, p. 35).

^v Como o próprio jornal descreve, “estavam presentes na Universidade, inumeras autoridades civis e militares e lentes cathedraicos”. Estava claro, pela situação, que o entusiasmo dos militantes – que foram cantando *Avante* até a porta da UPR – acirraria os ânimos da imprensa e de alguns participantes da solenidade. A chuva levou a cerimônia da sacada para o Salão Nobre da Universidade, onde Lacerda, vestindo a camisa-verde, discursou: “Ao finalizar a sua oração, o companheiro universitário pediu permissão aos presentes, mesmo aos que tivessem ideias diferentes dos seus, que os academicos integralistas que enchiam completamente o Salão Nobre, levantassem uma saudação ao Brasil e ao Pavilhão Nacional. Esta saudação poderia ser representada por “vivas”, mas os integralistas, ao envez de dizerem “vivas”, dizem “anauês”. Foram levantados então, três vibrantíssimos anauês, dentro do salão, saídos das gargantas dos moços integralistas” (A RAZÃO, 17 set. 1935, p. 1 e 6). Alguns catedráticos presentes manifestaram contrariedade ao acontecimento, juntamente com parte da imprensa. O “Diário da Manhã”, ao contrário, publicou o discurso de Lacerda para evitar “interpretações as mais descontraídas”. Passado o burburinho provocado pelos “anauês”, o professor Fernando Azevedo hasteou a bandeira, a convite do Reitor, enquanto “os bravos e intrepidos universitários camisas-verdes, cantaram com os braços estendidos a primeira parte do Hymno da Patria!” (A RAZÃO, 17 set. 1935, p. 1).

^{vi} Alguém poderia argumentar contra nossas assertivas, apontando que se tratava apenas de ‘discurso eloquente’. Aqui pouco importa, até porque lidamos com um movimento fascista (majoritariamente cristão), para o qual discurso e prática tinham o mesmo nível de importância.

^{vii} Gilberto Felisberto Vasconcellos já havia chamado a atenção para o olhar totalitário do Integralismo sobre o constructo de ‘povo brasileiro’: “pouco importa se a ideologia do caráter nacional autoendeusa ou deprecia os atributos de um povo. O componente totalitário é o mesmo. Na doutrina integralista, a imagem abstrata de nossa essência coletiva oscila entre os enunciados pessimistas, de teor apocalíptico, e afirmações laudatórias, ufanistas” (VASCONCELLOS, 1979, p. 63).

^{viii} “No fascínio exercido pela morte no nacional-socialismo, existia [...] a tendência para instalar a presença da morte na própria vida, impregnando-a do desejo de destruição e de auto-destruição [...]. Neste sentido, o nazismo poder ser considerado a consequência extrema deste processo de irradiação dos mortos pelo Estado e da incapacidade de lhes dar um novo lugar na construção simbólica da nação. Assemelha-se a um desvio psicótico (paranoico) do nacionalismo: apanhado pela vertigem da impossível identificação (com outro eu), é levado ao assassinio, sendo incapaz de operar o ‘retorno’ simbólico-terapêutico; procurará, daqui em diante, o seu território no real, na proliferação patológica do seu corpo, na anexação e na guerra de extermínio” (GIL, 1989, p. 301).

^{ix} Essa afirmação, em que se sustenta a destruição ou a punição dos brasileiros não-ínsito ao Movimento, não era exclusiva de Lacerda. Ao contrário, figura em vários outros textos do *A Razão*. Num deles, intitulado “Hora Sinistra” (!), de autoria anônima, o redator ameaçou “todos aqueles espiritos fracos e combalidos, indignos deste século portentoso, porque não possuem a coragem de se afirmar e de suportar a tortura milagrosa dum Ideal [...]”: “Porém, impassíveis como viveram até aqui, serão tragados amanhã, na hora em que se desferir a maior batalha dos tempos, e esquecidos para sempre, ao alvorecer duma nova pátria, que ressurgirá como marco indestrutível duma nova Civilização, dando ao mundo as supremas reivindicações humanas!” (A RAZÃO, 12 jul. 1935, p. 3).

^x O último trecho nos permite identificar uma contradição imanente ao discurso indigenista da AIB: ele se coloca como portador das vozes do passado indígena, mas sua expansão se baseia na imagem dos

bandeirantes paulistas (os maiores assassinos de índios): as vozes são indígenas, mas os jovens são da “Terra de Santa Cruz”, nome dado pelos brancos.

^{xi} Na lápide de Schrappe, no Cemitério Luterano, foi colocado um sigma, arrancado mais tarde, segundo o *A Offensiva*, por “perversos comunistas”. Como de costume, os integralistas organizaram uma cerimônia para a fixação de outro sigma, agora em bronze, doado pelo *A Razão (A Offensiva)*, n. 84, 21/12/1935, p. 3).

^{xii} A oração completa, segundo os protocolos da AIB era a seguinte: “no Integralismo ninguém morre! Quem entrou neste movimento imortalizou-se no coração dos Camisas-Verdes! Ao companheiro fulado de tal três Anauês! E todos respondem: Anauê, Anauê, Anauê!” (*MONITOR INTEGRALISTA*, 10 abr. 1937, p. 12). Note-se que a exclusão de um integralista do Movimento era considerada também como morte. Na cerimônia de exclusão, parecida com a da “chamada”, uma autoridade dizia: “Integralistas! Nosso companheiro (fulado de tal) é morto”; os presentes respondiam: “seja esquecido” (*CAVALARI*, 1999, p. 172).

^{xiii} Os “bandeirantes” proto-integralistas eram Antonio da Rocha Loures e o Padre Francisco das Chagas Lima; além deles, foram chamados da ‘outra vida’ na ocasião as “figuras impressionantemente históricas de Pedro Siqueira e Visconde de Guarapuava” (*A RAZÃO*, 17 set. 1935, p. 5). Obviamente, a atitude pode ser lida como uma estratégia para conquistar a simpatia local, mas aqui suas razões subterrâneas pouco importam.

“NÃO É VERGONHA NENHUMA SERMOS DUZENTOS MIL”: VIVENDO NA ILUSÃO COM OS VERDADEIROS NÚMEROS DO INTEGRALISMO. O PRP COMO RESPOSTA À NOVA REALIDADE DO BRASIL

“THERE IS NO SHAME IN BEING TWO HUNDRED THOUSAND”: LIVING AN ILLUSION WITH THE TRUE NUMBERS OF INTEGRALISM. THE PRP AS AN ANSWER TO THE NEW BRAZILIAN REALITY

Leandro Pereira GONÇALVES¹
Alexandre Luís de OLIVEIRA²

Resumo: Após quase oito décadas do fim oficial da Ação Integralista Brasileira (AIB), podemos ser levados a pensar que o assunto já contou com uma investigação completa e que o tema já foi exaustivamente problematizado. A AIB percorreu vários estados brasileiros e criou um acervo burocrático de grande proporção que, mesmo com a destruição de vários documentos, ainda traz à tona fatos reveladores para o estudo do integralismo. Este ensaio pretende trazer à luz um tema ainda pouco discutido pelos estudiosos: a identificação de quantos brasileiros se filiaram ao integralismo, visto que a historiografia lança números imprecisos, entre 500 mil a 1.500.000. A investigação busca auxiliar na compreensão quantitativa e contribuir com novos estudos sobre a AIB.

Palavras-Chave: Plínio Salgado; Integralismo; Partido de Representação Popular; Militantes.

Abstract: Almost eight decades after the official ending of the Brazilian Integralist Action (Ação Integralista Brasileira - AIB), we might be led to thinking that this subject had been thoroughly researched and exhaustingly problematized. AIB was present in many Brazilian states and created a bureaucratic collection of such large proportions that, even after the destruction of various documents, it continues to bring forth revealing facts for the study of Integralism. This essay aims to bring to light a lesser discussed topic: identifying how many Brazilian people joined Integralism, given the imprecise numbers found in historiography, ranging from five hundred thousand to a million and a half. This research focuses on quantitative data in order to contribute to new studies about the AIB.

Keywords: Plínio Salgado; Integralismo; Party of Popular Representation; Militants.

De 200 mil a 1 milhão e meio: o integralismo e a historiografia

Os estudos sobre o integralismo têm recebido a atenção de historiadores que pretendem analisar o surgimento e a organização daquele que é considerado o primeiro movimento de massa do Brasil. Embora existam vários trabalhos sobre o tema, algumas

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com estágio no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e com pós-doutoramento pela Universidad Nacional de Córdoba (Centro de Estudios Avanzados/Argentina) – Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) E-mail: leandro.goncalves@puers.br.

² Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com estágio no Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), da Universidade Católica Portuguesa. E-mail: alexandreoliveiraluis@gmail.com.

lacunas ainda podem ser observadas. Plínio Salgado, chefe da Ação Integralista Brasileira (AIB), almejava conquistar o comando do Brasil, para isso, não poupou esforços para arregimentar um grande número de adeptos ao integralismo. Entretanto, podemos confiar nas fontes deixadas pelos integralistas? A discrepância entre os números oficiais de adeptos indica o cuidado que se deve ter nas investigações dos arquivos integralistas. Afinal, quantos militantes integralistas existiram no Brasil nos anos 1930? 500 mil? 1 milhão? 1 milhão e meio de integralistas? Esse é um questionamento que o pesquisador do integralismo, constantemente, tem feito nos últimos anos. A resposta é uma imprecisão, pois não há disponível para o pesquisador nenhum tipo de censo ou quantificação do número exato de camisas-verdes, restando apenas o discurso oficial difundido pela secretaria de propaganda da AIB e vinculado aos jornais e revistas do movimento, que hoje estão disponíveis para o pesquisador.

No ano de 1985, a cidade de Rio Claro, interior de São Paulo, recebeu a doação de todos os documentos pessoais e políticos das mãos da viúva de Plínio Salgado, Carmela Patti Salgado, e assim construiu o Fundo Plínio Salgado, no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro (APHRC/FPS). A partir daí, a cidade foi transformada em “Meca” para o pesquisador do integralismo. Na documentação contida no arquivo, verificaram-se manuscritos inéditos, documentos pessoais, materiais do movimento integralista e várias correspondências (CAMPOS; DOTTA, 2013). Dentre essas correspondências, há uma em especial, reveladora, que será analisada no decorrer do ensaio.

Não há pesquisador que não tenha esbarrado em nomes como Héglio Trindade (1979), José Chasin (1999), Gilberto Felisberto Vasconcellos (1979) ou Marilena Chauí (1985). Sem dúvida, o ponto de partida para um pesquisador do integralismo está no estudo realizado pelo cientista político Héglio Trindade, nos anos de 1967 a 1971, na *Université Paris I (Panthéon-Sorbonne)* denominado: *L’Action intégraliste brésilienne: un mouvement de type fasciste au Brésil*. Com a conclusão, a tese foi traduzida e publicada no Brasil, em 1974, sob o título: *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Esse estudo promoveu a entrada da temática no meio acadêmico, sendo responsável por tornar conhecido o movimento, além de ter sido alvo de novas interpretações.

Após o citado estudo, houve o desenvolvimento de novas pesquisas acerca do integralismo nas ciências sociais, trabalhos que tiveram como aporte a crítica à tese de Héglio Trindade. A primeira pesquisa a contrapor foi o clássico estudo de José Chasin,

que, no ano de 1977, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, defendeu a tese de doutoramento *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. Nela criaram-se novas concepções para analisar o integralismo de Plínio Salgado, questão que provocou diversos debates entre o autor e Trindade. A tese, que foi publicada no ano de 1978 com o mesmo título, teve o intuito de analisar o pensamento de Plínio Salgado dentro de uma concepção dialética lukacsiana. Ainda em 1977, ocorreu na Universidade de São Paulo a defesa de doutorado intitulada *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*, escrita pelo cientista social Gilberto Felisberto Vasconcellos. Publicada em 1979, criou, sob a orientação do Professor Doutor Gabriel Cohen, uma terceira via de análise do pensamento integralista, remetendo a questões relacionadas ao movimento modernista, grupo a que pertenceu o líder da AIB, Plínio Salgado. Fechando as pesquisas e leituras referentes ao integralismo na década de 1970, tem-se o estudo da filósofa Marilena Chauí, que, para o livro *Ideologia e mobilização popular*, datado de 1978, escreveu o capítulo “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. No artigo, a autora promoveu a continuidade da criação de novos modelos interpretativos do integralismo e, embasada no marxismo, elaborou um estudo em que faz referência às classes envolvidas no movimento.

A quadriade (Trindade, Chasin, Vasconcellos e Chauí) passou a ser ponto de referência essencial para o estudo do movimento integralista, influenciando de forma direta os estudos, mas ainda contidos nas ciências sociais e filosofia. Somente em meados da década de 1980, o integralismo passou a ser analisado, de forma tímida, dentro da academia histórica. Crê-se que essa opção caminhava ao lado das fortes relações do meio com o pensamento marxista e até mesmo pelos *Annales*, que não viam a História Política como algo necessário na ocasião, ainda mais uma temática de cunho conservador. Com o início do novo século, somente nos seis primeiros anos 283 pesquisas foram realizadas sobre o tema, um número superior ao somatório das produções das décadas de 1980 e 1990 (BERTONHA, 2010).¹ Com a passagem do tempo e as alterações metodológicas, a História Política passou a ter importância nos diálogos e fez do integralismo uma prática de pesquisa recorrente.

Não há dúvidas sobre a importância dos trabalhos desenvolvidos por Hélgio Trindade, tanto para a ciência política quanto para as análises historiográficas. Os estudos foram realizados em um momento em que militantes estavam vivos e havia o clamor por um debate sobre a direita conservadora. Infelizmente, há pesquisadores que

não compreendem o valor de uma obra pioneira, por isso ao buscar certa “inovação”, não levam em conta o momento de sua produção, iniciando assim um trabalho de desconstrução acadêmica e pessoal, simplesmente por vaidades ou necessidade de afirmação, inclusive com vieses pessoais, ultrapassando o limite da academia. Os comentários são limitados à terceira parte da tese, quando Trindade analisa a “natureza do movimento” em uma perspectiva com o fascismo italiano. Em recente entrevista, Trindade, ao analisar a recepção da tese, afirma:

Recente tese de doutorado defendida na UFRJ, em 2013, por Alexandre Pinheiro Ramos (*Intelectuais e carisma: a Ação Integralista Brasileira na década de 1930*), dedica um capítulo à recepção da minha tese no Brasil. Sua crítica é curiosamente paradoxal: ao reconhecer a quase unanimidade da aceitação da minha tese pelos autores que produziram vasta bibliografia posterior sobre a AIB, sugere que ela deixou de ser “científica” e entrou no domínio do “sagrado”. Esse princípio parece bastante questionável: significaria que o conteúdo de um livro (tese) perde sua “cientificidade” em função de sua ampla aceitação!? A meu ver, a explicação é mais simples: como obra pioneira foi sempre citada por autores focados em estudos regionais, mas isto não significou, necessariamente, a aceitação tácita do seu conteúdo nacional e internacional (GERTZ; GONÇALVES; LIEBEL, 2016, p. 196).

De forma mais impessoal, Felipe Azevedo Cazetta, em recente tese de doutorado, levanta sem comprovações a falta de validade da tese de Trindade, bem como daqueles que identificam elementos de importância metodológica e conceitual, classificando como “tributários ao cânone que a obra de Héliog Trindade se tornou. Este foi o caso da tese de Leandro Pereira Gonçalves” (2016, p. 20-21). E completa que Gonçalves andou “pagando pedágio a Trindade” (2016, p. 21). Alguns recentes pesquisadores desenvolvem leituras equivocadas, o que cria um clássico erro teórico e que, infelizmente, está presente em nossa academia.ⁱⁱ

A importância de Héliog Trindade é notada mais uma vez quando, recentemente, o pioneiro dos estudos do integralismo trouxe ao estudioso do tema uma obra reveladora e primordial, que pode contribuir de sobremaneira com a difusão e, até mesmo, reinterpretções do movimento fascista dos anos 1930. Em 1979, quando lançou a segunda edição da tese precursora, afirmou em nota:

[...] será objeto de um próximo volume, a análise de um conjunto de depoimentos, gravados, ainda inéditos, colhidos junto a dirigentes e militantes integralistas entre 1968 e 1970 e que, em decorrência de suas implicações na atualidade político-ideológica, assumiria o compromisso de não divulgá-los imediatamente (TRINDADE, 1979, p. VI).

Portanto, em continuidade ao planejamento, ao anúncio de 1979, após 37 anos, Héglio Trindade, publicou em 2016 o livro *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. Em uma das entrevistas realizadas com o chefe do integralismo, Plínio Salgado, é questionado sobre a quantidade de militantes:

HT: O sr. Tem de memória mais ou menos os números, no Brasil como um todo? Chegou a ter quantos?

PS: Um milhão.

HT: Foi na época do plebiscito?

PS: É.

HT: Em São Paulo tinha mais ou menos quantos?

PS: Eu não posso calcular, mas São Paulo deveria ter de 50 a 100 mil.

HT: E no Rio Grande do Sul?

PS: No Rio Grande do Sul era forte também. Teria que consultar papéis.

HT: Mas havia estatística interna?

PS: Havia.

HT: O Sr. Poderia me fornecer estes números?

PS: Eu achando, dou.

HT: Quantos mil tinha na Bahia, mais ou menos?

PS: Na Bahia tinha uns 100 mil.

HT: Inclusive em Salvador?

PS: Em Salvador, muitos (TRINDADE, 2016, p. 162-163).

Foi no contexto da entrevista que Plínio Salgado decidiu concorrer novamente a uma cadeira no Congresso Nacional pela ARENA. Com repercussão significativa na imprensa, que o classificava como “a volta do fantasma”, o líder dos integralistas ganhou espaço nos jornais e revistas e, mais uma vez, o discurso em relação ao passado de glórias e a grandeza do integralismo esteve presente em sua oratória, principalmente em relação à quantificação de militantes. A “mania de grandeza”ⁱⁱⁱ de Plínio Salgado é uma das dificuldades que a historiografia encontra para ter precisão (ou aproximação real) de alguns dados, pois muitos documentos oficiais foram perdidos, restando apenas a palavra do “Chefe”. Aliado a tal aspecto está o fato do surgimento tardio de estudos sobre o integralismo (década de 1970). Em 1973, em depoimento para a revista *Realidade*, afirmou que o integralismo estava presente em vários países, inclusive na Inglaterra, onde ocorreu a fundação do *Integralist Party* (CABRAL, 1973). Afirmou ter 700.000 integralistas prontos para o combate, bastava uma ordem e a mobilização seria feita. Apontava para os “terroristas” (comunistas) a culpa pela necessária ditadura, ou seja, o discurso continuava com a mesma justificativa da década de 1930, no entanto,

afirmava que o integralismo seria uma doutrina para os homens do século XXI (SALGADO, 1970).

Tanto na entrevista concedida a Héglio Trindade quanto em depoimentos na imprensa, havia a necessidade do engrandecimento de um passado que representava o auge da história política de Plínio Salgado, pois não há dúvidas que os anos 1930 representaram a fase de maior visibilidade política do líder dos camisas-verdes. São ações que marcam apenas uma mera repetição do discurso oficial do período, que tinha como único propósito o engrandecimento do movimento. Em termos da construção de uma memória coletiva, sobre um passado também coletivo (não somente de Plínio Salgado, mas da militância integralista), Michael Pollak afirma que uma das preocupações da memória não é apenas manter, mas modificá-la. Verifica-se o passado em função dos combates do presente e do futuro e a exigência de justificar a falsificação e reinterpretação do passado em busca de credibilidade de uma organização política. Com isso, vê-se que, pautado em Pollak, Salgado, busca estabelecer uma imagem sobre o passado em torno de uma imagem forjada, pois o que está em jogo é a memória e a identidade individual e do grupo (POLLAK, 1989).

Na construção de uma imagem que promovesse engrandecimento, a imprensa integralista era uma das grandes forças ideológicas do movimento e, constantemente, gráficos de inscritos na AIB eram divulgados, principalmente para demonstrar a grandeza do movimento, não só aos militantes, mas aos inimigos políticos e, principalmente, ao Estado Vargasista. A AIB, que teve a sua oficialidade no período de 1932 a 1937, divulgou na revista *Anauê!*, de 1936, que somente em 1935 “ingressaram no integralismo 399.000 brasileiros” (ANAUÊ!, 1936, p. 19). A totalidade chegou a 699.000 inscritos em dezembro de 1935 em dados oficiais divulgados pela Secretaria Nacional de Propaganda.

Figura 1: *Graphico* das inscrições na AIB em 1935



Fonte: Anauê! (1936, p. 19).

O jornal *Monitor Integralista*, jornal de circulação nacional, “era estruturado como uma espécie de *diário oficial*” (OLIVEIRA, 2011, p. 30). Na edição comemorativa dos cinco anos da fundação da AIB, em 7 de outubro de 1937, Salgado afirmou que o número de filiados ultrapassava o número de um milhão de pessoas (MONITOR INTEGRALISTA, 1937). Obviamente o exagero, utilizado como estratégia de impacto político, demonstra que, apesar de possuir uma inegável inserção na sociedade, o integralismo precisava demarcar força constante no cenário político nacional.

O ano de 1936 foi caracterizado como *Ano Verde*, pois, segundo Marilena Chauí, “de junho e setembro daquele ano, o número de membros e de simpatizantes da AIB dobrou, ultrapassando a casa do milhão” (CHAUÍ, 1985, p. 102).^{iv} Verifica-se que, devido à falta de documentação, o discurso oficial foi repetido (e está sendo) por diversas gerações, tanto pelos precursores como pelas mais recentes pesquisas. No entanto, a abertura de arquivos^v e a expansão dos Programas de Pós-Graduação trazem descobertas arquivísticas e reflexões investigativas.

Para evitar novas derrotas, o fim da fantasia

Entretanto, destaca-se que o objetivo da nossa reflexão não está no debate historiográfico ou mesmo crítico sobre a composição numérica do número de

integralistas, mas observar como a baixa proporção de militantes dos anos 1930 dificultou a sobrevivência do integralismo nos moldes democráticos através do Partido de Representação Popular (PRP). É notório que a causa da não aceitação dos ideais autoritários travestidos de democráticos e cristãos não é apenas explicada pela composição numérica, pois há outros fatores basilares para tal efeito. Um exemplo disso é a falência do fascismo no pós-guerra, que fez com que Plínio Salgado caminhasse na direção da democracia cristã, amparado na proposta de António de Oliveira Salazar, exemplo ditatorial que mantém a sua força após a Segunda Guerra Mundial. Ademais, o exílio de Salgado em Portugal transformou-se em fonte de inspiração para os anseios políticos no retorno ao Brasil em 1946 (GONÇALVES, 2015c).

Não buscamos uma quantificação exata do número de integralistas no Brasil, mas, sim, analisar os motivos que levaram o líder da AIB a optar pela criação de um novo partido político após o Estado Novo, deixando de lado uma possível retomada da AIB, com a manutenção simbólica e ritualística. Quais seriam as circunstâncias que impulsionaram Salgado, então exilado em Portugal desde 1939, a não acreditar mais na força que a AIB teria conquistado na década de 1930, solicitando aos seus companheiros no Brasil a formação de uma nova base integralista, o PRP? Criado em 1945, o novo partido dos integralistas nasceu com o processo de redemocratização do Brasil após a queda de Getúlio Vargas da Presidência da República. Entretanto, seria o PRP uma nova AIB? O PRP conseguiria atingir as mesmas proporções de afiliados que supostamente a AIB atingiu na década de 1930? Ainda há lacunas sobre essa nova fase do integralismo no período de redemocratização que criam certas dúvidas.

O ano de 1945 pode ser analisado como uma nova fase para os integralistas. Com o término do Estado Novo de Getúlio Vargas, que colocou fim aos partidos políticos, o novo cenário político brasileiro permitiu a recriação de partidos no âmbito nacional após anos de ditadura. Esse novo período também representou a possibilidade do retorno ao Brasil de Plínio Salgado, então exilado em Portugal após sofrer com o desmantelamento da AIB em consequência da instauração da ditadura varguista. Essa nova fase surgia como uma oportunidade única para tentar implantar novamente ideais antigos que foram aniquilados com o advento do Estado Novo, mas os tempos eram outros e muitas das diretrizes integralistas já não funcionariam nessa nova fase política. A melhor saída encontrada por Plínio para camuflar o integralismo dentro do sistema político democrático foi fundar um partido, com um novo olhar para o Brasil, pois, com o fim da Segunda Guerra Mundial, não havia espaço para tendências políticas

autoritárias. Foi nesse novo período da política brasileira que o PRP surgiu, tendo como desafio desde sua fundação a meta de se desvincular da AIB.

Entre 1938 e 1946, os remanescentes do integralismo se dividiram na sua relação com o Estado Novo varguista. Alguns foram cooptados pelo regime e se tornaram fiéis funcionários do mesmo. Alguns integralistas optaram pela neutralidade e silêncio, à espera de melhores dias, enquanto outros procuravam se reunir clandestinamente e manter vivos alguns dos ideais do movimento. De qualquer modo, as possibilidades de maiores influências política eram, nesse período, praticamente nulas (BERTONHA, 2009, p. 70).

A criação do PRP não pode ser analisada como um projeto simples, mas como um longo caminho trilhado pelos líderes da AIB até seu registro e o lançamento nacionalmente. No que tange à criação do novo partido, Plínio enfrentou problemas tanto entre os integralistas quanto do cenário mundial, que dificultava a ascensão de ideologias vistas como autoritárias. No campo externo, deve-se “levar em conta a existência de imagens negativas que colocavam grande parcela da opinião pública contra o reaparecimento do integralismo” (CALIL, 2001. p. 85). Já internamente e de acordo com o próprio Plínio, as articulações de como se estruturaria o futuro dos integralistas foram debatidas entre as lideranças remanescentes, mas a palavra final sempre foi do próprio Plínio.

Como os integralistas deviam, como cidadãos brasileiros, exercer atividade política, julguei que o mais acertado seria a fundação de um partido, onde pudessem reunir-se sem desdouro e nem mistura com homens que os não compreendem, nem consideram, senão como massa eleitoral. Esse partido poderia fazer o que o integralismo nunca poderia fazer: conversações, ligações, combinações, resguardada a integridade da agremiação para que os integralistas não se dissolvessem na massa dos partidos das duas candidaturas. Essa foi a razão pela qual, contra a opinião (do Padilha) da maioria dos do Rio, que queriam uns lançar a própria Ação Integralista como partido, outros que queriam simplesmente a adesão a uma das candidaturas, eu de modo próprio, determinei a criação do PRP (CORRESPONDÊNCIA...,1946).

Embora a criação do PRP não tenha sido algo de comum acordo entre os remanescentes do integralismo, pode ser vista como uma decisão importante, pois um novo partido abriria um leque de novos caminhos políticos, como apontou o próprio Plínio, com a possibilidade de conversações, ligações e combinações, ou seja, ficaria mais fácil fazer articulações políticas com vários outros partidos sem correr o risco de ser acusado de desviar da base ideológica integralista. Essas três possibilidades citadas

por Plínio apontavam certa vantagem do PRP em relação à AIB. Havia também vertentes dentro da AIB que buscavam outras vias para esse momento de reabertura, como o restabelecimento da AIB como partido político ou mesmo a adesão maciça de integralistas em um partido político já consolidado.

Com uma concepção cristã consolidada e propagada no exílio em Portugal, Salgado foi recebido no Brasil sem muitos estardalhaços, uma vez que havia uma série de receios com a chegada do antigo líder da AIB por parte da imprensa brasileira (GONÇALVES, 2015b). No desembarque, existiam antigos militantes e simpatizantes, inclusive em número expressivo para o integralismo do pós-guerra, principalmente porque o retorno de Plínio ocorreu em segredo, mas nada que gerasse uma apoteose de militantes: “A chegada de Plínio Salgado ao aeroporto desta cidade, apesar de não anunciada e apenas conhecida à última hora por um telegrama de Lisboa, constituiu marcante e significativo acontecimento” (PLÍNIO... 1946).

Havia uma necessidade de engrandecimento do líder, mas com cuidado, pois a adaptação de um exilado após o período de cárcere não ocorre de uma forma instantânea, principalmente porque proclamava publicamente ser um emissário da palavra de Cristo, e não um líder partidário. Em entrevista declarou: “Não sou, atualmente, um chefe de partido.^{vi} Sou chefe de uma doutrina político-social” (BRASIL, 1946). A ação do líder político foi bem estabelecida. Passou os primeiros momentos por um período de adaptação e transição com um discurso uníssono envolvendo política e religião: “Combater o comunismo mediante as formas agnósticas duma política utilitária e sem Deus, não é somente um erro, mas também uma imoralidade” (COMBATER... 1946). Com essa visão doutrinária, Plínio se restabeleceu no Brasil, em um país com uma nascente e desconhecida democracia, uma nova nação e, portanto, precisava aprender a viver e a se organizar após sete anos de exílio. As práticas discursivas e as matrizes na formação construídas e/ou consolidadas em Portugal foram a base para a nova concepção doutrinária desse novo (ou velho) Plínio Salgado, que era um homem com meio século de vida, fraco e sem a mesma euforia de antes, mas que tinha um projeto luso-brasileiro a ser estabelecido no Brasil, que consistia na criação de uma política “salazarista à brasileira” (GONÇALVES, 2015a).

O chefe dos integralistas não desprezava a possibilidade de se tornar novamente chefe e presidente de um novo partido e ser aclamado pelas massas em eleições futuras. Por isso, mesmo ele tendo articulado toda a criação do novo partido ainda no exílio, ao retornar para o Brasil tentou transparecer não ter ciência plena do que estava ocorrendo

no interior do partido, chegando ao ponto de agir com surpresa na ocasião da 2ª Convenção Nacional do Partido, realizada em 27 de outubro de 1946, quando em discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, foi aclamado presidente do partido supostamente contra a sua vontade.

Era meu firme propósito não aceitar esse posto, porque desejava, antes, como simples eleitor, cooperar [...] partindo, porém, de minha casa para as minhas orações matinais na Igreja mais próxima, ali tive o grande conforto espiritual de meditar um pouco sobre a data que coincidia com a da eleição do Partido e da posse mesmo de sua Diretoria. Era a data, amigos de Cristo Rei! (palmas), o último domingo de outubro, consagrado Aquele que de todos nós é rei incontestado e soberano sem par, e que nos ensinou que a sua realeza consistiu principalmente no sofrimento e que sofreu, na cruz que carregou e na lição que nos deu dizendo: Se queres seguir-me toma a tua cruz e segue-me. (palmas) (SALGADO, 1946).

Todavia, mesmo com toda a tentativa de demonstrar que o PRP não era uma extensão da AIB, logo após a fundação do partido já eram feitas comparações entre os dois partidos políticos, principalmente após a promoção de Plínio Salgado à presidente do PRP, o que fez a imprensa em geral estabelecer uma vinculação direta entre o novo partido e o integralismo, o que gerou prejuízos para o PRP. Houve então a necessidade de criar estratégias para distanciar o PRP dos integralistas.

O nascente PRP respondeu negando as acusações de espionagem e as ligações com Hitler ou Mussolini. Um especial cuidado foi tomado com a questão da democracia [...] e com a do fascismo, com os novos integralistas ressaltando que o Integralismo não era e nem nunca havia sido fascista. Também Salgado e outros autores produziram um grande número de livros e documentos para ressaltar esses pontos e velhos livros e documentos foram, quando necessário, esquecidos ou adulterados para ressaltar os novos cânones (BERTONHA, 2009, p. 71).

Logo após a criação do PRP, na tentativa de calar as várias acusações que o novo partido e os integralistas estavam sofrendo, foi divulgada na imprensa brasileira uma Carta Aberta à Nação Brasileira, escrita por Plínio Salgado e assinada por inúmeros integralistas, com a intenção de passar credibilidade ao público em geral. A Carta foi publicada em vários jornais com a esperança de chegar ao maior número de pessoas possível e começar a desfazer a impressão ruim formada contra o camisa-verde. No jornal *A Noite* de 7 de maio de 1945, a Carta foi publicada na íntegra e trazia como subtítulo: *A extinta “Ação Integralista Brasileira” no tribunal da opinião pública*. Em

um pequeno fragmento da Carta, pode-se perceber uma tentativa de abrandar as acusações feitas, em especial, aos integralistas (CARTA..., 1945).

Os abaixo assinados – brasileiros tão dignos e patriotas quanto os que mais o sejam – membros da extinta “Ação Integralista Brasileira”, dissolvida em dezembro de 1937 pelo Governo Nacional, cumprem o imperioso dever de vir, perante a Nação, defender seu passado contra a obstinada e injusta campanha, sistematicamente feita no sentido de infamar aquele movimento e, em consequência, todos quantos, sincera e honestamente, dele participaram (CARTA..., 1945, p. 3).

A *Carta* destaca cinco pontos principais dos quais o integralismo estava sendo acusado. Esses cinco pontos expostos como defesa por Plínio diziam respeito a denúncias de recebimento de financiamento estrangeiro por parte dos integralistas, recebimento de armas de outros países, ligações estreitas com potências estrangeiras, aproximação com ideias totalitárias como o fascismo e o nazismo e a questão da antiamericanidade integralista. Todos esses pontos foram rebatidos por Plínio com o objetivo de enfraquecer os argumentos negativos relacionados ao integralismo.

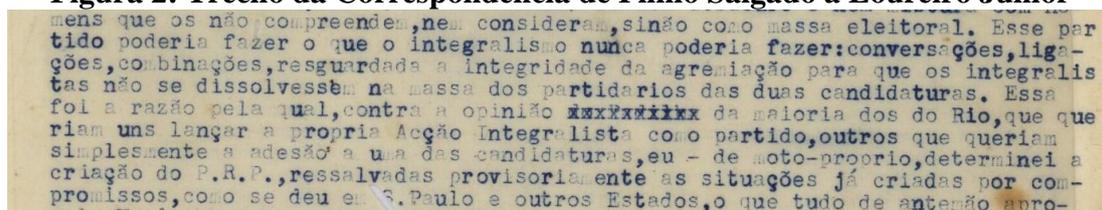
Capituladas as principais acusações e respondidas com verdade, lealdade, serenidade e dignidade, ficam os signatários à espera de que se produzam provas documentais em contrário. Sua consciência está tranquila. O INTEGRALISMO É UM ACONTECIMENTO QUE HOJE PERTENCE AO DOMÍNIO DA HISTÓRIA. Ninguém afirma que fosse um movimento sem defeitos e sem erros, vez que o compunham homens de todas as condições. É lícito criticá-lo; mas é profundamente injusto querer, à força da repetição e da reedição de calúnias expô-lo à aversão nacional e infamar os que dele fizeram parte. PERANTE A NAÇÃO BRASILEIRA COMPARECEM OS ACUSADOS E OS ACUSADORES. TEM ESTES, AGORA, A PALAVRA PARA PRODUZIREM SUAS PROVAS (CARTA..., 1945, p. 3).

A *Carta*, de certa forma, expõe os pontos destacados nas denúncias diárias feitas pelos opositores ao integralismo, desviando os fatos concretos de sua história, justificando ou alterando seu passado na tentativa de calar seus principais críticos, que baseavam nessas acusações subsídios fortes para desarticularem o PRP. Outro ponto importante a ser analisado em relação a essa dinâmica integralista de autodefesa foi a publicação em 9 de setembro de 1945 do *Manifesto-Diretiva*, que estampou a página 10 do jornal *Correio da Manhã* (SALGADO, 1945). O Manifesto foi um resgate aos objetivos integralistas de 1932, reafirmando seu compromisso com Deus, a Família e a Pátria brasileira. O texto faz um panorama histórico dos principais objetivos da AIB, expõe suas conquistas e faz projeções para o futuro, visando às eleições. Esse manifesto

apontava Raymundo Padilha, integralista desde os primeiros momentos da AIB, como representante de Plínio no Brasil e principal articulador do novo partido (SALGADO, 1945).

Esse foi o primeiro documento oficial em larga escala em que Plínio Salgado divulgou o nome de Raymundo Padilha como seu representante no Brasil. Padilha, além de homem próximo de Salgado na articulação do integralismo no Brasil, figura como um dos articuladores do registro do PRP. É evidente que a autonomia dada por Plínio ao seu representante no Brasil não tornou Padilha figura equivalente à imagem do chefe, nem mesmo para tomar nenhum tipo de decisão sem permissão prévia dele, mas podemos perceber certo desalinhamento entre Plínio e Padilha. Em carta enviada por Plínio Salgado a seu genro, Loureiro Júnior, em maio de 1946, Plínio aponta que alas integralistas no Rio de Janeiro não queriam a criação de um novo partido, mas, sim, a rearticulação da AIB ou a filiação em um partido consolidado. Na carta original, depositada no APHRC/FPS, algo chama a atenção. Quando Plínio afirma que o PRP foi criado contra a opinião da maioria do Rio, ele tenta apagar uma palavra redigida errada. Na verdade, Plínio havia escrito que Padilha era contra a criação do PRP. Embora Plínio tenha apontado Padilha como principal articulador do novo partido, seu nome não é citado em nenhum documento oficial do Tribunal Superior Eleitoral (OLIVEIRA, 2014).

Figura 2: Trecho da Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior



mens que os não compreendem, nem consideram, são como massa eleitoral. Esse partido poderia fazer o que o integralismo nunca poderia fazer: conversações, ligações, combinações, resguardada a integridade da agremiação para que os integralistas não se dissolvessem na massa dos partidários das duas candidaturas. Essa foi a razão pela qual, contra a opinião ~~xxxxxxx~~ da maioria dos do Rio, que queriam uns lançar a própria Ação Integralista como partido, outros que queriam simplesmente a adesão a uma das candidaturas, eu - de moto-proprio, determinei a criação do P.R.P., ressalvadas provisoriamente as situações já criadas por compromissos, como se deu em S. Paulo e outros Estados, o que tudo de antemão apro-

Fonte: Correspondência... (1946).

O Manifesto-Diretiva também tocava em um ponto referente à AIB. Como mais um instrumento utilizado por Plínio para tentar calar os ataques adversários, o manifesto aponta que:

A “Ação Integralista Brasileira” era um partido e foi fechada; mas o Integralismo é uma doutrina e ninguém o pode fechar. Não vamos, pois, subordinar o permanente ao passageiro, o imutável ao mudável. Essa a razão por que vos indiquei neste Manifesto-Diretiva os meios de exercerdes o voto obrigatório, sem envolver, na transitoriedade da hora que passa, aquilo que pode amanhã representar a defesa mais decisiva da Nação brasileira, como hoje representa e resume a

Página | 167

História e Cultura, Franca, v. 5, n. 3, p. 155-174, dez. 2016.

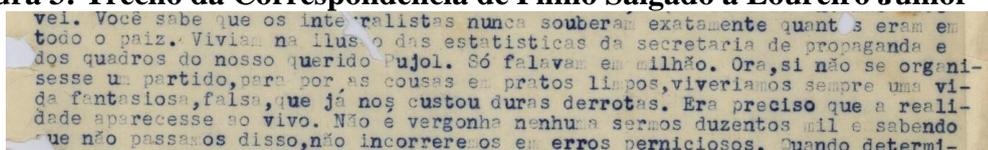
perenidade de um pensamento em cuja essência vive a própria alma da nossa Pátria (SALGADO, 1945, p. 10).

Nesse sentido, a AIB tornou-se uma organização, oficialmente longe das disputas eleitorais, mas muito presente na mentalidade de seus seguidores. Havia agora o desafio de se oficializar o novo partido, que a princípio seria livre, mas, com o passar do tempo, seria a base eleitoral dos integralistas. O registro do novo partido foi autorizado, e a formação do Partido de Representação Popular em 1945 também representou um passo importante para a reestruturação das bases do integralista na década de 1940 (CALIL, 2011).

Ainda sobre as circunstâncias que levaram Plínio a solicitar a criação de um partido político novo, desvinculado até mesmo da imagem da AIB, podemos perceber que seus reais motivos não eram apenas a relação AIB/Fascismo divulgada amplamente durante anos pela imprensa brasileira, mas o medo do fracasso eminente da AIB nas urnas. Em tempos finais do exílio, o próprio Plínio esclarece ao genro, Loureiro Júnior, os verdadeiros motivos que o levaram a solicitar a criação do PRP.^{vii}

Você sabe que os integralistas nunca souberam exatamente quantos eram em todo o país. Viviam na ilusão das estatísticas da secretaria de propaganda e dos quadros do nosso querido Pujol. Só falavam em milhão. Ora, se não se organizasse um partido, para pôr as coisas em pratos limpos, viveríamos sempre uma vida fantasiosa, falsa, que já nos custou derrotas. Era preciso que a realidade aparecesse ao vivo. Não é vergonha nenhuma sermos duzentos mil e sabendo que não passamos disso, não incorreremos em erros perniciosos (CORRESPONDÊNCIA..., 1946, grifo nosso).

Figura 3: Trecho da Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior



vel. Você sabe que os integralistas nunca souberam exatamente quantos eram em todo o país. Viviam na ilusão das estatísticas da secretaria de propaganda e dos quadros do nosso querido Pujol. Só falavam em milhão. Ora, se não se organizasse um partido, para pôr as coisas em pratos limpos, viveríamos sempre uma vida fantasiosa, falsa, que já nos custou derrotas. Era preciso que a realidade aparecesse ao vivo. Não é vergonha nenhuma sermos duzentos mil e sabendo que não passamos disso, não incorreremos em erros perniciosos. Quando determi-

Fonte: Correspondência... (1946).

A correspondência como fonte pode ser identificada como a escrita de si na primeira pessoa, quando o “indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta” (MALATIAN, 2009, p. 195). Em documentos familiares, fatores do cotidiano podem ser expressos com mais visibilidade e atenção, proporcionando ao historiador a possibilidade de selecionar elementos significativos que contribuam com a construção de uma narrativa (MALATIAN, 2009). Verifica-se, portanto, que uma correspondência do sogro ao genro, que atuam na mesma

organização política, representa elementos particulares e contribui para que o historiador veja

[...] por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual o público e privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva (MALATIAN, 2009, p. 200).

Com isso, em um mundo privado, Plínio Salgado comprova a existência de manipulações dos dados e, principalmente, a dificuldade na formação de um novo partido, uma vez que a força da AIB não era aquela expressa publicamente, ou seja, eram cerca de duzentos mil integralistas com uma publicidade de um milhão.

O novo partido

A intenção da criação de um partido novo era justamente abrir o leque de possibilidades e estratégias que a AIB não poderia garantir. Lançar novamente a AIB como partido político, como algumas alas propunham, poderia ser encarado como um erro, devido a circunstâncias que levaram o seu fechamento e os longos anos que sua doutrina e suas lideranças foram execradas pela imprensa. O PRP, de certa forma, estava livre do julgo integralista do passado e estaria livre para as alianças políticas. Outro ponto de destaque e que consta na mesma carta citada é quando Plínio expõe a Loureiro o número de filiados da AIB, muito longe dos milhões que eram divulgados.

A fantasia (ou aceitação do discurso, uma vez que não cabia ao liderado questionar o chefe) em relação ao número de militantes era coletiva. Em entrevista concedida ao jornal *Diário Carioca*, em 8 de abril de 1945, Olbiano de Melo ao ser questionado sobre o papel dos integralistas nas eleições de 1945, revela:

Bem, ainda é cedo para falar. Não posso afirmar se os antigos integralistas irão arregimentados às eleições. Não vejo, porém, motivos para que não o façam. São bons brasileiros como quaisquer outros e não seria agora, no instante em que a pátria mais necessita da colaboração de todos os seus filhos, que cerca de dois milhões de adeptos de Sr. Plínio Salgado iriam cruzar os braços e se ausentassem do cenário nacional. [...] quase dois milhões de antigos integralistas esperam, por certo, uma diretriz quanto à sua atitude nos próximos meses (FALA..., 1945, p. 9).

Podemos perceber a tentativa de manipular os números de inscritos para dar força ao integralismo. Mas eram números absurdos e conflitantes, tendo o próprio Plínio

estabelecido a marca de 200 mil. De qualquer forma, é um fato importante, pois a manipulação desses números de inscritos pelos dirigentes da AIB pode ter gerado derrotas significantes.

Com essas informações, era imprescindível a tentativa de Plínio em diversificar seu campo de eleitores. O PRP poderia trazer novos votos aos integralistas e assim obter resultados mais expressivos. De qualquer forma o integralismo nunca alcançou um milhão de adeptos, nem mesmo um número próximo a esse, e Plínio sempre teve ciência dessa situação. Com isso, era fundamental desvincular o PRP do integralismo. Podemos perceber que desde a fundação do PRP,

Plínio Salgado e seu representante no Brasil, Raymundo Padilha, preocuparam-se em fazer parecer que o novo partido era fruto de uma iniciativa da qual os integralistas não tiveram qualquer participação em um primeiro momento, tendo aderido apenas depois da fundação do partido. [...] a adesão dos integralistas teria se dado em 9 de novembro, após a I Convenção Nacional do PRP, por iniciativa de Raymundo Padilha (CALIL, 2011, p. 124-125).

A tentativa de distanciar o PRP do integralismo era evidente. Tanto Plínio quanto Padilha utilizaram o máximo que conseguiam da imprensa para vincular e construir uma credibilidade para o novo partido, com novos horizontes e com novas diretrizes, nada atreladas aos conceitos conservadores da extinta AIB.

Para o jornal *Reação Brasileira*, o Major Jayme Ferreira da Silva, em nome dos integralistas, “mostrou a inocuidade de atacarem o PRP, “como capa de rearticulação do Integralismo”, uma vez que se os Integralistas houvessem desejado registrar-se no Tribunal Eleitoral um “Partido Integralista”, tê-lo-iam feito, com programas e estatutos próprios, os quais, havendo alguma impugnação poderiam ser corrigidos e alterados, como o fez o Partido Comunista, cujo registro está condicionado às modificações exigidas pelo Tribunal. Continuando, mostrou o ilustre militar que a adesão dos Integralistas ao Partido de Representação Popular havia sido feita – a 9 de novembro último – pelo Sr. Raymundo Padilha, em discurso público, sem máscaras e sem subterfúgios, pelo microfone da Rádio Mayrink Veiga (CALIL, 2011, p. 125).

Fica claro em mais um exemplo de defesa do PRP que Plínio e Padilha estavam determinados a distanciar o PRP do integralismo. Como já desenvolvido anteriormente, a opção pelo registro do integralismo como partido político estava fora de cogitação, e o próprio Plínio havia negado qualquer tentativa de reestruturação da AIB, tanto que impôs aos próprios companheiros do Rio de Janeiro que haviam ventilado essa hipótese que não iria permitir o lançamento do Partido Integralista. Como disfarçar a maciça

adesão de integralistas no PRP? Os próprios integralistas se defendiam afirmando que seu ingresso no PRP se deu após o pronunciamento de Padilha na Rádio Mayrink Veiga em 9 de novembro de 1945, em que solicitava aos integralistas que aderissem ao PRP, entretanto esse discurso de adesão integralista pós-discurso é questionada, pois já haviam integralistas vinculados ao PRP na comissão provisória do partido. Na I Convenção Nacional, anterior à adesão de Padilha ao PRP, integralistas foram eleitos para comporem a diretoria nacional eleita (CALIL, 2011).

Notas finais

Podemos perceber que a formação do PRP foi uma nova tentativa de Plínio Salgado de conseguir implantar o integralismo no Brasil. Os dados reveladores da carta enviada por Plínio a seu genro é a evidência de que o chefe tinha uma visão ampla do cenário político brasileiro a ponto de não querer arriscar mais uma vez seus objetivos de chegar à Presidência do Brasil. O PRP, tornando-se um partido neutro e livre para se articular com as várias correntes políticas do Brasil, traria vários benefícios aos integralistas. A revelação sobre os verdadeiros números da AIB também aponta que Plínio conseguiu analisar de forma racional as perdas políticas que a AIB sofreu durante seu período legal. Isso mostra que, embora a secretária de propaganda da AIB tenha estipulado de forma estrondosa os números de seus adeptos, não conseguiu, de fato, manipular a massa dos eleitores brasileiros e que os duzentos mil integralistas, apesar de representar uma considerável força no cenário político brasileiro, estava muito distante do desejo e dos planos de Plínio Salgado.

Referências:

- Anauê!*, n. 7, fevereiro 1936, p. 19.
- BERTONHA, João Fábio. *Bibliografia orientativa sobre o integralismo: 1932-2007*. Jaboticabal: Funep, 2010.
- _____. Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985). *Diálogos*, Maringá, v. 13, p. 63-82, 2009.
- BRASIL. *A Nação*. Lisboa, 19 out. 1946.
- CABRAL. R. Pobre Galinha Verde. *Realidade*. São Paulo, jan. 1973, p. 18-23.
- CALIL, Gilberto Grassi. Partido de Representação Popular. Estrutura interna e inserção eleitoral. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, jan.-jul. 2011. p. 351-382.
- _____. *O Integralismo no processo político brasileiro – o PRP entre 1945-1965: cães de guarda da ordem burguesa*. 2005. Tese (Doutorado em História). Programa

Interinstitucional de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

_____. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CAMPOS, Maria Teresa de Arruda; DOTTA, Renato Alencar (Orgs.). *Dos papéis de Plínio: contribuições do Arquivo de Rio Claro para a historiografia brasileira*. Rio Claro: Oca, 2013.

CARTA aberta à nação brasileira: A extinta “Ação Integralista Brasileira” no tribunal da opinião pública. *Jornal A Noite*, Rio de Janeiro, p. 3, 7 mai. 1945.

CAZETTA, Felipe Azevedo. *Fórmulas antidemocráticas em terras luso-brasileiras: análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. 2. ed. Belo Horizonte: Una, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p. 117-149.

COMBATER o comunismo mediante as formas agnósticas duma política utilitária e sem Deus, não é somente um erro, mas também uma imoralidade. *Novidades*. Lisboa, 5 set. 1946.

CORRESPONDÊNCIA de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, 4 maio 1946 (APHRC/FPS PiPrP 04.05.46/2 - 1946_05_0010).

FALA Albiano de Melo, antigo líder integralista – sobre o movimento nacional. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 9, 8 abr. 1945.

GERTZ, René E.; GONÇALVES, Leandro Pereira; LIEBEL, Vinícius. Camisas-Verdes, 45 anos depois – uma entrevista com Hélgio Trindade. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 189-208, abr. 2016.

GONÇALVES, Leandro Pereira. A trajetória dos papéis da direita do Rio Grande do Sul: de associação cívico-cultural minuíano a acervo AIB/PRP (DELFO/PUCRS). In: NASCIMENTO, José Antonio Moraes do (Org.). *Centros de Documentação e Arquivos: acervos, experiências e formação*. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2016.

_____. Corporativismo e Transnacionalismo na ARENA: Portugal como inspiração na ação parlamentar de Plínio Salgado. *Tempos Históricos*, v. 19, p. 358-377, 2015a.

_____. O exílio de Plínio Salgado em Portugal: a Vida de Jesus e a composição do apostolado político. *Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 52, p. 140-177, 2015b.

_____. Plínio Salgado e a Guerra Fria: uma análise entre Brasil e Portugal no âmbito das Guerras Coloniais. *Cahiers des Amériques Latines*, p. 31-54, 2015c.

HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 195-222.

MONITOR Integralista, 7 out. 1937, ano V, n. 22.

OLIVEIRA, Alexandre Luis. *Do integralismo ao udenismo: a trajetória política de Raymundo Padilha*. 2014. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.).

Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista. Guaíba: Sob Medida, 2011. p. 19-46.

PLÍNIO Salgado foi apoteoticamente recebido à sua chegada ao Rio de Janeiro. *Novidades*, Lisboa, 19 ago. 1946.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. *Intelectuais, carisma e Ação Integralista Brasileira*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

SALGADO, Plínio. A volta do “Chefe” (entrevista). *Revista Veja*. São Paulo, 13 maio 1970.

_____. Discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro: encerramento da 2ª Convenção Nacional do Partido de Representação Popular em 27 out. 1946. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1946.

_____. Manifesto-Diretiva. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 set. 1945.

TRINDADE, Hélió. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

_____. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. 2. ed. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Notas:

ⁱ Contabilidade realizada até o ano de 2007.

ⁱⁱ Não defendemos a imposição de um entendimento uníssono sobre o tema, mas justamente uma crítica construtiva em relação ao debate acadêmico e científico.

ⁱⁱⁱ Pode ser identificada como algo do homem político, coerente com a dimensão política de massas, sendo próprio da direita ou esquerda.

^{iv} Stanley Hilton (1983) contabiliza um número que varia em torno de 500 a 800 mil membros. É uma das menores estatísticas apuradas nos levantamentos de trabalhos acadêmicos.

^v Ao lado do Fundo Plínio Salgado, no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro (APHRC/FPS), está o Acervo Documental Ação Integralista Brasileira/Partido de Representação Popular – Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (AIB/PRP-DELFOFOS-PUCRS), fundo constituído em Porto Alegre e que contém uma imensa quantidade de documentos sobre a história do integralismo, sendo oriundos do Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (GONÇALVES, 2016).

^{vi} De acordo com Gilberto Calil: “A II Convenção Nacional do PRP, em outubro de 1946, ao eleger Salgado para a Presidência nacional do Partido e ao mesmo tempo reforçar o poder do cargo, estabelecia as condições do controle que seria exercido por Salgado até a extinção do Partido em 1965. Salgado afirmava ter aceitado o cargo, ‘a contragosto’ (CALIL, 2005, p. 346). Calil buscou um documento da II Convenção Nacional publicado no jornal do PRP *Idade Nova*, que caracteriza o tom místico que foi estabelecido em torno de Plínio Salgado: “Plínio Salgado é um sábio e um santo! Ele é alvo das contradições porque se fez cópia do Divino Mestre! Os inimigos da Nação, os que pegam em armas a favor da Rússia contra o Brasil, o odeiam porque ele está fundando, entre nós, o partido de Deus!” (Plínio Salgado eleito Presidente do PRP: Um documento inédito da II Convenção Nacional” *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 2 dez. 1946 *apud* CALIL, 2005, p. 346). Observa-se a relação direta e clara estabelecida entre política e religião, tendo a imagem do profeta Plínio, que foi construída em Portugal como base da doutrinação e organização partidária de 1946 até 1965.

^{vii} Essa é uma carta que foi trabalhada anteriormente em Calil (2005). O pioneiro nos estudos sobre o Partido de Representação Popular destacou que a criação do novo partido foi uma estratégia arquitetada por Plínio Salgado que, conhecendo o número de filiados ao integralismo, temia derrotas no novo cenário político.

DITADURA TIPO EXPORTAÇÃO: A DIPLOMACIA BRASILEIRA E A QUEDA DE SALVADOR ALLENDEⁱ

DICTATORSHIP FOR EXPORT: BRAZILIAN DIPLOMACY AND THE OVERTHROW OF SALVADOR ALLENDE

Mila BURNS¹

Resumo: Este artigo analisa a influência diplomática do Brasil no golpe militar no Chile, em 1973, uma área até então negligenciada da produção historiográfica. O foco central são as seguintes questões: em que medida o regime militar de direita do Brasil influenciou a queda de Salvador Allende? Qual era a relação entre os dois países durante os anos que antecederam o golpe no Chile? De que maneiras o Brasil e os Estados Unidos agiram como parceiros nesse evento? Partindo de uma exploração profunda de um exemplo histórico em arquivos e usando documentos recentemente desclassificados, este trabalho pretende abrir novas possibilidades para uma gama de estudos sobre as relações entre governos militares da América do Sul.

Palavras-chave: Brasil; Chile; Guerra Fria; diplomacia; autoritarismo; governos militares.

Abstract: This article aims to shed light on the Brazilian diplomatic influence on the Chilean *coup d'état* of 1973, an area historians have neglected. It focuses on the following questions: to what extent did the right-wing military regime installed in Brazil influence the overthrow of Salvador Allende? What was the relation between the two countries during the years previous to the Chilean *coup d'état*? In which ways did Brazil and the United States act as partners in this event? By way of an in-depth archival exploration of one historical example using newly declassified documents, this work aims to open up new possibilities for a wide range of studies on the relations between military governments in South America.

Key words: Brazil; Chile; Cold War; diplomacy; authoritarianism; military governments.

As semanas que antecederam o 11 de setembro chileno foram de temperaturas baixas e ruas em chamas. A tensão política assolava o país. A escassez de alimentos e a alta inflação contribuíam para o clima de insegurança, simbolizado por protestos tanto contra Salvador Allende quanto em defesa do governo da Unidade Popular. Enquanto a população tomava as ruas, alguns dos integrantes dos mais altos escalões das forças militares chilenas debatiam questões estratégicas. No dia 2 de agosto de 1973, na base aérea de El Bosque, almirantes, generais e comandantes das Forças Armadas analisavam como “as medidas adotadas pelos militares brasileiros durante o golpe de estado de 31 de março de 1964 poderiam ser úteis no Chile”ⁱⁱ. Representantes do governo brasileiro espalharam a notícia

¹ Doutoranda – Departamento de História - The Graduate Center, City University of New York – Estados Unidos. Estudante, Professora em Hunter College, CUNY, e Diretora Administrativa do Centro de Estudos Latino-Americanos, Latinos e Caribenhos do The Graduate Center, CUNY.

da reunião para integrantes dos serviços de inteligência em um relatório que permaneceu em segredo até quase 40 anos depois do golpe de Estado chileno.

O documento é um dos milhares tornados públicos pela “Comissão Nacional da Verdade”, instaurada em maio de 2012 com o objetivo de investigar casos de tortura e homicídio politicamente motivados durante o período de 1964 a 1985. O grupo analisou mais de 30 milhões de documentos. Além de relatórios burocráticos detalhando atividades rotineiras, os arquivos incluem a correspondência entre as autoridades do Brasil, do Chile e dos Estados Unidos. Combinado a informações divulgadas em 2009 pelo Arquivo de Segurança Nacional dos Estados Unidos e a telegramas do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), este novo conjunto de documentos revela que o governo brasileiro se opôs à presidência de Salvador Allende e influenciou o golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile. Questões até então negligenciadas pelos historiadores começam, aos poucos, a ser respondidas. Como o regime militar de direita instalado no Brasil influenciou a derrubada de Salvador Allende? Qual era a relação entre os dois países durante os anos anteriores ao golpe de estado no Chile? Até que ponto Brasil e Estados Unidos atuaram como parceiros nesse evento?

Usando documentos recentemente divulgados pelo governo e fontes presentes em arquivos nos Estados Unidos, Chile e Brasil, este artigo investiga a influência do Brasil, principalmente no campo diplomático, no golpe militar de 11 de setembro de 1973, no Chile. Mergulhando em uma relação diplomática cujos detalhes permaneciam desconhecidos, este texto traz a hipótese de que o primeiro país a instalar um regime militar de direita no Cone Sul tenha se envolvido nos subsequentes golpes na região, propondo que historiadores encararem a influência mútua entre nações sul-americanas durante tal período. Em vez da tradicional visão dos Estados Unidos como único e principal patrocinador dos golpes militares na região durante os anos 1960 e 1970, propõe-se uma análise inter-regional e transnacional, em que poderes locais interagiram para interferir nos regimes de países vizinhos.

Além da influência norte-americana, a historiografia do período militar tendia a olhar, até a corrente década, apenas para o papel de países que ocupavam o centro da narrativa da Guerra Fria, como União Soviética e Cuba, em relação aos regimes militares instaurados na América do Sul. Poucos foram os que investigaram as interações entre os países do continente. A herança interpretativa da Teoria da Dependência, de que há sempre

uma grande nação determinando o rumo de “pequenos” países, tornou o foco inter-regional secundário. Encarar os vínculos entre Chile e Brasil, todavia, nos permite não apenas entender esse intercâmbio político, mas reavaliar o papel dos Estados Unidos nos regimes chileno e brasileiro. É possível, inclusive, que tal perspectiva nos permita descobrir uma organização global no período distinta da que trabalhos acadêmicos anteriores nos levaram a acreditar.

Estudos sobre regimes militares na América Latina não são raros ou novos. Há inúmeros, focando em diversas perspectivas. Recentemente, com os cinquenta anos do golpe no Brasil e os quarenta anos do golpe no Chile, vários trabalhos foram publicados sobre o assunto. O questionamento da história recente dos governos civis no Brasil e debates sobre a periodização do regime militar influenciaram essa onda. Nela, uma linha originária das descobertas da Comissão da Verdade prevalece: a relação entre militares e civis. Até mesmo a análise das políticas educacionais do período foca no papel dos civis nas universidades brasileiras. A busca de outros atores que articularam a solidificação do regime, como militares de baixa patente, também está presente. Seguindo uma outra avenida, James N. Green analisou a influência dos intelectuais norte-americanos na queda do regime militar brasileiroⁱⁱⁱ.

No Chile, enquanto o governo debatia um projeto para remover a palavra “ditadura” dos livros escolares, historiadores continuavam investigando novos aspectos do regime militar. Mary Helen Spooner dedicou-se ao período pós-Pinochet, demonstrando que a recuperação econômica foi longa e dolorosa^{iv}. Após décadas de censura, também ganharam espaço análises de bastidores e autobiográficas. O ex-Ministro da Mineração de Salvador Allende, Sergio Bitar, escreveu uma narrativa detalhada de seus anos no governo socialista^v. A filha de Edmundo Pérez Zujovic recordou o assassinato do pai durante o governo da Unidade Popular^{vi}.

A escassez de fontes primárias que atestem a conexão entre o governo brasileiro e a queda de Salvador Allende levou os historiadores a buscarem narrativas alternativas, sem um foco direto nas relações entre os dois países. Poucos são os trabalhos que se dedicam às relações entre Chile e Brasil com outros regimes sul-americanos. Tanya Harmer afirma que o golpe militar no Chile foi parte de uma “Guerra Fria Interamericana” resultante das disputas entre Cuba, Chile, Estados Unidos e Brasil. Com base em uma extensa pesquisa em arquivos sul-americanos, Harmer sugere uma nova perspectiva para a influência norte-

americana, mas foca sobretudo no papel de Cuba^{vii}. A historiadora volta-se para o Brasil em um artigo anterior à abertura dos arquivos pela Comissão Nacional da Verdade, em que argumenta que o país “interveio para prevenir ou derrubar ganhos da esquerda” no Chile, na Bolívia e no Uruguai^{viii}. Luiz Alberto Moniz Bandeira aborda o tema amplamente, mas usa como fonte central documentos diplomáticos, como os telegramas trocados entre a Secretaria de Estado e a Embaixada do Brasil no Chile^{ix}. Talvez os únicos trabalhos dedicados especificamente às relações entre Brasil e Chile durante o período militar sejam sobre exilados. No entanto, elas oferecem uma abordagem limitada a histórias individuais e à situação política em cada um dos dois países. Relações diplomáticas não fazem parte de tais pesquisas^x.

Não há, neste artigo, a pretensão de esgotar as fontes para o estudo deste momento histórico ou dar a palavra final sobre a importância dessa influência mútua para a ascensão e a queda das ditaduras no Brasil e no Chile. Este trabalho trata de um caso histórico, e não de um estudo pormenorizado de como as ditaduras sul-americanas influenciaram umas às outras. A intenção é apresentar uma breve história de uma relação diplomática frequentemente esquecida e maior do que a imaginada pela maioria dos chilenos e brasileiros e, assim, abrir novas possibilidades para uma ampla gama de estudos sobre as relações entre os governos militares na América do Sul.

Médici e Nixon

Quando embarcou para os Estados Unidos, duas semanas antes do Natal de 1971, o presidente brasileiro Emílio Garrastazu Médici tentava em vão suprimir a reputação de agressivo e arrogante, que o precedia em suas viagens. Em vez de cultivar a esperança de conseguir a bênção de Richard Nixon, ele viajava com a certeza de ser o governante de uma nação poderosa por si só, independente de qualquer superpotência. A viagem ofereceu à mídia conservadora um enredo de histórias positivas para contar não apenas no Brasil, mas também na vizinhança. A revista chilena *Qué Pasa* publicou uma reportagem de capa sobre a viagem de Médici para os Estados Unidos. Intitulado “O Brasil vai falar em Washington como uma potência mundial”, o texto aclamava o sucesso brasileiro^{xi}. O tom era bastante diferente do empregado pela imprensa internacional nos meses anteriores, quando a imagem do governo militar havia sido duramente ferida por vários artigos de jornais

apontando os abusos de direitos humanos no país. As denúncias foram uma reação a uma nova estratégia de grupos brasileiros de resistência à ditadura: o sequestro de autoridades internacionais em troca de prisioneiros políticos. O governo reagiu violentamente, com mais prisões e punições, e esse movimento foi acompanhado pela imprensa de todo o mundo.

Enquanto a mídia brasileira estava sob censura, as redes esquerdistas chilenas reagiram agressivamente, organizando manifestações contra Médici. Um programa de televisão chamava a população a participar de um protesto contra as violações de direitos humanos cometidas pelo governo brasileiro. O embaixador do Brasil em Santiago, Antônio Câmara Canto, acompanhava atentamente cada uma dessas notícias, reportando sua indignação ao Departamento de Segurança Nacional. “Na última sexta-feira, 12, na TV 7, uma empresa cujo acionista majoritário é o governo do Chile, (em uma matéria) em relação ao sequestro do Embaixador alemão no Rio de Janeiro, o governo brasileiro foi alvo de uma enorme diatribe”^{xii}. O clima de crítica ainda custaria muito a cessar.

Mas quando Médici viajou para os Estados Unidos, ele ignorou as percepções externas e decidiu se concentrar em números. O Brasil caminhava para uma política internacional cada vez mais ativa. A economia do país tinha conseguido o impressionante crescimento de, em média, 11,1% ao ano entre 1968 e 1973^{xiii}. A população deixava as áreas rurais para ajudar a construir centros urbanos cada vez maiores. A classe média aumentou consideravelmente. As exportações e importações saltaram de 4,1% e 2,7% ao ano entre 1964 e 1967 para 24,6% e 27,5% ao ano entre 1968 e 1973^{xiv}. O forte impulso econômico embalava a popularidade de Médici e levou o ditador brasileiro a concluir que era hora de buscar o reconhecimento de Nixon. Era o momento de impressionar seus colegas militares, a imprensa e a opinião pública brasileiros. Matias Spektor oferece uma interpretação perspicaz da atitude de Médici, argumentando que “também é possível que, para ele, a viagem fosse uma forma de legitimar a ditadura em um período em que uma rede de exilados políticos começava a fazer barulho com acusações sobre tortura e terrorismo do regime que estava comandando o país”^{xv}.

Como demonstra o historiador James N. Green em seu trabalho sobre a reação da sociedade civil norte-americana à violação dos direitos humanos no Brasil e sua influência sobre o enfraquecimento da ditadura, manifestações e publicações questionando o regime brasileiro ganhavam força nos Estados Unidos. Durante a visita de Médici a Washington

D.C., um grupo de exilados brasileiros e intelectuais norte-americanos carregava um cartaz grande, de fácil leitura das janelas da Casa Branca, que urgia: “Parem os dólares e a cumplicidade com a tortura no Brasil”^{xvi}. Ao visitar a Organização dos Estados Americanos (OEA), Médici foi novamente desafiado quando um manifestante se levantou e gritou em português: “Viva o Brasil livre! Abaixo a tortura”^{xvii}! Apenas alguns meses antes da visita do presidente brasileiro, o jornal *The Washington Post* publicou um artigo de página inteira em que Marcos Arruda, que vivia nos Estados Unidos no que classificou como “exílio forçado”, detalhava sua prisão e tortura^{xviii}.

Mas Médici não se incomodava. Ou, pelo menos, tentava não demonstrar desconforto. Na noite de seu desembarque, Nixon lhe ofereceu um jantar na Casa Branca. Ele olhou para o general brasileiro, que ouvia atentamente o tradutor, e propôs um brinde destacando a importância da reunião, porque “como vai o Brasil, vai o resto do continente latino-americano”^{xix}. Um dia depois, um presunçoso Médici entrou no escritório de Richard Nixon. Com a ajuda de um intérprete, o ditador brasileiro disse que sua “visita e as boas-vindas do presidente norte-americano foram muito acima de qualquer coisa que havia esperado”^{xx}. Ele tentou deixar claro que falava de igual para igual ao dizer jocosamente que estava na boca do povo que “ele e o presidente se davam muito bem, que se tornaram amigos e foi por isso que as pessoas lhe estavam pedindo que intercedesse junto ao presidente”, ao que Nixon concedeu, completando que sentia que eles tinham “estabelecido uma relação próxima e verdadeiramente amigável”.

Os “verdadeiros amigos” continuaram a reunião conversando sobre Cuba e o fato de que nenhum dos dois queria qualquer tipo de relação com a ilha comunista. Foi quando Nixon sugeriu abrir uma linha de comunicação secreta, à qual nem mesmo os diplomatas e seus respectivos Ministérios das Relações Exteriores teriam acesso. Nixon disse que iria nomear o assessor de Segurança Nacional, Henry Kissinger, como o único a manejar tal canal; Médici apontou o ministro das Relações Exteriores, Gibson Barbosa, que já seria responsável por um arquivo especial em que tudo era escrito à mão, de modo que “nem mesmo os datilógrafos tinham conhecimento de nada”. Depois de tratar da situação na Bolívia e sublinhar a dificuldade que tinha “no trato com os latino-americanistas”, Nixon perguntou o que Médici pensava da situação no Chile. Médici respondeu com tranquilidade, assegurando que “Allende seria derrubado pelas mesmas razões que Goulart havia sido derrubado no Brasil”.

Apesar de o clima de amizade não ter sido uma constante durante as duas décadas do regime militar brasileiro, em seus primeiros anos o país, outrora visto como uma potencial nova China, tornara-se um aliado importante e um parceiro sólido. Principalmente quando, em 1970, uma possível nova Cuba emergia no Cone Sul. A eleição do socialista Salvador Allende no Chile foi o início de uma parceria.

Primeiros contatos

Em 1977, uma rua bucólica na região metropolitana de Santiago recebeu o nome de Antônio Cândido da Câmara Canto. Era o ano de sua morte. Em sua terra natal homenagens semelhantes ocorreram. Mas é difícil para os atuais moradores dessa rua do Chile entenderem por que um diplomata brasileiro mereceu tal distinção. Embaixador do Brasil no Chile entre 1968 e 1975, Câmara Canto não era um oficial comum. Boa parte de seu mandato foi dedicada ao enfraquecimento de Salvador Allende e ao fortalecimento de Augusto Pinochet.

Câmara Canto era um homem cheio de convicções. Em abril de 1969, coordenou a Comissão de Investigação Sumária, um grupo designado pelo Ministério das Relações Exteriores para expulsar os comunistas de seu corpo de trabalhadores. Ele se tornaria o maior expurgo da história da diplomacia brasileira, revogando 44 mandatos. Deles, no entanto, apenas quatro foram por motivação política. Câmara Canto decidiu utilizar a oportunidade para se livrar de alcoólatras e homossexuais. “Aguentas una verdad?”, dizia aos réus em espanhol. Um dos funcionários demitidos, que não tinha ligações com o partido comunista, perguntou por que ele perdera o emprego. A resposta, o *Jornal do Brasil* não se atreveu a escrever plenamente: “Fostes punido porque eres (impublicável, designando homossexual)”^{xxi}. Outra vítima da Comissão foi o poeta e diplomata Vinícius de Moraes. Quando soube que a Comissão tinha como alvos homossexuais e boêmios, ele se antecipou anunciando: “Eu sou um alcoólatra!”^{xxii}

Durante a presidência de Eduardo Frei, inclusive no período em que a Embaixada estava sob o comando de Câmara Canto, o governo brasileiro manteve uma relação tensa, mas cordial com as autoridades chilenas. Em abril de 1970, o governo chileno decidiu apoiar a candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança das Nações Unidas^{xxiii}. Além do comércio econômico, os países mantiveram uma programação intensa de eventos culturais,

como festivais de cinema e arte. Preocupado com o futuro de tais conexões, Câmara Canto acompanhou de perto a candidatura de Salvador Allende. Ao longo do ano de 1970, ele enviou ao Ministério das Relações Exteriores relatórios detalhados sobre cada manifestação, evento ou depoimento envolvendo lideranças da Unidade Popular^{xxiv}.

Durante a campanha presidencial, a ditadura brasileira tornou-se um alvo para a esquerda chilena. Santiago foi palco de vários protestos, especialmente nos campi universitários. Um grupo de estudantes brasileiros que havia chegado à cidade para um programa de intercâmbio chegou a sofrer ameaças de “estudantes de esquerda” e foi obrigado a deixar o campus da Universidade do Chile^{xxv}. Canto considerou o episódio uma demonstração da “ampliação e profundidade alcançada neste país da campanha de difamação internacional organizada pela mídia contra o governo brasileiro”^{xxvi}.

Após a posse de Allende, a imprensa intensificou os ataques. O jornal *La Nación*, considerado por Canto uma publicação “oficial”, escreveu um editorial agressivo em dezembro de 1970. O embaixador telefonou para o diretor-geral do Ministério das Relações Exteriores do Chile. “Depois de dizer que estava arrependido, ele atribuiu o editorial ao fato de que os vários setores da nova administração ainda não estavam coordenados”^{xxvii}. Menos de uma semana depois, Salvador Allende deu a sua primeira conferência de imprensa internacional, recebendo jornalistas de vários países, incluindo o Brasil, em sua residência oficial. Ele afirmou que aspirava manter relações cordiais com o país vizinho, pois “nada pode alterar esta amizade”^{xxviii}. Mas o recém-empossado presidente também reclamou da cobertura da imprensa brasileira de sua eleição e das constantes acusações de que ele iria acabar com a democracia no Chile^{xxix}.

Nos primeiros meses do governo de Allende, a aparente cordialidade era um elemento importante nas relações entre Brasil e Chile. Uma sensação de continuísmo se via em eventos como a XI Bienal de São Paulo, em 1971, para o qual o governo chileno enviou obras de arte, e a Feira Internacional de Santiago (FISA), em que o governo brasileiro exibiu anualmente suas mais recentes inovações agrícolas desde 1960. O Brasil, porém, não se absteve de rispidez com o país no campo internacional. Em 21 de janeiro de 1971, Murillo Vasco do Valle e Silva, Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), enviou uma carta ao presidente Emílio Garrastazu Médici para recomendar a expulsão do Chile da Junta Interamericana de Defesa (JID). Comparando a situação ao que ocorreu em 1961, quando os Estados Unidos exigiram a retirada da delegação cubana da

instituição, Valle e Silva argumentou que “embora o programa socialista em desenvolvimento pelo presidente Salvador Allende no Chile não declare abertamente a adesão a princípios marxista-leninistas, ele tende a criar desarmonia e desconfiança nos organismos onde são discutidas medidas de proteção contra a infiltração ideológica comunista no continente americano”^{xxx}.

O projeto de pôr fim a tal “desarmonia e desconfiança” criou conexões entre os líderes de direita do Chile e do Brasil. Em um “telegrama estritamente confidencial”, um jornalista ligado ao ex-presidente chileno Jorge Alessandri alertou sobre um plano para criar uma guerrilha contra o “perigo vermelho”^{xxxi}. Um mês mais tarde, um outro telegrama descrevia uma sala, dentro do Ministério do Exército, na qual as autoridades estudavam mapas e maquetes dos Andes, onde a guerrilha anticomunista operaria^{xxxii}. O Exército brasileiro ajudaria a ensinar técnicas de combate, enviando “vários agentes secretos que entrariam no Chile disfarçados como turistas”^{xxxiii}. Chilenos que se opunham ao governo da Unidade Popular seriam treinados para, depois, lutar contra Allende.

No espectro político doméstico, a impaciência reinava no Chile. O secretário-geral do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), Miguel Enriquez, queixava-se da timidez das ações de Allende e sugeria que a população invadisse fazendas e indústrias, tomando forçosamente o que “pertencia a eles”, em vez de esperar a restituição do governo^{xxxiv}. Mas se houve um momento que simbolizou essa instabilidade, ele se deu em 1971, quando Fidel Castro decidiu visitar o Chile, promovendo o que o Partido Comunista de Cuba chamou de “um encontro simbólico de dois processos históricos”^{xxxv}. O jornalista e diplomata José Rodríguez Elizondo o definiu de forma diferente, afirmando que Castro sabotara o governo da Unidade Popular. “Em primeiro lugar, não há silogismos para situações complexas. Em segundo lugar, os iluminados sempre tentam arrastar seus amigos, mesmo que seja para a morte e, em terceiro, os iluminados não podem ter amigos, apenas seguidores”^{xxxvi}.

Adivinhe Quem Vem para o Jantar?

Em sua longa passagem pelo país, Castro sintetizou temores internacionais e fragilidades internas. Por ocasião do primeiro aniversário de seu governo, Allende anunciou para uma multidão reunida para as celebrações no Estádio Nacional que o líder cubano

chegaria em breve. Embora as autoridades chilenas o tivessem convidado para uma visita de dez dias, *El Comandante* nunca confirmou quanto tempo pretendia ficar. Muito antes do desembarque de Castro, no entanto, a ditadura brasileira já estava atenta à aproximação entre Chile e Cuba. No dia da posse de Allende, Antônio Câmara Canto escreveu algumas linhas sobre a opinião do novo presidente em relação à participação do Chile na Organização dos Estados Americanos (OEA) e dedicou mais da metade de seu telegrama a Cuba. O embaixador comunicou ao governo brasileiro as intenções de Allende de estreitar as relações com a ilha caribenha, “um direito que pertence ao Chile e que o país vai desenvolver com dignidade, de acordo com uma nação soberana^{xxxvii}. Ele advertiu, no entanto, que o governo chileno o faria unilateralmente, sem pedir autorização à OEA”. Câmara Canto acrescentou que um grupo de trinta representantes de Cuba iria participar da cerimônia de posse, que era “o primeiro contato entre o país e o novo presidente do Chile”.

A apreensão cresceu quando as notícias da iminente viagem do líder cubano começaram a se espalhar. Um dia antes da chegada de Castro, em seu primeiro telegrama confirmando detalhes da visita, Câmara Canto arriscou comunicar ao governo brasileiro que o político cubano ficaria por dez dias^{xxxviii}. Dois dias depois, descreveu o pouso de um “gigantesco Ilyushin, da empresa soviética Aeroflot, sob a proteção do regime de segurança mais rigoroso já visto no Chile”^{xxxix}. Durante os dias seguintes, o embaixador do Brasil narrou cada passo do líder cubano. Em 12 de novembro, ele comunicou a chegada do ex-candidato presidencial e secretário do Partido Socialista francês, François Mitterrand, e do prefeito de Marselha, Gaston Deferre, para uma visita de uma semana para “examinar a experiência política chilena atual”^{xl}. Em 14 de novembro, detalhou as quatro horas de duração do discurso de Castro na Universidade de Antofagasta e o comparou a um comediante mexicano. “Em alguns momentos, eu tenho a impressão de ouvir Cantiflas. Em todo caso, para a presente massa de pessoas, obcecadas e claramente de esquerda, o discurso da hiena do Caribe, assim chamado por *La Prensa* e *Tribuna*, foi uma lição verdadeiramente revolucionária”^{xli}.

No final da primeira semana, Câmara Canto elaborou um extenso relatório sobre as consequências políticas da visita. “Para Allende, a visita de Fidel é, até o momento, pelo menos, um grande sucesso. Isso porque o comandante de Sierra Maestra está agindo em território chileno mais como um político da Unidad Popular do que como um chefe-de-estado estrangeiro”^{xlii}. Câmara Canto parecia impressionado com o fato de que Castro foi

capaz de “eclipsar” a figura de Che Guevara, que costumava ser apontado como o “guia espiritual de todo o movimento latino-americano de esquerda”. Esta presença carismática foi uma “contribuição do Primeiro-ministro para Allende, pois é sabido que o MIR tem sido impaciente, o seu Secretário-Geral está em desacordo com a UP, seus guerrilheiros promovem ações violentas no sul do país. Qualquer menção ao nome de Guevara durante a visita de Fidel iria intensificar as manifestações a favor do caminho das armas e, até este momento, Allende aponta para a via chilena”.

Esta observação acurada, vista em primeiro lugar como a contribuição de Castro para Allende, iria se transformar no que alguns estudiosos consideram ser o início do colapso da “via chilena para o socialismo”. O historiador Alberto Aggio sugere que houve dois passos para tal processo^{xliii}. Em primeiro lugar, a figura magnética de Castro ofuscou o presidente chileno. Encarnando o comunismo desejado por líderes de movimentos de esquerda no Chile, ele roubou toda a atenção de Allende justamente no momento em que o governo comemorava os resultados das eleições municipais que confirmavam a aprovação popular. Ao lado de um dos jovens líderes mais carismáticos da época, Allende parecia “o tio do herói”^{xliv}. Mais tarde, quando Fidel decidiu permanecer no país por muito mais tempo do que se poderia prever, ele se assemelhava cada vez mais a um convidado inconveniente, seus olhares charmosos esvanecendo, o odor de novidade transformando-se em mesmice.

Castro permaneceu por 23 dias, visitando mais de uma dúzia de cidades. Tempo suficiente para fazer discursos raivosos em relação a questões internas e criar constrangimentos com países vizinhos^{xlv}. Enquanto Salvador Allende tentava valorizar o resultado das eleições municipais para controlar as demandas de grupos de esquerda e da oposição, Castro falava abertamente sobre uma abordagem marxista mais radical, uma vez que “para unir e travar a luta não é necessário que todos concordem com tudo”^{xlvi}. Enquanto Allende usava um tom conciliador para solucionar a crise na Universidade do Chile e convencer os trabalhadores a evitarem a violência, Castro afirmava que, “quando um processo revolucionário começa, quando uma crise revolucionária é produzida, as lutas e batalhas tornam-se tremendamente agudas”.

O governo de Salvador Allende foi vítima de sua moderação. No meio da Guerra Fria, era um inimigo dos Estados Unidos e do Brasil, mas ao mesmo tempo não era revolucionário o suficiente para ganhar apoio financeiro e militar equivalente ao que Cuba

e União Soviética ofereceram a outros países socialistas. Lubna Z. Qureshi pondera que o Chile era “muito frágil para suportar qualquer movimento de libertação nacional, muito menos a sua própria” e, no dia do golpe, menos de 150 agentes cubanos estavam no Chile, enquanto Castro despachou 36 mil tropas para Angola em 1975^{xlvi}. Tanya Harmer, por sua vez, demonstra que o golpe chileno não foi o resultado de um embate Washington-Moscou, mas da disputa entre Cuba, Chile, Estados Unidos e Brasil. Na América do Sul, ela afirma, a Guerra Fria não era bipolar, mas um conflito multidimensional, em que Cuba e outros países do continente tiveram um papel decisivo^{xlviii}.

Castro ainda estava no Chile quando a oposição a Salvador Allende organizou a “Marcha das Panelas Vazias”. O movimento a favor de um plebiscito para decidir se o presidente chileno deveria permanecer no poder ganhou força. Allende reagiu com ousadia. “Um germe fascista está mobilizando certos setores de nossa juventude, especialmente nas universidades”, disse ele durante uma reunião de despedida a Fidel Castro, em 2 de dezembro de 1971^{xliv}. Como se pressentisse o que Emílio Garrastazu Médici diria alguns dias depois, enquanto conversava com Richard Nixon na Casa Branca, Allende se comparou ao presidente brasileiro deposto, João Goulart. “Os eventos são semelhantes aos vividos no Brasil durante o governo Goulart”. E continuou, em um segundo presságio. “Eu não sou um mártir... Vou deixar La Moneda só quando tiver cumprido a tarefa que me foi confiada pelo povo. Só a balas podem me impedir de cumprir o programa popular”^l.

O golpe chileno

A conversa entre Emílio Garrastazu Médici e Richard Nixon, na manhã de 09 de dezembro de 1971, mostra que a cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos para a derrubada de Allende foi muito mais direta e intensa do que os historiadores demonstraram até então. Apenas um ano depois da posse de Allende, o presidente norte-americano falou abertamente sobre um golpe de Estado, indagando a Médici se ele achava que as “Forças Armadas chilenas estariam prontas para derrubar Allende”^{li}. O ditador brasileiro respondeu que “sentia que, sim, estavam, acrescentando que o Brasil estava enviando muitos oficiais ao país e tornando claro que o Brasil estava trabalhando nesse sentido”. Nixon, então, disse que era importante que os dois países trabalhassem em conjunto e ofereceu apoio. “Se dinheiro ou alguma outra ajuda discreta for necessária, poderia torná-la disponível. Isto

deve ser realizado na maior confiança. Mas temos de tentar evitar novos Allendes e Castros e tentar, sempre que possível, reverter essas tendências”. Médici completou que estava feliz por saber que suas opiniões eram tão semelhantes.

Na verdade, os membros do governo brasileiro previram o golpe antes mesmo da eleição de Allende. Em 18 de maio de 1970, o coronel Luiz José Torres Marques escreveu uma carta de três páginas ao Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas detalhando uma reunião com Câmara Canto. Marques, um supervisor de voo, foi à embaixada para se apresentar e ficou surpreso com o convite para discutir a situação política interna do Chile com secretários da Embaixada e adidos militares^{lii}.

O supervisor de voo afirmou que a situação era grave e listou várias razões pelas quais o governo brasileiro deveria se preocupar: o Partido Comunista era legal; a maioria da população e os militares se opunham às ditaduras; o MIR estava ganhando força. Cometendo um erro de ortografia no nome de Radomiro Tomic, ele descreveu as previsões dos diplomatas brasileiros para as eleições presidenciais que se aproximavam: uma vez que os “51 votos do Partido Democrata Cristão são heterogêneos, os 27 votos de direita vão para Alessandri e os 54 votos da Unidad Popular para Allende, é provável que Atomic fique na terceira posição. Depois de afirmar que ambos, “Allende e Atomic são comunistas”, o embaixador recomendou Alessandri, “um homem austero e digno de todos os pontos de vista, o favorito entre os classe alta”, como a melhor escolha para “aqueles que não querem ver o comunismo no país”.

A narrativa de Marques demonstra que, além de uma visão clara das tendências do congresso chileno, o mais importante representante do governo brasileiro no país tinha uma estratégia de reação para cada resultado possível. Segundo ele, na hipótese de Alessandri ganhar a maioria, o Chile continuaria a ser uma democracia. A segunda situação era Alessandri vencer com uma pluralidade. Nesse caso, o Congresso teria que escolher um candidato. Em seguida, o diplomata sugeriu duas outras hipóteses: “Alpha: o congresso referenda Alessandri... Beta: o Congresso referenda Allende”. No caso Beta, a consequência provável seria um “movimento militar contra Allende”. Havia, ainda, uma terceira possibilidade: a de Allende ganhar com uma pluralidade. Nesse caso, Câmara Canto previa reações militares se Allende fosse nomeado presidente e uma “reação subversiva” se Alessandri o fosse.

Marques descreveu como tensa a vida de Câmara Canto no Chile. “Sua Excelência, o embaixador, e sua família vivem enclausurados em sua casa, no interior da embaixada, e, no caso de terem que sair por causa de obrigações de trabalho, os secretários de embaixada e adidos militares brasileiros lhes dão alguma cobertura, funcionando como se fossem policiais”. A razão para esse temor eram “ameaças frequentes de elementos subversivos nacionais e dos brasileiros, refugiados no Chile desde a revolução março 1964”. Marques termina o seu relatório pedindo ao governo brasileiro para reforçar a segurança na embaixada, comprovando que o clima no país era inquietante contra os representantes brasileiros. “Fui aconselhado a usar roupas civis para minha própria segurança”.

Problemas domésticos chilenos foram acompanhadas de perto pelo governo brasileiro. Câmara Canto relatava em detalhes as manifestações organizadas pelos partidos da oposição, a escassez de alimentos e as operações policiais^{liii}. Confrontos entre grupos de esquerda e autoridades também faziam parte dos relatórios^{liv}. Uma divisão do Ministério das Relações Exteriores, o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), acompanhou de perto os passos dos quase cinco mil exilados brasileiros que viviam no Chile^{lv}. Várias outras agências governamentais, como o Serviço Nacional de Informação e o Centro de Informações da Aeronáutica, juntaram-se ao monitoramento^{lvi}.

Após o golpe militar no Brasil, em 1964, vários exilados mudaram-se para o país vizinho. Euclides Moraes Gomes foi um deles. Depois do golpe no Chile, ele foi viver na Europa, onde prestou um testemunho à Anistia Internacional e confirmou a participação dos brasileiros na derrubada de Allende, a começar pelo monitoramento constante dos exilados^{lvii}. Fernando Gabeira, também residente no Chile no momento do golpe, lembra que “contos sobre como a Embaixada do Brasil recusou-se a ajudar os brasileiros que precisavam de ajuda devido ao golpe são famosos. Mais tarde, o Brasil ajudou diretamente na repressão, algo confirmado por aqueles que foram torturados por soldados brasileiros no Estádio Nacional”^{lviii}. No momento das acusações de Gabeira, a maior parte dos documentos oficiais presentes neste artigo ainda era mantida em sigilo.

O apoio do governo brasileiro foi além de reuniões secretas. Em 1985, enquanto o Chile estava ainda sob o governo de Augusto Pinochet e o Brasil elegeu seu primeiro presidente civil em mais de vinte anos, Nathaniel Davis publicou o relato dos anos anteriores ao golpe chileno, quando era embaixador dos Estados Unidos em Santiago. Ele cunhou a expressão “Brazil Connection” para explicar a influência brasileira no processo^{lix}.

O primeiro braço dessa operação era o empresariado brasileiro. Davis evoca uma série de testemunhos orais, como o do diplomata norte-americano Edward M. Korry, que declarou que “o apoio técnico e psicológico real veio do governo militar do Brasil”^{lx}. Ele cita, ainda, um artigo do *The Washington Post* segundo o qual “o setor privado teve um papel crucial na preparação de ambas as intervenções e os empresários brasileiros que tramaram a derrubada do governo de esquerda do presidente João Goulart, em 1964, eram as mesmas pessoas que aconselharam a direita chilena sobre como lidar com o marxista Allende”^{lxi}.

A imprensa chilena também denunciou as ligações entre empresários brasileiros e a oposição a Allende. Em novembro de 1971, o jornal *Última Hora* relatou a visita do ex-ministro do Planejamento, Roberto Campos, o chamado “espírito econômico por trás ditadura brasileira”. De acordo com a publicação, ele manteve “silenciosamente contato com a extrema-direita e era a pessoa indicada para estabelecer contatos de alto nível entre a direita chilena e a brasileira”^{lxii}. Ao descrever ao governo brasileiro a reportagem do jornal esquerdista, Câmara Canto chamou de uma peça “obviamente distorcida”, em que as relações de Campos com os capitalistas sul-americanos haviam sido acentuadas.^{lxiii}

O segundo braço da “Brazil Connection”, de acordo com Davis, era o próprio embaixador brasileiro:

No almoço comigo no final de março 1973, ele fez uma série de sugestões (que eu recusei), tentando me atrair para um planejamento cooperativo, uma coordenação entre embaixadas, um esforço conjunto para enfraquecer o governo Allende. Mais tarde, percebi que as reminiscências dos principais planejadores do golpe como o General Arellano refletiam um laço especial de consideração com o embaixador brasileiro, que se manifestava até mesmo nos frenéticos dias anteriores ao 11 de setembro. Tudo somado, não há dúvida na minha mente de que as alegações de uma conexão brasileira são verdadeiras^{lxiv}.

Em um telegrama para o governo brasileiro, Câmara Canto afirmou que a única maneira de garantir “eleições livres e democráticas no Chile, em 04 de março, é o Exército”^{lxv}. Após o resultado das eleições parlamentares de março de 1973, de que a Unidade Popular saiu vitoriosa, Câmara Canto levantou a hipótese de fraude. Em 14 de maio de 1973, ele escreveu ao governo brasileiro sobre a possibilidade de uma guerra civil. E repetiu o alerta em 11 de junho, referindo-se também a um possível golpe de Estado^{lxvi}. Um mês antes da derrubada de Allende, ele escreveu que a situação no país era calamitosa. “Não há combustível, não há ônibus, não há caminhões para o transporte de todos os tipos

de matérias-primas, nenhuma conversa entre o governo e a oposição, em resumo, não há gabinete”^{lxvii}.

Considerações finais

Menos de um mês após o golpe de Estado no Chile, quando ainda comemorava a popularidade adquirida com o Prêmio Internacional Neustadt de Literatura, Gabriel García Márquez declarou ser o Brasil perigoso para todas as nações da América do Sul e acusou o país de orquestrar a derrubada de Salvador Allende, no Chile, a deposição de Juan José Torres, na Bolívia, e a dissolução do congresso por Juan María Bordaberry no Uruguai. García Márquez advertiu que a Argentina seria a próxima vítima da ditadura brasileira, aliada a outras forças imperialistas^{lxviii}. Embora as acusações de personalidades e instituições internacionais tenham repercutido logo após o golpe de Estado chileno, os estudiosos não se dedicaram a examinar a influência brasileira na destituição de Allende. A falta de fontes documentais, que somente agora se tornaram públicas, é a melhor explicação para tal ausência.

Entre 2012 e 2014, no entanto, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) reuniu um acervo de milhares de documentos, fotografias e depoimentos de testemunhas dos crimes cometidos durante a ditadura militar brasileira. Como demonstrado neste artigo, eles revelam que a conexão entre Brasil e Chile foi instrumental para a solidificação do golpe militar que derrubou o presidente eleito Salvador Allende, seja pelos recursos enviados diretamente para tal fim, seja pela certeza de que, além da parceria com os Estados Unidos, o golpe teria o apoio do maior país da América do Sul. Apesar de os volumes pertencentes ao acervo da CNV serem compostos majoritariamente de documentos administrativos, muitos deles apontam para a preocupação do governo militar brasileiro com os países vizinhos. O monitoramento de exilados brasileiros no Chile e as notícias diárias sobre o contexto político chileno enviadas pelo então embaixador em Santiago, Antônio Câmara Canto, corroboram a noção de que um governo socialista seria demasiadamente ameaçador para que o governo brasileiro permanecesse inerte.

Os documentos recentemente desclassificados pela CNV mostram que García Márquez tinha razão. A influência brasileira foi além de suas fronteiras, chegando a vários países do Cone Sul. Eles também confirmam que a cooperação brasileira com a ditadura

chilena continuou por muitos anos durante o regime de Augusto Pinochet. Quando a União Soviética cancelou o envio de trigo para o Chile, os Estados Unidos abriram uma linha de crédito para permitir que o país comprasse o grão. Poucos dias depois, o governo brasileiro doou ao Chile um navio cheio de farinha de milho^{lxi}. Os militares brasileiros também enviaram armas para o país, com o brasão da república brasileira cuidadosamente esmerilhado, o que demonstra a preocupação em esconder os detalhes do apoio e, ao mesmo tempo, a sua extensão^{lxx}.

Em 11 de setembro de 1973, o dia do golpe, Câmara Canto enviou vários telegramas para o governo brasileiro em que comemorava o novo regime. O conselheiro Tomás Amenábar Vergara, chefe do Estado-Maior do Ministério das Relações Exteriores do Chile, foi ao consulado brasileiro para comunicar a nova organização governamental^{lxxi}. Um mês depois do golpe, um extenso relatório do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) narrou o retorno à “normalidade” no Chile, afirmando que “as escolas estavam abertas, a polícia estava em busca de armas, nove pessoas foram sumariamente fuziladas em 30 de setembro, outras três foram executados em Santiago no mesmo dia, e outras seis, baleadas em Iquique”^{lxxii}. Para os militares por trás do golpe brasileiro, esse era um dia “normal”.

Os documentos da CNV, combinados à correspondência entre diplomatas brasileiros e chilenos nos anos 1970, presentes no Arquivo do Itamaraty, sugerem a necessidade de uma nova perspectiva em relação ao papel do governo militar brasileiro nas relações internacionais durante os anos 1960 e 1970, o auge da Guerra Fria. Por um lado, os estudos sobre as questões domésticas da ditadura militar se proliferaram. Por outro, no que concerne à política externa, historiadores tendem a dedicar-se à análise das relações entre Brasil e Estados Unidos — já extensivamente investigada por historiadores como Ruth Leacock, Phyllis R. Parker, Moniz Bandeira, E. Bradford Burns, W. Michael Weis, Thomas E. Skidmore, James N. Green, Carlos Fico, Matias Spektor e Jan Knippers Black, entre tantos outros — ou às articulações dos Estados Unidos no apoio ao golpe de 11 de setembro de 1973, no Chile, como fizeram Russell Crandall, Eduardo Galeano, Peter Kornbluh, Edward S. Herman, Kathryn Sikkink, Florencia Varas e Steve J. Stern. Esse novo corpo de documentos, no entanto, oferece uma avenida investigativa inédita, em que o Brasil aparece como uma influência transnacional essencial para a onda de golpes militares de direita que assolou o continente.

Apenas quatro anos após o 11 de setembro chileno, oficiais brasileiros anunciaram o fim da resistência dos grupos de esquerda. Agora, eles afirmavam, as Forças Armadas seriam necessárias para resistir à “próxima luta anti-subversiva. Essa orientação vai exigir um esforço enorme, uma vez que os militares chilenos necessitam de todo um novo sistema de inteligência e treinamento específico para enfrentar guerrilheiros urbanos”^{lxxiii}. O relato reconhece, ainda, a presença dos Chicago Boys no governo, um grupo que “propõe diretrizes econômicas conservadoras”. Após o golpe, as autoridades brasileiras também acompanharam os exilados chilenos e brasileiros e suas supostas tentativas de remover Pinochet^{lxxiv}. A série de eventos apresentados neste artigo é parte de um grande apoio, negligenciado durante anos, guardado no que os brasileiros aprenderam a chamar de “porões da ditadura”. Atestar a contribuição do governo militar brasileiro para a disseminação e a consolidação de regimes semelhantes na América do Sul abre a possibilidade de aprofundar o conhecimento das políticas externas desses governos, enfatizando não apenas a influência norte-americana, mas as relações inter-regionais que também foram indispensáveis ao crescimento das ditaduras de direita durante a década de 1970.

Referências

- AGGIO, Alberto. “Uma Insólita Visita: Fidel Castro no Chile de Allende.” *Revista História*. São Paulo, Volume 22, Número 2, 2003, 151-166.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil - Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950 - 1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BITAR, Sergio. *El gobierno de Allende. Chile 1970 – 1973*. Santiago: Pehuén Editores, 2013.
- BLACK, Jan Knippers. *United States Penetration of Brazil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977.
- BURNS, E. Bradford. *A History of Brazil*. New York: Columbia University Press, 1993.
- CAVALCANTI, Pedro Uchôa, Pedro Celso e Jovelino Ramos (eds.). *Memórias do exílio, 1964 / 19???: De muitos caminhos*. Vol. 1. São Paulo: Livramento, 1978.
- CHIRIO, Maud. *A Política dos Quartéis*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- COSTA, Albertina de Oliveira, Maria Teresa Porciúncula de Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima (eds.). *Memórias das mulheres do exílio*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CRANDALL, Russel. *The United States and Latin America after the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

- DAVIS, Nathaniel. *The Last Two Years of Salvador Allende*. Ithaca: Cornell University, 1985.
- ELIZONDO, José Rodríguez. “El invierno del Mesías,” *In: Caretas*, Ed 1695, November 8, 2001.
- FICO, Carlos. *Como Eles Agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- _____. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar Nenhum - Militares e Civis na Ocultação dos Documentos da Ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- GREEN, James Naylor. *We Cannot Remain Silent: Opposition to the Brazilian Military Dictatorship in the United States*. Durham: Duke University Press, 2010.
- HARMER, Tanya. *Allende's Chile and the Inter-American Cold War*. Chapel Hill: UNC Press, 2011.
- _____. “Brazil's Cold War in the Southern Cone 1970-1975”, *In: Cold War History*, Volume 12, Número 4, 2012.
- HERMAN, Edward S. *The Real Terror Network: Terrorism in Fact and Propaganda*. Washington: South End Press, 1982.
- KORNBLUH, Peter. *The Pinochet file: a declassified dossier on atrocity and accountability*. New York: New Press, 2004.
- LEACOCK, Ruth. *Requiem for Revolution - The United States and Brazil, 1961-1969*. Kent: The Kent State University Press, 1990.
- MARQUES, Teresa Cristina Schneider Marques. “Lembranças do exílio: as produções memorialísticas dos exilados pela ditadura militar brasileira.” *In: Elias Medeiros; Naiara Molin. (Org.). A construção da memória política*. Pelotas-RS: UFPEL, 2011.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- PARKER, Phyllis R. *1964: O Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- QURESHI, Lubna Z. *Nixon, Kissinger, and Allende: U.S. Involvement in the 1973 Coup in Chile*. Lanham: Lexington Books, 2008.
- ROJAS, Alejandra. *Salvador Allende: una época en blanco y negro*. Buenos Aires: El Pais/Aguilar, 1998.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- SIKKINK, Kathryn. *Mixed Signals—U.S. Human Rights Policy and Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 2004.
- SKIDMORE, Thomas E. *The politics of Military Rule in Brazil 1964-85*. New York, Oxford University Press: 1988.
- _____. *Politics in Brazil 1930-64: An experiment in democracy*. New York: Oxford University Press, 2007.
- SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- SPOONER, Mary Helen. *The General's Slow Retreat: Chile after Pinochet*. University of California Press, 2011.
- STERN, Steve J. *Remembering Pinochet's Chile: On the Eve of London 1998*. Durham: Duke University Press, 2006.

VARAS, Florencia. *Conversaciones con Viaux*. Santiago: Impresiones EIRE, 1972.

VELOSO, Fernando A., André Villela and Fabio Giambiagi. "Determinantes do 'milagre' econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica," *In: Revista Brasileira de Economia*, Volume 62, Número 2, Rio de Janeiro Apr./June 2008, 222.

WEIS, Michael. *Cold warriors & coups d'état: Brazilian-American Relations, 1945-1964*. University of New Mexico Press, 1993.

YOMA, Marisi Pérez Zujovic. *La gran testigo: el asesinato de mi padre durante la Unidad Popular*. Santiago: Editorial Catalonia, 2013.

Fontes (com sua recensão e geração)

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 389/73, BRAN, BSB, IE 11.1, 25-61, Agosto 8, 1973.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 154/77, BRAN, BSB, IE 16.4, p. 1/52, 14 de abril de 1977.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, EMFA, "Consbras Montevideu para Secretaria Estado, Atividades Subversivas na Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia e Uruguai", 7 de abril de 1976.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, CIEX, "Portugal. Refugiados brasileiros. Euclides Moraes Gomes. "AI", 19 de agosto de 1976.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, EMFA, EM no 01 FA-2-25, Brasília, DF, 21 de janeiro de 1971.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, EMFA, Informes sobre o Chile, Parte S/No, Brasília, DF, 18 de maio de 1970.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 543/73, BRAN, BSB, IE 11.3, p. 114/121, 30 de outubro de 1973.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 522/73, II, no 671 - 90/91, 5 de outubro de 1973.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, no 006/ FA-12-041, 17 de janeiro de 1975.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 13 de setembro de 1973. DMP/600(B39)(571).

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 487/73, BRAN, BSB, IE 11.3, p. 28/121, 5 de outubro de 1973.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 566/73, BRAN, BSB, IE 16.4, p. 1/52, 14 de abril de 1977.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 154/77, BRAN, BSB, IE 11.4, p. 45/109, 13 de novembro de 1973.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 19187, de 18 de junho de 1971. DFE/DPR/660.7.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 2 349, 10 de abril de 1970, DNU/DBP/604.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 2 052, 18 de junho de 1971, DFE/DPR/660.7.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 17534, 22 de setembro de 1970 DBP/600.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 9125, 27 de junho de 1970. DCInt/DBP/542.6(32) and 542.64.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 25366, 4 de dezembro de 1970. AIG/DBP/DSI/500 591.71.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 25786, 9 de dezembro de 1970. DBP/DTBP/601.4.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 062195, 03 de novembro de 1971. BBP/600.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 21612, 30 de outubro de 1970. AIG/DBP/601.4.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 064043, 9 de novembro de 1971. DBP/DAC/430(24h).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 064860, 11 de novembro de 1971. DBP/DAC/430(24h).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 065394, 12 de novembro de 1971. DBP/DEOc/920(85).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 065769, 14 de novembro de 1971. DBP/DAC/920(24h).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 066067, 16 de novembro de 1971. DBP/DAC/430(52).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 06 de abril de 1972. DMP/600(20).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 22 de abril de 1972. DBP/600(20).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 069743, 26 de novembro de 1971. AIG/DSI/DBP/591.71.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 011923, 2 de fevereiro 1973. DBP/600(B39)602.2(B39).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 11 de junho de 1973. DAM-I/600(B39)611.5(B39).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 04 de agosto de 1973. DAM-I/600(B39).

Washington, National Archives of the United States, “Meeting with President Emílio Garrastazu Médici of Brazil on Thursday, December 9, 1971, at 10:00 a.m., in the President’s Office, the White House”. Memorandum for the President’s File. 9 de dezembro de 1971.

Notas:

ⁱ Este artigo é uma versão substancialmente revisada e modificada de um trabalho previamente publicado em inglês na *Revista Estudios de Seguridad y Defensa, Departamento de Investigación de la Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos de Chile* (ANEPE) de setembro de 2014. Ele inclui documentos, passagens e debates historiográficos que não estavam presentes na primeira versão.

ⁱⁱ Tal documento sugere não apenas o conhecimento pelo governo brasileiro deste encontro entre militares chilenos, mas a participação do mesmo. Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 389/73, BRAN, BSB, IE 11.1, 25-61, Agosto 8, 1973.

ⁱⁱⁱ Exemplos desses casos são Lucas Figueiredo, *Lugar Nenhum - Militares e Civis na Ocultação dos Documentos da Ditadura* (São Paulo: Companhia das Letras, 2015); Rodrigo Patto Sá Motta, *As Universidades e o Regime Militar* (Rio de Janeiro: Zahar, 2014); Maud Chirio, *A Política dos Quartéis* (Rio

de Janeiro: Zahar, 2012); e James Naylor Green, *We Cannot Remain Silent: Opposition to the Brazilian Military Dictatorship in the United States* (Durham: Duke University Press, 2010).

^{iv} Mary Helen Spooner, *The General's Slow Retreat: Chile after Pinochet* (University of California Press, 2011).

^v Sergio Bitar, *El gobierno de Allende. Chile 1970 – 1973* (Santiago: Pehuén Editores, 2013).

^{vi} Marisi Pérez Zujovic Yoma, *La gran testigo: el asesinato de mi padre durante la Unidad Popular* (Santiago: Editorial Catalonia, 2013).

^{vii} Tanya Harmer, *Allende's Chile and the Inter-American Cold War* (Chapel Hill: UNC Press, 2011).

^{viii} Tanya Harmer, "Brazil's Cold War in the Southern Cone 1970-1975," *In: Cold War History*, Volume 12, Edição 4, 2012.

^{ix} Luiz Alberto Moniz Bandeira, *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008).

^x Denise Rollemberg, *Exílio: Entre raízes e radares* (Rio de Janeiro: Record, 1999); Teresa Cristina Schneider Marques, "Lembranças do exílio: as produções memorialísticas dos exilados pela ditadura militar brasileira." *In: Elias Medeiros; Naiara Molin. (Org.). A construção da memória política* (Pelotas-RS: UFPEL, 2011); Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciúncula de Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima (eds.) *Memórias das mulheres do exílio. Vol. 2.* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980); Pedro Uchôa Cavalcanti, Pedro Celso e Jovelino Ramos (eds.) *Memórias do exílio, 1964 / 19??: De muitos caminhos. Vol. 1* (São Paulo: Livramento, 1978).

^{xi} "Brasil falará em Washington como potência mundial," *Quê Pasa*, Número 8. Dezembro de 1971.

^{xii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 19187, de 18 de junho de 1971. DFE/DPR/660.7.

^{xiii} Fernando A. Veloso, André Villela and Fabio Giambiagi, "Determinantes do 'milagre' econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica," *In: Revista Brasileira de Economia*, Volume 62, Número 2, Rio de Janeiro Apr./June 2008, 222.

^{xiv} *Ibid*, 224.

^{xv} Matias Spektor, *Kissinger e o Brasil* (Rio de Janeiro: Zahar, 2009), 45.

^{xvi} James Green, *We Cannot Remain Silent: Opposition to the Brazilian Military Dictatorship in the United States* (Durham: Duke University Press, 2010).

^{xvii} "Student Disrupts a Meeting of O.A.S. During Medici Talk," *The New York Times*, 8 de dezembro de 1971.

^{xviii} "The Torture of a Brazilian," *The Washington Post*, 19 de setembro de 1971, 83.

^{xix} Richard Nixon: "Toasts of the President and President Medici of Brazil", 7 de dezembro de 1971. Online por Gerhard Peters e John T. Woolley, The American Presidency Project. <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=3247>.

^{xx} "Meeting with President Emilio Garrastazu Médici of Brazil on Thursday, December 9, 1971, at 10:00 a.m., in the President's Office, the White House". Memorandum for the President's File. 9 de dezembro de 1971.

^{xxi} *Ibid*.

^{xxii} "Itamaraty usou AI-5 para investigar vida privada e expulsar diplomatas," *O Globo*, 28 de junho de 2009.

^{xxiii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 2 349, 10 de abril de 1970, DNU/DBP/604.

^{xxiv} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 17534, 22 de setembro de 1970 DBP/600.

^{xxv} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 9125, 27 de junho de 1970. DCInt/DBP/542.6(32) e 542.64.

^{xxvi} *Ibid*.

^{xxvii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 25366, 4 de dezembro de 1970. AIG/DBP/DSI/500 591.71.

^{xxviii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 25786, 9 de dezembro de 1970. DBP/DTBP/601.4.

^{xxix} *Ibid*.

^{xxx} Arquivo Nacional do Brasil, EMFA, EM no 01 FA-2-25, Brasília, DF, 21 de janeiro de 1971.

^{xxxi} "O Brasil de Pinochet," *O Estado de São Paulo*, 31 de agosto de 2013.

^{xxxii} *Ibid*.

^{xxxiii} *Ibid*.

-
- ^{xxxiv} Todos esses eventos eram reportados ao governo brasileiro diariamente pelo então embaixador em Santiago, Antônio Câmara Canto. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 062195, 03 de novembro de 1971. BBP/600.
- ^{xxxv} Comisión de Orientación Revolucionaria del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, *Cuba-Chile, Encuentro simbólico entre dos procesos históricos* (Havana: Ediciones Políticas, La Habana, 1972), 13.
- ^{xxxvi} José Rodríguez Elizondo, “El invierno del Mesías,” *In: Caretas*, Ed. 1695, 8 de novembro de 2001, 9.
- ^{xxxvii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 21612, 30 de outubro de 1970. AIG/DBP/601.4.
- ^{xxxviii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 064043, 9 de novembro de 1971. DBP/DAC/430(24h).
- ^{xxxix} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 064860, 11 de novembro de 1971. DBP/DAC/430(24h).
- ^{xl} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 065394, 12 de novembro de 1971. DBP/DEOc/920(85).
- ^{xli} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 065769, 14 de novembro de 1971. DBP/DAC/920(24h).
- ^{xlii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 066067, 16 de novembro de 1971. DBP/DAC/430(52).
- ^{xliiii} Alberto Aggio, “Uma Insólita Visita: Fidel Castro no Chile de Allende”, *Revista História*. São Paulo, Volume 22, Número 2, 2003, 151-166.
- ^{xliv} Alejandra Rojas, *Salvador Allende: una época en blanco y negro* (Buenos Aires: El País/ Aguilar, 1998), 100.
- ^{lv} Castro fez críticas duras ao governo uruguaio, por exemplo, forçando as autoridades chilenas a declarar que não compartilhavam a mesma opinião do líder cubano. Ver Bandeira, 2008.
- ^{lvi} Comisión de Orientación Revolucionaria del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, *Cuba-Chile, Encuentro simbólico entre dos procesos históricos*. (Havana: La Habana, 1972), 265.
- ^{lvii} Lubna Z. Qureshi, *Nixon, Kissinger, and Allende: U.S. Involvement in the 1973 Coup in Chile* (Lanham: Lexington Books, 2008), 112.
- ^{lviii} Tanya Harmer, *Allende's Chile and the Inter-American Cold War* (Chapel Hill: UNC Press, 2011).
- ^{lix} Compañero Presidente, Ideário Político de Salvador Allende (Cidade do México: Editorial Samoc, 1973), 155.
- ^l *Ibid*, 157.
- ^{li} “Meeting with President Emílio Garrastazu Médici of Brazil on Thursday, December 9, 1971, at 10:00 A.M., in the President’s Office, the White House.” Memorandum for the President’s File, 9 de dezembro de 1971.
- ^{lii} Informes sobre o Chile, Arquivo Nacional do Brasil, EMFA, Parte S/No, Brasília, DF, 18 de maio de 1970.
- ^{liiii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 06 de abril de 1972. DMP/600(20).
- ^{liv} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 22 de abril de 1972. DBP/600(20).
- ^{lv} Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 154/77, BRAN, BSB, IE 16.4, p. 1/52, 14 de abril de 1977.
- ^{lvi} Arquivo Nacional do Brasil, EMFA, “Consbras Montevideu para Secretaria Estado, Atividades Subversivas na Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia e Uruguai”, 7 de abril de 1976.
- ^{lvii} Arquivo Nacional do Brasil, CIEX, “Portugal. Refugiados brasileiros. Euclides Moraes Gomes. “AI”,” 19 de agosto de 1976.
- ^{lviii} “Diplomatas refutam livro de Davis,” *Jornal do Brasil*, 6 de novembro de 1985, 15.
- ^{lix} Nathaniel Davis, *The Last Two Years of Salvador Allende*, (Ithaca: Cornell University, 1985), 331-333.
- ^{lx} Edward M. Korry, “Confronting Our Past in Chile,” *Los Angeles Times*, 8 de março de 1981, sec. 6, 5.
- ^{lxi} Marlise Simmons, “The Brazilian Connection,” *Washington Post*, 6 de janeiro de 1974, B3.
- ^{lxii} “Ingresso silenciosamente al país teórico de la dictadura brasileña toma contactos con la derecha,” Última Hora, 26 de novembro de 1971, 3.
- ^{lxiii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 069743, 26 de novembro de 1971. AIG/DSI/DBP/591.71.
- ^{lxiv} Nathaniel Davis, *The Last Two Years of Salvador Allende*, (Ithaca: Cornell University, 1985), 332.

-
- ^{lxv} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 011923, 2 de fevereiro 1973. DBP/600(B39)602.2(B39).
- ^{lxvi} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 11 de junho de 1973. DAM-I/600(B39)611.5(B39).
- ^{lxvii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 04 de agosto de 1973. DAM-I/600(B39).
- ^{lxviii} Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 543/73, BRAN, BSB, IE 11.3, p. 114/121, 30 de outubro de 1973.
- ^{lxix} Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 522/73, II, no 671 - 90/91, 5 de outubro de 1973.
- ^{lxx} Arquivo Nacional do Brasil, no 006/ FA-12-041, 17 de janeiro de 1975.
- ^{lxxi} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 13 de setembro de 1973. DMP/600(B39)(571).
- ^{lxxii} Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 487/73, BRAN, BSB, IE 11.3, p. 28/121, 5 de outubro de 1973.
- ^{lxxiii} Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 566/73, BRAN, BSB, IE 16.4, p. 1/52, 14 de abril de 1977.
- ^{lxxiv} Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 154/77, BRAN, BSB, IE 11.4, p. 45/109, 13 de novembro de 1973.

"EN LA PATRIA DE PERÓN, NI JUDÍO NI MASÓN". APROXIMACIONES A LA CULTURA POLITICA DE LA DERECHA PERONISTA EN LOS AÑOS SETENTA.

"NA PÁTRIA DE PERON, NEM JUDEU NEM MAÇON" . APROXIMAÇÕES À CULTURA POLÍTICA DA DIREITA PERONISTA NOS ANOS SETENTA

Juan Luis BESOKY¹

Resumen: En este artículo analizo la cultura política de un sector de derecha del Movimiento peronista, entre los años 1973 y 1976, durante la presidencia de Juan Domingo Perón y su esposa María Estela Martínez de Perón. Con el retorno del peronismo al poder en 1973, luego de 18 años de proscripción y persecuciones, se hizo visible el enfrentamiento entre los dos sectores del Movimiento. Por un lado el sector de izquierda, denominado "Tendencia Revolucionaria" y hegemonizado por la organización Montoneros, que concebía la lucha armada como metodología, el peronismo como identidad y el socialismo como objetivo. Y por otro lado, el sector de derecha, que rechazaba cualquier tipo de vínculo entre peronismo y socialismo, al mismo tiempo que enfatizaba el carácter anticomunista, antiliberal y antisemita del peronismo. En este último sector ubico a organizaciones como la Concentración Nacional Universitaria, la Juventud Sindical Peronista, la Juventud Peronista de la República Argentina, la Alianza Libertadora Nacionalista y el Comando de Organización. A través del análisis de sus publicaciones y de sus prácticas políticas describo los principales elementos que componían esta cultura política que concebía al peronismo como un movimiento nacionalista.

Palabras claves: Derecha; peronismo; nacionalismo; anticomunismo.

Resumo: Neste artigo analiso a cultura política de um certo setor do movimento peronista, entre 1973 e 1976, durante a presidência de Juan Domingo Perón e sua esposa Maria Estela Martinez de Peron. Com a volta do peronismo ao poder em 1973, depois de 18 anos de proscrição e perseguições, fez-se visível o confronto entre os dois setores do Movimento. Por um lado o setor de esquerda, denominado "Tendência Revolucionária" e hegemonizado pela organização Montoneros, que concebía a luta armada como metodologia, o peronismo como identidade e o socialismo como objetivo. E por outro lado, o setor de direita, que recusava qualquer tipo de vínculo entre peronismo e socialismo, ao mesmo tempo que enfatizava o carácter anticomunista, antiliberal e antisemita do peronismo. Neste último sector localizo a organizações como a Concentração Nacional Universitária, a Juventude Sindical Peronista, a Juventude Peronista da República Argentina, a Aliança Libertadora Nacionalista e o Comando de Organização. Através da análise de suas publicações e de suas práticas políticas descrevo os principais elementos que conformavam esta cultura política que concebía ao peronismo como um movimento nacionalista.

Palavras-chaves: Direita; peronismo; nacionalismo; anticomunismo.

Introducción

¹ Profesor en Historia – Doctor en Ciencias Sociales – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación - UNLP - Universidad Nacional de la Plata, Argentina – Becario posdoctoral del CONICET en el Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales, dependiente de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de la Plata y del CONICET. E-mail: juanelebe@gmail.com

El concepto de derecha tiene una larga tradición que se origina en la Revolución Francesa, donde pasa a simbolizar la resistencia al cambio progresivo en lo político y lo social. En cada contexto histórico esta resistencia ha asumido distintas formas. Según los investigadores EATWELL y O'SULLIVAN (1990) la derecha puede ser dividida en cinco estilos de razonamiento diferentes: reaccionaria, moderada, radical, extrema y nueva. La extrema derecha, al igual que la derecha radical, generan cierta atracción en las clases trabajadoras a pesar de que su discurso atraviesa las diferencias de clase. Ambas corrientes de pensamiento comparten el rechazo a las visiones internacionalistas y clasistas de la izquierda. El comunismo es particularmente atacado, tanto en su versión doméstica como internacional. Según los autores, la derecha reaccionaria, moderada y radical han producido destacados teóricos políticos mientras que en cambio la extrema derecha ha tendido mayormente a producir propagandistas, siendo más manipulativa y paranoide. En el plano económico la extrema derecha no se opone a la propiedad privada pero plantea que debe tener una función social, mientras señalan que el mercado debe estar al servicio del interés nacional. Por último, en su visión del mundo las teorías conspirativas tienen un papel central. Por ejemplo, los judíos son responsabilizados de formar parte de un complot para dominar el mundo y minar los vínculos sociales. Sin embargo, no todas las teorías conspirativas son antisemitas. También entre los responsables de la conspiración figuran el capitalismo salvaje, el individualismo acérrimo y el comunismo, entre otros.

Para un análisis más específico de la derecha argentina, la extrema derecha puede ser vista a través de la corriente *nacionalista*, la cual a grandes rasgos, engloba a aquellos individuos y grupos que compartían posturas antiliberales, anti izquierdistas y corporativistas. La denominación de *nacionalismo de derecha* ha sido también usada frecuentemente para referirse a estos sectores. ORBE (2011) retoma el concepto de BUCHRUCKER (1987) de *nacionalismo tradicionalista o restaurador* para referirse a los sectores antagónicos a la izquierda. Si bien es cierto que la historiografía argentina mantiene importantes divergencias a la hora de definir el nacionalismo de derecha o tradicionalista, a grandes rasgos este concepto puede englobar a aquellos individuos y grupos que compartieron posturas antiliberales, anti izquierdistas y corporativistas. Según señala la autora existiría un denominador común basado en:

...una cosmovisión antiliberal y antidemocrática, anticomunista y antisemita, nostálgica del ordenamiento jerárquico de la sociedad premoderna y con la vehemente creencia de que la nacionalidad argentina descansa su esencia sobre los fundamentos de la Hispanidad y la reli-

gión católica, los cuales se conciben amenazados por una red conspirativa integrada por diversos enemigos (marxistas, liberales, demócratas, masones y judíos). (ORBE, 2011, p. 28)

Sostiene LVOVICH (2006) que este *nacionalismo de derecha* tuvo una “doble sensibilidad”: por un lado fue aristocrático y tradicionalista, y por el otro, tuvo una inflexión populista cuyo sueño era la instauración de un régimen anticomunista y revolucionario, a la vez que autoritario y justo. Fue este último sector: el nacionalismo de tinte populista, el que con una mayor apelación a la clase obrera y menor desconfianza a la política de masas, terminó vinculándose con el peronismo mientras que el otro permaneció receloso del fenómeno peronista.

Para entender el desarrollo de esa corriente nacionalista de derecha que terminó vinculándose al peronismo, recorro al concepto de cultura política. Por este entiendo, siguiendo la definición de BERSTEIN (1999), “una visión del mundo compartida” y según SIRINELLI (1993): “una especie de código y un conjunto de referentes formalizados en el seno de un partido o de modo más ampliamente difundido, en el seno de una familia o de una tradición política”. En el caso de la derecha peronista esta cultura se componía de: “un subsuelo filosófico o doctrinal, la mayor parte de las veces expresado en la forma de una vulgata accesible a muchos” que fue el nacional-justicialismo, en tanto posición nacionalista partidaria de la Tercera posición, anticomunista y antiliberal; de “una narrativa histórica, esto es, una lectura común y normativa del pasado histórico que connota, positiva o negativamente, los grandes períodos del pasado”, que fue el revisionismo histórico y la reivindicación de la tríada San Martín, Rosas y Perón; y de “un discurso codificado en el cual el vocabulario empleado, las palabras clave, las fórmulas repetitivas contienen significado”, que fueron las ideas de justicia social, liberación nacional, independencia económica, antiimperialismo, antiliberalismo, anticomunismo, conspiración judeo-masónica, sinarquía, etc.

Justamente la cultura política de la derecha peronista puede datarse desde 1943 producto de la combinación entre la cultura de la derecha nacionalista preexistente y el naciente Movimiento peronista. De hecho las ideas planteadas por la derecha peronista ya habían sido esbozadas en gran parte por la Alianza Libertadora Nacionalista durante el primer peronismo. Esta cultura política cobró fuerzas en la década del sesenta como contracara a la consolidación de un sector de izquierda en el Movimiento. Durante esos años se fueron desarrollando nuevos conceptos como el de sinarquía y comunitarismo, junto con la denuncia de la infiltración comunista en el Movimiento. La convivencia de

una cultura política de izquierda y otra de derecha adquirió un carácter violento e irreconciliable a partir de la década del setenta con la vuelta del peronismo al poder.

Luego de varios años de proscripción y llegando a su fin el gobierno de facto autodenominado “Revolución Argentina” (1966-1973) comenzó a intensificarse la apertura electoral. El año 1972 fue testigo de la profundización de las diferencias ya presentes desde hacía tiempo en el Movimiento peronista, entre un ala de izquierda y otra de derecha. La novedad de este nuevo período, que se inició el 25 de mayo de 1973 con el retorno del peronismo al poder mediante la asunción del delegado Hector Cámpora, fue que el apoyo de Perón a las dos alas del Movimiento cesó. A partir de entonces comenzó el proceso de institucionalización y “depuración” del ala izquierda del peronismo en la cual la Tendencia revolucionaria era hegemónica. En este proceso y sobre todo a partir del Documento Reservadoⁱ, las organizaciones de la derecha peronista como la Juventud Sindical Peronista (JSP), la Juventud Peronista de la República Argentina (JPRA), la Alianza Libertadora Nacionalista (ALN) y el Comando de Organización (CdeO) junto a publicaciones como *El Caudillo*, *Primicias Argentinas*, *Patria Peronista* y *Las Bases*, apoyaron el afán depurador y anticomunista de los funcionarios peronistas. Los años 1973 y 1974 fueron testigos del avance incontenible de la derecha peronista en los cargos del gobierno, desde el gabinete nacional hasta las diversas administraciones provinciales y demás instituciones públicas. En este proceso que incluyó métodos legales e ilegales, algunas organizaciones como la Concentración Nacional Universitaria (CNU) y sectores de la Unión Obrera Metalúrgica (UOM) sumaron su accionar a la violencia paraestatal de la Alianza Anticomunista Argentina (Triple A) conducida por el ministro de Bienestar Social José López Rega y miembros de la Policía Federal. En el enfrentamiento entre la izquierda y la derecha peronista existió también un tipo de violencia horizontal que tenía que ver con la lucha por conservar los espacios de poder y la influencia en el proceso políticos. Estos enfrentamientos se dieron en diversos ámbitos tanto estatales (la administración pública nacional, provincial, las universidades) como en ámbitos privados (en las empresas, los sindicatos, los medios de comunicación). El resultado de estos enfrentamientos fue el casi total desplazamiento de los sectores de izquierda y el triunfo de la derecha peronista en su afán depurador.

En 1975, cuando el retroceso de la izquierda peronista y de la izquierda en general era bastante notorio, afloraron las disputas al interior del Movimiento Peronista entre los sectores verticalistas (leales a Isabel) y anti-verticalistas. Este conflicto también estuvo cruzado por episodios de violencia dentro de la misma derecha peronista. A esto se

sumaba el accionar de la triple A cada vez más controlada por las Fuerzas Armadas que pasaban a tener una ascendencia mayor sobre el gobierno. Luego del golpe de Estado de 1976 gran parte de la derecha peronista sufrió también el embate de un gobierno militar que veía al peronismo como el principal responsable de la debacle de Argentina.

En años recientes nuevos abordajes académicos han centrado su interés en las militancias políticas que, enmarcadas en el contexto de radicalización de los sesenta y setenta, se fueron alejando o se ubicaron directamente de manera antagónica a la llamada Nueva Izquierda. El dossier coordinado por CUCCHETTI (2013) recoge varios trabajos que intentan pensar esas otras militancias: ubicadas en el nacionalismo, el peronismo ortodoxo y también la derecha del peronismo. Si bien la categoría de derecha peronista no recoge adhesiones unánimes entre los académicos, sostengo en el artículo allí publicado, (BESOKY 2013), la pertinencia y utilidad de su uso para analizar una corriente específica del heterogéneo Movimiento peronista.

Analizaré a continuación la manera en que un sector del peronismo, ubicado a la derecha del espectro político, se identificó como peronista e intentó colocar a sus enemigos por fuera del peronismo, negándoles su pertenencia al Movimiento. Los otros dos apartados se centrarán en la manera en que la derecha peronista caracterizó a sus enemigos y en el discurso codificado que formó parte de aquella cultura política.

Entre las principales agrupaciones del peronismo de derecha analizadas incluyo a la Alianza Libertadora Nacionalista (CAPIZZANO, 2013; BESOKY, 2014; FURMAN, 2015), el Comando de Organización (DENADAY, 2016), la Concentración Nacional Universitaria (CARNAGUI, 2013), la Juventud Peronista de la República Argentina (BESOKY, 2012) y la Juventud Sindical Peronista (DAMIN, 2013). Si bien por razones de espacio no puedo describir el origen y desarrollo de cada una de estas organizaciones, una explicación sobre las mismas puede encontrarse en la bibliografía citada y en mi tesis doctoral (BESOKY, 2016) de próxima aparición.

Entre las publicaciones consultadas me baso en aquellas de índole partidaria y de información general. Me centro principalmente en *El Caudillo de la Tercera Posición*, un semanario de información general dirigido por Felipe Romeo, quien era un personaje conocido en el nacionalismo de derecha, que había militado en la Guardia Restauradora Nacionalista y había participado del nacimiento de la derecha peronista, específicamente de la Juventud Peronista de la República Argentina (la jotaperra), a inicios de 1973 (BESOKY, 2010). *El Caudillo* salió el 16 de noviembre de 1973, cinco días antes de que hiciera su aparición pública la Alianza Anticomunista Argentina (Triple A), para

dar voz a los sectores ortodoxos y contrarrestar a la izquierda peronista. Las otras publicaciones que consulto son *Alianza* de la organización ALN, *Concentración de la Juventud Peronista*, de los sectores juveniles de la CNU, *Patria Bárbara* y *Consigna Nacional* dirigidas por un antiguo militante de la ALN: Raúl Jassen, y la revista oficial del Movimiento Peronista *Las Bases*, que para los años setenta estaba bajo control de López Rega (CUCCHETTI, 2008).

La identificación con el peronismo

Entre las publicaciones de la derecha peronista la identificación con Juan Domingo Perón y María Estela Martínez de Perón era total. Solían ser frecuentes las referencias a la “lealtad” y la “ortodoxia” frente a la “infiltración” y el “disfraz de peronistas” atribuido a la izquierda. Así por ejemplo la Concentración de la Juventud Peronista (CJP) rama juvenil de la CNU señalaba:

En primer lugar al Tte. General JUAN DOMINGO PERON, jefe político y militar de los argentinos, cuya intuición política establece el nexo indispensable entre la Patria Eterna y la Nación histórica que la encarna. Su doctrina y los principios políticos que de ella emanan son encarnados, luego de su paso a la inmortalidad, por su compañera y discípula, la indiscutible Jefa del Movimiento Nacional Justicialista, Compañera ISABEL de PERON.ⁱⁱ

Lo mismo se apreciaba en *El Caudillo*, el cual luego de fallecido Perón, mantuvo el alineamiento con la presidente Martínez de Perón. El editorial del 6 de setiembre de 1974 señalaba, bajo el título “¡HAY QUE JUGARSE!”, que los métodos cambian pero el enemigo no. Sostenía que “Isabel está jugada y con ella nosotros. El que no está al lado está en frente.”. Declaraba que Evita, Juan Domingo e Isabel eran una trilogía indivisible sólo cuestionada por la Tendencia y finalizaba diciendo:

El pueblo, el Movimiento, los sindicatos, la Iglesia, la FFAA, están con nosotros. La Sinarquía está con ellos. Perón derrotó a la sinarquía volviendo al país. Nosotros la estamos enterrando con Isabel en el poder. EL MEJOR ENEMIGO ES EL ENEMIGO MUERTO. PORQUE ES ASÍ Y PORQUE PERÓN MANDA. FELIPE ROMEO.

En la edición número 70 de *El Caudillo* del 30 de octubre de 1975, aparecía un artículo titulado: “Orientación táctica. El lobo disfrazado de cordero” donde se advertía la existencia de numerosos sectores que se denominan peronistas. Los había auténticos, de izquierda, ortodoxos, de la liberación social, etc. En el artículo se rechaza la adscrip-

ción a ser “auténtico” o “de la primera hora” ya que “a los peronistas nos parece de suma importancia ser de todas y cada una de las horas”. Se reivindicaba al Movimiento sindical y a la Juventud Sindical Peronista y se fustigan “a la guerrilla embozada y asesina, la sinarquía trosko marxista”. Para los integrantes de *El Caudillo* renegar de la conducción de Isabel Martínez de Perón o cuestionar a Lorenzo Miguel y Casildo Herrera (dirigentes de las 62 Organizaciones y de la CGT) era renegar del peronismo. La revista también resaltaba la conformación del eje militar-sindical que comenzaba a evidenciarse con el homenaje de la CGT a los hombres de armas asesinados por la guerrilla. En un acto de la JPRA del 1 de marzo de 1974, dijo el secretario general de la organización, Juan Alfredo Muciaccia:

Estamos aquí para reafirmar tres conceptos: primero, que Perón es el único Jefe del Movimiento; segundo, que el Movimiento Peronista es el único Movimiento revolucionario; y que el mañana peronista lo vamos a hacer los jóvenes peronistas. Perón es el Jefe porque nos dio la esperanza de vivir en un mundo mejor, porque nos hizo superar el asco de vivir en una comunidad corrompida y porque nos enseñó a vivir como machos en un mundo de maricones. El Movimiento Peronista es el único revolucionario porque la mentira liberal ya se muere y el marxismo aburrido sólo puede prender fuego en los espíritus pequeño-burgueses. El enemigo no es solo la izquierda sino también las ratas que merodean los pasillos ministeriales. ¡A ellos también los vamos a reventar!.ⁱⁱⁱ

Esta identificación con el peronismo implicaba también recuperar algunas consignas ya presentes en los años cuarenta y esbozadas por la ALN como “Ni yanquis ni marxistas, peronistas”. De esta manera la derecha peronista defendía la pertenencia al movimiento peronista al mismo tiempo que excluía de ella a los sectores de izquierda del movimiento, los cuales eran considerados, traidores, infiltrados, mercenarios pero nunca peronistas. En este sentido la derecha peronista renegaba aplicar las categorías de derecha e izquierda para el peronismo. Para ellos no había una izquierda peronista puesto que el peronismo era incompatible con la izquierda. De manera tal que quienes como Cooke, habían reivindicado esa denominación, para aquellos simplemente no eran peronistas. Así lo señala claramente Gabriel Ángel Cigna, secretario general de la JPRA en una entrevista a *El Caudillo*:

EL CAUDILLO: ¿Qué opinan de los sectores que trabajan dentro de la denominada "tendencia"?

G. C.: No son peronistas y cumplen la misión del gorilismo militante ya desterrado. Son la oposición al gobierno de Perón. Son los instigadores ideológicos de los hechos sangrientos que se han perpetrado contra el pueblo en los últimos tiempos. Son los mismos que intenta-

ron matar a Perón en Ezeiza. Los que se oponen a la Reforma Peronista del Código Penal, a la Ley Universitaria "Perón", los que mataron a Rucci, los que atacan al Pacto Social y en resumen a la Revolución Peronista.

EL CAUDILLO: ¿La "tendencia" es traidora al peronismo o no es peronista?

G. C.: La "tendencia" no es peronista, si no, no sería "tendencia", sería JPRA. Los dirigentes son en su mayoría gorilas provenientes de la clase media intelectualizada del Partido Comunista o de los sectores troskos expulsados de todos lados. La gente que los acompaña se compone de traidores a Perón y de compañeros engañados por los cantos de sirena y por las reiteradas mentiras gorilas que esgrimen sus dirigentes. En resumen, son enemigos y traidores. Una vez más la JPRA ordena a los compañeros CREER EN PERON, OBEDECER A PERON Y COMBATIR POR PERON.^{iv}

De la misma forma que no había ninguna "izquierda peronista"^v la JPRA y el resto de las organizaciones afines tampoco se concebían como "la derecha del peronismo" sino simplemente como peronistas o peronistas y nacionalistas. Lo que es decir: "nacional-justicialistas". ¿Pero si ellos no eran la derecha quién lo era? Para *El Caudillo* y las publicaciones afines, la derecha estaba afuera del peronismo e intentando infiltrarse. En un reportaje, Juan Muciaccia, secretario general de la JPRA, incluía entre estos últimos a los sectores vandoristas y paladinistas "que fueron derrotadas por la expresión popular del Movimiento":

—Ahora, derrotadas las fuerzas de izquierda, pretenden adueñarse del Movimiento, para imponer su propio proyecto, las de la derecha, siempre tratando de mantener al margen al principal protagonista, que es el pueblo peronista. No fueron ni los bien trajeados dirigentes de la derecha ni los maccartistas, ni los que negociaron con todos los gobiernos quienes expulsaron a la izquierda. Ellos fueron una mano, le dieron los argumentos para que esa izquierda dijera cosas que prendían en el pueblo y además negociaron y pactaron con ellos. La expulsó el pueblo peronista. Estos señores vuelven a intentar adueñarse de este triunfo peronista y ponerse a la cabeza.^{vi}

Esta misma concepción "centrista" del peronismo se reforzaba al pretender atacar tanto a la izquierda como a la derecha, según *El Caudillo*:

Porque no solamente vamos a perseguir hasta sus cuevas a los zurdos como quieren algunos liberales que por el momento son testigos alborozados del proceso. Ahora le toca el turno a la derecha que también va a tener lo suyo y en forma mucho más contundente que los aprendices políticos de la tendencia que no son, al fin y al cabo, más que pobres muchachos ilusionados en su soberbia con la idea de destruir al Caudillo. Los nacional-justicialistas nos ponemos al marxismo, pero no para defender al capitalismo sino para destruirlo definitivamente. Es más, acusamos a los zurdos de cómplices de la oligarquía como componentes del poder sinárquico.^{vii}

Dentro de la derecha incluía la CNU a “la ultraderecha clerical” y a otros nacionalistas como Beveraggi Allende, es decir justamente a ese sector del nacionalismo refractario al peronismo. En un artículo decían:

La plaga de los "nacionalistas católicos" (como se autoproclaman), ha reaparecido en algunos ámbitos de la Universidad de Buenos Aires. No se los veía desde hace algunos años, cuando irrumpieron con la "revolución argentina" y desplegaron sus banderas de orden, tradición y jerarquía, para consolidar definitivamente el poder de los bolches en todas las facultades. Meros repetidores de errores pasados, carentes de todo sentido creativo, los nacionalistas pueden arrastrar al fracaso a los funcionarios peronistas que con patriotismo y coraje emprenden la tarea de recuperar la Universidad para el país.

El número 30 del 7 de junio de 1974 traía en su portada, con grandes letras blancas sobre un fondo negro, la frase “GUERRA A LA OLIGARQUÍA... PARA DEFENDER LA REVOLUCION”. En el editorial se explica la razón de tan sorprendente título:

Algunos se creyeron que de tanto darle a la izquierda, nos habíamos olvidado de la derecha. Hasta tal punto llegó la cosa que no hubo quien se pasó de revoluciones y empezó a hablar goriladas. En esto hay que ser sumamente prudentes, los liberales son muy vivos y no desaprovechan ocasión para convertir a algún ‘mal informado’ en agente de la reacción.

Más adelante el editorial señalaba los elementos necesarios para la defensa integral de Perón y su gobierno:

En primer término, el refuerzo de las organizaciones gremiales a través de la CGT y 62 Organizaciones como columna vertebral del Movimiento; que implica apoyar a ultranza la Juventud Sindical (...) De más está decir que el hecho de combatir a la JTP en todos sus frentes será tarea fundamental en la lucha a desarrollar en el campo gremial. (...) desde el 20 de Junio hemos tenido que pelear con todas las armas para que la izquierda cipaya no se apoderara del poder político. En parte lo hemos logrado. Pero ahora la batalla la hemos de librar contra la derecha, hacia la cual apunta nuestros cañones en estos momentos. Ellos pretenden arrastrar un triunfo que pertenece a los compañeros de la Juventud para conservar sus sólidas posiciones burguesas dentro del estatismo liberal al que hemos de destruir inexorablemente.

Es interesante observar a quienes la revista *El Caudillo* incluía como compañeros o aliados en su lucha contra los infiltrados, ya que nos permite ver las figuras del campo del nacional-justicialista. En este sentido, la repatriación de los restos de Evita,

organizada de manera sorpresiva por López Rega, contó con el apoyo de varias personalidades de la derecha peronista. En el número 52 de la revista aparecía enumerando el cortejo que estuvo “cerca nuestro”: “Lorenzo Miguel, Palma, Ottalagano, Manolo Quindimil, y Lopicito el intendente de Morón”. La nota siguiente era un agradecimiento a España y al Generalísimo Franco por haber custodiado el cuerpo de la Señora. A la lista de “compañeros” de la revista *El Caudillo* se suma el ministro Ivanissevich, “*un viejo compañero de la causa nacional y popular*” y José López Rega. También el ex ministro de economía Gomez Morales, el cual aparecía como “*un aliado y un excelente economista*”. Jose Amerise, titular del bloque de diputados del Frente Justicialista, figuraba en una entrevista junto a un recuadro titulado “Genio y figura” donde se destacan sus datos biográficos como antiguo militante de la Alianza Libertadora Nacionalista. También el senador nacional y referente de la derecha peronista, Juan Carlos Cornejo Linares, era entrevistado mientras se resalta en el titular su declaración: “Usaremos la violencia”.

En el número 25 aparecía una extensa entrevista al Teniente Coronel (RE) Antonio Domingo Navarro, ex jefe de la policía cordobesa y responsable del golpe contra el gobernador peronista Obregón Cano y el vice Atilio López. Allí Navarro era señalado como el “depurador del peronismo” y su accionar como necesario para evitar la infiltración de la izquierda en la policía provincial. El número 65 del 5 de marzo de 1975 traía una entrevista al gobernador de La Rioja, Carlos Saúl Menem. Allí el que luego sería presidente de la Nación décadas después, se mostraba “profundamente de acuerdo” con la participación de las FFAA en la lucha antiguerrillera ya que “están haciendo Patria con mayúscula”. En el número 35 del 19 de julio de 1974 era entrevistado Jorge Manuel Camus, Secretario General del Consejo Nacional del Partido Justicialista, donde definía los lineamientos inalterables de la verticalidad convocando a la lealtad a Isabelita. Asimismo, además de mencionar a la Revista *Las Bases* como órgano oficial del Movimiento Nacional Justicialista reconocía Camus a *El Caudillo* como “un auténtico exponente y un baluarte de la ortodoxia peronista”.

Finalmente, en el número 67 del 19 de marzo de 1975 aparecían nuevamente mencionados los aliados de *El Caudillo*:

Hemos apoyado a Lorenzo Miguel, José López Rega, Raúl Lacabbane, el teniente Coronel Navarro, Oscar Ivanissevich, Ricardo Otero, Casildo Herreras, etc. y –no por causalidad- todos ellos tienen la confianza de la compañera Isabel y desempeñan papeles importantes para el futuro justicialista.

Los enemigos de la derecha peronista

Cuando el Documento Reservado llamó a eliminar la infiltración marxista en el Movimiento, no hizo falta que se especificara a quiénes se refería. Desde hacía más de diez años la derecha peronista venía denunciado, con nombre y apellido, a los “infiltrados”. Así lo recordaba el militante y periodista Raúl Jassén desde *Consigna Nacional*:

En lo que a mí respecta si es que tiene algún valor todo lo que llevo escrito sobre el tema, puedo certificar que en 1964 traté de llamar la atención de los pseudos dirigentes del Movimiento acerca del tema de la infiltración y de sus métodos. Por ahí deben de andar los ejemplares de “Retorno”, que entonces dirigía, ocupándose del tema. (...) Hemos de ser bien claros porque no vivimos tiempos de bonanza. Particularmente he de repetir que se impone una eficaz campaña de depuración ideológica y una consecuente actitud misionera apara propagar la Doctrina de Perón.^{viii}

A partir del Documento Reservado la derecha peronista se dedicó, avalada por las directivas oficiales, a continuar e intensificar la depuración del Movimiento y a ejercer una campaña de “clarificación doctrinal”. Los viejos enemigos de la derecha peronista: comunistas, judíos, sionistas, masones y liberales entre tantos otros, pasaron a ser englobados en el concepto de “sinarcas” cuya acción mancomunada era lo que los “verdaderos peronistas” debían combatir. Los meses siguientes vieron la aparición de revistas como *El Caudillo* y *Alianza*, encargadas de señalar a los enemigos y difundir la doctrina peronista. De esta manera respondería Queralto, líder de la Alianza Libertadora Nacionalista (ALN), en una entrevista:

—¿El objetivo de la ALN es luchar contra los grupos de izquierda?
—Somos un Movimiento de afirmación categórica de las esencias nacionales, como lo dijéramos en nuestra solicitada del día 4 de agosto, al afirmar esas esencias que, como tales, hacen a la existencia de la Nación Argentina, tenemos que luchar necesariamente contra todas las ideas disgregadoras, de las que el marxismo, como el liberalismo, el capitalismo, no son más que expresiones de un denominador común que es la sinarquía internacional.^{ix}

También la CNU se sumó a este combate:

Concentración Nacional Universitaria, que conforma el auténtico y legal peronismo universitario, ha bregado por la ley y el orden dentro de la universidad, enfrentando y combatiendo las sectas, las trenzas y las tendencias, para restablecer el saber formativo en los claustros. Y por ello ésta pseudo universidad asesina a nuestros compañeros que en su tránsito a la gloria nos reafirman en la verdad y en los ideales de la

doctrina justicialista. (...) Ese es nuestro compromiso con la Patria, con nuestros muertos y con nuestro eterno General Perón y su Doctrina, y nada podrá apartarnos de este lenguaje y de este combate.^x

Asumiéndose como peronistas los redactores de *El Caudillo* señalaban que los enemigos de antes eran los mismos de ahora. “Los que antes ponían bombas en la Plaza de Mayo ahora las bombas las ponen disfrazados de barbudos marxistas o de barbudos ‘peronistas’.” Para la revista, la izquierda que en 1945 formó parte de la opositora Unión Democrática ahora reaparecía intentando infiltrarse dentro del peronismo. Los “Gorilas de ayer”, eran los “montoneros de hoy, disfraces distintos cubriendo la misma suciedad.”. Más adelante agregaba, en una nota sobre el retorno del cadáver de Eva Perón, “Y así como los del 55 robaron su cadáver, señora, los herederos de la antipatria quieren infructuosamente robar su figura”, en referencia sin duda a la apropiación de la figura de Evita por parte de Montoneros.

La negativa a reconocer la peronización de los jóvenes aparecía a través de la impugnación de sus orígenes sociales. Los nuevos adeptos eran “imberbes o barbudos de Barrio Norte” a la vez que “los hijos de los comando civiles”. Retomando las palabras de Perón en su discurso del primero de mayo de 1974, descalificaban a la izquierda peronista llamándola “los imberbes de la Tendencia”. De hecho, el número 25 de *El Caudillo*, salido poco después del abandono de Montoneros de la Plaza de Mayo en pleno acto peronista, relataba cómo fue el enfrentamiento:

En el preciso instante en que Perón les dijo ‘estúpidos’, J.P.R.A. empezó a empujar la columna de montoneros fuera de la plaza. Esto que quede bien en claro. No vimos a nadie. Estuvimos solos. Los tan mentados ‘pesados’ se borraron alevosamente a la hora de los palos. Sólo pequeños grupos de Juventud Sindical y del C. de O. tuvieron enfrentamientos; pero el resto de las organizaciones no figuraron ni a ‘placé’. El mérito de haber hecho cumplir la orden de Perón le cabe a la J.P.R.A.

Al analizar la intervención en las universidades *El Caudillo continuaba* con las analogías indicando que “la izquierda marxista y la derecha liberal mantienen la unión democrática en la educación.” De esta manera se justificaba la intervención ya que no es el peronismo el que está en las facultades sino una “trenza liberal-marxista” donde se hallaban “quienes oficiaban de aparato de superficie de la guerrilla”. Para la revista, “la solución a la cuestión universitaria debe ser drástica así haya que cerrar por un rato las puertas de algunas facultades. Ahora no existe nada más antinacional que la universi-

dad. El último reducto que le queda a la Tendencia debe ser saneado cueste lo que cueste.”. A esta campaña se adhería la CNU que en la revista de la CJP declaraba:

Concentración Nacional Universitaria, representa, leal y legalmente, la absoluta exaltación doctrinal del peronismo en la universidad que, dejando de ser retórica, adquiere dimensiones más amplias, más profundas, acrecentada en el "saber formativo" como constante prédica. Ello implica la lucha frontal contra el enemigo sinárquico en el campo universitario, absolutamente en sus manos, pues la universidad nacida de la mentalidad nominalista-jesuítica ha permanecido al margen de las realidades del país y su itinerario histórico, ha sido la constante aceptación de las más variadas corrientes de la decadencia y la corrupción Intelectual como el racionalismo, iluminismo, liberalismo, marxismo, trotskismo, progresismo o judeo-cristianismo, enemigos de la Nación, enemigos del Justicialismo absolutamente nacional, humanista y cristiano cuyo fundamento arranca desde la Tradición cultural de Occidente prolongada en la doctrina y en el pensamiento del General Perón.^{xi}

El número 35 de *El Caudillo*, del 19 de julio de 1974, enfatizaba la purga contra los sectores de la Tendencia:

Después que se logre frenar el ataque externo va a haber que dedicarse a poner en orden la casa. Sin Perón no nos podemos dar el lujo de tolerar la presencia de traidores. Este es un anuncio concreto, otro de los anticipos de EL CAUDILLO: el ‘operativo limpieza’ en los elencos gubernamentales va a ser más profundo de lo que muchos suponen y puede llegar a involucrar, incluso, a personas que ahora detentan la jerarquía de ministros.

En este sentido la revista *Primicia argentina* se encargaba desde sus páginas de ir tachando los gobernadores de la Tendencia y los funcionarios acusados de marxistas: “Cayeron tres, queda uno (...) Lo cierto es que de nuestra galería de traidores y asesinos de Perón: Cámpora, Bidegain, Obregón Cano y Martínez Baca, ya cayeron tres”^{xii}

A estos se sumaban las declaraciones de Brito Lima dirigente del CdeO que con el título “En Isabel está la verticalidad” respondía a las declaraciones de los Montoneros Norma Arrostito y Roberto Quieto. Allí declaraba que esos dirigentes:

...no hacen otra cosa que reafirmar su vocación de cipayos al servicio de los imperialismo, de antiperonistas y contrarrevolucionarios y que el pueblo, ese pueblo de quienes ellos hablan y nunca comprendieron ni pertenecieron, les dice que la compañera Isabel no solo es la continuador institucional del general Perón, sino que en la etapa dogmática de la Revolución social Justicialista, es la conducción y la verticalidad del Movimiento Peronista.^{xiii}

En el número 50 de *El Caudillo*, del 8 de noviembre de 1974, aparecía un artículo titulado “¡Estos son los enemigos!” donde se analizaba la “*sutil penetración cultural que vienen sufriendo los argentinos a través del folklore*”. El artículo trataba básicamente sobre la política cultural del Partido Comunista (a los que se refiere como bolches y marxistas apátridas) a través de las canciones de ciertos cantantes locales. Los mencionados son Mercedes Sosa, Horacio Guarani, César Isella y Victor Heredia. De hecho, bajo el título del artículo aparece claramente una foto de Mercedes Sosa. En números posteriores aparecerán también denostados Nacha Guevara, Alberto Favero y Luis Brandoni. Vale la pena recordar que estos artistas, junto con muchos otros, fueron amenazados por la Triple A y debieron exiliarse.

Entre algunas de las personalidades cuestionadas por la revista figuraban los siguientes: Raúl Laguzzi, ex rector de la UBA, denunciado como marxista. Solano Lima, acusado “un reiterado acto de complicidad con los antiperonistas de la tendencia” cuando fue vicepresidente de Cámpora. El doctor Jorge Taiana, ministro de Educación, acusado de no hacer caso a las denuncias sobre la situación universitaria favoreciendo al enemigo durante su mandato. Jorge Cepernic, gobernador de Santa Cruz, señalado por “complicidad con los guerrilleros” detenidos en su provincia. Héctor Sandler, diputado de Udelpa, amenazado por haber denunciado al director de la revista *El Caudillo*. Julio Guillán, sindicalista telefónico de la CGT de los Argentinos, acusado de traidor, farsante y amigo de los Montoneros. Jesús Porto, diputado del FREJULI, acusado de traidor y comunista quien como diputado había comenzado una denuncia e investigación contra la Triple A. Heriberto Kahn, periodista de *La Opinión* que publicó una “Denuncia militar sobre la Triple A”, acusado de enemigo del Pueblo y vendido al imperialismo y además amenazado con el riesgo de que su apodo de “chupatintas” sufra alguna alteración y “cambie tinta por plomo”. Raúl Alfonsín, señalado este último como líder del “radicalismo-marxista” y acusado de defender a “las putas pobres de la política”, por haber opinado que no habría solución política si no se integraba a Montoneros a la estructura política del Movimiento Peronista y José Ber Gelbard, acusado de antinacional y cómplice de los intereses monopólicos.

A la lista de enemigos se sumaba, además de “la guerrilla para la cual está trocando el escarmiento”, los “sinarcas disfrazados de redentores” y los “cerdos troskos”. La revista llamaba a combatir a esa “pandilla de asesinos que se hacen llamar montoneros” y a clausurar sus publicaciones y poner fuera de la ley a su recientemente creado Partido Auténtico. En el N° 35, del 19 de junio de 1974, denunciaba la alianza Gelbard-

Romero-Firmenich tendiente a sabotear el proceso de Reconstrucción y Liberación Nacional.

También la JSP se sumaba a esta campaña de denuncia contra la Tendencia con una solicitada publicada a raíz de un conflicto gremial en la Petroquímica General Mosconi de Ensenada. Allí alertaba sobre “una maniobra subversiva” que criticaba a la conducción Gremio de la Construcción (UOCRA):

Dicha maniobra es instrumentada por una pseudo organización que ha dado en llamarse "Juventud Trabajadora Peronista". Tal agrupación, de carácter totalmente marxista-trozkista, y manejada por gente vinculada a la Universidad bolchevique de esta, ciudad, tiene como objetivos primordiales:

Tratar de hacer cundir el desorden, al haber pretendido que se rompa un compromiso social que contrajo la CGT, bajo directivas expresas del General Perón. Tratar de quebrar la unidad gremial, sabiendo que ella representa la única garantía para las conquistas de los trabajadores. (...) La conjura que se cierne sobre la patria es una clara maniobra de la sinarquía, y apunta —en sus diversas vertientes— hacia las instituciones sobre cuya base se reconstruirá el país. Por ejemplo, hacia los gremios, que con su unidad representan los genuinos Intereses de los trabajadores y constituyen la columna vertebral del Movimiento Nacional Justicialista.^{xiv}

Justamente en la defensa del Pacto Social, con la cual estaba alineada la derecha peronista es que puede entenderse la defensa de la gestión del interventor Lacabanne en Córdoba por la CNU:

Los compañeros que han asumido, encabezados por el brigadier Lacabanne, la patriótica y peligrosa misión de incorporar la Provincia de Córdoba al proceso de Reconstrucción Nacional, están cumpliendo eficazmente la tarea empeñada con el apoyo del Movimiento Obrero y todos los sectores ortodoxos de Córdoba. El fin de los conflictos obreros alentados por la patronal (caso Ika-Renault), y los sindicatos clasistas, preanuncian una era de paz y trabajo para esta provincia que siempre ha sido cabecera de puente de la conspiración sinárquica.

Desde *El Caudillo también* era destacado el accionar del Brigadier Lacabanne quien en una seguidilla de procedimientos rompió en Córdoba “casi la totalidad de la estructura de la organización guerrillera trotskista”. Según la revista: “Esta podrá seguir con sus acciones pero todos recibirán lo suyo: Ejecutores, instigadores y cómplices”. Recordemos que el accionar del Brigadier fue uno de los hechos que marcó la cesión de competencias del poder político a las Fuerzas Armadas. Según señala (SERVETTO, 2004), la operación del interventor Lacabanne aspiró a eliminar todo activismo subversivo que se identificaba con cualquier forma de protesta social para “imponer un nuevo orden de poder basado en la ideolog-

ía de la ‘comunidad organizada’, esto es, una sociedad organizada desde el Estado capaz de dispersar las fuerzas centrífugas, ideológicas y clasistas”.

El enfrentamiento entre la patria peronista y la patria socialista era la expresión de estas dos culturas políticas diferentes y enfrentadas por la lucha hegemónica en el Movimiento. Así Jassen desde *Patria Bárbara* decía:

Enmascarados en un slogan que es ocioso —la patria socialista— la izquierda infiltrada en el Movimiento intenta alterar las bases doctrinarias mismas del peronismo, convirtiéndolo en algo vergonzante, indigno y anticuado el nombre y la doctrina, aún sin agotar en todas sus posibilidades, de Justicialismo. O. ¿por qué no? de Peronismo. Provenientes de sectores universitarios o parauniversitarios, este intento izquierdista de copamiento del peronismo, aunque más inteligente, no hace más que continuar el divorcio entre sectores ilustrados (o parauniversitarios) y clase trabajadora. Si en 1945 la universidad casi en pleno se adscribía a un antiperonismo cerril —época del lema "Libros sí, alpagatas no"— si en 1955 sin haber aprendido nada, el estudiantado.^{xv}

A pesar de que López Rega fue finalmente obligado a exiliarse el 19 de julio de 1975 la revista *El Caudillo* volvería aparecer, esta vez financiada por la UOM de Lorenzo Miguel el 15 de octubre de 1975. Allí en el editorial del N° 68, bajo el título “VOLVEMOS PARA TRIUNFAR O MORIR JUNTO A ISABEL”, explicarían las razones del regreso:

EL CAUDILLO vuelve para apoyar al Ejército Argentino en su lucha contra el ejército invasor que pretende suplantar nuestra sagrada Bandera por un sucio trapo rojo. EL CAUDILLO vuelve para castigar sin piedad a los ‘Guerrilleros de la retaguardia’, los inmorales de la economía, especuladores y hacedores de grandes negociados. (...) EL CAUDILLO vuelve para constituirse en la UNICA VOZ clara que rompa con el coro unánime y canallesco de la prensa sinárgica, fruto de la conjura liberal-marxista. Volvemos para ocupar nuestro lugar en la trinchera, en el momento de la batalla final. (...) NOSOTROS NO SOMOS PERIODISTAS PROFESIONALES. Somos militantes revolucionarios acostumbrados a pelear en todos los terrenos, parafraseando al ‘chino Balbín’ lo mismo nos da la pluma, la espada o la palabra. EL ENEMIGO ELIGE EL METODO, PARA NOSOTROS TODO VALE. PELEAMOS SIEMPRE SIN DAR NI PEDIR CUARTEL. (...) Se está con Isabel o contra Isabel. No hay alternativas.

En unos de sus últimos números del 30 de octubre de 1975 *El Caudillo* se hacía eco de las teorías del complot y sostenía que se estaba asistiendo a “la última etapa de un proceso conspirativo”. Entre los integrantes de esta conspiración figuran “los partidócratas liberales, los ‘progresistas’ de la izquierda parlamentaria, los guerrilleros de la guerra revolucionaria, la derecha financiera y usurera y los sectores que alguna vez formaron parte del pero-

nismo”. Todos ellos coincidían en “el ataque despiadado a la figura e investidura de Isabel Martínez de Perón”. Aparecían luego las fotos de Gelbard y Timerman precedidas del siguiente epígrafe: "La trilogía de la conjura sinárquica que asola a nuestro país: Gelbard es quien paga a los alcahuetes de turno; Timerman es quien difunde el macaneo de su diario para ‘exquisitos’ y el enano Perette en la cámara propicia cuanto fenómeno sea posible descubrir para hacer despelote”. El artículo terminaba señalando que cuando llegue la hora de la verdad “Timerman se irá a hacer sionismo a Israel”.

En relación a la violencia política es interesante ver el número 50 de *El Caudillo* del 8 de noviembre de 1974 que apareció con un editorial especialmente combativo. Salía unos días después del asesinato del “compañero Villar”, Jefe de la Policía Federal, ejecutado por Montoneros. Bajo el encabezado del siguiente título: “El que las hace las tiene que pagar” aparecía este texto:

Los teóricos más autorizados sobre luchas guerrilleras coinciden en un punto que es ya casi un axioma: ‘La única regla fija en la guerra moderna es la falta de reglas’. (...) para combatir este tipo de guerra las fuerzas de seguridad tienen que despojarse de todas las trabas mentales y legales que les atan las manos. El código penal es en muchos casos insuficiente. El paredón es más efectivo (...) Esta es una guerra santa. Es la guerra del pueblo. Tiene que haber vencedores y vencidos. (...) Los terroristas usan el pánico como medio para imponer sus ideas. Tenemos que sembrar el pánico entre los terroristas. (...) Combatir la subversión ya no es una cuestión ideológica, es una cuestión de vida o muerte. El mejor enemigo es el enemigo muerto. Porque es así y porque Isabel manda.

Felipe Romeo.

Isabel Perón o Muerte. Venceremos

Como puede verse *El caudillo* aceptaba de manera explícita la necesidad de recurrir a métodos ilegales para enfrentar la subversión. El accionar de la Triple A, así como el accionar de las Fuerzas Armadas, se veía claramente apoyado por la revista.

El discurso codificado de la derecha peronista

Como ya he señalado anteriormente la derecha peronista mantenía varias ideas ya presentes en el nacionalismo de derecha y registradas en organizaciones como Tacuara y la Alianza Libertadora Nacionalista (ALN). Los integrantes de la derecha peronista eran profundamente antiliberales y anticomunistas en lo político, defensores de la Tercera Posición Justicialista en materia de justicia social y promotores de la soberanía política e independencia económica. Al mismo tiempo concebían el peronismo como un Movimiento estrictamente católico y mostraban una desconfianza permanente hacia el

judaísmo al que relacionaban con tesis conspirativas. En lo histórico reivindicaban el revisionismo y las figuras políticas de San Martín, Rosas y Perón. Su proyecto de sociedad tenía que ver con el establecimiento de un estado nacional justicialista que iba desde el modelo del peronismo clásico hasta modelos corporativos de tipo comunitarista. Siempre bajo la más completa subordinación y lealtad a las directivas de Perón y de su señora esposa. A continuación analizaré como entendían el concepto de revolución y el de sinarquía.

Los integrantes de la revista *El Caudillo*, por ejemplo, se asumían como revolucionarios, nacionalistas y peronistas. Reivindicaban una nueva forma de propiedad socializada con una participación más íntegra del estado en la sociedad y se declaraban a favor de un pueblo “corporativamente organizado”. En el número 52 del 26 de noviembre de 1974 aparecía una nota titulada “Estado peronista, cultura y medios de comunicación” bajo el título de Doctrina. Allí, el artículo se mostraba de acuerdo con la estatización de los medios de comunicación promovida por el Gobierno de Isabel al mismo tiempo que declaraba que “el cine actual sirve de cloaca de toda la carroña norteamericana y europea” a la que califican de imperialista. Incluía allí la pornografía de esas “sociedades moralmente decadentes” que “transmiten valores contrarios a la savia nacional, popular y cristiana”. Entre los principales referentes del *Ser Nacional* reivindicaba a Hugo Wast, Raúl Scalabrini Ortiz, Manuel Gálvez y Enrique Santos Discépolo.

El artículo terminaba señalando que hay que “meter la cuchilla sobre los medios de comunicación sin temor al qué dirán las vestales del liberalismo”, celebrando además el cierre del “antinacional y antipopular” diario *El Mundo*.

Precisamente había sido durante las tomas de los medios de comunicación, en los meses de mayo y junio de 1973, que se había podido apreciar la concepción cultural de la derecha peronista. Según ha señalado (NIEVAS, 1999, p. 376):

Tras las tomas, lo característico fue la imposición de rígidas pautas: eliminación de la música extranjera (excepto latinoamericana), confección de “listas negras” de artistas nacionales, despido del personal sospechado de portar ideas críticas con la nueva dirección establecida por esos grupos y estricto control de los Movimientos por parte de personal sospechado de portar ideas críticas con la nueva dirección establecida por estos grupos y estricto control de los Movimientos por parte de personal armado ajeno a las emisoras.

Una de las palabras claves que se volvieron permanentes y reiterativas dentro del discurso de la derecha peronista fue la de sinarquía. Este concepto había sido difundido en el peronismo por el intelectual Carlos Disandro y fue mencionado por Perón por vez

primera en *La Hora de los Pueblos* y reiterada en declaraciones públicas de este en los años 1970 y 1971. La denuncia de la sinarquía, que era entendida como una conspiración, se convirtió en el *leit motiv* de la derecha peronista. La revista *Patria Peronista* incluía en todos sus números un informe sobre esta conspiración, mientras que *El Caudillo*, *Patria Barba*, *Primicia Argentina* y *Consigna Nacional*, entre otras revistas de la derecha, la utilizaban asiduamente. También lo hacían las organizaciones de la derecha como JPRA, CNU, JSP, CdeO y ALN en sus declaraciones públicas, volantes, solicitudes y consignas. A partir de 1973 el uso de las palabras sinarquía, sinarcas y conspiración sinárquica, se repite hasta el hartazgo en toda la derecha peronista. El número 5 de *El Caudillo* del 14 de diciembre de 1973 explicaba a sus lectores el significado de esta palabra:

¿Qué es pues, la sinarquía? Podríamos decir, aventurando una definición, que es la unidad operativa de un conjunto de potencias clandestinas, que en todos los órdenes (político, económico, cultural y religioso) contribuyen a la formación de un gobierno mundial invisible. (...) Sinarquía, pues, en sentido etimológico menta la convergencia radical de principio de poder que gobierna al mundo. Es decir, los poderes visiblemente contrapuestos (syn) en el mundo se coaligan en la sinarquía.

De esta forma tanto el capitalismo como el comunismo, la masonería y el judaísmo se veían como fuerzas antagónicas con el mismo fin: la destrucción de la nación argentina, católica y peronista. Montoneros, el ministro de economía José Ber Gelbard, las empresas transnacionales, los liberales y comunistas, serían todas partes del complot mundial de la sinarquía.

Otra de las palabras claves de la derecha peronista era la de Revolución, aunque entendida en un sentido contrario a la que propugnaba izquierda.^{xvi} En una entrevista hecha por el diario *La Razón* a Juan Muciaccia, dirigente de la JPRA, este señalaba:

Los peronistas queremos una revolución peronista, enmarcada en una comunidad organizada bajo las banderas de la tercera posición. (...) Estamos luchando contra los sectores que dentro del peronismo nosotros consideramos que son neoperonistas, que vienen con resabios de sus doctrinas liberales e incluso marxistas que están dentro del Movimiento.^{xvii}

Un artículo publicado por *El Caudillo* daba algunas precisiones más sobre el tipo de revolución nacional justicialista:

Llegados a este punto conviene pasar a considerar el segundo punto. ¿Cuál es la revolución que quiere Perón? El mismo lo ha dicho, se

puede sintetizar en dos palabras la **comunidad organizada**. Este es un concepto revolucionario del poder que implica la posibilidad de movilizar todas las energías de un país en un sentido provechoso y sin falsas disidencias o debates artificiales que alejen del verdadero objetivo del auténtico patriotismo. (...) El problema consiste en recuperar el concepto de representatividad. Este es un país en el que, institucionalmente, nadie representa a nadie. La tan mentada frase que invoca a la "crisis de dirigentes" es lamentablemente real. Por eso el país se ha dado, por necesidad y por vocación de destino, sus propios mecanismos al margen del liberalismo. Los gremios son un ejemplo claro de lo que decimos. Durante su primera etapa, el gobierno peronista avanzó muchísimo en la tarea de clarificar este problema. El primer intento de "comunidad organizada" se frustró en 1955...^{xviii}

En estas palabras resuenan las concepciones sobre el Estado Nacional Justicialista presentes en el documento de la Escuela Superior de Conducción Política. El intento de conformar una comunidad organizada que superara el viejo régimen liberal de partidos políticos había quedado trunco en 1955, sin embargo este nuevo período de gobierno daba la oportunidad de realizar la empresa comunitaria:

Todos tenemos derecho a imaginar la patria que queremos. Por eso Perón abre a todos la posibilidad de plantear su inquietud y volcar el aporte en la discusión para que de ella salga lo mejor. Y esto no está limitado al concepto restringido y a veces desacreditado del partido político. Cualquier sector de la comunidad, como organismo natural está en condiciones de sumarse a la tarea. Entiéndase bien: no se quiere destruir a los viejos partidos para reemplazarlos por otra cosa, se quiere asegurar la oportunidad de que el Estado se organice con todas las fuerzas positivas y representativas y también con los partidos. Ya los liberales comienzan a lanzar sus acusaciones trasnochadas de corporativismo. Se esgrime la etiqueta como si fuera una invocación satánica y se intenta asustar con eso a la opinión pública. (...) Los obreros con sus sindicatos, los militares en su trabajo de preservar la soberanía, los sacerdotes cuidando la salud espiritual de la comunidad organizada, los políticos trabajando en la ejecución del Proyecto Nacional.^{xix}

Justamente las críticas a la forma liberal de representación política estaban extendidas en la derecha peronista y ya habían formado parte de las propuestas de la ALN. En una entrevista al líder de la organización Juan Queraltó publicada en *Panorama* en 1973 éste decía:

— ¿El nacionalismo de la ALN sigue sustentando su idea contraria a la partidocracia como sistema de gobierno?
— La Alianza Libertadora Nacionalista es un Movimiento que aspira a integrar a todos los argentinos. Los partidos no agotan la dinámica histórica actual. En su forma demoliberal, propia del siglo pasado, pudieron tener alguna representatividad. Pero, hoy, otras estructuras tienen tanto mayor dinamismo político sociopolítico, como por ejemplo

los sindicatos, las fuerzas empresarias, las universidades, las uniones vecinales. El nacionalismo argentino cree que esas fuerzas deben ser institucionalizadas como canales representativos de la vida nacional. Los partidos en su forma demoliberal han sido superados.^{xx}

Para el año 1973 también la Escuela Superior de Conducción política sumaba su voz a quienes intentaban clarificar el sentido “socialista” de la revolución peronista expresando en una solicitada del diario *La Razón* que:

El peronismo no va hacia ningún “socialismo”, porque el Peronismo es “LA FORMA ARGENTINA DEL SOCIALISMO NACIONAL”. “NO SE ME ESCAPA QUE LOS INFLUENCIADOS POR EL MARXISMO PUEDAN TENER DESVÍOS DOCTRINARIOS, COMO TAMBIÉN QUE LOS MARXISTAS TRATEN DE APROVECHAR LAS PALABRAS (socialismo) PARA LLEVAR AGUA A SUS MOLINOS. EL SOCIALISMO DE QUE NOSOTROS HABLAMOS ES EL QUE CON TENDENCIA NACIONAL SE IMPLANTA PAULATINAMENTE EN EL TERCER MUNDO, TAN DISTANTE DEL IMPERIALISMO YANKI COMO DEL IMPERIALISMO COMUNISTA SOVIÉTICO”.^{xxi}

En lo que respecta a los rituales y actos públicos realizados por la derecha peronista eran frecuentes las misas de recordación de los caídos, las cuales no sólo incluían los muertos durante la resistencia peronista sino los que formaban parte de la historia argentina del siglo pasado. De esta manera se realizaba el 20 de noviembre de 1974 en la Iglesia de Santo Domingo entre las calles Belgrano y Defensa de la Capital Federal una “misa a los caídos por la patria” en conmemoración de la Vuelta de Obligado y el Día de la soberanía nacional. Participaron de ella La Comisión Argentina Familiares de Caídos por la Patria, la Concentración Nacional Universitaria, la Concentración Nacional de Estudiantes Secundarios y la Concentración de la Juventud Peronista.

La conmemoración del 20 de noviembre como día de la soberanía nacional y la reivindicación de Rosas y Perón continuó siendo distintiva de la derecha peronista. El 20 de noviembre de 1974 contó con la adhesión a través de avisos y propagandas de sectores sindicales como por ejemplo de la Unión Obrera Metalúrgica.^{xxii}

Precisamente cuando se produjo la promulgación de la ley de repatriación de los restos de Juan Manuel de Rosas, la Alianza Libertadora Nacionalista organizó un acto público donde como parte del discurso se incitó abiertamente contra los judíos:

El 22 de octubre [de 1974], los socios de la Acción Nacional Argentina se dieron cita en el teatro municipal “Armando Discépolo” con la presencia del presidente provisional del Senado Dr. José Antonio Allende, el decano de la facultad de Filosofía y Letras de UBA, presbítero Raúl Sánchez Abalenda; el interventor federal de la provin-

cia de Formosa, senador nacional Juan Carlos Beni; el jefe de la Alianza Libertadora Nacionalista, Juan Queraltó, y notorias figuras del peronismo ortodoxo y del nacionalismo tradicional no peronista. Hicieron uso de la palabra Ricardo Arias Duval por la ALN, el asesor gremial de la Universidad de Buenos Aires, Eleuterio Cardozo, quien habló en nombre del rector Alberto Ottalagano; el presidente del Instituto de Investigaciones Históricas Juan Manuel de Rosas, Alberto Contreras, y el senador nacional Juan Carlos Cornejo Linares. Entre cánticos y vítores a Rosas, se escuchaba la amenaza a viva voz: Mazorca, Mazorca, judíos a la horca!!! (SENKMAN, 1986, p. 143).

Justamente mediante esta consigna la derecha peronista buscaba asociar positivamente la figura de Rosas (denostada por el liberalismo argentino) con la de Perón, quien en 1830 alentó la formación de una organización parapolicial conocida como la Mazorca. Como bien recuerda (TCACH, 2001, p. 12):

...la presencia de judíos en el peronismo progresista como José B. Gelbard (ministro de Economía de Cámpora), o de izquierda (como Marcos Osatinsky, dirigente histórico de las FAR), ponía a la claras que los judíos peronistas -que los había- estaban del otro lado de la barricada. Fuera del peronismo era posible encontrarlos, sobre todo, en los grupos sionistas que alentaban la emigración a Israel, la prensa liberal (Jacobo Timerman era director del diario *La Opinión*), la UCR y el PC, cuyos militantes de origen hebraico tendían a negar su identidad de origen en aras de un sedicente universalismo proletario. Nada de ello resultaba grato, ni al nacionalismo ni al peronismo de derecha.

Como una variante del mismo estribillo también se cantaba “Perón mazorca, los bolches a la horca” y como hizo la JPRA en el acto del 20 de noviembre de 1973: “Con las tripas de Santucho, vamos a hacer un horquita, para colgar a los trotskos, disfrazados de peronistas”. Por último, la consigna que da título a este artículo: “En la patria de Perón, ni judío ni masón” y que fuera vitoreada con motivo del nombramiento del fascista Alberto Ottalagano, como rector normalizador de la Universidad de Buenos Aires en 1974 (TCACH, 2001, p. 50), sintetiza en gran medida la cultura política del peronismo de derecha.

Conclusión

De la lectura de sus publicaciones y actividades políticas puede verse que la derecha peronista hizo de la verticalidad y la lealtad a la conducción de Juan Domingo Perón y María Estela Martínez de Perón su *leit motiv*. Justamente la insistencia en el carácter ortodoxo de su peronismo tenía la función de rechazar la “heterodoxia” y la

“deslealtad” de la Tendencia revolucionaria. Asimismo en lo que respecta a su autoidentificación rechazaban el término de derecha, refiriéndose a sí mismos como peronistas.

La identificación de sus enemigos se estructuró en base al concepto de sinarquía que permitía englobar una amplia gama de actores que incluían al judaísmo, el sionismo, el marxismo, el liberalismo, los jesuitas y los sectores progresistas. Precisamente el término sinarquía se volvió permanente dentro de la derecha peronista aunque nunca fue central en el pensamiento de Perón ni tenía el alcance que la derecha pretendía darle. En el marco de depuración del tercer gobierno peronista, el uso del término infiltrados o la negación de la identidad peronista a los sectores de izquierda, fue también bastante recurrente y parte esencial del discurso anticomunista de la derecha.

En lo que respecta al discurso codificado de la derecha peronista este se estructuró en base a la defensa de la idea de revolución nacional justicialista y de la reivindicación de la patria peronista. Términos que iban en un sentido claramente contrario a la revolución que proponía la izquierda peronista y a la idea de patria socialista. En el caso de la derecha se notaba una reivindicación de la idea peronista de colaboración de clases y armonía social basada en la organización corporativa de la sociedad.

En el uso de los símbolos y ritos, la derecha peronista apeló y mantuvo la reivindicación de los mártires nacionalistas y peronistas que había levantado desde los tiempos de la ALN y de la Resistencia. También impulsó al acto por el día de la Soberanía Nacional casi como una fecha reivindicativa propia. Justamente era en esas organizaciones donde el revisionismo histórico y la reivindicación de Rosas junto con Perón fueron permanentes. Si bien es cierto que el revisionismo histórico no fue sólo tomado por la derecha, en la manera de entenderlo sucedía algo similar al concepto de revolución: tanto la izquierda como la derecha peronista los utilizaban pero los concebían de manera diferentes. En el uso de la violencia política la derecha peronista recurrió a las prácticas de intimidación y enfrentamiento ya presentes en organizaciones como la ALN y Tacuara. A estas se sumó también el accionar clandestino e ilegal de la Triple A y de organizaciones como la CNU y sectores de la UOM que sumaron su aporte al accionar paraestatal. En la disputa entre la izquierda y la derecha peronista, este último sector resultó claramente vencedor.

Referencias:

BERSTEIN, S. La cultura política. En J. P. Rioux, & J. F. Sirinelli, *Para una historia cultural*. Mexico: Taurus, 1999.

BESOKY, J. L. La Juventud Peronista de la República Argentina. III CONGRESSO INTERNACIONAL NUCLEAS, Universidad Estadual de Rio de Janeiro, 2012.

BESOKY, J. L. La derecha peronista en perspectiva, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Questions du temps présent, mis en ligne le 24 mai 2013, consulté le 11 novembre 2016. URL : <http://nuevomundo.revues.org/65374> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.65374

BESOKY, J. L. La revista El Caudillo de la Tercera Posición: órgano de expresión de la extrema derecha. *Revista de Conflicto Social*. Buenos Aires: 2010, p. 7 – 28.

BESOKY, J. L. El nacionalismo populista de derecha en Argentina: La Alianza Libertadora Nacionalista, 1937-1975. *Mediações*. Londrina; 2014 vol. 19 p. 61 – 83.

BESOKY, J. L. *La derecha peronista. Prácticas políticas y representaciones (1943-1976)*. 2016. Tesis de doctorado en Ciencias Sociales; Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata.

BUCHRUCKER, C. *Los nacionalistas y el peronismo*. Buenos Aires: Sudamericana, 1987.

DAMIN, N. La transformación organizacional en el justicialismo de los setenta: La Juventud Sindical Peronista (1973-1976). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Questions du temps présent, mis en ligne le 05 juin 2013, consulté le 12 novembre 2016. URL : <http://nuevomundo.revues.org/65399> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.65399

CAPIZZANO, H. M. *Alianza Libertadora Nacionalista. Historia y crónica (1935-1953)*. Buenos Aires: Memoria y Archivo, 2013.

CARNAGUI, J. L. El nacionalismo juvenil platense y la formación de la Concentración Nacional Universitaria (CNU), 1960-1971. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Questions du temps présent, mis en ligne le 11 décembre 2013, consulté le 12 novembre 2016. URL : <http://nuevomundo.revues.org/66038> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.66038

CUCCHETTI, H. Clivajes y cultura revolucionaria en los enfrentamientos políticos de la Argentina (años 1960-1970). En M. González Alemán, & E. Palieraki, *Revoluciones imaginadas: Itinerarios de la idea revolucionaria en América Latina contemporánea* (págs. 105-122). Santiago de Chile: RIL, 2013.

CUCCHETTI, H. (Coordinador). ¿Derechas peronistas?. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Questions du temps présent, mis en ligne le 24 mai 2013.

CUCCHETTI, H. Redes sociales y retórica revolucionaria: una aproximación a la revista Las Bases (1971- 1975). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. [En ligne], Débats, mis en ligne le 13 octobre 2008, consulté le 12 novembre 2016. URL : <http://nuevomundo.revues.org/43252> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.43252

DENADAY, J. P. Comando de Organización: un peronismo plebeyo, combativo y nacionalista (1961-1976). *Quinto Sol*, Vol. 20, N° 1, enero-abril 2016 - ISSN 1851-2879, pp. 1-21. DOI: <http://dx.doi.org/10.19137/qs0832>

EATWELL, R. y O'SULLIVAN, N. *The Nature of the right: American and European politics and political thought since 1789*. Boston: Twayne Publishers, 1990.

FURMAN, R. *Puños y pistolas. La extraña historia de la Alianza Libertadora Nacionalista, el grupo de choque de Perón.*. Buenos Aires: Sudamericana, 2014.

LVOVICH, D. *El nacionalismo de derecha*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.

NIEVAS, F. *Las tomas durante el gobierno de Cámpora*. Tesis de Maestría en Investigación en Ciencias Sociales, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Buenos Aires, Buenos Aires, 1999

ORBE, P. El nacionalismo tradicionalista argentino en la segunda mitad del siglo XX: recorrida por un territorio en exploración. *Polhis*, N° 8, 2011

SERVETTO, A. Córdoba en los prolegómenos de la dictadura. La política del miedo en el gobierno de Lacabanne. *Estudios*, 15, 2004

SIRINELLI, J. F. El retorno de lo político. *Historia Contemporánea* (9), 30-31, 1993

Notas:

ⁱ El llamado Documento Reservado fue un escrito presentado y leído por el Consejo Superior del Peronismo, a cargo del senador José Humberto Martiarena, durante una reunión que presidió el propio Juan Domingo Perón como presidente electo de la Nación, el 1 de octubre de 1973. Estaban presentes Raúl Lastiri (en ese momento presidente interino de la Nación); los ministros de Bienestar Social José López Rega y del Interior Benito Llambí, y todos los gobernadores y vices del peronismo. El documento se filtró y fue publicado en *La Opinión* del 2 de octubre de 1973 bajo el título "Drásticas instrucciones a los dirigentes del Movimiento para que excluyan todo atisbo de heterodoxia marxista". Entre sus numerosos puntos llamaba a implementar en todo el territorio nacional el funcionamiento de una estructura especial, encargada de defender al gobierno y al Movimiento y enfrentar la guerra desatada por la infiltración marxista.

ⁱⁱ "La Concentración y el Movimiento Nacional" en *Concentración de la Juventud Peronista*, Año I, N°1, septiembre de 1974, p. 2.

ⁱⁱⁱ "10.000 gargantas para gritar Perón o Muerte" en *El Caudillo*, Año 2, N°16, 1 de marzo de 1974. p. 5

^{iv} "Creer, obedecer y combatir por Perón" en *El Caudillo*, Año 2, N°11, 25 de enero de 1974, p. 19.

^v Una nota del nacionalista Fernando García de la Costa publicada en *Consigna Nacional* avalaba esta idea: "Los que parecen abogar por una unidad o por una lucha entre la derecha y la izquierda peronistas, no saben nada de peronismo. Porque en el peronismo no puede haber "derecha" ni "izquierda" desde que su filosofía política es la única respuesta lúcida que pervive en el siglo XX contra los dos grandes errores filosóficos y políticos del siglo XIX que todavía siguen enervando las energías de los países en su inútil, estéril y desatorada puja.". En *Consigna Nacional*, Año 1, N°8, 23 de marzo de 1974, p. 7. (archivo personal).

^{vi} "Terminamos con la izquierda... ahora le toca a la derecha" en *El Caudillo*, Año 2, N°30, 7 de junio de 1974, p.6.

^{vii} "Claves para entender el 1° de mayo" en *El Caudillo*, Año 2, N°26, 10 de mayo de 1974. pp. 4-5.

^{viii} *Consigna Nacional*, Año I, N°6, 2° quincena de febrero de 1974, p. 32

^{ix} "Queraltó: la ultraizquierda tiene la culpa" en *Panorama*, 6 de setiembre de 1973, p. 17.

^x "Por qué mueren nuestros compañeros" en *Concentración de la Juventud Peronista*, Año I, N°1, septiembre de 1974, p. 3.

^{xi} "Por qué mueren nuestros compañeros" en *Concentración de la Juventud Peronista*, Año I, N°1, septiembre de 1974, p. 3.

^{xii} *Revista Primicia* N° 12, 2 de abril de 1974.

^{xiii} "C. de O. responde a Montoneros: En Isabel está la verticalidad". Artículo sin fecha en la CPM-DIPBA, Mesa "Referencia", Legajo10777.

^{xiv} "La Sinarquía contra los trabajadores" en *El Día*, 10 de octubre de 1973, La Plata.

^{xv} "La 'Patria Socialista': nuevo peronismo sin Perón" en *Patria Barbara*, Año 9, N°15, 2 de julio de 1973, Buenos Aires. p. 4.

^{xvi} En (CUCCHETTI, 2013, p. 116) puede verse un análisis del polisémico concepto de revolución en esos años en la revista *Las Bases*. Según el autor: "...en el peronismo se produjo una pugna semántica en la que ciertos actores se atribuían, en los '60-70, "posiciones revolucionarias" antepuestas a los "burócratas sindicales" o dirigentes "retardatarios", y otros, una vez estallados los cruentos conflictos desde 1973, definían un campo amigo/enemigo donde se enfrentaba la "verdadera revolución justicialista" al "infantilismo revolucionario", al "anarquismo", a la "infiltración marxista" y a la "sinarquía"."

^{xvii} "Entrevista a dirigentes de la JPRA" en *El Cronista Comercial*, 20 de diciembre de 1973.

^{xviii} "Claves para entender el 1° de mayo" en *El Caudillo*, Año 2, N°26, 10 de mayo de 1974. pp. 4-5.

^{xix} Ídem.

^{xx} "Queraltó: la ultraizquierda tiene la culpa" en *Panorama*, 6 de setiembre de 1973, p. 17.

^{xxi} Perón, Carta dirigida a la escuela Superior, 18 de mayo de 1972, *La Razón*, 25 de junio de 1973.

^{xxii} "Solicitada. Rosas Perón" en *El Caudillo*, Año II, N° 52, 26 de noviembre de 1974, p. 5.

ANTICOMUNISMO, DEMOCRACIA E REFORMAS: A MOBILIZAÇÃO DAS DIREITAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1961-1965)

ANTICOMMUNISM, DEMOCRACY AND REFORMS: THE RIGHT-WING MOBILIZATION IN THE HOUSE OF REPRESENTATIVES (1961-1965)

Thiago Nogueira de SOUZA¹

Resumo: A Ação Democrática Parlamentar (ADP) foi uma frente suprapartidária que reuniu grande parte dos políticos de direita da Câmara dos Deputados. Criada ainda no governo Jânio Quadros para combater o “perigo vermelho” no Brasil, a ADP configurou uma grande aliança conservadora contra as esquerdas e os movimentos sociais, que pareciam avançar perigosamente na década de 1960. Com uma postura avessa a reformas sociais e que colocava a manutenção da ordem acima das garantias democráticas, seus dirigentes desempenharam um importante papel na radicalização política que conduziu ao movimento civil-militar de 1964 e à instalação de um regime autoritário no país.

Palavras-chave: Ação Democrática Parlamentar; anticomunismo; democracia; reforma agrária.

Abstract: The Parliamentary Democratic Action (ADP) was a cross-party front that brought together most of the right-wing politicians in the lower house of Congress. Created still in Quadros administration to fight the "red danger" in Brazil, ADP set up a great conservative alliance against the Left and the social movements, which seemed to move dangerously in the 1960s. With averse approaching to social reforms and putting the maintenance of order above the democratic guarantees, its leaders played an important role in the political radicalization that led to the civil-military movement of 1964 and the installation of an authoritarian regime in the country.

Keywords: Parliamentary Democratic Action; anti-communism; democracy; agrarian reform.

Sr. Presidente, o silêncio dos democratas nesta Casa, diante das monstruosidades de Fidel Castro [...] poderia dar a impressão de que as esquerdas dominaram inteiramente o Parlamento Nacional, o que não é exato, porque há nesta casa democratas que acreditam numa democracia sem adjetivações, regime que, não sendo de força, é todavia suficientemente forte para se defender dos seus inimigos, ostensivos ou disfarçados. O País conhecerá, dentro de mais alguns dias, a ação democrática, neste Parlamento, de conservadores que não tem constrangimento, espécie de respeito humano, em dizer que são conservadores¹

No início da década de 1960, um grupo de deputados conservadores deu início a uma intensa mobilização política no Congresso Nacional. Naquele momento, de acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, o Brasil vivia uma segunda grande “onda” anticomunista

¹ Mestre em História – Programa de Pós-graduação em História – Centro de Ciências Humanas – UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ – Brasil. E-mail: thisouza85@gmail.com.

(MOTTA, 2002), marcada por um acirramento dos conflitos sociais no país e da tensão provocada pela Guerra Fria com o impacto da Revolução Cubana na América Latina. Enquanto Fidel Castro anunciava a radicalização de sua revolução, aproximando-se definitivamente da União Soviética, o presidente recém-eleito, Jânio Quadros, propunha uma revisão das diretrizes da política externa brasileira que agradava aos setores de esquerda (BENEVIDES, 1981). Ao mesmo tempo, movimentos sociais como os sindicatos e as Ligas Camponesas tornavam-se mais organizados e agressivos em suas reivindicações.

Para fazer frente ao que era visto como um avanço das esquerdas no país, o deputado João Mendes (UDN-BA) buscou congregiar as forças políticas do Parlamento brasileiro em torno do combate ao “perigo vermelho”. Em maio de 1961, ele lançou um manifesto que obteve a adesão de uma centena de deputados federais de diversos partidosⁱⁱ. Formava-se, então, a Ação Democrática Parlamentar (ADP), uma frente que pretendia ser um “dique” conservador para conter a “onda” que pairava no horizonte. Numa entrevista divulgada em diversos jornais, o ex-ministro da Justiça do governo Kubitschek, Armando Falcão (PSD-CE), via na união dos conservadores a única saída para “salvar” o país da ameaça à espreita:

[...] o ex-ministro Armando Falcão defendeu a fusão dos partidos centristas como única solução para preservar o sistema democrático no Brasil e como “uma fatalidade histórica, resultante do seu próprio instinto de conservação e autodefesa”. A rivalidade político-eleitoral entre esses partidos é qualificada pelo ex-ministro da Justiça de “guerra infecunda, que coloca em campos opostos partidos e homens que defendem o mesmo programa e desejam ver preservada uma idêntica filosofia de vida”. [...] o Sr. Armando Falcão rejeita o argumento de que a fusão dos partidos centristas acarretaria uma divisão dos elementos do centro e da esquerda: a divisão, a seu ver, já existe, “é necessariamente insanável, por motivos ideológicos, e cada vez mais se acentuará” no momento histórico em que se “divide a humanidade em dois mundos políticos, sem a mais longínqua possibilidade de harmonização”ⁱⁱⁱ.

A fala de Armando Falcão demonstrava a disposição das forças conservadoras em abandonar suas antigas rivalidades políticas em nome de uma verdadeira “união sagrada” contra o “perigo” comunista (MOTTA, 2002). Falcão sentia o incômodo causado pela atuação das esquerdas dentro de seu próprio partido, o PSD, onde a Ala Moça desempenhava um importante papel na tentativa de renovar a agremiação (HIPOLITO, 2012). De acordo com Falcão, seria necessária “uma definição sem disfarces, com o estabelecimento de um divisor de águas que ponha fim às atitudes de

meia-cor”^{iv}. Um dos objetivos da ADP era justamente criar esse “divisor de águas”, colocando “democratas”, de um lado, e “comunistas e simpatizantes”, do outro. Segundo o manifesto da frente, “na luta travada entre a democracia e o comunismo” não haveria lugar para “os indecisos, os acomodaticios, os pacifistas, os neutralistas – inocentes úteis ou criptocomunistas”^v.

O surgimento do bloco direitista na Câmara dos Deputados provocou reações exaltadas entre os membros da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). O deputado Ruy Ramos (PTB-RS) considerava um equívoco a oposição entre “comunismo” e “democracia” estabelecida pela frente, sustentando que os problemas da América Latina situavam-se em outro conflito: entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”. Segundo ele, a ADP tinha “a finalidade de defender uma democracia de miséria e amparar um regime de subdesenvolvimento” para os países latino-americanos, não passando de um agrupamento “reacionário na mais extensa expressão da palavra”^{vi}. Já o deputado Breno da Silveira (PSB-GB) enfatizava que o combate ao comunismo deveria ser feito “pela presença do deputado nas lutas populares”, enquanto José Joffily (PSD-PB) criticava o manifesto por silenciar em relação ao combate às forças “imperialistas” e “colonialistas”. O ataque mais duro veio do deputado Bocaiuva Cunha (PTB-RJ), que acusou João Mendes de ter “compromissos com as classes privilegiadas, com todas as injustiças, com todos os privilégios que as classes dominantes até hoje tem tido em nosso país”^{vii}.

Entre os deputados ligados a ADP, muitos exerciam atividades empresariais e pertenciam a associações de classe (SOUZA, 2015). João Mendes, o presidente e principal líder da frente, era pecuarista e membro da Associação Comercial da Bahia. Já o vice-presidente do bloco, Fernando Mendes Gonçalves (PSD-MT), havia dirigido a próspera Companhia Matte-Laranjeira, de propriedade de sua família no Mato Grosso. De fato, a mobilização conservadora na Câmara dos Deputados contou com a simpatia das chamadas “classes produtoras”, como revela um telegrama enviado a João Mendes pelo presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Rui Gomes de Almeida:

Como um imperativo da consciência democrática das classes produtoras, hoje, mais do que nunca, vigilantes e atentas para os rumos institucionais do país, tenho a satisfação de, na qualidade de presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Comerciais do Brasil, congratular-me com o patriótico movimento que é a Ação Democrática Parlamentar, que Vossa Excelência preside na Câmara dos Deputados. Na grave conjuntura econômica, social e política em que se debate a Nação, oferecendo campo propício à infiltração de ideologias contrárias à

formação liberal do povo brasileiro, é com alto espírito de simpatia e solidariedade que as classes produtoras veem campanhas desse porte, congregando parlamentares de todos os partidos na defesa da autêntica democracia contra os que tentam solapá-la e destruí-la em nossa Pátria^{viii}.

Apesar da importância do pensamento liberal dentro do movimento anticomunista, não era apenas a classe empresarial que emprestava solidariedade à Ação Democrática Parlamentar. Entre seus membros e dirigentes haviam muitos parlamentares ligados à Igreja Católica, como os deputados Hamilton Nogueira (UDN-GB), que foi vice-presidente do Centro Dom Vital, e Eurípedes Cardoso de Menezes (UDN-GB), presidente da Confederação Católica Arquidiocesana. Além disso, integraram a frente sacerdotes católicos de diversos partidos, como os deputados Alfredo de Arruda Câmara (PDC-PE); Pedro Vidigal (PSD-MG); José Nobre (PTB-MG) e Antônio Godinho (UDN-SP) (SOUZA, 2015). Na década de 1960, ao que parece, o catolicismo ainda era uma importante matriz do anticomunismo brasileiro (MOTTA, 2002).

A ADP ganhou força na Câmara dos Deputados à medida que avançava a radicalização política no Brasil, sobretudo após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. Embora o posicionamento majoritário tenha sido pela adoção do sistema parlamentarista de governo, houve quem defendesse abertamente o impedimento de João Goulart, como o vice-presidente da ADP, Mendes Gonçalves (PSD-MT), para quem a posse de Jango, àquela altura, poderia significar a “cubanização” do Brasil^{ix}. De qualquer maneira, o parlamentarismo dava mais poder aos deputados e, conseqüentemente, aumentava a importância das articulações políticas dentro do Congresso Nacional. Para João Mendes, o sistema parlamentarista ofereceria as condições ideais para que a ADP pudesse ter “influência decisiva” na condução dos problemas do país, funcionando como um elemento de aglutinação entre os políticos dos maiores partidos conservadores do Congresso:

Quem conhece a vida política brasileira sabe que é impraticável a união definitiva ou a fusão dos dois grandes partidos do centro – o PSD e a UDN. Embora os programas sejam idênticos e o sentido ideológico de sua posição o mesmo, a realidade do partidarismo nos municípios não consente tal aproximação. São facções irreconciliáveis, dirigidas por chefes locais tradicionalmente adversários, quando não inimigos. [...] A ADP é a fórmula que os democratas do centro encontram para tornar eficiente sua ação contra o ativismo dos núcleos esquerdistas do Parlamento^x.

A exemplo do pessedista Armando Falcão, o udenista João Mendes reduzia as diferenças históricas entre o PSD e a UDN a questões envolvendo a complexa realidade eleitoral brasileira, sobretudo a nível local. Diante da impossibilidade de uma união formal entre os dois partidos, a ADP era apresentada como uma forma de operacionalizar a aliança parlamentar entre udenistas e pessedistas. Em outubro de 1961, a frente já contava com mais de 150 deputados em suas fileiras^{xi}, grande parte deles com uma longa trajetória política. O núcleo dirigente da ADP, escolhido entre seus membros, contava com diversos veteranos da Constituinte de 1946, como o deputado João Mendes, que já na década de 1940 fazia do anticomunismo uma de suas principais bandeiras de luta (REZNIK, 2000; SOUZA, 2015).

A contraposição entre “democracia” e “comunismo” foi um expediente muito utilizado por movimentos anticomunistas durante a Guerra Fria. Frequentemente, no entanto, não passava de exercício retórico, correspondendo a uma estratégia de alinhamento internacional com os Estados Unidos (MOTTA, 2002). A Ação Democrática Parlamentar não foi uma exceção nesse aspecto. Embora não seja possível atestar o grau de comprometimento democrático de cada um de seus membros, o manifesto redigido por João Mendes fazia uma importante advertência a respeito do que os conservadores entendiam ser a democracia: “um regime forte, que pode, deve e precisa defender-se das ameaças e das agressões dos que se valem da fraqueza do liberalismo estático para tentar destruí-la”^{xii}.

Essa concepção de democracia não era nova, estando intimamente relacionada com a emergência da Guerra Fria, ainda na década de 1940. Ao sustentar que o liberalismo “estático” estaria ultrapassado, João Mendes reproduziu as palavras proferidas pelo udenista Clemente Mariani na Constituinte de 1946:

“A democracia, sendo perfeitamente semelhante aos outros regimes no propósito de tornar sua existência tão sólida quanto possível e de defendê-la contra quem a ameaça, está disposta a praticar a parte de intolerância que se exige, necessariamente, de todo o organismo que pretende viver, em relação ao que tende a impedi-lo”^{xiii}.

Naquela ocasião, Mariani tinha como alvo os membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que também integravam a Assembleia Constituinte (ALMINO, 1980). No ano seguinte, o PCB teve seu registro cancelado pela Justiça Eleitoral e seus parlamentares acabariam cassados pelo Congresso Nacional. Nos anos 1960, João Mendes mirava seus adversários do movimento nacionalista, que se tornara a opção política dominante entre as esquerdas desde a década anterior e contava com o apoio e a

participação dos comunistas (MOREIRA, 1998a). Como um alerta, o presidente da ADP lembrava a seus opositores o texto da Constituição Federal que vedava “a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático”^{xiv}.

Na concepção conservadora, em tempos de Guerra Fria “a democracia deveria ser limitada, vigilante e exercer um grau relativo de intolerância. O liberalismo clássico não respondia às demandas de defesa do Estado constituído” (REZNIK, 2000, p. 66). Essa reflexão, típica do pós-guerra, seria invariavelmente retomada pelos membros da ADP ao longo da década de 1960. A ideia de que as liberdades democráticas poderiam ser utilizadas pelas esquerdas para “subverter” a democracia aparecia com frequência no discurso direitista. O deputado Bento Munhoz da Rocha (PR-PR), também constituinte de 1946 e ex-governador do Paraná, expôs este receio ao apresentar as diretrizes da frente:

Cumprir melhorar e aperfeiçoar o processo democrático, como também defender a democracia contra aqueles que nela não acreditam e se valem de suas franquias para a sua própria destruição. Neste passo nos defrontamos com um ponto nevrálgico [...] que reside na utilização pacífica dos direitos democráticos, dentro do parlamento e fora dele, pelos encarregados da aplicação concreta das categorias do materialismo dialético. Passa-se, pacificamente, como o indica o exemplo de vários países da Europa Central, do funcionamento da máquina parlamentar para alguma forma de ditadura do proletariado e, portanto, para o Estado Socialista, estágio necessário mas jamais superado para alcançar a sociedade comunista^{xv}.

Mais do que o temor de uma “guerra revolucionária”, era a possibilidade de uma tomada “pacífica” do poder que preocupava Munhoz da Rocha. Com uma ação coordenada *dentro e fora* do Congresso Nacional, seria possível às esquerdas conduzir o país na direção do socialismo, como indicaria o exemplo de países como a Tchecoslováquia, celebrizado na literatura anticomunista do período em *O Assalto ao Parlamento* (MOTTA, 2002). De título sugestivo, o livro é uma narrativa sobre como o Parlamento poderia desempenhar um papel revolucionário através da combinação das pressões de “cúpula” (dos parlamentares) e de “base” (das massas populares)^{xvi}. Desse modo, a esquerda parlamentar seria capaz de compensar sua desvantagem numérica com um eficiente trabalho de mobilização popular, cuja eficácia não deveria ser menosprezada.

Convidado a discursar na II Reunião Plenária das Classes Produtoras, em dezembro de 1961, o deputado João Mendes voltaria a propugnar pela união dos

conservadores, alertando para os riscos dessa atuação “aguerrida” das minorias de esquerda:

É questão de sobrevivência a união dos democratas, com ânimo de luta, porque os inimigos são aguerridos e ativos, compensando a diferença numérica pela energia da ação. [...] Há quem diga que exageramos o perigo comunista no Brasil. Uns, de boa fé, argumentam com o insignificante número de servos de Krushev em nosso país. Mas seria deplorável calcular esse perigo por cifras. A segunda revolução russa foi feita por um partido que contava com um por cento da população votante. Os comunistas ostensivos no Brasil são em número insignificante; entretanto, os “companheiros de viagem”, os criptocomunistas, os úteis, lhes engrossam consideravelmente as fileiras e lhes abrem caminho para a vitória^{xvii}.

Na perspectiva direitista, embora os comunistas “convictos” fossem minoritários no Brasil, contariam com uma gama de “aliados” que os ajudariam, ainda que involuntariamente, a atingir seus objetivos no país. Os conservadores também lançavam mão de um discurso nacionalista que entendia a nação como um conjunto orgânico, ameaçado em sua integridade pelos comunistas e sua ideologia contrária às tradições nacionais (MOTTA, 2002). Não por acaso, João Mendes escolheria o dia 27 de novembro, aniversário da Intentona Comunista de 1935, para discursar em nome da Ação Democrática Parlamentar. No imaginário do anticomunismo brasileiro, a Intentona era um episódio associado a “traição” perpetrada pelos comunistas contra a pátria brasileira, e sua comemoração funcionava como uma “advertência de que, se não fossem detidos, cometeriam de novo as supostas vilezas praticadas em 1935” (MOTTA, 2002, p. 76):

A Ação Democrática Parlamentar, ao solidarizar-se com as homenagens prestadas às vítimas da Intentona de 27 de novembro de 1935, conclama os democratas do Brasil, sem distinção de classe, cor ou raça [...] a unirem-se para a defesa das instituições democráticas, seriamente ameaçadas pelo comunismo internacional. [...] Ao perseguir o objetivo de servir a seu credo, o comunista não escolhe meios, nem considera qualquer sentimento [...] Por isso mesmo não se justifica a transigência que muitos democratas, ou que se dizem como tal, põe a seu serviço. A pretexto de respeitar princípios democráticos, os úteis – inocentes ou não – dia a dia alargam as facilidades dos fiéis de Krushev. [...] Se a reação (a palavra é a própria e não tememos o sentido que os comunistas lhe dão) a essa tolerância não se fizer sentir bravamente, Fidel Castro instalará seu quartel general da América Latina neste país. [...] A democracia, se não é um regime suicida, não pode deixar de intervir, em legítima defesa [...] precisa não ser excessivamente tolerante, para não ter que ir ao extremo oposto: excesso de violência^{xviii}.

Criticando o “excesso” de transigência para com a ação das esquerdas no país, João Mendes exigia que se impusessem restrições ao fazer democrático. A tolerância política, da qual depende a viabilidade da democracia, poderia levar o país à necessidade de uso excessivo da violência para manter a ordem social. Em outras palavras, na democracia concebida pela Ação Democrática Parlamentar, o autoritarismo era uma possibilidade permanente. Para Munhoz da Rocha, essa era uma alternativa real a ser considerada diante do rumo dos acontecimentos no Brasil:

É preciso tentar a sua consolidação, não pelo parlamentarismo, mas pela vida democrática cuja permanência, nesse sentido, o parlamentarismo pode decidir. [...] Não receio que, com o agravamento da crise nacional, a nossa falta de juízo possa conduzir-nos a uma solução política de coloração ou de definição francamente socialista, esquerdista ou comunista, [receio] antes uma solução oposta, que venha a surgir como reação às agitações bem preparadas e bem dirigidas pelas esquerdas, solução que se ampare e justifique no exclusivo imperativo da ordem e dê ao exercício do poder uma versão primitiva em que se afoguem as garantias democráticas^{xix}.

Para os dirigentes da ADP, a manutenção do regime de 1946 passava pela consolidação do parlamentarismo no país, que mantinha o jogo político sob controle do Congresso Nacional. Em julho de 1962, João Mendes teceu duras críticas a seu correligionário, o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (UDN-MG), por seu envolvimento nas articulações pela antecipação do plebiscito previsto na emenda parlamentarista^{xx}. A crítica também se estendeu ao presidente João Goulart, que não se aperceberia dos “riscos” envolvidos em sua luta para recuperar os poderes presidenciais:

Se é certo que não poderíamos acusar de comunista o Sr. Presidente da República, que não o é, comprovadamente, pela sua formação moral e pelo seu arraigado amor pelas atividades pecuárias nas suas bem organizadas e opulentas fazendas, não há qualquer leviandade em afirmar que S. Exa, no governo, está cercado de comunistas [...] Na absorvente luta pela reintegração na posse do poder pessoal de presidente presidencialista, S. Exa não se apercebe do perigo em que se expõe pelas suas próprias mãos^{xxi}.

É interessante observar que, durante o período parlamentarista, a figura de Jango foi relativamente poupada de ataques mais duros da direita, que se concentrava em denunciar a “infiltração comunista” no governo e em outros setores da sociedade. No entanto, o tom ameno reservado a Goulart contrastava com a agressividade dirigida contra outros políticos do campo da esquerda, notadamente o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB-RS).

Brizola havia liderado a Campanha da Legalidade, movimento que ajudou a garantir a posse de seu cunhado na presidência da República. Em outubro de 1961, ele organizou a Frente de Libertação Nacional (FLN), movimento que contou com a participação de outras importantes lideranças políticas, como o governador de Goiás, Mauro Borges (PSD-GO), e o então prefeito de Recife, Miguel Arraes (PTB-PE). Entre os objetivos da FLN, estavam a nacionalização de empresas estrangeiras, a limitação das remessas de lucros para o exterior e a reforma agrária (ABREU; BELOCH, 2001).

Num momento em que o espectro da Revolução Cubana rondava o imaginário das esquerdas e das direitas na América Latina, a mobilização popular liderada por Brizola era vista como um ensaio revolucionário de consequências imprevisíveis, envolvendo o treinamento de trabalhadores rurais para a luta armada:

No sul, o revolucionário Governador Brizola, em perfeito estilo castrista, fomenta invasões de propriedades rurais e assalta empresas estrangeiras [...] No norte do país, o senhor Miguel Arraes, prefeito de Recife e categorizado representante do pensamento de Fidel Castro, lidera, escancaradamente, movimento subversivo de caráter comunista na capital pernambucana, em consonância com a atuação do Deputado Francisco Julião que, no interior de Pernambuco, prepara sofridos trabalhadores rurais para as guerrilhas ensinadas por Che Guevara. No centro, o Governador de Goiás, Senhor Mauro Borges, chefia naquele Estado a Frente Nacional Libertadora ou que outro nome tenha o movimento de caráter revolucionário, inspirado e supervisionado em todo o País pelo Governador Leonel Brizola. Com a agravante de ser oficial do Exército Nacional, o Senhor Mauro Borges prepara a força de ligação dos guerrilheiros do Norte e do Sul^{xxii}

Em sua fala, João Mendes reproduzia o temor de um dos maiores mitos da esquerda latino-americana dos anos 1960: o foco guerrilheiro (ROLLEMBERG, 2001), que teria em Brizola o seu “Fidel Castro caboclo”, de acordo com o deputado. De fato, algumas lideranças das Ligas Camponesas planejaram a formação de campos de treinamento de guerrilhas no Brasil com o apoio cubano. No entanto, a iniciativa foi descoberta e rapidamente abortada (ROLLEMBERG, 2001).

Perigo real e imaginário, a mobilização das esquerdas tornava-se um problema que, na visão conservadora, não podia ser resolvido dentro dos quadros institucionais vigentes. Segundo João Mendes, era preciso que a atitude de vigilância se convertesse numa ação “objetiva” de defesa do regime, sobretudo por parte das Forças Armadas:

Não é possível que os responsáveis pela Segurança Nacional, tanto importa dizer pela preservação das instituições democráticas, se mantenham nesse passo de espera até que tudo esteja consumado. [...] Ao contrário do que pensam ou dizem estar pensando os úteis não

inocentes, se continuar esta posição estática de defesa passiva do regime democrático, ignorando-se o comunismo tal como ele é e age, não há a menor dúvida de que a atual desordem dirigida levará o país a uma guerra civil da qual resultará a vitória que será emprestada, a prazo curto, aos esquerdistas e aos políticos tipo Brizola, para ser oportunamente transferida aos verdadeiros donos, aqueles que sabem o que querem e para onde vão. [...] Cabe às classes armadas, cumprindo o que lhes determina a Constituição, assumir uma atitude, não apenas de vigilância, como vem fazendo, mas de defesa objetiva da ordem democrática^{xxiii}.

O apelo aos quartéis para a “restauração da ordem” seria constantemente renovado por João Mendes ao longo do governo João Goulart. Mais uma vez, os políticos de esquerda que atuavam na mobilização popular, como Brizola, eram apresentados como instrumentos de desígnios ocultos e inconfessos. O que estava em jogo, para muitos políticos conservadores, era a autenticidade da representação parlamentar frente aos movimentos sociais. Ao discursar em nome da Ação Democrática Parlamentar, Munhoz da Rocha expressou o desconforto causado pelas massas e suas reivindicações na cena política:

Democracia é pluralidade em que não há clima nem justificação para um partido único, um grupo único, um chefe único. Mas essa pluralidade só pode sobreviver na democracia representativa e não na democracia popular, tão do gosto de certos setores da opinião brasileira. [...] O partido da liberdade caiu em descrédito, tanto se degradou o seu uso, pois é certo que a experiência da liberdade tem apresentado espetáculos que aviltam. Já as massas populares não se galvanizam com o seu aceno. Cansaram de suas promessas. Já agora outras ideias as acionam, como a do desenvolvimento econômico, do mínimo conforto, e antes, muito antes, a da libertação da miséria. [...] O diálogo entre candidatos e eleitorado se reveste hoje de circunstâncias desconhecidas há 20 anos entre nós^{xxiv}.

Incomodado com a “gritaria das praças públicas”, Munhoz da Rocha tinha a experiência de um veterano da representação política, alguém que viu o país passar por grandes transformações desde o Estado Novo. E uma dessas transformações foi a participação popular numa arena que antes era de domínio quase exclusivo de um clube de elites. Em um outro discurso, ele viria a reconhecer o peso dessa participação nas mudanças da correlação de forças dentro do Congresso Nacional, que a partir de 1945 passou a espelhar de forma mais autêntica a sociedade brasileira:

Com o voto secreto e a Justiça Eleitoral e, conseqüentemente, com a ampliação da sociedade política, isto é, do número de brasileiros atuantes na decisão eleitoral, atingiu-se, na verdade, a veracidade das eleições. Isso trouxe a semelhança nossa, da representação nacional com a massa popular. [...] Porque o povo se acha, assim, bem

representado, porque o povo se acha semelhante a sua representação é que desprestigia o Congresso e a Câmara. É o excesso de semelhança, o excesso de afinidades entre a massa brasileira e sua representação nesta Casa. Antes, não. Antes de 1930, a Câmara ficava no alto. Os representantes não representavam tão imediatamente as tendências, os comportamentos da massa brasileira^{xxv}.

Na visão do dirigente da ADP, o povo brasileiro desprestigiaria o Congresso por se ver representado nele. Difícil encontrar um exemplo melhor de elitismo político. Nos anos 1960 – lamentava Munhoz da Rocha – as massas não mais se inflamavam pela ideia abstrata de liberdade, mas pelas chamadas Reformas de Base, sobretudo a reforma agrária. Vista como necessária pela grande maioria da população (LAVAREDA, 1991), a reforma agrária era objeto de controvérsia e disputa política entre progressistas e conservadores desde o final da década de 1950. Enquanto as esquerdas defendiam a distribuição de terras, identificando no latifúndio uma das causas da miséria e do subdesenvolvimento do país, as direitas apresentavam outras definições do que deveria ser um processo de reestruturação agrária no Brasil (MOREIRA, 1998b).

Abertamente contrários à distribuição de terras em regiões economicamente ocupadas, os conservadores se concentravam em propostas para aumentar a produtividade do setor agrícola, defendendo a colonização de áreas remotas do território brasileiro como solução para o problema do acesso à terra. Ainda em agosto de 1961, quando diversos projetos de reforma agrária eram debatidos no Congresso Nacional durante o governo Jânio Quadros, a Ação Democrática Parlamentar criou uma comissão de deputados para estudar a questão (SOUZA, 2015). Nas palavras de João Mendes, a ADP pretendia elaborar

uma lei que não busque extinguir a riqueza a pretexto de impedir a miséria [...] que não transforme grandes propriedades em minifúndios improdutivos; que concorra para aumentar a produção e não para reduzi-la; que harmonize classes ao invés de mais atritá-las; que não crie o desalento nos que produzem, mas faça crescer o seu número; que propicie o bem-estar e não o mal-estar social; que tenha mais em vista o homem do que a terra, pois esta nada vale nas mãos de quem não tem condições para fazê-la produzir^{xxvi}.

A ideia de que a “educação” do homem do campo deveria preceder o acesso à terra também esteve muito presente no discurso conservador (MOREIRA, 1998b). O manifesto da ADP estabelecia que a reforma agrária deveria “começar pelo homem, dando-lhe saúde, instrução, meios de trabalho, condições para adquirir e explorar a terra”^{xxvii}. Dentro dessa lógica, grande parte da população rural – majoritariamente analfabeta – não estaria apta a se tornar proprietária de terras. Apontando o que seriam

“contradições” da reforma agrária defendida pelas esquerdas, Munhoz da Rocha questionava a divisão de grandes propriedades rurais, colocando como prioridade a “industrialização” agrícola:

A outra grande contradição [...] é a necessidade da industrialização da agricultura para que ela se equipare, na sua produtividade, às indústrias. Portanto, industrialização agrícola. Esta, a meu ver, a maior contradição da pregação da reforma agrária. É preciso industrializar a agricultura. Agora, pergunto eu, como é possível industrializar a agricultura fracionando a produtividade agrícola até o infinito, até as dimensões do minifúndio? [...] é impossível a industrialização agrícola com a pequena propriedade^{xxviii}.

A industrialização da agricultura era pensada pela oligarquia rural e seus representantes políticos no quadro da modernização desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek (MOREIRA, 1998b). Naqueles anos, modernizar era sinônimo de industrializar. Coube ao deputado Fernando Ribeiro (UDN-MT), outro dirigente da ADP, elaborar o projeto que seria endossado pelo núcleo da frente. A proposta previa a criação de uma comissão de planejamento da produção agrícola, cujo objetivo principal era “elaborar planos exequíveis para disciplinar e racionalizar a produção e aumentar a produtividade agrícola nacional”^{xxix}, promovendo medidas como a mecanização da lavoura, assistência técnica e financeira ao produtor rural, etc.

No tocante ao acesso à terra, o projeto previa “o estudo e a localização de grandes áreas a serem desapropriadas, nos estados menos populosos, para a instalação de colônias agrícolas nacionais”^{xxx}. Essas áreas deveriam ser escolhidas ao longo das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, deixando intocadas as regiões próximas aos grandes centros populacionais. A colonização de “vazios demográficos”, como as regiões Centro-Oeste e Norte do país, pertencia ao rol de propostas conservadoras para a reforma agrária desde o governo JK (MOREIRA, 1998b).

No entanto, durante o governo Quadros e o período parlamentarista, a questão da reforma agrária foi apenas esboçada, sem que houvesse uma iniciativa governamental nesse sentido (FIGUEIREDO, 1993). Após recuperar os poderes presidenciais, no início de 1963, João Goulart enviou ao Congresso Nacional uma proposta de emenda que alterava o dispositivo constitucional referente às desapropriações por interesse social, de modo a permitir que as indenizações pudessem ser pagas com títulos da dívida pública.

Para o núcleo dirigente da ADP, a indenização prévia em dinheiro era intocável^{xxxi}. Subindo à tribuna, João Mendes reafirmaria as posições conservadoras da

frente sobre a reforma agrária, criticando àqueles que pretendiam ceder diante das agitações sociais:

O problema é de educação. Ninguém espere, pois, frutos de uma reforma agrária que não seja lastreada pela educação de seus beneficiários. Dir-se-á que isso virá depois, porquanto se trata de solução a longo prazo e as ligas camponesas farão por nós democratas, revolucionariamente, a reforma que não soubemos fazer por processos legais. [...] Nós, da Ação Democrática Parlamentar, não somos dos que entendem que, a qualquer custo, se deva tomar essa bandeira dos comunistas, realizando, a toque de caixa, a reforma agrária antes que eles a façam por processos revolucionários. [...] Promoveremos a aprovação do nosso projeto sem preocupações com a orientação ou desorientação dos que fazem da reforma agrária “ideia força” ou dos que dela se utilizam como instrumento de agitação. Nestes termos, nos propomos a tornar efetiva uma reforma agrária obediente aos seguintes princípios: a) respeito ao direito de propriedade, mantendo o §16 do art. 141 da nossa Constituição Federal, pelo qual a desapropriação é feita mediante prévia e justa indenização em dinheiro. [...] b) a reforma agrária [...] deve começar pelas extensas áreas de terras devolutas, inaproveitadas, que existem em zonas férteis do território brasileiro. [...] Se a democracia não se dispuser a defender-se ou se não tiver força para fazê-lo, não há de ser com paliativos como um diploma legal e irreal de reforma agrária que se salvará o regime^{xxxii}.

Diante do dilema “reformas ou revolução”, colocado pelas esquerdas do período, a solução não estava em fazer concessões aos movimentos sociais, mas antes, em reprimi-los. O projeto conservador para a reforma agrária, baseado na “educação rural” e na colonização de “vazios demográficos” do território brasileiro, reaparecia em seu viés nitidamente autoritário, em que uso da força deveria ser acionado para manter a ordem. O deputado Raimundo Padilha (UDN-RJ), secretário-geral da ADP, leu um manifesto em que a frente seguia defendendo a colonização das regiões Centro-Oeste e Norte do país como solução para o problema agrário, mas já admitia a penalização do latifúndio improdutivo por meio de “tributos racionalmente decretados em caráter progressivo”^{xxxiii}.

O que para as esquerdas não passavam de “medidas parciais”, era o máximo de transigência que os mais conservadores estavam dispostos a fazer. A emenda constitucional permanecia sendo inaceitável para os dirigentes da ADP, que classificavam a iniciativa como uma “demagogia comunizante, empenhada no mesmo tipo de revolução social que se consumou na Tchecoslováquia, Polônia, Hungria e Romênia, através de assalto ao Parlamento”^{xxxiv}. O fantasma da “comunização pela via legal”, através do uso da máquina parlamentar, era mais uma vez invocado pela direita,

revelando um receio concreto de que o Congresso Nacional pudesse levar à cabo as reformas sociais reclamadas por uma parcela expressiva da sociedade brasileira.

O deputado Armando Falcão (PSD-CE), então vice-presidente da ADP, escreveu um artigo no jornal *O Globo* em que abordava as diferentes estratégias de ação do “comunismo internacional”, apontando para os riscos de uma tomada do poder no país “por meios pacíficos e democráticos”:

É hora de chamar a atenção do povo brasileiro para a tentativa de comunização do país por via legal. Que é isso? – muitos perguntarão. E eu esclareço: o comunismo internacional está dividido em duas correntes, quanto aos métodos a usar para a tomada do poder. A corrente chinesa prega a revolução armada, as guerrilhas, o combate frontal, a ação direta. A corrente russa – à qual o Partido Comunista Brasileiro aderiu – segue o método da infiltração disfarçada e do gradativo domínio das posições-chave, inoculando sutilmente as formas de sua penetração. [...] O Brasil atual se enquadra claramente nessa possibilidade. Na marcha em que as coisas vão, o comunismo pode aqui implantar-se usando “meios pacíficos e democráticos”. Aparentemente, é pacífico e democrático obter do Congresso quaisquer leis, inclusive leis comunizantes. [...] Mas leis assim serão aprovadas pelo Parlamento? – eis a indagação. É bem provável que sim. [...] A comunização do Brasil por via legal só pode ser evitada mobilizando-se o povo para prestigiar o Parlamento^{xxxv}.

Armando Falcão não estava longe da verdade ao apontar a divisão do movimento comunista em relação as estratégias de ação. Esta divisão já havia se materializado no Brasil com a cisão do PCB e o conseqüente surgimento do Partido Comunista do Brasil, de inspiração maoísta, em 1962 (CHILCOTE, 1982). É bastante improvável, porém, que as forças políticas que dominavam o Congresso Nacional nos anos 1960 pudessem conduzir o país a um regime socialista pela simples aprovação de projetos como o da reforma agrária via emenda constitucional. Apesar dos esforços, o impasse em torno da questão se prolongaria pelo ano de 1963 sem que os parlamentares chegassem a um consenso mínimo (FIGUEIREDO, 1993).

No segundo semestre, a posição das esquerdas havia se enfraquecido e o presidente João Goulart caminhava para o isolamento político. As reformas ficavam cada vez mais distantes, enquanto a ruptura institucional se aproximava a passos largos. Após a rebelião dos sargentos, em setembro de 1963, João Mendes fez um duro discurso contra Jango, em que defendia a validade dos argumentos dos ministros militares que, em agosto de 1961, tentaram impedir sua posse na presidência da República. A essa altura, o presidente já era associado a seu cunhado, Leonel Brizola, na suposta tentativa de subverter o regime^{xxxvi}. Em outubro, a ADP emitiu uma nota

contra a decretação do estado de sítio solicitado por Goulart ao Congresso, alegando que este seria “o mais eficiente instrumento com que ele poderia consolidar a sua república sindicalista”^{xxxvii}.

Logo após o golpe que derrubou João Goulart, em março de 1964, a Ação Democrática Parlamentar congratulou-se com o movimento vitorioso, mas não considerava a tarefa concluída^{xxxviii}. No debate sobre as primeiras cassações de mandatos, o deputado João Mendes deplorava que tivessem sido “poupados certos indivíduos comprometidos profundamente com o comunismo e a subversão” e criticava os responsáveis pelo movimento de “indecisão na tomada de medidas indispensáveis à consolidação dessa vitória”^{xxxix}. Os dirigentes da ADP se posicionaram, desde o primeiro momento, entre os que defendiam um aprofundamento das medidas de exceção contra seus adversários de esquerda. Em maio de 1964, a frente divulgou uma nota em que defendia a adequação das instituições do país ao novo momento “revolucionário”:

A grande dificuldade que se antepõe aos responsáveis pelos destinos dessa revolução está em manter a convivência da ordem jurídico-legal com o comportamento revolucionário. Os atos da revolução encontram seus fundamentos na própria natureza do movimento vitorioso e não podem ser apreciados conforme os critérios de uma situação normal e os pendores pessoais de alguns intérpretes. O governo tem procurado, na medida do possível, harmonizar o procedimento do Poder Revolucionário com o respeito ao regular funcionamento das instituições democráticas. Mas, não há como impedir, sem frustrar a vitória de 31 de março, os atos que seriam indispensáveis à consecução do fim a que se propuseram as nossas Forças Armadas, em obediência às determinações do povo brasileiro. Uma revolução é essencialmente finalista. Simbolizando uma atitude coletiva, marcha resolutamente para seus objetivos – ou perde a oportunidade histórica. As dificuldades de coexistência entre o Poder Revolucionário [...] e os demais poderes da República, terão que ser dirimidas sob a inspiração dos superiores interesses da Pátria^{xl}.

Sustentando a “excepcionalidade” da situação vivida pelo país após o movimento de 1964, a ADP defendia o esvaziamento das instituições democráticas em detrimento do poder militar. No entanto, o que seus dirigentes consideravam como medidas “indispensáveis” a ser tomadas pelo novo regime, iam além daquelas que o marechal Humberto Castelo Branco estava disposto a tomar. Considerando “incrivelmente exíguo” o prazo de 60 dias estabelecido para a aplicação das punições políticas previstas no Ato Institucional, João Mendes criticava “a morosidade na apuração da responsabilidade de culpados presos, postos em liberdade por habeas

corpus”^{xli}. Na visão do deputado, o movimento de 1964 estaria sendo “frustrado” em seus objetivos pelo “excesso” de legalismo do novo governo.

Em abril de 1965, após um atentado à bomba na sede do jornal *O Estado de São Paulo*, o deputado voltava a cobrar “menos tolerância e mais autoridade” de Castelo Branco, insistindo na adoção de medidas mais duras contra os adversários do movimento de 1964:

Estamos vivendo momentos de insegurança, incompatíveis com um clima que a Revolução vitoriosa deveria propiciar ao povo brasileiro. Guerrilhas, atentados, agitação política à vista, desmoralização dos IPMs e de altas patentes militares. A cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos na mira de revisões que conduzirão à anistia ampla. Líderes subversivos postos na rua, corruptos em liberdade. [...] A Revolução defronta uma encruzilhada diante da qual há de escolher o seu destino: ou se afirma na sua respeitabilidade para realizar seus objetivos ou se deixará vencer no emaranhado que a envolve de facilidades, tibiezas, transigências, inépcias, frustrações e habilidades^{xlii}.

Insatisfeitos com a permanência de certas garantias democráticas, como o habeas corpus para presos políticos, os dirigentes da ADP engrossavam o coro da linha dura militar, que funcionou como verdadeiro “grupo de pressão” no governo Castelo Branco para um endurecimento cada vez maior do regime (FICO, 2004). Contrário à “desmoralização” dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) conduzidos por esse grupo de oficiais, João Mendes também não concordava com a realização de eleições diretas para governadores de Estado, marcadas para outubro de 1965. Em sua visão, o “exagerado escrúpulo no exercício do poder revolucionário”, poderia levar o governo a ser derrotado nas urnas por adversários do movimento de 1964:

Está visto que preferível seria não se ter convocado o povo às urnas de outubro próximo, pondo-se à prova o atual regime [...] Chegaremos, então, a essa melancólica conclusão: a Revolução poderá ser batida nas urnas. [...] O Governo da Revolução que puna vigorosa e exemplarmente quem se valer da campanha eleitoral para tentar subverter a ordem vigente no país. E, se eleitos candidatos subversivos, que intervenha nos estados entregues à subversão [...] Sirva a crise, resultante do ato que marca eleições tão prematuramente, para convencer de que o governo precisa ser menos político e mais revolucionário^{xliii}.

Após as eleições, foi editado um novo Ato Institucional que abriu a possibilidade de intervenções discricionárias nos Estados e reorganizou o sistema político-partidário no país. Castelo Branco cedia, assim, aos segmentos mais radicais do movimento de

1964. A maior parte dos membros e dirigentes da Ação Democrática Parlamentar acabaria sendo absorvida pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido de sustentação do regime (SOUZA, 2015). Com a ascensão ao poder do general Arthur da Costa e Silva, em 1967, a ditadura ganharia, enfim, os contornos desejados pela linha dura militar e por uma parte da própria classe política. Afastando-se da vida parlamentar em 1966, o deputado João Mendes encontraria seu lugar na nova ordem como ministro do Superior Tribunal Militar (STM), à convite de Costa e Silva, onde ficaria de 1968 até sua morte, em 1971.

Considerações finais

A Ação Democrática Parlamentar foi um dos movimentos de direita que surgiram no bojo da “onda” anticomunista dos anos 1960. Contudo, seus membros eram políticos de longa trajetória no Parlamento brasileiro e compartilhavam um *ethos* anticomunista forjado ainda nos pós-guerra. Esse anticomunismo guardava uma relação estreita com a emergência da Guerra Fria, na década de 1940, revestindo-se de um forte caráter antipopular, antirreformista e antidemocrático.

Na década de 1960, diante do avanço das esquerdas e da abertura de um novo horizonte de expectativas trazido pela Revolução Cubana, as direitas na Câmara dos Deputados mobilizaram o discurso da “ação preventiva” contra seus adversários no campo político, temendo a força dos movimentos sociais, por um lado, e a possibilidade de transformações dentro das regras democráticas, por outro.

Com a eclosão do movimento civil-militar de 1964, as lideranças da ADP vislumbraram a oportunidade histórica de uma intervenção profunda nas instituições do país que eliminou do cenário político todos os seus rivais.

Referências:

- ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (Orgs). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- AÇÃO DEMOCRÁTICA. Rio de Janeiro, 1961-1962.
- ALMINO, João. *Os democratas autoritários*. Liberdades individuais, de associação política e sindical na constituinte de 1946. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. *Diários do Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1961-1965.
- CHILCOTE, Ronald. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, setembro de 1961.
 DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, outubro de 1961.
 FICO, Carlos. *Além do golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas?* Alternativas democráticas à crise política. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
 HIPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
 JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1961-1963.
 LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.
 MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 329-360, 1998a. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015. Acesso em: 25 jul. 2016.
 _____. O modelo oligárquico de apropriação territorial e o nacional-desenvolvimentismo. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, n. 18, 1998, Rio de Janeiro. *Anais da XVIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1998b.
 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
 O GLOBO. Rio de Janeiro, 1961-1963.
 REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
 ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
 SOUZA, Thiago Nogueira de. *Ação Democrática Parlamentar: anticomunismo, democracia e radicalização política no Congresso Nacional*. 2015. Dissertação de mestrado. Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Notas:

- ⁱ BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 21 mar. 1961. p. 1945.
ⁱⁱ BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 25 mai. 1961. p. 3510. A lista dos cem deputados foi publicada pela revista *Ação Democrática* em julho de 1961.
ⁱⁱⁱ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1961.
^{iv} Ibidem.
^v BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 25 mai. 1961. p. 3510-3513.
^{vi} Ibidem.
^{vii} Ibidem.
^{viii} BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 10 out. 1961. p. 7321.
^{ix} BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 28 ago. 1961. p. 6283.
^x *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 set. 1961.
^{xi} *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 out. 1961.
^{xii} BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 25 mai. 1961. p. 3510.
^{xiii} Ibidem.
^{xiv} Ibidem. Trata-se do §13 do artigo 141 da Constituição de 1946.
^{xv} BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 26 ago. 1961. p. 6175.
^{xvi} KOZAK, Jan. *O assalto ao parlamento*. [s.l.]: Fundação Tiradentes, [s.d.]. O livro foi publicado em fascículos pelo jornal *O Globo* no ano de 1962.
^{xvii} Suplemento especial da revista *Ação Democrática*, Rio de Janeiro, março de 1962.
^{xviii} BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 28 nov. 1961. p. 10190.
^{xix} *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 out. 1961.
^{xx} BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 21 jul. 1962. p. 4436.

-
- xxi BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 28 nov. 1962. p. 6590.
- xxii BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 28 fev. 1962. p. 683.
- xxiii Ibidem. p. 684.
- xxiv BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 26 ago. 1961. p. 6175.
- xxv BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 27 abr. 1962. p. 1785.
- xxvi *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1961.
- xxvii BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 25 mai. 1961. p. 3510.
- xxviii BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 27 abr. 1962. p. 1785.
- xxix BRASIL. Projeto de Lei n.º 3.262 de 1961. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 8 ago. 1961. p. 8484.
- xxx Ibidem.
- xxxi *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1963.
- xxxii BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 3 abr. 1963. p. 1129-1130.
- xxxiii BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 5 abr. 1963. p. 1222-1223.
- xxxiv *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1963.
- xxxv *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1963.
- xxxvi BRASIL *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 27 set. 1963. p. 13-14.
- xxxvii BRASIL *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 8 out. 1963. p. 7543.
- xxxviii BRASIL *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 10 abr. 1964. p. 8-10.
- xxxix BRASIL *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 6 mai. 1964. p. 2846.
- xl BRASIL *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 21 mai. 1964. p. 3347.
- xli BRASIL *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 26 ago. 1964. p. 6945.
- xlii BRASIL *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 27 abr. 1965. p. 2261.
- xliiii BRASIL *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, Seção I, 18 ago. 1965. p. 6519.

CONSUMO E CONSERVADORISMO: UMA ANÁLISE DA PROPAGANDA BRASILEIRA DURANTE A DITADURA MILITAR

CONSUMPTION AND CONSERVATISM: AN ANALYSIS ABOUT BRAZILIAN ADVERTISING UNDER MILITARY DICTATORSHIP

David Antonio de CASTRO NETTO¹

Resumo: O projeto conservador no qual se sustentou a ditadura militar brasileira vai além da questão da violência física. Este projeto também pode ser observado nos ideais que pautaram a visão da ditadura a respeito do “homem brasileiro” e da “sociedade brasileira”. Via Escola Superior de Guerra, foi elaborado um conjunto de características que seriam as adequadas para a formação do “brasileiro ideal”. A defesa destes valores demonstra a contradição que acompanhou toda a ditadura militar brasileira: por um lado, uma preocupação com a modernização técnica e, por outro, uma tentativa de lutar contra esta mesma modernização, no que diz respeito ao âmbito das relações sociais. O objetivo deste artigo será analisar como os anúncios veiculados na televisão dialogam com esta contradição. Para a confecção do texto serão utilizados os Manuais da ESG (1976 e 1983) e os anúncios veiculados na televisão.

Palavras-Chave: Propaganda; ditadura; conservadorismo; modernização.

Abstract: The conservative project in which it supported the Brazilian military dictatorship goes beyond the issue of physical violence. This project can also be seen in the ideals that guided the vision of the dictatorship about the "Brazilian Man" and "Brazilian society." Via School of War, it designed a set of features that would be appropriate for the formation of the "ideal Brazilian." The defense of these values shows the contradiction that accompanied the entire Brazilian military dictatorship: on the one hand, a concern with the technical modernization, and secondly, an attempt to fight against this same modernization, with regard to the scope of social relations. The purpose of this article is to analyze how the advertising aired on television dialogue with this contradiction. For confection of the text will be used Manuals ESG (1976 and 1983) and the ads running on television.

Keywords: advertising; dictatorship; conservatism; modernization.

Passados mais de cinquenta anos do golpe militar de abril de 1964, é notável o esforço de pesquisadores, acadêmicos ou não, em produzir hipóteses explicativas, nos mais diversos campos do conhecimento, a respeito do que significaram 21 anos de ditadura militar¹ numa sociedade como a brasileira. Ainda que tal esforço tenha resultados fundamentais para o conhecimento a respeito do período, existe ainda muito a ser feito.

Analisar a trajetória da ditadura militar brasileira, é, via de regra, analisar elementos que a compuseram enquanto uma estrutura autoritária, violenta e excludente. Ao mesmo tempo, é dialogar com seus paradoxos, com uma ditadura que se pretendia

¹ Mestre em História – Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba – Brasil. Bolsista Capes. Professor Colaborador da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus: Paranavaí. E-mail: david.acnetto@gmail.com

moderna e imbuída de uma missão civilizadora, mas, revelou-se, de fato, pautada nos retrocessos civilizadores ao utilizar elementos como a tortura e o assassinato dos opositores.

Desta maneira, a ditadura tinha uma visão empobrecida do que poderia ser “civilização brasileira”. Esta só tinha forma enquanto fosse indivisível, padronizada em termos de comportamento e de identidade. A construção de uma “sociedade civilizada”, nesses marcos, passava pela destruição do contraditório, do diferente ou de qualquer manifestação que demarcasse alguma oposição, seja política, seja social. Em suma, a tentativa da ditadura de construir uma “civilização brasileira” era em si mesma, um ato anticivilizatório.

Nossos objetivos neste texto serão: apontar como é possível compreender a construção deste ideal de sociedade brasileira e de cidadão brasileiro, a partir da leitura dos Manuais Básicos da Escola Superior de Guerra para, em seguida, observar em que medida tais pressupostos foram incorporados no campo publicitário brasileiro, especialmente, nas propagandas que veiculavam na televisão.

A idealização do Brasil nos Manuais da Escola Superior de Guerra

A atuação da Escola Superior de Guerra (ESG) durante os anos da ditadura militar brasileira foi uma atuação típica do contexto da Guerra Fria. Inspirada na *War College* norte americana, a ESG tinha como objetivo formar quadros militares, com alguma presença de civis, que fossem considerados capacitados para propor soluções para os problemas nacionais.

Grosso modo, a missão fundamental da ESG era a criação de uma elite militar e política que tivesse como objetivo o desenvolvimento de um projeto nacional que conduzisse o Brasil na condição de país desenvolvido. Em termos econômicos, um alinhamento ao capitalismo e, em termos políticos, o total afastamento de qualquer indício de práticas socialistas ou comunistas.

O projeto desenvolvido na ESG ganhou forma na chamada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN) e pode ser resumido no binômio segurança e desenvolvimento. A segurança contra o inimigo comunista (interno e externo), o desenvolvimento econômico enquanto agente legitimador da atuação “revolucionária”.

Como aponta Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 31):

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento tem sido utilizada para justificar a imposição de um sistema de controle e dominação. Ela não pressupõe o apoio das massas para a legitimação do poder do Estado, nem tenta obter este apoio; também não contém, como a ideologia fascista, uma teoria de supremacia racial ou uma aspiração imperial. Todavia a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”.

Assim, a DSN tem no centro de sua concepção a tentativa de controle (quase) absoluto da dinâmica social. Nesse sentido, entende que sociedade pode ser padronizada na medida em que são eliminados (fisicamente) aqueles considerados “irrecuperáveis”, enquanto outros podem ser “convertidos” àqueles ideais caros aos “revolucionários”. A legitimidade deveria ser adquirida “naturalmente”, uma vez que a visão construída pela DSN era considerada objetiva, já que sua pretensão era ser desprovida de envolvimento da política partidária, os militares afirmavam que sua motivação era “prestar serviços” à pátria e não aos partidos políticos.

O preâmbulo do Ato Institucional nº1 deixa clara a relação distante que a ditadura tentaria manter com a população:

(...) O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação em sua quase totalidade, se destina a assegurar, ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil (...) a revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar (...) Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do poder no exclusivo interesse do País. (...) Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimaçãoⁱⁱ.

O preâmbulo do Ato Institucional revela seu ingrediente autoritário (“a revolução não procura legitimar-se através do Congresso”), sua concepção de que o Congresso Nacional continuaria funcionando, mas não em função da legitimidade das eleições, mas da permissão do poder Executivo. Vale destacar ainda que o Ato Institucional foi o primeiro passo na longa jornada da institucionalização da ditadura militar. Para além dos atos institucionais um extenso corpo jurídico, cujo desmonte

ainda hoje não foi completo, foi constituído para gerar uma espécie de “sustentação legal”.

O Ato Institucional nº 1 abriu as portas para o primeiro ciclo de repressão as oposições. Denominada “Operação Limpeza”, os objetivos dessas operações era retirar do cenário político líderes partidários, militantes de partidos políticos, líderes de movimentos sociais, de sindicatos e do movimento estudantil. A forma jurídica de tal perseguição eram os chamados Inquéritos Policiais Militares (IPM’s).

Como a historiografia sobre o tema demonstra, o crescimento do aparato repressivo ocorreu exponencialmente, tanto dentro dos marcos “legais” do Estado, quanto fora deleⁱⁱⁱ. Sua forma mais acabada seria o Ato Institucional nº 05 e, embora o desmonte tenha sido lento e cheio de refluxos, o ápice do terror ocorre durante os anos 1969 – 1974, conhecidos como os “anos de chumbo” da ditadura militar brasileira.

Em que pese as marcas ainda vivas na sociedade brasileira de toda a ação do aparato repressivo, a DSN continha outros elementos que também se fazem importantes para a compreensão das formas pelas quais aqueles ideais da ditadura foram transportados para a sociedade brasileira. Desta maneira, a partir da leitura do Manual Básico da Escola Superior de Guerra e da chamada Estratégia Psicossocial, apontaremos os elementos construídos a partir de uma leitura da sociedade brasileira.

Acreditamos que, ao analisar a presença de tais elementos, nos será possível compreender as tentativas de obtenção de legitimidade para além do uso da violência física. Como sugere Rezende (2001), a ditadura procurou “nacionalizar” os valores que acreditava serem os “verdadeiros valores do Brasil”.

A Estratégia Psicossocial continha um conjunto elementos que procuravam definir o papel de instituições da sociedade civil. Casamento, família, escolas, universidades, meios de comunicação, sindicatos, igrejas, empresas privadas, etc. O papel que estas instituições deveriam representar seria determinado a partir de um conjunto de estudos realizados. De acordo com o Manual Básico (1976, p. 545.):

As informações no campo psicossocial estudam o homem e a sociedade, com vistas a determinar suas características, peculiaridades e vulnerabilidades, para daí inferir o valor atual e futuro dessa expressão do poder. As informações sobre o campo psicossocial do próprio País ganham realce, em nível estratégico, quando aspectos dessa expressão tomam o caráter de antagonismo ou pressão.

A necessidade deste tipo de conhecimento se dá num momento onde o conceito de inimigo ganha formatos mais condizentes com a realidade brasileira. Em outras

palavras, a temida “invasão comunista” não seria fruto da presença dos soviéticos ou cubanos, mas seria iniciada pelos cidadãos brasileiros. A partir desta constatação, o conceito se transforma para o chamado “inimigo interno” e as fronteiras não serão mais territoriais, mas ideológicas. Desta maneira, de acordo com o Manual Básico (1976, p. 79):

A guerra revolucionária comunista tem como característica principal o envolvimento da população do país-alvo numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando à conquista das mentes e abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes, com o acirramento de ânimos contra as autoridades constituídas, até a organização de zonas dominadas, com o recurso à guerrilha, ao terrorismo e outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do respectivo país-alvo é utilizado como combatente.

A possibilidade de uma “invasão ideológica” deveria ser combatida, então, com um profundo conhecimento daquilo que, de fato, correspondia ao brasileiro “original”, suas características intrínsecas e peculiaridades:

Todavia, nos dias de hoje, pela presença sempre atuante do Movimento Comunista Internacional – MCI, de natureza predominantemente psicológica, é, sem dúvida, no campo interno, a expressão do Poder que maiores preocupações inspira aos órgãos de informação. Os fundamentos e fatores da expressão psicossocial devidamente analisados e interpretados ensejam o conhecimento da realidade social de um determinado país e proporcionarão subsídios para a tomada de decisões adequadas, especialmente no campo das relações diplomáticas, em tempo de paz, ou em emprego da arma psicológica, quando julgada conveniente, em particular nas situações de beligerância.

Neste processo, o que se viu foi a tentativa de padronização dos comportamentos brasileiros, a partir de uma leitura simplista da realidade social brasileira. Do ponto de vista sociológico, nos é possível afirmar que a concepção de sociedade contida em tal análise era de uma perspectiva que retirava a dinâmica das modificações sociais inerentes a quaisquer grupos humanos^{iv}.

Assim, por um lado, a ditadura pretendia colocar o Brasil no seletivo grupo das nações economicamente desenvolvidas, com todas as “glórias do progresso técnico”, e, por outro, procurava controlar o impacto destas transformações nas relações sociais. Em suma, as mulheres poderiam desfrutar das transformações tecnológicas, desde que isto não interferisse no seu papel primordial, o de mãe.

Como aponta Rezende (2001), a questão a ser observada é que tal conjunto de valores não deveria ser imposto pela ditadura, mas, antes, visto como os verdadeiros

anseios do povo brasileiro. A ditadura, então, se colocaria não como sujeito ativo do processo, mas, enquanto instrumento de ação da vontade coletiva. A partir disso, o golpe de 1964 ganharia sua legitimidade perante a “Nação”, não porque era um movimento imbuído de valores próprios, alheios as aspirações nacionais (como eram acusados os comunistas, por exemplo), mas porque seria, em essência, o resultado da própria vontade coletiva nacional^v.

De acordo com o Manual Básico (1976), os atributos do “Caráter Nacional Brasileiro” são o individualismo, adaptabilidade, improvisação, vocação pacifista, cordialidade e emotividade. Cada um destes elementos é observado enquanto agente atuante na formação das identidades do Brasil e dos brasileiros.

O individualismo é “(...) considerado como reação histórica contra a agressividade do ambiente diante das investidas da penetração colonizadora, formando pequenos núcleos, sem comunicação nem apoio mútuo” (MANUAL BÁSICO, 1976, p. 230). A vida no sertão, também contribuiu para engendrar qualidades valorizadas. Assim:

(...) o sertão, com sua imensidade territorial, onde a ação da lei era precária e os perigos frequentes, engendrou no homem qualidades de coragem, dissimulação, astúcia e confiança pessoal do tipo individualista. Eis como se pode explicar a figura tradicional do patriarca, tomando conta da terra e das gentes de cada grupo isolado, como produto típico das condições geográficas (...) O patriarca foi o primeiro dirigente e o poder privado, o primeiro poder efetivo (MANUAL BÁSICO, 1976, p. 232).

A adaptabilidade é outra qualidade levantada como parte importante da constituição do brasileiro. O português, ao colonizar o Brasil, já trazia consigo uma bagagem de convivência com outros povos, como os mouros, o que, segundo o Manual Básico (1976, p. 232-233):

(...) tirou-lhe qualquer laivo de superioridade racial, ensinando-lhe, ao contrário a tolerância. Isto possibilitou a miscigenação, facilitada pelo fato de virem os colonizadores desacompanhados de suas mulheres, pela relativa passividade do negro e por ultrapassar a concepção tribal o espírito de unidade do índio.

A concepção do conceito de adaptabilidade traz consigo uma característica fundamental para entender o que ficou conhecido como democracia racial:

A integração racial prosseguiu, naturalmente, ao longo do processo evolutivo do Caráter Nacional. De fato, os holandeses aqui geraram brasileiros durante as duas invasões; as imigrações posteriores de italianos, alemães, árabes, japoneses e outros povos em menor escala

acentuaram ainda mais a variedade de tipos étnicos. Ocorreu, entretanto, a assimilação das diferentes correntes étnicas e culturais. Então, hoje, numa admirável fusão de tradições, costumes e estilos de vida, incorporados a nacionalidade. Plasmaram o Homem Brasileiro, que se vai definindo como a síntese de um mosaico de culturas (MANUAL BASICO, 1976, p. 233).

A improvisação é uma característica muito próxima do nosso “jeitinho brasileiro”. Embora cercada de críticas, a improvisação é vista numa perspectiva positiva, desde que colocada sob as “circunstâncias corretas”. Como aponta o Manual Básico (1976, p. 233):

Não se pode esquecer que a improvisação significa capacidade criadora e inegavelmente é um elemento positivo. Seu valor ainda mais aumenta num momento em que a aceleração histórica se reflete em constantes mudanças das condições de vida. A própria rapidez do avanço tecnológico exige capacidade, sem permitir longos prazos de ajustamento. A capacidade criadora da improvisação do brasileiro, por conseguinte, se apresenta como fator favorável na resposta ao desafio do mundo de hoje.

A vocação pacifista é salientada como a capacidade dos brasileiros de resolver os conflitos sociais numa linha de conciliação e compromisso, fugindo ao aspecto violento que é marca de outras nações latino-americanas. O Manual Básico (1976, p. 234) afirma que “a vida política brasileira, dentro e fora das fronteiras nacionais, foi sempre orientada pelas (sic) idéias de paz e harmonia e caracterizada pelo desejo de conciliação”.

A cordialidade é vista como uma síntese das qualidades positivas e, segundo o Manual Básico, é a mais generalizada. A cordialidade seria responsável pelo ingrediente mais potente da formação do Brasil e do brasileiro, a sensibilidade ao sofrimento alheio. De acordo com o Manual Básico (1976, p. 234):

Por outro lado, as imensas distâncias, a falta de comunicação e o isolamento predispunham à hospitalidade, embora eivada, às vezes, de desconfiança. Estes sentimentos apuram-se com a formação cristã do povo e com a fusão das raças (...) Dai a sensibilidade ao sofrimento alheio, a facilidade em esquecer e perdoar, a indulgência nas repressões, a eliminação das distancias sociais e consequente abolição das distinções de classes e de raças, e de todo um elenco de manifestações afetivas.

A emotividade é a última categoria levantada pelo Manual Básico como parte importante da formação do “Caráter Nacional do Brasileiro”. Ela é resultado da mistura

de características dos diversos povos que aqui viveram, toda essa “constelação étnica”, resultou num ser brasileiro tolerante, sensível e generoso para com o próximo.

Ao conjunto de qualidades expostos no Manual da ESG (1976, p. 235), segue uma conclusão que busca definir o “homem brasileiro”:

De um modo geral, poderia ser identificado o Homem Brasileiro – como um elemento de um complexo étnico que desenvolveu uma cultura relativamente homogênea, paradoxalmente condicionada por cultura heterogênea – individualista, sentimental, improvisador, cordial, comunicativo, humano e pacifista. Ama a liberdade e a natureza, é lírico, nostálgico, superficial, autodidata, abstrato, idealista, teórico e tolerante. Respeita seu semelhante, suas opiniões, crenças e religiões, mas exerce o senso crítico e faz humorismo irreverente. É instável, por vezes emocional e patético, por vezes satírico e sutil. Cuida antes de si mesmo, mas gosta de ajudar o próximo. Não tem pressa para solucionar seus problemas, mas o faz quando as circunstâncias exigem, ainda que muitas vezes de surpresa e improvisado. Prefere sempre acomodar, pacificar, mas sabe defender o que é seu, preservar suas conquistas sociais e políticas. Homem que bem expressa uma cultura nova, característica de uma formação peculiar.

Todos esses conceitos foram utilizados para demarcar o que podemos chamar, grosseiramente, de fronteiras da identidade nacional. Os comportamentos fora de tais padrões seriam imediatamente encaixados no plástico conceito de inimigo interno. Vale ressaltar que a questão não era exclusivamente política, padrões culturais ou comportamentais tidos como inaceitáveis eram vinculados a práticas políticas, ou seja, as mulheres militantes comunistas teriam uma moral deturpada, como a prática do aborto por exemplo, enquanto aos homens eram sugeridos comportamentos homoafetivos.

Ao vincular segurança nacional com a incorporação de tais valores, a disputa passou a ser, também, no âmbito subjetivo. Jorge Boaventura (1987, p. 51), conferencista da ESG, afirma que a segurança não se referia apenas a presença física do Estado, mas ia além, era “esse sentimento que satisfaz, que tranquiliza e portanto, compõe os ingredientes da nossa felicidade, tal como ela possa existir (...) Não se refere ao estado e muito menos ao governo, mas sim à nação”.

Cumprido destacar ainda que o conhecimento de tais valores também poderia ser útil para a correção de comportamentos considerados não condizentes com a realidade brasileira. Nesse sentido, as campanhas promovidas pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) e sua sucessora a Assessoria de Relações Públicas (ARP) são ilustrativos desta perspectiva. Campanhas como Sujismundo, Sujismundinho e Dr.

Prevenildo indicam a tentativa de promover a educação dos comportamentos no trabalho, na escola, na família^{vi}. Temas como limpeza urbana e organização escolar apontam para uma visão a respeito do povo, enquanto um corpo social a ser educado nos marcos da “civildade”.

A forma pelas quais a ditadura enxergava o povo, ou papel político por ele desempenhado, ganha destaque quando analisamos o papel que, de acordo com o Manual Básico (1976 e 1983), seria desempenhado pelas elites brasileiras. Pautados numa leitura da História brasileira que excluiu conflitos sociais e marginalizou o papel da população nos grandes movimentos políticos (como a proclamação da República), a ditadura entendia que caberia as elites captarem os anseios da população e transformá-los em ação política. Grosso modo, o povo deveria ser interpretado, mas jamais ser ator.

Como pontua o Manual Básico (1983, p. 119):

Compete às elites essa tarefa, mediante um processo de interação com os demais segmentos do povo. Auscultando o povo, as elites identificam seus anseios e aspirações. Possuindo maior conhecimento da realidade histórico-cultural e dos dados conjunturais, elas têm uma visão mais elaborada dos *autênticos interesses nacionais*. Cabe-lhes interpretar os anseios e aspirações, difusos no ambiente, harmonizando-os com os *verdadeiros* interesses da Nação e com o Bem Comum, apresentando-os de volta ao povo, o qual, assim sensibilizado, poderá entender e adotar os novos padrões que lhe são propostos (grifos nossos).

Como fica claro, a atitude das elites em relação ao povo deve sempre se de tutela, de interpretação dos indícios que ele pode oferecer. Por outro lado, este mesmo povo nem sempre sabe o que quer ou seus desejos não são condizentes com os interesses nacionais.

Essa percepção de povo enquanto uma criança fica clara em vários momentos da ditadura militar brasileira, especialmente, nos anos da chamada abertura lenta, gradual e segura. Geisel e Figueiredo fizeram amplo uso de expressões como “democracia com responsabilidade” e “democracia responsável”. Em suma, o povo deveria manter-se a margem dos processos históricos nacionais e confiar na capacidade das elites em interpretar suas vontades e acatar as modificações que lhe serão impostas, uma vez que estariam desprovidas de interesses particularistas, mas, ao contrário, agindo no interesse nacional.

Todo este conjunto de valores construídos e projetados sobre a sociedade brasileira teve uma espécie de impulso legitimador os anos do chamado “milagre econômico brasileiro”. O crescimento constante do PIB durante 1970 – 1974 forneceu

um novo tipo de legitimidade a ditadura militar, uma legitimidade pautada na eficiência econômica.

Do ponto de vista político, o “milagre econômico brasileiro” forneceu um escape para as pressões políticas que a ditadura vinha sofrendo. Pressões de políticos, pressões da sociedade civil que se via estrangulada por uma política de arrocho salarial e pressões internas da própria corporação militar. O rápido crescimento econômico parecia materializar a ideia do “Brasil potência” e do início do triunfo sobre o subdesenvolvimento. Esse surto econômico deve ser analisado em dois momentos, primeiro o aspecto modernizante e o segundo o seu aspecto excludente.

Como apontam Novais e Mello (2010), ainda que se fixe a análise na ótica do progresso técnico, os 30 anos que englobam 1950 – 1980 seriam anos otimistas em relação ao futuro do Brasil. Neste período curto da história nacional, os padrões de consumo foram drasticamente alterados.

De maneira geral, ocorreram transformações em praticamente todos os setores de consumo nacionais. Eletrodomésticos, fármacos, alimentos industrializados, eletrônicos, automóveis, indústria de bens de capital, o vestuário, as bebidas industrializadas (sucos, refrigerantes, cervejas e todo o tipo de bebidas alcoólicas), higiene pessoal, os transportes e etc., todos estes setores foram transformados ou recém-inaugurados.

As modificações dos produtos vieram acompanhadas de transformações significativas no sistema de comercialização. Seus maiores expoentes foram os supermercados e o shopping center. Os supermercados tenderam a substituir, ao menos nas grandes cidades, os armazéns, açougues, quitandas, peixarias e quase todo tipo deste comércio popular. Os shopping centers vieram dar uma demonstração da grandiosidade do consumo e da modernidade. Cinemas, cafés, lojas com artigos importados, fast-foods e etc.

Do ponto de vista do mercado consumidor, os anos 1950 – 1980 foram impactantes em outro sentido, o da migração. Em 1950, apenas 10 milhões de pessoas viviam nas cidades, enquanto 41 milhões de brasileiros viviam no campo, vilarejos e cidades que não ultrapassavam 20 ou 30 mil habitantes. A organização familiar era basicamente, o núcleo familiar conjugal, compadres e vizinhos.

A estrutura familiar era extremamente rígida, o homem ainda continuava exercendo papel dominador das relações do lar. Dificilmente as mulheres conseguiriam abdicar de seu papel de mãe e esposa. A relação dos pais com os filhos era mantida no

controle pelo medo do olhar ou medo da infinidade de objetos a serem utilizados para os castigos (cintas, varinhas, relhos, correio).

A partir dos anos 1950 a modernização agrícola arrastou 39 milhões de imigrantes para as cidades. A expansão da fronteira agrícola levava as pessoas ao risco de aventurar-se em novas terras ou caminharem em direção as grandes cidades. Ali encontrariam a concorrência e a companhia dos imigrantes estrangeiros: italianos, sírios, libaneses, espanhóis, japoneses, alemães, judeus, etc.

Em suma:

Os trinta anos que vão de 1950 a 1980 – anos de transformações assombrosas, que, pela rapidez e profundidade, dificilmente encontram paralelo no século XX – não poderiam deixar de aparecer aos seus protagonistas senão sob uma forma: *a de uma sociedade em movimento*. Movimento de homens e mulheres que se deslocam de uma região para a outra do território nacional, de trem, pelas novas estradas de rodagem, de ônibus ou amontoados em caminhões paus de arara. (...) Movimento de uma configuração de vida para outra: da sociedade rural abafada pelo tradicionalismo para o duro mundo da concorrência, ou para o mundo sem lei da fronteira agrícola; da pacata cidadezinha do interior para a vida já um tanto agitada da cidade média ou verdadeiramente alucinada da metrópole. Movimento, também de um emprego para o outro, de uma classe para a outra, de uma fração de classe para outra, de uma camada social para outra. Movimento de ascensão social, maior ou menor, para quase todos (NOVAIS E MELLO, 2010, p. 585 - 586).

Em que pese tais modificações, é importante assinalar o lado perverso do sistema econômico. Como apontam Prado e Earp (2009) o surto econômico dos anos 1970 veio acompanhado não apenas das políticas de arrocho salarial, mas também do aumento dos níveis de desigualdade sociais. Se os dados do crescimento do PIB apontam para a euforia, as informações como distribuição de renda e do aumento do custo de vida, mostravam a dura realidade daqueles que não foram diretamente atingidos pelas políticas econômicas.

Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares demonstram a possibilidade da existência da expansão econômica e aumento da desigualdade social. Grosso modo, o “milagre” nada mais era do que uma reorganização do capitalismo brasileiro, organizada pelo Estado e com o objetivo de favorecer o desenvolvimento econômico financiado pelo capital internacional.

Nesse percurso, o aumento da concentração de renda não seria um produto indesejado, mas a própria essência do sistema. Um mercado consumidor, ainda que restrito, mas com grande poder de compra seria suficiente para dinamizar a economia, embora, como também observou Luiz Gonzaga Belluzo, insuficiente para a manutenção do crescimento e muito menos da distribuição da riqueza produzida.

Em suma:

A estratégia consistiria em: a) reorientar o processo de concentração de riqueza e da renda, para ampliar a capacidade de investimento e o mercado de consumidores de bens duráveis; b) reduzir o salário real básico, gerando recursos que, investidos, ampliariam o número de empregos da economia – com o aumento da renda familiar contrabalançando os efeitos negativos da baixa renda do salário individual; e c) fomento a exportação de produtos industriais visando a minimizar insuficiências da demanda (PRADO e EAR, 2009, p. 230).

Os dados levantados por Alves (2005) comprovam o que parece um paradoxo, crescimento econômico x pobreza nacional. Em 1976, os 5% mais ricos concentravam 39% do Produto Nacional Bruto (PNB), enquanto 50% mais pobres, apenas 1.6. Em 1972, 52,5% da população recebia menos de um salário mínimo mensal, enquanto 3.2 recebiam mais de 10.

O dado mais importante é o referente a desvalorização do salário mínimo. Os dados recolhidos por Dias (2004) tomam por base o salário de 1964 = 100,0. Entre 1964 e 1968 o valor do salário mínimo caiu para 71.7. Algumas categorias tiveram perdas mais significativas, como os bancários do Rio de Janeiro que sofreram com um recuo de 100 para 65. Outro dado importante é o aumento no número de horas de trabalho. Se em 1959 eram necessárias 65 horas e 5 minutos para a compra da ração alimentar mínima, em 1974 essas horas atingiram 163.

O resultado dessa política não poderia ser mais desastroso. Do ponto de vista familiar, a necessidade de que todos os membros da família trabalhassem fez com que, em 1976, 68% das crianças tinham que trabalhar mais de 40 horas semanais. No Rio de Janeiro, 82% das crianças que trabalhavam, o faziam por mais de 40 horas semanais^{vii}.

Por fim, vale apontar para dois dados importantes, que demonstram a essência da política econômica do “milagre”. Os raquíticos orçamentos dos ministérios da saúde e da educação. Em 1966 eram de 4.29 e 11.07 respectivamente. O redirecionamento do orçamento da União promoveu uma drástica diminuição das suas receitas, em 1974 para 0.99 e 4.95 respectivamente.

Embora o único elemento extraordinário do “milagre econômico” foi a rapidez com que difundiu a pobreza e a concentração de renda, não podemos descartar sua força ideológica. Como sugere Carlos Fico (1997) e Cordeiro (2015), essa onda de euforia econômica teve seu impacto aumentado pelos eventos “comemorativos” dos anos 1970, cujos maiores exemplos foram a conquista da Copa de 1970 e as comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972.

Após esta sumária explanação, passaremos a analisar como a propaganda brasileira reagiu a todo esse movimento.

Propaganda brasileira e ditadura militar:

Analisar a propaganda brasileira durante a ditadura militar brasileira pode sugerir, ao menos, um risco: a simplificação. Se observarmos a narrativa produzida pelos mais destacados profissionais da propaganda (este é o caso de Marcondes (1995), Ramos (1985) e Penteadó (2009)) encontraremos uma história evolutiva, cujo ápice é a conquista do primeiro Leão de Ouro no festival de Cannes. Por outro lado, a simplificação de que a propaganda se aproxima da ditadura por “simples” interesses econômicos, também obscurece que tipo de relações foram mantidas.

Nosso objetivo aqui será apontar como essas relações podem ser observadas de mais ampla. Em primeiro lugar, atentando para a perspectiva política. Muitos donos de agências eram afinados com o discurso político/econômico da ditadura militar. Em segundo lugar, a questão da euforia frente ao surto do “milagre econômico brasileiro”, a ideia da construção do “Brasil potência”, também estiveram presentes em algumas campanhas. Por fim, como uma questão política, como a ditadura procurou pressionar as agências para produzirem campanhas mais alinhadas ao “projeto de comunicação” encampado pela AERP e sua sucessora ARP.

Parece-nos importante utilizar o conceito de ambivalência, proposto por Denise Rollemberg ao analisar a atuação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) durante a ditadura militar. De acordo com Rollemberg (2010, p. 132):

A história da ABI nesses anos é a história da defesa da liberdade de expressão e também a história dessas relações cinzentas com a ditadura. Essa ambivalência estrutura a instituição nesses dez anos e não se explica, exclusivamente *nem sobretudo*, em função de uma disputa *entre* grupos, facções ou tendências. Trata-se de uma realidade *dentro* dos grupos, facções tendências; de uma realidade que define

individualmente muitos dos membros da ABI, que dá o tom às suas atuações.

O caso das agências de propaganda é similar. Se, logo após o golpe, apoiaram o movimento, aproveitaram os “anos dourados” da publicidade brasileira dos anos 1970 e mantiveram diálogo com o governo com vistas para as contas publicitárias das empresas estatais, por outro lado, também sofreram com a censura e com os limites da modernidade que, como salientamos, era mais técnica que social. Esses serão os exemplos que analisaremos a seguir.

A extensa obra de René Armand Dreifuss sobre o funcionamento do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) fornece dados interessantes a respeito da relação que as agências de propaganda mantinham com o movimento golpista no pré-64. De acordo com o autor, parte dos fundos arrecadados seria destinada as agências para a promoção de propaganda contra o governo de João Goulart.

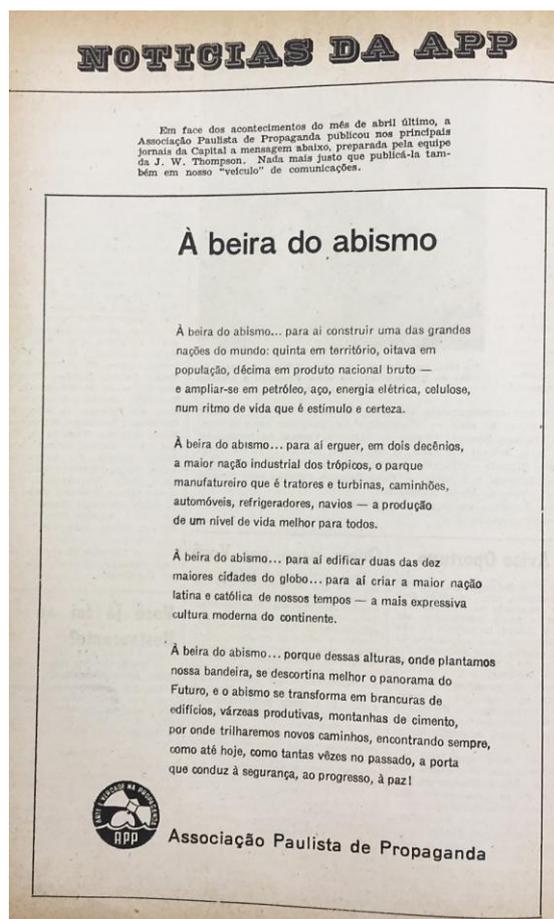
Parte desta contribuição vinha de empresas multinacionais, como a Nestlé, cujo executivo Gualter Mano era membro do IPES, que enviavam a doação para agências ligadas ao IPES, como a paulista Norton. O que ocorria era uma espécie de adiantamento por campanhas a serem realizadas nos anos seguintes (normalmente, 12 meses), posteriormente o dinheiro era utilizado pela agência para fins de propaganda política ou redirecionado para o IPES.

Além da Norton outras agências participam desta relação:

Em uma reunião em que compareceram Augusto Trajano de Azevedo Antunes, o General Golbery, Helio Comide, Glycon de Paiva e Harold Polland, e na qual essas questões foram debatidas, José Luiz Moreira de Souza, proprietário da Denisson Propaganda, ofereceu seus préstimos para operar como um conduto para a “limpeza do dinheiro”. Não sentiria o “menor constrangimento” em receber somas através de sua Agência de Propaganda e depois devolve-las ao IPÊS. Além da Denisson Propaganda, destacaram-se as seguintes agências que inicialmente se envolveram com o esforço de propaganda e financeiro do IPES: Gallas Propaganda, Norton Propaganda e Multi Propaganda (DREIFUS, 2008, p. 222).

Essa aproximação entre algumas agências e o movimento golpista de abril de 1964 tem sua demonstração final em maio de 1964, com a mensagem/anúncio veiculada pela Associação Paulista de Propaganda (APP), intitulado *À beira do abismo*:

Figura 1: Anúncio APP



Fonte: Revista Propaganda Maio 1964

A mensagem da APP, produzida pela agência J. W. Thompson, revela o tom otimista da entidade classista para com o futuro do Brasil. Seu último trecho deixa claro que “...o abismo se transforma em brancuras de edifícios, várzeas produtivas, montanhas de cimento, por onde trilharemos novos caminhos”. Neste primeiro momento, a aproximação é em parte ideológica (fruto da Guerra Fria e o medo do comunismo), mas também, econômica.

No que diz respeito a propaganda, as transformações no panorama de consumo vieram acompanhadas da “necessidade” de adaptação da população brasileira aos novos produtos. Nesse sentido, uma variedade de campanhas foram lançadas com objetivos quase pedagógicos, ou seja, ensinar o consumidor a forma correta de consumir produtos.

Campanhas^{viii} como a do Leite Ninho^{ix}, do Mel Yuki^x e do Creme de leite Nestlé^{xi}, para citar apenas alguns exemplos, tem como eixo principal a exposição da forma do consumo (Leite Ninho), das novas possibilidades de comercialização (Mel Yuki) e das facilidades dos produtos enlatados (Creme de Leite Nestlé).

A propaganda do Leite Ninho chama atenção pela sua simplicidade e pela forma como procura vincular o produto industrializado com os sabores do campo. A narradora durante a propaganda afirma: Quando eu era garota e morava na fazenda, era um triângulo como esse que acordava o pessoal para ir tomar leite no curral. Leite puro, puríssimo! Hoje, embora morando na cidade, conservo o mesmo hábito, tomando pela manhã leite fresco, puríssimo, o melhor leite do mundo. Leite Ninho! Na sequência aponta como utilizar o produto, aliando o alimento industrializado com o uso do liquidificador. Pausadamente, demonstra como deve ser preparado (“com apenas quatro colheres rasas de sopa se obtém um copo de leite integral, de mais fácil digestão”).

A propaganda do Mel Yuki aponta na direção das transformações dos espaços de consumo. O roteiro da propaganda se desenrola com a conversa entre duas vizinhas. Uma delas acaba de voltar de uma pequena “viagem” ao campo para comprar o mel “original”, enquanto a outra acaba de retornar do supermercado, onde encontra o mel, com a mesma qualidade. A propaganda apresenta um momento de “transição” para um consumo mais “urbano”, com acesso mais facilitado e a garantia da qualidade dos produtos.

A relação da propaganda com a modernidade tecnológica foi além do aspecto pedagógico. Algumas campanhas de eletrodomésticos, como a Wallita^{xii} e Singer^{xiii}, trazem consigo uma amostra da relação entre modernidade técnica e conservadorismo social. Vejamos o caso da Singer. Veiculada em 1978 e produzida pela agência DPZ, o roteiro da propaganda gira em torno da personagem que conta a história da sua família, o papel importante que a mãe exercia ao cuidar dos filhos, da casa e do marido. Enquanto narra a história, o foco recai sobre a mulher costurando na sua máquina Singer antiga. Ao final, a imagem aponta para nova máquina Singer, moderna e mais rápida.

O desfecho da propaganda apresenta o slogan da campanha: Costurar é um ato de amor! O que gostaríamos de chamar a atenção é para a permanência do papel da mulher enquanto dona de casa. Nesse sentido, a vida no campo, sofrida, seria amenizada pelas benesses da vida moderna, porém, o papel da mulher continuaria o mesmo, ou seja, aquela que prove o lar. Por esse ângulo, o “ideal” de mulher se aproxima daquele produzido pelos Manuais da ESG, ou seja, a fronteira da modernização é a manutenção das relações sociais.

Como sugere Rezende (2001) a instituição “família” foi um dos alvos principais da manutenção dos valores idealizados sobre o Brasil. A manutenção da “ordem” do

núcleo familiar era vista como a garantia de continuidade da integração e da harmonia que a ditadura dizia proteger.

Outras campanhas também fizeram apelo a manutenção da família. A campanha da Esso^{xiv} de 1974 fazia uma relação direta entre poupar gasolina devido a crise do petróleo e a possibilidade de manter o diálogo entre pai e filho. Em meio ao diálogo entre os dois o narrador diz: “Lembra quantas palavras você trocou com seu filho essa semana, nos últimos meses? E você sabe como é essa idade, acontece tanta coisa que a gente tem assunto que não acaba mais. Agora que você vai precisar poupar gasolina, tente dar os primeiros passos.” E termina com os dizeres: Às vezes, poupar gasolina pode trazer de volta valores esquecidos.

A relação com a família é explanada por Rezende (2001, p. 39):

O regime militar buscava aceitabilidade exaltando a valorização da instituição família sob um viés singularizado. Ou seja, ele se empenhava em enfatizá-la como expressão de um dos objetivos principais do movimento de 1964. A partir dessas questões, o regime se empenharia em se legitimar através de um suposto ideário de democracia que propagava a remodelação do Estado a partir da valorização da instituição família e de todos os valores que lhe fossem inerentes. O fortalecimento da família enquanto instituição máxima de internalização e sedimentação dos valores propagados pela ditadura significava, segundo os condutores do regime, o fortalecimento do Estado no sentido almejado pelo movimento de 1964. A exaltação dos valores de integração, harmonia, ordem e disciplina tinha, na família, segundo o regime, seu interlocutor fundamental.

Outro aspecto importante a ser observado é a tentativa de fortalecimento da identidade nacional por meio da propaganda. Para tal fim, em 1982 a CBBA criou o prêmio “Jeca Tatu”, cujo objetivo era premiar as propagandas que mais exaltassem os principais elementos da cultura nacional.

De acordo com Renato Castelo Branco, a propaganda brasileira teria uma identidade forjada desde os reclames, especialmente talhada pela presença de grandes poetas, como Olavo Bilac e com características que também peculiares ao próprio povo brasileiro, ou seja, o “...irreverente e o ingênuo, a sátira e a rima, o humor mestiço e o nacionalismo verde e amarelo. (...) E sendo assim espontâneo, e alegre, e solto, facilmente se distingue como um padrão no quadro de nossa propaganda (CBBA, 1981, s/p).

A aproximação com as agências e o estilo norte-americano de fazer propaganda teria afastado a propaganda brasileira de sua “verdadeira origem”. Sendo assim, a criação do prêmio era uma tentativa de reativar aquilo de mais “puro” da propaganda

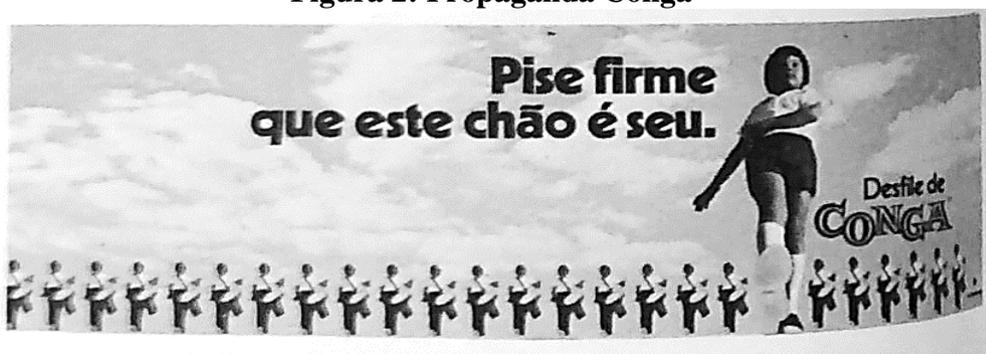
brasileira, ou seja, os próprios valores brasileiros. O que o presidente da CBBA sugere é “...que poderíamos absorver suas avançadas técnicas de marketing e propaganda, conservando a autenticidade de nossas raízes e nossos valores culturais” (CBBA, 1981, s/p).

Ao considerar a perda da autenticidade da propaganda brasileira enquanto um reflexo da visão da própria perda da identidade nacional, Hiran Castelo Branco, no 3º Congresso Brasileiro de Propaganda realizado em São Paulo (1978) sugere que a preservação da “cultura nacional” também deve ser um dos objetivos da propaganda. De acordo com ele:

O estímulo a cultura nacional como forma de elevar a auto-estima de um povo, deve ser adotado, sempre que pertinente, na medida em que serve à necessidade maior de ajudar a formar a nação. O que se deseja é, portanto, alertar para a importância de se preservar e estimular o uso de nossa linguagem, sempre que a esfera das motivações de uso e o quadro de referências do consumidor esteja na instância das culturas nacional e regional ou local, mantendo a consciência da importância deste procedimento para a formação cultural do consumidor brasileiro, além de sua eficácia a nível técnico (BRANCO, apud, CBBA, 1981, s/p).

Podemos considerar a criação e os objetivos do prêmio “Jeca Tatu” como ápice de um movimento que sempre existiu, seja ele, a presença do nacionalismo como instrumento de vendas. O caso dos calçados Conga é um dos marcantes:

Figura 2: Propaganda Conga



Fonte: Revista Propaganda - Setembro 1974

Outra campanha interessante para análise neste caso é do jeans USTop^{xv}. Veiculado no ano de 1980, produzido pela agência J. W. Thompson e campeã do prêmio “Jeca Tatu”, a campanha tem como referência, uma leitura simplista dos elementos da cultura nacional, a ginga, o samba, o carnaval e a sensualidade. O slogan da campanha, “Ginga, Brasil!”, traz consigo quase a mesma leitura daquela construída pela DSN, ou seja, o povo brasileiro enquanto pacífico, alegre, receptivo. As imagens da

propaganda são repletas de mulheres, dançando em belas praias, entrecortadas por imagens de capoeiristas, sorrisos e motociclistas em belas paisagens.

A ditadura, por meio de suas assessorias de comunicação (AERP e ARP) e de seu representante, Octavio Costa, creditou um papel importante para propaganda comercial. Para Octavio Costa, o combate ao “inimigo interno” não deveria ser feito apenas pela repressão política, mas, também, com o auxílio de campanhas que veiculassem os “valores nobres” da humanidade. De acordo com seu depoimento:

Não achava que a repressão fosse o único caminho. Estava convencido de que uma campanha de comunicação que substituísse os valores da violência pelos valores da compreensão, do amor ao país, de desarmamento dos espíritos, poderia contribuir, ainda que em pequena escala, para que a situação se normalizasse e, nesse sentido, dava minha contribuição, realizava meu trabalho, usando o instrumento que estava em minhas mãos. Como simples coronel no palácio do Planalto, dispus de um poder aparentemente inofensivo, mas que poderia representar realmente um grande poder. Usei esse poder para reverter a situação psicológica, e foi uma experiência fascinante. Se não consegui grande coisa, tanto que não perdurou, pelo menos formei a convicção do que podem realizar os verdadeiros homens de comunicação se quiserem colocar seu trabalho a serviço da construção de um grande país^{xvi}.

Essa política de comunicação é que motivou campanhas governamentais de estímulo àqueles valores considerados caros a nação, como o “amor a pátria”, coesão nacional e participação política. Embora nunca tenha ficado claro quais eram os limites e de que maneira o exercício de tais deveres ocorreriam no contexto do Ato Institucional nº 05, as campanhas da AERP/ARP foram de grande sucesso de público.

Ainda, para Octavio Costa, a prática de tal “comunicação” não poderia ficar restrita à esfera estatal, era necessário que houvesse a contribuição das agências de propaganda para a tentativa de “desanuviar” a tensão dos “anos de chumbo”. Para cumprir tal objetivo, uma reunião foi feita com os donos das principais agências de propaganda para que se alinhassem a tal projeto.

A tentativa desta aproximação e, como vimos nos exemplos deste texto, teve algum sucesso. Este dado revela mais uma das tantas contradições da ditadura militar brasileira, ou seja, certa esquizofrenia de um projeto que se pretende liberal, mas com um controle cada mais intenso do processo por parte do Estado Autoritário.

A aproximação das agências com a ditadura nem sempre foi tranquila. Os limites da modernização ficavam claros quando alguns assuntos entravam na pauta dos comerciais. Vejamos os exemplos apontados por Roberto Duailibi^{xvii}.

O primeiro é justamente a proposta de Octavio Costa, ou seja, pautar os anúncios pela “cordialidade”, uma tentativa de evitar a exaltação dos ânimos:

O primeiro anúncio da Fotoptica, por exemplo, o título era “Suborno”, que era uma promoção. O governo se sentiu ofendido pelas simples (sic) idéia de um anunciante usar a palavra suborno. (...) Fizemos uma campanha para a Rhodia, “Se tentarem lhe vender outra marca, reaja”, em que aparecia uma moça dando uma bolsada em um senhor bem vestido. Na ocasião o general Otávio Costa, que era o chefe do que é hoje a Secom, mandou um aviso para mim para não usar violência em propaganda^{xviii}.

Outros problemas são em decorrência da preservação da “família”:

Era a campanha dos 17 anos do Peg Pag, que dizia: “Há loucuras que agente só faz aos 17 anos”, que eram as promoções do Peg Pag. Só que nós pegamos loucuras que o jovem faz aos 17 anos e loucuras que a menina faz aos 17 anos. E tinha coisas absolutamente ingênuas, como dizer que o menino pega a chave do carro do pai e vai dar uma volta, a menina diz para a mãe que vai na igreja e vai namorar atrás da igreja. E um censor, o chefe da Polícia Federal de São Paulo, um general cujo nome eu preciso ainda investigar, resolveu nos processar por estarmos corrompendo a juventude, incitando ao crime. (...) Uma vez, nós fizemos um anúncio para o OB que dizia que o OB ajuda a diminuir o odor da menstruação. E eles mandaram recolher a revista *Claudia*, onde aparece esse anúncio. Eu liguei para o censor e falei: “Mas Dr. Rihard, por que estão recolhendo a revista? Que prejuízo enorme!” Ele falou: “Mas, dr. Duailibi, precisamos preservar a imagem romântica da mulher. Não podemos dizer que ela tem odor da menstruação.”

Nós tivemos uma campanha, a primeira que foi feita para a camisinha no Brasil, a pedido da Organização Mundial de Saúde (...) Havia um censor em São Paulo, chamado professor Potiguara, que devia ser codinome. (...) Ele pegava esse anúncio da Jontex e dizia para mim: “Dr. Duailibi, eu tenho uma filha de 15 anos que não é nenhum anjinho. Mas eu não tenho coragem de levar para casa um jornal que tenha essa palavra aqui.” Apontava para a palavra gonorreia e virava o rosto^{xix}.

O depoimento de Roberto Dualibi deixa clara a complexa relação entre a modernidade e a transformação dos comportamentos sociais. A preservação das estruturas familiares tidas como ideais revela a perspectiva rígida da sociedade brasileira. Assim, o aspecto, algo romantizado, da mulher não poderia ser desconstruído com a “revelação” dos odores da menstruação, as jovens não deveriam ser “incitadas” a namorar atrás da igreja, já que deveriam ser resguardadas para o casamento.

Os jovens não poderiam ser “incitados” a praticar delitos como o “roubo” do carro do próprio pai, ou a praticarem o sexo com liberdade e segurança, como o caso

anúncio proibido da Jontex. Em outras palavras, se a ditadura acreditava construir o “país do futuro”, o faria com base nas estruturas do passado, a modernização deveria atingir o trabalho, visando o aumento da produtividade, mas, jamais, impactar em transformações sociais profundas, como o uso de preservativos por homens e mulheres.

Do ponto de vista das agências tais limites começariam a causar algum incômodo apenas na virada para os anos 1980. Sob uma perspectiva econômica, é possível afirmar que o “papel” da ditadura seria o de reconstruir a estrutura do capitalismo brasileiro, entretanto, essa reconstrução passaria pelos limites da própria lógica militar de fazer política. A transição para a democracia deveria, entre outras coisas, promover a retirada de tais barreiras “antieconômicas” na direção de um capitalismo com a presença menor da influência do Estado. Como sugerem Deo (2014) e Souza (2014), a transição confirmou o pacto em defesa do capital em detrimento das demandas dos movimentos populares organizados.

Desta maneira, a Constituição de 1988 seria potencialmente cidadã, tendo em vista a quantidade de regulamentações que deveriam ser feitas *a posteriori*, enquanto retirava os entraves econômicos que gravitavam na órbita da permanência dos militares no poder, mantinha boa parte do entulho autoritário.

Conclusão

A proposta deste artigo foi a de relacionar ditadura militar e a propaganda brasileira. Embora os limites impostos pela estrutura do artigo não permitam avançar em todas as questões, acreditamos ter fornecido alguns elementos que apontam para um caminho que não reduza as relações ao puro adesismo e nem uma luta pela liberdade, como sugerem alguns publicitários.

Em que pese que o conjunto de valores a respeito do Brasil e dos brasileiros não ter sido, de fato, inventado pela ditadura, ele foi adaptado para a realidade que julgavam construir. A leitura simplista da história brasileira aprofundou o lugar comum de que os brasileiros evitam os conflitos e, tal como afirma o hino nacional, estariam “deitados eternamente em berço esplêndido”.

Vale destacar ainda as dificuldades metodológicas que se impõem a tentativa de realizar um trabalho deste tipo utilizando-se de fontes audiovisuais. Se não nos é possível transportar a “essência” da propaganda para o texto, julgamos importante, ao menos, ampliar o acesso ao material cotejado neste texto. O acervo construído para este

e outros escritos é um esforço comum à quase todos os historiadores brasileiros, ou seja, uma recorrente desorganização dos acervos. Essa desorganização revela mais uma das contradições da propaganda brasileira, embora seus profissionais pretendam calcar sua profissão numa longa jornada histórica que teria início com os anúncios para venda de escravos, muito pouco se preocupam em manter ou, ao menos, organizar arquivos nesse sentido.

As questões referentes a modernização conservadora revelam um traço recorrente não apenas da ditadura militar, embora durante aqueles anos tenha se aprofundado, mas da própria dificuldade da sociedade brasileira ultrapassar os limites impostos pelo autoritarismo/conservadorismo de suas estruturas sociais. Em outras palavras, a estrutura social brasileira se constrói numa espécie de “Frankstein”, ideologias políticas diferentes, muitas vezes contraditórias são costuradas e acabam por formar o tecido social.

Tais constatações nos permitem entender a convivência “harmoniosa” entre a ideia de práticas econômicas “livres do Estado”, ao lado de pedidos de intervenção estatal em áreas sociais em defesa de uma visão estática de povo e de país. Como aponta Hobsbawm (1998), a convivência com a modernidade é facilitada quando é reduzida a técnica (como utilizar as redes sociais para propagar o evangelho, por exemplo), entretanto, quando se trata de alterações que atingem o âmago de questões importantes (como o aborto) reminiscências idílicas a respeito dos “valores nacionais” se impõem e impedem o avanço de políticas, de fato, modernas.

Referências:

- ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)*. Bauru: Edusc, 2005.
- BOAVENTURA, Jorge. A doutrina de segurança nacional. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (org). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987. PP. 45 – 52.
- BRANCO, Renato Castelo, MARTENSEN, Rodolfo Lima e REIS, Fernando (org). *História da propaganda no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.
- BRASIL, Escola Superior de Guerra. Manual Básico. Rio de Janeiro: ESG, 1976.
- BRASIL, Escola Superior de Guerra. Manual Básico. Rio de Janeiro: ESG, 1983.
- CBBA. *Jeca Tatu*. Texto introdutório de Renato Castelo Branco. São Paulo: LR Editores, 1981.
- CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- DEO, Anderson. Uma transição à long terme: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: PINHEIRO, Milton (org). *O que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014, PP. 303 – 330.

DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

GRACIOSO, Francisco e PENTEADO, J. Roberto Whitaker. *Propaganda brasileira*. 3 ed. São Paulo: Mauro Ivan Marketing Editorial, 2009.

HOSBAWM, Eric J. *Sobre história*. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

MARCONDES, Pyr. *200 anos de propaganda no Brasil: do reclame ao cyber-anuncio*. São Paulo: Meio & Mensagem, 1995.

NOVAIS, Fernando e MELLO, João Emanuel Cardoso. Capitalismo e sociabilidade moderna. In: Novais, Fernando (org). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, PP. 559 – 658.

PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano, vol. 04: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, PP. 207 – 243.

RAMOS, Ricardo. *Do reclame a comunicação: pequena história da propaganda no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Atual, 1985.

REZENDE, Maria José. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964 – 1984*. Londrina: Eduel, 2001.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964 – 1974). In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha (org). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina (volume II)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, PP. 97-144.

SOUZA, Nilson Araújo. A economia da ditadura e da transição. In: PINHEIRO, Milton (org). *O que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014, PP. 331 – 369.

Fontes:

Revista Propaganda – 1964 – 1984.

Propagandas audiovisuais: Mel Yuki, Creme de Leite Nestlé, Leite Ninho, Wallita, Singer, USTop Jeans – Todas disponíveis em: <http://www.youtube.com/user/ditaduraepropaganda>.

ⁱ Os avanços do campo historiográfico apontam, cada vez mais, para a cooperação constante entre militares e civis, tanto no golpe, quanto durante os anos da ditadura. Assim sendo, sugeriu-se a adição do adjetivo “civil”, para demonstrar a sólida participação de vastos setores sociais, desta maneira, o golpe e a ditadura seriam civil-militar. Juremir Machado da Silva, ao analisar o papel da imprensa durante o golpe, sugere uma ampliação do conceito para um golpe civil-midiático-militar. Em que pesem as contribuições, tanto documentais, quanto analíticas de tais produções, acreditamos que, embora civis tenham colaborado ativamente, os militares ainda guardavam a proeminência do processo político. À título de exemplo, citamos o fechamento do Congresso em 1977 e posterior aprovação do II Plano Nacional de Desenvolvimento. A estrutura do plano foi considerada demasiado nacionalista pelos empresários, desencadeando uma campanha contra a “estatização”, o que causou um racha numa das bases de apoio da ditadura. Ainda que os limites desse rompimento possam ser avaliados, é possível depreender que, embora os empresários tivessem acesso privilegiado ao poder, em momentos críticos, sua opinião era descartada em função da orientação da alta cúpula das forças armadas.

ⁱⁱ Diário Oficial da União, 9 e 11 de abril de 1964.

ⁱⁱⁱ Para entender a relação entre o aparato repressivo “legal” e os aparelhos clandestinos da repressão, indicamos: GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do doi-codi (1969 – 1991)*, o centro de

sequestro, tortura e morte da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime. São Paulo: Alameda, 2014.

^{iv} A respeito das diferenças entre as perspectivas sociológicas, indicamos a leitura de ELIAS, Norbert. Introdução a sociologia. Edições 70, 2014.

^v Esta percepção fica clara quando são analisadas o conjunto de entrevistas com militares atuantes durante a ditadura militar produzidos pelo CPDOC. Ver, D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014..

^{vi} Para uma análise completa das duas assessorias, ver Fico, Carlos. Reinventando o otimismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

^{vii} Dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD – 1976).

^{viii} Com o objetivo de ampliar o acesso às propagandas, um canal no Youtube foi criado para hospedar as propagandas citadas neste artigo. Cada citação será acompanhada de uma nota com o respectivo link para acesso ao conteúdo.

^{ix} Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0-HFZQE4nJw>

^x Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gN3Dnv4Wk0>

^{xi} Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CHb5vFX0YMc>

^{xii} Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u8YZy3DPi7k>

^{xiii} Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ckqpCSYujM8>

^{xiv} Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4Jg5_ONdv3g

^{xv} Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cBPm0Ih38xw>

^{xvi} Depoimento de Octavio Costa. Ver: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Dillon e CASTRO, Celso (orgs). Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. P. 271.

^{xvii} Ao lado de Francesc Petit e José Zaragoza fundou, em 1968, a agência DPZ. Provavelmente, é uma das maiores e mais premiadas agências nacionais. Foi responsável pela primeira premiação da propaganda brasileira no maior festival de propaganda em Cannes, com o “Leão de Ouro”.

^{xviii} Depoimento de Roberto Duailibi para o Centro de Pesquisa e Documentação de Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC) no contexto do projeto “A propaganda brasileira: trajetórias e experiências dos publicitários e das instituições de propaganda”. 2004. P.62.

^{xix} Depoimento de Roberto Duailibi para o Centro de Pesquisa e Documentação de Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC) no contexto do projeto “A propaganda brasileira: trajetórias e experiências dos publicitários e das instituições de propaganda”. 2004. P.63.

DESCONSTRUINDO O “OPOSICIONISMO NATO” DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: OS ESTUDANTES DE DIREITA (1960-1970)

DECONSTRUCTING THE “OPPOSITION BY BIRTH” OF THE STUDENT MOVEMENT: THE RIGHT-WING STUDENTS (1960-1970)

Gustavo Bianch SILVA¹

Resumo: O objetivo deste artigo é abordar a questão da atuação dos estudantes de direita no movimento estudantil. A mobilização deste movimento nas universidades oscilou entre o ativismo em prol das mudanças educacionais e a luta por questões políticas de cunho mais gerais e estruturais. Porém, muitos estudantes enfrentaram a militância de esquerda e se empenharam na articulação de outras propostas para a universidade, sobretudo influenciados por ideias liberais. A finalidade desse texto é compreender o perfil dos grupos que questionaram os valores da esquerda e participaram do movimento estudantil na ditadura militar. Quais as principais ações empreendidas por esses estudantes? Para problematizar essa questão, recorreremos à historiografia para analisar a influência da direita entre os estudantes.

Palavras-chave: Ditadura; direita estudantil; movimento estudantil.

Abstract: The purpose of this paper is to discuss the action right-wing students. The mobilization of the movement in the universities oscillated between activism in support of educational change and the fight for more general and structural nature of political issues. However, many students faced militancy of left and were engaged in the articulation of other proposals for the university, mainly influenced by liberal ideas. The purpose of this text is to understand the profile of the groups that questioned the values of the left part of the student movement during the military dictatorship. What are the main actions undertaken by these students? To discuss this question, we turn to historiography to analyze the influence of right politics among students.

Keywords: Dictatorship; right-wing students; student movement

Introdução

O objetivo deste trabalho é problematizar a questão da participação da direita estudantil nas universidades no período da ditadura militar brasileira, mais especificamente, até contexto da reorganização da UNE em 1979. Embora nos últimos anos algumas dissertações e teses houvessem trazido o tema à tona, a quantidade de pesquisas sobre a esquerda estudantil é sensivelmente superior. Neste texto, abordaremos algumas pesquisas que investigaram a atuação dos estudantes de direita nos Diretórios Acadêmicos, em seus grupos associativos e até na União Nacional dos Estudantes (UNE).

¹ Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Bolsista CAPES. E-mail: gbianch@gmail.com

Grande parte dos estudos sobre o movimento estudantil enfatizou o caráter revolucionário dos militantes engajados nas causas políticas e educacionais. A própria memória construída pela UNE evoca um passado associado à resistência, em que os estudantes lutaram a favor das reformas estruturais e resistiram bravamente à ditadura. No livro *Memórias estudantis*, a UNE sob a direção dos alunos de direita é um “fato isolado da tradição da entidade” (ARAÚJO, 2007, p. 79).

No entanto, embora a juventude não seja mais tratada de forma idealizada pelos estudiosos, a quantidade de trabalhos sobre a esquerda estudantil, de certa forma, contribui com a narrativa do estudante como “oposicionista nato”. A impressão superficial é que o movimento estudantil se resume ao caráter revolucionário da militância dos estudantes. Neste caso, a escassez de trabalhos que abordam a participação estudantil de grupos não identificados com o socialismo ou o marxismo mostra um grande desequilíbrio. Seria todo o movimento estudantil influenciado pelas ideias de esquerda?

Certamente não. Porém, faz-se necessário se aprofundar nas razões para o reforço da identificação do movimento estudantil como ponta de lança da resistência ao autoritarismo. A imagem redentora da juventude rebelde está associada diretamente à noção de que a sociedade resistiu prontamente à ditadura, naquilo que Rollemberg denominou de “uma memória segundo a qual o autoritarismo só foi possível em função de instituições e práticas coercitivas e manipulatórias” (ROLLEMBERG, 2010, p. 11).

Segundo Rodrigo Motta, de maneira geral, a “historiografia e as ciências sociais mostraram maior interesse em pesquisar os revolucionários e a esquerda que seus adversários, deixando para segundo plano as propostas ligadas à defesa da ordem” (MOTTA, 2002, p.8). Parte disso, obviamente, foi feita pela menor disponibilidade de fontes das organizações estudantis de direita. Dessa forma, diversos historiadores desafiaram a escassez de fontes e mergulharam no universo da pluralidade do movimento estudantil, assim, indo além do caráter revolucionário dos estudantes.

Destarte, a finalidade desse texto é compreender o perfil dos grupos que se propuseram a questionar os valores da esquerda no movimento estudantil, sobretudo no contexto da ditadura militar. Como os estudantes de direita participaram do movimento estudantil? Quais as principais ações empreendidas por esses estudantes? Existiu algum aspecto propositivo da direita estudantil em relação às universidades? Somado a isso, analisar a atuação das direitas no movimento estudantil envolve a compreensão de sua

participação no contexto anterior ao golpe, sobretudo no período em que os estudantes de formação liberal lideraram o movimento.

De certa forma, não seria possível expor todos os grupos de direita que participaram do movimento estudantil durante o contexto histórico aqui proposto, sendo o limite deste trabalho abordar de forma geral os aspectos enfatizados pela historiografia, porém, sem se ater a nenhuma organização específica.

A escolha pelo contexto das décadas de 1960-1970 é óbvia, haja vista que este foi o período de maior efervescência do movimento estudantil, em decorrência da conjuntura política que agitou o país. A discussão da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (1961), o debate sobre a Reforma Universitária, as Reformas de Base, o golpe civil-militar, a repressão do regime ditatorial, a legislação que restringiu a representação estudantil, enfim, são muitos os elementos que contribuíram para o aumento da participação dos estudantes, tendo, inclusive, movimentado também a representação da direita estudantil. Porém, para analisar a participação desses estudantes no contexto dos governos autoritários, faz-se necessário historiar a atuação da direita estudantil nos contextos anteriores, sobretudo no período em que estiveram na liderança da UNE.

Direitas, ditadura e sociedade

Um dos autores a pensar a categoria estudantil como ícone de resistência política foi Arthur Poerner. Sua narrativa bem construída é dotada de muitos dados, fatos e evidências que buscam demonstrar o protagonismo do estudante na sociedade brasileira. Por outro lado, a categoria “jovem” e “estudante” contém um elemento quase mítico, sobretudo na perspectiva de o autor elevar o estudante ao status de “oposicionista nato”.

A força da juventude perpassa o tempo e mantém sua vitalidade contra a tirania e o caos político. Sua visão, neste caso, é essencialista: o jovem mantém sua combatividade no tempo, a despeito do aspecto contextual e das particularidades de cada época. Tampouco é considerada a infinidade de diferenças entre jovens de classes sociais distintas ou pertencentes às mais variadas origens étnicas. Todos os estudantes parecem ter algo em comum: o espírito combativo. De acordo com Poerner,

Esse algo mais, que torna o estudante brasileiro muito mais maduro, politicamente, do que o seu colega europeu ou norte-americano, consta de uma profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado, de uma violenta revolta contra o modo pelo qual

ele é dirigido no presente e de uma entusiástica disposição de governá-lo de outra forma no futuro (POERNER, 2004, p. 39).

Neste raciocínio, o jovem sempre foi e será o elemento central no desencadeamento dos principais fatos históricos. Em outras palavras, a supervalorização do jovem como protagonista da história homogeneizou a figura do estudante, como se juventude fosse sinônimo de engajamento político de maneira quase universal. Dessa forma, a direita estudantil pouco é lembrada na narrativa de Poerner. Quando mencionada, a direita é associada ao pior momento da história da UNE. Como salientou Gabriel Amato Bruno de Lima, a leitura de Poerner contribui “para a construção dos silêncios acerca de outras práticas de estudantes universitários que não se perfilavam no rol de atitudes opositoras e resistentes à ditadura” (LIMA, 2015, p. 34).

Portanto, o silêncio da historiografia no que se refere à juventude de direita se relaciona diretamente com a simplificação do papel dos atores civis no regime militar. Na sua obra *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, Daniel Aarão Reis problematiza as relações entre ditadura e sociedade. Nessa perspectiva, o autor mostra que a sociedade brasileira por meio da mídia e da academia celebrou a hostilidade à ditadura (REIS, 2000, p. 7). Desde o golpe, da consolidação do regime até a abertura política, Reis aponta os caminhos da transformação discursiva dos atores interessados.

Parte dessa dicotomia entre ditadura e sociedade vem do senso comum, sobretudo com o clássico maniqueísmo que opôs, de um lado, a tirania residente na ditadura e, de outro, a democracia e a cidadania capitaneadas pela sociedade. Nesse esquema, o autor sugere que as esquerdas foram colocadas como vítimas. Até quando elas lutaram e desafiaram o regime pelas armas, elas o fizeram em nome da resistência. Na década de 1970, no contexto da distensão do regime, a esquerda renasce, no plano discursivo, como moderada, democrática e, portanto, vitoriosa nas “batalhas da memória” (REIS, 2000, p. 8).

Se por um lado a sociedade foi considerada relegada à tirania e ao obscurantismo do regime, por outro os militares receberam todo tipo de culpa pela interrupção da democracia. Nessa perspectiva, a ditadura que prosseguiu com o golpe foi resultante do protagonismo dos militares, enquanto a população sofria com os desmandos de um governo legitimado pela força e pela violência. Os grupos sociais que ofereceram apoio ao regime foram negligenciados tanto na memória hegemônica quanto nos estudos acadêmicos.

Diante disso, Aarão Reis questiona: “como explicar por que a ditadura não foi simplesmente escoraçada? [...] Como compreender que permaneçam com tanta força lideranças e mecanismos de poder preservados e/ou construídos no período da ditadura, pela e para a ditadura? ” (REIS, 2000, p. 10).

Ora, os desdobramentos desses questionamentos são evidentes. A valorização da esquerda como ícone da resistência simplificou aquilo que Reis chama de “complexa relação entre estado e sociedade”. Esse discurso forçou a ausência de atores que contribuíram para a dinâmica e até mesmo para o funcionamento do regime militar. Dessa forma, indivíduos e grupos que atuaram em consonância com o autoritarismo do Estado receberam menor ênfase da historiografia.

A direita estudantil na UNE ou contra a UNE?

Como desde 1956 a UNE vem sendo dirigida por líderes envolvidos em partidos ou grupos de esquerda, é natural a menor incidência do discurso conservador na documentação. Mas a diminuta participação de organizações de direita entre os estudantes não significa que eles não tenham produzido discursos e práticas do cotidiano universitário da época. Conforme pontuaram Braghini e Cameski, “esse movimento também teve um passado para ser historicizado” (BRAGHINI e CAMESKI, 2015, p. 946).

Nos anos 1950, Martins Filho aponta que a direção da UNE era formada majoritariamente por estudantes direitistas. A tendência liberal também esteve presente nas décadas anteriores, interrompida durante poucos anos (1947 até 1950). Durante o segundo governo de Vargas, a UNE participou da oposição ao governo, embora a liderança da entidade tenha impedido que a organização apoiasse diretamente a conspiração pela derrubada do presidente (MARTINS FILHO, 1986, p. 38).

Pouco se sabe sobre os motivos que levaram a direita estudantil para a liderança da UNE nos 1950. Na perspectiva de Rafaela dos Santos (2015), a explicação pelo viés da manipulação ou da coerção não oferece razões suficientes que justifiquem o crescimento da direita na entidade. O que fortalecia a atuação da juventude de direita era a existência de um “*brado* anticomunista, que uniu esses diferentes grupos em prol de um único ideal: pôr fim ao que acreditavam ameaçar as tradições políticas e culturais brasileiras” (SANTOS, 2015, p. 141).

Outra explicação para a ascensão da direita no movimento estudantil foi tecida por Alberto Saldanha (2005) e Maria Paula Araújo (2004). No contexto do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), há um crescente fortalecimento da oposição dentro das classes médias e das classes altas, o que resvala diretamente na influência antivarguista dentro das universidades. Somado a isso, havia um fascínio ligado ao discurso de Carlos Lacerda – na época, deputado federal e maior opositor de Vargas – que influenciou a participação da direita nas universidades.

Além disso, a atuação dos estudantes de direita fixou-se menos nas questões gerais da sociedade. As mobilizações da UNE tiveram como foco os “temas e problemas vinculados ao funcionamento e melhoria das faculdades” (SALDANHA, 2005, p. 36). Isso não significa que a liderança sob a hegemonia dos liberais estivesse alheia ao contexto político. De qualquer forma, em pleno debate que polarizou a opinião pública nacional, neste aspecto, a nacionalização dos recursos naturais, os estudantes também se mobilizaram na campanha pela monopolização da Petrobras. Segundo Martins Filho, isso não contradiz o caráter liberal que a entidade carregava consigo naquele tempo, pois até a UDN nessa época se aproximou da perspectiva nacionalista.

Esse período da hegemonia direitista da UNE foi considerado por Poerner o “início da infiltração americana no movimento estudantil brasileiro” (POERNER, p. 167). A presença norte-americana se daria com o intercâmbio de estudantes do Brasil para os Estados Unidos e também com o envio de lideranças estudantis norte-americanas a terras brasileiras.

Porém, a despeito da participação dos estudantes liberais, Poerner considera esse período como momento de “decréscimo na participação política”, adicionado do que ele chamou de “peleguismo universitário”. Segundo o autor, os líderes da entidade foram aliciados pelo MEC e, conseqüentemente, obrigados a participar da campanha *O petróleo é nosso*. Segundo o autor, não só pela linha nacionalista do novo governo Vargas (...) como pelos estatutos da UNE, que obrigavam suas direções a lutar pelo nacionalismo e contra o entreguismo (POERNER, 2004, p. 167).

A explicação de Poerner para a participação dos estudantes de direita na campanha a favor do monopólio de exploração do petróleo não é convincente. Limitar o envolvimento dos estudantes ao estatuto da UNE ou a uma suposta pressão do MEC não justifica a retórica nacionalista por parte da direita. Na perspectiva de Alberto Saldanha (2005), o discurso da emancipação econômica por meio da ação do Estado fazia parte

de uma tendência de pensamento da classe média no contexto do pós-guerra. As UEEs também pressionaram a UNE na campanha *O Petróleo é nosso* (ARAÚJO, 2004, p. 81).

A atuação da direita na coordenação da UNE terminou em 1956 com a vitória dos católicos progressistas e dos comunistas. Para Poerner, “depois da eleição de José Batista, os estudantes conservadores (existe essa aberração que é a juventude conservadora¹) e direitistas nunca mais recuperaram a presidência da UNE” (POERNER, 2004, p. 170). No entanto, a perda da liderança da instituição não resultará no total recrudescimento dos conservadores no meio estudantil, conforme será abordado mais à frente.

Tampouco se pode subestimar o legado dos conservadores nos contextos subsequentes. Para Saldanha, o período de hegemonia liberal na UNE contribuiu para as “mobilizações vinculadas à melhoria do ensino e ao aprimoramento dos vínculos com as entidades de base”, ao contrário da esquerda, que reassume as rédeas da instituição em 1956 e prossegue ainda mais forte nas décadas de 1960-1970, motivada “pela transformação econômico-social e pelo discurso nacional-desenvolvimentista” (SALDANHA, 2005, p. 42). Neste aspecto, os estudantes de esquerda articularão as demandas educacionais ao “projeto nacional de desenvolvimento”.

Destarte, nos anos seguintes, a UNE estava encampada com uma orientação nacionalista. Para Martins Filho, grande parte de suas atividades eram típicas de cúpula, porém, com o aumento progressivo da mobilização popular durante o governo de JK (MARTINS FILHO, 1986, p. 42). Um dos exemplos é a participação de protestos contra o aumento da passagem do bonde no Rio de Janeiro. A radicalização no meio estudantil católico com a Juventude Universitária Católica (JUC) e, posteriormente, com a Ação Popular (AP), como consequência, influenciará o movimento estudantil em toda a década de 1960.

Mesmo com o predomínio da esquerda na direção da UNE na década de 1960, a direita se fez presente. De acordo com Martins Filho, em 1964 as principais UEEs (União Estadual de Estudantes) estavam nas mãos de lideranças liberais, tais como Minas Gerais, Pernambuco, Paraná e a União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro (UME). Estas representações estudantis não sofreram intervenção militar por não estarem nas mãos da esquerda (MARTINS FILHO, 1986, p. 183).

Embora a influência de estudantes conservadores fosse menor que os grupos de esquerda nas universidades, muitas de suas publicações chegavam até os jornais e revistas de grande circulação nacional. De acordo com André Luiz Rodrigues de Rossi

Mattos (2013), apesar de a Frente de Juventude Democrática (FJD) não ter aglutinado “número significativo de estudantes nem ter conseguido influenciar as posições de grupos internos que atuavam no movimento, conseguiu se manter ativamente na imprensa nacional” (MATTOS, 2013, p. 373). O autor ainda assinala que jornais de destaque nacional, como *O Globo*, o *Correio da Manhã*, o *Diário Carioca* e *O Estado de São Paulo*, divulgavam as denúncias e os manifestos da organização.

Por isso a existência desses grupos não pode ser desconsiderada. Ainda que a influência da esquerda fosse maior no conjunto das agremiações estudantis, a permanência atuante de estudantes conservadores mostra que a heterogeneidade no interior do movimento estudantil vai além das diferenças partidárias ou doutrinárias da esquerda. Além disso, a direita tinha canais de interlocução com o restante dos estudantes, seja por meio da imprensa ou na direção de alguns DCEs ou até UEEs.

André Mattos analisa a aproximação do IPES e do IBAD junto aos estudantes de direita. A estratégia dessas organizações consistia em identificar a juventude inconformada com o crescimento do socialismo entre o estudantado e investir na formação e conscientização de novos adeptos. Segundo o autor, suas ações estavam voltadas para a “contenção da influência das organizações de esquerda em diversos movimentos e segmentos sociais. Também lançaram filmes, revistas, estudos e livros de propaganda contrária ao comunismo” (MATTOS, 2013, p. 330).

No início da década de 1960, a atuação do IPES e do IBAD para desestabilizar o governo de João Goulart e difundir os valores liberais associados à batalha contra o comunismo foi analisada por René Dreifuss (1981). Segundo André Mattos, “a relação que se estabeleceu entre o IPES e o IBAD nos meios estudantis é bastante forte entre os anos de 1962 e 1963” (MATTOS, 2013, p. 330). A tática de desmoralizar o engajamento de esquerda e associar as práticas militantes ao comunismo internacional foi amplamente divulgada pelos “estudantes democráticos”, inclusive com espaço na grande mídia. Segundo Mattos:

Em detrimento dessa negação ao que se entendeu ser o comunismo, construiu-se um imaginário no qual a UNE teria reunido tudo o que havia de mais repulsivo para os “verdadeiros” estudantes, ou seja, aqueles que não eram comunistas. O discurso contra as esquerdas voltou a ser exasperado, traduzindo as lideranças universitárias de esquerda como um aglomerado de estudantes extremistas, profissionais que “não estudavam”, interventores do “imperialismo soviético”, mantenedores de práticas subversivas para promover agitação social e desestabilizar as instituições públicas, defensores do sanguinário e ateu governo cubano, praticantes de métodos totalitários para garantir o

cerceamento das ideias dos estudantes democratas em seus congressos (MATTOS, 2013, p. 331).

Neste aspecto, Mattos pontua que os objetivos dos grupos de direita no movimento estudantil foram além do lançamento de candidatos de oposição nas eleições da UNE. Seu direcionamento, sobretudo, incluía “vetar suas ações como modo de ‘restabelecer a ordem’ no país” (MATTOS, 2013, p. 332). É o aspecto da desestabilização aos moldes das instituições conservadoras citadas: desconstruir o discurso da esquerda e associar os possíveis malefícios da politização da UNE para a Universidade e, conseqüentemente, para a sociedade.

Tratava-se, sobretudo, de mostrar à juventude que de fato a realidade social do Brasil causava mesmo perplexidade diante da pobreza e da desigualdade. No entanto, na concepção do IPES/IBAD, a conscientização da massa estudantil passava por desassociar a indignação da situação econômica com a solução por meio da revolução. Para isso, o plano consistia em apresentar o exemplo dos “países onde a democracia existia de verdade, como nos Estados Unidos, Suécia ou Noruega, pois uma vez esclarecidos, esses jovens passariam a lutar em outra trincheira” (MATTOS, 2013, p. 354).

No contexto da década de 1960, sobretudo durante o governo de João Goulart (1961-1964), a Frente da Juventude Democrática (FJD) foi uma das organizações estudantis de direita atuantes no meio estudantil. Financiada pelo complexo IPES/IBAD, suas ações conseguiram “causar repercussão em relação às suas denúncias e acusações” (MATTOS, 2013, p. 331). O trabalho desses estudantes incidiu em reforçar a imagem da UNE como entidade entregue e controlada pelo comunismo internacional.

Neste aspecto, além da FJD, outros grupos de direita optaram por práticas agressivas contra a UNE, sobretudo pela dificuldade de mobilização das massas estudantis. Assim, o caráter propositivo cede espaço para o aspecto puramente depreciativo do movimento, uma vez que o objetivo da direita incluía a desmoralização da direção da UNE diante dos estudantes. Segundo Mattos, em 1962 os conservadores não conseguiram lançar uma chapa de oposição para as eleições da organização. Dessa forma, “a FJD surgiu provocando estardalhaços na imprensa e promovendo provocações e ações violentas nos congressos” (MATTOS, 2013, p. 372). Nos embates em congressos da entidade, o autor ressalta que:

[...] a FJD, por meio dos seus comunicados, jornais e panfletos, passou a tentar aglutinar estudantes e a denunciar as restrições que os *democratas*, na visão da FJD, sofriam durante o encontro. Tiveram início as denúncias dos planos de agitação comunista no próprio congresso. A FJD passou, então, a se reafirmar como defensora da democracia e opositora do comunismo nos meios estudantis e se apresentou aos universitários como a promotora de uma “maratona cívica em favor da libertação dos estudantes brasileiros”, na tentativa de livrá-los dos “grilhões da minoria russificada que empolgou a direção da UNE” (MATTOS, 2013, p.378).

Entre as iniciativas de “denunciar” o viés comunista e desviante da UNE, destaca-se o livro *UNE: Um instrumento de subversão*, de Sonia Seganfredo. Publicado em 1963, a autora parte de sua experiência como estudante da Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro para alertar a população das ações políticas da organização estudantil. A narrativa de Seganfredo mostra o pensamento da direita em relação ao movimento estudantil organizado.

Para a autora, a UNE é basicamente uma entidade política que recebe recursos do governo para divulgar o comunismo entre os estudantes e para outros segmentos da sociedade. Sua ação é “catequizadora”, com forte ênfase na deterioração dos valores morais. O perfil do militante de esquerda da UNE é estereotipado: é o chamado “estudante profissional”, que gasta tempo com a ação política e ignora a rotina acadêmica.

No pequeno histórico da UNE composto por Seganfredo, são valorizados os primeiros anos da entidade, na década de 1930 e 1940. Segundo ela, a UNE “tinha como finalidade congregar os estudantes apoliticamente, desenvolvendo neles o verdadeiro espírito de liberdade e incentivo às realizações de suas potencialidades nos terrenos social e profissional” (SEGANFREDDO, 1963, p. 16). Enquanto o “apolítico” é associado a uma virtude, a autora se contradiz ao citar diversos momentos em que os estudantes se engajaram politicamente em questões importantes do contexto nacional, tais como a mobilização da juventude contra o nazismo e a luta contra a ditadura do Estado Novo (1937-1945).

No entanto, nesta luta política, “a questão ideológica, em termos de comunismo e democracia, não era cogitada. O que interessava era a queda da ditadura. Neste ideal, todos se entendiam e lutavam” (SEGANFREDDO, 1963, p. 24). Em outra parte, a autora ressalta que comunistas e democráticos “marchavam juntos” pelas demandas nacionais e internacionais, mas a “luta ideológica” não existia. Ou seja, nem nos anos “áureos” da entidade a política estava fora de pauta, porém, o problema maior dos anos

posteriores era a associação da política com o “proselitismo” da esquerda, aí sim, longamente criticada pelos “estudantes democráticos”.

A retórica anticomunista foi efetivamente transformada em prática com verdadeiros atentados contra a UNE. Durante o governo de Goulart, o Movimento Anticomunista (MAC) encampou ações que envolviam desde pichações até arremesso de bomba na sede da entidade estudantil no Rio de Janeiro (MATTOS, 2013, p. 359). Portanto, enquanto o espaço da direita na direção da maior entidade estudantil era restrito, esses estudantes investiram na desmoralização da liderança de esquerda da UNE.

As aspirações e finalidades da direita estudantil

Conforme citado anteriormente, grande parte dos estudantes identificados com a direita era anticomunista e mostrava sua insatisfação com o predomínio da esquerda na UNE. Segundo Braghini e Cameski, esses estudantes se incomodavam com as manifestações estudantis de rua, inclusive criticavam os militantes de esquerda por seu menor comprometimento com a dedicação acadêmica. Diante disso, as autoras ressaltam que esses estudantes foram intitulados de “estudantes democráticos” (BRAGHINI; CAMESKI, 2015, p. 951).

Entre outros objetivos, as autoras reforçam os interesses desses “jovens democráticos” em impedir o avanço do comunismo. Inclusive, esses grupos eram favoráveis às intervenções militares estadunidenses em ambientes considerados perturbadores da ordem e avessos à democracia (BRAGHINI; CAMESKI, 2015, p. 951). De acordo com as autoras, eles consideravam o movimento estudantil representado pela UNE como uma “falsa política de unidade estudantil” e alertavam sobre a massificação de estudantes que se sentiam impedidos ‘da livre manifestação das vontades’” (BRAGHINI; CAMESKI, 2015, p. 954). Nessa perspectiva, a massa estudantil era oprimida pela liderança de esquerda nos movimentos.

Na leitura de Sonia Seganfreddo, os estudantes não identificados com as esquerdas também são denominados de democráticos. A autora identifica a esquerda da UNE como minoria diante do restante do estudantado, esse sim, democrático, porém se silencia no movimento por desconhecimento ou medo de ser tachado de “reacionário” (SEGANFREDDO, 1963, p. 5).

No campo propositivo, ainda são poucos os estudos que problematizaram as propostas desses estudantes para a Reforma Universitária ou qual a visão de Universidade estava composta no seu universo discursivo. No trabalho de Mattos, ele expõe a dificuldade de encontrar um denominador comum entre os estudantes a respeito das suas visões e impressões sobre a Universidade. Porém, entre o estudantado havia os inconformados com a estrutura arcaica das universidades e sua discrepância com as necessidades da sociedade industrial. Mas também havia os alunos que,

pautados por padrões tradicionais, se dirigiam para as cadeiras universitárias, guiados pelos mesmos valores fundados na tradição familiar, ou seja, interpretando a universidade como uma instituição cartorial, símbolo de “status” e diferenciação social, e não necessariamente pela qualificação do trabalho ou se enxergando como elemento de contribuição ao desenvolvimento nacional (MATTOS, 2003, p. 349).

Algumas questões podem ser levantadas com base no estudo dos trabalhos citados sobre as organizações estudantis de direita, principalmente no que se refere às representações dos “estudantes democráticos” em relação à Universidade. Afinal, os “estudantes democráticos” não poderiam estar entre os inconformados com a estrutura da Universidade? O projeto de modernização das universidades pautado pelo IPES também era crítico ao modelo tradicional vigente, mas a diferença estava na redução do papel do Estado no setor público e na aproximação da iniciativa privada com as universidades, elementos que foram criticados pela UNE.

Sobre a presença dos estudantes de direita nas universidades, a dissertação de Mateus Lima abordou a atuação deles na Universidade Federal de Santa Maria no contexto da ditadura militar. Sua pesquisa consistiu em problematizar a participação dos representantes discentes de direita nos órgãos colegiados da instituição. No cotidiano universitário, esses estudantes puderam expor suas impressões sobre o sistema segundo suas reivindicações diante da administração da universidade. Dessa forma, suas posições não são monolíticas ou completamente identificadas com o material ideológico do IPES. Segundo o autor,

Paulo Sarkis “representava as ambiguidades do liberalismo elitista entre os estudantes. Por um lado, defendia os interesses mais imediatos dos estudantes, posicionando-se repetidas vezes contra a cobrança de taxas”. Por outro lado, admitia a possibilidade de estabelecimento de uma tarifa anual. Além disso, ao mesmo tempo em que exercia uma atuação presente e decidida no Conselho, articulava-se politicamente com os “democratas” e criticava as esquerdas (LIMA, 2013, p. 88).

Não há como interpretar as ações dos estudantes de direita de forma monolítica, tampouco suas práticas nos órgãos colegiados representavam a pureza do pensamento liberal, conforme citou Matheus Lima. Ir contra a cobrança de taxas oferecia um ponto de contato dessa liderança com o restante dos estudantes. Mas a admissão da continuidade da cobrança de “tarifas anuais” fidelizava esses representantes discentes ao pensamento liberal, que, de certa forma, questionava a gratuidade do ensino superior. No entanto, a crítica à esquerda permanecia como uma constante nas práticas desses indivíduos no cotidiano universitário.

Em se tratando dos “estudantes democráticos” no contexto do golpe, Braghini e Cameski identificaram uma postura de apoio ao regime, uma vez que “não raro havia parcelas da juventude estudantil que se manifestavam entusiasmadas com o golpe militar, em 1964” (BRAGHINI; CAMESKI, 2015, p. 954). No entanto, a ditadura que prosseguiu com o regime não ficou imune à crítica desse segmento do movimento estudantil.

Nessa perspectiva, Lima constatou as ambiguidades que os “estudantes democráticos” enfrentavam, pois, “ao mesmo tempo em que combatiam as esquerdas e apoiavam a “Operação Limpeza”, não desejavam uma legislação que pretendia a extinção das entidades e criticavam a repressão e a imobilidade em resolver os problemas educacionais” (LIMA, 2013, p. 83). Essa contradição prosseguiu durante o governo de Castello Branco (1964-1967). Mateus Lima relata que, embora os estudantes direitistas estivessem ao lado dos golpistas ou talvez, indiferentes, “acabaram voltando-se contra a política do governo Castello Branco em relação às intenções de esvaziamento da representação estudantil” (LIMA, 2013, p. 77).

No que concerne à legislação que restringiu o movimento estudantil, houve manifestações até dos alunos da direita contra as limitações à organização política dos estudantes. Segundo Martins Filho, “nas condições de repressão, que se seguiram à derrubada de Goulart, seriam as próprias entidades que, no meio estudantil, deram apoio tácito ao golpe, as primeiras a se levantar contra a ‘Lei Suplicy’” (MARTINS FILHO, 1986, p. 107). Por outro lado, na ocasião do processo legislativo que sacramentou a Lei, um grupo de “estudantes democráticos” foi em comitiva até Brasília para, segundo Braghini e Cameski, “apontar sugestões ao projeto de extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE) e entidades congêneres” (BRAGHINI; CAMESKI, 2015, p. 951).

Dessa forma, é evidente que não há unanimidade dos estudantes de direita no tocante à representatividade estudantil. Eles queriam o afastamento e o fim da influência comunista na UNE, porém, o controle definitivo da entidade e seu fechamento completo não estavam na pauta de todos os estudantes. Segundo Santos, “a maioria dos estudantes não aceitava a intervenção do Estado nas entidades representativas, anulando sua autonomia e procurando redirecionar o movimento estudantil para atividades ‘recreativas’, afastando-o da política” (SANTOS, 2015, p. 148).

Por outro lado, em virtude do plebiscito convocado pela UNE para coletar entre os estudantes a oposição à famigerada lei, alguns alunos do direito da Universidade Mackenzie “manifestaram-se contrários ao plebiscito e impediram sua realização em sua instituição, “invadindo o recinto onde se pretendia colher a votação dos universitários, os jovens atiraram a urna por uma das janelas, queimando-a a seguir” (SANTOS, 2015, p. 150-151). Essa manifestação reforça o argumento da existência de manifestações distintas dos estudantes de direita, inclusive com a existência de grupos favoráveis ao controle da UNE por ser supostamente a única forma de conter a ascensão dos estudantes de esquerda.

Diante das ambiguidades entre os estudantes de direita e o regime militar, percebe-se nitidamente a coexistência de elementos que congregam tanto a oposição quanto o apoio à ditadura. Embora muitos fossem simpáticos ao regime, seus interesses como categoria estudantil não foram relegados a segundo plano. Na verdade, isso mostra a limitação desse binarismo entre resistência e colaboração como se fossem as únicas opções que os indivíduos tivessem em relação ao Estado. Na perspectiva de Rodrigo Motta, algumas pessoas ou instituições promoveram ações que podem ser classificadas tanto como resistência, adesão ou acomodação, enquadradas em dois ou nos três tipos, em momentos diferentes ou simultaneamente (MOTTA, 2014, p. 301).

Se a sociedade não resistiu totalmente à ditadura, afirmar que ela colaborou pode ser outra injustiça. Até a adesão ao regime fica relativizada diante das posturas intermediárias dos atores. Nem aqueles que convergiam com os propósitos dos governos ditatoriais cederam totalmente às determinações do Estado. A exigência por parte dos indivíduos ou grupos por concessões da parte dos “donos do poder” oferece uma dinâmica de muita complexidade nas relações entre ditadura e sociedade.

Sobre a organização desses estudantes no contexto da década de 1970, Renato da Silva Della Vechia abordou em seu trabalho a participação dos conservadores no Diretório Estadual Estudantil (DEE) do Rio Grande do Sul. Diante das limitações

impostas ao movimento, as entidades autorizadas pelo governo para a representação estudantil restringiam-se ao DEE e, também, ao Diretório Nacional de Estudantes (DNE). Enquanto os grupos de esquerda boicotavam as eleições para esses diretórios oficiais, os chamados “estudantes democráticos” apossaram-se dessas entidades para, entre outras coisas, afastar definitivamente a esquerda da militância nas universidades do Sul.

A entidade estadual tinha um caráter menos militante que as organizações controladas pela esquerda. Neste aspecto, o DEE assumiu um ativismo dividido em três frentes: **política assistencialista**, com a garantia de assistência médica e odontológica em sua sede, criação de uma livraria com descontos nos preços, convênio com seguradora para caso de acidentes pessoais etc; **atividades esportivas e festivas**, competições, shows, eventos culturais em geral; e **formação política**, seminários e fóruns, sobretudo, com uma aguda preocupação ideológica na escolha dos palestrantes, em grande parte, comprometidos com o regime (VECHIA, 2011, p. 210).

Somado a isso, Vechia mostra que o DEE do Rio Grande do Sul estava alinhado com o governo militar. Dos elementos que comprovam sua tese, o autor aponta que nem a repressão sensibilizava os estudantes. Segundo ele, “a direção do DEE lamenta tristemente não a repressão política aos estudantes em nosso país, mas exatamente a reação por parte deles” (VECHIA, 2011, p. 208). Essa assertiva era bastante comum na própria justificativa do regime para suavizar os efeitos do combate ao comunismo por meio da repressão.

Na mesma linha, o DEE mostrou-se não somente defensor do regime militar, mas também próximo das reitorias das universidades. Vechia aponta que, em muitas ocasiões, os DCEs vinculados à direita se colocavam contra os estudantes em relação aos aumentos de taxas (VECHIA, 2011, p. 211). Junto a isso, o autor complementa que no discurso dos estudantes “democráticos” há diversas menções contra os estudantes de esquerda, sobre o combate às “ideologias estranhas ao povo brasileiro” e um “conjunto de expressões que evidenciavam claramente um perfil conservador e anticomunista presente de forma constante em documentos, jornais e falas dos dirigentes ligados ao DEE” (VECHIA, 2011, p. 212).

Dessa forma, os “estudantes democráticos” do Rio Grande do Sul aproveitaram da estrutura controlada pela ditadura militar e se apossaram do DEE. O mais curioso é que, pelo Decreto-Lei nº. 228, o chamado Decreto Aragão, as organizações estaduais e nacionais estudantis foram extintas. Mesmo assim os estudantes do Rio Grande do Sul

continuaram o diretório estadual. Suas ações se limitaram ao âmbito assistencialista, com pouca ênfase política. Porém, quando faziam, mostravam simpatia pelo regime, inclusive por meio da complacência com a repressão e com o anticomunismo.

Por esses motivos, as autoridades não extinguiram a organização que, teoricamente, estava proibida por lei de funcionar. Enquanto o DEE do Rio Grande do Sul prestava um serviço essencial para os objetivos da ditadura, como salientou Vechia, com uma “política de defesa do regime, das reitorias e da ‘ordem’”, mesmo sendo proibida pelo Decreto Aragão, sua existência permanecia garantida (VECHIA, 2010, p. 211).

No trabalho de Rafaela Santos, é investigado o que ela chama de “o outro lado da Rua Maria Antônia”. Sua análise inclui a compreensão da postura dos estudantes conservadores que entraram em confronto com os alunos da Faculdade de Filosofia da USP. Na mesma rua, havia dois polos políticos conflitantesⁱⁱ. De um lado, a faculdade de Filosofia da USP, que congregava dezenas de estudantes partidários da esquerda e inclusive da liderança da UNE; do outro lado, a Faculdade de Direito do Mackenzie, em que “havia uma expressiva parcela de universitários que se autodenominavam “liberais e democratas” e o *famoso* grupo que se intitulava CCC [Comando de Caça aos Comunistas]” (SANTOS, 2015, p. 164).

Nascido e criado dentro do ambiente universitário em 1963, o CCC tinha como alvo preferencial o meio estudantil, tendo generalizado suas práticas com o decorrer do tempo. Segundo Gustavo Lopes, quem fosse “identificado a uma ideologia, partido ou movimento social que se assemelhasse, grosso modo, ao ‘comunismo’, era considerado um ‘contrarrevolucionário’, ‘subversivo’, ‘terrorista’” (LOPES, 2011, p. 29). As ações do CCC contra esses “subversivos” incluíam a prática terrorista, com violências de toda ordem. Os atos que tiveram maior repercussão na imprensa foram os ataques ao elenco (e ao público) da peça *Roda Viva*, de Chico Buarque, a explosão de uma bomba na Livraria Civilização Brasileira e a “guerra” contra os alunos da filosofia da USP.

Marcada pela intolerância e incompreensão do outro, a citada “Batalha da Rua Maria Antônia” representa, entre outras coisas, a polarização da juventude em relação à ditadura e ao grau de radicalização política partilhada por ambos os lados. Não resta dúvida que a heterogeneidade do meio estudantil rechaça a perspectiva que interpreta o movimento estudantil apenas no viés da resistência e da oposição ao autoritarismo.

Somada a isso, a retórica dos universitários partidários do CCC que participaram do confronto elucidada essa questão. Existia entre eles a preocupação com a suposta

agitação comunista, por esta razão, suas ações correspondiam ao interesse de *defender* o Brasil dessa ameaça. Os estudantes do CCC também pontuavam sua posição política como “*revolucionária* e confirmaram que seu projeto para o Brasil era o *nacionalismo radical*” (SANTOS, 2015, p. 178).

A grande incoerência deste “projeto” do CCC não se resume apenas à questão da violência. Enquanto suas práticas consistiam em desestabilizar a esquerda e eliminar seus inimigos, no campo das ideias e do ativismo político esta organização pouco atuou. Seus manifestos em defesa do grupo são recheados de referências à ordem, à tradição e ao nacionalismo, no entanto, a contribuição para a construção desse cenário se resumia ao combate ao socialismo e à subversão.

Com o progressivo abrandamento da ditadura após o fim do AI-5, a atuação dos estudantes conservadores continuou, embora o retorno da esquerda tenha sido crescente no final da década de 1970, houve mudança no discurso dos representantes estudantis de direita. A tentativa de não identificação com a ditadura foi associada a um discurso liberal, tanto no sentido político de defender um estado de direito, “com mais ênfase ainda na defesa de um liberalismo econômico e num combate a concepções coletivistas e/ou socialistas” (VECHIA, 2011, p. 213).

Considerações finais

Os estudos das organizações de direita no movimento estudantil ainda precisam de maior fôlego. Mesmo que os trabalhos citados evidenciem o crescimento das pesquisas sobre o tema, há muitas questões a serem problematizadas, inclusive a respeito da atuação local desses estudantes e de suas representações no que concerne ao contexto político, cultural e educacional do país.

Sair do “lugar comum” e desassociar a participação estudantil nas universidades com a militância política de esquerda tornou-se a ênfase dos trabalhos que abordaram a direita estudantil. Neste aspecto, o envolvimento da direita se faz, em primeiro lugar, pelo anticomunismo. A identificação da universidade como “espaço de subversão” motivou a participação desses estudantes na representação estudantil. Seja por meio das organizações oficiais ou da imprensa, o trabalho desses indivíduos consistia em desconstruir o aparelhamento dos partidos e tendências estudantis de esquerda no interior do movimento estudantil.

Em segundo lugar, no contexto ditatorial, a participação da direita significava a convergência dos interesses ideológicos entre esses grupos e o regime militar. A adesão era uma resposta à identificação de características inerentes à ditadura compartilhadas por esses estudantes de direita. Não foi incomum a homenagem aos presidentes militares e participação de pessoas ligadas ao regime em cursos, seminários ou artigos nos jornais dos estudantes.

No entanto, a aproximação da direita estudantil da ideologia do regime não resultou num colaboracionismo cego e inconsequente. Muitas demandas do movimento estudantil foram defendidas pelos “estudantes democráticos”, como a redução das taxas nas universidades e a não extinção das entidades estudantis, o que redundou em críticas à ditadura. Obviamente, essas demandas foram levantadas sem qualquer enfretamento ao regime ou mobilização política dos estudantes.

Na participação dos órgãos colegiados no âmbito local, a defesa de pontos que interessavam o estudantado como um todo também foi levantada, principalmente nos períodos anteriores à liderança da esquerda à frente da UNE. De forma geral, a direita estudantil tinha um comportamento político ambíguo. Entre a adesão e a acomodação ao regime, também buscaram representar algumas demandas do movimento estudantil, como a prática do lazer e a assistência estudantil, porém, sem qualquer conflito com o poder instituído.

Dos trabalhos citados neste artigo, fica evidente o caráter ativo do movimento de direita em atacar a esquerda e sua militância nas universidades. Porém, houve também certa ênfase propositiva no discurso desses estudantes – sobretudo no período em que a direita estava na liderança da UNE –, seja em direção da aproximação das universidades às empresas e na redução da influência do Estado na educação. Dessa forma, a despeito das suas manifestações radicais de intolerância e, em muitas ocasiões, de um anticomunismo retórico e repetitivo, a participação da direita estudantil envolvia a busca por algumas mudanças. Como ressaltou Santos, “seus propósitos eram *transformar*, mas sem romper por completo com valores ou tradições” (SANTOS, 2015, p. 184).

Referências:

- ARAÚJO, Maria Paula N. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- BRAGHINI, Katya Zuquim Braghini & CAMESKI, Andrezza Silva. “Estudantes democráticos”: a atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n°. 133, p. 945-962, out.-dez., 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

DREIFUSS, Rene. *1964: a conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis, Vozes, 1981.

LIMA, Gabriel Amato Bruno de. "*Aula prática de Brasil*": ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985). 2015. Dissertação (Mestrado em História). UFMG, Belo Horizonte/Minas Gerais.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *Movimento estudantil e ditadura civil-militar em Santa Maria (1964-1968)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). UFSM, Santa Maria/Rio Grande do Sul.

LOPES, Gustavo E. *Ensaio de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos comunistas*. Salvador: Editora Pontocom, 2014.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UNICAMP, Campinas.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. Tese (Doutorado em História). USP/Paris 1 Panthéon Sorbonne, São Paulo/Paris.

POERNER, Arthur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 5. ed. ilustrada, rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo. Editora UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: Edufal, 2005.

SANTOS, Rafaela M. A. *O outro lado da Rua Maria Antônia: a atuação das juventudes de direita em 1960*. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015.

SEGANFREDDO, Sonia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Editora GRD, 1963.

VECHIA, Renato S. Della. *O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política). UFRGS, Porto Alegre.

Notas:

ⁱ A perplexidade de Poerner na associação da juventude com o conservadorismo revela sua visão sobre a militância estudantil. Para o autor, o radicalismo na juventude é o seguimento da ordem natural das coisas.

ⁱⁱ É evidente que essa polarização entre as duas instituições não era completa. Havia alunos de direita na faculdade de filosofia assim como nem todo aluno do Mackenzie pertencia ao CCC. Mas, de forma geral, essa polarização era bastante aguda no contexto da ditadura militar.

O RUMOR PODE SER UM OBJETO HISTÓRICO PARA ESTUDARMOS A ANTIGUIDADE?

CAN RUMOR BE AN HISTORICAL OBJECT TO STUDY THE ANTIQUITY?

Ygor Klain BELCHIOR¹

Resumo: Neste artigo, pretendemos abordar o “rumor” através de uma proposta multidisciplinar dialogando com as teorias da comunicação, a sociologia dos rumores e a história, com o objetivo de observá-lo como objeto histórico verificável. Para tanto, partiremos de uma discussão sobre o que são rumores, passando pela sua discussão no campo da sociologia da comunicação no intuito de provar que o rumor como evidência histórica também pode ser utilizado como um objeto para entender mecanismos sociais do passado romano. Nosso objetivo com esse exercício reflexivo é o de apresentar as bases da nossa pesquisa de doutoramento em História Social, já que esta trabalha com o tema os rumores nas guerras civis romanas (68 a 69 d.C.).

Palavras-chave: Rumor; Pesquisa histórica; Guerras civis; Roma; Propaganda militar;

Abstract: In this article, it is our purpose to study “rumor” in a multidisciplinary proposal as attached to theories of communication, sociology of rumors and history, in order to sight him as a verifiable historical object. For this pursuit, we will start on a discussion of what are rumors, passing to the discussion in the sociology of communicational area in order to prove that they can be used as an object to understand social mechanisms of the roman past. Our finally goal with this reflective exercise is to prepare the groundwork for a P.H.D research in Social History which intend to work with the rumors in the roman civil wars (68 to 69 AD).

Key words: Rumor; Historical research; Civil wars; Rome; Military propaganda;

O preâmbulo necessário: afinal, o que é um rumor e um rumor é um evento histórico?

“O rumor correu de uma só vez através das grandes cidades da Líbia”.
Virgílio. Eneida. IV, 173

O que é um rumor? Essa é uma pergunta essencial a ser feita por um estudo que se proponha a lidar com este tema. Justificamos essa nossa preocupação em apresentar esta dúvida como ponto de partida porque foi possível perceber nas recentes publicações sobre este tema, principalmente as localizadas na área da sociologia e psicologia do rumor, que grande parte dos pesquisadores partem do princípio que não existe um consenso sobre a definição deste vocábulo. Nem mesmo entre os especialistas do tema (BORDIA; DIFONZO, 2007, p. 19). No entanto, na tentativa de estabelecer

¹ Mestre em História – Doutorando – Programa de Pós-graduação em História Social - Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas FFLCH - USP - Universidade de São Paulo. São Paulo, SP - Brasil. Professor de História Antiga da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: ygorklain@hotmail.com

esse objeto como histórico, verificável e importante para nos indagarmos sobre as guerras civis em Roma, acreditamos que seja possível começar nossas reflexões a partir de outras perguntas diferentes daquela que deu origem ao nosso texto. Assim, é possível perguntar: Rumor é um boato? Uma lenda urbana? Uma fofoca? O rumor pode ser uma forma de discurso político ou até mesmo ser usado como uma poderosa arma política? Um rumor pode representar um acontecimento verdadeiro ou ele sempre será uma mentira que ganhou amplitudes não esperadas? O rumor é uma afirmação ou uma indagação? Além disso, é possível traçar a origem de um rumor? Ou a sua amplitude? Em suma, o que é e para o que serve um rumor?

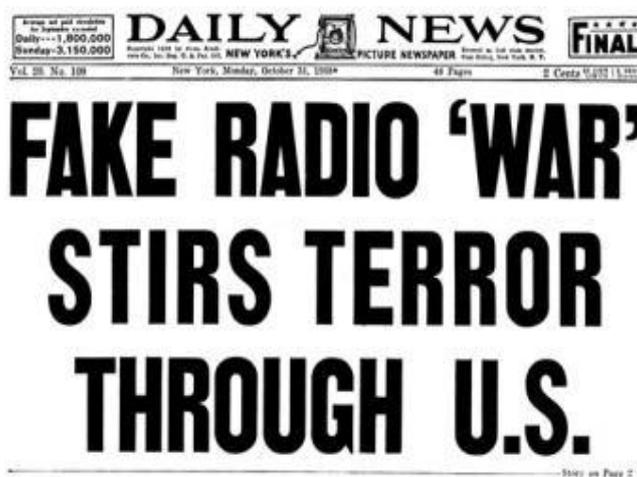
Essas questões iniciais traduzem um problema muito importante para resolvermos algo que, segundo o sociólogo americano Gary Alan Fine, pode traduzir um sentimento quase que rotulador das sociedades modernas. Afinal, para o autor, “as sociedades contemporâneas estão embebidas no rumor” (FINE, 2007, p. 5). E isso fica evidente ao atentarmos para o fato de que vivemos em contextos onde as informações são rápidas e estão cada vez mais disponíveis a todos. Além disso, em um mundo capitalista, como o nosso, onde a informação de primeira mão é considerada como um produto muito valioso, principalmente para o frágil mercado de ações, fica possível observar uma aliança quase que ingrata (pelo menos para as pessoas comuns/os consumidores) entre os rumores e a venda de certos produtos (JHALLY, 1990). Mesmo porque quem nunca se mobilizou para conseguir algo que se encontra nas “últimas unidades” ou até mesmo correu ao posto de gasolina mais próximo para não abastecer o seu carro antes mesmo de um possível futuro aumento dos preços? Ou seja, o rumor está em toda parte!

No entanto, apesar da presença bem cotidiana desse fenômeno social, é somente a partir do século XX que os rumores gerados no seio de diversas sociedades encontraram um aliado muito importante para a sua disseminação, credibilidade e para que encontrasse outros motivos que facilitassem a sua criação: uma comunicação rápida e a nível mundial (MATTELART; MATTELART, 1999). Tudo isso, impulsionou grande parte dos estudos sobre essa temática para os braços da teoria da comunicação política, da psicologia social e, principalmente, da sociologia norte-americana. Sendo, portanto, relegado de grande parte das reflexões históricas. E o motivo disso é claro! Para estes pesquisadores, as evidências comprováveis da existência e eficácia desses rumores somente são verificáveis nas sociedades modernas. Para o passado, isso seria

matéria para outro tipo de estudo que, infelizmente, para esses pesquisadores, não seria possível.

Mas, afinal, o rumor pode ser um evento histórico? Respondendo a essa pergunta podemos citar alguns eventos marcantes do mesmo século XX, tal qual trabalhado pelas pesquisas supracitadas, no intuito de demonstrar a necessidade de que também devemos pensar o rumor como um objeto de pesquisa no campo da história, principalmente da história social. Dentre esses acontecimentos, podemos destacar o dia 30 de outubro de 1938, véspera do dia das bruxas, onde o locutor da Rádio CBS (Columbia Broadcasting System) de Nova Iorque decidiu interromper a programação musical da emissora para narrar em um tom jornalístico a invasão de marcianos ao planeta terra. Essa performance artística, que contava com a credibilidade de uma narrativa exposta em uma “liturgia” e tonalidade radio jornalística, na verdade não passava de uma reinterpretação do romance “A guerra dos Mundos”, uma adaptação da novela de H. G. Wells. Composta de elementos muito realísticos, como entrevistas de autoridades e de efeitos sonoros, essa brincadeira não só funcionou como catalizador de audiência para a emissora, mas também desencadeou uma série de eventos que assustaram a população de três cidades (dentre elas Nova Jersey e Nova Iorque), totalizando um pânico de mais de 1, 2 milhões de pessoas. Este episódio ganhou notoriedade nos mais diversos veículos de informações, como o jornal “Daily News”, que no dia seguinte ao evento trouxe a seguinte manchete: “Guerra falsa no rádio espalha terror pelos Estados Unidos”. E este terror era ocasionado em grande parte pelos rumores ocasionados pela recepção da notícia, transformando uma sociedade em pânico.

Foto 1: Capa do jornal Daily News



Fonte:

<http://www.slate.com/content/dam/slate/articles/arts/histor>

Outro fato interessante e que ilustra muito bem a necessidade de pensarmos o rumor como um objeto de importância histórica ocorreu em Recife, Brasil, no ano de 1975. Neste caso específico, o rumor deflagrado foi que a represa de Tapacurá, construída pelos militares em 1973, para conter o avanço das águas na cidade de Recife, havia estourado e um grande turbilhão de água estava a caminho. Este fato, quando somado com a experiência de grandes enchentes que a cidade sempre vivenciou desde a sua ocupação pelos Holandeses, no século XVII, ocasionou um grande pânico na população. O que levou inclusive ao êxodo dos seus moradores. No entanto, apesar de nenhuma fonte oficial comprovar o acidente, o rumor se espalhou prontamente pela população recifense. Nesse ambiente de pânico que se alastrava, as pessoas passavam a ter uma certa confirmação da possível “veracidade” da tragédia vindoura. Afinal de contas, com o alarde total da população e o ambiente quase que apocalíptico de abandono de trabalho, casas e carros, já era possível até “ouvir o barulho das águas chegando” (SANTOS, 1996, p. 25). Essa eficácia também pode ser comprovada ao atentarmos para outro relato da época, sobre um diálogo entre um sargento e um popular, onde este perguntava: “Há confirmação oficial da queda da barragem?”, e o oficial respondia “não, mas se eu fosse você, corria!” (Idem, p. 20).

Foto 2: Av. Guararapes. Pânico coletivo no Recife.



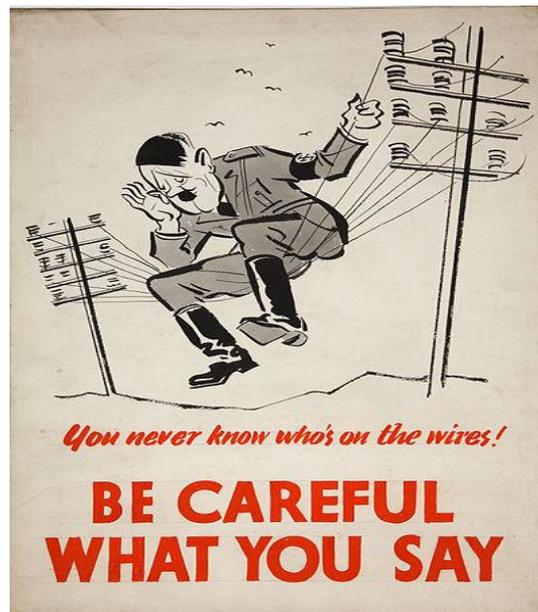
Fonte:

<http://falhistoria.blogspot.com.br/2010/11/tapacura-estourou.html> (Acessado em 02/12/2014).

Em suma, esses dois episódios que acabamos de narrar possuem um papel muito ilustrativo para a nossa análise. Pois, além de ilustrarem a atuação e a eficácia de um rumor em duas localidades e temporalidades distintas, também nos apresentam algo bem mais interessante para justificarmos a importância de estudarmos esse objeto histórico em nossa temporalidade proposta. Nossa justificativa para tal abordagem é que concordamos com a noção desenvolvida Bordia e Difonzo de que devemos entender os boatos como frutos de um contexto de ambiguidade de ameaça real (BORDIA; DIFONZO, 2007, p. 19). Principalmente, se essa ameaça condiz com a memória coletiva daquela população (FINE, 2007, p. 10). No caso da invasão marciana, às vésperas de um dia das bruxas, e da ruptura da represa de Tapacurá, em uma cidade que sempre sofreu com as cheias, o que temos é realmente a memória coletiva de que aquele contexto trazido pelo boato é de ameaça à população. Além disso, deflagrado os rumores, o que podemos observar é que conforme a comunicação entre os agentes aumenta e a informação passa a atingir um número maior de ouvintes, o cenário de instabilidade fica mais forte, confirmando, assim, até mesmo a veracidade de um falso rumor. Ainda dentro deste clima de instabilidade, convém falarmos de outro contexto altamente ambíguo, de ameaças mais do que reais, onde o boato não só aparece como algo assustador, mas que também serve como uma arma política muito poderosa: o ambiente da guerra.

Nesse sentido, e ainda situados no século XX, podemos apresentar algumas informações que colhemos a respeito dos boatos no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945).¹ E isso fica mais claro ao analisarmos algumas das propagandas feitas por governos e que eram direcionadas aos boatos e aos rumores que circulavam nesse ambiente instável e perigoso. Como exemplo, podemos também nos referir a duas propagandas envolvendo Hitler. Na primeira, é possível perceber que ele aparece sentado em fios de telefonia com a mão posicionada em seu ouvido. Esta imagem vem seguida da legenda “You never know who’s on the wires! Be careful what you say” – “Você nunca sabe quem está ‘grampeando’ sua conversa! Cuidado como o que você diz”.

Foto 3: Cartaz feito pelo governo britânico e que circulou na Inglaterra entre 1939 e 1946.



Fonte: The National Archives in London - registro INF3/232.

Já, em uma segunda imagem encontrada, o Führer aparece bem caracterizado com ouvidos imensos, como se estivesse ouvindo tudo. Este desenho é seguido da longa legenda que diz o seguinte: “Mr. Hitler wants to know. He wants to know the unit’s name; where it’s going; whence it came; ships, guns and shells all make him curious; but silence make his simply fuehrious” – “Sr. Hitler quer saber. Ele quer saber o nome da unidade, para onde está indo, de onde ela veio; navios, armas e abrigos todos o fazem curioso, mas fazer silêncio simplesmente o deixa furioso [aqui existe uma brincadeira com a palavra Führer]”.² Outros exemplos, e também ligados diretamente ao rumor, também podem ser observados, como o caso de outra propaganda de guerra onde um soldado aparece colocando uma meia na saída de som de um gramofone, que possui gravado em sua base as palavras “Service gossip” – “Serviço de fofocas” e seguido da legenda “Put a sock in it” – “Coloque uma meia nisso”.

Foto 4: Cartaz elaborado pelo cartunista Bert Thomas.

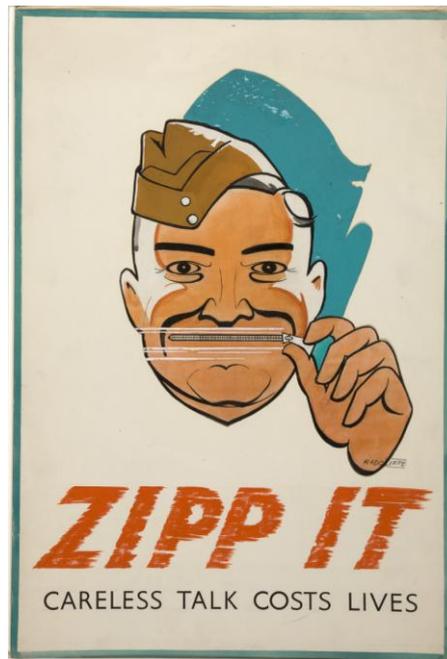


Fonte:

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/8b/INF3-276_Anti-rumour_and_careless_talk_Put_a_sock_in_it%21.jpg/255px-INF3-276_Anti-rumour_and_careless_talk_Put_a_sock_in_it%21.jpg (Acessado em 02/12/2014).

Sobre essas informações, principalmente as mais dignas de filmes e romances de espionagem, podemos afirmar que é possível encontrar um substrato altamente valioso para ilustrarmos a necessidade de pensarmos o papel desse objeto histórico, os rumores, em uma guerra. As “palavras que afundam um navio”³ – “words that sank a ship” - e, principalmente, aquelas que são ouvidas por “torpedos” – “The torpedo is listening”⁴ - podem custar vidas e fomentar boatos que causarão pânico generalizado no território de uma nação. Dessa maneira, para não cair neste tipo de cilada tão típica de uma guerra, o que fica são as contramedidas: “Bata naqueles que espalham rumores” – “Punch the rumourists”⁵, “não dê atenção para os rumores” “pay no heed to rumours”⁶, ou no melhor estilo inglês “Keep calm and carry on”⁷ – “Mantenha-se calmo e siga com a vida”.

Foto 4: Cartaz elaborado pelo cartunista Radcliff.



Fonte:

http://www.nationalarchives.gov.uk/theartofwar/prop/home_front/INF3_0274.htm (Acessado em 02/12/2014).

O despecho necessário: podemos estudar um rumor (muito) antigo como objeto histórico?

“Nero não foi deposto pelas armas, mas por notícias (*nuntiis*) e rumores (*rumoribus*)”.

Tácito. Histórias. I, 89

Antes de iniciarmos essa discussão algumas perguntas sobre essa temática ainda são necessárias. Afinal, temos evidências nas fontes que possam embasar nosso estudo? Essas evidências podem tornar possível um estudo que vise medir a eficácia de um boato na antiguidade? Se sim, qual é importância desse tipo de estratégia para a sublevação de um *princeps*? E, caso exista essa possibilidade, é possível fazer uma transição de governo somente utilizando-se de boatos? Ou ainda, e talvez a questão mais importante de todas: qual é o papel desses rumores em uma guerra civil? Para responder essas perguntas e iniciarmos de vez a discussão sobre as nossas hipóteses, recorreremos ao historiador latino Tácito.

Sobre as fontes históricas que podem subsidiar nossas reflexões a respeito do ano de 69, podemos afirmar que elas foram compostas basicamente entre os séculos II e o III. Dentre as mais importantes, podemos citar as produções do gênero *historia* compostas por Tácito (*Histórias*), Dião Cássio (Livros LXIII- LXV de sua *História de*

Roma) e Flávio Josefo (*Guerras Judaicas*), além das biografias escritas por Suetônio (como a *Vida de Galba; de Otho, de Vitélio e de Vespasiano*) e por Plutarco (*Vida de Galba e de Otho*). Sobre essas diversas fontes citadas, podemos afirmar que iremos lidar com autores que, assim como Tácito e Josefo, vivenciaram o período das guerras civis de 69. Além disso, no caso de Tácito, podemos afirmar que historiador produziu suas obras logo após a resolução desses conflitos, nos legando, assim, uma narrativa muito detalhada dos acontecimentos dos anos finais do governo de Nero e das estratégias bélicas e políticas adotadas pelos mais diversos personagens que participam de sua narrativa.

Para além desse autor, outro historiador que vivenciou diretamente os malefícios das guerras civis, inclusive atuando muito próximo a Vespasiano, foi Flávio Josefo. Esse historiador judeu foi um dos comandantes da resistência judaica durante o conflito na região da Judéia e, após a derrota de suas tropas, se alia ao lado romano e ao partido do fundador da dinastia Flávia. Já, por outra via, temos o relato de um terceiro historiador, Dião Cássio, que não teve nenhuma relação com os Imperadores da primeira Dinastia e nem conflitos do ano de 69, já que seu nascimento se deu em 150, quase cem anos após a resolução dos conflitos (MILLAR, 1964). No entanto, apesar desse imenso material disponível para estudarmos o período em questão, afirmamos que nossa escolha recairá, principalmente, na obra *Histórias e Anais* de Tácito. Nossa justificativa para tal escolha pode ser ilustrada pelo fato de que o historiador vivenciou esses conflitos não só como expectador, mas também atuando politicamente, principalmente através da produção de obras dos mais diversos gêneros, mas que discutiam importantes elementos de sua época. E o mesmo vale para a obra que pretendemos analisar, as *Histórias*, que também foi composta em um período bem próximo a resolução desses conflitos e que dialoga diretamente com eles (BENNET, 2005).

Tendo em vista essa apresentação, podemos afirmar que Tácito nos legou uma narrativa muito detalhada dos acontecimentos dos anos finais do governo de Nero e das estratégias bélicas e políticas que foram trilhadas pelos agentes que vivenciaram “aquele longo é único ano” de 69 (Tac. Dial, 17). Sendo assim, e também levando em consideração não só aquilo que foi exposto anteriormente, mas grande parte das reflexões que analisamos sobre a temática dos rumores em Tácito, é notável que exista por parte do historiador latino uma preocupação especial em relatar os rumores que circularam em Roma e nos exércitos (SHATZMAN, 1974, p. 549). E isso se dava,

principalmente, porque era o seu intuito o de descrever uma atmosfera de suspeitas, fofocas e de medo, que permeiam a vida na Roma Imperial durante o principado, quando o rumor e a reputação eram sempre manipulados para servir às necessidades de um homem no poder (HARDIE, 2012).

Nas *Histórias* I, 89, podemos apontar que ele nos oferece uma passagem muito emblemática e que justifica de uma maneira muito segura a nossa tentativa de observar os boatos como um fenômeno importante a ser estudado neste contexto e nesta sociedade específica. Neste trecho em questão, no qual o autor se refere à queda de Nero, podemos perceber que ele afirma que esta se deu muito mais “pelas notícias e pelos rumores do que pelas armas” (*Nero nuntiis magis et rumoribus quam armis depulsus*). Ou seja, como podemos perceber através desse trecho supracitado, mesmo lidando com uma sociedade antiga, como a romana, o rumor e a comunicação também possuíam papel preponderante no desenvolvimento e nas mudanças em seu interior. De outra forma, e sabedores disso tanto quanto as pessoas que vivenciaram esses acontecimentos, podemos ainda atentar para o fato que esses rumores poderiam ser utilizados (e assim o foram) como armas políticas e militares importantes para a sublevação de um governante e para a desestabilização de determinados governos. Esse fato justifica, portanto, nossa tentativa de olhar para as fontes desse período e atentarmos para esses rumores como objetos históricos verificáveis.

Mas por que estudar os rumores pode contribuir para uma nova visão sobre as guerras civis romanas? No campo da historiografia, onde reside nosso maior interesse, podemos observar que nos manuais mais gerais sobre o Império Romano não é possível encontrar uma descrição mais detalhada sobre as guerras civis de 69. Como exemplo, podemos citar a contribuição de Guglielmo Ferrero, publicada em 1947, e intitulada *História romana*, que nos oferece um capítulo dedicado ao governo de Nero e a chamada quarta guerra civil. Ou seja, em sua abordagem esse período conturbado da história romana não mereceu nada mais que alguns comentários sobre as manobras militares e sobre o curto governo de cada um dos Imperadores. Já, outra contribuição geral que também merece ser lembrada é a de Bernard W. Henderson, intitulada *Civil War and Rebellion in the Roman Empire*, publicada 1908. Nessa obra extensa, Henderson se incumbiu da tarefa de reconstruir a história militar de 68/69 com o intuito de dar um “sentido” às confusas e contraditórias narrativas das fontes antigas. O resultado de tal trabalho, apesar de seus méritos, não passou da construção de uma nova narrativa altamente influenciada por conflitos de sua época, como a guerra Franco-

Prussiana (1870) e a guerra Russo-Japonesa (1904- 1905), além de ser seu interesse o de resumir os principais pontos de Tácito, Suetônio, Plutarco e Dião Cássio em uma nova tonalidade literária.

Além dessas obras gerais, podemos citar algumas contribuições que estudaram especificamente os conflitos civis de 68 e 69. Dentre elas, podemos destacar as contribuições de Peter Greenhalgh, *The Year of Four Emperors*, publicada em 1975, e a obra que consideramos como a mais influente sobre esse período, intitulada *The Long Year: A.D. 69*, de autoria de Kenneth Wellesley e publicada em 1976. Em ambas as obras, podemos observar um estudo rigoroso de uma das fontes mais importantes sobre o período: as *Histórias*, de Tácito. Greenhalgh, por exemplo, se propõe a acreditar piamente na versão oferecida pelo historiador latino, inclusive nos legando um relato muito próximo àquele que fora escrito por Tácito. Dessa maneira, realizou um trabalho com extensas notas e discussões que visavam esclarecer alguns pontos obscuros das *Histórias*, mas que nada contribuem para o desenvolvimento de um novo panorama sobre o período entre Nero e Vespasiano. Já, o segundo autor que citamos, Wellesley, além de possuir uma extensa carreira dedicada ao estudo de Tácito, atuando também como tradutor de suas obras, é um autor que se propõe a desconfiar das narrativas compostas por este historiador. Dessa maneira, nos oferece uma obra onde busca encontrar as distorções da “realidade” que foi legada pelas fontes, além de se prender em muitos detalhes sobre a topografia e as atividades militares.

Assim, diferentemente das produções que citamos anteriormente, nosso trabalho se insere em um debate bem diferente daqueles que foram realizados sobre o ano dos quatro Imperadores. Pois também pretendemos englobar um estudo sobre o poder militar, tão caro a esta historiografia, mas o faremos em junção com o estudo do papel dos rumores nesta sociedade e nesse contexto de guerra. Nossa justificativa para escolher essa data específica para realizarmos nossas reflexões pode ser apresentada da mesma maneira que fizemos anteriormente, onde nos embasamos nos ambientes propícios para a deflagração de rumores. Nesse mesmo caminho, e tendo em mente que estamos lidando com uma guerra civil, podemos atentar brevemente para alguns problemas que estavam acontecendo no Império Romano e também na cidade de Roma. Começamos com o primeiro.

Sobre a situação nas províncias romanas durante os acontecimentos do ano de 69, o historiador Tácito, em suas *Histórias*, nos fornece a narrativa mais completa desses eventos. Dentre todas as passagens onde podemos perceber a atuação dos

rumores, a exposição de um caso específico se torna essencial para ilustrarmos o ambiente construído pelas comoções de uma guerra civil. Como exemplo dessas afirmações, em *Histórias*, I, 51, Tácito diz aos seus ouvintes o motivo pelo qual as legiões da Germânia Superior e Inferior se prontificaram a marchar contra o então Imperador Galba. Segundo o historiador latino, o grande problema que impulsionava essas tropas era o fato de que elas haviam sido as principais responsáveis pela derrota da revolta de Vindex, em maio 68. Fato que, após a morte de Nero, que se seguiu logo depois, e o apoio a Galba aos gauleses, gerou certo desconforto entre os exércitos porque o lado que havia vencido a batalha, agora era tratado como derrotado. Isso fica evidente se atentarmos para o trecho em que o historiador descreve que essas legiões da Germânia acabaram se tornando motivo de chacota dos Gauleses, que os chamavam de derrotados e se gabavam das concessões feitas pelo imperador para eles (como a promessa de cidadania e de isenção de tributos).

Essas chacotas e outros boatos envolvendo a dispensa e a aniquilação de muitos oficiais das tropas da Germânia tinham origem na colônia gaulesa de *Lugdunum (sinistra ex urbe fama)*, atual Lyon, que segundo Tácito ainda apoiava os neronianos e estava insatisfeita com o governo de Galba. Esse ambiente de descontentamento, ameaça real e de ambiguidade, tal como exposto pelos teóricos discutidos anteriormente, também se constituía para o historiador latino como um *locus* propício para a deflagração e para a credibilidade nos rumores (*fide fecunda rumoribus*). E estes eram destinados para além das fronteiras do rio Reno. Ou seja, para os acampamentos das tropas da Germânia. Lugares que, segundo Tácito, eram os locais mais propícios para a criação e a disseminação de rumores, pois neles você encontrará o medo, o ódio e a convicção de que eles sabiam o seu real poder militar.

Já, na cidade de Roma, o ambiente desenhado por Tácito também não foge daquele que foi apresentado anteriormente. Afinal, a ameaça de um sítio nas redondezas da cidade e os acontecimentos internos a ela, como o assassinato de Imperadores em locais públicos, como o Fórum romano, facilitava a presença de forças de oposição que visavam provocar o pânico e desestabilizar o governo vigente através de uma guerra de palavras. Um exemplo disso pode ser observado em *Histórias*, I, 84 e 85, onde Tácito relata que começam a surgir boatos em Roma de que as mesmas tropas que haviam se rebelado contra Galba, na Germânia, agora estavam em marcha em direção à cidade de Roma. O boato em questão era que estas tropas, sempre vitoriosas e cruéis com os inimigos, poderiam acabar com a cidade de Roma e assassinar todos os seus habitantes.

Fato que gerou fortes comoções na capital. Neste clima, a crise se tornou tão grande entre as milícias urbanas, os senadores, os equestres e a população, a tal ponto que o atual Imperador, Otho, decidiu realizar um discurso público incitando a todos a defenderem um Imperador que, assim como ele, havia sido escolhido pelo Senado (*ita ex senatoribus principes nascuntur*), e não pelas tropas. Porém, mesmo com esse discurso inflamado, Otho não conseguiu acalmar o ânimo das tropas e da população cidadina, pois, segundo Tácito, a paz e a calma não voltariam a uma capital onde as pessoas andavam armadas e conviviam com a face da guerra (*facies belli*).

Esse ambiente propício gerou muitos boatos que começavam cada vez mais a circular na cidade de Roma e que, assim como vimos nos exemplos da segunda guerra mundial, também passavam a servir de subsídio para outro tipo de guerra. Esta, por sua vez, não era alimentada por gládios e por soldados, mas sim por palavras, boatos e pela busca de novas informações que pudessem desestabilizar os adversários. Como evidenciado por Tácito no final do capítulo 85 do livro primeiro quando relata que muitos soldados se disfarçavam de civis para adentrarem nas grandes casas (*per domos occulto habitu*) no intuito de observarem e relatarem as grandes manifestações de riquezas ou posições prometidas. E ambas poderiam servir de subsídio para acusações de traição contra Otho. Enfim, acreditamos que o motivo desta “espionagem” era claro. Para Tácito, eles estavam atrás de rumores que pudessem delatar os apoiadores de Vitélio (*insignis claritudo rumoribus obiecerat*). Além disso, também podemos perceber no relato taciteano que Vitélio também havia se apropriado da mesma tática. E, para isso, havia instruído alguns de seus soldados, que também estavam em Roma, para que saíssem em busca de informações sobre o tamanho do seu apoio na cidade (*Vitellianos quoque milites venisse in urbem ad studia partium noscenda plerique credebant*). Esse clima gerado acabou com a privacidade das casas e aumentou as suspeitas e o medo (*unde plena omnia suspicionum et vix secreta domuum sine formidine*).

Em suma, após esse exercício, podemos afirmar que este ambiente da guerra civil de 69 se estabelece como um *locus* privilegiado não só para a criação e a proliferação desses rumores, mas também para o estudo destes. Afinal, eles também podem ser vistos e estudados como partes integrantes das estratégias políticas e militares para a sublevação dos concorrentes ao lugar de *princeps*. Um bom rumor, neste caso, poderia gerar instabilidade dentro de uma determinada legião, minando a confiança dos soldados e até a lealdade destes, como também serviria para que os

cidadãos da capital passassem a vivenciar uma insegurança tão grande a ponto de apoiarem os exércitos que estavam a caminho de tomar e pilhar a capital.

Assim, e ultrapassando a barreira da primeira hipótese, a de que o rumor é uma ferramenta política e militar importante para uma guerra civil, é que passamos a nos concentrar em outras hipóteses que visam responder a questões sobre o nosso próximo objetivo: o poder da comunicação nessa sociedade. Afinal, esses boatos só podem adquirir certa eficácia quando encontram os meios de comunicação (isso vale também para agentes) que são tidos pelos receptores como “confiáveis” e que carregam aquelas informações que podem ter alguma utilidade para eles. Para além dessa compreensão, podemos partir também da hipótese de que existia nessa sociedade meios pelos quais a ambiguidade e o perigo eminente dentro de determinado contexto, como os acampamentos militares e a cidade de Roma, pudessem chegar a outros receptores, que não estivessem necessariamente inseridos nesse contexto anterior, mas que pudessem ser aptos a compreender essas questões a tal ponto de sintetizá-las na forma inteligível de um boato (BORDIA; DIFONZO, 2007, p. 23). Afinal, mesmo estando longe do contexto ideal para a atuação dos boatos, esses agentes propagadores e coletores de informações deveriam ser bons conhecedores daquilo que o público alvo gostaria ou não gostaria de ouvir. A guerra de palavras, desta maneira, não era exercida por fofocas aleatórias e inocentes. Ela era pensada!

Talvez essa compreensão fique mais evidente se atentarmos para passagens das fontes que ilustrem a nossa proposta de que eram necessárias algumas ferramentas para que os agentes envolvidos também pudessem compreender e interpretar esse tipo de fenômeno. Essa compreensão da qual falamos pode ser demonstrada através da análise de outra passagem das *Histórias*. No livro I, capítulos 33 e 34, no contexto de sublevação de Galba por Otho, dentro da cidade de Roma, o que podemos observar é que o atual Imperador e Pisão, seu sucessor, após ouvirem o boato de que um senador havia sido escolhido pela guarda pretoriana como *princeps* e que este usurpador teria recebido certo apoio e aderência à sua causa, prontamente se refugiaram na *domus Caesaris*. E por lá ficaram à espera de notícias que comprovassem a veracidade ou a falsidade dos eventos anunciados pela população. No entanto, ao que parece, pelo menos na narrativa Tacitena, os refugiados não receberam nenhuma notícia das tropas e nem uma comprovação de que alguém teria tentado usurpar o trono de Galba. Sem nada saber, começaram a discutir qual deles seria o escolhido para ir até as barracas dos soldados, verificar o ocorrido e, se caso algum Senador realmente tivesse tentado

sublevar o Imperador, que o enviado pudesse exercer prontamente a sua autoridade, investida pelo Senado, a fim de colocar uma conclusão nessa situação. Esse fato pensado acabou não acontecendo porque, segundo Tácito, o medo havia tomado o ânimo destas pessoas a tal ponto de não conseguirem se mexer.

Porém, com a calma voltando à cidade e com alguns populares cercando a casa do Imperador no intuito de anunciarem que tudo estava bem, Pisão passa a escutar alguns rumores incertos (*incertus rumor*) que deixam os ânimos dos fugitivos mais tranquilos. Dentre as notícias que foram gritadas de fora da residência e coletada por amigos e soldados fiéis ao Imperador, algumas diziam que o suposto Senador de quem haviam escutado falar era Otho, que ele realmente teria tentado usurpar o poder com o auxílio dos pretorianos, mas que fora prontamente assassinado no acampamento. Fato que convenceu os enclausurados de que tudo estava bem. Este rumor, portanto, foi facilmente aceito pelo Imperador e seu sucessor (*credula fama*), pois eles não tinham a capacidade de interpretá-lo da maneira que deveriam, já que o escutaram em um ambiente composto de notícias advindas de deleites e de indiferenças (*inter gaudentis et incuriosos*), mas não de certezas. A falha neste caso era clara e grotesca: em uma guerra de boatos não devemos somente saber como fazê-los, mas é imprescindível saber interpretá-los. E, para isso é preciso saber, principalmente, quem são os agentes que os trazem, como o caso dos homens de Otho, que se encontravam disfarçados como populares e faziam questão de espalhar os boatos em frente à casa do Imperador. Outra forma de combater este tipo de estratégia, que fica evidente pelo menos para o historiador latino, era a de pensar no contexto que estes rumores surgiam. E o contexto era claro! A ideia era a de tirar *princeps* e seu herdeiro para fora do palácio para que assim pudessem ser assassinados (*multi arbitrantur compositum auctumque rumorem mixtis iam Othonianis, qui ad evocandum Galbam laeta falso vulgaverint*).

Uma breve conclusão para um longo desfecho.

Em suma, o que podemos perceber nessas reflexões finais é que era preciso saber interpretar os rumores que circulavam tanto dentro como fora da cidade de Roma. E, como vimos, uma das formas de saber ler esse tipo de armadilha era observando as pessoas que estavam servindo como veículos propagadores dessas informações. Além dessa alternativa, podemos afirmar que era essencial também saber para quem o rumor era destinado, pois revelado seu principal alvo, como o Imperador

ou alguns soldados, a sua intenção poderia sofrer o mesmo processo e ser trazida à tona. Ou seja, para finalizarmos esse artigo ainda é preciso, portanto, também estabelecer procedimentos históricos pelos quais seja possível identificar os rumores, seu conteúdo, eficácia e, principalmente, para quem ele era destinado.

Desta maneira, e tendo em vista todas essas considerações iniciais, é que justificamos a necessidade de estudarmos o papel dos boatos e dos rumores em um ambiente um pouco mais distante temporalmente do século XX, mas que também representa o mesmo clima de instabilidade tão propício para a propagação destes: as guerras civis romanas. Pois, como vimos, não só é possível problematizar o papel desses elementos dentro de diferentes sociedades, mas também é possível estudarmos eles como objetos de uma pesquisa histórica. A guerra de palavras, nesse sentido, pode ser entendida como algo tão importante quanto às táticas militares e acordos entre os líderes envolvidos. Já o boato, desta maneira, também pode ser entendido como algo que pode desestabilizar uma nação, uma cidade ou até mesmo um regimento inteiro de combatentes, além de carregar em seu seio informações preciosas para que o inimigo saiba onde, como e quando atacar.

Fontes

Dio's Roman History. English translation by Earnest Cary. London: William Heinemann, 1961. (The Loeb Classical Library).

JOSEPHUS. *The Jewish war*. Translated by H. ST. J. Thackeray. University Press: Loeb Classical Library, 1927.

PLUTARCO. *Vidas de Galba e Otão*. Tradução do Grego, Introdução e Notas de José Luís Lopes Brandão. 1ª Edição. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. 2010.

SUETONIO. *Vida dos Doze Césares*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d. (Coleção Universidade de Bolso).

TACITUS. *The Annals*. Translated by A.J. Woodman. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2004.

TÁCITO. *As Histórias*. Tradução de Berenice Xavier. Rio de Janeiro: Athena Editora, 1937.

TACITUS. *The Histories*. Translated by Kenneth Wellesley. London: Penguin, 1995.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Odorico Mendes. Campinas: Ed. Unicamp, 2005.

Referências

- ALLPORT, Gordon. W; POSTMAN, Leo. *The Psychology of Rumor*. Oxford: Henry Holt, 1947.
- BENNETT, Julian. *Trajan: optimus Princeps*. London: Routledge, 1997.
- BORDIA, Prashant; DIFONZO, Nicholas. Rumor, Gossip and Urban Legends. *Diogenes*, v. 54, 2007. Disponível em: <http://dio.sagepub.com/content/54/1/19.full.pdf+html> Acesso em: 19 nov. 2013.
- FINE, Gary Alan. Rumor, Trust and Civil Society: Collective Memory and Cultures of Judgment. *Diogenes*, v. 54, 2007. Disponível em: <http://dio.sagepub.com/content/54/1/5.refs> Acesso em: 19 nov. 2013.
- HARDIE, Philip. *Rumour and Renown: Representations of 'Fama' in Western Literature*. Cambridge Classical Studies. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2012.
- JHALLY, Sut. *The Codes of Advertising: Fetishism and the Political Economy of Meaning in the Consumer Society*. London: Routledge, Chapman and Hall Inc. 1990.
- MASSIE, Allan Massie. *Nero's heirs*. Adelaide: Sceptre Australia, 2000.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.
- MILLAR, Fergus. *Study of Cassius Dio*. Oxford: Oxford University Press, 1964.
- SANTOS, Homero Fonseca dos. *Viagem ao planeta dos boatos*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SHATZMAN, Israel. Tacitean Rumours. *Latomus*. T. 33, Fasc. 3 (JUILLET-SEPTEMBRE 1974), pp. 549-578.
- WELLESLEY, Kenneth. *The year of the four emperors*. Introduction by Barbara Levick. London: Routledge, 2000.
- _____. *The long year: A. D. 69*. First Edition. Boulder: CO Westview Press, 1976.

¹ Essa cronologia se torna mais emblemática ao atentarmos para o fato de que há a fundação de uma “Escola teórica” de psicologia dos boatos nos Estados Unidos, no ano de 1947. Ou seja, apenas dois anos após a resolução dos conflitos armados.

² <http://images.fineartamerica.com/images-medium-large-5/mr-hitler-wants-to-know-war-is-hell-store.jpg> (Acessado em 03/10/2014).

³ http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b9/INF3-246_Anti-rumour_and_careless_talk_Three_words_that_sank_a_ship.jpg (Acessado em 03/10/2014).

⁴ http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/95/INF3-233_Anti-rumour_and_careless_talk_The_torpedo_is_listening_-_careless_words_may_cost_both_lives_and_ships.jpg (Acessado em 03/10/2014).

⁵ <http://cdn.c.photoshelter.com/img-get/I0000oVIHdyFeOy4/t/200/I0000oVIHdyFeOy4.jpg> (Acessado em 03/10/2014).

⁶ http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3c/INF3-227_Anti-rumour_and_careless_talk_Pay_no_heed_to_rumour_-_official_news_will_be_issued_freely.jpg (Acessado em 03/10/2014).

⁷ <http://t1.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcTIEXON6bXVEoitM3OGMu8GWQPpYIccdSg2K-gD1dpj5jaHs53ESw> (Acessado em 03/10/2014).

O PAPEL DA TEOLOGIA MORAL NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DOS JUÍZES NA AMÉRICA DO SÉCULO XVII

THE FORMATIVE ROLE OF MORAL THEOLOGY IN THE JUDGES' CONSCIENCE IN SEVENTEENTH-CENTURY AMERICA

Mariângela Célia Ramos VIOLANTE*

Resumo: Este artigo busca analisar, a partir das obras *Tratado de la Justicia y el Derecho* de Domingo de Soto, *Arte legal para el estudio de la Iurisprudencia* de Francisco Bermúdez de Pedraza e *Perfecto confessor y cura de almas* de Juan Macha¹do de Chaves, publicadas entre os séculos XVI e XVII, os elementos da doutrina católica que compunham um saber formador da consciência dos juízes, propondo, com base na reflexão proveniente do conceito koselleckiano de *Bildung*, que a relação entre a teologia moral e o direito era fundamental para a administração da justiça na América hispânica.

Palavras-chave: Direito; Teologia moral; Consciência; América hispânica.

Abstract: The aim of this article, based on the works *Tratado de la Justicia y el Derecho* of Domingo de Soto, *Arte legal para el estudio de la Iurisprudencia* of Francisco Bermúdez de Pedraza and *Perfecto confessor y cura de almas* of Juan Machado de Chaves, published between the sixteenth and seventeenth centuries, is to analyze the elements of Catholic doctrine which produced a formative knowledge of the judges' conscience, and to propose, based on Koselleck's concept of *Bildung*, that the relationship between Moral theology and Law was crucial to justice administration in Spanish America.

Keywords: Law; Moral theology; Conscience; Spanish America.

Introdução

O interesse em investigar a relação entre a teologia moral e o direito durante os séculos XVI e XVII se deve às demandas de uma trajetória de pesquisas¹ voltadas ao estudo da administração local da justiça na América hispânica, nas quais se tornou cada vez mais evidente que as disposições morais da doutrina católica pesavam sobre as decisões que os oficiais da justiça tinham que tomar para solucionar conflitos, ou melhor, as matérias amplamente debatidas pelos teólogos moralistas deveriam orientar os juízes a estabelecer o que era justo ou injusto, o que passava pela compreensão do que era bom ou mau (RUIZ, 2014).

* Mestranda em História – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Campus Guarulhos, CEP: 07112-000. Bolsista FAPESP. E-mail: mari-crv@hotmail.com.

Essa íntima relação entre a teologia moral e o direito tem se demonstrado extremamente importante para o estudo dos procedimentos de raciocínio que levavam os juízes a sentenciar, uma vez que deviam fazê-lo de forma justa, moderando seus ânimos e ajustando, inclusive, sua postura tanto no arranjo interno dos tribunais quanto na vida pública. Para se ter uma noção do impacto dessa reflexão no período abrangido pela pesquisa, o questionamento sobre ser uma lei justa ou não, por exemplo, passava pela esfera íntima da consciência do juiz, pois era a consciência o próprio juízo prático diante de uma causa concreta a ser sentenciada:

[...] era precisamente nesse intervalo entre a lei e a justiça que a questão se colocava para a consciência de um juiz reto, justo e honesto. Para um juiz do século XVII, à diferença de hoje, o fato de uma lei ter sido editada e publicada não significava que fosse justa. Existia uma distância entre a lei e a justiça, o legal e o justo e era esse espaço que deveria ser preenchido por meio de sua consciência (RUIZ, 2014, p. 324-325).

Nesses termos, a importância da consciência se justifica, ao passo que é por meio da ação que ela irá conformar, quando objetivada na forma da decisão judicial, que ela se transfere do âmbito íntimo e privado para a esfera pública. Nesse sentido, podemos dizer que a consciência se efetivava socialmente, pois consistia no juízo que fundamentava a sentença. Ela indicava a justiça em culpar ou inocentar, determinava qual das partes de um litígio merecia ser beneficiada, estipulava e proporcionava a pena do réu e assim por diante (RUIZ, 2014).

Isso porque nos séculos XVI, XVII e, inclusive no XVIII, havia um pluralismo de ordenamentos compostos por normas de diferentes pesos e naturezas, isto é, não se referindo exclusivamente ao sentido formal da lei régia escrita. Um dos exemplos mais significativos é o da dinâmica dos costumes que, mesmo oriundos do âmbito local, podiam transcendê-lo e até mesmo motivar leis, uma vez que sua legitimidade e eficácia se baseavam no uso proveniente de um consenso comunitário (TAU ANZOÁTEGUI, 2001).

As fontes da atual pesquisa de mestrado² são compostas pelo Tomo II do *Tratado de la Justicia y el Derecho* do teólogo e docente da Universidade de Salamanca Domingo de Soto, originalmente publicado em latim em 1553, *Arte legal para el estudio de la Jurisprudencia* do jurista Francisco Bermúdez de Pedraza, publicada em 1612, e o Tomo I de *Perfecto confessor y cura de almas* do jurista e moralista natural de Quito Juan Machado de Chaves, que compõe um volumoso tratado publicado em 1641.

A importância de um estudo aprofundado sobre o conteúdo desses tratados pode ser expressa pela análise elaborada por António Manuel Hespanha acerca dos fundamentos da cultura jurídica ocidental das sociedades de Antigo Regime europeias, afirmando que a centralidade e a longevidade adquirida a partir de processos seculares por seu *corpus* doutrinal permitiu a essa cultura se apoiar sobre esquemas cognitivos e valorativos fundamentais de apreensão do mundo que, conseqüentemente, implicaram modos específicos de produção discursiva. As matérias e disposições instruídas se reproduziam em diversas práticas do cotidiano que transcendiam os textos, desde a liturgia, iconologia, até a arquitetura, de modo que, a tradição literária, sobretudo teológica, ética e jurídica, ao efetuar uma autorrepresentação dos fundamentos da organização da vida social, formava o comportamento enquanto oferecia o suporte intelectual básico para assimilar a realidade. Baseando suas proposições no caráter inalterável da natureza e na capacidade redentora da religião, essa literatura atuava na modelação dos comportamentos antes de quaisquer prescrições de normas coativas. Por esse motivo, acentuam-se as funções desse *corpus* de prescrever e de transformar por meio da sua “eficácia *simbólica* de constituir imagens”, formando o intelecto e inspirando modelos de conduta simultaneamente (HESPANHA, 2010, p. 38-39, grifo do autor).

Para que essa capacidade de modificação dos comportamentos fosse eficaz, era preciso que o fundamento das atitudes prescritas pelo saber teológico-jurídico estivesse assegurado por um consenso aproximado daquilo que se concebia como justo, o que não significava a ausência de interpretações plurais e conflitantes, cabendo destacar a seguinte relação:

As soluções jurídicas letradas eram continuamente justificadas pelo facto de serem aceites pelas pessoas comuns: por serem longamente usadas (*usus receptae*), por estarem enraizadas em práticas sociais (*radicatae, praescriptae*), por corresponderem à ordem das coisas, tal como esta era geralmente concebida (*honestae, bonnae et aequae*). O próprio quadro das fontes de direito aceite pela doutrina exprime este peso do sentido comum de justiça. No topo estava o costume (*consuetudo*), a doutrina mais comumente aceite (*opinio communis*) e a prática judicial (*stylus curiae, praxis*) [...] Uma vez obtida, a decisão torna-se num osso mais desse esqueleto da vida quotidiana formado pelo “direito praticado e aceite” (*ius receptum vel praticatum*). De facto, os casos decididos integrariam o horizonte das normas morais e das expectativas da comunidade. De novo, o processo de reelaboração doutrinal do sentido social de justiça continuava (HESPANHA, 2010, p. 42).

Essa dinâmica de reciprocidade entre a doutrina e as soluções jurídicas, que encontrava seu fundamento nas práticas sociais, leva-nos a refletir que a necessidade dessa correspondência esperada pelo alcance da justiça, que também motivava a reelaboração da doutrina à luz de novas interpretações, resultava de uma mediação efetivada tanto pelos juristas e teólogos quanto pelos juízes em seu ofício por meio da relação que estabeleciam entre o repertório de seu saber e a realidade social apreendida no decorrer de sua experiência.

Por isso, é interessante notar o questionamento que Hespanha propõe ao avaliar a relevância dos textos preceptivos como testemunhos das relações sociais, perguntando se eles não estariam mais relacionados ao “*dever ser*” do que ao “*ser*”. Para o autor, a diferença entre os textos doutrinários e as fontes documentais “aplicativas” e “não intencionais”, como petições e testamentos, por exemplo, é de ordem gramatical e, uma vez que “a realidade dá-se sempre como representação”, os textos preceptivos tem a vantagem de fazê-lo de modo mais explícito, ao contrário de documentos nos quais uma série de valores permanece difusa ou oculta (HESPANHA, 2010, p. 42-43).

Nossa pesquisa se baseia na ideia de uma relação fundamental entre os princípios da teologia moral e a sua aplicação prática no processo deliberativo que resultava no estabelecimento da justiça, o que nos permite propor que o direito era criado a partir dessa mediação interpretativa nos séculos XVI e XVII, pensando principalmente o caso da Coroa de Castela e suas colônias americanas. Contudo, atualmente, mais do que isso, nós temos perseguido a ideia de que a teologia moral tinha um papel fundamental na formação do Direito, ou seja, orientava diretamente sua concepção e, o que mais nos interessa, implicava na eficácia de sua aplicação, fazendo com que as decisões jurídicas se conformassem com o possível grau de certeza e de segurança do ponto de vista das orientações morais.

A jurisprudência à luz do conceito koselleckiano de “Bildung”

Em um texto publicado originalmente em 1990, acessível por meio de uma tradução, “Sobre la estructura antropológica y semántica de *Bildung*”, Reinhart Koselleck discutia – sobre os trabalhos de história social moderna interessados no fenômeno da burguesia cultivada (*Bildungsbürgertum*) – uma ideia, para ele vaga, de que a cultura moderna teria se desenvolvido junto com a formação social da burguesia. Interessava-lhe aprofundar o sentido do conceito de burguesia cultivada e, para isso, propôs analisar separadamente os termos da

expressão para esclarecer historicamente suas distintas correspondências, afirmando que *Bildung* e burguesia não são coincidentes como fenômenos históricos (KOSELLECK, 2012, p. 49-50).

O que nos interessa nessa análise é refletir como o conceito de *Bildung* pode revelar sentidos para pensarmos o envolvimento dos homens dos séculos XVI e XVII com matérias dirigidas à formação do conhecimento e o modo como elas implicavam na edificação de virtudes, informadas pela teologia moral, que deveriam constantemente orientar a conduta e as ações práticas dos sujeitos, fossem eles letrados ou não. Isso era especialmente fundamental para os oficiais responsáveis pela administração da justiça, pois cabia a eles pesar as virtudes e os méritos das partes envolvidas em um pleito, bem como a sua própria conduta, para que a atenção dedicada correspondesse à importância da causa em questão.

É importante notar que *Bildung* não é propriamente um conceito social, o que quer dizer que uma pessoa cultivada dificilmente se definiria assim, como apontou Koselleck. Contudo, apesar de não se reduzir a grupos ou atores específicos, trata-se de um termo que exerceu influência concreta e, por isso, consiste em um fator histórico. De modo geral, “*Bildung* implica una forma particular de comportamiento y de conocimiento que se potencia a sí misma y que para poder desarrollarse depende de unas condiciones económicas y políticas. No obstante, no puede derivarse causalmente sin más de esas condiciones” (KOSELLECK, 2012, p. 51-52).

Essa palavra alemã não significa apenas educação ou instrução, nem corresponde estritamente à autoformação no sentido do sujeito autodidata. Se associada à “civilização”, em inglês e francês, *Bildung* pode expressar não um estado, mas um comportamento ativo capaz de definir âmbitos de atividade social, porém, trata-se de um conceito ocidental e de conteúdo europeu associado à sociedade burguesa e à sua renovada força política a partir do século XVIII. Também a tentativa de traduzir *Bildung* por “cultura” é insuficiente, pois se contrapõe ao conceito de natureza, uma vez que se refere ao conjunto de atividades comunitárias e seus produtos, além de fazer distinção entre aqueles produtos materiais e os espirituais. Segundo Koselleck, perde-se a especificidade e a diferenciação do uso linguístico alemão que também atribuía à *Bildung* as “disposiciones naturales, y sobre todo en el hecho de que con este término se caracteriza una actividad individual que solo puede obtenerse mediante la autorreflexión” (KOSELLECK, 2012, p. 52-53).

A noção de *Bildung* se expressa melhor quando comparada à singularidade do conceito alemão de história, *Geschichte*, ao passo que ambos se afastaram muito do contexto linguístico europeu durante o final do século XVIII, cabendo apresentar a propriedade recíproca entre reflexão e ação que fundamenta o conceito de *Bildung*:

Ambos conceptos son singulares colectivos en los que se ha plasmado conjuntamente la reflexión como condición de acciones posibles y las propias formas de acción. La historia es el ámbito en el que tienen lugar tanto las acciones reales como su reflexión histórica. *Bildung* no es una forma previamente dada que haya que realizar, sino un estado procesual que mediante la reflexividad se modifica de forma constante y activa. *Bildung* es tanto el proceso de producción como el resultado de lo producido (KOSELLECK, 2012, p. 54-55).

Para não deixar dúvidas de que originalmente o conceito de *Bildung* não tinha relação com o sujeito burguês ou com a esfera política exclusivamente, Koselleck ressaltou um sentido primordialmente teológico de grande valor para a reflexão a que nos propomos. Para isso, utilizou-se do significado do verbo alemão *bilden* e de sua correspondente atribuição ativa de criar e de dar forma, como em trabalhos que necessitam de um molde ou de uma fôrma, significado que se transferiu, ainda, para a ideia de criação espiritual. Nesse mesmo contexto teológico, desde o século XIV, *bilden* também remetia a uma conotação passiva que se fundamentava na própria ideia de Criação, responsável pela disseminação de imagens oriundas do Gênesis como a de que Deus criou o homem à sua imagem. Com base nessa noção, orientavam-se práticas como a imitação de Cristo (*imitatio Christi*) e a doutrina da imagem de Deus (*Imago Dei*). A linguagem mística também produziu expressões derivadas de *bilden* para representar o afastamento da realidade terrena em direção à união da alma com Deus, caracterizando uma fusão por meio da qual *Bildung* se convertia em *Deificatio*, informando a transformação e o renascimento do sujeito que participa de Deus por meio de sua graça.

El campo léxico de *bilden* adquiere en el lenguaje místico una fuerza y una intensidad probablemente difuminadas en los equivalentes latinos. Formar la imagen de Dios en uno mismo, transformarse [*umbilden*] a través de Cristo para participar de Dios, más aún, apropiarse de Dios para poder vivir como hombre (KOSELLECK, 2012, p. 55-56).

O sentido religioso do conceito de *Bildung* também se relacionava com a formação moral do homem a partir do interior de sua alma com base na contemplação da elevada perfeição inscrita na imagem da divindade (KOSELLECK, 2012, p. 56-57).

A fim de evidenciar como os múltiplos sentidos desse conceito estiveram presentes nos tratados jurídicos e teológico-morais dos séculos XVI e XVII, caracterizando um tipo específico de conhecimento básico e fundamental para o desenvolvimento do raciocínio, é interessante observar algumas das orientações do jurista Francisco Bermúdez de Pedraza voltadas aos professores e estudantes de jurisprudência. A que se segue, permite-nos notar a ideia de que o entendimento dependia tanto da ação direta de Deus, cuja iluminação era recebida pelos homens, quanto do próprio empenho do sujeito nos estudos, sugerindo que, assim como a graça não podia ser alcançada sem a virtude decorrente da realização dos sacramentos, o conhecimento da ciência também não podia ser obtido sem o aprendizado da doutrina por intermédio dos mestres:

El entendimiento del hombre, dixo Aristoteles, que era como una tabla limpia, en que no avia nada escrito, pero con capacidad para escribir en ella: el que lo ha de hazer es Dios, como dize san Mateo: Solo un Maestro teneis, el qual reside en los cielos, porque es el que ilustra el entendimiento del hombre, para perceber las ciencias mediãte la doctrina de los Maestros. Bien podia Dios sin instrumento humano infundir en el hombre ciencia, como en Adan, Salomon y los Apostoles, pero no dà el conomiento [sic] della, sino por la comun lei de todas las cosas. La gracia por virtud delos Sacramentos, y la ciencia por medio de los maestros y estudios (BERMÚDEZ DE PEDRAZA, 1633 [1612], p. 73).

Da mesma forma, Bermúdez de Pedraza discorreu sobre os deveres dos pais no ensino de seus filhos para que estes pudessem, desde pequenos, seguir pelo caminho da virtude que era orientado por meio das letras e da doutrina, “porque las letras con doctrina y exemplo instuyen el alma, y sugetan el cuerpo. Ama Dios mucho, dize el Filosofo, [Aristóteles] como a sus amigos, a los que cultivan el entendimiento, porque solamente del ingenio y letras merece ser alabado el hombre.” (BERMÚDEZ DE PEDRAZA, 1633 [1612], p. 9) Ao pontuar a obrigação natural dos pais de prover os filhos não apenas do alimento como também do ensino da doutrina, fica evidente como esse aprendizado estava relacionado ao aperfeiçoamento da razão, conforme o trecho: “[...] no solo la providencia del alimento corporal, pero del intelectual de la doctrina: no cumple el padre con alimentar al hijo, sino con dotrarle tambien desde pequeño para que el alimento aumente el cuerpo, y la doctrina el entendimiento” (BERMÚDEZ DE PEDRAZA, 1633 [1612], p. 7).

Depois dos pais, era o mestre, “como padre del entendimiento”, responsável pela continuidade do ensino de modo que o respeito, devido aos mestres pelos discípulos, correspondia à honra dos pais “porque como ellos lo son del cuerpo, los Maestros del alma,

Dios la forma, y los Maestros la informã, y hazen cada dia mejor, y mas perfeta con su dotrina” (BERMÚDEZ DE PEDRAZA, 1633 [1612], p. 36, 37). Nota-se também nesse trecho, a noção de que o ensino era uma mediação da iluminação de Deus que formava propriamente a alma. Também é de se destacar que a alma era indissociável do entendimento nesses argumentos e que o estudo edificava a ambos.

Se o ensino da doutrina devia começar bem cedo, a jurisprudência necessitava de uma capacidade da razão que costumava se desenvolver em idade mais avançada, aproximadamente entre a adolescência e a idade adulta. Isso porque a jurisprudência “no consiste en solo saber las leyes de memoria, sino su sentido, su inteligencia, y la razon dellas, y la razon de la razon hasta llegar a la fuente y origen de la razon natural. Y esto no es officio de la memoria, sino del entendimiento, cuyo exercicio es raciocinar” (BERMÚDEZ DE PEDRAZA, 1633 [1612], p. 13). Por isso era tão importante lograr esse exercício fundamentado no aprendizado da doutrina, que compunha um repertório moral de finalidade prática, edificando o espírito e instruindo a razão. Trata-se de um excerto característico de como na época o raciocínio estava ligado à capacidade de identificar, de relacionar e de aplicar os procedimentos doutrinários que informavam o reto uso da razão. O que quero dizer é que a formação do entendimento pela doutrina implicava um modo específico de conceber a prática da jurisprudência, ou melhor, que se punha em prática o conteúdo doutrinário na administração da justiça.

A apreensão do funcionamento da natureza como modelo para a jurisprudência

A relação de proximidade entre a atividade reflexiva e as coisas disponíveis na natureza, que se desdobra a partir do conceito de *Bildung*, permite avaliar o sentido prático das múltiplas imagens, bastante difundidas na época, construídas por meio de metáforas oriundas da observação da natureza, que produziam juízos e máximas também diversos e voltados ao aconselhamento específico de acordo com a matéria abordada.

Para aprofundar essa ideia, foi muito esclarecedor o contato com algumas das reflexões de João Adolfo Hansen que, preocupado com as particularidades da representação colonial, tomando a América portuguesa como objeto de análise e, de modo muito significativo, a atuação do jesuíta Antônio Vieira, debruça-se sobre os regimes de produção e, inclusive, de recepção dos modelos discursivos presentes na literatura própria de um contexto

que se convencionou denominar de Barroco, propiciando considerações muito enriquecedoras sobre o gênero relativo aos tratados jurídicos e teológico-morais que investigo:

As representações coloniais constituem seus públicos retoricamente como tipos hierarquizados que devem ser persuadidos acerca do que é figurado nelas. Como só é possível persuadir e ser persuadido a respeito daquilo que se conhece, elas evidenciam-se como discursos que reproduzem padrões do todo social objetivo, encenando os modelos institucionais que regulam uma experiência coletiva partilhada assimetricamente segundo as diversas posições dos autores, dos sujeitos de enunciação, dos destinatários e dos públicos empíricos na hierarquia dos privilégios. Em todos os casos, as representações reproduzem [...] uma jurisprudência dos signos partilhada coletivamente como memória social de “bons usos” (HANSEN, 2006, p. 32-33).

Optando pela ideia de sincronia entre as metrópoles portuguesa e espanhola e suas colônias americanas, dentre outras regiões, no que diz respeito à “circulação de modelos retórico-poéticos” levada a efeito, principalmente, pela atuação das ordens religiosas, Hansen sugere meios diversos de socialização e intercâmbio pelos quais eram disseminados, apropriados e adaptados os referenciais culturais em voga na Europa Ocidental (HANSEN, 2006, p. 50-51), o que expressa uma das noções fundamentais da nossa investigação que desde o início se ocupou de um espaço hispano-americano de múltiplas experiências e convergências socioculturais influenciando a administração da justiça.

Além disso, ao propor um questionamento sobre a noção de autor e, por conseguinte, de autoria no século XVII, Hansen afirma, a partir do exemplo da obra de Antônio Vieira, as práticas de atualização e, inclusive, de reciclagem das autoridades das mais diversas modalidades de discurso como a lógica, a dialética, a poética, a oratória, dentre outras, efetivadas pela produção dos letrados. De modo que, era impensável na época atribuir autonomia à pregação de Vieira, desvinculando-a da educação e da disciplina provenientes das regras da Companhia de Jesus, cujos preceitos participaram de sua formação na prática da oratória e delimitaram os parâmetros de sua atuação como jesuíta, isto é, conformaram o “dever ser” de sua ação por meio do qual ele e todos os seus irmãos em Cristo estavam habilitados a pregar. As matérias aplicadas e transformadas por Vieira, portanto, eram concebidas como um repertório comum de sua Ordem, assim como também estavam a serviço do bem comum do Império (HANSEN, 2006, p. 54-56).

A fim de pôr em evidência como as imagens provenientes da natureza eram utilizadas para instruir e provocar uma determinada apreensão sobre uma matéria é interessante observar um exemplo retirado de um capítulo em que o jurista Bermúdez de Pedraza se propôs a

demonstrar que a jurisprudência devia ser considerada uma verdadeira ciência. Como era de costume, depois de expor uma negação, baseada em um argumento de Aristóteles de que o Direito Civil, por ser diverso e inconstante, não se conformava com o caráter imutável e eterno das coisas tomadas como ciência, o jurista solucionou a questão da seguinte forma:

[...] presuponiendo, que las artes, ciencias, ò leyes no pueden ser respeto de nosotros eternas, quiero dezir, desde su principio conocidas de nosotros: pero respeto de si mismas, y de la naturaleza, son eternas, porque jamas se apartaron dela mente divina: de dõde nace que se puede dezir invetor dellas el que las conocio, y hallò primero, aunque solo Dios sea el Autor de todas. Y quanto al ser inmutables, digo, que el Derecho divino y natural (del qual como de una fuente se deriva el arroyuelo del Derecho Civil) es eterno, è inmutable. Y no es vario y mudable el Derecho Civil, porque se observe diversamente en una Provincia, que en outra; porque essa variedad y mudança es conforme al mismo Derecho natural, que dicta, que si la utilidad, ò necesidad pidiere observancia contraria a la lei, essa lo sea; porq la lei sirve al tiempo y al lugar; y lo que en uno parece util, en otro es necessario no guardarse, y los casos nuevos tienen necesidad de nueva decision. Y el mismo Dios, que dixo, que era inmutable, mudò enel Testamento nuevo mucho de lo que avia mãdado en el viejo. No obsta dezir, que siendo el Derecho natural inmutable, lo q dictò y dispuso en un tiempo, no ha de mudar en otro: porque se responde, que el Derecho natural, respeto de si, no se muda, ni es mudable, pero lo es respeto de las circunstancias, y accidentes. Con este exemplo parecerá mas claro: El aire, respeto de si, de una misma calidad es; pero variase por la variedad de las Provincias, q mas templado es en Francia, que en Alemania, ni España, pues todo es un mismo aire, el qual no se muda respeto de la sustancia, sino de los accidentes (BERMÚDEZ DE PEDRAZA, 1633 [1612], p. 18-19).

O excerto é revelador de uma noção muito específica do que se caracterizava por mudança, podendo-se dizer de outro conceito de mudança, muito mais entendido como um ajuste às circunstâncias da variedade dos tempos e lugares, ou melhor, uma atualização de antigos princípios e disposições, do que uma alteração de sentido inédito, ao passo que todas as ocorrências encontravam uma única origem em Deus. Por isso, o argumento de Bermúdez de Pedraza não tratava o Direito Civil como mutável, assim como o Direito natural do qual derivava, ao contrário, sua essência permanecia a mesma e assim também sua legitimidade, o que variavam eram as circunstâncias de sua aplicação e isso era perfeitamente lógico para o entendimento da época, como expressa a aproximação entre “*sustancia*” e “*accidentes*”,³ conceitos importantes da tradição aristotélico-tomista para explicar a natureza dos seres e das coisas.

Nesse mesmo sentido, cabe destacar o argumento do moralista Juan Machado de Chaves a favor da conveniência e da necessidade de haver diversidade de opiniões no ensino das matérias morais quando não houvesse preceito claro, afirmando o seguinte:

Digo, que assi como en la natural [sic] la variedad de miembros, se compadece bien con la unidad de un cuerpo humano; y la variedad de diferentes estados, y ministerios en la Iglesia, con la unidad de un cuerpo mistico: y tanta diversidad de cultos, ritos, y ceremonias, con la unidad de una virtud de Religion; porque todas essas cosas, aunque tan diversas, estàn ordenadas à un mismo fin, o principio: assi la variedad de opiniones no haze agravio a la unidad de la Fè, y de una dotrina Catolica; porque todas se encaminan à descubrir el verdadero fin, que guia, y conduce a la vida eterna (MACHADO DE CHAVES, 1646, s/n).

O teólogo Domingo de Soto, no intuito de defender que a lei evangélica já estava contida na lei do Velho Testamento, à semelhança do aperfeiçoamento do adulto contido na imperfeição da criança ou do animal no embrião e a árvore na semente, interpretou o seguinte:

De donde el Crisóstomo, exponiendo aquello de San Marcos, cap. 4º: *Progresivamente fructifica la tierra, primero yerba, después espigas, después plenitud de trigo en la espiga*, lo acomoda a tres géneros de leyes; pues la ley de la naturaleza sólo pudo dar yerbas; la ley de Moisés dió espigas, que la evangélica completó con plenitud de trigo (SOTO, 1926 [1553], p. 152-153. Grifos do autor).

A utilização desses excertos nos permite evidenciar como a dinâmica das coisas e dos seres na natureza, da maneira como se entendia na época, fundamentava de modo concreto os juízos em relação às matérias que se buscava propor. Muito mais do que meras ilustrações no sentido de ornamento discursivo, essas imagens produziam efeitos práticos e muito eficazes na maneira de encarar e de reproduzir as orientações dispostas nesses tratados, a exemplo do que advertiu Bermúdez de Pedraza sobre ser “amplissimo el campo de la Iurisprudencia, y brevissima la vida de los hombres para coger la diversidad de sus flores” (BERMÚDEZ DE PEDRAZA, 1633 [1612], p. 37).

Acredito que uma das mais belas imagens construídas para instruir os juízes no reto cumprimento de seu ofício e no perfeito alcance do fruto de seu labor é a da árvore dos juízes (*arbor iudicum*), proveniente da obra de Juan de Matienzo, *Dialogus Relatoris et Advocati Pinciani Senatus*, que chega até nós por meio da análise de Jesús Vallejo.

Matienzo foi um insigne autor que também atuou na administração da justiça nas Índias no século XVI, tendo incluído na referida obra de 1558 um esquema imagético dos elementos que compunham a árvore dos juízes. O esquema dispunha as virtudes associando-as às partes constitutivas de uma árvore, regada por uma chuva de caridade (*charitas*), e situava o temor a Deus (*Timor Dei*) na raiz central, sem a qual a árvore não daria o fruto representado pela justiça e equidade (*iustitia* e *aequitas*). Nas outras duas extremidades da

esquerda e da direita estavam, respectivamente, a raiz da ciência (*scientia*) e a da experiência (*experientia*) e todas as três fincadas no solo de nobreza (*nobilitas*) que as nutria. As virtudes da autoridade e da fortaleza (*authoritas* e *fortitudo*), caracterizadas pela altura e largura do tronco, eram responsáveis por lhe fornecer a integridade, protegendo-a contra os vícios que sopravam com os ventos sinalizados pelos pontos cardeais, como a ira, a inimizade, o prêmio, o poder e o afeto (*ira*, *inimicitia*, *praemium*, *potentia* e *affectio*), por exemplo. Já o invólucro do tronco devia manifestar a paciência e a humildade (*patientia* e *humilitas*). No interior da árvore, sua medula devia irrigar verdade, fidelidade e segredo (*veritas*, *fidelitas* e *secretum*). A folhagem de prudência (*prudentia*) nos galhos conservava o fruto e as flores resplandeciam cortesia, eloquência (*comunitas* e *eloquentia*), dentre outras virtudes (VALLEJO, 1998, p. 26-27).

Para lidar com a riqueza simbólica com que a imagem da árvore dos juízes dirigia as ações e a conduta dos oficiais responsáveis pelo estabelecimento da justiça, é interessante acompanhar novamente as reflexões de Hansen sobre as práticas de representação do século XVII. Ele propõe que a jurisprudência⁴ conformada por essas práticas não correspondia apenas aos modelos que serviam de referência ou de cânone para as artes plásticas e as letras, mas incluía também uma concepção específica que formulava indissociavelmente a relação entre uma ideia e a sua respectiva imagem, as quais eram processadas simultaneamente pelo juízo, ou seja, a imagem era definida como “formulação e visualização simultaneamente intelectuais e sensíveis da idéia” (HANSEN, 2006, p. 59-60). De modo semelhante à relação expressa pelo conceito de *Bildung*, Hansen também afirma que nas representações da época “Deus, Causa Primeira e Final da natureza e da história, ilumina o juízo dos autores no ato da invenção” (HANSEN, 2006, p. 59), e acrescenta:

A forma-matriz de qualquer imagem é a metáfora, pois a imagem-conceito é inventada associativamente pela fantasia aconselhada do juízo, que aproxima e condensa outras imagens-conceito fornecidas pela memória dos bons usos, estabelecendo novas associações imaginárias com elas por meio das semelhanças e diferenças que as especificam. Definida como presença da Luz divina na consciência, segundo as analogias de atribuição, proporção e proporcionalidade, a imagem faz ver, quando representada exteriormente, a Causa que orienta a operação lógico-dialético-retórica que a inventa (HANSEN, 2006, p. 59-60).

A percepção das coisas nesse período era tal que a presença de Deus se revelava nas obras humanas e, por sua vez, as obras humanas evidenciavam a presença de Deus. Mais do que um jogo de palavras, essa relação conformava uma via que levava o homem a participar

de Deus e de sua ordem. Isso fica mais claro com a afirmação de Hansen acerca da principal especificidade da representação da experiência durante o século XVII atribuída ao

modo *qualitativo* pelo qual concebem a temporalidade como emanção ou criação de Deus que inclui a natureza e a história, subordinando-as providencialmente no projeto da salvação. A representação propõe que a natureza e a história são simultaneamente efeitos criados por essa Causa e signos reflexos dessa Coisa, ou seja, que ela mesma, representação de efeitos e signos é signo e efeito (HANSEN, 2006, p. 58, grifo do autor).

Nessa altura, penso que um parêntese se faz necessário. Trata-se da análise elaborada por Zygmunt Bauman no capítulo “Guarda-caças que se tornaram jardineiros”, da obra *Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais*, na qual foi proposto que o “surgimento da modernidade foi um processo de transformação de culturas selvagens em culturas-jardins”, processo que teria adquirido ímpeto no século XVII e alcançado sua plenitude no século XIX na “extremidade ocidental da península europeia” (BAUMAN, 2010, p. 78-79).

Tomando emprestada a definição de Ernest Gellner, Bauman afirma que as culturas selvagens se reproduziam a cada geração de maneira inconsciente, sem supervisão, vigilância e sem uma nutrição especial. Já as chamadas culturas cultivadas ou culturas-jardins eram sustentadas por sujeitos letrados e especializados. Para se reproduzirem, essas culturas necessitavam de projeto e supervisão, do contrário, “seriam sobrepujadas pela selva” (BAUMAN, 2010, p. 78). Além disso, Bauman associa ao jardim o caráter de artificialidade que demanda a atenção constante do jardineiro, que deve exercer controle extirpando o prejuízo das ervas daninhas para a manutenção da ordem imposta (BAUMAN, 2010, p. 78).

O processo de transformação que levou à modernidade, por sua vez, trouxe consigo o surgimento de um novo papel, o de jardineiro, que assumiu o lugar do guarda-caça. Os guardas-caças se caracterizavam por não interferir nas plantas nem na alimentação dos animais sob seus cuidados. Eles não tinham a intenção de impor uma transformação sobre o território, apenas buscavam garantir a reprodução natural dos animais e das plantas. Ao estado de coisas, portanto, não se considerava nenhuma alternativa visando alteração. “A classe dominante pré-moderna era, em um sentido, um guarda-caça coletivo” (BAUMAN, 2010, p. 79). O jardineiro, ao contrário, era aquele a quem, conseqüentemente, atribui-se a capacidade transformadora, interventora e impositiva. “O poder que preside a modernidade (o poder pastoral do Estado) é moldado segundo o papel do jardineiro” e, nesse sentido, Bauman

afirma que o próprio termo “*cultura*” não é adequado para classificar a cultura selvagem por corresponder à uma ordem cuja imposição é o resultado da intenção dos homens (BAUMAN, 2010, p. 79-80).

Guarda-caças não acreditam muito na capacidade humana (ou em sua própria capacidade) de administrar sua própria vida. Por assim dizer, são pessoas naturalmente religiosas. Não tendo praticado qualquer tipo de “padronização”, “modelagem” ou “ajuste” da cultura selvagem que supervisionam, carecem da experiência a partir da qual se pode formar a ideia de origem humana do mundo humano, de autossuficiência do homem, de maleabilidade da condição humana etc. Sua própria falta de interferência no funcionamento espontâneo da cultura selvagem, o que constitui a virtual “intocabilidade” desta última, se reflete na sua filosofia (se é que necessitam de uma) do caráter sobre-humano da ordem mundana [...] Ela [a cultura selvagem] é vista como natureza, criação de Deus, um desígnio suportado por sanções sobre-humanas e perpetuado por tutela sobre-humana (BAUMAN, 2010, p. 80).

António Manuel Hespanha, para dar conta de afirmar a flexibilidade do Direito e o pluralismo jurídico da Europa Ocidental durante o período medieval e o início da modernidade, recorreu às várias metáforas elaboradas por Bauman na referida obra, dentre elas, a de couteiro (relativa à de guarda-caça), a fim de caracterizar o papel do jurista nesse período. Como couteiros, os juristas eram guardiões da ordem recebida como dádiva de Deus, responsáveis pela garantia, manutenção e reestabelecimento dos afetos que atraíam e uniam as pessoas, assim como as coisas na natureza, segundo a noção teológica de que a ordem fora em sua origem um ato de amor. Era o amor que nutria os vínculos sociais e dava sentido à noção de ordem. Em decorrência disso, não cabia aos juristas criar ou produzir alterações na ordem assim concebida, ao contrário, assumiam o Direito como um “dado adquirido” (HESPANHA, 2001, p. 1188-1190).

A *poiesis* jurídica não seria responsabilidade deles. Responsabilidade deles seria a de observarem, reflectirem, sentirem, acreditarem, lembrarem, meditarem e interpretarem as ordens existentes dentro, fora, acima e abaixo deles. Para realizarem uma hermenêutica ilimitada de Deus, dos homens e da natureza. E para encontrarem formas de a apresentarem de um modo que pudesse receber um consenso comunitário (HESPANHA, 2001, p. 1189, grifo do autor).

Como o leitor já deve ter percebido, o que proponho é outra noção de cultivo, diferente da que integra a metáfora do jardim planejado e controlado exclusivamente pela constante interferência humana. Com base nos sentidos invocados pelo conceito de *Bildung* e na análise dos excertos de nossas fontes, o cultivo configura para nós uma atitude de

edificação do entendimento que se prolonga para toda a vida do sujeito em um processo de aperfeiçoamento da razão, que se favorecia com as virtudes religiosas em conjunto com as matérias e práticas relativas a um determinado ofício. Se os ganhos para o entendimento eram concebidos como inspiração e graça divinas, o papel do sujeito na sua obtenção era estimado conforme o esforço, o estudo e o trabalho desempenhados no aprimoramento de suas tarefas, tornando-o cada vez mais apto a ser agraciado pela iluminação divina nesse percurso.

Com base nessa reflexão, podemos notar que, por um lado, há uma diferença entre a concepção de Direito na época e o modo segundo o qual os juízes acreditavam fazer uso dele e, por outro, nossa interpretação histórica a respeito daquilo que os juízes produziam na prática de seu ofício como resultado de seu trabalho interpretativo. Nesse sentido, podemos afirmar que os juízes criavam o Direito, seja como tratadistas ou magistrados, ao passo que a transformação que efetivavam por meio de seu discurso ou de sua sentença se relacionava à apropriação de um repertório comum e à interpretação desse saber à luz de experiências concretas. Tal atitude também se evidencia de modo sutil na concepção de mudança da época, não como novidade, mas, como ocasião de reiterar o sentido dos preceitos prévios, em cujo processo também eram favorecidos diversos precedentes para os usos futuros.

Embora a dimensão criativa fosse obscurecida pela ideia de que as matérias interpretadas pelos juízes e o próprio produto de sua interpretação derivavam da referida “mente divina” de que falou Bermúdez de Pedraza e, ao mesmo tempo, reconduziam a ela por meio da justiça concretizada, acredito que o conceito de *Bildung* permite recuperar a atitude criativa desses oficiais na produção de um Direito intimamente dependente das qualidades das circunstâncias a que se aplicava e, sobretudo, de seu intérprete, que realizava a mediação entre o saber e a experiência.

Além disso, uma vez que o critério de criação da época estava exclusivamente associado ao ato inaugural divino e aproximar-se da natureza para apreender o modo como cada ser se relaciona, como cada coisa se harmoniza, como cada conjunto cumpre uma função no todo, consistia uma observação básica, contudo muito racional para aqueles parâmetros, acredito que era perfeitamente viável a tentativa de alcançar Deus por meio dos efeitos da Criação, observando a natureza e tirando conclusões de sua dinâmica a fim de propiciar bases seguras para se refletir sobre a verdade em um mundo orientado por Deus, ou melhor, era tentar deduzir os propósitos de Deus para os homens utilizando-se da análise do

funcionamento da natureza, assim como apreender sua vontade indiciada na relação natural entre as coisas.

A formação da consciência dos juízes pela teologia moral

Durante o período investigado por nossa pesquisa, tanto clérigos na função de confessores quanto bacharéis nos cargos de juízes e demais oficiais da justiça tinham que demonstrar conhecimento nas matérias, profusamente debatidas pela teologia moral,⁵ envolvendo a segurança em seguir as opiniões de doutores, homens santos, dentre outras autoridades, a fim de solucionar causas jurídicas ou aconselhar os fiéis ajustando sua conduta e absolvendo seus pecados. Essa discussão procurava estabelecer o procedimento mais seguro para resolver dilemas morais, característicos de dúvidas sobre a licitude de uma determinada ação, sugerindo maneiras mais ou menos prováveis de encontrar uma solução justa, valendo-se do raciocínio entre o saber disposto pela doutrina e a circunstância em questão. Victor Tau Anzoátegui, importante historiador argentino do chamado *Derecho Indiano*, sintetiza o desdobramento desses debates da seguinte maneira:

Dado que en la vida moral es prácticamente imposible actuar solo cuando se tiene certeza absoluta sobre la licitud de una acción, es necesario contentarse con una certeza menos rígida. Es aquí donde empieza a pesar la *opinión*, que viene a ocupar un lugar intermedio entre la duda y la certeza. Dicha *opinión* actúa directamente sobre los *casos*—sean reales o ficticios—, y se funda en la probabilidad, que puede alcanzar distintos grados. Esto ha dado origen a diversas tendencias desenvueltas a lo largo de la Edad Moderna (TAU ANZOÁTEGUI, 1992, p. 58, grifos do autor).

Em um período em que as noções de delito e de pecado se confundiam, isto é, um contexto no qual ainda não havia uma nítida separação entre desobedecer às leis da Igreja e às leis do príncipe, todo tipo de infração cometida acabava sendo reconhecida como pecado, que, por sua vez, passou a ser politicamente atingido com sanções públicas pelas autoridades seculares. As consequências sociais desse longo processo, que teria iniciado no século XIV e adquirido maior força no século XVII,⁶ expressavam-se na dificuldade dos sujeitos de distinguir as punições provenientes do castigo de Deus nas tragédias coletivas e individuais das penas eclesiásticas e daquelas oriundas dos tribunais do príncipe (PRODI, 2005, p. 180-182, 355, 362).

Segundo Jean Delumeau, houve o impulsionamento de uma “inquietude escrupulosa” ao longo dos séculos XVI e XVII devido à necessidade de “converter em certezas as dúvidas

morais dos fiéis [...] e propiciar-lhes a segurança na ação” (DELUMEAU, 1991, p. 104-105). Para isso, foi fundamental a atuação dos moralistas no papel de “diretores de consciência” que buscaram reconfortar os ânimos com base nas alternativas propostas pela opinião provável dos doutores. O vasto conjunto de teses, responsáveis pela configuração de uma verdadeira ciência moral especializada na resolução dos chamados “casos de consciência”, ficou convencionalmente conhecido como Probabilismo,⁷ caracterizando uma doutrina cuja origem se atribui à Espanha (DELUMEAU, 1991, p. 104-108).

A discussão sobre a probabilidade das opiniões tinha como finalidade proporcionar segurança e alívio para as consciências garantindo que, ao seguir o aconselhamento de autoridades e demais homens doutos, tanto os fiéis quanto os oficiais eclesiásticos e seculares estariam livres de ofender a Deus, evitando cometer um pecado ou correndo o menor risco de cometê-lo. Isso porque as opiniões prováveis ofereciam caminhos, alternativas e pesos a serem considerados cuidadosamente a partir de uma reflexão voltada a um caso específico. A consciência, nesse período, era entendida como o próprio ditame da razão (“*dictamen rationis*”) sobre um problema concreto. Machado de Chaves afirmava que “se llama la conciencia luez de nuestras obras, y regla de nuestras acciones” e também dizia que ela era o “pratico juicio del entendimiento” (MACHADO DE CHAVES, 1646, s/n). Quando a consciência se encontrava duvidosa, por exemplo, fazendo com que o juízo ficasse suspenso pela indeterminação na escolha de uma ou de outra parte do dilema, fica mais claro como a consciência era concebida, pois “no se determina à lo que debe hazer; lo qual era necessario para que fuesse conciencia propriamente” (MACHADO DE CHAVES, 1646, s/n).

Interessado em discorrer sobre a segurança de eleger tanto opiniões teóricas quanto práticas, Machado de Chaves afirmou que a opinião especulativamente provável também era provável na prática e, por isso, podia ser seguramente seguida, conforme argumentou:

Porque es cosa imperceptible, que siendo una opinion especulativamente probable, no lo sea tambien practicamente; supuesto que la probabilidad practica, que assegura el obrar, ha de nacer forçosamente de la probabilidad especulativa; y esta solamente se distingue de aquella, como el efeto de su causa. Pues es cierto, que qualquiera accion buena, ò mala, que obra el hombre, proviene de que especulativamente juzgò que la podia hazer. Porque como dize Tomas Sanchez [...] el conocimiento especulativo, es el que mueve la voluntad para obrar practicamente. Demanera que, la opinion que especulativamente fuere probable, lo ha de ser tambien practicamente; por lo qual dixo el mismo Autor [...] que la especulacion probable en las cosas morales mirava à la practica, como a su objeto; y que por conseguinte de ninguna utilidad seria la especulacion probable, se en llegando a obrar

praticamente se hallasse impedida; pues este conocimiento especulativo es el que ha de mover la voluntad para la obra (MACHADO DE CHAVES, 1646, s/n).

Esse excerto revela as preocupações de finalidade prática com que se debruçava a teologia moral, tendo em vista que o debate documentado nos tratados estimulava e inspirava formas de especular sobre as maneiras de agir com retidão no decorrer do processo de eleição de uma opinião provável que melhor se ajustasse à especificidade da questão refletida. Deve-se destacar que Machado de Chaves aconselhou que não era preciso seguir sempre a opinião mais provável entre os doutores para que a consciência estivesse segura, justificando que isso seria uma exigência muito penosa na prática, contrariando a ideia de que “con la variedad de opiniones [...] se haze mas suave el yugo de Christo” (MACHADO DE CHAVES, 1646, s/n). Isso era válido tanto para os confesores e juízes quanto para o sujeito comum, pois, conforme a definição do moralista, a opinião provável nascia de duas raízes diferentes que indicavam que ela era provável por princípios extrínsecos, provenientes da autoridade de um doutor que ensina e aconselha, ou provável por princípios intrínsecos, como resultado da razão fundamentada por aquele que julga. Consequentemente, para que uma opinião fosse provável e segura, bastava “fundarse en algun fundamento no leve [...] no es leve, sino antes mui grave la autoridad de qualquiera hombre docto, y piadoso” (MACHADO DE CHAVES, 1646, s/n). De maneira mais enfática, “el parecer del Maestro, del Confessor, y de qualquiera hombre docto consultado haze opinion probable, no solo para el indocto [...] sino tambien para el docto” (MACHADO DE CHAVES, 1646, s/n).

Dentre os conselhos do moralista, é interessante destacar que, em caso de consciência duvidosa, desde que o sujeito fosse de “*buena fe*”, podia agir conforme a opinião que encontrasse a seu favor depois de ter refletido com diligência, não sendo obrigado a seguir a opinião mais segura ou mais provável. O mesmo valia para quem optasse pelo “*dictamen de la prudencia*” para solucionar uma dúvida, especialmente quando não havia uma resolução precisa sobre o caso por parte do Direito, como se expressa a seguir:

Y assi aplican para esta dotrina todas las reglas generales, y principios de Derecho dispuestos en favor del reo [...] Las quales reglas, como nota Salas [...] y otros muchos Dotores, no solamente sirven, y deben aplicar para el fuero exterior, sino tambien para el interior; porque tambien en este fuero en su manera se exerce juizio, y la misma persona se constituye, no solo por acusador, y reo, y defensor de si mismo, sino tambien en su modo por juez; y como tal puede en el dar la sentencia en favor, siendo el Derecho dudoso, favoreciendose assimismo como a reo que es (MACHADO DE CHAVES, 1646, s/n).

Em nossa pesquisa, as orientações que a teologia moral dispunha sobre as maneiras seguras de julgar com honestidade e retidão são consideradas imprescindíveis para entender os fundamentos da administração da justiça no mundo hispânico no período colonial, principalmente, no que diz respeito às ponderações íntimas que levavam os juízes a sentenciar, cujo sentido temos o intuito de aprofundar com base no que propomos como a formação de sua consciência, isto é, de seu juízo prático (RUIZ, 2014). Essa ideia se torna relevante quando nos aproximamos da vigência de um saber disponível pela doutrina que devia ser compartilhado em todos os níveis por meio dos laços de sociabilidade católica, como se evidencia na descrição de nosso moralista sobre a responsabilidade dos ofícios e ministérios de sacerdotes, curas e confessores, afirmando que eles eram “Angeles del Señor de los Ejercitos, y sus labios la custodia de la ciencia de los quales ha de aprehender el pueblo la doctrina, y enseñanza de la leyes, y preceptos de Dios, y las dudas que acerca de su cumplimiento se ofreciere” (MACHADO DE CHAVES, 1646, s/n). De maneira análoga, Bermúdez de Pedraza concebeu o resultado do trabalho dos juristas:

Los Iuristas son verdaderos religiosos, no en el habito, sino en el animo, usando de equidad y justicia, que por esto se llama no solo religioso, pero religiosissimo el Emperador Iustiniano: y Hostiense dixo, que el Iuez, ó Abogado, que observaba el Derecho como debia, hazia tan buena vida, como el religioso. Y primero que todos avia dicho Ciceron, que el oficio del Iuez enseñaba religion, pues con suma sabiduria hazia lo que le mandaba la lei, castigando por ella el amigo, y premiando al enemigo (BERMÚDEZ DE PEDRAZA, 1633 [1612], p. 30-31).

Bermúdez de Pedraza, de modo semelhante ao moralista, também relatou a dinâmica entre a prática e a especulação que fazia da jurisprudência uma verdadeira ciência, sendo interessante observar que a especulação devia favorecer a busca por razões que permitissem resolver os casos na ausência de leis que os determinassem:

[...] la Iurisprudencia tiene su modo científico concluyente, segun sus razones y causas: demas de que los Iuristas tambien usan de argumentos lógicos [...] Y no solo es ciencia practica, que sirve al uso humano, pero también especulativa; porque no estan determinados por lei todos los casos que suceden, y es menester determinarlos por las reglas universales. Y esto no se puede hazer sin especulaciõ, procediendo por razones, argumetos, similes, è inducciones: porque es miserable el entendimiento del Letrado, dize Paulo, que respõde a los casos por solo lo que halla escrito. Y no solo es ciencia, pero sapiencia [...] y Ulpiano el mas copioso de los Consultos la llama, Arte de conocer lo que es bueno, ò malo (BERMÚDEZ DE PEDRAZA, 1633 [1612], p. 22).

Como vimos anteriormente, Bermúdez de Pedraza afirmou que o cultivo do entendimento encontrava suas bases no saber disponível pela doutrina católica, permitindo ao sujeito ser capaz de refletir e de raciocinar. No caso do oficial da justiça, viabilizava-se a capacidade de interpretar com autonomia, uma vez que ele já tivera sido educado nas matérias básicas com as quais pudesse apoiar futuramente suas ponderações. Se incluirmos, ainda, a noção ricamente expressa pelo excerto de que a jurisprudência era a “Arte de conocer lo que es bueno, ò malo”, podemos afirmar, com base nos próprios argumentos do jurista, que era a doutrina católica que (in)formava a essência dessa distinção e, por conseguinte, no que diz respeito à natureza das ações nesse sentido, era a teologia moral responsável na época por estabelecer o que era bom ou mal e as nuances com que as atitudes dos sujeitos podiam resultar em inocência ou culpa e em salvação ou pecado.

No aprofundamento da formação da consciência, também contamos com questões valiosíssimas propostas por Domingo de Soto, como a que se revela no seu esforço de comparação entre a lei velha do Antigo Testamento e a lei nova do Evangelho, afirmando uma relação de amadurecimento de uma para a outra e, inclusive, dos sujeitos sob a vigência delas. Segundo o teólogo, a virtude da lei evangélica, manifesta em seus respectivos escritos, “es instruir y dirigir el entendimiento e ilustrar las mentes” (SOTO, 1926 [1553], p. 126). Cristo, doador da nova lei, aperfeiçoou os preceitos ensinando sua legítima inteligência, como, por exemplo, nos casos de homicídio e adultério, “cuyo sentido habían depravado los fariseos, enseñando que allí solamente se prohibía el hecho, no el ánimo; pues Cristo enseñó que también se comprendían allí los afectos del alma” (SOTO, 1926 [1553], p. 152).

Para afirmar de que maneira Cristo dispôs leis a todo o mundo e como informou perfeitamente todos os costumes humanos tanto no interior quanto na superfície, Soto disse que o Senhor, como sábio arquiteto, “echó el primer fundamento de toda la fábrica cristiana, el cual en las cosas morales es el fin a donde se ordenan todas las costumbres. Mas el fin de nuestras costumbres es la bienaventuranza y felicidad” (SOTO, 1926 [1553], p. 171). Assim também ordenou temporalmente os ânimos, de onde procedia a raiz das obras, aconselhando os homens a se absterem das más obras e, do mesmo modo, que se mantivessem limpos de tais afetos, pois “Dios, escrutador de los corazones, gózase en lo interior de los pechos por encima de todas las obras. Además, rectificó también la intención del fin, de donde emana principalmente la alabanza o vituperio de la obra” (SOTO, 1926 [1553], p. 172). Em função

disso, Cristo esclareceu a noção mal interpretada pelos fariseus de que a culpa provinha só da obra e não de sua inclinação (“*afecto*”), como demonstrou Soto:

Y, además, tal vez (según creo) porque no viendo que por las internas comociones del ánimo, que no prorrumpan en obras, se irrogue al prójimo daño alguno, no veían [os fariseus] tampoco en ellas injusticia alguna; mas Cristo enseñó que ellas eran malas, no sólo porque son causa de las obras, sino porque de suyo son injuriosas. Pues el odio al prójimo es injuria (SOTO, 1926 [1553], p. 173).

Embora a lei antiga pudesse ser considerada mais grave pela numerosa e penosa quantidade de cerimônias e juízos, enquanto a lei nova contava apenas com os sacramentos, Soto argumentou que a lei evangélica era mais grave por proibir tanto os atos externos quanto os atos internos, em cuja repressão havia angústia e dor, conforme a seguir:

Si consideras la dificultad por el modo de obrar, y tienes en cuenta la que Cristo expresó, es en cierto modo más gravosa la nuestra [lei evangélica]; más precisamente a aquellos que no son imbuídos en los hábitos de las virtudes. Pues nos declaró expresamente que compusiésemos los movimientos del alma, los cuales, como dice Aristoteles (5.º Ethic.), es difícilísimo de reprimir a los que carecen de hábito. Pues, dice, que obrar lo justo es fácil; pero que obrar justamente, es decir, con prontitud y alegría de ánimo, es muy difícil, hasta que se dulcifiquen las virtudes por hábitos ingénitos (SOTO, 1926 [1553], p. 155-156).

O destaque desse excerto se justifica por ser extremamente significativa a distinção entre “*obrar lo justo*” e “*obrar justamente*”, sinalizando que para praticar devidamente a lei de Cristo não importava simplesmente a ação desprovida do ânimo que a motivasse, de modo que, mais do que agir conforme o que era justo, era preciso agir com retidão, o que significava estar consciente da disposição do ânimo frente ao ato, ou melhor, que o ânimo fosse compatível ao ato justo. A “*alegría de ánimo*”, que devia satisfazer a ação de seu promotor, revela, ainda, que sentir-se bem ao fazer o que é justo – em contrapartida, conviver com o pesar do arrependimento em ter feito algo injusto – configura um processo de interiorização dos princípios da doutrina em que a maior preocupação era com o fundamento das ações, mais do que a simples execução do ato em si. Esse excerto, de modo bastante significativo, permite-nos não apenas sustentar a hipótese proposta por nossa pesquisa de que nos séculos XVI e XVII houve um intenso processo de formação da consciência, como também, propor de maneira mais precisa o que consistia essa formação, por meio da qual se procurou educar os sujeitos na esfera íntima, fazendo com que tivessem que se dispor ao justo internamente para que assim pudessem nortear, ajustar e motivar suas ações.

Para que não se corra o risco de concluir automaticamente que esses argumentos eram favoráveis a um disciplinamento severo, é interessante notar que, logo em seguida, Soto ressaltou os princípios do Evangelho que, por meio da figura de Cristo, expressavam a leveza necessária para sua incorporação e prática. Isso porque o teólogo propôs que, embora o Evangelho tenha deixado à Igreja a faculdade de acrescentar novas sanções, os prelados usassem dela com moderação “para que no hagan molesto y acerbo el yugo del Maestro, que quiso El fuera leve y suave” (SOTO, 1926 [1553], p. 156-157). Em relação à doçura e leveza da lei de Cristo, a natureza de seus preceitos era menos pesada que a lei antiga, pois, “aunque parezca rígida la prohibición del movimiento interno, es, sin embargo, más suave para evitar la obra” (SOTO, 1926 [1553], p. 157-158). Reforçando essa ideia, também acrescentou a advertência de Santo Agostinho de que “*la misma religión nuestra quiso la misericordia de Dios que fuese libre en los manifestísimos y poquísimos sacramentos de sus ritos*” (SOTO, 1926 [1553], p. 157, grifos do autor).

Considerações finais

Em nossa trajetória de pesquisas, foi privilegiado o estudo do Direito e da administração da justiça na América colonial nos séculos XVI e XVII a partir da perspectiva de um espaço geográfico e cultural hispano-americano, no qual a tradição jurídica e moral da metrópole se flexibilizou de modos diversos de acordo com a dinâmica das esferas locais ditada pela experiência, implicando no desenvolvimento de praxes jurídico-administrativas.

Nas reflexões da investigação mais recente, abordadas por esse artigo, pretendemos tomar a consciência dos juízes como um objeto histórico, considerando seu impacto prático para a administração da justiça ao partimos do conceito de consciência em vigor na época, entendida como o próprio ditame da razão ou o juízo prático diante de um dilema concreto que demanda uma solução. Como o direito dispunha de uma ampla margem de interpretação devido à enorme quantidade de normas de diferentes naturezas e à necessidade de ajustá-las segundo a especificidade dos casos, muitas vezes não abrangidos diretamente por elas, a consciência dos juízes se torna relevante por estabelecer o justo e o injusto acerca das causas e de seus envolvidos, sendo fundamental na produção das sentenças.

Quando propomos o estudo da formação da consciência dos juízes, estamos preocupados com um saber intimamente relacionado aos ensinamentos da fé católica e que

permeia o conteúdo dos tratados jurídicos e de teologia moral, cujo caráter formador atribuímos ao fato de terem configurado repertórios doutrinários de importância prática para os juízes. Porém, como nem todos os oficiais da justiça eram letrados, não propomos que esses tratados fossem a fonte exclusiva desse saber, ao contrário, temos perseguido a ideia de que esse saber, uma vez disseminado, acessível e dinamizado pela sociabilidade católica, permitia vias de assimilação diversas que, no caso da administração da justiça, podia ser obtido por meio da própria experiência cotidiana, sobretudo, por meio de uma dinâmica de resolução de conflitos baseada na tentativa e erro.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. Guarda-caças que se tornaram jardineiros. In: _____. *Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 78-99.
- DELUMEAU, Jean. *A confissão e o perdão: as dificuldades da confissão nos séculos XIII a XVIII*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GÓMEZ CAMACHO, Francisco. “Probabilismo y toma de decisiones en la Escolástica española”. *Historia de la Probabilidad y de la Estadística*, Madrid, A.H.E.P.E., p. 81-102, 2002.
- HANSEN, João Adolfo. “Barroco, neobarroco e outras ruínas”. *Floema Especial*. Ano II, n. 2 A, p. 15-84 out, 2006.
- HESPANHA, António Manuel. Categorias. Um pouco de teoria da história. In: _____. *Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 13-45.
- _____. Os juristas como couteiros. A ordem na Europa ocidental dos inícios da idade moderna. *Análise Social*, vol. XXXVI (161), p. 1183-1208, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. Sobre la estructura antropológica y semántica de *Bildung*. In: _____. *Historia de conceptos. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Traducción de Luis Fernández Torres. Madrid: Editorial Trotta, S. A., 2012. p. 49-93.
- PRODI, Paolo. *Uma história da justiça: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- RUIZ, Rafael. A formação da consciência do juiz no Vice-reinado do Peru. *Revista de História USP*. São Paulo, n. 171, p. 317-350, jul.-dez., 2014.
- TAU ANZOÁTEGUI, Victor. *El poder de la costumbre, Estudios sobre el Derecho Cosuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001.
- _____. *Casuismo y Sistema. Indagación histórica sobre el espíritu del Derecho Indiano*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1992.
- VALLEJO, Jesús. “Acerca del fruto del árbol de los jueces. Escenarios de la justicia en la cultura del *ius commune*”. *Anuario de la Facultad de Derecho UAM*, Madrid, n. 2, p. 19-46, 1998.

Fontes

BERMÚDEZ DE PEDRAZA, Francisco. *Arte legal para el estudio de la Jurisprudencia*. Nuevamente corregido y añadido en esta segunda edicion. Con declaracion de las rubricas de los diez y seis libros del Emperador Iustiniano. En Madrid por Francisco Martínez a costa de Domingo Gonçalez mercader de libros, 1633.

MACHADO DE CHAVES, Juan. *Perfeto confessor y cura de almas*. Tomo Primero, Dividido en tres libros, en que se forma una metafisica dela Teologia Moral, conducida de los principios universales, y reglas generales de ambos Derechos, para la deduccion, y conocimiento de las Doctrinas especiales, pertenecientes à los tres Estados de la Republica Christiana, de que se trata en los quatro Libros restantes del segundo Tomo. Madrid. 1646.

SOTO, Domingo de. *Tratado de la Justicia y el Derecho*. Tomo II. Vertido al castellano por D. Jaime Torrubiano Ripoll. Madrid: Editorial Reus (S. A.), 1926.

Notas

¹ As seguintes pesquisas, financiadas pela FAPESP na modalidade de Iniciação Científica, foram motivadas pelo antigo projeto temático do meu orientador RUIZ, Rafael. “JP Direitos e Justiça nas Américas”. Processo nº: 2007/55040-6: “Costumes e Justiça no Cabildo de Corrientes no século XVII (1647-1658)”. Processo nº: 2010/05091-6. Vigência: 01/04/2010 a 31/03/2011; “Tomo V (1636-1660) dos *Acuerdos de la Real Audiencia de la Plata de los Charcas*”. Renovação de 8 meses de 01/04/2011 a 30/11/2011; “Casuísmo e Sistema jurídicos nas obras de Juan de Solórzano e Miguel de San José (séculos XVII e XVIII)”. Processo nº: 2012/05180-4. Vigência: 01/06/2012 a 31/05/2013.

² O presente artigo é resultado das atuais reflexões que permeiam a pesquisa de mestrado, sob a mesma orientação, que também desenvolvo com o auxílio da FAPESP: “A formação da consciência dos juizes a partir do ensinamento jurídico nas obras de Bermúdez de Pedraza, Machado de Chaves e Soto (séculos XVI-XVII)”. Processo nº: 2013/27132-4. Vigência: 01/05/2014 a 30/04/2016.

³ A tradição aristotélico-tomista propunha que os seres, como as pessoas, as plantas e os animais, deviam ser tomados como “substâncias” quando considerados individualmente. Todavia, as substâncias só podiam ser conhecidas indiretamente por meio dos sentidos, que identificavam suas propriedades chamadas de “acidentes”, como a sua cor, seu sabor, sua extensão, dentre outras características. Essa ideia de natureza correspondia ao que se entendia por visão estática. A visão dinâmica, por sua vez, consistia na distinção de forças e movimentos naturais ou violentos em relação às substâncias. Acreditava-se que cada coisa havia sido criada com uma determinada finalidade em si mesma e era esse fim que dispunha uma tendência a um determinado comportamento por parte da substância, isto é, indicava uma forma que lhe era própria e natural, como, por exemplo, uma árvore que dá um tipo de fruto e não outro, o gato que tende a caçar ratos ou o fogo que queima. Sendo assim, qualquer tentativa de afastar as substâncias de sua tendência natural era considerada uma violência (GOMÉZ CAMACHO, 2002, p. 89-90).

⁴ “[...] a linguagem é, antes de tudo, uma *jurisprudência* ou usos autorizados dos signos, que prescrevem que todas as imagens discursivas, plásticas, musicais e gestuais, dever ser *boas* imagens reguladas ou controladas em regimes analógicos de adequações verossímeis e decorosas” (HANSEN, 2006, p. 59, grifos do autor).

⁵ No mundo hispânico, os debates em torno da teologia moral ganharam novos estímulos a partir do século XVI devido à reforma protestante e à descoberta da América com a conseqüente experiência de colonização. Nesse contexto, tornou-se cada vez mais importante o papel da doutrina católica que buscou regular e solucionar a profusão de problemas de consciência de seus fiéis (TAU ANZOÁTEGUI, 1992, p. 57-58).

⁶ Sobre esse processo, Paolo Prodi afirma que o “Estado tende a criminalizar o pecado para fazer dessa criminalização um instrumento de poder”, de modo que, durante o século XVII teria ocorrido uma “juridicização da consciência” em função do avanço da lei positiva. Segundo Prodi, a “moral se juridiciza e o direito se moraliza, colocando em movimento um processo de criminalização do pecado, de um lado, e um processo de condenação moral do ilícito civil ou penal, de outro”, destacando que se tratava de um processo que esteve relacionado a “uma nova concepção da política, que tende não apenas a controlar o homem a partir do exterior, mas também a modelá-lo e a formá-lo na consciência [...]” (PRODI, 2005, p. 200, 232-233, 357, 359-360, 362-363).

⁷ Embora seja um termo tardio da segunda metade do século XVII, Jean Delumeau afirma que o Probabilismo tem sido tratado como uma doutrina surgida no século XVI, fundada pelo dominicano Bartolomé de Medina, teólogo e docente da Universidade de Salamanca (DELUMEAU, 1991, p. 99, 104).

O “BRASILEIRO” COMO TIPO PORTUGUÊS: O USO DE UM ESTEREÓTIPO CULTURAL NA REFLEXÃO SOBRE A SOCIEDADE PORTUGUESA EM AS FARPAS (FEVEREIRO DE 1872)

THE “BRAZILIAN” AS A PORTUGUESE TYPE: THE USE OF A CULTURAL STEREOTYPE IN THE THOUGHT ABOUT THE PORTUGUESE SOCIETY IN “AS FARPAS” (FEBRUARY 1872)

Rômulo de Jesus Farias BRITO*

Palavras-Chave: Neste artigo, é realizada a análise de um texto produzido por Eça de Queiroz acerca do “brasileiro”, presente na edição de fevereiro de 1872 da publicação *As Farpas*, a fim de compreender como o autor utiliza este personagem-tipo na reflexão sobre a sociedade portuguesa. O “brasileiro” constituiu-se em um estereótipo cultural existente no imaginário social e na literatura portuguesa do século XIX. Partindo da hipótese de que o emprego do “brasileiro” neste documento está perpassado por uma profunda reflexão acerca da identidade portuguesa, no qual o autor fez uso das relações culturais luso-brasileiras, este trabalho analisa os usos desta expressão neste escrito de Eça de Queiroz.

Palavras-Chave: Relações luso-brasileiras, História de Portugal, Eça de Queiroz, Personagem-tipo.

Abstract: In this article, it's done an analysis of a text produced by Eça de Queiroz about the "brazilian", present in the February 1872 edition of the publication *As Farpas* in order to understand how the author uses this character-type in the thought about portuguese society. The "brazilian" consisted in an existing cultural stereotype in the portuguese social imaginary and literature of the nineteenth century. Assuming that the use of "brazilian" in this document is permeated by a deep reflection on the Portuguese identity, in which the author made use of the luso-brazilian cultural relations, this paper analyzes the uses of that term in this written of Eça de Queiroz.

Keywords: Luso-brazilian relations, History of Portugal, Eça de Queiroz, Stock character.

Introdução

Neste tempo, aconteceu chegar ao convento a notícia de ter aparecido em Barrosas um brasileiro muito rico, procurando novas de uma irmã que deixara, quando, em criança, fora para a América. (...) E, quinze dias depois, o brasileiro, chorado e lamentado dos amigos, embarcava em um dos seus navios, aroando às praias de Santa Cruz (...). A colônia de brasileiros portuenses longo tempo chorou a sorte dura de Fialho.

Camilo Castelo Branco – *Os brilhantes do Brasileiro*, 1869.

Deslocado do contexto de sua narrativa, um breve olhar sobre estes trechos da obra de Camilo Castelo Branco conduziria o leitor a algumas aparentes incoerências em

* Mestre em História - Doutorando - Programa de Pós-graduação em História - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Campus Central, CEP: 90619-900, Porto Alegre, Rio Grande do Sul - Brasil. Bolsista CAPES. Email: romulojfbrito@hotmail.com

certas caracterizações. Dentre estas, a expressão “brasileiros portuenses” talvez seja a mais estranha, confundindo adjetivo e substantivo ao falar de brasileiros nascidos em Porto, Portugal. As contradições existentes neste segmento se desfazem, no entanto, com a percepção de que a descrição não se refere a um indivíduo natural do Brasil, mas a uma das mais conhecidas personagens-tipo da literatura e do imaginário português ao final do século XIX.

O termo “brasileiro”, empregado originalmente para designar o indivíduo nascido em território brásílico, passou a ganhar em Portugal outro significado no decorrer dos Oitocentos (CESAR, 1969, p.18), quando o Brasil já se encontrava independente politicamente de sua outrora metrópole. Gradativamente, a expressão começou a ser utilizada em referência ao chamado português “torna-viagens”, ou seja, o indivíduo que partira para o Brasil em busca de melhores condições de vida e acabava por retornar ao país de origem,

É notável que o trânsito de portugueses em direção ao território brasileiro para exercer diversas ocupações, dentre as quais o trabalho na lavoura, mineração, imprensa periódica e comércio, se tornou cada vez mais frequente desde o período colonial, permanecendo em crescimento mesmo após a emancipação política. Anos após sua partida, alguns destes viajantes, obtendo ou não sucesso em sua empreitada, retornavam a Portugal. Durante o Oitocentos, este português, o outrora emigrado para o Brasil, começou a ser visto por seus conterrâneos de forma estereotipada como o “brasileiro” (MACHADO, 2005, p.48), um indivíduo cujos hábitos, resultantes de um amálgama entre os costumes portugueses e suas experiências no Brasil, gerariam estranhamento em seus compatriotas. A difusão e consolidação desta figura no imaginário social português pode ser observada a partir do número de referências encontradas na literatura portuguesa ao final do século XIX. O “brasileiro” tornou-se uma personagem recorrente em diversas narrativas literárias produzidas em território luso naquele períodoⁱ, além de objeto de numerosas análises recentes, oriundas especialmente dos estudos literários.

Dentre os textos de autoria portuguesa que traziam o “brasileiro” como eixo temático ou personagem de uma narrativa, um dos mais conhecidos, especialmente devido à notoriedade de seu autor em ambos os lados do Atlântico, é o escrito produzido por Eça de Queiroz que integrou a edição de fevereiro de 1872 do periódico *As Farpas*. Nesta publicação mensal, projeto conjunto de Eça e Ramalho Ortigãoⁱⁱ, eram realizadas várias crônicas satíricas sobre o cotidiano português em suas diversas esferas, da política à produção literária. A edição citada possuía, entretanto, uma importante

peculiaridade. Suas 96 páginas foram inteiramente dedicadas a analisar aspectos da primeira viagem realizada por D. Pedro II em Portugal, sendo iniciadas pelo título “Fastos da peregrinação de Sua Majestade Imperador do Brasil por estes reinos”.

Nesta obra, os autores realizaram uma extensa narrativa sobre a passagem do monarca pelo continente europeu. Com um texto em forma de carta direcionada diretamente a D. Pedro II, foram abordados temas como o comportamento do Imperador, particularidades da sociedade portuguesa oitocentista, os preparativos oficiais para a recepção, dentre outros tópicos (BRITO, 2013). Apenas o escrito de Eça de Queiroz ao final da obra parecia, aparentemente, destoar da temática central, dedicando-o à abordagem exclusiva da figura do “brasileiro”.

Tal escrito já foi objeto de análises que abordaram sua composição a partir das relações culturais e literárias luso-brasileiras ou focaram sobre a polêmica gerada no Brasil a partir de sua leitura, que teria originado protestos contra o autor e a comunidade portuguesa no país. Em seus distintos enfoques e propostas, tais estudos acabam, entretanto, por não relacionar a produção deste texto de Eça de Queirós ao processo de questionamento que ocorria em Portugal no período.

Para a reflexão pretendida aqui, é fundamental a constatação de que sua publicação se deu em um momento de grande contestação das estruturas políticas e culturais de Portugal por parte de um grupo de intelectuais que ficou conhecido como “geração de 70” ou “geração nova”, dentre os quais estavam Antero de Quental, Oliveira Martins, Teófilo Braga, assim como os próprios Eça e Ramalho. Os indivíduos ligados a este grupo tinham como eixo comum, apesar de algumas divergências entre suas influências teóricas e preferências políticas, a concepção de que o país passaria por uma profunda “decadência” enquanto nação (PIRES, 1992, p.23) e que mudanças se faziam urgentemente necessárias, tomando especialmente a Europa transpirenaica como referência (CALAFATE, 2006, p.13).

A defesa destas concepções se deu através da vasta atividade política, jornalística e literária de seus membros, além de eventos como a Questão Coimbrã (1865-66) e as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense (1871), esta da qual o próprio Eça de Queiroz foi um dos conferencistasⁱⁱⁱ. Tais ações, observadas no início de suas atuações, possuíam como principal objetivo promover uma problematização pública da situação de Portugal ao final do século XIX, pensando-o à luz de novas teorias de interpretação social e científica, assim como das transformações observadas em outros países europeus.

Este questionamento sobre a situação de Portugal integrava um complexo processo de redemarcação da identidade e cultura portuguesa que se deu após a emancipação política do Brasil em 1822. A perda de sua principal colônia, grande marco no declínio do Império português, assim como a nova situação política com a instauração da monarquia liberal, conduziu muitos intelectuais a problematizar Portugal enquanto país, povo e cultura (PAREDES, 2012, p.157-158).

Pensada a partir desta problemática, a peculiaridade do texto de Eça de Queiroz reside na maneira como este empregou a figura do “brasileiro” em sua argumentação. O autor não apenas realizou a apresentação do personagem-tipo ou usou uma figura com tais características em sua narrativa. A elaboração textual de Eça envolve uma desconstrução da imagem do “brasileiro” a partir de um complexo jogo de sentidos sobre a expressão em questão, utilizando-a de forma singular em sua reflexão.

A constituição de um tipo intitulado “brasileiro” em Portugal durante o Oitocentos é um ponto basilar na reflexão sobre as relações culturais e definições identitárias que se seguiram à nova situação política em relação ao Brasil. Neste sentido, um texto sobre esta personagem-tipo em uma narrativa produzida sobre a viagem de um monarca brasileiro ao país, elaborado por um intelectual ligado à “geração de 70” e em meio à problematização sobre Portugal, é sintomático deste processo. Estas constatações acabaram por delinear as principais problemáticas que conduzem o presente trabalho.

Qual o objetivo de Eça de Queiroz ao problematizar esse personagem-tipo? Este escrito se inseriria em um questionamento mais amplo sobre a situação de Portugal ao final do século XIX? Porque dedicar 14 páginas desta edição voltada à passagem de D. Pedro II por Portugal a uma análise sobre o “brasileiro”? Estes são os questionamentos que o presente estudo tenta elucidar.

Apesar deste escrito já ter sido objeto de análises sobre Eça de Queiroz, a literatura portuguesa ou as relações culturais luso-brasileiras, seu potencial como eixo de reflexão para um estudo acerca da definição das identidades nacionais e demarcações culturais entre Portugal e Brasil por parte de uma intelectualidade portuguesa ao final do Oitocentos é pouco explorado. Mesmo nas análises nas quais tal ponte chega a ser estabelecida, os usos que Eça faz destas conexões culturais em um possível questionamento à sociedade portuguesa permanecem basicamente sem investigação. Da mesma forma, seu enquadramento na temática tratada em toda a edição de fevereiro de *As Farpas* praticamente não é abordado.

Desta maneira, a seguinte análise parte da hipótese de que o uso deste personagem-tipo neste texto específico de Eça de Queiroz está diretamente ligado à problematização sobre a sociedade portuguesa que se dava naquele momento, além de fazer uso das relações culturais luso-brasileiras, sintetizadas na figura do “brasileiro”, para a reflexão sobre Portugal. Tal processo, portanto, passa diretamente pelo desenvolvimento da demarcação identitária e cultural entre Portugal e Brasil no século XIX. Elucidar os usos do “brasileiro” neste escrito permite compreender algumas nuances do questionamento realizado por uma intelectualidade, especialmente a “geração de 70”, acerca de Portugal, assim como das definições culturais estabelecidas entre os dois países ao final dos Oitocentos.

Na medida em que acompanha a narrativa estabelecida por Eça neste documento, a análise a seguir tentará elucidar toda a argumentação estabelecida pelo autor. Em um primeiro momento, serão apresentadas, através do texto, algumas das características que comporiam essa personagem-tipo no imaginário social português, além de contrapor tais elementos aos traços que eram atribuídos pelos brasileiros natos ao imigrante português. No segundo segmento, se buscará compreender o jogo dos sentidos empregados com o uso da expressão “brasileiro”, os elementos utilizados por Eça de Queiroz na fundamentação de suas opiniões e, especialmente, como as relações estabelecidas entre Portugal e Brasil em sua obra são empregados no questionamento à sociedade portuguesa.

A caracterização do “brasileiro” como tipo português

Apesar do texto de Eça de Queiroz ser o principal segmento no que tange ao personagem-tipo em questão, ele não foi o único a citar o “brasileiro” na edição de fevereiro de *As Farpas*. Antes da seção final, Ramalho Ortigão destacou um brevíssimo trecho da obra para descrever suas características. Tal citação se deu em um momento onde o autor buscava estabelecer e apresentar ao Imperador do Brasil uma tipologia da sociedade portuguesa que o monarca encontrara durante sua passagem por Portugal. Dentre categorias que variavam de ocupações profissionais a comportamentos, o “brasileiro” emerge como tipo português:

O Brasileiro. Conhece por certo Vossa Majestade o brasileiro de Minas Gerais, o de Mato Grosso, o do Catete, o da Tijuca e o da rua do Ouvidor: este não é o nosso brasileiro. Há dias líamos no registro dos leitores de uma biblioteca o seguinte: Fulano de tal – profissão, brasileiro – naturalidade, Mesão Frio. Este, imperial senhor, é o nosso

brasileiro. Ele habita o Pedro Alexandrino e frequenta os banhos sulfúricos do doutor Lourenço, o Club Lisbonense e algumas boticas. Tem muito dinheiro, o que o não impede de ter várias moléstias. As orelhas dele são geralmente lívidas e separadas do cranco. Ainda acamarado com outros, e encontram-se sempre em turmas ou no passeio de S. Pedro de Alcântara, onde costumam sentar-se ou nas carruagens do caminho de ferro onde descalçam as botas, ou no Pedro Alexandrino onde vagueiam num silêncio misterioso embuçados nas suas capas. Perfeitamente respeitáveis pela sua iniciativa e pelo seu trabalho, constituem uma espécie de tribos, sem pátria que o adote, porque em Portugal chamam-lhe galegos. São esses que aí vão – de bengalas de unicórnio na mão e alfinetes de brilhantes no peito das camisas. (AS FARPAS, 1872, p. 22-23)

A breve explanação de Ramalho Ortigão é importante por demarcar o sentido da expressão “brasileiro” que serve de base para a presente análise, distinguindo o “torna-viagens” português do brasileiro nato. Se no caso dos súditos do Imperador esta terminologia estaria relacionada à naturalidade, para a sociedade portuguesa estaria ligada diretamente ao comportamento e a algumas peculiares características que o outrora emigrado demonstraria. A fim de caracterizar este tipo, Ramalho fez referências a locais do cotidiano português e indicou alguns comportamentos, elementos que permitem a intelecção de alguns dos seus principais traços no imaginário português. Dos elementos que mais se destacam, está a representação do “brasileiro” como um indivíduo possuidor de várias doenças e detentor de muito dinheiro.

O elemento mais significativo deste trecho, entretanto, é a afirmação de que os “brasileiros” portugueses constituiriam praticamente uma “tribo”, sendo indivíduos sem uma pátria. A constatação de Ramalho já aponta para a ideia de que o “torna-viagens”, ao voltar para Portugal, não seria visto por seus conterrâneos, e talvez nem se identificasse como um português, uma vez que este apresentaria características peculiares que o distinguiriam dos compatriotas.

É o texto de Eça de Queiroz, no entanto, que aborda amplamente a figura do “brasileiro”. Com 14 páginas, o escrito ocupa o segmento final da edição em questão, aparentemente divergindo da temática geral abordada no restante da obra. As considerações do autor se iniciaram com a constatação do papel de que tal personagem-tipo desempenharia no imaginário português:

Há longos anos o Brasileiro é entre nós o tipo de caricatura – mais francamente popular. Cada nação tem assim um personagem típico, criado para o riso público. As comédias, os romances, os desenhos, as canções espalham-no, popularizam-no, acentuam-no, aperfeiçoam-no, caracterizam-no, e ele fica assim um Judas infeliz de sábado de aleluia, que cada um rasga friamente com sua gargalhada e vara com a sua chacota (...) Nós temos o Brasileiro: grosso, trigueiro com tons de

chocolate, modo ricaço, arrastando um pouco os pés, burguês como um couve e tosco como uma acha, pescoço suado, colete com grilhão, chapéu sobre a nuca, guarda sol verde, a voz fina e adocicada, ar desconfiado e um vício secreto. É o brasileiro: ele é o pai achinelado e ciumento dos romances satíricos; é o gordalhufô amoroso das comédias salgadas é o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetos; é o maridão de tamancos traído – dos epigramas. (AS FARPAS, 1872, p.83-84)

O “brasileiro” foi apresentado por Eça como uma personagem construída como um objeto de riso para o português, integrando um processo que, segundo o autor, existiria em cada país com suas especificidades. O uso da expressão “caricatura” se refere exatamente à exacerbação de suas características com a finalidade de gerar o riso.

A construção de estereótipos sociais através de “caricaturas” ou sátiras se dá, independentemente de seus efeitos, como uma forma de uma coletividade conferir inteligibilidade a uma realidade externa através de uma impressão global sobre o “outro” (ZINK, 2011, p.47). Na situação específica analisada, integrava o complexo processo de reformulação identitária e cultural que se deu na conjuntura luso-brasileira após a nova situação política de ambos os países (PAREDES, 2013, p.105). O que se procedia no caso do “brasileiro” era a constituição, no seio da sociedade portuguesa, de um português que apresentaria alguns traços, em tese, peculiares que o diferenciariam do “português tradicional”. O que se constitui na caracterização deste tipo é a construção de um “outro” dentro da própria sociedade portuguesa, um indivíduo nascido em Portugal, mas cujas características adquiridas após a viagem o tornariam um estrangeiro em seu próprio país e motivo de riso por parte de seus conterrâneos.

Estas características geradoras do riso são adicionadas à constituição do tipo por Eça de Queiroz. O “brasileiro” seria costumeiramente representado como um indivíduo grosseiro e ignorante, facilmente enganado, ao qual se somariam outros traços:

Tudo o que se respeita no homem é escarnecido aqui no brasileiro; o trabalho tão santamente justo, lembra nele, com riso, a venda da tapioca numa baiuca de Pernambuco: o dinheiro tão humildemente servido, recorda nele, com gargalhadas, os botões de brilhantes nos coletes de pano amarelo; a pobreza tão justamente respeitada, nele é quase cômica e faz lembrar os tamancos com que embarcou a bordo do patacho Constancia e os fretes de café que carregou para as bandas da Tijuca; (...) Tudo o que é ou faz, tem uma cauda de gargalhada: se negocia, aparece como o dono de navio, personagem grotesco das comédias de feira. Se pertence à nobreza é suspeito de se chamar barão de Suriquitó ou conde de Ipátátá! (...) Se fala aquela estranha linguagem, que parece português – com açúcar, a hilariedade estorce-se. A celebridade dos seus calos enche o mundo. O seu pouco asseio faz desmaiar as viagens. (...) Enfim, a opinião, a cruel opinião, - tudo o que é mau gosto, grosseria, tosquice, obtusidade, pelo, ordinarismo,

- coloca-o como num índice no brasileiro. (AS FARPAS, 1872, p. 85-86)

Nas palavras de Eça, todas as características que poderiam ser atribuídas ao “brasileiro” parecem convergir para torná-lo objeto do riso, inclusive as que originalmente seriam consideradas como um elogio ou dignas de compaixão, como o empenho no trabalho e a pobreza. Estas informações dão conta de que o estereótipo construído se dava independentemente da condição financeira do “torna-viagens”, tenha ele enriquecido durante seu período no Brasil, ou conseguido retornar, mas com a mesma escassez de recursos com que partira^{iv}. Os traços fornecidos pelo autor apontam para a representação de um indivíduo sem asseio, grosseiro e ignorante, que se destacaria em seus trajés pelo exagero da ornamentação com brilhantes ou simplicidade de seus chinelos.

Um dos principais elementos que gerariam estranhamentos seria a incorporação de algumas especificidades da língua portuguesa falada no Brasil. As diferenças entre as expressões do idioma nos dois lados do Atlântico estavam diretamente envolvidas na discussão sobre a nacionalidade portuguesa e brasileira após a emancipação política, uma vez que a língua era considerada por alguns dos principais teóricos do século XIX como um dos fundamentos na definição do que seria uma “nação”. A menção dos nomes “Suriquitó” e “Ipatatá”, fazendo alusão à influência indígena na expressão idiomática brasileira, evidencia a crítica existente por parte da sociedade lusa sobre as alterações na língua portuguesa, cuja expressão por parte do “brasileiro” representava, para além do objeto de riso, uma clara demarcação dos limites culturais existentes entre a identidade portuguesa e sua ex-colônia.

A caracterização conferida por Eça de Queiroz e a ambiguidade da expressão “brasileiro” fez com que este texto fosse recebido de forma controversa no Brasil e deu margem a várias polêmicas. A descrição de Eça foi entendida por muitos como atribuída ao brasileiro nato e tomada como uma ofensa aos cidadãos do país. Além deste segmento, toda a sátira à viagem de D. Pedro II foi vista como desrespeitosa. Esta interpretação fez com que várias críticas fossem tecidas às *Farpas* e que casos de violência contra portugueses fossem observados, sendo os mais conhecidos em Pernambuco (REIS, 1986, p.186-209). Esta interpretação equivocada^v estava, entretanto, mais profundamente conectada ao mesmo processo de demarcação cultural, anteriormente citado, que se deu no Brasil após a emancipação política, cujas nuances levaram à construção de outro tipo em território brasílico.

É importante constatar, visando compreender o uso do “brasileiro” a partir da reflexão sobre as demarcações culturais luso-brasileiras nos Oitocentos, que muitas das características atribuídas ao personagem-tipo de Portugal se alinhavam aos traços envolvidos na construção do que seria um distinto estereótipo em outro território, mas que se trataria, na verdade, do mesmo indivíduo. Se o português que atravessava o Atlântico tornava-se, após seu retorno, um motivo de riso para seus compatriotas, este era um alvo de crítica também em terras brasileiras.

A independência política conduziu o Brasil a um processo de demarcação cultural análogo ao observado do outro lado do Atlântico, mas que visava e a definição dos elementos que constituiriam sua identidade enquanto nação, assim como a delimitação das diferenças existentes entre brasileiros e portugueses. Um dos resultados deste processo foi o crescimento de um antilusitanismo por parte de alguns segmentos da sociedade brasileira, que passaram a ver o português, especialmente o imigrante, de forma negativa e depreciativa. Muitas vezes, este era tomado como um “explorador” ou “ladrão de empregos” de brasileiros, assim como um indivíduo que teria uma imagem preconceituosa do país que o recebera.

Como um dos mecanismos desse afastamento, o cidadão português em solo brasileiro passou a ser ridicularizado. Dessa forma, o português acabou por ser estereotipado e foi constituído enquanto objeto de riso também no Brasil (LUSTOSA, TRICHES, 2011, p.253-258), sendo representado em várias obras literárias produzidas por autores brasileiros ao final dos Oitocentos (CESAR, 1969, p.138-146), tais como *O Mulato* (1881) e *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo.

Os aspectos ressaltados na construção da imagem do português no Brasil se alinham aos mesmos traços atribuídos ao “brasileiro” em Portugal. Dentre estas características, encontram-se a ignorância, a falta de asseio, o gosto por roupas extravagantes em suas cores, a gana pelo trabalho e o sotaque português, que soaria estranho aos ouvidos dos brasileiros natos (RIBEIRO, 2007, p.629-644). Portanto, no Brasil o imigrante era o português e, em Portugal, era o “brasileiro”. O que se infere desta aparente oposição é que as mesmas características que o português considerava serem adquiridas pelo viajante no Brasil eram, para o brasileiro nato, trazidas pelo português de Portugal. Tal indivíduo acabava se tornando, portanto, um estrangeiro nos dois países, um “outro” atrelado e, concomitantemente, às margens destas sociedades. Eça, no entanto, viria a argumentar em seu texto que as diferenças observadas pelos portugueses entre eles e esse tipo seriam bem menores do que se supunha.

O “brasileiro” como espelho para o português

Apesar de integrar uma obra satírica e de tratar de um tipo que era objeto de riso na sociedade portuguesa, o grande traço que define este texto e o torna um eixo para a reflexão pretendida é a constatação de que Eça de Queiroz não se limitou à apresentação do “brasileiro” e à sua caracterização de acordo com os elementos a ele atribuídos no imaginário social português.

Após tecer suas considerações iniciais, o autor passou a uma reflexão sobre a construção deste personagem-tipo e a uma teorização de suas possíveis aproximações com o português “tradicional”, colocando-o em choque com o próprio estereótipo que este construía (TUTIKIAN, 2009, p.137). A desconstrução do tipo voltado ao riso foi assim iniciada:

Pois bem! É uma torpe injustiça que seja assim. E nós os portugueses fazemos facciosamente mal e nos rirmos deles os brasileiros! – Por que enfim, eles vêm de nós! As suas qualidades tiveram o seu gérmen nas nossas qualidades. Somente neles alargaram, floresceram, cresceram, frutificaram: em nós estão latentes e táticas. O Brasileiro é a expansão do Português. (AS FARPAS, 1872, p.87)

A afirmação de Eça de Queiroz para criticar o que seria um infundado riso sobre o construído personagem apontou para uma fundamental conexão entre tal tipo e os portugueses: o cômico estereótipo criado pela sociedade portuguesa seria, afinal, apenas um produto modificado dela própria. Todas as qualidades e, por conseguinte, os defeitos existentes no “brasileiro” já existiriam em todos os portugueses de forma “adormecida”, aguardando as condições ideais para se manifestar. A caricatura da qual os portugueses ririam nada mais seria do que uma expansão, um estágio de sua própria existência. As relações entre o português e o “brasileiro”, assim como a explicação para o desenvolvimento de suas características, ganharam a seguinte explanação de Eça:

Por que? Fácil explicação. Existe uma lei de retração e dilatação para os corpos – sob a influência da temperatura; aprende-se isto nos liceus quando vem o buço; os corpos ao calor dilatam, ao frio encolhem. A mesma lei para as plantas: ao sol a sua natureza alarga, floresce; ao frio da sombra a sua natureza encolhe, emurehece, estiola. A bananeira, nos nossos climas frios, é uma pequena árvore mirrada, hirta, tímida, estéril, encolhida: no calor do Brasil é a grande árvore triunfante de folhas palmares e reluzentes, tronco violento, seiva insolente, apoplética da vida, sonora de movimento, ridícula de bananas: o sol desabrochou-a (...). (AS FARPAS, 1872, p. 87)

Para a reflexão sobre as características presentes na constituição do “brasileiro”, o autor fez uso de alguns fundamentos teóricos relativos às ciências naturais na interpretação do comportamento social. A lei em questão envolveria a temperatura do ambiente na dilatação dos corpos e, no exemplo específico utilizado por Eça, na sua influência sobre os seres vivos. Para tanto, o autor utilizou o exemplo da bananeira, uma árvore típica de climas tropicais, que na Europa não teria as condições para seu crescimento, mas que em locais como o Brasil se desenvolveria plenamente. A explicação se estendeu para a moral dos indivíduos:

Mesma lei para as qualidades morais: o espanhol das Astúrias, modesto, humano, discreto e grave – passado para o sol do Equador nas Antilhas Espanholas, torna-se o espanhol violento, vaidoso, sanguinário, ruidoso e febril! – Pois bem: eis aí: O Brasil é Portugal – dilatado pelo calor. O que eles são expansivamente – nós somo-lo encolhidamente; as qualidades retraídas em nós, estão neles florescentes; nós somos modestamente ridículitos, eles são à larga ridiculões. Os nossos defeitos, sob o sol do Brasil, dilatam-se, expandam-se, espraíam-se! (...) Sob o sol do Brasil a bananeira abre-se em fruto e o português abre-se em brasileiro. Eis o formidável princípio, - O Brasileiro é o Português desabrochado. (AS FARPAS, 1872, p.88).

A utilização de explicações relacionando a moral e comportamento a aspectos materiais do meio em que o objeto analisado se encontrava, como o clima, estava relacionada diretamente aos desdobramentos do naturalismo na escrita literária em Portugal. Considerado como uma extensão do realismo nas artes e na literatura, a perspectiva naturalista tomava a sociedade como um “fenômeno” cuja interpretação poderia ser ajudada a partir da aplicação de leis relativas às ciências naturais na inteligência dos “condicionantes” que influenciariam suas relações (HOMEM, 2005, p.125-126), sendo por isso compreendida muitas vezes enquanto determinista. Claramente, Eça de Queirós utiliza tal perspectiva neste texto mais como um recurso narrativo do que como uma concreta explanação sobre o comportamento social.

No entanto, se o clima influenciaria na modificação do comportamento do português “torna-viagem” nos anos em que permaneceria no Brasil, seguindo a linha argumentativa de Eça, tal aspecto não teria afetado também o português que colonizou a América portuguesa desde o início e, portanto, na constituição do brasileiro nato? Na problematização sobre os usos do “brasileiro” no questionamento á sociedade portuguesa, que conduz a presente análise, encontra-se aqui um elemento chave na compreensão sobre as demarcações culturais das identidades nacionais nos dois lados do Atlântico.

Eça de Queiroz se valeu do sentido inicial da terminologia “brasileiro” no imaginário português, enquanto torna-viagem, para abordar indiretamente o brasileiro nato e suas conexões com o português. A explanação dada não recairia, portanto, apenas sobre as características do português que atravessava o Atlântico e retornava a Portugal, mas sobre a própria relação existente entre Brasil e Portugal, cujas histórias estariam profundamente imbricadas através do processo de colonização. Tal perspectiva é corroborada a partir da ideia que o autor possuía acerca da imagem que se teria sobre “o brasileiro” e o português em outros países:

Lá fora não nos distinguem: acham-nos quase a mesma cor, o mesmo feitio, o mesmo tosco – mas quase: é que nos acham mais acanhado, mais apanhados sobre nós, mais concentrados. É como um ananás de estufa: é o aroma, o sabor, a cor, a forma do ananás – mas não tem a forte seiva, a viva florescência: em nós também, acha-se o Brasileiro sem a sua expansão, é o Brasileiro com as cores desbotadas. É que o Português é o Brasileiro de estufa! (AS FARPAS, 1872, p.88-89)

Em outras nações europeias, segundo Eça, as semelhanças entre as características existentes no “brasileiro” e no português fariam com que praticamente não fosse vista nenhuma distinção entre os dois. As únicas diferenças residiriam apenas no caráter mais comedido que existiria no cidadão de Portugal, uma vez que não sofrera as “influências do clima tropical” existente no Brasil. As características elencadas dentre as semelhanças, como “a mesma cor, o mesmo feitio,” e “o mesmo tosco”, trazem associações que apontam para um sentido de “brasileiro” que pode estar associado tanto ao “torna-viagens” quanto ao brasileiro nato.

O sentido ambíguo no uso da expressão que dá nome ao objeto analisado e a defesa de uma inerente semelhança existente entre o português e este “brasileiro” fortalece a ideia de que a concepção de Eça se insere em uma perspectiva convergente entre as interpretações acerca das relações entre as identidades portuguesa e brasileira. Logo, tanto o significado referente ao “torna-viagem” quanto ao natural do Brasil são empregados a fim de conduzir o português à observação dos defeitos que existiriam em sua própria sociedade e intrinsecamente em cada indivíduo.

Ao afirmar, por exemplo, que o português teria muitas características latentes em si, que se apresentariam de forma exacerbada nas atitudes do “brasileiro” devido às diferenças climáticas, Eça de Queiroz chamou a atenção para um dos principais pontos relacionados ao diagnóstico da decadência realizado pelos intelectuais da “geração de 70”: a inércia da população portuguesa. Contidos em seu comportamento, os portugueses não demonstrariam também características que seriam benéficas ao

desenvolvimento, como o gosto ávido pelo trabalho. As semelhanças entre defeitos e virtudes se fez presente em outros segmentos:

Mas enfim, uma coisa é verdadeira: é que tu, português, não vales mais que o brasileiro. O brasileiro não é belo como Apolo, antigo inquilino do céu, nem como Saint-Just, a mais formosa cabeça da Convenção – mas tu, ó português, tu também não és belo, e se a tua bem amada te o diz – é que não tem mais nada que dizer-te (...) Ora o brasileiro não é formoso, nem espirituoso, nem elegante, nem sábio, nem extraordinário – é um trabalhador; - e tu português que não és um formoso etc. – és um mandrião! De tal sorte que tu que ris do brasileiro – procuras viver à custa do brasileiro. De tal sorte que quando vês o brasileiro de frente estalas de riso – e se o visses de costas? Morrias de fome! E a prova é que tu – que em conversas entre amigos, no café, és inesgotável de facécia sobre o brasileiro, - és no jornal, no discurso ou no sermão, inexaurível de glorificações ao Brasil. Em conversa é o macaco; no jornal é a nação irmã! Ah portugueses! (...) E aí está porque nós queremos que se embainhe a chacota e que se descarregue a pilheira. Que o português veja no brasileiro o que ele é: um português que alargou ao sol. (AS FARPAS, 1872, p.94-95)

Nas considerações de Eça, o português estaria ainda abaixo do “brasileiro” tão criticado, uma vez que não apenas traria, mesmo que de forma contida, todos os seus defeitos, mas carregaria inúmeros outros que seriam expostos na forma ambígua com que se relacionaria com seu objeto de riso. O “brasileiro” seria criticado por ser excessivamente preocupado com seu trabalho, mas o português nada mais faria do que se usufruir de seus esforços, sem se preocupar em empenhar-se efetivamente na obtenção de seu próprio ganho. A referência a esta espécie de relação parasitária poderia se tratar tanto, em sentido estrito, de uma analogia ao “torna-viagens” bem sucedido, que ao retornar abriria negócios que beneficiariam o próprio português que o criticava, quanto ao viajante que obteria sucesso no Brasil através do serviço bruto e do dinheiro do brasileiro nato. Mais do que isso, no entanto, tal metáfora poderia se dirigir aos recursos direcionados à empreitada colonial, que fora apontada por alguns intelectuais da “geração de 70” como uma das causas do atraso de Portugal em relação a outros países europeus^{vi}.

O questionamento de Eça à moral da sociedade lusa prossegue na crítica do que seria uma hipocrisia por parte dos portugueses em relação ao “brasileiro”, utilizando o termo de forma ambígua em referência ao cidadão do Brasil. Em cerimônias oficiais, manifestações públicas e alguns periódicos, a outrora colônia e seus habitantes seriam tratados como “irmãos”, um país com profundos laços culturais, enquanto no cotidiano português seria objeto de riso e receberiam alcunhas pejorativas como “macacos”.

O último segmento do texto deixa ainda mais nítido o duplo sentido envolvendo o uso do termo “brasileiro” por Eça de Queiroz. Sua análise acerca deste tipo, assim como a edição de fevereiro de *As Farpas*, se encerra com uma mensagem aos indivíduos denominados sob esta expressão:

Brasileiros, se estas páginas risonhas forem levadas por um vento feliz às vossas chácaras, lede-as sem rancor, entre o ruído dos engenhos e o bocejar da sinhá. Nós queremos-vos delicadamente bem. Se a nossa pena ri em torno de vós – a nossa filosofia aplaude-vos. A França escarnece a suíça do inglês, mas admira-lhe o caráter e copia-lhe os jockeys. Nós sorrimo-nos dos vossos coletes, amamos o vosso trabalho e comemos os vossos doces. Vós tendes qualidades fortes, duradouras, boas para alicerce da vida! E depois vós daí-nos dinheiro! Vós proveis-nos de papagaios! São coisas que não se esquecem! Assim, brasileiros, sabeio-o – vós que tão amplamente, tão regiamente recebeis o ávido português explorador, sabeio-o – tendes nas Farpas uma sólida e ativa amizade! Um honrado shake-hands e DAE-nos notícias vossas! (AS FARPAS, 1872, p.95-96)

Com o exemplo da relação dupla que o francês teria com sua imagem acerca do inglês, o criticando mas, ao mesmo tempo, admirando-o e copiando, Eça apontou para a relação ambígua do português com o “brasileiro”. A analogia é realizada entre dois países distintos, ao contrário da relação intrínseca à sociedade portuguesa que se pressupunha sobre o sentido original do “torna-viagens”. Esta afirmação corrobora a noção de que o autor, na verdade, utilizou da ambiguidade do termo “brasileiro” em sua argumentação, ora utilizando-o como a conhecida figura do imaginário português, ora como o verdadeiro e natural brasileiro.

As aproximações entre os portugueses e “brasileiros”, assim como as alternâncias de sentidos desta expressão estabelecidas por Eça de Queiroz demonstram que, na prática, seu texto não destoava da temática abordada em todo o restante da edição. A passagem de D. Pedro II em Portugal representava, afinal, um encontro simbólico entre as duas nações politicamente separadas, mas culturalmente entrelaçadas.

O Imperador do Brasil representaria, em suma, a figura do “brasileiro” em seus vários sentidos. O monarca seria uma metáfora viva para o “torna-viagens”, na medida em que representaria a monarquia portuguesa que um dia fora para o Brasil e cuja ramificação, sendo também um Bragança como seu sobrinho D. Luís I, então governante português, agora retornara para Portugal. O próprio Imperador se constituiria no “português” que voltava e que, pelos seus comportamentos e hábitos, causaria o estranhamento dos portugueses (BRITO, 2013). A monarquia brasileira seria a expansão da monarquia portuguesa. Assim, a figura de D. Pedro II, personagem

principal da narrativa da obra na qual o texto sobre o “brasileiro” se inseria, se constituiria no ponto de encontro das conexões entre Portugal e Brasil.

Seguir o caminho trilhado por Eça de Queiroz em seu escrito, da exposição das características do “brasileiro” à sua desconstrução e contraposição à imagem do português, ajuda a elucidar parte do processo de questionamento realizado neste período específico pelos intelectuais da “geração de 70”. Tratava-se, na ação destes indivíduos, de conduzir a sociedade portuguesa a refletir sobre seus próprios problemas a fim de encontrar formas de superá-los. Neste caso específico, o caminho encontrado por Eça se deu a partir de um elemento do imaginário português que guardava profundas conexões com sua outrora colônia e evidenciava a delimitação das divisas identitárias entre ambos os países no século XIX. A ênfase nestas relações conduz às considerações finais desta análise.

Considerações Finais

Torna-se evidente a partir da apresentação e desconstrução realizada por Eça de Queiroz que a figura do “brasileiro” foi utilizada neste texto como um eixo para a reflexão sobre as possíveis conexões entre as identidades portuguesa e brasileira. Uma rápida visão sobre as características atribuídas ao personagem-tipo no imaginário português, assim como da visão sobre este mesmo viajante por parte da sociedade brasileira, mostra que o “brasileiro” acabava por se constituir como um “outro” em ambas as nações, tornando-se objeto de riso a partir de pontos muito semelhantes, mas pelos motivos distintos que envolviam o processo de demarcação cultural entre os dois países.

Ao desconstruir a composição deste estereótipo, no entanto, Eça de Queiroz acaba por tornar este personagem-tipo, que seria um “outro” em ambos os lados do Atlântico, em um meio termo entre Portugal e Brasil, entre o português e o brasileiro nato, o “entre-lugar” onde as conexões e diferenças entre ambas as culturas deveriam ser observadas.

É a partir desta aproximação, sintetizada na figura do “brasileiro”, que Eça de Queiroz mobilizou o conhecido estereótipo cultural na tentativa de gerar uma reflexão sobre o próprio povo português. Ao colocar tal personagem-tipo em pauta e se valer da ambiguidade de sentidos da expressão que o denominava, Eça de Queiroz tentou mostrar as próprias contradições existentes dentro da sociedade portuguesa e chamar a

atenção, através das representações atribuídas ao “outro”, para alguns vícios que existiriam em Portugal, sendo a ausência de uma auto-reflexão sobre a situação do país, talvez, o pior deles em sua concepção.

É este jogo de significados e a maneira como foi utilizado para uma reflexão sobre a sociedade portuguesa que justifica, por outro lado, a inserção deste segmento ao final de uma edição dedicada à passagem de D. Pedro II pela Europa e, especificamente, por Portugal. A ida do monarca ao país foi um evento limite, no qual se pôde observar o contato de elementos mobilizados no processo de demarcação cultural em ambos os países.

Desta forma, a utilização do “brasileiro” por parte de Eça de Queiroz é um claro exemplo de como a problematização realizada em Portugal naquele período, especialmente a partir da “geração de 70”, se dava não apenas por uma reflexão sobre as características intrínsecas à própria sociedade portuguesa, mas também a partir de um olhar sobre outras nações para além da Europa. Neste caso, o estereótipo em questão, tão difundido no imaginário social do país, foi um dos vários instrumentos empregados pelo autor no questionamento sobre Portugal enquanto nação, povo e cultura. O “brasileiro” tornando-se não apenas um tipo português, e sim o próprio português.

Referências

- AS FARPAS: *crônica mensal da política, das letras e dos costumes*. Lisboa: Tipografia Universal, fevereiro de 1872. Disponível em: <http://purl.pt/256/4/>. Acesso em: 01.04.2015.
- BRITO, Rômulo de Jesus Farias. *O cetro e a mala: as narrativas de Raphael Bordallo Pinheiro, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão sobre a primeira viagem de D.Pedro II à Europa*. 2013. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.
- CALAFATE, Pedro. *Portugal como problema*. Vol. III: Século XIX, A Decadência. Lisboa: Fundação Luso-Americana/Público S.A, 2006.
- CÉSAR, Guilhermino. *O “brasileiro” na ficção portuguesa: o direito e o avesso de uma personagem-tipo*. Lisboa: Parceria A.M.Pereira Ltda, 1969.
- HOMEM, Amadeu Carvalho. *Do romantismo ao realismo*. Temas da cultura portuguesa (Século XIX). Porto: Fund. Eng. Antônio de Almeida, 2005.
- LUSTOSA, Isabel; TRICHES, Robertha Pedroso. O português da anedota. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. p.251-270.
- MACHADO, Igor José de Renó. O “brasileiro de torna viagens” e o lugar do Brasil em Portugal. *Revista Estudos Históricos*. Nº 35. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005. p. 47-67.

- PAREDES, Marçal de Menezes. A assunção escalar da nação: historicidade e fronteiras culturais no percurso luso-brasileiro. IN: _____ (org.). *Portugal, Brasil, África: história, identidades e fronteiras*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p.149-178.
- PAREDES, Marçal de Menezes. *Configurações luso-brasileiras: fronteiras culturais, demarcações da história e escalas identitárias (1870-1910)*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- PIRES, Antônio Machado. *A ideia de decadência na geração de 70*. 2º Ed. Lisboa: Vega, 1992.
- REIS, João Carlos (Org.) *Polêmicas de Eça de Queiroz*. Vol. II (1867-1872). Lisboa: Europress/Instituto Português do Livro, 1986.
- RIBEIRO, Maria Aparecida. Construindo o Brasileiro: contornos do imigrante português no Brasil de 800. *Revista de História das Ideias*. Vol.28. Coimbra: 2007. p. 623-648.
- TUTIKIAN, Jane. A identidade pelo avesso. *Navegações: Revista de cultura e literaturas de língua portuguesa*. Vol.2. N.2. Porto Alegre: EdIPUCRS, jul/dez. 2009. p. 136-140.
- ZINK, Rui. Da bondade dos estereótipos. In: LUSTOSA, Isabel (org.) *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 47-68.

NOTAS

ⁱ Como exemplos de obras portuguesas que trazem um “brasileiro” como personagem, encontram-se *O Esqueleto* (1865) e *Eusébio Macário* (1879), de Camilo Castelo Branco, *A Morgadinha dos Canaviais* (1868), de Júlio Dinis, *O Brasileiro Soares* (1886), de Luís de Magalhães e *A Ilustre Casa de Ramires* (1890), escrito por Eça de Queiroz, dentre outras.

ⁱⁱ A publicação iniciou sua circulação em maio de 1871, mas contou com a participação dos dois autores somente até outubro de 1872. Neste período, Eça de Queiroz foi nomeado para ocupar um cargo consular nas Antilhas Espanholas, partindo para Havana e deixando *As Farpas* a cargo de Ramalho Ortigão, que continuou como autor único até o fim de sua circulação, em 1883.

ⁱⁱⁱ Eça de Queiroz foi o preletor da conferência “A literatura nova ou o realismo como nova expressão de Arte”, ministrada em 12 de junho de 1871.

^{iv} Neste caso, o vocábulo mais usual para denominar o “torna-viagens” que voltara com pouco recursos era “brasileiro de mão furada”. (CESAR, 1969, 18-19).

^v Muito provavelmente em função das polêmicas envolvendo seu texto, Eça de Queiroz realizou uma ligeira reformulação em sua republicação, realizada na compilação “Uma campanha alegre de *As Farpas*”, obra de 1890 na qual o autor reuniu todos os textos escritos por ele na publicação. Eça iniciou seu escrito adicionando logo após o primeiro uso da palavra “Brasileiro” a explanação “não o brasileiro brásílico, nascido do Brasil – mas o português que emigrou para o Brasil e voltou rico do Brasil”.

^{vi} Como exemplo, o segundo discurso proferido por Antero de Quental nas Conferências do Cassino (27.05.1871) apontava o esforço na empreitada colonial como um dos três principais responsáveis pela decadência de Portugal, que teria investido grande parte dos seus recursos em um sistema que, segundo o autor, traria poucos benefícios, além de desviar o foco do desenvolvimento de um sistema industrial como o observado na Inglaterra.

Artigo recebido em: 26/04/2015. Aprovado em: 29/03/2016.

CASAMENTO CIVIL, FAMÍLIA E DIVÓRCIO: REPRESENTAÇÕES JURÍDICAS (BELÉM, 1883-1900)

CIVIL MARRIAGE, FAMILY AND DIVORCE: LEGAL REPRESENTATION (BELÉM, 1883-1900)

Ipojucan Dias CAMPOS*

Resumo: Este trabalho está centrado na compreensão jurídica em torno dos campos possíveis de se impetrar uma ação de divórcio entre 1883 e 1900 na cidade de Belém-PA. Assim sendo, foi de suma importância explicar o direito (legislação) do Império e da República, uma vez que a lei em torno dos eixos destas reflexões (casamento civil, família, divórcio e direito) mudou – em alguns aspectos – quando da passagem de governo (Império à República), todavia sobre a separação conjugal a mantiveram limitada: sem a possibilidade de segundas núpcias.

Palavras chave: Casamento Civil; Família; Divórcio; Direito.

Abstract: This work is focused on the legal understanding around the possible fields to file a divorce action between 1883 and 1900 in Belém-PA. Therefore, it was of paramount importance to interpret the law (legislation) of the Empire and the Republic, as the law about the axes of these reflections (civil marriage, family, divorce and right) changed – in some ways – with the passage government, however on marital separation remained limited, without the possibility of remarriage.

Keywords: Civil Marriage; Family; Divorce; Law.

Introdução

Casamento civil, família, divórcio e direito são as palavras chave das reflexões que seguem; assim sendo, no presente artigo as suas pilastras e argumentos concentram-se na interpretação do cotidiano dos cônjuges em litígio articulando-o à legislação imperial, à republicana e em alguma medida à eclesiástica.

Com efeito, tomaram-se emprestados para sustentar este trabalho: processos civis de divórcio contenciosos e amigáveis, ações de divórcio impetradas no Juízo Eclesiástico, obras de época e legislação, fontes que se localizam – razoavelmente – entre 1883 e 1900. A respeito desta periodização é salutar expor que a sua escolha se fundamenta na tentativa de compreender parte da sociedade belenense a partir das ações de divórcio e suas representações frente à família no final do Império e primeiros anos da República. Em conformidade com isso, ela também é explicada porque as análises concentram-se em parte do que se convencionou chamar de Belle-Époque, bem como

* Doutor em História Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor Adjunto III – Faculdade de História da Universidade Federal do Pará (UFPA/IFCH). Docente – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: ipojucancampos@gmail.com

por se tratar de momento em que a legislação do regime imperial era substituída pela do Governo Provisório Republicano, por exemplo, o Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890, o qual dentre outros domínios instituiu o casamento civil e “novas” probabilidades para se impetrar processo de divórcio no Brasil. Por fim, motivo que igualmente justifica a escolha deste tempo é que nele encontrou-se (até onde foi plausível realizar a pesquisa) a maior quantidade de ações de divórcio amigáveis e litigiosas, para o século XIX na cidade de Belém.

Delas é necessário explicar que punham termo “apenas” à convivência a dois, ou seja, o que ocorria era o desligamento de corpos e bens e não a ruptura dos laços do casamento. Desta maneira, tais desuniões não possibilitavam aos separados contraírem segundas núpcias em vida de um ou outro cônjuge. Então, jamais expressou (o divórcio) o término dos vínculos firmados na celebração do ato solene, posto que as bodas nas balizas cronológicas desta reflexão, muito em razão das pressões da Igreja Católica, eram indissolúveis.¹ Tomando-se por base a legislação vigente entre 1883 e 1900, o casamento somente diluía-se pela morte de um dos cônjuges, apenas por esse meio era viável celebrar segundo consórcio. (CAMPOS, 2011, p. 207-236).

Das ações civis que colocavam fim a vida a dois e dividiam os bens compilaram-se: 17 litigiosas e 04 amigáveis localizadas no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará,² todas pertencentes ao Cartório Sarmento, sendo que para estas fontes tanto a respeito do referido Cartório quanto aos demais ali existentes não se sabe a quantidade total destes papéis, para tal são necessárias outras consultas mais prolongadas para verificar esse domínio. Deve-se também expor que os 21 processos não foram todos aqui explorados em forma de texto corrido, porém boa parte usou-se para compor os quadros a reforçar este diálogo. Tais fontes mostraram-se importantes ao trabalho, porque autorizaram entender o pensamento de alguns jurisconsultos em torno do divórcio, mas também como provavelmente os cônjuges organizavam a vida sob o mesmo teto.

Sobre os eclesiásticos dois foram trabalhados, eles metodologicamente apresentaram-se essenciais porque permitiram perscrutar domínios de outras legislações como a imperial e a eclesiástica, diga-se que tanto estas quanto a republicana mantiveram a indissolubilidade dos vínculos matrimoniais.

No aã de dinamizar o presente exame três juristas oitocentistas aparecerão: Lafayette Rodrigues Pereira (1889), Oscar de Macedo Soares (1895) e Clovis Bevilacqua

(1896). Estes organizaram leituras a respeito dos eixos ora apresentados, assim sendo suas obras foram documentos indispensáveis ao andamento interpretativo, uma vez que o valor delas ancora-se nas impressões e imagens, deixadas por seus autores, acerca das dimensões e domínios ditos legais em torno do divórcio, do casamento, da família e do direito.

O Decreto 181 de 24 de janeiro de 1890 que secularizou o casamento e o divórcio e o Código Penal de 1890 em seu artigo 279 que trata da infidelidade conjugal constituem a terceira natureza documental e foram essenciais às traduções aqui apresentadas, porque possibilitaram cruzar a lei referente aos domínios desta pesquisa com as “certezas” de intelectuais como Oscar de Macedo Soares e Clovis Bevilacqua que realizaram exaustivos comentários concernentes ao casamento, à família, à separação, à mulher, tomando como base as leis republicanas que buscavam oferecer balizas ditas verossímeis à sociedade. Com o jurisprudente Lafayette Rodrigues Pereira que possuía como alicerce interpretativo a legislação de família do Império, foi crível pensar como as engrenagens que sustentam estas páginas estavam organizadas em tempo anterior ao da República.

Ao desenvolvimento das reflexões compreendeu-se imperioso executar interlocuções entre as fontes apresentadas e a bibliografia pertinente. Com efeito, os documentos são diversos, porém convergem a formular explanações nos domínios apresentados a estas análises; assim sendo, o uso das ações de divórcio (civis e eclesiásticas), obras coevas e legislação justifica-se porque se ficou atento as formas de discursos nelas contidas, por exemplo: a compreensão dos posicionamentos político-jurídicos acerca da promulgação de autos de divórcio e das manifestações sociais dos separandos sobre a vida cotidiana. Enfim, os documentos não foram lidos como eles se apresentam, porquanto se entende existir distância grande e significativa entre o escrito e o realizado, assim é mister expor, como afirmou Roger Chartier (1990, p. 17) que as fontes são representações das práticas daqueles que as escreveram.

Leis, juristas e rupturas conjugais

O vinculo conjugal é perpetuamente indissolúvel e só se rompe pela morte d'um dos conjugues. (PEREIRA, 1889, p. 53).

O divorcio não dissolve o vinculo conjugal, mas autoriza a separação indefinida dos corpos e faz cessar o regime dos bens, como si o

casamento fosse dissolvido. (DECRETO 181 de 24 de janeiro de 1890, Capítulo IX: Do divórcio, art. 88).

“Do que ficou affirmado em relação aos direitos especiaes do marido, já se póde concluir a incapacidade civil da mulher casada. (...)”. (BEVILAQUA, 1896, p. 181). “Segundo o direito patrio em vigor, a mulher casada não poderá adquirir bens, contrahir obrigações, exercer qualquer profissão, litigar em juizo, sem que o marido lhe dê a necessaria auctorização, ou, em falta delle, o juiz. (...)”. (BEVILAQUA, 1896, p. 182). Clovis Bevilaqua analisou em quais parâmetros se articulavam a incapacidade civil das mulheres casadas. O direito da época as qualificava como inábeis: “(...) casando-se, entra para a categoria dos incapazes (...)” teorizou Bevilaqua. (BEVILAQUA, 1896, p. 182). O princípio da licença marital, também chamado de poder marital era legal, como se pode perceber nas palavras do jurista. Sem a autorização expressa ou tácita dos maridos às mulheres, a elas proibia-se comprar ou vender bens, contrair obrigações financeiras de qualquer natureza, exercer profissão e ingressar com ações judiciais. (BEVILAQUA, 1896, p. 182).

Contudo:

Quadro 1
Percentagens de homens e de mulheres que entraram com ações de divórcio
Belém (1883-1900)

Mulheres		Homens	
Quantidade	Percentagem	Quantidade	Percentagem
11	64,71%	06	35,29%
Total de 17 processos litigiosos 100%	-----	-----	-----

Conjugando as análises de Clovis Bevilaqua com as percentagens contidas no quadro, são necessários esclarecimentos. O autor refletiu que, juridicamente, era vedado às mulheres impetrarem ações civis de qualquer natureza, não obstante, interpretando os dados se percebe que foram elas as que mais entravam com processos de divórcio: 64,71% de um montante de 17 ações litigiosas. Como se explica esta aparente ambiguidade? Recorre-se novamente ao jurista.

(...) 1º quando o marido achar-se ausente em logar remoto e não sabido, ou quando fôr ella curadora do marido, para administrar os bens do casal, e dispor dos moveis para prover á subsistencia propria e dos filhos; 2º para administrar e dispôr dos bens que por pacto antenupcial ou por deixa lhe tenham sido reservados com esse respeito; 3º para testar sobre sua meiação e bens proprios; 4º rehavere de concubina do marido os bens que este lhe haja transferido e delles dispor a seu talante; 5º para dispor acções urgentes na ausência do

marido e praticar todos os actos judiciais relativos á curatela, quando exercel-a sobre o marido; 6º para accionar o marido pedindo-lhe o dote ou tentando o divorcio (...). (BEVILAQUA, 1896, p. 184)

Nestes casos, prescindia a mulher de licença marital, assim como da outorga de um juiz, isto é, a consorte aparecia, no dizer de Bevilaqua, “(...) na scena juridica por si e como pessoa capaz (...)” (BEVILAQUA, 1896, p. 184). Desta forma, sobre o que se deseja esclarecer, o último item muito ajuda. Para a mulher entrar com ação de divórcio não era necessária a permissão do marido. Pensa-se, assim, ter dirimido a aparente imprecisão que se formou entre a análise feita pelo jurisconsulto e as informações contidas no quadro.

O jurista Lafayette Rodrigues Pereira, ao escrever sobre dissolução da sociedade conjugal, no final do Império, deixou claro os seus princípios:

1º Pela morte d`um dos conjuges; 2º Pela entrada d`um delles em religião approvada ou pelo recebimento de ordens sacras maiores, precedendo em ambos os casos o consentimento do outro conjuge; 3º Pela presença de nullidade que declara o casamento putativo; 4º Pela presença de divorcio perpetuo (PEREIRA, 1889, p. 53).

A lei imperial não operava com a perspectiva do fim dos vínculos matrimoniais. No Império, assim como ocorreria na República, ela nunca trabalhou com o dispositivo da dissolubilidade, o que inviabilizava aos cônjuges separados passarem a segundas núpcias em vida do outro, uma vez que a única possibilidade dos elos conjugais expirarem, segundo a legislação brasileira, era pela morte de um dos consortes, repita-se. Discorrendo acerca da indissolubilidade, Lafayette Rodrigues Pereira expressou:

A entrada em religião approvada, o recebimento de ordens sacras maiores e o divorcio perpetuo não importam o rompimento do vinculo matrimonial, mas operam tão sómente a separação material dos conjuges e a dissolução da sociedade conjugal. (PEREIRA, 1889, p. 54).

Havia duas formas de divórcio no Império: o temporário e o perpétuo. Os meios de se acionar o primeiro eram através de “sugestões criminosas de um conjuge ao outro; as sevicias graves; as incididas contra a vida”. (PEREIRA, 1889, p. 57). Concernente ao divórcio perpétuo existia apenas uma viabilidade para decretá-lo: “o adultério de um dos cônjuges”. No entanto, o autor considerou que existiam alguns dispositivos em que a “deslealdade” conjugal deixava de ser motivo para se impetrar auto de separação:

1º Quando é resultado de violencia ou de erro escusavel; 2º quando um dos conjuges concorreu directamente para que o outro o

commettesse; 3º quando ambos os conjuges têm incorrido no mesmo crime; 4º quando um perdôa ao outro, expressa ou tacitamente. (PEREIRA, 1889, p. 57-58).

Neste período, tanto o divórcio temporário quanto o perpétuo, com suas respectivas possibilidades, eram de responsabilidade do Juízo Eclesiástico (SAMARA, 1983, p. 788). As causas e o julgamento do divórcio pertenciam à alçada deste Juízo, assim, eram sentenciados pelos Ministros da Igreja Católica, que se posicionavam favoráveis ou contrários ao seu estabelecimento. No processo de levantamento de dote retido “na Thesouraria da Fazenda na importancia de 6 contos de reis” impetrado, em 16 de setembro de 1883, por dona Laurença Eusebia Severina de Mattos Couto, há decisão jurídica de divórcio perpétuo promulgada pelo Juízo Eclesiástico em 29 de agosto de 1883. Laurença foi a requerente da ação contra José Valente do Couto, empregado na Alfândega. Segundo a sentença, a esposa alegava como motivos à separação maus-tratos praticados por seu marido “[...] desde o primeiro dia do seo casamento levado por ciúmes infundados, e receando por sua vida abandonou a casa do seu dicto marido [...]”. (PROCESSO DE DIVÓRCIO perpétuo promulgado pelo Juízo Eclesiástico impetrado por Dona Laurença Eusebia Severina de Matos Couto contra José Valente do Couto, 1883). Agressões e ciúmes foram alegados por aquela que propôs a ação para tentar a ruptura conjugal diante dos domínios eclesiásticos. Nas justificativas da impetrante constava-se ter sido em decorrência destes tormentos que se viu obrigada a deixar o teto conjugal. Destarte, as autoridades do bispado de Belém consideraram que as alegações articuladas pela mulher foram pouco plausíveis, considerando que ela ultrajava o esposo o que teria ficado provado com os depoimentos das testemunhas constituídas pelo réu.

Desta forma, o Juízo Eclesiástico condenou:

[...] a autora, depois de ter abandonado por duas vezes o lar conjugal, sem motivo plausivel e estando depositada judicialmente na casa de um parente seu, evadiu-se desta para criminalmente digo viver criminosamente no adulterio, como atualmente se acha na companhia de um sujeito do Corpo de Policia Paraense: ora, sendo o adulterio por direito divino e ecclesiastico a principal causa para ser permittida a separação perpetua dos conjuges julgo o reo José Valente do Couto separado perpetuamente da autora sua mulher Laurença Eusebia Severina de Matos Couto, quoado atrozmente mutuum coabitabiam, e lhes recomendo que vivam em perpetua continencia para honra e serviço do Pais [...]. (PROCESSO DE DIVÓRCIO perpétuo promulgado pelo Juízo Eclesiástico impetrado por Dona Laurença Eusebia Severina de Matos Couto contra José Valente do Couto, 1883).

Na ação, a autora foi julgada culpada e por isso condenada a pagar as despesas do auto. O jurista Lafayette Rodrigues Pereira, interpretando a legislação imperial considerou que a única forma de ser proclamado o divórcio perpétuo era por meio de práticas adúlteras. Legalmente, tomando como base as articulações da autora, o desenlace perpétuo parecia não ser a sua intenção, pois maus-tratos e ciúmes não se constituíam em causas à separação indefinida, também é verificável que de suposta “vítima” de sevícias passou a ser acusada de adúltera no processo que movia contra o esposo. Relações íntimas extralargadas eram no Império assim como seriam na República, consideradas crime; neste sentido, o Juízo Eclesiástico articulou contra a demandante expondo que a mesma havia se evadido da casa de um parente onde se encontrava depositada para viver criminosamente em prostituição. A este respeito, aspecto elementar a se compreender, é que infidelidades ocorreram em lugares e situações diversas. A historiadora Eni de Mesquita Samara considerou que as mulheres ao se sentirem ameaçadas (quando interesses eram negligenciados, quando o casamento estava fragmentado) constituíam relações extraconjugais o que as transformavam em réis em processos de divórcio. (SAMARA, 1995, p. 57-71).

É mister notar que para se viabilizar a condenação da autora duas instâncias de poder opositoras ao adultério foram acionadas: o direito divino e o eclesiástico. No entanto, quais eram os efeitos da separação consentidos pelo Juízo Eclesiástico? O temporário e perpétuo possibilitavam de imediato o afastamento de corpos entre os envolvidos, isto é, ficava o cônjuge ofendido desobrigado da convivência com o culpado, contudo eles poderiam, em qualquer tempo, reconciliar-se. Segundo Lafayette Rodrigues Pereira o divórcio perpétuo, ao operar a dissolução da sociedade conjugal, fazia cessar o poder marital; a mulher readquiria a sua capacidade jurídica; os bens eram divididos conforme o regime estabelecido no ato da celebração das núpcias como se o casamento tivesse sido dissolvido pela morte de um dos cônjuges e os filhos ficariam sob o poder do pai, embora a mãe ficasse obrigada a criar de leite os menores de três anos. Por seu turno, quando a ruptura temporária ocorria, segundo o mesmo jurisconsulto, a separação material dos casados era estabelecida por um tempo. Essa forma não dissolvia a sociedade conjugal. Permaneciam válidos todos os efeitos jurídicos anteriores, tal como o poder marital, e a obrigatoriedade do marido de alimentar a sua mulher enquanto perdurasse o desligamento entre eles; o consorte também continuava à frente da administração dos bens. (PEREIRA, 1889, p. 59-60).

Por esta linha de análise, percebe-se que a diferença entre o divórcio perpétuo e o temporário encontrava-se num dos seus efeitos, posto que o primeiro provocava duas consequências: a separação material e a dissolução da sociedade conjugal indefinida entre os consortes. O divórcio temporário firmava a separação de corpos por certo tempo; todavia, deve-se lembrar que nenhum dos desenlaces punha fim ao casamento de modo a viabilizar segundas núpcias, posto que as bodas eram indissolúveis. A historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva analisou processos conjugais impetrados na Colônia e percebeu que, embora a Igreja Católica permitisse e julgasse o divórcio temporário, em caso de sevícias, situação em que os cônjuges ficariam apartados apenas por algum tempo, este – na prática – tornava-se perpétuo, porque a Igreja não estabelecia o tempo em que teriam de permanecer afastados. (SILVA, 1980, p. 151-194).

Com o novo regime de governo o divórcio temporário foi prescrito, tornando o perpétuo a única forma de se conseguir a separação de corpos, sendo que a possibilidade de novamente voltarem a constituir vida em comum permanecia válida. Com a República, surgiram outros meios de pôr fim à convivência sob o mesmo teto, eles vieram num momento tenso e múltiplo da história republicana, por exemplo, o Decreto 181 de 24 de janeiro de 1890 foi promulgado no mesmo tempo da secularização dos cemitérios e da laicização do ensino. Então, a partir de 24 de maio de 1890, o direito brasileiro passou a admitir como razões à desunião conjugal:

§1º Adulterio; § 2º sevicia ou injuria grave; § 3º abandono voluntario do domicilio conjugal e prolongado por dois annos continuos; § 4º mutuo consentimento dos conjuges, si forem casados há mais de dois annos (DECRETO 181 de 24 de janeiro de 1890, Capítulo IX: Do divórcio, art. 82)

Estes eram os caminhos viáveis para se executar ruptura de corpos e bens na justiça civil. Eni de Mesquita Samara interpretou que mesmo depois do Decreto-lei 181 de 24 de janeiro de 1890 ter sido incorporado à Constituição de 1891, o Juízo Eclesiástico permaneceu executando sentenças de divórcio. O Tribunal Eclesiástico, segundo a historiadora, se constituía em opção aos católicos que não desejavam se envolver nas instâncias civis. Contudo, somente ações impetradas civilmente eram válidas, pois legislavam frente os bens e filhos. Exemplar em relação a esta relevância são os números nos dois Tribunais da São Paulo oitocentista. Segundo a intelectual, os autos julgados pela Igreja depois do referido Decreto-lei foram irrisórios, “apenas 6

processos”, sendo que para o mesmo período executaram-se “123 no Tribunal de Justiça”. (SAMARA, 1983, p. 788).

Os três primeiros incisos do artigo 82 do Decreto-lei 181, tomando como base os processos de divórcio demandados na cidade de Belém da última década do século XIX, sempre apareceram como razões para a ação litigiosa e o último cabia apenas a amigável. Todavia, não se afirma que apenas nos três primeiros incisos se poderiam promover o litigioso; nada legalmente impedia que o adultério, as sevícias e injúrias graves e o abandono voluntário do lar se constituíssem em bases legais ao desligamento amigável. Maria Beatriz Nizza da Silva analisou que os pedidos de ruptura nas primeiras décadas do século XIX tenderam a aumentar, porque, no final do século XVIII, “começou a surgir um novo tipo de divórcio, não litigioso, denominado então divórcio “por composição” ou “por mútuo consentimento”, ou “amigável”. Segundo a historiadora, os afastamentos litigiosos continuaram a existir, mas percebe-se que muitos impetrantes passaram a preferir o amigável por ser processualmente mais simples de se obter e também mais em conta. (SILVA, 1980, p. 152).

Foi em decorrência do surgimento desta nova forma de separação conjugal que, em 1885, dona Elvira Leite de Oliveira Neves de 28 anos, brasileira, doméstica e Alvaro Ferreira Neves de 31 anos, brasileiro, sargento do exército, entraram em litígio. O processo foi impetrado em 17 de fevereiro de 1885 e o matrimônio realizou-se em 22 de fevereiro de 1882, segundo documentos eclesiásticos. O auto de divórcio é bastante confuso pois, ao que tudo indica, iniciou-se litigioso (por dona Elvira), no entanto, no transcorrer o contencioso foi convertido em amigável, embora decorresse em juízo com as mesmas alegações da primeira fase. Desta maneira, as razões apresentadas foram: “[...] por incompatibilidade de genios não podem viver juntos, e por dona Elvira Leite Oliveira Neves suffer violencias fisicas d’esde por meio do casamento sem motivos aparentes [...]”. (PROCESSO DE DIVÓRCIO amigável de Alvaro Ferreira Neves e Elvira Leite Oliveira Neves, 1885).

O caso entre Elvira e Alvaro sugere que o fato de uma ação apresentar-se amigável em nada significava que a vida conjugal não fosse composta por tensões. Com efeito, supõe-se que no mútuo consentimento procurava-se encobrir movimentos subterrâneos contidos na vida conjugal, isto é, escondiam-se outras razões que certamente corroboravam para que a vida sob o mesmo teto fosse desfeita. Nas tramas em questão, as acusações de práticas seviciosas parecem verossímeis, porquanto o

senhor Alvaro não procurou questioná-las em juízo, ao contrário, combinou com a esposa que se obrigava

[...] a concorrer com a quantia de 80 mil reis mensaes alem dos alugueis dos bens de casal já partilhados que perfaz um total de 150 mil reis obrigando-se mais o mesmo conjuge Alvaro Ferreira Neves á conservação dos imoveis acima referidos (...), quais sejam: (...) duas barracas sitas uma na Avenida Gentil Bittencourt nº 171 e a outra á rua dos Mundurucus sem nº [...]. (DECLARAÇÃO feita pelo Senhor Alvaro Ferreira Neves ao doutor Juiz de Direito da Vara da Capital, 1885).

Os consortes também entraram em consenso sobre a posse das filhas Clelia Ferreira Neves e Ly Ferreira Neves, todas impúberes. Ficariam sob a guarda da mãe “[...] em quanto bem proceder, sendo a educação das dictas menores fiscalizada pelo segundo declarante [...]”. (DECLARAÇÃO feita pelo Senhor Alvaro Ferreira Neves ao doutor Juiz de Direito da Vara da Capital, 1885). Nas teias em pauta, a vida conjugal estava capitulada. A sentença “em quanto bem proceder” é reveladora, porque buscava expressar que a mulher divorciada em questão deveria obrigatoriamente manter relações ditas decentes: exigia-se a proteção moral das filhas e não constituir convívio amoroso (lembra-se que o casamento era indissolúvel).

Quinze anos separaram esses cônjuges de João da Silva Nunes de 32 anos e Maria Moraes Nunes de 27 anos. O processo consensual teve início em 1900, sendo que do casamento houve duas filhas: “[...] Maria Nunes de 02 annos e Candida Nunes de 01 anno [...]”. (PROCESSO DE DIVÓRCIO amigável entre João da Silva Nunes e Maria Moraes Nunes, 1900). As personagens sociais ao tempo em que perceberam ser a convivência insuportável conseguiram elaborar outras formas, outras estratégias, outros domínios à vida, ou seja, romperam com normas desejadas fixas e extáticas, criando as suas. Bens, interesses particulares, amizades e filhos, por exemplo, foram (nesta trama) relidos com o afã de viabilizar a ruptura. Cristiane Fernandes Lopes percebeu, para a cidade de Campinas, que a existência de filhos no interior do casamento deve ser relativizada como razão que pudesse dificultar a separação conjugal, uma vez que detectou a predominância de casais com prole que entravam com processos de divórcio, assim, a presença de crianças não deve ser lida, segundo a historiadora, como obstáculo ao desenlace. (LOPES, 2002).

Em Belém as razões alegadas em juízo por homens e mulheres foram várias: da incompatibilidade de gênios às sevícias e injúrias. Tomando como referencial os autos

de divórcio, o que se percebe é que, quando o casamento não mais representava o ideal que provavelmente um dia foi pensado, mulheres e homens buscaram outras redefinições para as suas vidas por meio do divórcio.

Quadro 2
Percentagens de divórcios por cada inciso do decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890
Belém (1883-1900)

Incisos	Mulheres*		Homens	
	Quantidade	Percentagem	Quantidade	Percentagem
Adulterio	0	0%	01	5, 88%
Sevícia ou injúria grave	08	47, 05%	02	11, 76%
Abandono do lar conjugal	03	17, 64%	03	17, 64%
Total de processos litigiosos entre homens e mulheres	17	80, 92%	-----	-----
Ações amigáveis	04	19, 04%	-----	-----
Total de processos entre litigiosos e amigáveis	21	100%	-----	-----

* Estas acusações referem-se as impingidas pelas mulheres sobre os maridos; o mesmo raciocínio aplica-se ao oposto.

Um processo de divórcio apenas poderia ser impetrado pelo cônjuge ofendido em caso de litigioso ou pelos cônjuges quando amigável e se extinguiu pela morte de qualquer um dos envolvidos. (DECRETO 181 de 24 de janeiro de 1890, “Capítulo IX: Do divórcio, art. 80”). Porém, em caso de litigioso, se a parte interessada estivesse porventura, incapacitada para executá-lo, ela poderia ser representada no judiciário por qualquer um dos seus ascendentes, descendentes ou irmãos. Se mesmo assim não fosse possível prosseguir, tornava-se plausível recorrer e ser representada pelo parente mais próximo, desde que rigorosamente observada a primeira ordem. (DECRETO 181 de 24 de janeiro de 1890, “Capítulo IX: Do divórcio, art. 81”). O artigo 82 do decreto que secularizou o divórcio e o casamento expunha que o pedido de desligamento apenas poderia fundar-se em um dos quatro motivos atrás citados. Entretanto, havia algumas possibilidades, assim como no Império, do divórcio não ser promovido a partir do inciso primeiro: adultério. Este não seria passível quando: “[...] o reo for a mulher e tiver sido violentada pelo adúltero, si o autor tiver concorrido para que o reo o cometesse e quando tiver sobrevivido perdão por parte do autor”. (DECRETO 181 de 24 de janeiro

de 1890, “Capítulo IX: Do divórcio, art. 83”), nestas circunstâncias o adultério deixava de ser motivo à ruptura. Nos dois primeiros casos, a ideia de que se fazia era a da liberdade da prática do delito. Por outras vias, se a mulher fosse violentada ou se o esposo concorresse de forma qualquer para que o réu o cometesse, o marido não poderia, sob essa alegação, requerer o fim da convivência a dois. Na condição da esposa não ter “corroborado” para que o fato se consumasse, o marido ficava impossibilitado de solicitar divórcio e também no caso de perdão da adúltera. Também a infidelidade deixava de ser causa quando o consorte inocente, ao ter conhecimento do fato, permanecesse coabitando com a parte culpada, isto é, quando ocorresse relação sexual entre o cônjuge culpado e o inocente (desde que este soubesse que o adultério havia sido cometido). Nesta circunstância, o direito presumia que o ofendido havia perdoado o culpado. (DECRETO 181 de 24 de janeiro de 1890, “Capítulo IX: Do divórcio, art. 84”).

Desde a Colônia Portuguesa, o adultério era aceito para se conceder divórcio. Alzira Lobo de Arruda Campos concluiu que relações extraconjugais de homens e mulheres, no período colonial, poderiam desembocar em ações de divórcio, impetradas no Juízo Eclesiástico. (LOBO, 2003, p. 492-493). O adultério, como causa de divórcio, sempre figurou com destaque no interior das leis, tanto nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, quanto nas do Império e no Decreto-lei 181 de 24 de janeiro de 1890. O destaque dado à quebra da monogamia deu-se, provavelmente, por ser classificado como crime e por opor-se ao princípio da fidelidade conjugal, esta era elemento dito norteador do casamento monogâmico, defendido tanto pelo Clero quanto pelo Estado e necessária à estabilidade de elos familiares. Pouco diferente do período anterior, a deslealdade conjugal permaneceu na legislação republicana como violação da honra conjugal, assim sendo, atos extraconjugais mostravam-se falta gravíssima, mas, colocavam as mulheres em situação mais sensível do ponto de vista jurídico. Sobre a matéria, Clovis Bevilacqua afirmou que o direito português antigo estabelecia a pena de morte à infidelidade feminina e para o seu cúmplice. Entretanto, ela não era extensiva ao marido adúltero, isto é, o traidor desmereceu tão pesado fim pelo Código Filipino. O Código Criminal brasileiro de 1830 mantinha distinções entre a traição masculina e a feminina: a primeira para existir necessitava de concubinato, sendo que, para a segunda, bastava um desnivelamento no preceito de fidelidade. (BEVILAQUA, 1896, p. 362-363).

O adultério como possibilidade de consentimento à separação de corpos, segundo Bevilaqua se caracterizava: “Civilmente, o adultério, poderá dar motivos ao divórcio. Realmente constitue elle a lesão mais directa e mais grave á sanctidade do matrimonio, á moralidade e disciplina das relações conjugaes (...)”. (BEVILAQUA, 1896, p. 363).

Ao jurisconsulto, a corrupção da fidelidade era motivo suficiente para solicitar desenlace de corpos. Estes posicionamentos também autorizam inferir que o jurista via o enlace matrimonial como sacramento, realçando a ideia de que o casamento desempenhava papel higienizante no bojo dos eixos sociais. O profissional das letras jurídicas o compreendia (o matrimônio) como instituto que tinha a função de estabelecer a moralidade e a disciplina não somente entre os consortes, mas também na sociedade. Quando, num processo de divórcio, dava-se o adultério como razão a tendência era de que os contatos entre os divorciandos se tornassem mais tensos, pois um acusava o outro de romper a regra de conduta moral da fidelidade conjugal. A inferioridade jurídica da esposa, quando a acusação concentrava-se em atos extraconjugais, foi sensivelmente acentuada pelo Código Penal de 1890 no artigo 279. (CÓDIGO PENAL DE 1890, “Capítulo IV: Do adultério ou infidelidade conjugal, art. 279”) bem como por meio das articulações de alguns juristas da época.

A esse respeito, Lafayette Rodrigues Pereira expôs:

A fidelidade deve ser guardada com a perfeita igualdade por um e por outro conjuge; e tal é a disposição do Direito Canonico. É innegavel conmtudo que a infracção de tal dever por parte da mulher reveste um carater mais grave: 1º, porque ella, em razão do seu sexo e das idéas recebidas, é obrigada a maior recato e pois a sua falta fere mais pronunciadamente a moral e os costumes publicos; 2ª, porque a sua infidelidade póde dar lugar ao nascimento de filhos adulteros e dest`arte introduzir no seio da familia elementos de perpetua luta e desordem. É por isso que o nosso Codigo Criminal á imitação das legislações estrangeiras, estabelece para o adultério da mulher pena mais severa do que para o do marido. (PEREIRA, 1889, p. 62-63).

Pode-se, a partir das palavras do jurisconsulto, perceber que as mulheres se encontravam em posição delicada quando o assunto era ligações ditas espúrias. Resta, contudo, situar estas reflexões. O autor afirmou que a fidelidade deveria ser recíproca entre os cônjuges. Entretanto, ambigualmente, suas palavras lançavam expressivas responsabilidades sobre as mulheres, porque afirmavam que a sua deslealdade era revestida de sentido mais grave, porquanto elas foram educadas para o recato, e por sua falta ferir mais profundamente a “moral e os costumes publicos”. Ademais o autor teceu

comentários entre a infidelidade conjugal feminina e o nascimento de filhos bastardos, os quais trariam problemas à família. Apreende-se que as palavras contrárias ao adultério feminino giravam em torno de referenciais percebidos como indispensáveis no interior da sociedade da época, isto é, Lafayette Pereira não se esqueceu de acentuar que tal fato poderia ferir “pronunciadamente” a moral e os bons costumes, surgindo filhos bastardos e proporcionando instabilidades familiares. (PEREIRA, 1889, p. 62-63).

A infidelidade feminina possuía dimensões amplas no interior da sociedade belenense do final do século XIX e esta prática, quando realizada vislumbrava-se enquanto “clandestina”, “espúria”, “imoral”, porque colocava em xeque a predominância e a autoridade masculina, por isso se questionava o significado da sua honra. Em conformidade com isso, a noção de construção da honra masculina tecia-se também na esfera pública e era variável de uma dinâmica social para outra, uma vez que o seu valor envolvia um reconhecer do sujeito diante dos outros. Desta maneira, a sua percepção pressupunha não somente o reconhecimento que o marido daria a si próprio, mas também o valor e o direito que os outros a ele pudessem dar.

O adultério feminino era a própria imoralidade, pois filhos adulterinos poderiam se fazer presentes na família. Assim, lançavam-se as responsabilidades sobre as mulheres reforçando, desta maneira, para se consolidar as diferenças jurídicas entre os sexos. Esta temática foi interpretada por Andréa Borelli, que teorizou a infidelidade na jurisprudência brasileira. Para a autora, o Código Penal de 1890 é exemplar, porque considerou o adultério como crime, pelo o qual a mulher poderia ser punida com prisão de três anos, quando presa em flagrante; ao homem foi estabelecida a mesma pena desde que tivesse concubina teúda e manteúda. A pesquisadora afirmou que a perfídia estava inserida nos crimes que atuavam contra a segurança, o pudor público e a honestidade das famílias, interpretando, deste modo, a diferenciação que a jurisprudência fazia frente à transgressão cometida pelos sexos, isto é, além da falta masculina constituir-se apenas em casos de concubinação, o mesmo era percebido como um deslize aceitável, porque a existência de filhos ilegítimos não traria a desonra ao homem. (BORELLI, 2003).

Os discursos da moralidade conjugados com os jurídicos são transparentes nas observações feitas por Lafayette Rodrigues Pereira, que descortinou a deslealdade conjugal feminina como revestida de “caracter mais grave”, pois o seu sexo, a educação por elas recebida, o maior recato que por elas deveria ser cultivado, a moral e os

costumes públicos, o nascimento de filhos espúrios, poderiam introduzir desordens na família. (PEREIRA, 1889, p. 62-63). Nicole Arnaud-Duc leu que os discursos jurídicos e morais jamais estiveram em conflito no interior das legislações; pelo contrário, as duas instâncias se conjugavam com o propósito de procurar delimitar “razoavelmente os espaços masculinos e femininos”. (ARNAUD-DUC, 1991, p. 97-137).

Já Martha de Abreu Esteves anotou que os discursos construídos no judiciário pelos bacharéis, para tentar absolver clientes acusados de defloração, articulavam normas jurídicas a costumes que vigiam na sociedade do Rio de Janeiro da Belle-Époque. As mulheres que se apresentavam como autoras de processos-crime de defloração, em determinados momentos mais se aproximavam a ré do que de impetrantes, porquanto os advogados de acusação buscavam provar, diante do judiciário, possíveis maus procedimentos das ofendidas, isto é, que essas não se constituíam em mulheres honestas. Em relação aos homens, as estratégias jurídicas foram, naturalmente, diferentes: teciam-se imagens sociais que os aproximavam do compreendido como boa conduta social, ou seja, de serem dados à ética do trabalho e à sobriedade. (ESTEVES, 1989).

A legislação que se analisa neste trabalho demonstra em diversos momentos a proximidade entre os discursos jurídicos e os morais. Exemplares neste sentido são as considerações que o jurista Lafayette Rodrigues Pereira fez ao adultério feminino. Ele dizia que os elos extraluar das mulheres poderiam gerar filhos espúrios; deste modo, a pena à mulher adúltera deveria, obrigatoriamente, ser mais severa do que a do homem. (PEREIRA, 1889, p. 62).

Tomando como base interpretativa as leis, as mulheres se encontravam em situação desfavorável, tornava-se para elas bastante difícil a acusação de adultério num processo de divórcio. Diante da linha tênue que buscava separar “nitidamente” a “mulher honrada” da meretriz, encontrou-se, para o ano de 1898, dona Almeirina Alves Baptista de 23 anos, brasileira, tendo como profissão serviços domésticos. Sobre a impetrante afirmava a testemunha José Cyriaco dos Passos de 33 anos, brasileiro, solteiro, funileiro “[...] que sobre o comportamento da ré, em uma palavra pode dizer que é pessimo [...]” (DEPOIMENTO dado pela testemunha José Cyriaco dos Passos em favor do impetrante José Joaquim do Couto, 1898). Um pouco mais à frente acentuava que “[...] ouviu a ré, na sala de visitas, injuriar o autor chamando-lhe os nomes de – corno, sacana e filho da puta, sendo que só ouvia o autor dizer-lhe – o Miloca, o que é

isto? [...]”. (DEPOIMENTO dado pela testemunha José Cyriaco dos Passos em favor do impetrante José Joaquim do Couto, 1898).

A segunda possibilidade que o Decreto-lei de 24 de janeiro de 1890 estabelecia para se impetrar processo de divórcio era a de sevícias e injúrias graves, ou seja, poder-se-ia empreendê-lo se um dos consortes sofresse maus-tratos e ofensas morais. Clovis Bevilaqua interpretou que as ofensas físicas por mínimas que fossem, sendo reiteradas logrando situações vexatórias que impossibilitassem a vida em comum poderiam ser motivo para se impetrar ação de ruptura de corpos: “[...] Mesmo offensas phisicas de pequena importancia em si, mas reiteradas, assumem proporções vexatorias, que tornam impossivel a vida em commum”. (BEVILAQUA, 1896, p. 366). Injúrias graves, para o jurista era “[...] toda offensa á honra, á respeitabilidade, á dignidade do conjuge, quer consista em actos, quer em palavras”. (BEVILAQUA, 1896, p. 366).

Sevícias ou injúrias foi a razão mais alegada para se entrar com um processo de divórcio na Belém da última década do século XIX. Nas percentagens contidas no quadro 2, percebe-se que era ao inciso 2º do artigo 82 que as mulheres mais recorriam para tentar a separação de corpos e bens. Em apenas dois processos analisados, os homens nele sustentavam as suas razões, embora não acusassem as suas esposas de maus-tratos, e sim de injúrias graves.³

O abandono voluntário do domicílio conjugal, prolongado por dois anos contínuos, era outra possibilidade para se decretar separação de corpos e bens, mas o artigo 82 do Decreto-lei 181 exigia para isso dois postulados: primeiro, era imprescindível que o ato fosse espontâneo por uma das partes do enlace. Segundo, era preciso que o abandono se constituísse em diuturno, pelo espaço mínimo de dois anos. Não consistia em motivo para litígio quando a saída do lar tivesse como causa o receio de sevícias ou a fuga de depravações de um ou outro. Esses motivos, ao contrário, caracterizavam-se como injúrias graves, podendo assim o cônjuge ofendido promover processo de divórcio contra o consorte que o praticou. (BEVILAQUA, 1896, p. 366-367).

A acusação de ter sido expulsa do lar conjugal pelo marido foi um dos argumentos apresentados, no ano de 1895, por dona Maria Juliana do Espirito Santo de 22 anos contra Luiz Pignatelli de 34 anos, italiano naturalizado, empregado público. A impetrante e seu advogado, Antonio Firmo Dias Cardoso, alegavam “Que o supplicado seu marido injuria a supplicante chamando-lhe nomes que a decencia manda calar,

ameaçando-a de morte, para que comprou um revolver; e expulsando-a do lar”. (PROCESSO DE DIVÓRCIO litigioso promovido por Maria Juliana do Espírito Santo contra Luiz Pignatelli, 1895). Para o advogado da demandante, o implicado cotidianamente lançava sobre a queixosa designações que a decência recomendava silenciar, a ameaçava de morte e a baniu do lar conjugal. Com a possível expulsão do domicílio, o réu indispunha de respaldo jurídico para acusá-la de abandono do leito conjugal, uma vez que teria sido expulsa e não saído por livre arbítrio. Um retorno a Clovis Bevilacqua ensina que para o marido ou a esposa lançarem mão do abandono voluntário do domicílio conjugal, como defesa, seria necessário que a ausência ocorresse por livre e espontânea vontade de seus protagonistas e que o afastamento já subsistisse ao menos por dois anos sucessivos. (BEVILAQUA, 1896).

Em 22 de abril de 1895 se iniciava ação de divórcio que também teve como razão o abandono voluntário do lar conjugal. A ruptura de corpos e bens foi promovida por dona Francisca Maria da Silva de 21 anos, casada em comunhão de bens com Antonio Francisco de Souza Filho de 30 anos. No libelo, o advogado da queixosa, Francisco de Paula Pinheiro, alegava à Justiça Civil que a impetrante estava casada com o réu desde

[...] 14 de maio de 1890 [...] e que o mesmo [...] sem motivos que pudessem justificar o seu procedimento, abandonou a supplicante que foi obrigada a recolher-se a casa de uma irmã casada, sua, que então para cá lhe tem proporcionado abrigo e os necessarios meios de subsistencia. (PROCESSO DE DIVÓRCIO litigioso promovido por Dona Francisca Maria da Silva contra Antonio Francisco de Souza Filho, 1895).

Ao tempo do matrimônio, ela tinha 16 anos e ele 25. Podem-se incluir os nubentes nas faixas etárias mais comuns ao casamento, conforme os estudos realizados por Cristina Donza Cancela e Daniel Souza Barroso, para a cidade de Belém. (2011, p. 63). Francisca Maria e Antônio Francisco conviveram sob o mesmo teto por cerca de cinco anos. Imputava-se ao marido a grave acusação de ter abandonado econômica e emocionalmente a esposa, a qual foi obrigada a solicitar pouso na residência de uma irmã. Aqui, dois aspectos chamam atenção e devem ser interpretados como estratégias da denúncia que objetivava alargar as chances de veredicto favorável, quais sejam: o abandono material de mulher casada por parte do esposo e o recolhimento desta na casa de uma família dita honrada.

Outro processo que ajuda a compreender determinadas querelas conjugais é o de Abilio Aureliano da Cunha de 31 anos natural de Portugal, empregado no comércio e Anna Henriques da Cunha de 24 anos natural do Ceará. Os cônjuges iniciaram em 23 de abril de 1893 divórcio amigável, após cerca de oito anos de vida em comum. Os consortes pagaram duas taxas: uma para a “Recebedoria de Renda do Estado”, em 19 de junho de 1893, no valor de 100 mil réis e a outra para a “Secretaria de Fazenda do Estado”, um dia depois, em 20 de junho de 1893, no valor de 2 mil réis. Estes impostos destinavam-se, respectivamente, ao pagamento de parte das custas do processo ao Estado e como “emolumentos ao Juiz de Direito da Segunda Vara, Emilio Americo Santa Rosa”. (PROCESSO DE DIVÓRCIO amigável entre Abilio Aureliano da Cunha e Anna Henriques de Araujo Cunha, 1893).

Quanto às exigências para se decretar divórcio amigável contidas no artigo 85 do Decreto-lei 181, aparentemente tinham sido todas contempladas pelos consortes, porém, quando apresentaram juridicamente as motivações, o Juiz de Direito da Segunda Vara, Emilio Americo Santa Rosa, julgou-as improcedentes e pouco razoáveis à separação, anulando o processo por meio de uma sentença intitulada “Vistos estes autos”:

[...] Por via dos autos, verifica-se que não foi assegurado ou fixado previamente o prazo de quinze a trinta dias aos conjugues divorciandos, para findo elles, voltarem a ratificar ou retratar o pedido na forma da lei. Portanto foi preterida uma formalidade alias substancial medida de ordem publica que comportada a paz e a honra da familia, cuja a falta não ficou sanada ou revalidada pela fixação posteriormente feita a folhas 6 verso. Demais essa falta faz gerar no animo de julgador a convicção de que os conjugues não compareceram formalmente e bem assim que o juiz não os ouviu sobre o motivo do divorcio, medidas essas tomadas pelo legislador – “afim de que o juiz conheça perfeitamente a causa do divorcio aconselho-os a reflectirem sobre o que vão praticar e tente conciliar-os. A vista do exposto julgo nullo todo o processo ab initio, pagar os custos em partes iguais pelos requerentes. (PROCESSO DE DIVÓRCIO amigável entre Abilio Aureliano da Cunha e Anna Henriques de Araujo Cunha, 1893).

Depois de quitadas as referidas quantias e dos consortes demonstrarem que não desejavam postergar o divórcio amigável, o operador do direito considerou os trâmites improcedentes. As razões alegadas foram que os divorciantes não contemplaram a lei do casamento civil no seu artigo 86 que dispunha:

Recebidos os documentos referidos e ouvidos separadamente os dois conjugues sobre o motivo do divorcio pelo juiz, este fixar-lhes-á um prazo nunca menor de 15 dias nem maior que 30 para voltarem a ratificar, ou retratar o seu pedido. (DECRETO 181 de 24 de janeiro de 1890, “Capítulo IX: Do divórcio, art. 86”).

As contradições do direito neste processo são grandes, e faz-se preciso avaliá-las. O Curador Geral de Órfãos do Ministério Público, Raymundo José Siqueira Mendes, em 12 de junho de 1893, ao ouvir os motivos que levavam os consortes a pedirem o desenlace, afirmou:

Em vista de terem os requerentes pedido amigavelmente o seu divórcio e não provando razão alguma para não serem atendidos, esta Curadoria é de parecer que deve ser decretado o dito divórcio, visto achar-se na forma da lei as razões apresentadas pelos divorciantes. (PROCESSO DE DIVÓRCIO amigável entre Abilio Aureliano da Cunha e Anna Henriques de Araújo Cunha, 1893).

O artigo 114 do Decreto-lei 181 dizia em caso de divórcio ser imprescindível que o Curador de Órfãos ouvisse as causas que estavam conduzindo os cônjuges à separação. Neste aspecto, tudo sugere ter existido certa contradição, visto que na folha oito do original, existia:

Verificando que neste processo foi ouvido o Doutor 3º Promotor Público quando o devia ser o Doutor Curador Geral de Órfãos do Ministério Público como se depreende do art. 114 do decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890. (Documento anexado ao PROCESSO DE DIVÓRCIO amigável entre Abilio Aureliano da Cunha e Anna Henriques de Araújo Cunha, 1893).

Uma análise cuidadosa dos diferentes momentos deste processo demonstra a existência de diversas contradições. Tomando como base o documento intitulado “Vistos estes autos” percebe-se que as alegações do juiz concentraram-se em papéis não contemplados e porque ele (o homem do direito) pouco estava ciente dos pontos do divórcio. Problematizando esta questão, nota-se que o profissional das letras jurídicas em nada se referia à inversão das autoridades nele existente, então, provavelmente, este contrassenso processual não foi o que conduziu o juiz Emilio Americo Santa Rosa a anular, em 20 de junho de 1893, a ação de separação de corpos, e sim possíveis ausências documentais exigidas pelo Decreto 181.

Porém, como se argumentou, os consortes não mais estavam dispostos a se submeterem à vida em comum. Por isso, da decisão contrária, o advogado dos cônjuges – Joaquim Gonçalves Lêdo – apelou em 07 de agosto de 1893:

[...] tendo sido proferida sentença anulando o divórcio por mutuo consentimento que do supplicado promovem perante o juízo de Vossa Excellencia vem respeitosamente apellar da referida sentença pelo Superior Tribunal de Justiça [...]. (PROCESSO DE DIVÓRCIO amigável entre Abilio Aureliano da Cunha e Anna Henriques de Araújo Cunha, 1893).

Podem-se acompanhar os procedimentos do advogado do casal querelante para a obtenção do divórcio almejado. Há no Termo de Apelação seguidas argumentações (do advogado dos consortes) no Tribunal Superior de Justiça do Estado do Pará, tais como: que o processo havia “[...] seguido o curso legal da justiça [...]” e “[...] não havia falta que anulasse o processo; pelo contrário, havia formalidades em demasia [...]”. (PROCESSO DE DIVÓRCIO amigável entre Abilio Aureliano da Cunha e Anna Henriques de Araujo Cunha, 1893). Estes argumentos procuravam convencer o profissional do direito que as motivações dos ex-conviventes eram coerentes. A sentença de divórcio foi reformada, em 16 de março de 1894, pelo Procurador Geral do Estado, Napoleão de Oliveira.

Como se vem analisando, as temáticas que envolviam separações despertaram expressivas atenções dos juristas brasileiros. Sobre o assunto Clovis Bevilacqua escreveu:

Tanto quanto posso julgar por conhecimentos pessoais, parece-me que são especiais as condições de nosso meio, não querendo afirmar, entretanto, que outros não existam nas mesmas condições. A respeitabilidade com que é cercada a família brasileira, a honestidade de nossas patricias, os costumes de nosso povo, enfim, dispensam o meio extremo do divórcio. Nós não conhecemos, felizmente, ou quase não conhecemos, esses lastimáveis escândalos conjugais, tão frequentes em outras populações. (BEVILAGUA, 1896, p. 359).

Ao profissional do direito, a sociedade brasileira dispensaria o instituto do divórcio, em virtude de três qualidades que, ao que tudo sugere, ele via como intrínsecas à coletividade nacional: “A respeitabilidade com que é cercada a família brasileira, a honestidade de nossas patricias, os costumes de nosso povo (...)”. (BEVILAGUA, 1896, p. 359). Quanto a estes posicionamentos é necessária maior atenção, visto que o autor procurava alçar as mulheres em posição que as impossibilitassem de ser impetrantes de um processo de divórcio, pois a sua honestidade não lhes permitiria promover nem tampouco sofrer tal possibilidade. Bevilacqua apresentava esta proposição afirmando que o Brasil era dono de especiais condições, embora não esclarecesse quais seriam, assim, lançava grande imputabilidade à família e às mulheres. Em outros termos, sua conjetura de haver poucas ações de divórcio no País apoiava-se no pressuposto de uma pretensa respeitabilidade que cercava as linhagens e as mulheres do final do século XIX. (BEVILAGUA, 1896, p. 359).

Entretanto, quanto a esta temática, vê-se certo lirismo por parte do jurista, pois afirmar que a sociedade do século XIX não conhecia ou quase não conhecia as rupturas a dois é de fato tentar formular teoricamente o que se desejava que ocorresse na prática. O autor, certamente, não conhecia a quantidade de dissoluções conjugais processadas em Belém nem por quem eram litigadas (lembre-se que em sua maioria as mulheres figuravam como autoras) e nem tampouco por quais motivos foram impetradas na capital paraense no final do oitocentos.

Considerações finais

Ao se propor a reflexão sobre divórcios amigável e litigioso, direito (legislação) e cotidiano, não se pode perder de vista que os seus efeitos foram plurais. Uma distinção é necessária ser repetida, qual seja: nenhuma das formas de se conseguir o divórcio tinha o poder de dissolver o vínculo matrimonial, mas sim o de autorizar, “tão somente”, o fim da sociedade conjugal e de bens, ou seja, o divórcio propriamente dito não gozava de favores no Brasil desse período. A forma permitida, à época, autorizava aos divorciados harmonizar-se em qualquer tempo, porém, se assim resolvessem, a divisão dos bens permaneceria, porque a reconciliação não reestabelecia o seu regime. Estes, uma vez partilhados, seriam “administrados sem a dependência de autorização do marido, ou outorga da mulher”. (DECRETO 181 de 24 de janeiro de 1890, “Capítulo IX: Do divórcio, art. 89”).

Outro efeito de uma sentença de divórcio recaía sobre os filhos. Caso o afastamento fosse litigioso, a posse dos menores ficaria com o cônjuge julgado inocente, fixando-se a cota a ser paga pelo consorte dito culpado à educação e à alimentação dos mesmos. Se, na ruptura conjugal, a mulher fosse interpretada pelo judiciário como “pobre e inocente” o marido teria de pagar à sua esposa certa quantia em dinheiro para o seu sustento. O artigo 90 do capítulo IX intitulado “Do divórcio”, estabelecia:

A sentença do divorcio litigioso mandará entregar os filhos communs e menores ao conjuge innocente e fixará a cota com que o culpado deverá concorrer para a educação delles, assim como a contribuição do marido para a sustentação da mulher, si esta for innocente e pobre. (DECRETO 181 de 24 de janeiro de 1890, “Capítulo IX: Do divórcio, art. 90”).

Em caso de desunião amigável, era uma pré-condição ao sucesso da ruptura que os consortes entrassem num consenso sobre os filhos antes de levarem os motivos do desligamento ao judiciário. Isto é, em tempo anterior do desenlace chegar ao conhecimento do juiz, os cônjuges deveriam resolver previamente com quem os rebentos ficariam. Também era exigido para o sucesso do auto amigável que os divorciandos entrassem em harmonia no que dizia respeito a contribuição a ser destinada por cada um deles para subsidiar a educação e criação da prole comum. Estas exigências se encontravam respectivamente nos incisos 3º e 4º do artigo 85:

§ 3º A declaração do acordo que houverem tomado sobre a posse dos filhos menores, si os tiverem. § 4º A declaração da contribuição, com que cada um delles concorrerá para a criação e educação dos mesmos filhos, ou da pensão alimentícia do marido à mulher, si esta não ficar com bens suficientes para manter-se. (DECRETO 181 de 24 de janeiro de 1890, “Capítulo IX: Do divórcio, art. 85 §§ 3º e 4º”).

Por tudo que foi refletido, neste artigo procurou-se compreender como a legislação brasileira estatua frente aos efeitos do divórcio enfatizando que os vínculos matrimoniais sempre permaneceram indissolúveis. Quanto ao instituto da indissolubilidade, presente em boa parte deste texto, o jurista Oscar de Macedo Soares, discorreu que “O casamento por sua natureza e fins é indissolúvel. [...] O divorcio é o meio de que se servem as legislações de todos os povos cultos para suavizar as agruras de um casamento infeliz. [...]”. (SOARES, 1895).

Muito se falou no decorrer deste ensaio que a legislação não gozava do divórcio a vínculo e considerava o matrimônio como ato indissolúvel. Partindo de um campo investigativo sobre a separação instituída no Brasil onde se tomou como base o Decreto-lei 181 de 24 de janeiro, o seu único efeito irrevogável recaía sobre a divisão dos bens, enfatize-se. Estes, quando decretado o desligamento conjugal, legalmente não poderiam voltar a comuns, mesmo se os divorciados resolvessem retomar a vida a dois: “Os conjuges divorciados podem reconciliar-se em qualquer tempo, mas não restabelece o regime dos bens, que uma vez partilhados, serão administrados e alienados sem dependencia de autorização do marido, ou outorga da mulher”. (DECRETO 181 de 24 de janeiro de 1890, “Capítulo IX: Do divórcio, art. 89”). A probabilidade dos cônjuges que se divorciaram novamente se unirem reestabelecendo o convívio em qualquer tempo em que achassem conveniente, também estava de acordo com a lei que regia as separações conjugais do Império. Concernente a possibilidade de se recompor a coexistência doméstica o jurista Lafayette Rodrigues Pereira discorreu: “[...] Mas um e

outro podem a todo tempo reconciliar-se e restabelecer a vida *commum*”. (PEREIRA, 1899, p. 59). Para Oscar de Macedo Soares as leis republicanas sobre o divórcio neste item em nada inovaram; porém o intelectual, ao analisar a segunda parte do artigo 89 do citado Decreto, concernente aos bens, compreendeu que esta se constituiu em uma inovação da lei republicana. (SOARES, 1895, p. 100).

Finalmente, as personagens sociais que entraram com processos de divórcio no Tribunal de Justiça do estado do Pará nas últimas décadas do século XIX, e certamente as de outros Estados, chegavam a este ponto depois de muito avaliar em quais condições seus contatos sociais ficariam. Antes da ruptura a qual envolvia número significativo de pessoas, conseguir apoio de amigos (que pudessem se constituir como testemunhas) e de parentes mostrava-se condição *sine qua non* para aqueles/aquelas que um dia – provavelmente – pensaram como sólidos os seus elos familiares.

Referências

- ARNAUD-DUC, Nicole. As contradições do Direito. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle. (Orgs.). *História das mulheres no Ocidente*. Vol. IV. Porto: Afrontamento, 1991, p. 97-137.
- BEVILAQUA, Clovis. *Direito da família*. Recife: Ramiro M. Costa Editores, 1896.
- BORELLI, Andréa. *A mulher subordinada? As questões de gênero e o direito brasileiro 1830-1950*. 2003. Tese (Doutorado em História) – apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2003.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CAMPOS, Antônio Macedo de. *Teoria e prática do divórcio: lei 6515 de 26 / 12 / 1977*. Bauru: Jovovi, 1978.
- CAMPOS, Ipojucan Dias. Adelina e Carlita: adultério, divórcio e poder judiciário em Belém no final do oitocentos. *Fronteiras*, Campo Grande, v. 13, p. 207-236, 2011. Disponível: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1203>. Acesso em 20 jun. 2014.
- CANCELA, Cristina Donza & BARROSO, Daniel Souza. Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia: perfil demográfico, normas e redes sociais (Belém, 1891-1920). *História Unisinos*, São Leopoldo, n 15, p. 60-70, jan/abr, 2011.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle-Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LOPES, Cristiane Fernandes. *Quod Deus conjuxit homo non separet: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no Tribunal de Justiça de Campinas (1890-1934)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP), São Paulo, 2002.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. *Direito de família*. Rio de Janeiro: Typ. da Tribuna Liberal, 1889.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mistérios da “fragilidade humana”: o adultério feminino no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: *Representações*. Revista Brasileira de História-ANPUH n° 29. São Paulo: Contexto, 1995, p. 57-71.

SAMARA, Eni de Mesquita. Família, divórcio e partilha de bens em São Paulo no século XIX. In: *Revista de Estudos Econômicos n° 13*. São Paulo: IPE, 1983, p. 787-797.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O divórcio na capitania de São Paulo. In: BRUSCHINI, Maria Cristina & ROSEMBERG, Fúlvia. (Orgs.). *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 151-194.

SOARES, Oscar de Macedo. *Casamento civil: Decreto n° 181 de 24 de janeiro de 1890*. Comentado e anotado. Rio de Janeiro: Garnier, 1895.

Notas

¹ Estas permaneceriam até 1977 quando o divórcio com possibilidades de segundas núpcias foi aprovado no País. Para o assunto, conferir: CAMPOS, Antônio Macedo de. *Teoria e prática do divórcio: lei 6515 de 26 / 12 / 1977*. Bauru: Jovovi, 1978.

² Boa parte dos documentos deste arquivo foi doada à Universidade Federal do Pará e hoje faz parte do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA).

³ Os dois processos em que os homens deram como razão legal, sevícia e injúria, foram os impetrados por José Joaquim do Couto contra Almeirina Alves Baptista, 1898 e o de Primo da Costa Pereira contra Maria Peregrina Pereira, 1900.

Artigo recebido em: 06/12/2014. Aprovado em: 31/03/2016.

UMA VISÃO DO LESTE: AUTORITARISMO E CONSERVADORISMO NA UCRÂNIA E NA RÚSSIA – ENTREVISTA COM ANDREAS UMLAND¹

A VIEW OF THE EAST: AUTHORITARIANISM AND CONSERVATIVES IN UKRAINE AND RUSSIA – AN INTERVIEW WITH ANDREAS UMLAND

Vinícius LIEBEL²
Odilon CALDEIRA NETO³

O ano de 2013 foi um ano atípico no cenário global, especialmente para Brasil e Ucrânia. Em terras tupiniquins, as Jornadas de Junho demarcaram um novo momento no cenário político nacional, evidenciando uma ruptura e uma polarização que culminaram em uma profunda crise política, marcada pela ação constante da mídia e sua cobertura das investigações dos casos de corrupção no país, uma conspiração parlamentar e o impedimento de Dilma Rousseff. Na Ucrânia, o presidente Viktor Yanukovich suspende as negociações pela entrada do país na União Europeia e desencadeia uma série de protestos de seus opositores, sendo obrigado a se exilar na Rússia. Conflitos passam a ser registrados em quase todo o país, mas em especial nas regiões fortemente marcadas pela emigração russa, onde a maioria da população apoia o fim das negociações com a EU e defende a intervenção do país vizinho. Como desdobramento, a Crimeia é anexada pela Rússia e vários focos de hostilidade são registrados ainda hoje, mesmo após a assinatura de um pacto pelo cessar-fogo entre as principais forças insurgentes em setembro de 2014.

Diferentes causas e diferentes enredos, desfechos distantes. Para além da agitação política, pouco parece ligar os casos brasileiro e ucraniano. Entretanto, um elemento pode

¹ Tradução de Vinícius Liebel

² Historiador, doutor em Ciência Política pela Freie Universität Berlin (FU-Berlin) e pós-doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Colaborador do PPG-História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e bolsista Capes-PNPD na mesma instituição. (orcid.org/0000-0002-3188-6567).

³ Historiador, doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio doutoral no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Professor Substituto do Departamento de História da Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

ser apontado como determinante em ambos: o papel central que ideologias conservadoras, imagens e memórias de regimes autoritários passados e partidos, personalidades e organizações de direita tiveram na escalada da violência. Não se pretende aqui, claro, estipular qualquer paralelo direto entre Brasil e Ucrânia, mas sim demonstrar que os estudos sobre o Autoritarismo e o Conservadorismo, ainda que em contextos bastante distintos, podem ajudar a lançar luzes sobre pesquisas paralelas, em História do Brasil.

Procurando trazer uma contribuição relevante ao campo historiográfico brasileiro, fugindo dos lugares-comuns e das retroalimentações tão presentes em nossa Academia, apresenta-se a seguir uma entrevista com um pesquisador de extrema relevância no exterior no que tange os estudos da extrema-direita e do conservadorismo. Andreas Umland, professor e pesquisador associado do Instituto para a Cooperação Euro-Asiática de Kiev, dedica-se à pesquisa sobre a extrema-direita, tanto ucraniana quanto russa, há quase vinte anos. Com uma trajetória invejável, Umland passou por universidades de reconhecida excelência, como a Universidade de Leipzig, a Universidade Livre de Berlim, Universidade de Cambridge, Universidade Católica de Eichstaett-Ingolstadt e a Universidade de Oxford. O destaque acadêmico que suas pesquisas têm lhe garantido transcendem as fronteiras da Ucrânia, garantindo a ele reconhecimento internacional em temas como fascismos, nacionalismos e ultranacionalismos, extrema-direita e partidos conservadores e conservadores revolucionários. A entrevista a seguir detalha aspectos interessantes de sua carreira, além de trazer apontamentos importantes sobre a construção do objeto histórico-político, reflexões sobre o tema da memória e da história das sociedades pós-soviéticas, além de apresentar detalhes de seu principal tema de pesquisa na atualidade: Alexandr Dugin e a Direita Radical na Rússia contemporânea.

A entrevista, é claro, apresenta aspectos distintos de seu trabalho e não comporta, em seu pouco espaço, a profundidade das reflexões de Umland. Por isso, convidamos os leitores a conhecer melhor o seu trabalho também através das dezenas de artigos e dissertações disponibilizados por ele em sua página no Academia.eduⁱ. Abaixo, uma pequena introdução a sua obra gerada pela conversa com os entrevistadores.

Boa leitura!

Caro professor Umland, primeiramente, gostaríamos de agradecê-lo por dispensar seu tempo para responder estas perguntas, é uma honra para nós poder falar com o senhor.

A primeira pergunta que gostaríamos de fazer, mais geral e aberta, é como o senhor chegou aos estudos dos movimentos de extrema direita, em particular a direita na Ucrânia e na Rússia?

Eu me interessei pela pesquisa comparativa da extrema direita (*vergleichende Rechtsextremismusforschung*) através das análises do nacionalismo radical russo, ainda no início de meus estudos universitários, com 22 anos (depois do serviço militar obrigatório na República Democrática Alemã e um estágio na área de Jornalismo), em 1989, na Universidade de Leipzig. Meus interesses iniciais eram a Perestroika que Gorbachev iniciava na União Soviética (onde eu tinha parentes), o Stalinismo (Ulamⁱⁱ, Tuckerⁱⁱⁱ, Cohen^{iv} etc.) e as mudanças que aconteciam ao meu redor, na Alemanha Oriental, naquele ano fatídico. Como e por que eu fiquei rapidamente fascinado pelos relatórios e relatos que se acumulavam sobre a ascensão de grupos ultranacionalistas, como o *Pamiat'* (do russo, Memória, não devendo ser confundido com Memorial), nos últimos anos da União Soviética, eu não saberia dizer. Sendo alemão, lendo sobre história e política, vivendo a alguns quilômetros de Weimar/Buchenwald, não foi difícil me interessar em estudar o fascismo. Em contraste, meu interesse pela direita radical ucraniana veio muito mais tarde, no final dos anos 2000. Foi o resultado de meu interesse geral na extrema direita, conjugado com o início da ascensão do partido *Svoboda*, em 2009. Eu tenho vivido na Ucrânia, com breves intervalos, desde 2002.

Inicialmente, a mais profunda influência sobre meus primeiros estudos acerca do ultranacionalismo russo foram os livros proféticos – como se verificou mais tarde – do analista político russo emigrado Alexander Yanov (City University of New York), como *The Russian New Right* (1978) e *The Russian Challenge and the Year 2000* (1987).

Nesses livros, em parte futuroológicos, Yanov prevê, com uma precisão impressionante, o que aconteceria com o discurso político russo depois do declínio da ideologia comunista e do modelo soviético. De alguma forma ele até mesmo conseguiu apontar o ano 2000, ainda na década de 1980, como um divisor de águas: nesse ano, Putin, que recentemente abraçou o nacionalismo russo antiocidental ao máximo – tornou-se presidente da Rússia.

Além do também importante livro de Yanov, *Weimar Russia* (1995), passei a ler extensivamente as obras de John B. Dunlop^v (que se tornaria mais tarde meu mentor na Universidade de Stanford) e outros autores ocidentais que escreviam sobre o nacionalismo russo (Laqueur^{vi}, Walicki^{vii}, Riasanovsky^{viii}, Hammer^{ix}, Brudny^x, Parland^{xi}, etc.). Durante minhas frequentes visitas a Moscou na década de 1990, tornei-me amigo de pesquisadores líderes na pesquisa do Ultracionalismo russo nos últimos anos da URSS e pós-soviético: Vladimir Pribylovskii^{xii} (1956-2016), Valerii Solovei^{xiii}, Aleksandr Verkhovskii^{xiv}, Viacheslav Likhachev^{xv}, Aleksandr Galkin^{xvi}, Nikolai Mitrokhin^{xvii} e, um pouco mais tarde, Galina Kozhevnikova^{xviii} (1974-2011), cujos muitos e excelentes estudos empíricos me foram formativos. Mais tarde, meu próprio pensamento sobre o nacionalismo russo, em particular em sua variedade “eurasiana”, foi crucialmente moldado por Leonid Luks^{xix} (que veio a se tornar meu mentor mais tarde em Eichstaett) e Marlene Laruelle^{xx} (amiga de longa data).

Em 1994 tive o privilégio de conhecer, em minha opinião, o mais importante teórico do Fascismo no mundo, Roger D. Griffin^{xxi}, na Universidade de Oxford Brookes. Na ocasião eu fazia minha primeira pós-graduação sobre a Rússia com, entre outros, Archie Brown^{xxii}, Alex Pravda^{xxiii} e Harold Shukman^{xxiv} (1931-2012), no St. Antony's College, em Oxford (onde eu mais tarde viria a lecionar), bem como começava a escrever minha tese de doutoramento sobre a ascensão de Vladimir Zhirinovskiy e seu assim chamado Partido Liberal-democrata da Rússia. Ideias excepcionalmente profundas de Griffin sobre a conceituação, fontes e dinâmica do Fascismo, bem como sobre a natureza da política ideologicamente guiada em geral, causaram-me uma profunda impressão. Voltando por um ano para a Universidade Livre de Berlim, em 1994-1995, antes de iniciar meu segundo doutorado na Universidade de Cambridge, tive a sorte de conhecer

Wolfgang Wippermann^{xxv} e, mais tarde, Michael Minkenberg^{xxvi}, cujos escritos sobre o Fascismo e o extremismo de direita eu pude resenhar em várias línguas.

Sendo a extrema direita um assunto envolto em violência de vários tipos, seu trabalho de historiador e politólogo encontrou muitas dificuldades?

Zhirinovskii, até onde eu sei, nunca reagiu aos textos que publiquei em várias línguas, incluindo em russo na Rússia, desde a minha primeira tese em História sobre o LDPR em Berlim (UMLAND, 1997)^{xxvii}. Em contraste, o notório Aleksandr Dugin e sua União Euroasiática da Juventude responderam bruscamente aos artigos russos que resultaram do meu segundo doutorado em Ciência Política na Universidade de Cambridge (UMLAND, 2007)^{xxviii}. Desde 2006, Dugin e a EUY publicaram uma dúzia de artigos sobre mim só em seu site principal Evrazia.org^{xxix}, fazendo todo tipo de acusações que culminaram em um artigo de 2008, com a calúnia de que eu teria sido "demitido de Stanford, Harvard e Oxford por assédio homossexual de colegas"^{xxx}.

Em 2009 eles continuaram essa linha de ataques em um site menos obviamente ligado a Dugin, dessa vez alegando que eu sou um pedófilo e comerciante de pornografia infantil procurado. Eu reagi a esta difamação, tanto em inglês quanto em russo, em uma série de websites, incluindo alguns amplamente lidos como "Open Democracy" e "Ukrainska Pravda". Nesses e em outros lugares eu evidencio a conexão parcamente escondida do site que primeiro publicou a falsa denúncia com Dugin, e aponto as contradições existentes nesse pseudorelatório. Mesmo assim, desde 2009 essa difamação foi repetida em dezenas de outros veículos russos da extrema direita e/ou pró-Putin, incluindo alguns jornais de grande circulação, como "Komsomolskaia Pravda" e o "Sovershenno sekretno".

Mais tarde, porém, o maior jornal de extrema-direita da Rússia, o "Zavtra", admitiu no artigo "Doctor Umland é um pedófilo?"^{xxxi} que eu sou, talvez, não molestador de crianças no sentido literal, mas sim um "pedófilo metafísico", seduzindo ucranianos e russos para seguir o caminho ocidental. O autor "do Zavtra" concluiu seu texto argumentando que "Umland é uma manifestação não só da União Europeia, mas dessa

eterna e sedutora metafísica ocidental que, durante séculos, com diferentes métodos, comprou as almas dos fracos e os transformou em suas tropas - as tropas dos liberais, as tropas dos ocidentalizantes. Umland é nosso Mephistopheles".^{xxxii}

É inegável que a Ucrânia e a Rússia compartilham um passado, mas é também inegável que as leituras e apropriações desse passado são completamente diferentes. A memória da “Grande Guerra Patriótica”, por exemplo, precisa conviver com as grandes fomes (Holodomor) ou os expurgos stalinistas, isso para nos atermos nos anos 30 e 40. Nessa batalha das memórias, como podemos compreender uma Ucrânia dividida entre o canto de sereia da União Europeia, capitaneada pela Alemanha, por um lado, e a Rússia, de outro? E entre a extrema-direita, em especial a ultranacionalista e etnonacionalista, qual a função dessas narrativas no embate entre o peso do passado e suas ambições presentes?

Memória histórica e reconciliação nacional são questões delicadas - especialmente quando dizem respeito a grandes guerras, assassinatos em massa e sofrimento de milhões no passado recente. A memória da história soviética da Ucrânia está principalmente preocupada com o enorme número de vítimas dos domínios e das guerras entre bolcheviques e nazistas na Ucrânia. Milhões de ucranianos que viviam nas *Bloodlands* (Timothy Snyder, 2010) foram mortos e aterrorizados pelos dois regimes totalitários mais assassinos da Europa. Ao mesmo tempo, dezenas de milhares de ucranianos colaboraram de uma forma ou de outra com os dois - um desafio considerável para as políticas de memória ucranianas.

Esse assustador teste intelectual, cognitivo e emocional é agravado pelo fato de que Kiev está lutando uma guerra de sobrevivência com o principal protagonista negativo de sua memória nacional - Moscou. Muitas vezes demasiadamente ambiciosa, cínica e cruel, a política externa do Kremlin recentemente voltou a ser impulsionada pelo imperialismo agressivo e por uma flagrante *Ukrainophobia*. Isto fica ainda mais complicado pelo fato de que a Ucrânia tem uma minoria étnica russa considerável - aproximadamente 17% de sua população, parcialmente leais a Moscou em vez de Kiev. A

manipulação proposital de temas de memória nacional e de relações interétnicas é parte integrante da chamada guerra híbrida da Rússia contra Kiev. O ataque do Kremlin sobre a nação ucraniana é executado com uma infinidade de instrumentos militares e não-militares, de *hard-* e de *soft-power*, em uma base diária. Ele explora ativamente questões históricas controversas, e tem como objetivo destruir o Estado ucraniano de dentro, e não de fora.

Esta constelação já peculiar é ainda mais excepcional quando levamos em conta as repercussões profundas que as políticas de memória ucranianas têm para suas relações internacionais. Isto diz respeito especialmente à interpretação, avaliação e memorialização da infame facção Bandera da Organização dos Nacionalistas Ucranianos (OUN-B), do período do entreguerras e da Segunda Guerra Mundial. Atualmente favorecida pela classe dominante e grande parte da elite intelectual da Ucrânia, a classificação oficialmente afirmativa da OUN é profundamente controversa entre os cidadãos russófonos e parceiros estrangeiros da Ucrânia. A OUN era ao mesmo tempo antidemocrática e liberacionista (de certa forma). Seus líderes eram extremamente etnocêntricos e xenófobos, mas muitos deles dedicaram suas vidas e as vidas de suas famílias à luta pela independência ucraniana.

Alguns nacionalistas ucranianos – incluindo pelo menos um irmão de Stepan Bandera – foram perseguidos pelos nazistas, mas a maioria morreu enquanto lutava contra o regime de Stalin. Ambos, o fundador da OUN e líder mais cultuado do OUN, foram mortos por agentes especiais soviéticos no Ocidente: Yevhen Konovalets foi assassinado por um agente NKVD em Roterdã, em 1938, e Stepan Bandera foi morto por um agente da KGB em Munique, em 1959. Embora as questões de memória nacional possam ser espinhosas também em outros países, elas têm uma capacidade de divisão interna e de explosão internacional que é bastante rara – e, para o Estado ucraniano, uma combinação particularmente tóxica.

Seria necessário muito espaço para delinear aqui as interações complexas entre as cenas de extrema direita russa e ucraniana, por um lado, e as autoridades de Moscou e de Kiev, por outro – bem como a recepção das suas políticas e reações a elas pelo Ocidente. Por conta das muitas ambivalências da história e da memória da Segunda Guerra Mundial

na Rússia e na Ucrânia, bem como as inúmeras meias-verdades que flutuam ao redor, essas questões são notoriamente difíceis de discutir de forma produtiva.

Pensando agora o outro lado, da Rússia, de que modo uma tradição histórica (ou noção de um substrato imutável) é utilizada como fio condutor do Czarismo, passando pelo período soviético, até a política russa atual? Como isso auxilia a explicar o processo de anexação da Crimeia?

O fenômeno recente do nacionalismo russo incorporando uma interpretação positiva do período socialista soviético em seu discurso histórico não é propriamente novo. Já havia, por exemplo, um retorno ao nacionalismo russocêntrico, bem como ao tradicionalismo em políticas de gênero e de família sob Stalin na década de 1930, ou um flerte, breve, mas intenso, da liderança soviética com os nazistas em 1939-1940. Houve muitas variedades internacionais do marxismo que se transformaram em variadas formas de nacionalismo populista, às vezes em ultranacionalismo. Antes do Stalinismo, os dois exemplos mais proeminentes para esse tipo de desenvolvimento foram o surgimento das teorias sociais radicais de Georges Sorel e a evolução do pensamento político de Benito Mussolini. Outras variedades de Protofascismo e de Fascismo italianos e franceses tiveram suas raízes no esquerdismo do final do século XIX e início do século XX. O cientista político de Berkeley, A. James Gregor, construiu uma teoria abrangente do Fascismo internacional em torno dessas transmutações, argumentando que o Stalinismo e o Maoísmo, entre outros, constituiriam variedades do Fascismo (e, por implicação, do Nacionalismo).

No caso da Rússia, a ideologia manifestamente russófila desenvolvida desde a dissolução da União Soviética pelo presidente da CPRF, Gennadii Ziuganov, representa apenas o exemplo mais impressionante e, de certa forma, a conclusão lógica das transformações graduais do início do Marxismo russo em uma forma de Nacionalismo populista. A principal diferença entre o russocentrismo stalinista e o ziuganovita não é que o primeiro não foi nacionalista enquanto o último agora o é, mas que os comunistas pós-soviéticos são menos dependentes das raízes ideológicas do seu movimento e

poderiam incorporar livremente em seus "clássicos" diversos teóricos de direita, como o russo Ivan Il'in (um monarquista) e Lev Gumilev (um neoracista), ou o alemão Oswald Spengler (um "conservador revolucionário") e Karl Haushofer (cofundador da geopolítica moderna). Várias políticas de Stalin podem ser vistas como mais ou menos congruentes com as ideias desses pensadores que escreveram nos anos do entre ou do pós-guerra.

No entanto, teria sido difícil para Stalin ou seus sucessores incluir oficialmente autores como esses no panteão dos autores oficialmente aprovados - algo que Ziuganov se tornou livre para fazer, ainda na década de 1990. A liderança soviética tinha que manter sua linha oficial "marxista-leninista" e pagar constante tributo aos "clássicos" comunistas a fim de manter a legitimidade histórica do regime e o fundamento normativo do império soviético intactos. Em contraste, os comunistas pós-soviéticos não têm mais a necessidade de tal cautela: bom, de qualquer forma, o "comunismo científico" foi completamente desacreditado.

A indisfarçável adaptação da CPRF de conhecidos autores de direita tem sido uma inovação, principalmente em termos de semântica e aparência exterior, e menos em questões de substância. Os elementos fundamentais da ideologia "comunista" russa pós-soviética eram, de forma codificada, já discerníveis sob Stalin: a teoria do cordão da história russa (que coloca a União Soviética como sucessora do império czarista), a narrativa bipartidária sobre a ascensão do movimento comunista russo (consistindo de um "bom" partido bolchevique nacional e um outro partido "mau", o partido cosmopolita, muitas vezes apontado como judeu), ou ainda a suposta afinidade especial do caráter nacional russo para com o Socialismo. Apesar de algumas diferenças na superfície, o Stalinismo e Ziuganovismo parecem intimamente relacionados nesses e em alguns outros aspectos. Pode-se até argumentar que há certos paralelos no interesse de Stalin em uma aliança com a Alemanha nazista e a Itália fascista, no final dos anos 1930, e a ânsia bem documentada de Ziuganov em cooperar ou até mesmo fundir-se com o Nacionalismo russo pós-soviético "branco" - isto é, explicitamente anticomunista.

O exemplo do CPRF e Ziuganov indica que o problema da descontinuidade não é tão grave como pode parecer a partir do exterior. Assim, Putin também pode apresentar facilmente a Federação Russa como um herdeiro tanto do Império czarista quanto da

União Soviética. Portanto, não há problemas com a história da Crimeia. A única contradição emergente é: se a Crimeia pode ser trazida de volta com referência tanto à história soviética quanto à czarista, por que muitos outros territórios fora da Federação Russa não podem também ser anexados usando referências históricas semelhantes?

Qual o impacto do eurasianismo de Aleksandr Dugin na política externa russa? Existe alguma influência da relação de A. Dugin e V. Putin para as políticas antiliberais (antigays, especialmente) ou isso decorre de um quadro ainda mais complexo?

Nós não sabemos de qualquer influência direta de Dugin em Putin. A União Econômica da Eurásia, criada por Putin, tem pouco ou nada a ver com qualquer Eurasianismo clássico ou com o Neo-eurasianismo de Dugin. Ao contrário de Putin, Dugin defende a criação de um novo império, em vez da restauração do antigo. A "Eurasia", como previsto por Dugin, não iria restaurar a Rússia czarista ou continuar a União Soviética. Apesar de posar como um autodescrito "conservador", Dugin não propaga a conservação ou o restabelecimento de uma ordem anterior. Pelo contrário, o seu programa prevê uma nova e completa revolução russa, tanto em assuntos internos quanto externos, o que implica de forma implícita e, às vezes, explícita em uma profunda negação tanto do passado quanto do presente da Rússia.

A abordagem nutrida por Dugin e seus discípulos é semelhante aos objetivos fascistas clássicos do período entre-guerras. Seu objetivo não é tanto um renascimento nacional, implicando meramente em um retorno a um estado anterior, como Putin & Cia. almejam. Em vez disso, Dugin prevê uma nação russa profundamente transformada, renascida através da criação de uma civilização e um império russo-eurasianos completamente novos. A nova "superetnia" (um termo de Lev Gumilev) de Dugin, limpa de todas as influências "ocidentais", seria baseada em valores presumivelmente arcaicos da Rússia-Eurásia. No entanto, sua nova civilização eurásiana acabaria por gerar um projeto ultramoderno - se radicalmente antiocidental -, um projeto capaz de ligar o futuro glorioso da Eurásia com os "melhores" episódios de seu passado. Para realizar esse

sonho, os discípulos de Dugin visam reorganizar não só a Rússia, mas todo o continente euroasiático e, finalmente, o mundo inteiro.

As elites tradicionais russas que são atualmente dominantes e que são representadas por Putin também não são democratas. Os mais extremistas entre esses políticos e intelectuais são também, de várias maneiras, nacionalistas imperiais radicais. No entanto, uma vez que eles são orientados para o passado ao invés de para o futuro, eles não devem ser chamados de revolucionários ultranacionalistas, isto é, fascistas.

Durante os últimos 25 anos, os muitos escritos de Dugin têm ajudado a guiar o discurso político e intelectual na Rússia para a direita radical. No entanto, as afirmações de que ele é "o cérebro de Putin" são muito exageradas. Ele é um entre vários publicitários antiocidentais bem-sucedidos que adquiriram algum tipo de hegemonia cultural na Rússia de Putin. Alguns deles são organizados no notório Clube Izborsk^{xxxiii}.

Professor Umland, muito obrigado pela gentileza em nos atender e por essa entrevista.

Referências:

- BROWN, Archie. *The Gorbachev Factor*. Oxford: Oxford Uni. Press, 1996.
- _____. *The Rise and Fall of Communism*. London: Vintage, 2010.
- BRUDNY, Yitzahk. *Reinventing Russia – Russian Nationalism and the Soviet State (1953-1991)*. Cambridge: Harvard Uni. Press, 1998.
- COHEN, Stephen. *Rethinking the Soviet Experience: Politics and History since 1917*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- _____. *Soviet Fates and Lost Alternatives: From Stalinism to the New Cold War*. New York: Columbia University Press, 2011.
- DUNLOP, John. B. *The Rise of Russia and the Fall of the Soviet Empire*. Princeton: Princeton Uni. Press, 1995.
- GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. London: Routledge, 1993.
- _____. *A Fascist Century*. London: Palgrave, 2008.
- HAMMER, Darrell P. *URSS – The Politics of Oligarchy*. Sta. Barbara: Praeger, 1974.
- LAQUEUR, Walter. *Black Hundred – the Rise of the Extreme Right in Russia*. New York: Harpercollins, 1993.
- _____. *Putinism: Russia and its Future with the West*. New York: Thomas Dunne, 2015.

- LARUELLE, Marlène. *Russian Nationalism, Foreign Policy and Identity Debates in Putin's Russia: New Ideological Patterns after the Orange Revolution*. Stuttgart: **ibidem**, 2012a.
- _____. *Russian Eurasianism – An Ideology of Empire*. Baltimore: John Hopkins Uni. Press, 2012b.
- LIKHACHEV, Viacheslav, et al. *The Euro-Asian Jewish Yearbook*. Kiev: Dukhi Litera, 2004.
- LUKS, Leonid. *Entstehung der kommunistischen Faschismustheorie*. Stuttgart: DVA, 1985.
- MINKENBERG, Michael. *The Radical Right in Europe – An Overview*. Gütesloh: Bertelmann, 2008.
- MITROKHIN, Nicolay. *Russkaja partija. Dvizenie russkich nacionalistov v SSSR.1953-1985*. Moscou: Hoboe, 2003.
- PARLAND, Thomas. *The Extreme Nationalist Threat in Russia*. Oxford: Routledge, 2004.
- PRAVDA, Alex (ed.). *Leading Russia – Putin in Perspective*. Oxford: Oxford Uni. Press, 2005.
- PRIBILOVSKI, Vladimir; FELSHTINSKI, Yuri. *A Era dos Assassinos — A Nova KGB e o Fenômeno Vladimir Putin*. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- RIASANOVSKY, Nicholas. *Russian Identities – A Historical Survey*. Oxford: Oxford Uni. Press, 2005.
- SHUKMAN, Harold. *Rasputin*. Stroud: Sutton, 1997.
- _____. *Stalin*. Stroud: Sutton, 1999.
- SNYDER, Timothy. *Bloodlands – Europe between Hitler and Stalin*. New York: Basic Books, 2010.
- SOLOVEI, Valerii; URBAN, Joan. *Russia's Communists at the Crossroads*. Boulder: Westview, 1997.
- TUCKER, Robert. *The Soviet Political Mind: Stalinism and Post-Stalin Change*. New York: Norton, 1963.
- _____. *Stalinism: Essays in Historical Interpretation*. New York: Norton, 1977.
- ULAM, Adam. *Bolsheviks – Intellectual and Political History of the Triumph of Communism in Russia*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- _____. *Stalin – the man and his Era*. New York: Viking, 1973.
- UMLAND, Andreas. *Vladimir Zhirinovskii in Russian Politics – Three Approaches to the Emergence of the Liberal-Democratic Party of Russia 1990-1993*. Tese de Doutorado (Dr. phil.) em História. Berlim: Freie Universität Berlin, 1997.
- _____. *Post-Soviet Uncivil Society and the Rise of Alexandr Dugin: A Case Study of the Extraparliamentary Radical Right in Contemporary Russia*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Cambridge: University of Cambridge, 2007.

VERKHOVSKII, Alexandr. *Rossiiia - ne Ukraina: Sovremennye Aktsenty Natsionalizma*. Moscou: Sova, 2014.

WALICKI, Andrzej. *A History of Russian Thought from the Enlightenment to Marxism*. Palo Alto: Stanford Uni. Press, 1979.

WIPPERMANN, Wolfgang. *Faschismus – Eine Weltgeschichte vom 19. Jahrhundert bis heute*. Darmstadt: Primus, 2009a.

_____. *Dämonisierung durch Vergleich – DDR und Drittes Reich*. Berlin: Rotbuch, 2009b.

YANOV, Alexander. *The Russian New Right: right-wing ideologies in the contemporary URSS*. Berkeley: Institute of International Studies, University of California, 1978.

_____. *The Russian Challenge and the Year 2000*. Oxford: Blackwell, 1987.

_____. *Weimar Russia and what we can do about it*. New York: Slovo Word, 1995.

Notas:

i

Disponível em: <<https://ieac.academia.edu/AndreasUmland>>.

ii N.T.: Adam Ulam, historiador e cientista político nascido na Polônia e naturalizado estadunidense. Autor, entre outros, de *Stalin – the man and his Era* (1973) e *Bolsheviks – Intellectual and Political History of the Triumph of Communism in Russia* (1965).

iii N.T.: Robert Tucker, historiador e cientista político estadunidense, autor de *The Soviet Political Mind: Stalinism and Post-Stalin Change* (1963) e *Stalinism: Essays in Historical Interpretation* (1977).

iv N.T.: Stephen Cohen, pesquisador norte-americano dedicado ao estudo da civilização russa. Autor de *Soviet Fates and Lost Alternatives: From Stalinism to the New Cold War* (2011) e de *Rethinking the Soviet Experience: Politics and History since 1917* (1985).

v N.T.: John B. Dunlop, pesquisador sênior do Instituto Hoover, da Universidade de Stanford, especialista na história da União Soviética e da Rússia pós-queda. É autor, entre outros, de *The Rise of Russia and the Fall of the Soviet Empire* (1995).

vi N. T.: Walter Laqueur, historiador e comentarista político, especialista na história da União Soviética, da Alemanha e do Sionismo. Autor, entre outros, de *Black Hundred* (1993) e *Putinism* (2015).

vii N.T.: Andrzej Walicki, historiador das ideias, especializado nas filosofias russa e polonesa, foi professor da Universidade de Notre Dame. Autor, entre outros, de *A History of Russian Thought from the Enlightenment to Marxism* (1979).

viii N.T.: Nichlolas Riasanovsky, historiador e professor da Universidade da Califórnia – Berkeley, especialista na história russa. Autor, entre outros, de *Russian Identities* (2005).

ix N.T.: Darrell Hammer, politólogo especialista na história da União Soviética, foi professor da Universidade de Indiana. Entre suas obras, destaca-se *URSS: The Politics of Oligarchy* (1974).

x N.T.: Yitzahk Brudny, Cientista Político e professor da Universidade Hebraica de Jerusalém, autor, entre outros, de *Reinventing Russia* (1998).

xi N.T.: Thomas Parland, cientista social finlandês que se dedicou ao estudo das origens intelectuais da nova direita russa no período da URSS. Entre suas obras, destaca-se *The Extreme Nationalist Threat in Russia* (2004).

xii N.T.: Historiador, jornalista e politólogo, conhecido crítico de Putin e seu governo, escreveu, entre outros, junto de Yuri Felshtinsky, *A Era dos Assassinos* (2013).

xiii N.T.: Historiador e professor da Universidade de Moscou, autor, com Joan Urban, de *Russia's Communists at the Crossroads* (1997).

- xiv N.T.: Matemático, jornalista e analista político russo, autor, entre outros, de [Rossiia - ne Ukraina: Sovremennye Aktsenty Natsionalizma \(2014\)](#).
- xv N.T.: Historiador, politólogo e publicista, escrevendo sobre temas como extrema-direita e antisemitismo, trabalhando ativamente junto ao *Euro-Asian Jewish Congress*. Organizador do *The Euro-Asian Jewish Yearbook*.
- xvi N.T.: Historiador, membro da Academia Russa de Ciências, de Moscou, onde é pesquisador sênior e chefe de pesquisas do Departamento de Análises de Processos Sócio-Políticos, Instituto de Sociologia.
- xvii N.T.: Historiador e politólogo, pesquisador do Centro de Pesquisas em Estudos da Europa Oriental da Universidade de Bremen. É autor, entre outros, de *Russkaja partija. Dvizenie russkich nacionalistov v SSSR.1953-1985* (2003).
- xviii N.T.: Ativista pelos direitos humanos e contra o racismo, produziu, junto ao Centro de Informação e Análises SOVA uma série de estudos e relatórios, intitulados *Radical Nationalism in Russia, and Efforts to Counteract It*.
- xix N.T.: Historiador, titular da cadeira de Estudos Contemporâneos da Europa Central e Oriental na Universidade Católica de Eichstätt-Ingolstadt. Entre suas publicações, destaca-se *Entstehung der kommunistischen Faschismustheorie* (1993).
- xx N.T.: Historiadora, socióloga e politóloga, especialista na sociedade russa pós-soviética e autora, entre outros, de *Russian Eurasianism – An Ideology of Empire* e *Russian Nationalism* (2012b), *Foreign Policy and Identity Debates in Putin's Russia* (2012a).
- xxi N.T.: Historiador e filósofo político, Griffin é reconhecido como um dos principais estudiosos do Fascismo na atualidade. Professor em Oxford Brookes, é autor de *A Fascist Century* (2008) e *The Nature of Fascism* (1993).
- xxii N.T.: Historiador e politólogo, foi professor da Universidade de Oxford ligado ao Centro Saint Antony de Estudos Russos e do Leste Europeu. É autor, entre outros, de *The Gorbachev Factor* (1996) e de *The Rise and Fall of Communism* (2010).
- xxiii N.T.: Alex Pravda, pesquisador sênior do Centro de Estudos Russos e do Leste Europeu (Oxford) e editor de *Leading Russia – Putin in Perspective* (2005).
- xxiv N.T.: Harold Shukman, historiador inglês especializado na história da Rússia, foi autor, entre outros, das biografias de *Stalin* (1999) e de *Rasputin* (1997).
- xxv N.T.: Wolfgang Wippermann, historiador alemão ligado ao Instituto de História Friedrich-Meinecke, da Universidade Livre de Berlim, é autor, entre outros, de *Faschismus – Eine Weltgeschichte vom 19. Jahrhundert bis heute* (2009) e *Dämonisierung durch Vergleich – DDR und Drittes Reich* (2009).
- xxvi N.T.: Michael Minkenberg, politólogo e professor no Departamento de Ciência Política da Universidade Viadrina (Frankfurt am Oder). É autor, entre outros, de *The Radical Right in Europe: Na Overview* (2008).
- xxvii Disponível em: <https://www.academia.edu/7520397/Vladimir_Zhirinovskii_in_Russian_Politics_Three_Approaches_to_the_Emergence_of_the_Liberal-Democratic_Party_of_Russia_1990-1993_Dr._Phil._in_History_Free_University_of_Berlin_1997_>.
- xxviii Disponível em: <https://www.academia.edu/2635113/Post-Soviet_Uncivil_Society_and_the_Rise_of_Aleksandr_Dugin_A_Case_Study_of_the_Extraparliamentary_Radical_Right_in_Contemporary_Russia_Ph.D_in_Politics_University_of_Cambridge_2007_>.
- xxix Ver: < <http://evrazia.org/search.php?query=%D3%EC%EB%E0%ED%E4&x=4&y=3> >.
- xxx Ver: < <http://evrazia.org/article/368> >.
- xxxi Ver: < <http://zavtra.ru/content/view/pedofil-li-doktor-umland/> >
- xxxii TISHINSKII, Georgii. Pedofil li doktor Umland? Razmyshleniia o metafizicheskoi pedofilii. In: *Zavtra*. 12 mai. 2015.
- xxxiii *Think tank* fundado em 2012 pelo jornalista Alexander Prochanow com vistas à conservação de um patriotismo e um nacionalismo russos em meio às teorias eurasianas.

A TRAJETÓRIA ESQUECIDA DA FOTÓGRAFA MARGARET MICHAELIS: ENTREVISTA COM HELEN ENNIS

THE FORGOTTEN HISTORY OF PHOTOGRAPHER MARGARET MICHAELIS: INTERVIEW WITH HELEN ENNIS

Erika ZERWES*

Margaret Michaelis nasceu Margarethe Gross, em 1902, na cidade de Dzieditz, que naquele momento pertencia à Áustria, mas que, devido aos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, depois de 1919 passou a pertencer à Polônia. Ela nasceu judia e mulher, e se fez fotógrafa e anarquista, durante a primeira metade do século XX.

A curadora e professora da *Australian National University*, Helen Ennis, afirma em *Margaret Michaelis: Love, loss and photography*, a biografia que escreveu sobre ela, que Michaelis fez parte de uma geração de mulheres que passou a ser chamada de “*neue Frau*”, a nova mulher. Estas novas mulheres ocuparam um lugar de visibilidade social a partir do final da Primeira Guerra Mundial, e a fotografia – em especial a de estúdio – era uma das profissões abertas a elas, e às quais elas recorreram (MESKIMMON, WEST, 1995). Margaret Michaelis realizou em Viena, entre 1918 e 1921 uma formação técnica em fotografia bastante completa, e em seguida, trabalhou em estúdios fotográficos em Viena, Praga e Berlim (para este e os próximos parágrafos, ver ENNIS, 2005; MENDELSON, LAHUERTA, 1998).

Foi em Berlim que, em 1929, ela conheceu seu primeiro marido, o militante do grupo anarco-sindicalista FAUD (*Freie Arbeiter Union Deutschlands*, ou União dos Trabalhadores Livres da Alemanha) Rudolf Michaelis. Enquanto trabalhava em diversos estúdios fotográficos, Margaret também se envolveu com o grupo. Em 30 de janeiro Hitler assumiu o poder na Alemanha e suprimiu a FAUD, e já no dia 9 de março Margaret foi presa na livraria que abrigava o grupo na clandestinidade, e liberada alguns dias depois. Em 4 de agosto foi a vez de Rudolf ser preso, só sendo liberado depois de cinco semanas, e com muito custo. Em dezembro deste mesmo ano de 1933, temendo por sua segurança, o casal deixou a Alemanha em direção à Espanha, para onde já

* Doutora em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, IFCH-UNICAMP. Pós Doutoranda – Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, MAC USP, São Paulo, Brasil. Bolsista FAPESP. E-mail: erikazerwes@gmail.com.

havia imigrado amigos alemães também membros da FAUD.

O período em que viveu na Espanha, entre 1934 e 1937, foi o único período da vida de Margaret Michaelis em que ela desenvolveu um trabalho mais prolongado com fotografia de rua e fotojornalismo, em oposição à fotografia de estúdio. Em Barcelona, ela abriu um estúdio que fazia imagens publicitárias, mas também publicou fotografias na revista *A.C. Documentos de actividad contemporánea*, editada pelo *Grup d'Arquitectes i Tècnics Catalans per al Progrés de l'Arquitectura Contemporània* (ou GATCPAC, regional catalã do GATEPAC, braço espanhol do CIAM). Este grupo ao mesmo tempo que congregou artistas e arquitetos do movimento modernista, estava fortemente ligado com a Terceira República. Quando houve o levante militar capitaneado por Franco, em junho de 1936, Margaret passa a fotografar nas ruas a vida dos habitantes de Barcelona sob a guerra. Em meados do ano de 1937, Margaret e Rudolf já estavam separados, quando, em meio aos expurgos stalinistas contra os sindicatos e movimentos anarquistas, conhecidos como os “acontecimentos de maio” em Barcelona (ORWELL, 2003), Rudolf foi novamente preso, desta vez pelas forças republicanas. Ao final deste ano Margaret deixa a Espanha.

A biografia da fotógrafa nos informa que, depois de sair da Espanha, Margaret passou pela França e por sua terra natal, agora incorporada à Polônia, mas que as dificuldades levantadas pelo antissemitismo a levaram a buscar um visto para a Inglaterra, para onde foi em dezembro de 1938. Depois de alguns meses vivendo em Londres e trabalhando como empregada doméstica – a única possibilidade de emprego que lhe foi dada – Margaret continuou a buscar outras possibilidades de imigração, desta vez para fora da Europa. Em julho de 1939, no mesmo dia em que seus dois irmãos conseguem um visto para a família, e para ela, para se estabelecerem na cidade de São Paulo, o pedido que ela havia feito de visto para a Austrália é também concedido.

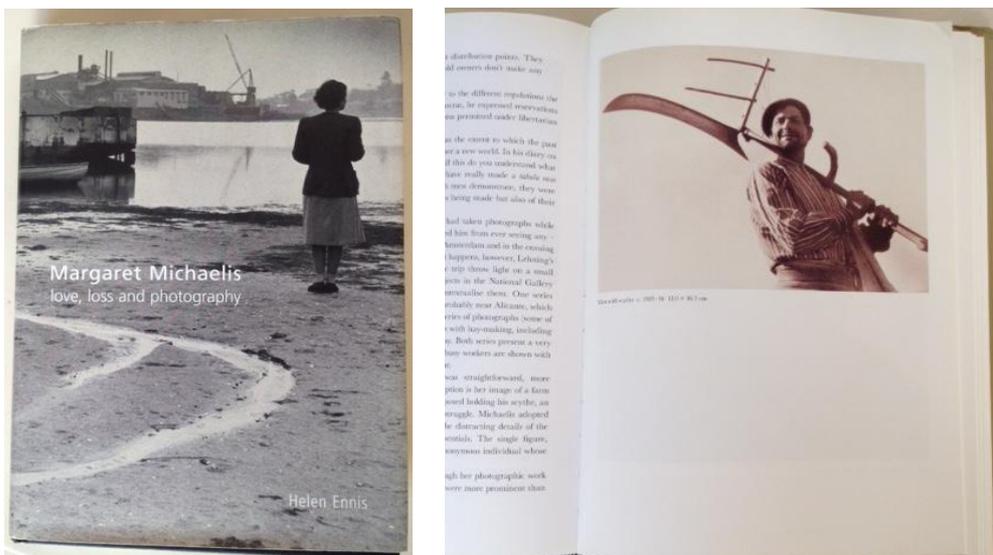
Margaret escolheu ir sozinha para Sydney, onde abriu um estúdio de retratos fotográficos em 1940. Se tornou membro do *Professional Photographers Association de New South Wales* no ano seguinte, mas permaneceu durante os anos da Segunda Guerra Mundial sob vigilância do governo por ser um “inimigo estrangeiro”. Ao fim da guerra se naturalizou australiana, e, em 1960 se casou pela segunda vez, com o também imigrante austríaco Albert George Sachs.

Helen Ennis conheceu Margaret Michaelis Sachs em 1985, três décadas depois dela ter abandonado a fotografia, em uma casa de repouso de Melbourne. Ela era uma jovem curadora da *National Gallery of Australia*, e entrou em contato com Michaelis

para adquirir algumas fotografias para a instituição. Sua vida e sua obra tinham caído em completo esquecimento, mas as investigações de duas pesquisadoras chamaram a atenção para o trabalho dela. Este ano de 1985 seria o ano de sua morte, mas Margaret ainda estava completamente lúcida nestas entrevistas. Segundo Ennis, “de quando em quando a Sra. Sachs fazia perguntas sobre mim. O que eu achei da qualidade das reproduções fotográficas nos livros que ele me mostrou? Quais eram minhas opiniões sobre feminismo? Se eu sabia quem eram Saccho e Vanzetti?”¹. As preocupações políticas de quem viveu mulher, judia e anarquista durante os tempos sombrios do século XX transparecem². Esta é uma história de derrotados. Por sua origem judia, Michaelis foi retirada de suas raízes. Por ser anarquista, perdeu duplamente a luta na Espanha – os comunistas derrotados reescreveram esta história não como a revolução defendida pelos anarquistas, mas como guerra civil.

Nesta entrevista, Ennis a coloca lado a lado com outras três mulheres fotógrafas que estiveram no conflito espanhol, Tina Modotti (1896-1942), Gerda Taro (1910-1937) e Kati Horna (1912-2000). Modotti esteve na Espanha trabalhando para o Partido Comunista Soviético (AGOSTINIS, 2008). Taro trabalhou para a imprensa comunista, mas tinha uma postura independente que foi interrompida precocemente com sua morte em 1937 (SCHABER, 2006). Já Horna, assim como Michaelis, era ligada ao anarquismo. Kati Horna fugiu da Espanha para o México em 1939, trazendo consigo uma técnica, estética e ética fotográfica para o novo mundo (RODRÍGUEZ, 2013). Embora Ennis nos diga que não acredita que Michaelis tenha interagido de forma decisiva com outros fotógrafos nos anos da Segunda Guerra, ela reconhece a importância da formação e do desenvolvimento de seu fazer fotográfico na Europa do entre guerras – uma característica que, assim como Horna, Michaelis carregou consigo em sua fuga para o novo mundo. A importância de reconstruir a história destas mulheres vem também da capacidade de agirem como vetores para a disseminação do fazer fotográfico pelo mundo³.

A entrevista a seguir foi realizada por e-mail, a pedido da entrevistada, depois de uma longa conversa por telefone.



Imagens 1 e 2. Capa e páginas do livro *Margaret Michaelis: Love, loss and photography*, de Helen Ennis.

Você poderia falar um pouco sobre como você entrou pela primeira vez em contato com o trabalho da fotógrafa Margaret Michaelis? Quais aspectos da vida e obra dela que particularmente chamaram a sua atenção?

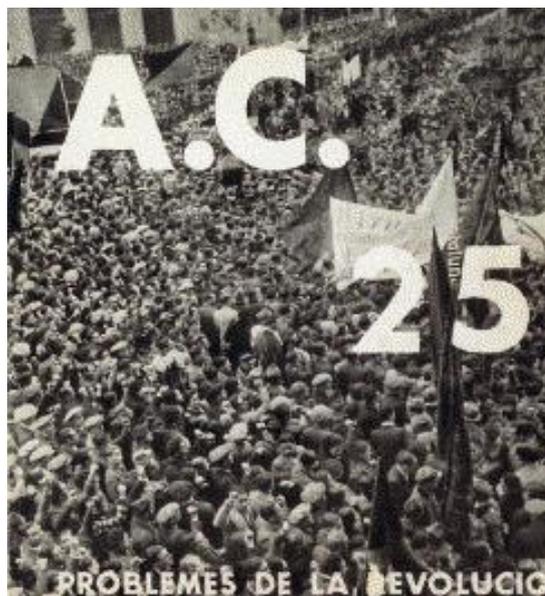
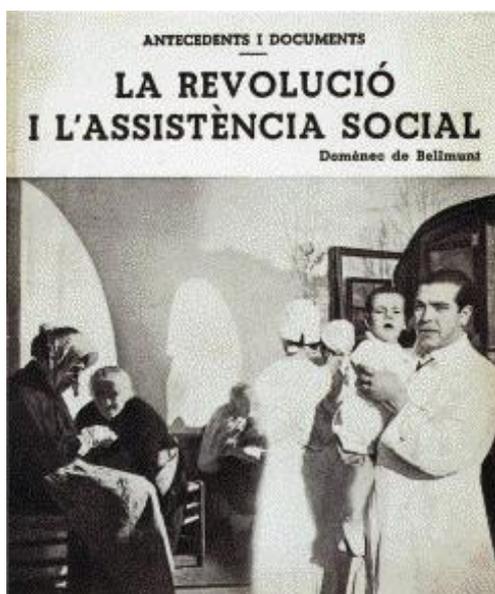
O trabalho de Michaelis foi trazido para a atenção do público na Austrália primeiro por umas acadêmicas feministas, Barbara Hall e Jenni Mather, que trabalharam em um projeto sobre Mulheres Fotógrafas Australianas em fins dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980. Elas publicaram exemplos do trabalho de Michaelis no livro delas, *Australian Women Photographers* [Mulheres Fotógrafas Australianas], e eu fiquei realmente impressionada quando eu vi as imagens. Ter uma combinação assim de incríveis visualidades europeias e australianas era bastante incomum.

Então, para mim, o contexto inicial foi o do feminismo. Mas depois de me tornar mais familiarizada com a Margaret Michaelis e a sua obra, outro contexto importante foi o da contribuição para a fotografia australiana – e para o mundo da arte de modo mais geral – feita por emigrados europeus, deslocados pela Segunda Guerra Mundial. Eu escrevi sobre isso em um livro editado por Roger Butler na *National Gallery* [a Galeria Nacional Australiana], que se chama *The Europeans* [Os Europeus]. Também foi importante para mim o encontro que tive pessoalmente com Michaelis, e a oportunidade que me levou a pensar sobre biografias e as particularidades das vidas e experiências de mulheres.

No seu livro, você afirma que a fotografia de estúdio era uma profissão aceita para mulheres na década de 1920, e foi assim que a Michaelis foi treinada naquela época. Como você vê então esses anos formativos dela na Europa do entre guerras, e a importância deste período para o futuro trabalho dela – entre outros – como fotógrafa durante a Guerra Civil Espanhola?

Certamente, seus anos na Europa foram cruciais para o seu treinamento em fotografia, pois ela teve uma formação bastante completa em retrato de estúdio. Mas o círculo no qual ela se viu inserida foi também incrivelmente importante, e o contato que ela teve com anarquistas radicais em Berlim e Barcelona estimulou transformações na sua prática fotográfica. Viver em Barcelona foi uma experiência que mudou a vida dela, pois a levou a entrar em contato com projetos utópicos de arquitetos de esquerda. Ela pôde então ver como a fotografia poderia ter um papel social e político. A fotografia não precisava ficar confinada à burguesia, para aqueles que ganhavam bem o suficiente para mandar fazer belos retratos de si mesmos. No entanto, depois que ela fugiu da Espanha, ela não teve mais oportunidade de ir atrás do tipo de trabalho engajado política e socialmente que ela vinha fazendo. Aquele trabalho pertencia a um momento histórico muito particular e incrivelmente intenso.

Ela também havia sido fundamentalmente transformada pelas experiências de deslocamento, vindo para a Austrália sem amigos ou família. O destino de sua família e amigos judeus, e o isolamento na Austrália, causaram nela um longo e duradouro impacto psicológico.



Imagens 3 e 4. Capas do folheto *La revelució i l'assistència social*, Barcelona, 1937, e da revista *A.C. Documentos de actividad contemporánea* n.25, 1937, com fotografias de Margaret Michaelis.

Você cita o primeiro marido da fotógrafa, que diz que Margaret Michaelis não era engajada politicamente a princípio, mas que foi levada a se engajar por conta de toda a perseguição sofrida devido à ascendência judaica dela e à militância anarquista dele. O trabalho de Michaelis na Espanha, logo antes e durante os primeiros meses da Guerra Civil, demonstram que efetivamente ela era politicamente engajada com o lado republicano. Como você vê a relação dela com o anarquismo? Você acha possível ver este envolvimento político nas próprias imagens?

Eu não encontrei evidência de que a Michaelis era engajada politicamente antes de conhecer o Rudolf [Michaelis, seu primeiro marido]. O trabalho que ela fez em Viena é bastante convencional. Então as mudanças que começam a ficar aparentes quando ela morava em Berlim, na minha opinião, realmente se devem muito ao contato dela com ele e com outras pessoas de esquerda. É na Espanha, no entanto, que o trabalho da Margaret Michaelis, por causa das suas circunstâncias e da sua política, se tornam abertamente políticos.

Veja o que ela escolhe fotografar – a sua temática diz muito. Pessoas comuns, trabalhadores, mulheres, médicos. Estes são os heróis do movimento republicano, mas eles são também mostrados como pessoas comuns.

A sua pesquisa indica que a atividade política da Margaret Michaelis, e as subsequentes perseguições sofridas pelos anarquistas, foram fundamentais para a ida dela para a Espanha, e depois para a Austrália. O longo caminho dela de imigração por países da Europa, e depois para outro continente, foi de certo modo seguido por muitos durante aqueles “tempos sombrios”. Na sua opinião, as viagens da Michaelis podem ter ajudado a estabelecer um intercâmbio de práticas e estéticas fotográficas? Você vê isto na biografia dela?

A “escolha” da Michaelis de ir para a Espanha não foi exatamente livre. Ela e o Rudolf tiveram que sair de Berlim super rápido e havia uma certa lógica em ir para Barcelona, por conta do envolvimento de seus amigos com o anarco-sindicalismo e a esperança pela revolução que as pessoas de esquerda tinham (de onde quer que elas viessem). Eu não acho que a Margaret Michaelis teve um controle completo sobre o destino final dela – a Austrália – também. Certamente ela tinha que sair da Europa, sendo judia e sendo de esquerda, mas ela estava submetida a todos os processos e aprovações impostos pelos governos estrangeiros. O *timing* dela foi afortunado, porque a Austrália recebeu imigrantes em 1939, mas depois houve um intervalo. A próxima grande admissão de imigrantes aconteceu depois da guerra, e nessa ocasião ela poderia ter tido menos chance, porque daí a prioridade era receber as pessoas deportadas que ainda permaneciam em campos na Europa.

Então o que estou dizendo é que ela não teve a capacidade de exercer tanta autonomia quanto pode-se pensar hoje em dia. Ela era vulnerável e correu perigo em um tanto de momentos cruciais, e teve que agir rapidamente, não necessariamente com uma grande dose de premeditação e planejamento. Eu penso que, dado o tumulto na Europa em 1937-38, ela podia não estar fazendo muita fotografia, e eu não tenho informação sobre quaisquer interações com outros fotógrafos neste momento.

Como você vê o trabalho e o legado dela enquanto uma mulher fotógrafa, em comparação com outros fotógrafos homens – de estúdio ou de guerra?

A Margaret Michaelis sofreu o destino de muitas mulheres da sua geração e do seu tempo. Isto é, o trabalho dela não era muito conhecido, porque desapareceu da exibição pública por décadas. Algumas das razões para isso foram pessoais, mas são também típicas. O resgate do trabalho e da reputação dela também é típico, e tem a ver,

principalmente, com o trabalho de historiadores da arte e biógrafos feministas – estou pensando em [Tina] Modotti, [Kati] Horna, [Gerda] Taro, etc.

Na biografia de Michaelis você fala sobre a materialidade das imagens, e como estar em contato próximo com elas ajudou você a entender melhor o trabalho dela. Você poderia comentar sobre este aspecto da pesquisa em arquivos de fotografia?

No meu ver este tem sido um dos desenvolvimentos mais animadores na história e teoria da fotografia. A antropóloga visual inglesa Elizabeth Edwards tem tido importância nesta área, por meio de seus escritos e de suas curadorias. O que nós temos visto é uma mudança de pensar a fotografia apenas enquanto imagem, para pensar a fotografia também como objetos com histórias e características físicas muito distintas.

Eu tenho um longo envolvimento com fotografia, por meio do meu trabalho curatorial, e eu sempre fui especialmente interessada na materialidade das fotografias. O que o tamanho diz, o que as inscrições indicam, o que a apresentação transmite, como as condições estimulam narrativas, etc.

Qual seria, na sua opinião, a importância de arquivos como o dela, que se encontra na National Gallery of Australia?

Eu acredito que o arquivo é incrivelmente importante, para historiadores da fotografia, mas também para a história, já que algumas das fotografias da Michaelis dizem respeito a grandes eventos do século XX. Foi bastante comovente ver como historiadores e historiadores da arte espanhóis responderam ao ver alguns aspectos do seu passado sendo devolvidos para eles, quer dizer, quando eles puderam ver as fotografias que ela havia feito na Espanha e que estavam perdidas por décadas. A exposição em Valencia devolveu a visibilidade para elas por um breve momento. Pessoalmente, eu também tenho muito interesse no tipo irregular de arquivos como é o da Michaelis – fotografias de todos os tipos, cartas, escritos pessoais, etc. Juntas, essas coisas fornecem oportunidades maravilhosas de exploração.

Por fim, quais os desafios e possibilidades que você encontrou pesquisando uma vida que foi por vezes marcada pela imigração e pela perseguição?

Muitos! A própria Michaelis era uma pessoa muito complexa, mas eu saí de nossos encontros com um sentimento de grande respeito por ela e pelo trabalho dela. Ela era uma pessoa que poderia ter desistido de tudo por causa de toda a tragédia que ela viveu. Ao invés disso, ela escolheu continuar e colocar toda a sua energia em fazer retratos por muitos anos antes de chegar aqui [na Austrália]. Quando eu conheci ela em 1985, ela ainda era muito vivaz [*as bright as a button*], interessada em todos os tipos de coisas.

Referências

- A.C. *Documentos de actividad contemporánea* n.25. Barcelona, 1937.
- AGOSTINIS, Valentina (ed). *Tina Modotti. Vita, arte e rivoluzione. Lettere a Edward Weston*. Milano: Ascondita, 2008.
- ENNIS, Helen. *Margaret Michaelis: Love, loss and photography*. Canberra: National Gallery of Austrália, 2005.
- La revelació i l'assistència social*, Barcelona, 1937.
- MENDELSON, Jordana, LAHUERTA, Juan José. *Margaret Michaelis. Fotografía, vanguardia y política en la Barcelona de la República*. Valencia: IVAM Institut Valencià d'Art Modern, 1998.
- MESKIMMON, Marsha, WEST, Shearer. *Visions of the Neue Frau*. Ashgate: Scholar Press, 1995.
- ORWELL, Geroge. *Lutando na Espanha*. São Paulo: Globo, 2006.
- RODRÍGUEZ, José Antonio, et. al. *Kati Horna*. México, DF; Barcelona: Editorial RM, 2013.
- SCHABER, Irme. *Gerda Taro, Une photographe révolutionnaire dans la guerre d'Espagne*. Monaco: Éditions du Rocher, 2006.

¹ “Every now and then Mrs Sachs would ask questions of me. What did I think of the quality of photographic reproductions in books she showed me? What were my views on feminism? Did I know who Saccho and Vanzetti were?” (Tradução livre da autora). ENNIS, Helen. *Op. cit.*, p. 3.

² Depois de sua morte, o arquivo de imagens e escritos de Margaret Michaelis foi doado para a *National Gallery of Austrália*, e finalmente redescoberto. Foi exposto em uma sala especial nesta instituição, depois foi retomado por pesquisadores espanhóis. Entre 1998-99 houve uma exposição de suas fotografias da Espanha no IVAM em Valencia, e em 2005 houve uma grande retrospectiva de seu trabalho também na NGA.

³ O site da NGA tem disponível para consulta uma galeria com fotografias selecionadas do arquivo de Margaret Michaelis: <http://cs.nga.gov.au>

Entrevista recebida em 07/04/2016. Aprovada em 18/11/2016.

GÓMEZ, Antonio Castillo. *Livros e Leituras na Espanha do Século de Ouro*. Tradução Cláudio Giordano. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014. 208 p.

Fernando RIPEⁱ
Mauro DILLMANNⁱⁱ

A obra *Livros e Leituras na Espanha do Século de Ouro*, de Antonio Castillo Gómez, publicada em 2014 no Brasil pela Ateliê Editorial, reúne uma série de textos do autor que foram originalmente publicados em Portugal e na Espanha entre os anos 2000 e 2006 como artigos de revistas e capítulos de livros.

Professor titular de *História da Cultura Escrita* na Universidade de Alcatá, em Madri (Espanha) e especialista no campo da História Social da escrita e da leitura na Idade Moderna, o Doutor em História Antonio Castillo Gómez é autor de vasta produção científica. Destacamos algumas de suas publicações, como *Historia mínima del libro y la lectura* (2004); *Das tabuinhas ao hipertexto. Uma viagem na historia da cultura escrita* (2004); *Entre la pluma y la pared. Una historia social de la escritura en los siglos de Oro* (2006).¹

Organizado em seis capítulos, o livro aqui resenhado trata da reconstrução histórica das práticas de leitura na Espanha tendo como periodização o Século de Ouro,² buscando aproximar discursos, práticas e representações da leitura, enfocando as práticas de ler e seus efeitos, os modos de leitura de eruditos a populares. Na introdução, Gómez confessa que procura “modestamente contribuir para uma forma de fazer história, aquela que rastreia a leitura e os leitores, consciente, como observou Robert Darnton, de sua dificuldade, dada a escassez de pistas que muitas vezes não existem” (GÓMEZ, 2014, p. 21). E segue de perto as contribuições teóricas de Donald Mckenzie, Henri-Jean Martin e Armando Petrucci,³ declaradamente caros a Roger Chartier,⁴ além de Daniel Roche, Michel de Certeau, Jean-François Gilmont, Fernando Rodríguez de la

ⁱ Doutorando em Educação – Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal de Pelotas – UFPel – Pelotas, RS – Brasil. Membro do Centro de Estudo e Investigação em História da Educação (CEIHE/UFPel). E-mail: fernandoripe@yahoo.com.br.

ⁱⁱ Doutor em História – Programa de Pós-graduação em História – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – São Leopoldo, RS - Brasil. Professor do Instituto de Ciências Humanas e da Informação e do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: maurodillmann@hotmail.com

Flor, entre outros, dos quais destacaríamos principalmente Roger Chartier e Robert Darnton.

A história das práticas de escrita e leitura no período moderno europeu tem, atualmente, em Roger Chartier a sua maior referência. A publicação, no Brasil, de *A mão do autor e a mente do editor* (Editora Unesp, 2014), reúne textos escritos por Chartier na primeira década de 2000, cuja análise dos processos de produção e publicação de textos são vinculadas às materialidades e suportes que lhes deram forma. Desse modo, considera que as formas particulares de um texto mudam, se alteram, são dinâmicas, dependendo do leitor, do tradutor, do revisor, do tipógrafo, dos copistas, dos censores e dos editores (CHARTIER, 2014, p. 12). Chartier também revela “a forte e repetida presença da Espanha dos séculos XVI e XVII”, por sua confessada “afeição por obras do Século de Ouro espanhol”, pelo estudo de determinados capítulos de *Dom Quixote*, de Cervantes e por considerar a Espanha como o Estado que produziu “exemplos brilhantes dos mais sedutores gêneros literários de escrita imaginativa: o romance de cavalaria, a autobiografia picaresca, a nova *comedia*, bem como *Dom Quixote*, uma obra que não se encaixava em nenhum gênero estabelecido” (CHARTIER, 2014, p. 13). Identifica-se com facilidade a confluência teórica entre Chartier e Castillo Gómez quando conjugam História Cultural e Crítica Literária na história do livro, dos textos, da cultura escrita e das práticas de leitura. O próprio Gómez destaca, na introdução, que “os ecos [de Chartier] podem ser vislumbrados nestas páginas e sem cujo magistério, direto ou indireto, minha intuição seguramente não se teria despertado” (GÓMEZ, 2014, p. 21).

O capítulo 1, “*Do Elegante e Grande Escrutínio*”. *A Leitura Entre a Norma e a Transgressão*, coloca em evidência o quanto os livros de cavalarias na Espanha eram considerados como leituras que causariam males, motivo pelo qual deveriam ser vigiadas e censuradas. A sociedade espanhola do Século de Ouro perseguia tais livros, considerando-os perigosos e maléficos, principalmente porque provocariam práticas de leitura descontroladas, atos impudicos, deleites e amores, considerados como verdadeiros “venenos da alma” (GÓMEZ, 2014, p. 30). As leituras classificadas como corretas eram aquelas que instruíam, ensinavam bons exemplos, formavam bons cristãos, tanto em moralidade quanto em virtudes. Nesse sentido, expressavam seus valores na hierarquização dos livros, uma vez que livros de devoção, de orações, de teologia, de lógica, de direito, de crônicas e de História eram considerados úteis aos

governantes, e, principalmente, de proveito espiritual, pois os fariam honrados e virtuosos. Ainda que o autor reitere as boas e corretas leituras como aquelas vinculadas às instruções de comportamento moral e de regulação de condutas tidas como virtuosas, muito pouca atenção é dedicada à consideração destas leituras como meios importantes para a salvação da alma.

A leitura excessiva e a posse de grande número de livros, sua diversidade, era algo ridicularizado, porque a ideia consistia em “ler pouco”, mas “bons livros”, expressões que Castillo Gómez repete em seus argumentos ao longo dos capítulos do livro. Tal recorrência, na documentação consultada, sobre a necessidade de instrução e leitura de “bons livros”, revela, segundo o autor, a existência de certa frequência e hábito de leituras transgressoras, constatação feita “pelo negativo”: “a regra revela em si mesma a existência da realidade que se regula”, daí a “insistência a respeito dos vícios e imoralidades” provocadas por alguns livros (GÓMEZ, 2014, p. 50).

No capítulo 2, *Ler e Anotar. A Leitura Erudita*, são abordadas as maneiras de se efetuar a leitura e a relação dos sujeitos com aquilo que liam, suas marcas, seus indícios, principalmente aqueles que “ficaram nas anotações e sublinhados feitos sobre o próprio livro” (GÓMEZ, 2014, p. 55). O contato com os livros trazia aos indivíduos “fonte de inspiração”, conhecimento, “ideias para conversar ou pregar” e orientações para a condução da própria vida (GÓMEZ, 2014, p. 55). A leitura podia se dividir entre paixão ou proveito e podia ser encarada como remédio para aliviar enfermidades. Ler devagar, ler o necessário e ler com atenção para tirar proveito das leituras eram recomendações dos eruditos, pois ler em demasia poderia provocar fastio, dor de cabeça e enfado⁵ (GÓMEZ, 2014, p. 63).

Considerando ainda os subsídios teóricos utilizados por Castillo Gómez, sobre os processos de produção e publicação da cultura escrita, identificamos alguns aspectos de interlocução com os do trabalho do historiador Robert Darnton. Para este, a história do livro possui uma definição mais alargada, percebendo-a enquanto “história social e cultural da comunicação impressa” como aquela que apresenta a “finalidade de compreender como as ideias foram transmitidas sob forma impressa e como a exposição à palavra impressa afetou o pensamento e a conduta da humanidade”. Estudioso das formas de comunicação, Darnton (2010, p. 190) analisou impressos como panfletos, poesias, editos e “outras formas além do livro”. Para esse autor, os livros impressos surgem e se propagam a partir de “um circuito de comunicação que vai do autor ao

editor (...), ao impressor, ao distribuidor, ao livreiro e ao leitor” e o leitor é quem completa o dito circuito (DARNTON, 2010, p. 193). Em outro relevante trabalho, Robert Darnton (2014) analisou a capilarização da informação e dos modos de ler, destacando que as redes de comunicação na Paris do século XVIII se constituíam a partir das possibilidades de leituras públicas de poesias, folhetos, cartazes, de forma que no espaço público, tornavam-se oralidades em canções, conversas, burburinhos, como modos de críticas políticas à administração da cidade e ao rei. A verificação dessa inspiração darntoniana pode ser evidenciada especialmente no capítulo 5, *Ler na Rua. Versos, Avisos e Panfletos*, quando Gómez analisa a ligação entre o manuscrito e o impresso e “sua transmissão através de leituras coletivas realizadas em espaços públicos” (GÓMEZ, 2014, p.137). Eram sonetos e canções que circulavam, distribuídos nas ruas através das vozes, das informações e opiniões diversas. A fecundidade da palavra e da escrita ganhava particularidade “quando o conteúdo da mensagem continha alguma afronta, blasfêmia, desonestidade ou transgressão” (GÓMEZ, 2014, p.141), principalmente quando divulgados em lugares coletivos de sociabilidades como ruas, praças e bancadas, através de panfletos, libelos, versos, cartazes e folhetos.

Comum eram as leituras dos informes escritos que se encontravam nos espaços públicos. Nesse sentido, a função comunicativa desses escritos era encontrada em anúncios, bulas, editos afixados em muros, portas e outros locais públicos, sendo que sua apropriação estava condicionada ao contexto de publicação e sua propagação através da leitura pela “materialidade do produto escrito” (GÓMEZ, 2014, p. 145). Nesse caso, as imagens e os emblemas utilizados para comunicar podiam emprestar determinado “sentido ao ato de recepção” (GÓMEZ, 2014, p. 147). Eram também nas ruas e praças que comumente se realizavam leituras públicas de cartas, avisos, relatos, gazetas e se ouvia variados rumores. Em síntese, o que o autor analisou, neste quinto capítulo, foram as distintas formas de comunicação: a oral (boatos e leituras públicas), a escrita (manuscrita e impressa) e a visual (iconografia das estampas).

Os capítulos 3, 4 e 6 convergem na medida em que sobressaem as leituras de obras religiosas, respectivamente, aquelas realizadas no cárcere inquisitorial, às dos conventos e às leituras das autobiografias, feitas pelos pais aos filhos, por freiras e por soldados.

Intitulado *Paixões Solitárias. Leitores nos Cárceres Inquisitoriais*, o terceiro capítulo descreve uma específica prática de leitura, que nem sempre se dava de maneira

individual. Com a posse de poucos livros nas celas dos presos inquisitoriais, lia-se, geralmente, livrinhos cujas matérias versavam sobre assuntos religiosos e espirituais e eram voltados para “ocupar-se” nas prisões (GÓMEZ, 2014, p. 93). Nas celas, as leituras eram compartilhadas, praticadas em voz alta, mas as expectativas de um mesmo leitor poderiam ser diversas, a depender “do momento e da função atribuída ao livro em cada circunstância” (GÓMEZ, 2014, p. 95). No “modelo de leitura ascético-espiritual”, poderia ser encontrado o desejo de meditação e a consideração do livro como um talismã e como possibilidade de facilitar a invocação divina (GÓMEZ, 2014, p. 97).

O capítulo 4, *Ler em Comunidade. Livro e Religiosidade no Barroco*, centra sua análise nas leituras de textos de espiritualidade feitas por beatas no início do século XVII, que esclarece “a função da leitura em determinados círculos de mulheres”, pois “confessores ordenavam a suas confidentes que deixassem por escrito o conteúdo de suas revelações e conhecimentos” (GÓMEZ, 2014, p. 114), configurando, muitas vezes, autobiografias por imposição. A leitura enraizada “em seu sentido de espiritualidade” (GÓMEZ, 2014, p.116) conectava-se com os valores e a outorga da oração mental, numa comunidade pouco livre que atendia “ao tipo de vida em comum suportada por determinadas regras de aceitação coletiva” (GÓMEZ, 2014, p. 22). Nos conventos, havia um modelo de leitura monástica: ler para incrementar a devoção, para alimentar-se espiritualmente; ler de modo desperto, com pausas, ler em lugares específicos (leitura vigiada), ler para praticar o exercício ascético, ler para vocalizar orações, ler até guardar na memória. A ideia de possuir sempre um livro espiritual nas mãos era muito bem-vista.⁶

Por fim, Castillo Gómez enfatiza a prática leitora e seus modos de acesso enquanto um processo de “condições de possibilidades” de determinados contextos. Baseado nos estudos de Roger Chartier, o autor diz que não pretende – e nem se consegue – reconstruir e recuperar a leitura de cada leitor, mas “descrever as condições partilhadas que a definem” (GÓMEZ, 2014, p.133). Assim, o sexto e último capítulo, *Leitura e Autobiografia*, traz a análise histórica das práticas de leitura feitas “a partir do estatuto dado aos livros e ao ato de ler nos escritos autobiográficos” (GÓMEZ, 2014, p. 167). Dentro dessa denominação, o autor inclui diários, livros de família, autobiografias, diários espirituais e crônicas pessoais. As autobiografias relatam memórias sobre as leituras devotas realizadas por mães e pais, bem como por “serões familiares de leitura” (GÓMEZ, 2014, p. 173). As primeiras experiências de leitura se davam na própria rede

familiar, ainda no período da infância, de modo que as primeiras leituras de uma criança eram acompanhadas da educação da doutrina cristã. A infância e a puberdade eram acompanhadas da leitura de “bons livros”, especialmente os modelos de vida virtuosa dos santos. Já os leitores adultos tinham suas leituras ampliadas, e poderiam ler obras de conteúdo histórico e militar, relatos de cavalaria, picarescos, romanceiros, poesias heroico-patriótica e amorosa, obras devocionais, relatos de viagens, manuais de geografia e astronomia, textos jurídico-administrativos, vidas de soldados. Leitores comuns, como soldados e freiras demonstravam apreço por livros instrutivos, aqueles que se poderia “aprender e extrair modos de agir e de ser” (GÓMEZ, 2014, p. 196). “O soldado áureo devia ser não apenas uma pessoa de valor, mas também de boa honra, isto é, um cavaleiro cristão” (GÓMEZ, 2014, p. 196). As freiras autobiógrafas tinham suas referências em vidas de santidade e ofícios da Virgem. Assim, a leitura produzia efeito na personalidade do leitor, mobilizava ânimos, despertava vontades, introduzia espiritualidade acentuada e interiorizada.

Entre as possíveis leituras identificadas pelo autor e bastante realçadas nos capítulos estão a bíblia, livros do Frei Luís de Granada e do Frei Pedro de Alcantara, ofícios da Virgem, vidas de santos – especialmente o *Flos Sanctorum* – e obras de Teresa de Ávila.⁷ Interessante, porém, destacar a sutil percepção crítica feita por Marisa Midori Deaecto no prefácio da obra em uma nota de rodapé: “Onde estariam os leitores de *Imitatio Christi*, de Thomas Kempis, este livro reabilitado na idade de Gutenberg, leitura obrigatória dos homens de fé, livro de cabeceira de Ignácio de Loyola, dentre outras almas que no momento de aflição se apegaram às suas palavras?” (GÓMEZ, 2014, p. 11). E nós ainda acrescentaríamos: onde estariam os leitores de Inácio de Loyola? E os leitores das *ars moriendi* ?

Ao longo dos capítulos, oito ilustrações são apresentadas, entre as quais, destacamos a imagem que ilustra a capa, também inserida ao final do capítulo 2, que mostra a representação alegórica de um erudito em seu escritório, realizada pelo pintor espanhol Francisco de Zurbarán em 1639. O homem representado seria o frade Jerónimo Gonzalo de Illescas († 1454), no Mosteiro de Guadalupe; a imagem apresenta o monge sentado, surpreendido em suas tarefas de leitura e escrita e, como outros possíveis leitores eruditos de seu tempo, suas práticas de leitura eram seguidas de anotações e apontamentos. Segundo Gómez os eruditos, leitores instruídos, viviam rodeados de livros e, geralmente, possuíam cadernetas onde preenchiam notas de leitura.

Nesse sentido, eram comuns registros de bíblias, livros de devoção, livros de vidas e “outros livros de mão” (GÓMEZ, 2014, p. 180).

Assim, o livro de Antonio Castillo Gómez segue no movimento atual do mercado editorial brasileiro que vem traduzindo e publicando obras sobre História das práticas de leitura na Europa,⁸ resultado, certamente, do interesse que o tema ou campo de pesquisa continua ou ainda pode despertar nos pesquisadores em História Moderna ou em História da Educação.

No Brasil, muitos historiadores e críticos literários já se dedicaram ao estudo do livro e da leitura, especialmente interessados em perceber a circulação de ideias e de conhecimentos entre a Metrópole e a Colônia portuguesa na América, através da presença de livros em acervos pessoais e em bibliotecas religiosas, ou simplesmente, através de referências indiretas à posse e uso de livros em variadas fontes.⁹

Por fim, cabe destacar, conforme afirmou Castillo Gómez, que a história do livro tem percorrido um caminho que considera mais os livros possuídos ou colecionados do que as apropriações efetivas dos textos (GÓMEZ, 2014, p. 101). De modo crítico, o autor considera que “se tem descuidado a análise das circunstâncias concretas nas quais se dá a intersecção entre os mundos do texto e do leitor”. Mas concorda que “nem sempre é possível dispor de pistas que sustentam as experiências de apropriação e construção de sentido” (GÓMEZ, 2014, p. 102).

De leitura agradável e resultado de competente pesquisa, manejo das fontes e boa reflexão teórica, o livro peca, em nossa opinião, por não apresentar uma conclusão ou alguma consideração final – embora apresente uma interessante introdução de oito páginas, escrita pelo próprio autor em outubro de 2014 – e por não apresentar as referências bibliográficas ao final. Elementos importantes, mas que não desqualificam a pertinência e relevância do trabalho para todos interessados no tema, no campo e na disciplina de “História do livro e da leitura”.

Referências

- CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- DARNTON, Robert. *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. Tradução de Daniel Pelizzari. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

DEAECTO, Marisa. *O Império das Letras: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, 2011.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo Luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

¹ Disponível em <http://www.siece.es/index.html>. Acessado em 12 de dezembro de 2015.

² O século de Ouro espanhol refere-se ao período entre meados do século XVI e a segunda metade do século XVII.

³ Armando Petrucci foi orientador de Castillo Gómez na Universidade ‘La Sapienza’ de Roma no final dos anos 1980 quando iniciou o estudo das práticas sociais da cultura escrita.

⁴ CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 19-21.

⁵ Chartier (2014) alertou para os consideráveis perigos que, no contexto setecentista, a leitura excessiva poderia causar na vida dos indivíduos: imobilidade corporal, excitação da imaginação, dores no estômago, problemas no intestino, perturbação nos nervos, exaustão corporal, entre outras patologias e doenças do corpo. Ler demais poderia ser causa de epidemias e pensamentos desconfortáveis que poderiam levar à hipocondria e à loucura.

⁶ Roger Chartier destaca que carregar sempre um livro de orientação religiosa, capaz de possibilitar releitura, guiar a existência, instruir a qualquer hora e aliviar os tormentos cotidianos eram prerrogativas comuns entre os católicos da Europa entre os séculos XVI e XVIII. CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

⁷ Estas citadas obras, foram sucessos de leitura no Século de Ouro, mas também no século XVIII e não apenas na Espanha. Essa constatação de longa permanência, no tempo, da leitura de determinados livros religiosos diz respeito, segundo Marisa Deaecto, ao hiato sempre existente “entre o momento de edição da obra e sua recepção por um amplo público, de modo que uma geração não pode negar totalmente os livros da tradição. DEAECTO, Marisa. *O Império das Letras: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, 2011, p. 150.

⁸ A exemplo dos já citados trabalhos de Chartier (*A mão do autor e a mente do editor*) e de Darnton (*Poesia e política: redes de comunicação na Paris do século XVIII*).

⁹ Limitar-nos-emos a referenciar aqui a recente e tão esperada publicação da monumental tese de Luiz Carlos Villalta, defendida em 1999, e que agora ganha o mercado com o título *Usos do livro no mundo Luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações* (Editora Fino Traço, 2015).

Resenha recebida em: 29/04/2016. Aprovada em: 23/06/2016.

ELOGIO DE FRONTEIRAS, MALDIÇÃO DE CRISES.

VELASCO, Suzana. *Imigração na União Europeia: uma leitura crítica a partir do nexa entre securitização, cidadania e identidade transnacional*. Campina Grande: Eduepb, 2013. 188p.

Daniel Afonso da SILVA*

Identidade pela alteridade vem servindo de tópicana analítica desde os momentos mais imemoriais do Ocidente. Mas foi com Aristóteles que essa operação ganhou franca sistematização. Nos tempos áureos do império romano, a prática da identificação pela diferença chegou à sua vigência plena. No entender dos romanos, os não romanos estavam fora do mundo. Os romanos, como sabido, não se consideravam o centro do mundo e sim o próprio mundo. Os alheios ao seu território tinham a denominação de bárbaros. Aqueles destituídos de civilização que erravam balindo pelo deserto.

A corrosão do império romano pelas ganâncias internas das cidades-estados e pela repugnância externa dos demais povos – entre eles, os turcos, otomanos –, cansados de humilhação, galvanizou o caminho para a multiplicação da oficialização de estados, identidades e diferenciações.

Depois de Maquiavel retirar o véu sacro do poder, os estados foram se definindo pela força, pela soberania e pela fronteira. As guerras religiosas ainda foram protagonistas no século de Shakespeare, o 16, e no de Gongora e Lope de Vega, o 17. Precisou o engenho de Richilieu e a astúcia de Cromwell para se afirmar os estados e suas nações como medidas dos conflitos. Dos versos de Dante à prosa de Voltaire aos ensinamentos de Kant e Hegel, florentinos, milaneses, genoveses, germânicos, espanhóis, britânicos, franceses foram ficando mais e mais diferentes. Tanto que Racine, para ficar apenas num exemplo, escreveu *Britanicus* para demarcar suas diferenças francesas das gentes d'além-Mancha.

A crítica que produziu o iluminismo que conduziu à crise que ceifou o estado absolutista para dar fim ao antigo regime fez emergir o tempo dos cidadãos. Esse tempo marca a modernidade e a contemporaneidade que nos toca ainda hoje viver. Nestes aproximados duzentos anos, identidade, cidadania, nação, estado nacional, soberania, fronteira, poder, se mantiveram como assuntos, temas e problemas, permanentemente

atuais. Tanto para analistas como para tomadores de decisão. Imerso nessa discussão, o tópico imigração vem ganhando força e dignidade.

Importante como fenômeno, a imigração ocorre desde sempre. Basta recorrer ao *Exodus*, logo após *Gênesis*, nas Sagradas Escrituras. Mas com a constante redefinição do estado do mundo, e da Europa, a partir de fins do século 14, e depois de fins do século 18, e depois do pós-1945, imigrar foi se transformando em discussão hipersensível.

A grande viagem que permitiu a construção e efetivação da União Europeia tornou o fenômeno mais e mais substantivo. Nesse sentido, discuti-lo com maior precisão e retidão vem ficando cada vez mais necessário. E esse foi o objetivo de Suzana Velasco em seu belo *Imigração na União Europeia: uma leitura crítica a partir do nexo entre securitização, cidadania e identidade transnacional*.

Fruto de uma tese de mestrado apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, *Imigração na União Europeia* foi laureado com o prêmio da Associação Brasileira de Relações Internacionais conferido aos melhores trabalhos do gênero defendidos na área. Como comenda, a série Relações Internacionais da Editora da Universidade Estadual da Paraíba – RI-EDUEPB publicou o estudo.

Muitíssimo bem acabado do ponto de vista gráfico e editorial, o livro merece reconhecimento pelo esmero da forma e pela feliz escolha do conteúdo. De apresentação fluente e inteligente, o texto acaba demonstrando afabilidade da autora no trato com palavras e conceitos.

O objeto direto do livro recai sobre o processo de securitização da imigração com a afirmação do imigrante como ameaça diante da intensificação da mobilidade de pessoas no interior da União Europeia. A essência da discussão aborda o dilema da construção de uma verdadeira identidade transnacional para a realidade europeia atual. Isso vem disposto em três capítulos carregados de discussão teórica costurada de tentativas de demonstração. Cada conceito – identidade, nação, securitização, cidadania, segurança e outros – recebe uma densa formulação e abordagem em caráter quase filosófico. B. Anderson, E. Balibar, A. Appadurai, Z. Bauman, J. Habermas, G. Agamben, B. Buzan são alguns dos muitos referenciais que a autora demonstra dominar e faz conversar ao longo de sua exposição

O livro é repleto de qualidades. Merece ser lido. Sobretudo por suscitar muita discussão. Mas também possui alguns pontos cegos que clamam por maior reflexão. Ao

menos dois, em meu entender, valeriam, de início, uma melhor e mais demorada avaliação e consideração. Primeiro, fronteiras. Segundo, a crise de 2008.

O núcleo de toda discussão sobre imigração necessita levar em forte conta a discussão sobre fronteiras. Especialmente após a tensão Leste-Oeste, a abertura do muro de Berlim e o conseqüente fim da guerra fria, a agudização da globalização difundiu a impressão, equivocada e tendenciosa, da alvorada de um mundo sem fronteiras. Um mundo plano. Onde pessoas e mercadorias flanassem plenamente por toda parte, sem restrição. Como os estados nacionais estariam perdendo espaço para o “estado mercado” guiado pelo “deus consumo”, fazia-se crer ser mesmo o fim das fronteiras e, conseqüentemente, o fim dos territórios. Daí a voga dos médicos sem fronteiras, jornalistas sem fronteiras, e similares sem fronteiras. Esse arranjo ideológico, produto dos ideólogos da globalização e da financeirização do mundo a qualquer custo, alguns os nominam “neoliberais”, teve grande repercussão entre os países emergentes, tais como o Brasil. No entanto, o incidente do 11 de setembro de 2001 reverteu e arrefeceu total e absolutamente a improcedência desses vendedores de ilusões. Mais que isso, a reação dos Estados Unidos e de seus aliados contra o terror ajudou a evidenciar que para muito além da fortificação de fronteiras mundo afora, desde algum tempo, vem se multiplicando a quantidade de muros e barreiras no lugar das fronteiras.

O princípio essencial da fronteira é sua porosidade. A possibilidade ir e vir. A identificação do outro. A afirmação da alteridade. A plenitude da solidariedade e da hospitalidade. O gesto de acolhimento, ou não, do diferente.

Muros e barreiras correspondem, essencialmente, à negação da fronteira, da solidariedade, da hospitalidade, da porosidade. A ampliação da securitização na construção da União Europeia não representa a confecção de muros e barreiras no espaço europeu. Do contrário. Suzana Velasco indica que sua pesquisa abordaria decisivamente o imigrante vulnerável a deportação. O cidadão, pouco ou nada qualificado, que busca condições de sobrevivência para além de suas fronteiras. Em sua ótica, esses cidadãos vêm sendo criminalizados e condenados *a priori* na União Europeia. Esse argumento até possui validade. Mas não pode desprezar o fato que fronteiras supõem soberania e autonomia. Nesse sentido, pode e deve ocorrer a triagem e a definição de quem deve ou não acessar aquém-fronteiras.

Velasco procura, de maneira louvável e muito competente, promover uma contextualização histórica mais curada das razões de algumas dessas rejeições *a priori*. Mas talvez devesse levar mais em conta as armadilhas o tema acaba por suscitar.

Sem, por exemplo, levar em conta a violência do efeito de brutalização das relações, nacionais e internacionais, após a crise financeira de 2008, o argumento da “securitização” fica muito impotente. Sua componente teórica vira mera abstração. Sem nenhum correspondente real.

A crise financeira, agudizada pela quebra do *Lehman Brothers* em setembro de 2008, não tardou a gerar crise econômica, social, política e institucional em todo espaço europeu – e em seu entorno africano e o oriente médio. Essa conjunção de crises contaminou todos os níveis do envolvimento humano. O desemprego massivo desde então vem promovendo frustração e desilusão estruturais.

Os estados componentes da União Europeia possuem instituições que dependem majoritariamente do sufrágio universal. São democracias. Os representantes do povo são também seus guardiões e garantes. O acirramento da não-permissão de ingresso e permanência de concorrentes para esse povo vem sendo uma tendência quase natural de todos os países acometidos francamente pela crise.

Suzana Velasco poderia avançar sobre esses itens para deixar seu leitor mais ancorado na complexidade do tema, imigração, e do problema, deportação, no espaço europeu contemporâneo. A ausência dessas ponderações não diminui a autoridade de seu ensaio analítico. Mas faz sugerir o assunto em questão tende a ser muito mais delicado que aparenta.